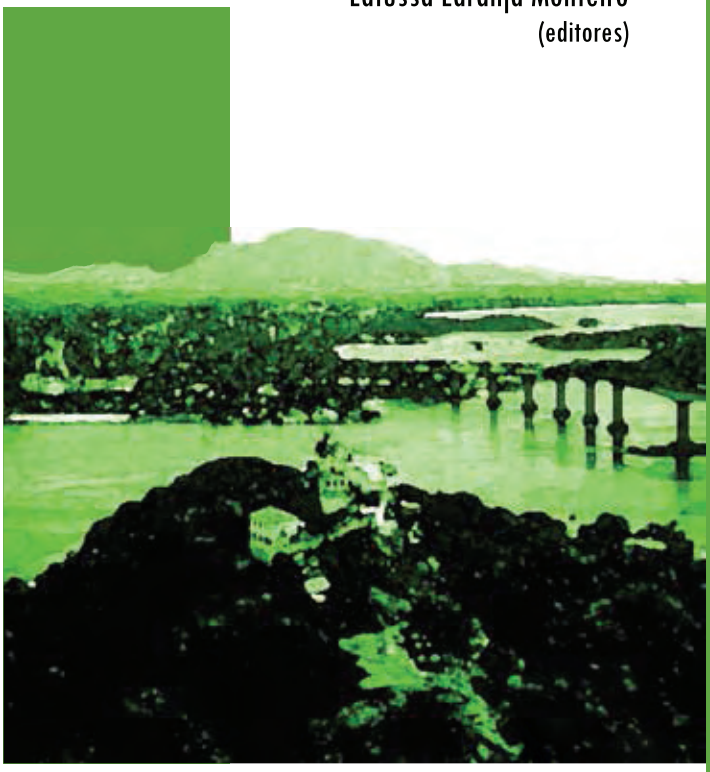
série estudos comparativos

METRÓPOLES:
TERRITÓRIO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

VITÓRIA:
TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM URBANA

Pablo Lira
Adilson Pereira de Oliveira Junior
Latussa Laranja Monteiro
(editores)



Observatório das Metrópoles
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

LETRCAPITAL

Copyright © Pablo Lira, Adilson Pereira de Oliveira Junior,
Latussa Laranja Monteiro *(Editores)* 2014

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

Editor João Baptista Pinto

Capa Flávia de Sousa Araújo

Projeto Gráfico e Editoração Luiz Guimarães

Revisão Erica Tavares

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

V828

Vitória: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. / editores Pablo Lira, Adilson Pereira de Oliveira Júnior, Latussa Laranja Monteiro; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014.
394 p. : il. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-7785-316-8

1. Territorialidade humana. 2. Planejamento urbano. 3. Planejamento regional. I. Lira, Pablo. II. Oliveira Júnior, Adilson Pereira de Oiveira. III. Monteiro, Latussa Laranja. IV. Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz .

14-17326

CDD: 307.76
CDU: 316.334.52

31/10/2014 31/10/2014

Letra Capital Editora
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

O conteúdo deste livro
passou pela supervisão e avaliação de um
Comitê Gestor e Editorial
formado pelos seguintes pesquisadores:

Comitê Gestor
Ana Lúcia Rodrigues
Luciana Côrrea do Lago
Luciana Teixeira de Andrade
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Maria do Livramento M. Clementino
Olga Firkowski
Orlando Alves dos Santos Júnior
Rosetta Mammarella
Sergio Azevedo
Suzana Pasternak

Comitê Editorial
Adauto Lúcio Cardoso
André Ricardo Salata
Érica Tavares
Juciano Martins Rodrigues
Marcelo Gomes Ribeiro
Mariane Campelo Koslinski
Marley Deschamps
Nelson Rojas de Carvalho
Ricardo Antunes Dantas de Oliveira
Rosa Maria Ribeiro da Silva
Rosa Moura

Sumário

Introdução 17
Pablo Lira, Caroline Jabour de França

Parte I: O processo de metropolização da RMGV 23

Capítulo 1 A Metrópole na rede urbana brasileira e na configuração interna
Adilson Pereira de Oliveira Junior, Adriano do Carmo Santos, Latussa Laranja Monteiro, Rodrigo Bettim Bergamaschi 25

Capítulo 2 A Região Metropolitana da Grande Vitória na transição demográfica brasileira
Análise da Dinâmica Demográfica dos Municípios da RMGV a partir das mudanças ocorridas entre 2000 e 2010
Cynthia Lopes Pessoa de Miranda, Aurélia H. Castiglioni, Estefania Ribeiro da Silva, Silvia Buzzone de Souza Varejão 57

Capítulo 3 A Região Metropolitana da Grande Vitória na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho
Victor Nunes Toscano, Débora Gervásio, Edna Morais Tresinari, José Antônio Heredia, Thamirys Figueredo Evangelista 93

Parte II: A dimensão socioespacial da exclusão/integração na RMGV 117

Capítulo 4 Estrutura social e organização social do território
Análise da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV
Pablo Lira, José Edil Benedito, Larissa Magalhães, Marlon Neves Bertolani 120

Capítulo 5 Organização social do território: dinâmicas demográficas, mobilidade espacial e arranjos domiciliares
Silvia Buzzone de Souza Varejão, Estefania Ribeiro da Silva, Aurélia H. Castiglioni, Gutemberg Hespanha Brasil 161

Capítulo 6 Organização social do território e formas de provisão de moradia
Latussa Laranja Monteiro, Marlon Neves Bertolani, Rodrigo Bettim Bergamaschi 196

Capítulo 7 Organização social do território e desigualdades sociais: oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, renda e educação
Cleverlânio Silva Gomes, Thamirys Figueredo Evangelista 237

Capítulo 8 Organização social do território e mobilidade urbana
Adilson Pereira de Oliveira Junior, Latussa Laranja Monteiro, Lívia Maria Albertasse Tulli 260

Capítulo 9 Organização social do território e criminalidade violenta
Análise espacial dos crimes e da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV
Pablo Lira, Ana Paula Lyra, Thiago de Carvalho Guadalupe 293

Parte III: Governança, gestão e bem-estar urbano na RMGV 319

Capítulo 10 Governança urbana, política pública e gestão metropolitana: padrões, efeitos e desafios
Adauto Beato Venerano 321

Capítulo 11 Condições urbanas de vida na RMGV e Índice de Bem-Estar Urbano
Sandra Mara Pereira, Larissa Magalhães 347

Considerações Finais
Latussa Laranja Monteiro, Adilson Pereira Oliveira Junior, Pablo Lira 381

Lista de Figuras, Gráficos, Quadros e Tabelas

Lista de Figuras

Figura 1.1 - Mapa de Localização e Mancha Urbana da RMGV. 39
Figura 2.1 – Estrutura Etária dos municípios e da RMGV (%) em 2000 – 2010 64
Figura 4.1 - Classes Socioeconômicas, Grande Vitória – 2000 132
Figura 4.2 - Classes Salariais, Vitória – 2000 134
Figura 4.3 – População Urbana e Rural, Espírito Santo 1940-2000 140
Figura 4.4 – Tipologia socioespacial, RMGV - 2000 150
Figura 4.5 – Tipologia socioespacial, RMGV - 2010 156
Figura 5.1 – Estrutura etária por tipo socioespacial, RMGV, 2000 – em % 165
Figura 5.2 – Estrutura etária por tipo socioespacial, RMGV, 2010 – em % 169
Figura 6.1 - Evolução da mancha urbana RMGV 1970-2013, municípios selecionados 206
Figura 6.2 – Região de São Pedro 1978/2013 207
Figura 6.3 – Região da Foz do Rio Aribiri 1978/2013 208
Figura 6.4 – Regiões Censitárias 22° Censo Imobiliário SINDUSCON-ES 212
Figura 6.5 – Quantidade de Unidades em Construção 213
Figura 6.6 – Valor do metro quadrado por Regiões Censitárias 216
Figura 6.7 – Áreas potenciais 218
Figura 6.8 – Tipologia Socioespacial, RMGV – 2000 223
Figura 6.9 – Tipologia Socioespacial, RMGV 2010 224
Figura 8.1 – Mancha Urbana dos cinco municípios da RMGV contemplados pelo Sistema Transcol em 1978, 1998, 2007 e 2013 e localização de seus Terminais Urbanos 271
Figura 8.2 – Concentração do Tempo de Deslocamento até Trinta Minutos na RMGV em 2010, por Área de Ponderação 280
Figura 8.3 – Concentração do Tempo de Deslocamento entre Trinta Minutos e Uma Hora na RMGV em 2010, por Área de Ponderação 281
Figura 8.4 – Concentração do Tempo de Deslocamento entre Uma e Duas Horas na RMGV em 2010, por Área de Ponderação 282
Figura 8.5 – Concentração do Tempo de Deslocamento acima de Duas Horas na RMGV em 2010, por Área de Ponderação 283
Figura 9.1 - Mapa de concentração dos homicídios dolosos, RMGV 2010 314
Figura 9.2 - Mapa de concentração dos roubos, RMGV 2010 315
Figura 9.3 - Tipologia socioespacial, RMGV 2010 316
Figura 10.1 - Mapa da Região Metropolitana da Grande Vitória 327
Figura 11.1 – Dimensões do IBEU 351
Figura 11.2 - IBEU, segundo Regiões Metropolitanas, 2010 355
Figura 11.3 – Índice de Bem-Estar Urbano Local da RMGV - 2010 359

Figura 11.4 – Mobilidade Urbana da RMGV (D1 Local) - 2010 367
Figura 11.5 – Condições Ambientais Urbanas da RMGV (D2 Local) - 2010 368
Figura 11.6 – Condições Habitacionais Urbanas da RMGV (D3 Local) - 2010 369
Figura 11.7 – Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos da RMGV (D4 Local) - 2010 370
Figura 11.8 – Infraestrutura Urbana da RMGV (D5 Local) - 2010 371
Figura 11.9 – Mapa do IBEU Local na RMGV - 2010 375
Figura 11.10 – Mapa da tipologia socioespacial da RMGV – 2010 376

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1. Evolução da área da mancha urbana na Grande Vitória entre 1970 e 2013 40
Gráfico 1.2 – Participação da RMGV na população, no PIB e na renda do Estado do Espírito Santo 41
Gráfico 1.3 – Participação da RMGV no PIB do Estado por setor (exceto Administração Pública) 42
Gráfico 1.4 - Taxa de crescimento acumulada da População, do PIB e da Renda entre 2000 e 2010 em Vitória, Cariacica, Serra e Vila Velha 44
Gráfico 1.5 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal (Salários Mínimos – SMs) em Cariacica, Serra e Vila Velha – 2010 46
Gráficos 1.6a a 1.6n - Participação dos Municípios da RMGV nos Destinos de Deslocamento Estudo/Trabalho – 2000 e 2010 53
Gráfico 2.1 – Estrutura Etária dos municípios da RMGV 2010 – em mil pessoas 63
Gráfico 2.2 – Taxa de Fecundidade Total dos municípios da RMGV – 2000/2010 – número de filhos por mulher 73
Gráfico 2.3 – Taxa de Mortalidade infantil dos municípios da RMGV, 2000/2010 – por mil nascidos vivos 75
Gráfico 2.4 – Taxa de Mortalidade até cinco anos dos municípios da RMGV, 2000/2010 – por mil nascidos vivos 75
Gráfico 2.5 – Esperança de vida ao nascer dos municípios da RMGV – 2000/2010 76
Gráfico 2.6 – Imigrantes, emigrantes e saldo migratório, 1995-2000 – em mil pessoas. 78
Gráfico 2.7 – Imigrantes, emigrantes e saldo migratório, 2005 – 2010 – em mil pessoas 78
Gráfico 2.8 – Taxa migratória – 2000/2010 - em % 80
Gráfico 2.9 – Distribuição da população migrante por tipo em Cariacica – 1995-2000 82
Gráfico 2.10 – Distribuição da população migrante por tipo em Cariacica – 2005-2010 82

Gráfico 2.11 – Distribuição da população migrante por tipo em Fundão – 1995-2000 83
Gráfico 2.12 – Distribuição da população migrante por tipo em Fundão – 2005-2010 83
Gráfico 2.13 – Distribuição da população migrante por tipo em Guarapari - 1995-2000 84
Gráfico 2.14 – Distribuição da população migrante por tipo em Guarapari – 2005-2010 84
Gráfico 2.15 – Distribuição da população migrante por tipo na Serra – 1995-2000 85
Gráfico 2.16 – Distribuição da população migrante por tipo na Serra – 2005-2010 86
Gráfico 2.17 – Distribuição da população migrante por tipo em Viana – 1995-2000 86
Gráfico 2.18 – Distribuição da população migrante por tipo em Viana – 2005-2010 87
Gráfico 2.19 – Distribuição da população migrante por tipo em Vila Velha – 1995-2000 87
Gráfico 2.20 – Distribuição da população migrante por tipo em Vila Velha – 2005-2010 88
Gráfico 2.21 – Distribuição da população migrante por tipo em Vitória – 1995-2000 89
Gráfico 2.22 – Distribuição da população migrante por tipo em Vitória – 2005-2010..... 89
Gráfico 3.1 - Estrutura Econômica do Espírito Santo – 1960 – 2010..... 96
Gráfico 3.2 - Participação da RMGV no PIB e da População do Espírito Santo – 1999 a 2010..... 97
Gráfico 3.3 – Estrutura Produtiva da RMGV – 2000 e 2010 98
Gráfico 3.4 – PIB dos municípios da RMGV. Participação % – 2000 e 2010 104
Gráfico 3.5 – Mudanças na estrutura do PIB por município da RMGV - Participação % - 2000 – 2010 105
Gráfico 3.6 – Massa salarial dos municípios RMGV - Participação % – 2000 e 2010 106
Gráfico 3.7 – Massa salarial dos municípios RMGV -
Participação % – 2000 e 2010 111
Gráfico 3.8 – Diagrama de dispersão entre Ln (Rendimento do trabalho) e Ln (PIB por trabalhador) 112
Gráfico 5.1 – Estrutura etária por tipo socioespacial, RMGV, 2000 – em mil pessoas 164
Gráfico 5.2 - Estrutura etária por tipo socioespacial 2010 e da RMGV – em mil pessoas 168
Gráfico 5.3 - Composição da unidade doméstica da RMGV, 2000 e 2010 – em %.....179

Gráfico 5.4 - Número de pessoas na unidade doméstica da RMGV, 2000 e 2010 - em % 180
Gráfico 5.5 - Composição da unidade doméstica por tipos socioespaciais, 2000 – em % 181
Gráfico 5.6 - Número de pessoas na unidade doméstica por tipos socioespaciais, 2000 – em % 181
Gráfico 5.7 – Sexo do responsável pelo domicílio por tipos socioespaciais, 2000 – em % 183
Gráfico 5.8 – Faixa etária do responsável pelo domicílio por tipos socioespaciais, 2000 – em % 184
Gráfico 5.9 - Cor ou raça do responsável pelo domicílio por tipos socioespaciais, 2000 – em % 184
Gráfico 5.10 - Nível de instrução do responsável pelo domicílio por tipo socioespacial, 2000 – em % 185
Gráfico 5.11 - Renda domiciliar per capita em salário mínimo por tipos socioespaciais, 2000 – em % 186
Gráfico 5.12 - Composição da unidade doméstica por tipos socioespaciais, 2010 – em % 187
Gráfico 5.13 - Número de pessoas na unidade doméstica por tipos socioespaciais, 2010 – em % 188
Gráfico 5.14 – Sexo do responsável pelo domicílio por tipos socioespaciais, 2010 – em % 189
Gráfico 5.15 – Faixa etária do responsável pelo domicílio por tipos socioespaciais, 2010 – em % 190
Gráfico 5.16 - Cor ou raça do responsável pelo domicílio por tipos socioespaciais, 2010 – em % 191
Gráfico 5.17 - Nível de instrução do responsável pelo domicílio por tipo socioespacial, 2010 – em % 192
Gráfico 5.18 - Renda domiciliar per capita em salário mínimo por tipos socioespaciais, 2010 – em % 193
Gráfico 6.1 – Evolução Domicílios Particulares permanentes (1980-2010) 203
Gráfico 6.2 - Evolução da mancha urbana em municípios selecionados 205
Gráfico 6.3 - Preço médio do m² por região censitária/SUNDUSCON 215
Gráfico 6.4 – Unidades Habitacionais - Região Metropolitana – julho/2013 220
Gráfico 6.5 – Unidades Habitacionais – Região Metropolitana Setembro/2013 221
Gráfico 6.6 – Situação das Unidades – Julho e Setembro 221
Gráfico 6.7 – Percentual de domicílios por tipo de espécie de ocupação segundo a tipologia socioespacial na RMGV, 2000 227
Gráfico 6.8 – Percentual de domicílios por tipo de espécie de ocupação segundo a tipologia socioespacial na RMGV, 2010 227
Gráfico 6.9 – Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido segundo a tipologia socioespacial na RMGV, 2000 228

Gráfico 6.10 – Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido segundo a tipologia socioespacial na RMGV, 2010 229
Gráfico 6.11 - Percentual de domicílios com acesso a rede coletora de esgoto segundo a tipologia socioespacial, na RMGV, 2000 231
Gráfico 6.12 – Percentual de domicílios com acesso a rede coletora de esgoto segundo a tipologia socioespacial, na RMGV, 2010 231
Gráfico 6.13- Percentual de domicílios com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição, segundo a tipologia socioespacial, na RMGV, 2000 232
Gráfico 6.14 – Percentual de domicílios com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição, segundo a tipologia socioespacial, na RMGV, 2010 232
Gráfico 6.15 – Percentual de domicílios com coleta de lixo segundo a tipologia socioespacial, na RMGV, 2000 232
Gráfico 6.16 – Percentual de domicílios com coleta de lixo segundo tipologia socioespacial, na RMGV, 2010 233
Gráfico 7.1 - Taxa de desemprego (%), segundo os tipos socioespaciais, RMGV - 2000 e 2010 239
Gráfico 7.2 - Índice de Fragilidade Ocupacional (%) na Região Metropolitana da Grande Vitória, segundo os tipos socioespaciais - 2000 e 2010 241
Gráfico 7.3 - Pessoas em ocupação frágil (%), por posição na ocupação, Tipo Popular-agrícola, RMGV - 2000 e 2010 241
Gráfico 7.4 - Pessoas em ocupação frágil (%), por posição na ocupação, Tipo Superior-Médio, RMGV - 2000 e 2010 242
Gráfico 7.5 - Distribuição da renda do trabalho principal em salários mínimos, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000 – 2010 244
Gráfico 7.6 - Média da renda domiciliar per capita, segundo os tipos socioespaciais, 2000 - 2010 245
Gráfico 7.7 - Coeficiente de Gini segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000 - 2010 247
Gráfico 7.8 - Distribuição da escolaridade da pessoa responsável, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000-2010 252
Gráfico 7.9 - Distribuição do abandono escolar das pessoas de 15 a 17 anos, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000 – 2010 253
Gráfico 7.10 - Distribuição do atraso escolar no quinto ano do ensino fundamental, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000 – 2010 255
Gráfico 7.11 - Distribuição do atraso escolar no nono ano do ensino fundamental, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000 - 2010 256
Gráfico 7.12 - Distribuição das matrículas entre a rede pública e privada, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000-2010 257
Gráfico 8.1 - Destino dos Deslocamentos Intermunicipais para Estudo e Trabalho na RMGV - 2000 273

Gráfico 8.2 - Destino dos Deslocamentos Intermunicipais para Estudo e Trabalho na RMGV - 2010 273
Gráfico 8.3 - Distribuição do Estoque de Empregos Formais na RMGV - 2002 274
Gráfico 8.4 - Distribuição do Estoque de Empregos Formais na RMGV - 2011 274
Gráfico 8.5 – Tempo de Deslocamento por Município na RMGV em 2010 276
Gráfico 8.6 – Distribuição das pessoas que realizam deslocamento ao trabalho, segundo tipo de destino, exceto para país estrangeiro, na RMGV, em 2010..... 277
Gráfico 8.7 – Tempo de Deslocamento das Categorias Sócio-ocupacionais na RMGV em 2010 284
Gráfico 8.8 – Tempo de Deslocamento das Principais Categorias Sócio-ocupacionais presentes nas áreas classificadas com Superior-médio na Tipologia Socioespacial da RMGV em 2010 287
Gráfico 8.9 – Tempo de Deslocamento das Principais Categorias Sócio-ocupacionais presentes nas áreas classificadas com Médio na Tipologia Socioespacial da RMGV em 2010 288
Gráfico 8.10 – Tempo de Deslocamento das Principais Categorias Sócio-ocupacionais presentes nas áreas classificadas com Popular na Tipologia Socioespacial da RMGV em 2010 288
Gráfico 8.11 – Tempo de Deslocamento das Principais Categorias Sócio-ocupacionais presentes nas áreas classificadas com Popular-agrícola na Tipologia Socioespacial da RMGV em 2010 289
Gráfico 9.1 - Taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes - Espírito Santo 2000-2012..... 301
Gráfico 9.2 - Participação percentual de homicídio doloso, por gênero - Espírito Santo 2012 301
Gráfico 9.3 - Taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes, por faixas etárias - Espírito Santo 2012 302
Gráfico 9.4 - Taxa de crimes por 100 mil habitantes - Espírito Santo 2012..... 303
Gráfico 9.5 - Número de veículos recuperados - Espírito Santo 2012..... 303
Gráfico 9.6 - Número de profissionais por agência de segurança pública - Espírito Santo 2012..... 304
Gráfico 9.7 - Número de armas de fogo apreendidas - Espírito Santo 2012 305
Gráfico 9.8 - Número de internos e vagas - Espírito Santo 2010-2012..... 306
Gráfico 9.9 - Participação relativa dos homicídios, segundo região - Espírito Santo 1979-2010..... 307
Gráfico 9.10 - Participação relativa dos homicídios dolosos, segundo meses do ano - RMGV 2010..... 311
Gráfico 9.11 - Participação relativa dos homicídios dolosos, segundo dias da semana - RMGV 2010 311
Gráfico 9.12 - Participação relativa dos homicídios dolosos, segundo horas do dia - RMGV 2010..... 312
Gráfico 9.13 - Participação relativa dos roubos, segundo meses do ano - RMGV 2010..... 312

Gráfico 9.14 - Participação relativa dos roubos, segundo dias da semana - RMGV 2010 313
Gráfico 9.15 - Participação relativa dos roubos, segundo horas do dia - RMGV 2010 313
Gráfico 11.1 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), por dimensões, regiões metropolitanas do Brasil e RMGV – 2010 356

Lista de Quadros

Quadro 6.1 – Regiões censitárias SINDUSCON 211
Quadro 10.1 – Estrutura do sistema gestor da RMGV 330
Quadro 10.2 – Carteira de projetos – Biênio 2006 – 2007 337
Quadro 10.3 – Carteira de projetos – Biênio 20067– 2008 337
Quadro 10.4 – Carteira de projetos – Biênio 2008 – 2009 338
Quadro 10.5 – Carteira de projetos – Biênio 2009 – 2010 339
Quadro 10.6 – Carteira de projetos – Biênio 2011 – 2012 340

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 – Municípios mais populosos do Espírito Santo segundo Censos de 1940 a 2010 29
Tabela 1.2 – Evolução da População e PIB da RMGV e ES, segundo Censos de 1940 a 2010 35
Tabela 1.3 – Distribuição da população dos Estados em 2010, segundo tamanho dos municípios 36
Tabela 1.4 – População, PIB e renda da RMGV por nível de integração e município – 2000 e 2010 43
Tabela 1.5 – Matriz de movimento pendular dos trabalhadores em 2010 45
Tabela 1.6 – Taxa de crescimento populacional, pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e grau de urbanização – 2000 – 2010 47
Tabela 1.7a – Movimento Pendular - Trabalho e Estudo - RMGV - 2000 52
Tabela 1.7b – Movimento Pendular - Trabalho e Estudo - RMGV - 2010 52
Tabela 2.1- Nível de integração, população, distribuição populacional e taxa de crescimento dos municípios da RMGV – 2000/2010 62
Tabela 2.2 – Indicadores de idade e de sexo dos municípios e da RMGV do ano de 2000 67
Tabela 2.3 – Indicadores de idade e de sexo dos municípios e da RMGV do ano de 2010 70
Tabela 2.4 - Nível de integração, nº de imigrantes, nº de emigrantes e saldo migratório dos municípios da RMGV – 1995-2000 e 2005-2010 79
Tabela 2.5 – Percentual de imigrantes e emigrantes sobre a população de cinco anos ou mais dos municípios da RMGV – 2000/2010 79
Tabela 3.1 – Abertura econômica RMGV – 2000 e 2010 98

Tabela 3.2 – Principais variáveis do mercado de trabalho, RMGV e demais regiões – 2000 e 2010 99
Tabela 3.3 - Estrutura do mercado de trabalho por atividade econômica, RMGV - 2000 100
Tabela 3.4 - Estrutura do mercado de trabalho por atividade econômica, RMGV - 2010 101
Tabela 3.5 - Estrutura do mercado de trabalho por tipo de ocupação, RMGV – 2000 e 2010 102
Tabela 3.6 – PIB dos municípios da RMGV. Preços constantes – 2000 e 2010 103
Tabela 3.7 – Massa salarial anualizada dos Municípios da RMGV - Preços constantes – 2000 e 2010 105
Tabela 3.8 – População ocupada nos municípios da RMGV – 2000 e 2010 107
Tabela 3.9 – Taxa de ocupação e desocupação – Municípios da RMGV Percentual da População Economicamente Ativa - 2000 e 2010 108
Tabela 3.10 – Rendimento mensal médio nos municípios da RMGV Preços constantes – 2000 e 2010 – Mil R$ de 2010 109
Tabela 3.11– PIB mensal por trabalhador ocupado dos municípios da RMGV - Preços constantes - R$ de 2010 – 2000 e 2010 109
Tabela 3.12 – Entrada e saída de trabalhadores dos municípios da RMGV - Nº de pessoas - 2010 110
Tabela 3.13 – Resultado da regressão Variável dependende: Ln(Rendimento Médio Mensal) 113
Tabela 4.1 - Limites das classes econômicas, renda domiciliar total de todas as fontes, Brasil 2008 127
Tabela 4.2 – Estrutura sócio-ocupacional, RMGV 2000-2010 143
Tabela 4.3 – Perfil dos tipos socioespaciais segundo as categorias sócio-ocupacionais, RMGV - 2000 147
Tabela 4.4 – Distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais, RMGV - 2000 148
Tabela 4.5 – Perfil dos tipos socioespaciais segundo as categorias sócio-ocupacionais, RMGV - 2010 155
Tabela 4.6 – Distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais, RMGV - 2010 155
Tabela 4.7 – Comparativo dos tipos socioespaciais (%), RMGV - 2000-2010 156
Tabela 5.1 – População da RMGV e por tipo socioespacial, 2000 164
Tabela 5.2 – Indicadores de idade e de sexo por tipo socioespacial, RMGV, 2000 166
Tabela 5.3 – População da RMGV e por tipo socioespacial, 2010 167
Tabela 5.4 – Indicadores de idade e de sexo por tipo socioespacial, RMGV, 2010 170
Tabela 5.5 – Taxa de Fecundidade Total (TFT) por tipo socioespacial, RMGV, 2000 e 2010 173

Tabela 5.6 – Probabilidade de morte de crianças menores de 5 anos (*1000) estimadas pelo Método de W. Brass por tipo socioespacial, RMGV, 2000 e 2010 174
Tabela 5.7 – Esperança de vida ao nascimento, RMGV, 2000 e 2010 174
Tabela 5.8 – Entrada da migração segundo os tipos socioespaciais, 2010 176
Tabela 5.9 – Saída do movimento pendular segundo os tipos socioespaciais, 2010 177
Tabela 5.10 – Indicadores de saída do movimento pendular segundo os tipos socioespaciais, 2010 - em % 177
Tabela 5.11 – Pessoas residentes segundo a posição no domicílio por tipos socioespaciais, 2000 – em % 182
Tabela 5.12 – Pessoas residentes segundo a posição no domicílio por tipos socioespaciais, 2010 – em % 189
Tabela 6.1 - Financiamentos Habitacionais Concedidos Através do SFH até 31 de Dezembro de 1980 198
Tabela 6.2 - Número e percentual de unidades produzidas COHAB-ES entre 1965 e 1985 171
Tabela 6.3 - Número e percentual de unidades produzidas INOCOOP-ES por localização, entre 1968 e 1986. 171
Tabela 6.4 - População dos municípios da RMGV, entre 1970 e 2010 202
Tabela 6.5 – Taxa de crescimento anual dos municípios da RMGV, por períodos intercensitários de 1970 a 2010 203
Tabela 6.6 – Expansão da mancha urbana 1970-2013 204
Tabela 6.7 – Preços por metro quadrado por tipo de unidade 214
Tabela 6.8 – Operações de Crédito Contratadas e municípios da Região Metropolitana 220
Tabela 6.9 – Operações de Crédito Contratadas e municípios da Região Metropolitana 221
Tabela 6.10 – Total de domicílios por espécie na RMGV, 2000 – 2010 226
Tabela 6.11 - Total de domicílios na RMGV por tipo 226
Tabela 6.12– Indicador de domicílio alugado com 1 cômodo 2000 e 2010 230
Tabela 6.13 – Indicador de domicílios com famílias conviventes 2000 e 2010 230
Tabela 7.1 - Diferenciais de rendimento domiciliar per capita, segundo os tipos socioespaciais, RMGV - 2010 246
Tabela 7.2 - Escolaridade das pessoas de 25 anos ou mais de idade, RMGV, 2000 - 2010 248
Tabela 7.3 - Taxas de aprovação e notas da Prova Brasil padronizada: anos iniciais, RMGV, 2007/2009/2011 249
Tabela 7.4 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e metas estabelecidas: ensino fundamental - anos iniciais, RMGV, 2007/2009/2011 250
Tabela 7.5 - Taxas de aprovação e notas da Prova Brasil padronizada: e nsino fundamental - anos finais, RMGV, 2007/2009 /2011 251

Tabela 7.6 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e metas estabelecidas: ensino fundamental - anos finais, RMGV, 2007/2009 /2011 251
Tabela 7.7 - Abandono escolar das pessoas de 15 a 17 anos e situação de atividade, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000 - 2010 254
Variável dependende: Ln(Rendimento Médio Mensal) 113
Tabela 11.1 – Faixas de IBEU e conceitos 351
Tabela 11.2 – A colocação da RMGV em comparação com as demais regiões metropolitanas 357
Tabela 11.3 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Vitória, 2010 360
Tabela 11.4 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Serra, 2010 361
Tabela 11.5 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Vila Velha, 2010 361
Tabela 11.6 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Cariacica, 2010 362
Tabela 11.7 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Viana, 2010 363
Tabela 11.8 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Guarapari, 2010 364
Tabela 11.9 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Fundão, 2010 364
Tabela 11.10 – Distribuição da população, das áreas de ponderação e municípios, por níveis de IBEU na RMGV, 2010 365

Introdução

Pablo Lira
Caroline Jabour de França

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a história da humanidade foi marcada pela revolução industrial, que proporcionou uma série de avanços na ótica da acumulação de capital, perspectivas de produção e desenvolvimento tecnológico.

Pensadores da história econômica caracterizam o período compreendido pelos anos 1760 e 1830 como o berço da cidade moderna. A estrutura centralizadora e concentradora da urbe tornou-se ainda mais intensificada com o advento da revolução industrial. A necessidade da localização das indústrias nas cercanias das cidades, com o propósito de aproveitar a proximidade da mão-de-obra e do mercado consumidor, tornou-se cada vez mais evidente. Todavia, uma vez instaladas, as indústrias passaram a polarizar a concentração de pessoas em seu entorno.

O complexo fenômeno de urbanização fragmentou a cidade industrial em zonas caracterizadas por atividades funcionais predominantes, refletindo e reproduzindo a lógica social no espaço: zonas industriais, comerciais, residenciais de baixo e alto padrão. Cabe ressaltar que a estrutura social desta época, diferente dos tempos atuais, ainda não era tão problematizada, podendo se resumir em dois grupos, originados da dicotomia produção-consumo: proprietários dos meios de produção (burguesia), que utilizavam e ocupavam áreas privilegiadas, e vendedores da força de trabalho (proletariado) que residiam em cortiços (SOUZA, 2000).

Nessa lógica, o processo de urbanização tomou proporções planetárias. No início do século XIX apenas 20 cidades possuíam mais de 100 mil habitantes e apenas 1,7% da população mundial era urbana. Na metade deste mesmo século, constatou-se a existência de 4 cidades com cerca de 1 milhão de habitantes. Em 1900 esse número aumentou para 19. Do início à metade do século XX, 141 cidades apresentavam população com mais de 1 milhão de habitantes, 12 cidades entre 5 e 10 milhões de habitantes, 3 cidades com mais de 10 milhões de habitantes e 1.460 cidades com mais de 100 mil habitantes. Em 1950 a propor-

ção da população urbana mundial girava próximo de 13% (FERRARI, 1982).

Ferrari (1982, p. 231) reitera os dados supracitados afirmando que nunca as cidades cresceram tanto como sob o regime capitalista de produção. Do início ao fim do século XIX a população de Londres cresceu exponencialmente passando de 2 milhões para 4 milhões de habitantes. Nesta época, Paris seguiu a mesma tendência tendo sua população incrementada de 1 milhão para 2 milhões de pessoas. Na Alemanha, a população de Berlim passou de 150 mil para 1,3 milhão de habitantes.

No século XXI, as estatísticas oficiais dão conta que mais da metade da população mundial reside em áreas urbanas. A Organização das Nações Unidas - ONU estima que em 2050 aproximadamente 70% da população do globo residirá em áreas urbanas.

Ao entender a cidade como um produto histórico, geográfico, social e econômico, construção contínua e essencial ao desenvolvimento da humanidade, compreende-se que o fenômeno urbano surpreende pela sua dimensão, intensidade e complexidade (LEFEBVRE, 1999). A cidade constitui o *lócus* privilegiado de produção do capital, grandes investimentos, interesses financeiros e concentração populacional.

Com base nisso, este livro reúne estudos sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, realizados por pesquisadores do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, que coordena os trabalhos do Núcleo Vitória do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT Observatório das Metrópoles, e por pesquisadores de instituições parceiras, como a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e a Universidade Vila Velha - UVV.

O Observatório das Metrópoles, gerenciado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ conta com a colaboração de pesquisadores de 15 metrópoles: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém, Santos, Vitória, Brasília e Maringá.

As pesquisas se articulam em torno do tema das metrópoles brasileiras e de seus desafios através de metodologia integrada de pesquisa, monitoramento e intervenção e por exploração de bases de dados compartilhadas. A produção de resultados comparáveis permite a identificação de tendências convergentes e divergentes entre as metrópoles, geradas pelos efeitos das transformações econômicas, sociais,

institucionais e tecnológicas. Com base em referências, como os estudos de Saskia Sassen sobre Nova Iorque, Paris, Londres e Tóquio sob a ótica da cidade global e das pesquisas de Janet Abu-Lughod sobre Nova Iorque, Chicago e Los Angeles, Ribeiro (2013) destaca a importância dos estudos comparativos para a produção de conhecimento e melhor compreensão a respeito das transformações da ordem urbana nas metrópoles.

Este livro se insere em um projeto maior caracterizado pelo esforço de construção conjunta de livros comparativos para os 15 Núcleos que compõem o INCT - Observatório das Metrópoles, com o objetivo de analisar as transformações das regiões metropolitanas brasileiras, especialmente enfocando sua estrutura social expressa sinteticamente por meio das tipologias socioespaciais.

O conjunto de indicadores sociais e econômicos levantado pelos pesquisadores do Núcleo Vitória revela que a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, formada atualmente pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão, apresenta características e desafios semelhantes aos de outras metrópoles institucionais do Brasil.

Esta publicação está organizada em 11 capítulos, sendo que os três primeiros proporcionam uma contextualização e caracterização dos municípios que compõem a RMGV e os demais detalham diversos indicadores correlacionando com os resultados da tipologia socioespacial na escala intramunicipal.

O capítulo 1 contextualiza a RMGV na rede urbana brasileira e a sua configuração interna, evidenciando a formação da rede urbana capixaba e analisando as informações populacionais, do Produto Interno Bruto - PIB, renda, mobilidade (matriz de movimentos pendulares) e os níveis de integração municipal.

O segundo capítulo desenvolve a temática da RMGV na transição demográfica brasileira detalhando a dinâmica demográfica dos municípios que a compõem a partir da distribuição e crescimento populacional, estrutura da população (pirâmides etárias), componente natural (fecundidade e mortalidade) e componente migratória segundo fluxos intrametropolitano (núcleo-periferia e periferia-periferia), intraestadual e interestadual.

O terceiro capítulo lança luz na transição econômica da Região Metropolitana da Grande Vitória. A estrutura produtiva e o mercado de trabalho da região metropolitana são aprofundados pelo estudo

do PIB e suas conjugações, do grau de abertura da economia, massa salarial, rendimento médio e caracterização ocupacional.

O capítulo 4 analisa a estrutura social e organização social do território apresentando a tipologia socioespacial da RMGV que é problematizada pela abordagem da relação dialética da sociedade e espaço, pelos diferentes métodos de classificação da estrutura social e pela teoria dos circuitos econômicos urbanos. Vale salientar que a metodologia da referida tipologia foi desenvolvida, no âmbito da rede de pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT Observatório das Metrópoles, para a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV.

O quinto capítulo retoma o enfoque da dinâmica demográfica, todavia aprofundando as inferências na escala intramunicipal e complementando os dados sobre mobilidade espacial (migração e movimento pendular), arranjos domiciliares e características dos responsáveis pelos domicílios (gênero, faixa etária, cor ou raça, nível de instrução e renda em salários mínimos). Essas dimensões são correlacionadas tomando a tipologia explorada no capítulo anterior como referência socioespacial.

O capítulo 6 aborda a organização social do território e formas de provisão de moradia realizando um estudo sobre a temática da habitação a partir de diferentes períodos e perspectivas, dentre as quais se ressaltam a atuação do Banco Nacional de Habitação - BNH, Companhia Habitacional do Espírito Santo - COHAB-ES, Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Espírito Santo - INOCOOP-ES, Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado do Espírito Santo - IDURB e Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. As formas de provisão pública e a caracterização do mercado imobiliário formal são detalhadas e correlacionadas com os tipos socioespaciais, por meio de um conjunto de mapas vetoriais e matriciais da RMGV.

O sétimo capítulo explora a organização social do território e desigualdades sob a ótica das oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, renda e educação. Diversos indicadores da Região Metropolitana da Grande Vitória são utilizados para pesquisar os efeitos da localização do território sobre o desemprego, a fragilidade ocupacional, a renda e a estrutura educacional. Novamente, a relação dessas dimensões de análise com a tipologia socioespacial é pormenorizada.

O oitavo capítulo apresenta a relação dos tipos socioespaciais com a mobilidade urbana realizando a contextualização da rede de trans-

portes e o modo de ocupação do solo da RMGV. Além disso, o tempo de deslocamento dos trabalhadores da região metropolitana, segundo as categorias sócio-ocupacionais, é colocado em foco.

O capítulo 9 analisa a relação dos tipos socioespaciais com a criminalidade violenta por meio da contextualização da segurança pública capixaba e da interpretação cartográfica de evidências de correlação espacial dos crimes e dos tipos socioespaciais da RMGV.

O décimo capítulo aborda a temática da governança urbana, política pública e gestão metropolitana destacando a construção político-social e institucional da Região Metropolitana da Grande Vitória. Da mesma forma, a relação da metropolização e governança, bem como as instâncias da gestão metropolitana (caracterização do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - COMDEVIT e Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - FUMDEVIT) são evidenciadas com o pano de fundo dos resultados da tipologia socioespacial.

Por fim, o capítulo 11 sintetiza parte das análises desenvolvidas neste livro e oferece uma nova perspectiva a partir do Índice de Bem-estar Urbano - IBEU e suas 5 dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais, condições habitacionais, condições dos serviços coletivos e infraestrutura. Tais dimensões são analisadas em conjunto com os tipos socioespaciais da RMGV.

Referências

RIBEIRO, L. Transformações da Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Documento de trabalho, Observatório das Metrópoles, 2013.

FERRARI, C. Curso de planejamento municipal integrado. São Paulo: Pioneira. 1982.

IJSN. Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo. Vitória: IJSN. 2012.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1999.

SOUZA, M. O desafio metropolitano: um estudo sobre planejamento sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. São Paulo: Bertrand. 2000.

Parte I
O processo de metropolização da RMGV

Capítulo 1

A Metrópole na rede urbana brasileira e na configuração interna

Adilson Pereira de Oliveira Junior
Adriano do Carmo Santos
Latussa Laranja Monteiro
Rodrigo Bettim Bergamaschi

Resumo: Este capítulo analisa o processo histórico de formação da rede urbana capixaba desde o início da república, buscando as raízes da atual polarização exercida pela Região Metropolitana da Grande Vitória no contexto estadual, utilizando, além de dados demográficos e econômicos, estudos já consolidados sobre o tema com informações relevantes a esse objetivo. Em seguida, se busca compreender a configuração interna da região, indicando tendências de aprofundamento ou de mudanças nos papeis que os municípios desempenham, assim como nos níveis de integração regional. Para isso é feita uma análise da mancha urbana a partir de fotos aéreas desde a década de 1970 a 2013, assim como de dados econômicos e demográficos, com especial atenção àqueles relativos à movimentação diária de trabalhadores.

Palavras-chave: rede urbana; metropolização; socioeconomia; movimento pendular.

Abstract: This chapter examines the history of the development of the capixaba urban network since the beginning of the republic, seeking the roots of the current polarization exerted by Metropolitan Region of Grande Vitória in the state context, using, in addition to demographic and economic data, consolidated studies on the subject with relevant information to that goal. Then, it seeks to comprehend the internal configuration of the region, indicating deepening trends or changes in the roles that cities play as well as in levels of regional integration. For this analysis of urban sprawl from aerial photos from the 1970s to 2013 as well as economic and demographic data, with special attention to those relating to the daily movement of workers.

Keywords: urban network; metropolization; socioeconomics; commuting.

1.1. Introdução

Sinônimo de adensamento populacional, as cidades, a partir da revolução industrial, vêm, cada vez mais, se tornando hegemônicas enquanto polo de atração de força de trabalho, ao ponto de se tornar, já no início do corrente século XXI, o local de moradia da maioria da população mundial. Na América Latina e Caribe esse fenômeno é ainda mais intenso, como indica o recente relatório do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas - ONU-HABITAT (2012) quando aponta como o continente mais urbanizado do planeta com uma taxa de urbanização de quase 80%. Para o Brasil, que possui 84,36% de sua população vivendo em cidades, segundo o Censo de 2010, a previsão do relatório é que até 2020 essa taxa chegue perto dos 90%. Esse mesmo relatório aponta que o continente é o menos povoado de acordo com seu território, o que reafirma a tese de uma rede urbana concentrada em médias e grandes cidades.

Apesar de haver uma tendência à diminuição no ritmo de urbanização e crescimento populacional para as próximas décadas, as transformações no padrão de urbanização, na distribuição da população e dos investimentos e na funcionalidade das cidades não cessam.

O Espírito Santo, onde 83,4% de sua população vive em áreas consideradas urbanas, tem uma rede urbana altamente concentrada. Somente a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, formada atualmente pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Guarapari e Fundão, concentra, em 2010, aproximadamente 48% da população e 63% do Produto Interno Bruto - PIB, estadual. As raízes históricas dessa concentração serão exploradas ao longo deste capítulo, assim como as relações com os demais centros urbanos de dentro e fora do estado e sua atual configuração interna.

Além desta introdução, o capítulo está divido em outras duas partes. Inicialmente é feita uma análise do processo histórico de formação da rede urbana estadual, a partir da leitura de documentos históricos e de publicações especializadas que abordam aspectos econômicos e demográficos da evolução do sistema urbano capixaba, seus principais centros em diferentes épocas e a gradativa polarização da Região Metropolitana de Vitória.

Em um segundo momento busca-se compreender a configuração interna da RMGV, enfocando análise de dados e informações referentes à evolução de sua mancha urbana, aos aspectos econômicos (Renda

e PIB) e ao movimento pendular de trabalhadores. A publicação "Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à Dinâmica da Metropolização" do Observatório das Metrópoles (2012) é usada em alguns momentos para balizar a discussão, uma vez que propõe classificar[1] os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento e Aglomerações Urbanas de acordo com sua integração à dinâmica da metropolização, a partir do *"levantamento de informações referentes à concentração, distribuição e crescimento populacional; produção e distribuição da riqueza; ocupação do território; mobilidade populacional e grau de urbanização"* (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012, p.6).

1.2. Formação da Rede Urbana Capixaba

Inicialmente, é importante frisar que entendemos rede urbana como um sistema de relações interurbanas caracterizado pela concomitância de relações verticais de centralidade e polarização e relações horizontais de complementaridade e cooperação (IBGE, 2008). Se a teoria dos lugares centrais[2] elaborada em 1933 por Christaller se mantém válida para a compreensão da organização do espaço, as ligações entre centros de mesmo nível se fortalecem e devem ser consideradas na definição de uma rede urbana equilibrada.

Para melhor compreender a realidade urbana da RMGV vale re-

[1] Para a classificação foi utilizada a Análise Fatorial por Componentes Principais e Análise de Cluster, utilizando as seguintes variáveis: População (log); Taxa de crescimento populacional; Grau de urbanização; Percentual de trabalhadores em ocupações não-agrícolas; Densidade populacional dos setores urbanos; Produto Interno Bruto (PIB log); Total de rendimentos (log); Entrada e saída por movimento pendular; Porcentagem de entrada e saída de movimento pendular. Como variáveis suplementares foram utilizadas informações a presença de portos e aeroportos no município (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012). Assim, de acordo com o nível de integração à dinâmica da metropolização brasileira, os municípios foram classificados como: "Polo", "Polo Estendido", "Muito Alto", "Alto", "Médio", "Baixo" e "Muito Baixo". No caso da RMGV, o estudo aponta além do Polo Vitória, os municípios de Vila Velha, Serra e Cariacica com nível de integração Muito Alto, Viana com nível de integração Alto, Guarapari com nível de integração Baixo e Fundão com nível de integração Muito Baixo (Idem).

[2] Em linhas gerais, a teoria dos lugares centrais defende que o número, tamanho e distribuição das cidades seguiriam elementos reguladores. Todo núcleo de povoamento obedeceria ao mesmo princípio, no qual suas funções centrais - bens e serviços ofertados – determinariam a centralidade, a área de influência e a quantidade de pessoas por ele atendidas (IPEA, 2002).

fletir sobre suas relações com outros centros urbanos, tanto de maior como de menor porte. Para isso, uma pesquisa realizada periodicamente pelo IBGE, denominada *Região de Influência das Cidades* - REGIC, pode nos ajudar. Em 1966, ainda com o nome *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbana*, o IBGE inaugura uma série de estudos que, a partir de coleta de dados sobre os fluxos de bens e serviços, busca identificar e classificar as relações interurbanas. Tal estudo, já com o nome *Região de Influência das Cidades*, é atualizado em 1978, 1993 e 2007 e, apesar de mudanças metodológicas, permite uma leitura comparativa quanto à evolução das relações hierárquicas e das áreas de influência dos principais centros urbanos do país.

Como esperado, Vitória[3] em todas as classificações se posiciona no topo da lista dos centros urbanos capixabas. A polarização do desenvolvimento econômico na capital do Estado do Espírito Santo esteve presente em vários Planos de Governo ao longo do século XX. Contudo, não foi a execução do planejamento estadual que concentrou a atividade econômica em Vitória e no seu entorno. Esse processo remonta a organização da economia estadual entre o final do século XIX e a década de 1960 e, em certo sentido, o planejamento do território urbano metropolitano vem a posteriori, buscando responder aos efeitos sociais e urbanos das transformações econômicas.

Classificada como Capital Regional A pelo REGIC de 2007, Vitória está posicionada hierarquicamente logo após as 12 metrópoles reconhecidas como tal pelo IBGE e por Campinas-SP, exercendo papel de influência e centralização regional que praticamente coincide com os limites do estado do Espírito Santo, avançando um pouco sobre o extremo sul da Bahia. As Capitais Regionais A estão diretamente relacionadas com as metrópoles, porém com capacidades de gestão inferiores a estas. Vitória mantém-se como um centro pertencente à área de influência do Rio de Janeiro, apesar da força exercida por Belo Horizonte, São Paulo, Brasília e Salvador, respectivamente, também ser considerável.

A atração fluminense é historicamente exercida, principalmente sobre o sul do estado, desde o início do auge do período do café, na segunda metade do século XIX, quando grande parte da produção era escoada pelo Rio de Janeiro. Os cenários do campo e das cidades foram constituídos pela produção e comercialização do café desde me-

[3] Em 2007, o REGIC passa a considerar áreas conurbadas como uma única aglomeração, denominadas Áreas de Concentração de População - ACPs, como exemplo a ACP Vitória, constituída por Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana.

ados do século XIX, quando o café entrou pelo sul do Espírito Santo, cultivado em grandes propriedades que utilizavam mão de obra escrava (ROCHA; COSSETI, 1983).

Ao final do século XIX, com a Abolição da Escravatura e a intensificação da imigração, o café passou a ocupar também as terras centrais e montanhosas, produzido em regime de pequenas propriedades rurais (CELIN, 1984; BUFFON, 1992). A produção no sistema de parceria no sul, após o fracionamento das fazendas, e a produção familiar nas demais regiões conformaram uma estrutura produtiva extremamente resistente a crises. Nesta época, é importante destacar, Cachoeiro de Itapemirim passou a disputar com Vitória a hegemonia política no estado, pois configurava-se como principal centro econômico capixaba. Essa disputa permanece nas primeiras décadas do século XX mesmo com a inauguração de uma estrada de ferro ligando Cachoeiro de Itapemirim à capital. Fato é que Cachoeiro permanece como cidade mais populosa do estado até o recenseamento realizado em 1940, com outras importantes cidades sul espírito-santenses à época também se destacando, como Alegre e Mimoso do Sul. Vitória, apesar de maior centro urbano, era apenas a quinta cidade do estado em população (Tabela 1.1).

Tabela 1.1 – Municípios mais populosos do Espírito Santo segundo Censos de 1940 a 2010

Município	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Alegre	62.378	58.968	49.985	40.312	33.519	30.422	31.714	30.768
Cach. de Itapemirim	72.834	81.082	91.564	100.010	123.686	143.449	174.879	189.889
Cariacica	15.228	21.741	40.002	101.422	189.099	274.532	324.285	348.738
Colatina	66.263	100.437	154.966	105.096	111.678	89.553	103.437	111.788
Linhares	-	29.381	65.418	92.329	123.163	97.074	112.617	141.306
Mimoso do Sul	49.813	42.873	33.042	23.778	23.275	24.041	26.199	25.902
Serra	6.415	9.245	9.729	17.286	82.568	222.158	321.181	409.267
Vila Velha	17.054	23.127	56.445	123.742	203.401	265.586	345.965	414.586
Vitória	45.212	50.992	85.242	133.019	207.736	258.777	292.304	327.801

Fonte: DEE/IBGE, Anuário Estatístico do Espírito Santo de 1956 e 1961; IBGE, Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.
Nota: A população corresponde àquela indicada à época do recenseamento, sem descontar posteriores desmembramentos.

A expansão e o deslocamento da produção cafeeira para o centro-norte do estado também levou um contingente populacional ex-

pressivo para a região, o que proporcionou a Colatina ser o primeiro município capixaba a contabilizar 100 e 150 mil habitantes, nos recenseamentos de 1950 e 60 respectivamente. Apesar dessa população ser majoritariamente rural, há um movimento de urbanização incipiente, pois além de um crescimento de 50% da população, a população urbana salta de menos de 9% para quase 23% dos colatinenses no período. No sul, apesar de Cachoeiro de Itapemirim perder o posto de cidade mais populosa do estado já em 1950, seu processo de urbanização também é visível, com uma taxa de urbanização de quase 34% em 1950 e 47,5% em 1960.

Em meados de 1950, uma sequência de supersafras determinou a queda dos preços do café, como já havia ocorrido diversas vezes, porém as medidas do Governo Federal foram radicalmente diferentes das anteriores. Ao invés de manipular o câmbio ou comprar o produto visando manter a renda dos cafeicultores, como já havia feito em ocasiões anteriores, o Governo Federal criou o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura – GERCA para contornar os efeitos da queda de preços na economia nacional (ROCHA; MORANDI, 2012).

Vitória já nesta época tinha uma taxa de urbanização de quase 100% e apesar de ter a maior população urbana do estado, esta se encontrava ainda concentrada em seu núcleo histórico, com os municípios vizinhos que hoje compõem a Grande Vitória, com crescimento ainda incipiente. Vila Velha e Cariacica em 1950 tinham pouco mais de 20 mil habitantes, duplicando sua população no recenseamento seguinte, o que indica um início do movimento de concentração populacional. O município de Serra, por outro lado, permanece com menos de 10 mil habitantes nos dois recenseamentos (1950 e 1960).

Avaliando o desenvolvimento industrial, destaca-se o fato de que na década de 1950, a maioria da produção estava associada ao beneficiamento do café. Vitória, apesar de, em 1954, liderar a lista com 72 estabelecimentos industriais com cinco ou mais empregados, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, com 67 e 62 estabelecimentos também se destacam, demonstrando certo equilíbrio na distribuição industrial. Desconsiderando a indústria alimentícia e extrativa, os únicos destaques são as indústrias de "tecido em algodão" em Cachoeiro de Itapemirim, "ferro-gusa", em Cariacica e "sacos de aniagem" em Vitória, o que retrata um setor ainda bem incipiente (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESPÍRITO SANTO, 1956; 1961).

A década de 1960 marca o processo de inflexão na política eco-

nômica do estado. A primeira metade é marcada pela política de erradicação de cafezais, justificada por uma crise de superprodução. Em 1962 o GERCA deu início a um plano diretor, que tinha três diretrizes básicas: erradicação dos cafezais antieconômicos, diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e renovação dos cafezais em novas bases técnicas. A política de erradicação foi executada através da indenização dos cafeeiros erradicados.

Se a superprodução foi gerada por uma demanda excessiva do período pós-guerra no mercado internacional e teve como principais afetados os grandes produtores, localizados principalmente no Paraná, São Paulo e Minas Gerais, a política de erradicação de cafezais afetou principalmente o pequeno agricultor que, baseado numa economia de subsistência, foi acusado de usar métodos arcaicos e improdutivos. O Espírito Santo, que notadamente era conhecido pelo café de baixa qualidade, foi o estado mais afetado por essa política, tendo 53,8% de seus cafezais erradicados, contra 26,0%, 28% e 33,3% de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, respectivamente (SIQUEIRA, 2001). É importante frisar que 70% da área "liberada" pelo café foi ocupada por pastagens/pecuária (ROCHA; MORANDI, 1991), atividades que demandam uma quantidade bem menor de mão de obra. Estima-se que 60 mil pessoas ficaram sem emprego, pois não havia nenhuma cultura que pudesse substituir o café nesses termos.

É a partir da erradicação dos cafezais que a economia capixaba transita de um modelo primário exportador para uma economia industrializada e concentrada na Região Metropolitana da Grande Vitória.

A migração de cerca de 120 mil pessoas para a Grande Vitória deu início ao crescimento populacional expressivo que ocorreu nas décadas seguintes (FELIPE, 2012). Além do interior do estado, tais migrantes vieram, principalmente, do norte e Zona da Mata mineira, sul da Bahia e norte do Rio de Janeiro (SIQUEIRA, 2001). A diversificação econômica que ocorria lentamente na região desde a década de 1940, com a exportação do minério de ferro transportado até o Porto pela Estrada de Ferro Vitória Minas se acelera na década de 1960. No início da década de 1960 começaram a funcionar dois projetos do Plano de Metas do governo federal. Segundo hipótese de Rocha e Morandi (1991) parte das indenizações recebidas pela erradicação do café foram aplicados em pequenos negócios nas cidades.

Como já demonstraram alguns autores (ZANOTELLI, 1998; SI-

QUEIRA, 2001), é nessa década que o processo de industrialização na Grande Vitória começa a se acelerar, inicialmente com indústrias de pequeno e médio porte. Em Cariacica, em uma década, 26 indústrias foram instaladas (ZANOTELLI, 1998), sendo registrado um crescimento de mais de 150% na população, que ultrapassou os 100 mil habitantes. Vitória e Vila Velha também registram altas taxas de crescimento populacional, assumindo, no recenseamento de 1970, a posição de municípios mais populosos do estado com aproximadamente 133 e 123 mil habitantes, respectivamente, ambos com taxa de urbanização próxima dos 100%. O interior apresenta uma diminuição no ritmo de crescimento demográfico, com muitas cidades apresentando decréscimo populacional. Cachoeiro de Itapemirim cresce de 91 mil para pouco mais de 100 mil habitantes e Colatina, que na década de 60 perde 50% do território[4], perde também 1/3 da população caindo de aproximadamente 155 para 105 mil habitantes.

Mas é na década de 1970 que realmente ganha ritmo a urbanização dos principais municípios da atual RMGV. A ação do Estado nesse sentido foi fundamental, uma vez que foi criada toda uma estrutura para estimular a vinda de grandes empreendimentos, seja através da concessão de incentivos fiscais, da criação da infraestrutura urbana necessária para esse fim e da criação de toda uma estrutura institucional voltada principalmente para atender o setor industrial. Entre 1967 e 1971 foram criados o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES, o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial - FUNDAI, o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP, a Superintendência de Projetos de Polarização Industrial - SUPPIN, o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo - GERES, o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES e o Banco do Estado do Espírito Santo S/A - BANESTES (PEREIRA, 1999).

No cenário nacional, neste período, o país experimentava um significativo período de crescimento econômico, que teve o intervalo de 1968 a 1973 seu momento mais expressivo, o conhecido "milagre econômico brasileiro" que evidenciou as grandes cidades, como o *lócus* potencial da industrialização (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011).

Com o anúncio do início das obras e a inauguração dos chama-

[4] Os Municípios de Pancas (hoje Pancas e Alto Rio Novo) e São Gabriel da Palha (hoje São Gabriel da Palha, Vila Valério e Águia Branca) são criados em 1963.

dos “Grandes Projetos Industriais” no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Federal - PND[5] no estado, o fluxo de migrantes para os municípios da Grande Vitória, que receberam cerca de 80% dos investimentos (SIQUEIRA, 2001), aumentou consideravelmente. Vitória, Vila Velha e Cariacica mantém o ritmo acelerado de crescimento, ultrapassando ou chegando próximo dos 200 mil habitantes. Serra, município que até então tinha ficado meio de fora do processo, com as obras da Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST e a construção do Centro Industrial de Vitória - CIVIT, quintuplica sua população, saindo de 17 para 85 mil habitantes entre 1970 e 1980.

É importante destacar que nesse momento se inicia a ação da Companhia Habitacional - COHAB e do Banco Nacional de Habitação - BNH em todo o país e, em particular, na Grande Vitória. Serra foi o município que recebeu mais benefícios da Companhia Habitacional do Espírito Santo - COHAB-ES entre 1965 e 1985, cerca de 37,35% (NODARI; GUIDONI, 2002), e isso pode ter influenciado na qualidade do espaço urbano, como aprofundado em capítulos seguintes deste livro. Aqui importa refletir sobre a hipótese de como a localização dos conjuntos habitacionais seguia a lógica do setor industrial, não somente cobrindo necessidades infraestruturais, como barateando custo de transporte da mão-de-obra.

No quadro do planejamento do território conurbado, as ações principais seguiam a lógica da época, em que o planejamento era em grande medida centralizado na atuação de instituições ministeriais, com destaque para o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU e se fazia principalmente por meio de Planos de Desenvolvimento Integrado - PDIs para as principais cidades no contexto da descentralização das atividades industriais do II PND.

A então denominada Microrregião de Vitória recebeu financiamento do SERFHAU, o que resultou em um abrangente Plano de Desenvolvimento Integrado da Micro Região de Vitória - PDI que, em 1971, já nascia defasado, uma vez que os projetos e plantas industriais guardavam pouca ou nenhuma relação com as diretrizes do Plano, posto que aconteciam em paralelo. No entanto, muito do conteúdo é ainda hoje pertinente, como por exemplo, a preocupação com coleta e tratamento de esgoto e a poluição dos recursos hídricos (fluvial e ma-

[5] O II PND (1975-1979) alocou recursos prioritariamente em três áreas: produção de bens de capital e insumos básicos; produção de energia e transporte e comunicações.

rítimo), ao mesmo tempo em que se aprofundaram as questões ligadas à mobilidade (MONTEIRO, 2013).

Após a criação de uma Secretaria de Planejamento no governo estadual, segue-se a elaboração, em 1975, do Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória - PEE que deu origem em 1976 à Fundação Jones dos Santos Neves, posteriormente transformada em autarquia da Secretaria de Economia e Planejamento. O plano continha diretrizes gerais de atuação integrada para a região e transcrevia muito dos diagnósticos elaborados no PDI. Em 1985 é apontada a necessidade de atualização do PEE, em virtude das mudanças causadas pela crise econômica da década de 1980, mas tal estudo não chegou a ser elaborado.

Vale ressaltar que o modelo de desenvolvimento econômico nacional, consolidado pelas bases do "milagre econômico", viabilizou-se através de investimentos púbicos internos e privados estrangeiros. Uma das consequências disso foi o aumento do endividamento externo, sobretudo, decorrente do incremento do preço internacional do petróleo ocorrido em 1973 e 1979, bem como da elevação da taxa de juros norte-americana que ocorreu no início dos anos 80. Tais fatores *"fizeram com que a dívida externa brasileira se ampliasse de tal maneira que se tornou um dos principais problemas da sociedade brasileira daquela época"* (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, p.8). Além dessas questões econômicas estruturais, o referido modelo, nas décadas seguintes, influenciou implicações e desdobramentos socioespaciais, nem sempre positivos, pois o crescimento econômico promovido pela industrialização não se articulava em mesmo nível com o desenvolvimento social. Nessa conjuntura, evidencia-se a premissa de que a implementação de um planejamento territorial eficiente e de políticas sociais adequadas poderia garantir um maior equilíbrio econômico, social e ambiental ao processo de urbanização.

A evolução do sistema de planejamento ou de gestão é abordada em capítulo específico deste livro. Importa aqui apenas destacar, na escala capixaba, o quanto os planos da década de 1970 são expressão do que poderia ter sido a RMGV e não o foi, permanecendo como uma agenda em aberto, com visíveis impactos do inchaço populacional, ocupação de espaços irregulares, degradação urbano-ambiental ocasionado tanto pela massiva migração campo-cidade, quanto pela lógica da organização social da produção na RMGV das décadas de 1960/70.

Não iremos aqui nos aprofundar sobre as consequências desse crescimento na formação da metrópole, já que serão abordadas nos próximos capítulos, mas nas décadas seguintes só aumenta a concentração econômica e populacional na RMGV, como podemos perceber na Tabela 1.2, apesar do ritmo de crescimento ter diminuído.

Tabela 1.2 – Evolução da População e PIB da RMGV e ES, segundo Censos de 1940 a 2010

Ano	População*			PIB (*em R$ mil*)**		
	RMGV	ES	RMGV / ES	RMGV	ES	RMGV / ES
1940	111.456	750.107	14,86%	146.465,20	526.927,68	27,80%
1950	131.447	861.562	15,26%	268.948,65	1.047.133,44	25,68%
1960	221.104	1.188.665	18,60%	600.327,22	1.437.326,68	41,77%
1970	418.273	1.617.857	25,85%	2.002.885,43	3.644.590,53	54,96%
1980	753.959	2.063.679	36,53%	6.306.833,07	11.276.529,65	55,93%
1991	1.136.842	2.600.618	43,71%	***	***	***
2000	1.438.596	3.097.232	46,45%	13.891.785,19	23.248.586,26	59,75%
2010	1.687.704	3.514.952	48,01%	23.143.139,31	36.642.686,18	63,16%

Fonte: DEE/IBGE, Anuário Estatístico do Espírito Santo (1956, 1961); Censos Demográficos, IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010); IpeaData. Elaboração: IJSN, 2013
Notas:
* A população corresponde àquela indicada à época do recenseamento, sem descontar posteriores desmembramentos.
** PIB calculados com valores de 2000
*** A fonte não traz os dados referentes a PIB estadual e metropolitano de 1991.

A concentração enquanto elemento característico da rede urbana capixaba pode ser melhor percebida ao analisarmos a Tabela 1.3, que compara a distribuição populacional das UFs brasileiras, em 2010, segundo porte de seus municípios.

Uma primeira observação que pode ser feita é que o Espírito Santo está entre as Unidades Federativas - UFs que mais concentram população em municípios acima de 100 mil habitantes. Pode-se notar que nessa questão, além de Roraima e Amapá que se inserem em uma rede urbana com características específicas e ainda em formação, apenas o Rio de Janeiro e São Paulo superam o Espírito Santo. A rede urbana paulista, pode-se argumentar, está em outro patamar de aglomeração e poderíamos usar outra escala de agrupamento para comparação. Já no caso da rede urbana fluminense, como já abordado em outros trabalhos (IPEA, 2001), há uma elevada "macrocefalia", o que além de

restringir a área de influência de seu município polo (que, pelo porte, pouco avança em relação às fronteiras estaduais) gera um transbordamento de sua população aos municípios de quase todo o estado[6].

Tabela 1.3 – Distribuição da população dos Estados em 2010, segundo tamanho dos municípios

UF	até 20 mil hab.	de 20 a 100 mil hab.	acima de 100 mil hab.
AC	23,37%	30,82%	45,81%
AM	11,74%	33,61%	54,65%
AP	16,37%	9,03%	74,60%
PA	6,83%	50,90%	42,27%
RO	23,86%	41,25%	34,89%
RR	31,50%	5,39%	63,11%
TO	51,01%	21,61%	27,38%
AL	21,25%	42,00%	36,75%
BA	21,73%	38,64%	39,64%
CE	14,46%	40,86%	44,67%
MA	23,06%	44,04%	32,90%
PB	39,92%	24,75%	19,21%
PE	12,06%	39,48%	48,47%
PI	42,98%	26,23%	30,78%
RN	32,06%	27,98%	39,96%
SE	23,89%	40,72%	35,96%
GO	20,79%	30,24%	48,97%
MS	23,50%	27,97%	48,52%
MT	36,65%	31,89%	31,46%
ES	14,11%	24,50%	61,39%
MG	26,26%	30,33%	43,42%
RJ	2,15%	10,46%	87,39%
SP	7,57%	17,73%	74,70%
PR	24,58%	26,10%	49,32%
RS	21,40%	31,84%	46,76%
SC	26,05%	31,29%	42,66%

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013

Por outro lado, o Espírito Santo também apresenta uma baixa taxa populacional em municípios de até 20 mil habitantes superando apenas São Paulo e Rio de Janeiro (pelas mesmas características acima apontadas), Amazonas, Pará e Pernambuco. Mas o que não aparece na Tabela 1.3 são as diferenças internas de cada grupo de municípios, que aqui destacamos:

[6] Para se ter uma ideia desse efeito a população fluminense em municípios abaixo de 20 mil habitantes somente não é superada pela dos estados do Acre, Amapá e Roraima.

- dentre os municípios que comportam uma população entre 20 e 100 mil habitantes, apenas dois têm entre 50 e 100 mil habitantes (um deles na RMGV);
- cinco a cada seis municípios do estado tem menos de 35 mil habitantes;
- os municípios polo do interior, apesar de desempenhar papeis diferentes na rede urbana capixaba, têm todos entre 100 e 200 mil habitantes;
- dentre os municípios que tem mais de 100 mil habitantes, quatro têm entre 320 e 420 mil habitantes e formam uma única aglomeração que comporta aproximadamente 90% da população da RMGV;

Observando o REGIC 2007, percebe-se claramente que a área de influência da RMGV praticamente coincide com os limites estaduais, avançando um pouco sobre o extremo sul da Bahia e alguns municípios do leste mineiro. Apesar de no REGIC 1993 essa área de influência ser ligeiramente superior, avançando um pouco mais nos dois sentidos, devido a mudanças metodológicas, não se pode afirmar que a RMGV ganhou ou perdeu poder de polarização.

Essa breve síntese serviu para retratar a rede urbana estadual em sua historicidade. Apesar de o foco deste trabalho ser a Região Metropolitana e sua configuração interna, ao pensar seu processo de conformação torna-se necessário refletir também sobre o que foi desconformado e o que poderia ter sido conformado, mas não foi. A concentração de investimentos na RMGV e proximidades litorâneas, junto com o fluxo migratório que trouxe, era de certo modo, legitimado pelo imaginário que considerava a industrialização, independentemente de seu modelo, como propulsora de desenvolvimento, quando na verdade o que se percebeu foi uma lógica de crescimento econômico, pouco vinculada ao desenvolvimento social. Apesar dessa questão não ser privilégio do cenário capixaba, a hipótese aqui exposta é que o Espírito Santo expressa de maneira singular o desenvolvimentismo brasileiro implantado pelos Governos Militares. Ou seja, um estado produtor e exportador de *commodities*, com uma industrialização baseada em setores que geram poucos encadeamentos intersetoriais e que quase não dialogava com a realidade urbana onde se inseria. Assim, a população que veio para a RMGV atraída pelo anúncio dos grandes projetos industriais, embora tenha sido em parte absorvida na construção refe-

rente à fase de implantação, não foi empregada na fase posterior, de operação, em virtude de sua baixa qualificação, mas em grande parte conseguiu encontrar emprego no setor terciário informal, com o agravante que este não se encontrava bem estruturado naquele momento.

Esta população não encontrou alternativa a não ser aquela de morar nas margens periféricas da aglomeração, que cada vez mais foi se expandindo. Para os que ficaram no interior, foram criadas poucas perspectivas de valorização a partir de seus próprios elementos constituintes, permanecendo como aqueles que aguardam a chegada do desenvolvimento, de fora para dentro, e marcando o território estadual com uma clara divisão entre o maior desenvolvimento da faixa próxima ao litoral, da qual a RMGV faz parte, e a relativa estagnação da faixa interiorana. Isso pode ser notado na leitura dos planos estratégicos elaborados pelas duas últimas gestões do governo estadual, que tem na interiorização do desenvolvimento um de seus principais focos de ação, buscando diminuir as diferenças interregionais.

Por outro lado, vários passivos socioambientais foram se criando para a RMGV e se correlacionando ao longo das três últimas décadas do século XX. E os municípios constituintes foram assumindo diferentes funções, que serão aprofundadas daqui para frente.

1.3. Configuração Interna da RMGV

1.3.1. Aspectos Territoriais

Segundo Villaça (1998), o processo de conurbação é aquele segundo o qual ocorre a fusão de áreas urbanas ainda que pertencentes a diferentes unidades político-administrativas, formando funcionalmente "um tipo particular de cidade" que se espraia por diferentes municípios.

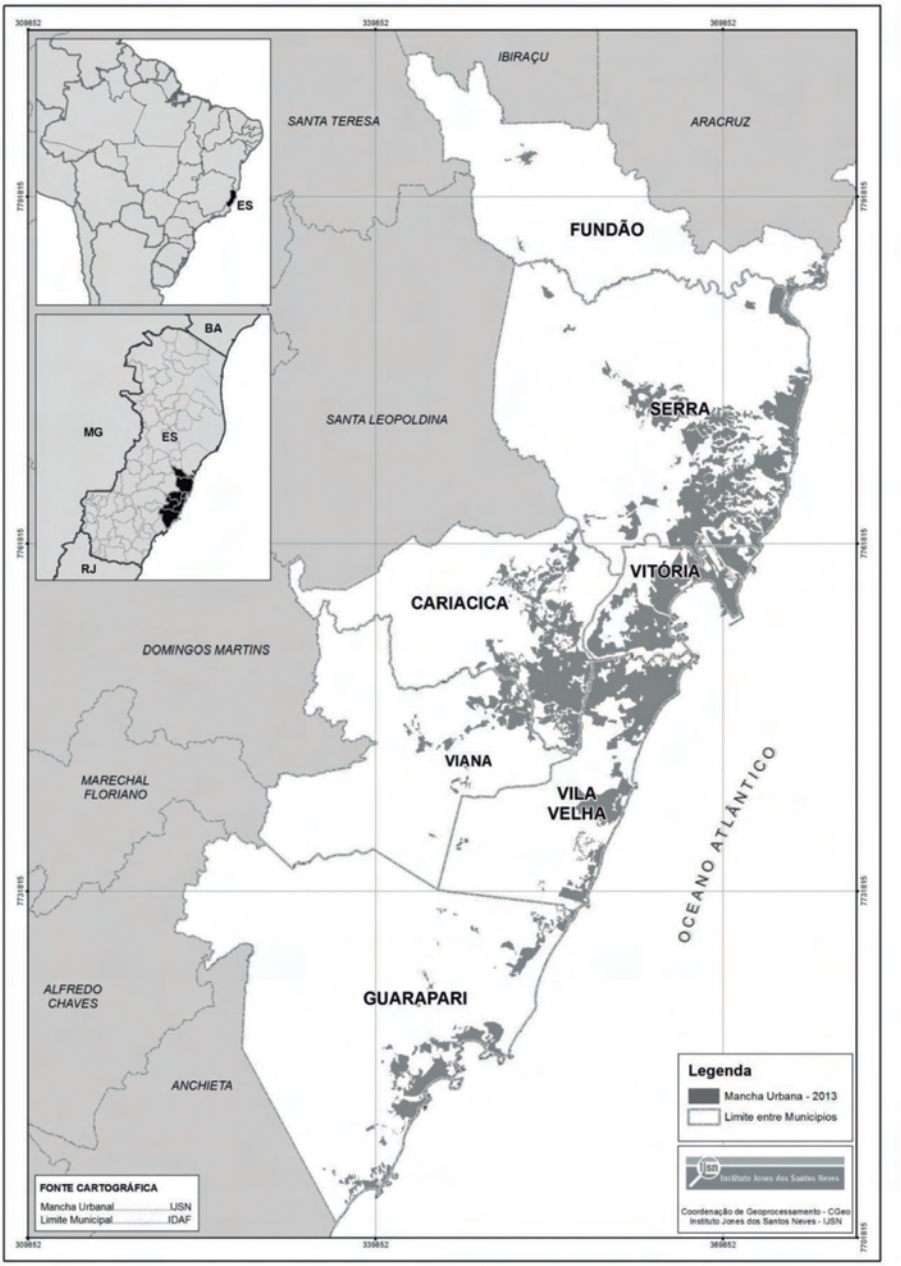
A análise da mancha urbana pode indicar a intensidade da urbanização, a maior ou menor integração entre os municípios que compõem um aglomerado, além de ajudar na identificação de vetores de expansão urbana, vazios urbanos, barreiras de crescimento etc.

Podemos verificar a maior ou menor integração dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória por meio da Figura 1.1, que mostra a mancha urbana da RMGV em 2013, demonstrando um alto grau de conurbação entre os municípios vizinhos à capital e a separação por extensas áreas sem ocupação dos municípios de Fundão e Guarapari.

De maneira geral, a baixa integração dos municípios citados à di-

nâmica de metropolização brasileira é corroborada por outras análises ao longo deste e dos demais capítulos.

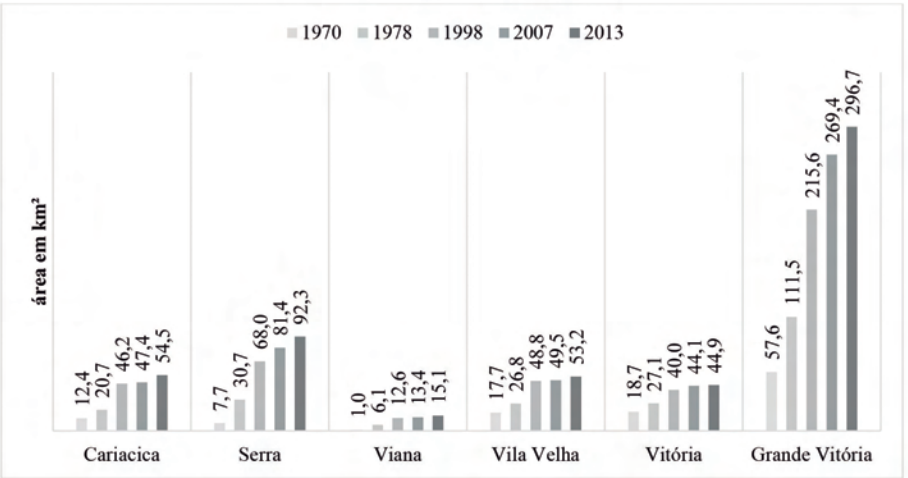
Figura 1.1 - Mapa de Localização e Mancha Urbana da RMGV.



Elaboração: IJSN, 2013.

Para melhor compreender a conformação do território como se apresenta atualmente, observe-se o Gráfico 1.1, que mostra a evolução da conurbação nos anos de 1970, 1978, 1998, 2007 e 2013 (julho)[7], para os municípios que compõem a área conurbada da RMGV, ou seja, Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

Gráfico 1.1 – Evolução da área da mancha urbana na Grande Vitória entre 1970 e 2013



Fonte: Coordenação de Geoprocessamento / IJSN, 2013.

A expansão constatada entre os anos de 1970 e 1978 foi de 93,6%, apresentando um incremento em área de 54 km² em 8 anos, ou 6,75 km² ao ano. Nos vinte anos seguintes, houve uma diminuição no ritmo de expansão, mas os 104 km² acrescidos representaram uma ampliação territorial de 5,2km² ao ano. Entre 1998 e 2007, apesar de percentualmente a mancha urbana ter se expandido menos, em números absolutos acresceu-se 6 km² anualmente à mancha urbana, representando um avanço em relação ao período anterior. Finalmente, entre 2007 e 2013 foram acrescidos, anualmente, 4,5 km² à mancha urbana, totalizando quase 300 km² de mancha urbana na RMGV.

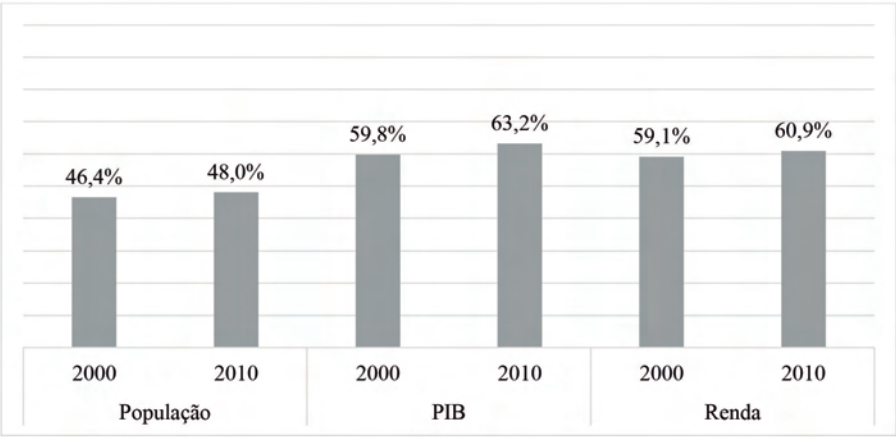
[7] Os dados foram obtidos por meio de análise geoespacial da mancha urbana formada por áreas parceladas ou seja, dotadas de sistema viário, em diferentes níveis de infraestrutura e ocupação. As datas referidas correspondem à datação das fotos aéreas que deram suporte à análise.

Em todo o período e frações de período analisados, assim como refletido no crescimento demográfico, Serra é o município que mais cresce na RMGV, saindo de aproximadamente 13,4% da mancha urbana em 1970, para 31,1%, em 2013, em parte explicada pela já citada forte atuação em oferta de conjuntos habitacionais até 1986. Surpreende o fato de Vitória, com significativas restrições de expansão territorial (ver Capítulo 8), ter apresentado um crescimento superior ao de Vila Velha e Cariacica, entre 1998 e 2007, quando estes últimos acresceram, respectivamente, 0,7 e 1,2 km² ao território em nove anos. É importante salientar que Cariacica também teve um crescimento demográfico menor que o de Vitória entre 2000 e 2010 (ver Tabela 1.1). Vila Velha, por outro lado, provavelmente concentrou seu crescimento populacional em áreas verticalizadas, o que não aparece na análise da mancha urbana, aumentando sua densidade populacional. Não obstante, no período seguinte, de 2007 a 2013, Cariacica apresenta aumento em área urbana superior ao de Vila Velha e Vitória, sendo superada apenas por Serra.

1.3.2. Análise socioeconômica

A centralidade da RMGV na rede urbana capixaba se aprofundou ao longo do tempo. Entre 2000 e 2010, acentuou-se a concentração de todas as variáveis consideradas na análise socioeconômica devido ao ritmo de crescimento da região acima da média do estado (Gráfico 1.2).

Gráfico 1.2 – Participação da RMGV na população, no PIB e na renda do Estado do Espírito Santo

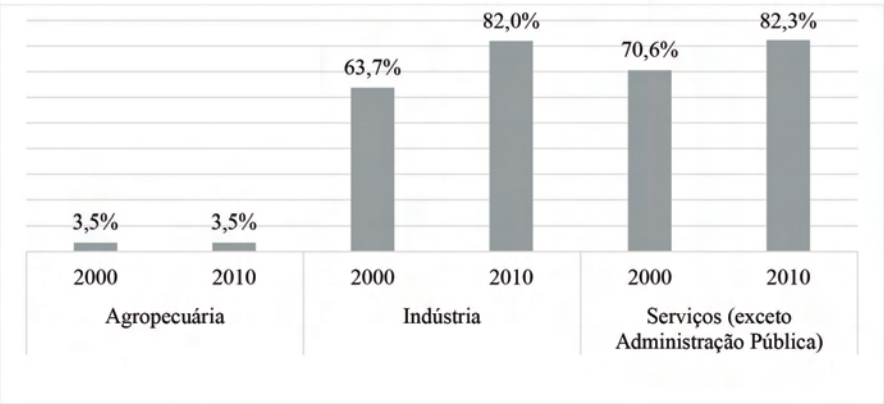


Fonte: IBGE (2000, 2010); IJSN, 2013; Observatório das Metrópoles, 2013.

A expansão industrial na região permanece funcionando como atrativo de população em busca de oportunidades no mercado de trabalho. No período 2000-2009 dos sete principais projetos de investimentos anunciado e concluídos no setor industrial, cinco foram implantados na RMGV. Nesse período, houve a ampliação das atividades de mineração, siderurgia e de atividades relacionadas à extração de petróleo, inclusive com a instalação da sede da Petrobrás na capital (IJSN, 2010).

Essa ampliação aliada ao aumento da demanda e dos preços das *commodities* no mercado mundial impactou no avanço do PIB da RMGV, que teve sua participação elevada no estado. O peso da indústria e dos serviços relacionados cresceram significativamente (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.3 – Participação da RMGV no PIB do Estado por setor (exceto Administração Pública)



Fonte: IBGE (2000, 2010); IJSN, 2013.

O Observatório das Metrópoles aponta para a possibilidade que a metropolização possa ser definida a partir da relação entre o porte econômico e demográfico das cidades, na medida em que nos municípios polos e nos que apresentam os níveis de integração mais elevados em relação à dinâmica da metropolização brasileira, o peso da economia é maior ou próximo da participação da população, enquanto nos níveis relativos à menor integração o peso da população é maior que o econômico (RIBEIRO *et al*, 2012).

Por esse tipo de análise a metropolização capixaba abarcaria apenas as cidades de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, por cons-

tituírem níveis de integração de polo, muito alto e alto. É interessante notar que nos primórdios de sua institucionalização a RMGV abrangia exatamente esses municípios. A inserção de Guarapari e Fundão cujos níveis de integração são médio e baixo se deu posteriormente.

Na configuração interna, ou seja, considerando a participação dos municípios da região no total dos indicadores da RMGV, a capital capixaba apresenta uma situação distinta da verificada no Brasil. Embora abrigue uma parcela significativa da população, é, desde 2000, apenas o quarto município mais populoso da região. No entanto, abarca uma concentração de geração de riqueza, apropriação de renda e infraestrutura voltada para a circulação de mercadorias muito maior que a média da participação na população (RIBEIRO *et al*, 2012). Vitória abriga o único aeroporto do estado, um Porto e cinco Terminais de Uso Privativo - TUP, no total de nove TUPs existentes no estado.

A grande disparidade interna fica evidente na supremacia do polo nos indicadores econômicos. A capital foi a única cidade cujo porte econômico foi superior ao demográfico tanto em 2000 como em 2010. Nesse período, o peso econômico do município recuou um pouco dentro da região. A participação no PIB ficou praticamente estável passando de 48,2%, em 2000 para 48,1%, em 2010. A participação na renda recuou de 36,8% para 35%.

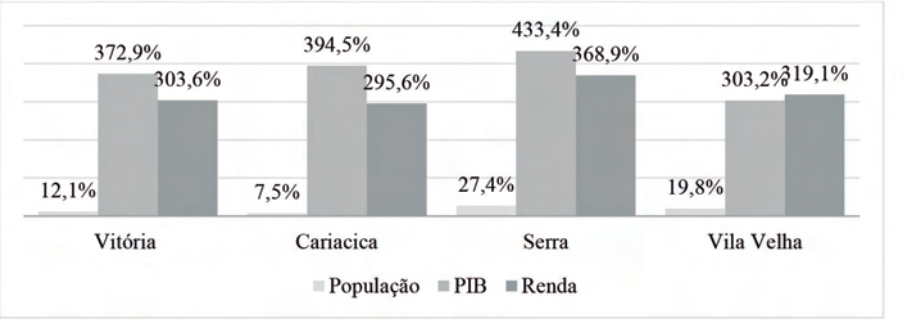
Tabela 1.4 – População, PIB e renda da RMGV por nível de integração e município – 2000 e 2010

Níveis de integração e Municípios	População		PIB		Renda	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Polo	20,3%	19,4%	48,2%	48,1%	36,8%	35,0%
Vitória	20,3%	19,4%	48,2%	48,1%	36,8%	35,0%
Muito alto	68,9%	69,5%	46,6%	47,4%	56,3%	57,6%
Cariacica	22,5%	20,7%	8,9%	9,5%	13,2%	12,2%
Serra	22,3%	24,2%	21,1%	24,5%	14,2%	16,4%
Vila Velha	24,0%	24,6%	16,6%	13,5%	28,9%	29,0%
Alto	3,7%	3,9%	2,1%	1,9%	1,8%	1,8%
Viana	3,7%	3,9%	2,1%	1,9%	1,8%	1,8%
Médio	6,1%	6,2%	2,7%	2,0%	4,6%	4,9%
Guarapari	6,1%	6,2%	2,7%	2,0%	4,6%	4,9%
Baixo	0,9%	1,0%	0,4%	0,5%	0,6%	0,6%
Fundão	0,9%	1,0%	0,4%	0,5%	0,6%	0,6%
RMGV	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE (2000, 2010); Observatório das Metrópoles (2013).

Como o polo apresentou aumento em todos os indicadores, a perda de participação ocorreu pelo crescimento mais acentuado dos municípios de integração muito alta na dinâmica de metropolização brasileira, que resultou num ganho de participação desse conjunto de municípios, notadamente Serra e Vila Velha (Gráfico 1.4 e Tabela 1.4).

Gráfico 1.4 - Taxa de crescimento acumulada da População, do PIB e da Renda entre 2000 e 2010[8] em Vitória, Cariacica, Serra e Vila Velha



Fonte: IBGE, IJSN e Observatório das Metrópoles.

As cidades que circundam o polo já eram em 2000 as mais populosas do estado, posição que mantiveram em 2010. A dinâmica desses municípios está estreitamente ligada a da capital, onde o polo apresenta forte relação com os municípios do entorno, seja pelo fluxo de trabalhadores, seja pela relação de complementaridade dos setores de indústria e serviços e vice-versa.

Tanto em 2000 como em 2010 o nível de integração muito alto, diferentemente do polo, abrangeu um percentual maior de população do que de PIB e renda. Nesse nível está a maior participação nos três indicadores na RMGV.

Desdobrando o nível de integração muito alto nos três municípios que o compõe, observa-se que em Cariacica o peso demográfico é muito maior que o econômico. Serra registrou uma participação do PIB (24,5%) um pouco superior ao da população (24,1%) em 2010. Vila Velha, por sua vez, concentrou mais renda do que população e PIB, em 2000 e 2010.

Utilizando os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/MTE de 2010 verifica-se que a massa salarial em Vila Velha é

[8] No caso do PIB e da Renda foi utilizada a taxa de crescimento nominal, uma vez que não existe um deflator de preços para a economia dos municípios.

menor que na Serra. Por outro lado, segundo os dados do Censo tabulados pelo Observatório das Metrópoles, a massa de rendimentos da Serra é menor que a de Vila Velha. Isso pode ser explicado pelo fato dos dados da RAIS considerarem o estabelecimento de emprego, enquanto os dados de rendimento obtidos através do Censo consideram o local de residência do trabalhador.

Embora haja diferenças na metodologia de apuração de rendimentos da RAIS, que abrange apenas os rendimentos do mercado formal de trabalho e na do Censo, que além do mercado formal abarca também o informal e rendimentos do não trabalho, a comparação é relevante para enfatizar a existência de uma elevada movimentação de trabalhadores que auferem renda em município diferente daquele em que residem.

Dessa forma, uma possível explicação para o maior peso da renda em relação à população em Vila Velha está relacionada à apropriação da riqueza gerada no território do município e ao movimento pendular dos trabalhadores[9]. Uma parte significativa da renda recebida pelos habitantes de Vila Velha poderia estar sendo auferida em outros municípios.

Contudo, a matriz de movimento pendular dos trabalhadores em 2010 revela que essa não é a explicação para a grande apropriação de renda dos trabalhadores de Vila Velha, uma vez que o saldo do movimento pendular dos trabalhadores é maior em Cariacica, cuja participação na renda é muito inferior à participação na população (Tabela 1.5).

Tabela 1.5 – Matriz de movimento pendular dos trabalhadores em 2010

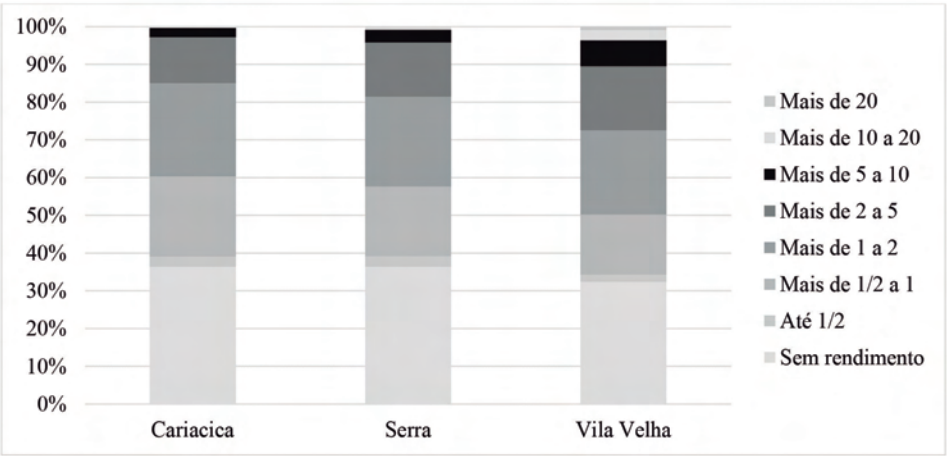
		Entrada							
	Município	Cariacica	Fundão	Guarapari	Serra	Viana	Vila Velha	Vitória	Total
Saída	Cariacica	-	20	182	9.236	3.312	18.358	35.167	66.276
	Fundão	48	-	7	902	5	49	460	1.470
	Guarapari	134	0	-	175	201	875	1.176	2.561
	Serra	2.071	355	97	-	223	4.329	38.494	45.568
	Viana	3.897	28	110	1.018	-	2.334	5.211	12.598
	Vila Velha	6.353	34	616	6.580	889	-	35.742	50.213
	Vitória	3.614	73	198	11.483	889	5.671	-	21.927
	Total	16.116	510	1.209	29.394	5.517	31.616	116.250	-
	Saldo	-50.160	-959	-1.352	-16.174	-7.081	-18.597	94.323	

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

[9] Este dado refere-se apenas à movimentação casa-trabalho. O movimento pendular geral, que considera além do trabalho, o estudo como motivo da viagem, será trabalhado na próxima seção.

Portanto, o que pode explicar a maior apropriação da renda pelos moradores de Vila Velha é o fato de seus moradores ocuparem postos de trabalho melhor remunerado que os residentes nos demais municípios com nível de integração muito alto. O resultado do Universo do Censo demográfico de 2010 mostra que as pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal em Vila Velha se concentram nos extratos que auferem maior renda na comparação com Serra e Cariacica (Gráfico 1.5).

Gráfico 1.5 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal (Salários Mínimos – SMs) em Cariacica, Serra e Vila Velha – 2010



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Nos níveis de integração alto, médio e baixo em relação à dinâmica da metropolização brasileira, representado pelos municípios de Viana, Guarapari e Fundão, respectivamente, o peso da população também supera o econômico. Em Viana e Fundão a geração de riqueza e a apropriação de renda possuem participação bastante similares. Por outro lado, em Guarapari a participação na apropriação de renda é quase o dobro da participação no PIB.

A apropriação de Guarapari pode ser explicado pela proximidade e integração com o município de Anchieta que abriga uma grande planta industrial em seu território (Samarco). Além disso, se trata de uma cidade cujo comércio cresce bastante no verão devido à intensa movimentação de turistas.

Conforme aponta o Observatório das Metrópoles, atualmente

os espaços metropolitanos apresentam crescimento populacional reduzido, "[...] em parte condicionado pelo elevado porte populacional nessas áreas. Isso também pode ser notado pelos níveis de integração" (RIBEIRO *et al.*, 2012).

De fato, com exceção de Serra, foram os municípios mais populosos da RMGV que apresentaram as menores taxas de crescimento populacional. O polo metropolitano estadual apresentou um crescimento de 1,2% a.a. na última década (2000-2010), menor que a média do estado e da RMGV, fato que foi condicionado pela reduzida extensão territorial da capital (Tabela 1.6).

No nível de integração muito alto (1,9%), alto (2%) e médio (1,8%) as taxas de aumento populacional não foram significativamente diferentes. Todos superaram a expansão média do estado. Fundão, município de baixo nível de integração apresentou a maior taxa de crescimento populacional. No entanto, esse aumento perde parte de sua importância devido a pequena população local.

Tabela 1.6 – Taxa de crescimento populacional, pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e grau de urbanização – 2000 – 2010

Níveis de integração e Municípios	Taxa de crescimento populacional ao ano		Pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas		Grau de urbanização	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Polo	1,4%	1,2%	99,2%	99,3%	100,0%	100,0%
Vitória	1,4%	1,2%	99,2%	99,3%	100,0%	100,0%
Muito alto	3,0%	1,9%	98,3%	98,9%	98,6%	98,6%
Cariacica	1,9%	0,7%	97,4%	98,7%	96,5%	96,8%
Serra	4,2%	2,5%	98,3%	98,9%	99,5%	99,3%
Vila Velha	3,0%	1,8%	99,1%	99,1%	99,6%	99,5%
Alto	2,2%	2,0%	92,7%	95,1%	92,8%	91,7%
Viana	2,2%	2,0%	92,7%	95,1%	92,8%	91,7%
Médio	4,1%	1,8%	90,0%	93,1%	93,4%	95,5%
Guarapari	4,1%	1,8%	90,0%	93,1%	93,4%	95,5%
Baixo	2,7%	2,7%	75,8%	80,8%	83,0%	84,5%
Fundão	2,7%	2,7%	75,8%	80,8%	83,0%	84,5%
RMGV	2,7%	1,8%	97,6%	98,3%	98,2%	98,3%
Estado	2,0%	1,4%	75,9%	82,3%	79,5%	83,4%

Fonte: IBGE (2000, 2010); Observatório das Metrópoles (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Tanto em 2000 como em 2010, quanto mais elevado é o nível de integração, maior é a razão de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas sobre a população ocupada. Ou seja, o percentual de pessoas

ocupadas em atividades não-agrícolas declina gradualmente à medida que o nível de integração diminui.

No polo a ocupação em atividades não-agrícolas é a mais elevada aumentado de 99,2% em 2000 para 99,3% em 2010. É provável que o percentual de ocupados em atividades não-agrícolas tenha atingido o seu limite no polo, pois o grau de urbanização da cidade já atingiu 100%.

Depois do polo os maiores percentuais de atividade não-agrícola ocorrem nos municípios com níveis de integração muito alto. Entre eles, Vila Velha é o que apresenta o percentual mais elevado 99,1% em 2000 e 2010. Na Serra o percentual de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas se expandiu de 98,3%, em 2000 para 98,9%, em 2010. No mesmo período, esse percentual avançou de 97,4% para 98,7% em Cariacica.

Entre os municípios com nível de integração muito alto apenas Cariacica apresentou um percentual de pessoal ocupado em atividades não-agrícola acima da taxa de urbanização tanto em 2000 como em 2010.

Em Viana o grau de urbanização e o percentual de pessoas em atividades não-agrícolas em 2000 eram praticamente idênticas. Em 2010, o percentual de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas (95,1%) foi maior que o grau de urbanização do município (91,7%).

Em Guarapari, o percentual de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas passou de 90% em 2000 para 93,1% em 2010. No mesmo período esse percentual aumentou de 75,8% para 80,8% em Fundão.

Vale notar que com exceção do nível de integração alto, em todos os níveis de integração o grau de urbanização é maior que o percentual de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas.

1.3.3. Movimento Pendular

Uma questão que tem sido muito utilizada nas análises sobre as relações intrametropolitanas é a movimentação pendular exercida regularmente pela população no deslocamento de casa para o trabalho e o estudo. A pendularidade é um elemento central para a caracterização da hierarquia de funções das cidades que compõem um aglomerado; para a definição dos centros polarizadores de mão de obra, seja na indústria, comércio ou prestação de serviços; para a identificação das áreas de concentração de moradias; e para análise da própria mobilidade urbana. Ajuda também a analisar processos segregativos

socioespaciais, ao identificar regiões com maior ou menor mobilidade na cidade ou distâncias percorridas e tempos de deslocamento no percurso casa-trabalho.

Quanto maior a homogeneização do espaço em termos de infraestrutura, menor a discrepância entre diferentes localizações e pode-se supor maior a qualidade urbana oferecida aos cidadãos. Assim, diferentes condições de acesso influenciam enormemente na capacidade de uma determinada população de usufruir das potenciais vantagens de aglomeração presentes nas cidades.

Algumas questões relativas à mobilidade pendular serão trabalhadas nos capítulos 5, 6, 7 e 8, que analisam as relações entre a organização social do território, respectivamente, com a dinâmica demográfica, a provisão de moradia, o mercado de trabalho e a mobilidade urbana. Neste capítulo, utilizaremos os dados de movimentação pendular para identificar, em um nível geral, o papel desempenhado pelos sete municípios que compõem a RMGV na dinâmica metropolitana e compreender possíveis transformações em curso nessas relações.

A partir dos dados referentes à entrada e saída de pessoas por município na RMGV, é possível trazer algumas indicações que podem ser objeto de reflexão.

De acordo com as Tabelas 1.7a e 1.7b e os Gráficos 1.6a a 1.6n, Vitória mantém-se como principal polo atrator de viagens uma vez que concentra a absoluta maioria dos destinos dos deslocamentos diários para trabalho e estudo. No entanto, observa-se uma diminuição dessa concentração de aproximadamente 65% para 60% do movimento de entrada, em Vitória, de pessoas da RMGV. Por outro lado, a saída de pessoas do município é bem aquém de Cariacica, Vila Velha e Serra, mas aumentou sua participação na RMGV em quase 3 pontos percentuais (p.p.). O resultado é que as movimentações diárias de entrada na capital correspondem a mais 80% do total de seus deslocamentos pendulares intermunicipais. Apesar de essa taxa ter diminuído de 2000 para 2010, isso indica que a centralidade de Vitória na geração de postos de trabalho se mantém, até porque não há nenhum outro município na RMGV que tenha um saldo pendular de entrada maior que de saída.

Na verdade, a condição de Vitória como capital e centro administrativo garantiu, desde o início da república, decisões de investimento com claras interferências políticas, que resultaram na concentração de

infraestrutura de produção e melhores condições urbanas. Exemplo emblemático disto é a escolha de ampliação e modernização do porto de Vitória, cuja indicação de projetos desde o final do século XIX apontava a borda sul da Baía, no continente, porém pertencente ao município de Vila Velha, como melhor sítio para implantação. Mais tarde, exatamente ali foi complementado o complexo portuário de Vitória[10] (SIQUEIRA, 1995).

Tabela 1.7a – Movimento Pendular - Trabalho e Estudo - RMGV - 2000

Município	Saída Total	%RMGV	Entrada Total	%RMGV	Soma Pendular	% Entrada
Cariacica	55.006	32,10%	11.309	6,90%	66.315	17,05%
Fundão	1.107	0,65%	406	0,25%	1.513	26,83%
Guarapari	2.575	1,50%	1.725	1,05%	4.300	40,12%
Serra	42.944	25,06%	14.660	8,94%	57.603	25,45%
Viana	11.191	6,53%	3.678	2,24%	14.869	24,74%
Vila Velha	42.453	24,77%	25.159	15,35%	67.612	37,21%
Vitória	16.108	9,40%	106.978	65,26%	123.085	86,91%
RMGV	171.382	100,00%	163.914	100,00%	335.297	

Fonte: IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

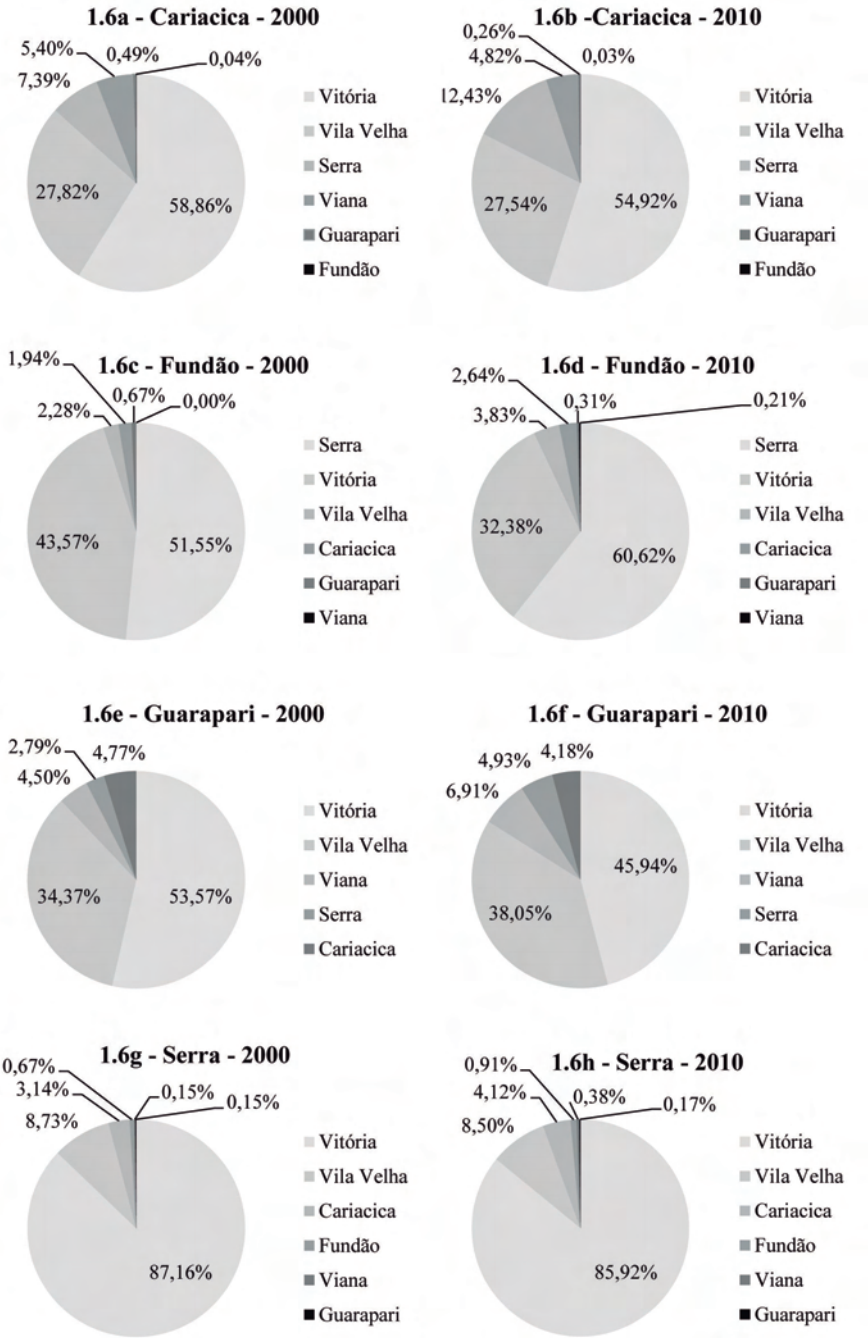
Tabela 1.7b – Movimento Pendular - Trabalho e Estudo - RMGV - 2010

Município	Saída Total	%RMGV	Entrada Total	%RMGV	Soma Pendular	% Entrada
Cariacica	79.390	29,40%	19.953	7,65%	99.343	20,09%
Fundão	3.210	1,19%	1030	0,40%	4.240	24,30%
Guarapari	6.905	2,56%	3.435	1,32%	10.341	33,22%
Serra	62.008	22,96%	33.689	12,91%	95.697	35,20%
Viana	15.902	5,89%	6.316	2,42%	22.219	28,43%
Vila Velha	69.470	25,73%	39.538	15,16%	109.008	36,27%
Vitória	33.138	12,27%	156.906	60,15%	190.044	82,56%
RMGV	270.024	100,00%	260.869	100,00%	530.893	

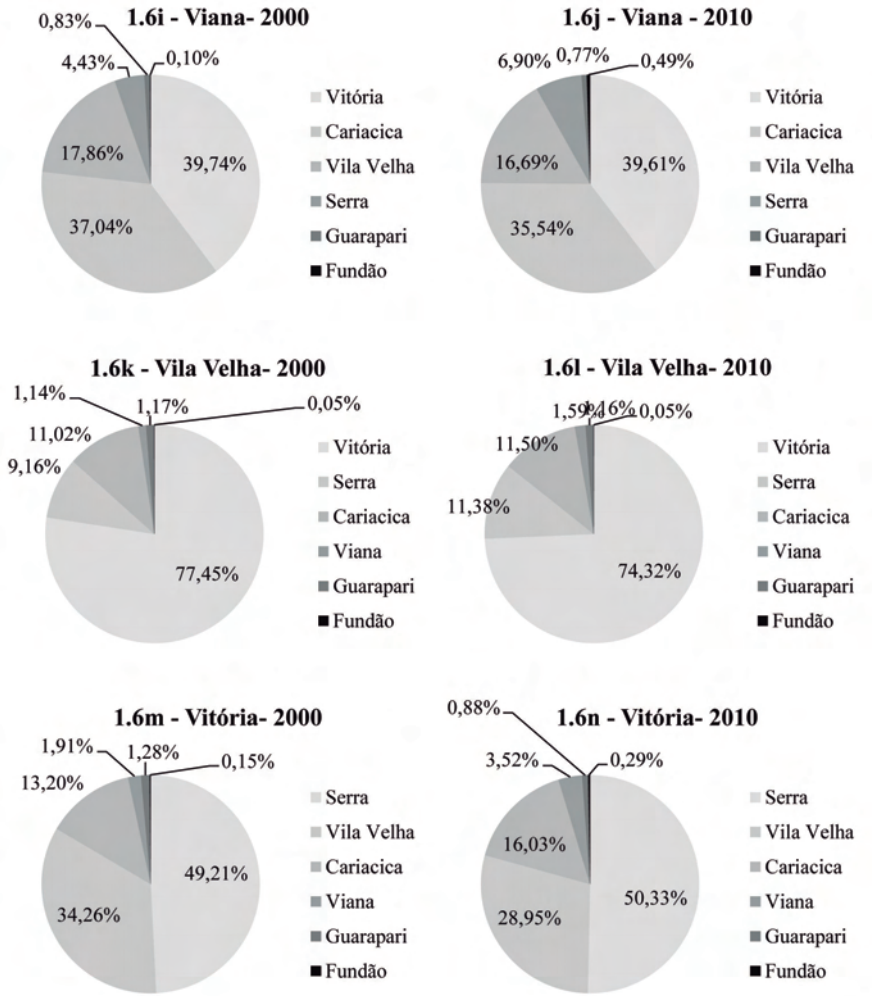
Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

[10] Cais de Capuaba e de Paul, separados do cais de Vitória pelo canal que separa os municípios de Vitória e de Vila Velha.

Gráficos 1.6a a 1.6n - Participação dos Municípios da RMGV nos Destinos de Deslocamento Estudo/Trabalho – 2000 e 2010



Fonte: IBGE (2000, 2010). Elaboração: IJSN, 2013.



Fonte: IBGE (2000, 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Vila Velha, por outro lado, foi o município que apresentou maior estabilidade nas taxas entre 2000 e 2010, tanto no que se refere à participação na entrada e na saída de pessoas no total regional, como no percentual de entrada na soma pendular. Mantém-se como segundo polo de atração de viagens, principalmente de Guarapari e Cariacica, apesar de estar perdendo espaço para Serra. Por outro lado, consolidou-se como segunda maior fonte de saída pendular de população para outros municípios, atrás apenas de Cariacica.

Serra, município que mais cresceu populacionalmente, apresen-

tou no decênio analisado uma pequena queda de participação no número de saída (2 p.p.) e o maior crescimento no número de entradas pendulares diárias da região. Nessa relação, a proporção do número de entradas sobre o total de viagens pendulares intermunicipais realizadas em Serra subiu de 25% para 35%. Isso indica um dinamismo maior no município em relação aos demais, uma vez que as entradas pendulares significam atração de trabalhadores diariamente advindos de outros municípios. É o município que atrai mais viagens de Vitória e Fundão, apresentando um aumento no percentual de viagens de todos os demais da RMGV. Por outro lado, os deslocamentos originários do município são fundamentalmente destinados à capital do estado, o que indica uma forte relação entre os municípios, que dividem territorialmente as instalações industriais e portuárias do Complexo de Tubarão.

Cariacica mantém-se como município que mais se apresenta como origem das viagens pendulares intermunicipais da região, mas diminui sua participação em 2,5 p.p.. Suas viagens vão majoritariamente para Vitória e Vila Velha, mas registra-se um aumento, entre 2000 e 2010, das viagens para Serra. Quanto à entrada de pessoas, mantém uma participação de aproximadamente 7%, a menor dentre os quatro grandes municípios da RMGV (Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica), mas disputa com a capital a maioria dos destinos de Viana. Mesmo com um aumento da participação das entradas no total de viagens pendulares intermunicipais de Cariacica, a taxa permanece como a menor da região, cerca de 20%, o que indica pequena força atração de viagens para o município, que apresenta a menor receita e o menor PIB entre os quatro grandes municípios da RMGV.

Viana apresentou um pequeno aumento na participação do total de entradas da região e uma pequena diminuição no total de saídas, elevando também o percentual de entradas no total de deslocamentos pendulares realizados no município. Apesar disso, não é foco significativo de viagens de nenhum dos municípios da RMGV, sendo Cariacica aquele que mais envia, em números absolutos pessoas diariamente para Viana. Suas viagens vão principalmente para Vitória e Cariacica, com participação significativa também de Vila Velha.

Guarapari registrou um aumento de participação tanto no total de saídas como de entrada diária de pessoas advindas dos outros municípios da RMGV. Mas como as saídas aumentaram em uma proporção maior, o percentual de entradas no total de movimentos pendula-

res, que era o segundo maior em 2000, diminuiu 7 p.p., caindo para quarta posição entre os municípios. Suas viagens são concentradas para Vitória e Vila Velha e não exerce força significativa de atração sobre qualquer dos municípios da RMGV, mostrando, ao contrário, uma ligação urbana considerável com Anchieta, ao sul. A baixa ligação também pode ser observada pela quase inexistente integração do município ao Sistema Transcol, uma vez que, atualmente, uma única linha atende a um bairro mais próximo a Vila Velha.

Fundão, por fim, registra um pequeno aumento na participação no total de entradas e saídas pendulares da RMGV, o que pode indicar, ainda que incipiente, um aumento de sua integração. Isso é reforçado por ter seu distrito litorâneo integrado ao Sistema Transcol. Apesar de os números serem quase irrisórios, condizem com o tamanho da população frente aos demais municípios. Seus deslocamentos têm como destino, principalmente, Serra e Vitória, tendo no último decênio aumentado a participação do primeiro e diminuído do segundo.

1.4. Considerações Finais

O entendimento do papel dos principais centros urbanos capixabas nas diferentes épocas da história do Espírito Santo republicano, sua capacidade de polarização e as causas de seu dinamismo e/ou estagnação ao longo do século XX foram abordados de maneira sucinta e objetiva, procurando demonstrar o quanto as decisões de localização de empreendimentos e infraestruturas de produção na RMGV mudaram a configuração da rede urbana capixaba, bem como, de maneira análoga, representaram as bases para a forte diferenciação interna da região, em que a concentração, principalmente das estruturas administrativas, ajudaram a constituir os municípios que a conformam e a estabelecer diferentes níveis de integração entre estes.

Percebe-se que, apesar de parecer imóvel, a rede urbana está sempre se modificando, com os municípios e regiões assumindo papeis distintos de acordo com a relação de forças e a conjuntura econômica da época. Certamente há uma tendência à concentração de investimentos em regiões e municípios que já detém uma infraestrutura consolidada, sendo este um processo acumulativo que, ao longo da história, vai conformando uma hierarquia de funções. Mas mudanças

na base produtiva, a depender da capacidade institucional, da organização social e dos interesses externos, dialeticamente envolvidos, podem alterar essa conformação.

Referências

BUFFON, José Antônio (a). O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 1992. 376 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1992.

CELIN, José Lázaro. Migração européia, expansão cafeeira e nascimento da pequena propriedade. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 330p, 1994.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTCA/ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (DEE/IBGE). Anuário Estatístico do Espírito Santo – 1956. Vitória- ES. 1956.

_____. Anuário Estatístico do Espírito Santo – 1961. Vitória- ES, 1961.

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. "Grande Vitória: Plano de Estruturação do Espaço". In: REVISTA DA FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. Edição Especial. Ano II, n. 2. Vitória-ES: abril/junho de 1979.

FELIPE, Ednilson Silva. Fundap e Economia Capixaba: qual a verdadeira encruzilhada?, 2012. Disponível em: < http://economiacapixaba.wordpress.com/2012/04/17/fundap-e-economia-capixaba-qual-a-verdadeira-encruzilhada/>. Acesso em: 15 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Regiões de Influência das Cidades – REGIC. 2007. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília. 2001.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Espírito Santo: Instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES. 2010.

MONTEIRO, Latussa Laranja. Região Metropolitana de Vitória: a gestão do território e a fragmentação resultante. São Paulo. No prelo. 2013.

NODARI, Helena Zorzal; GUIDONI, Wellington da Silva. A COHAB-ES e a Política Habitacional: Cenas de uma trajetória. Monografia (Pós Graduação em Gestão Empresarial Avançada II) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE, Departamento de Administração, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória. 2012.

ONU-HABITAT. Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe,

2012. Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=362&Itemid=18>. Acesso em: 25 de junho de 2013.

PEREIRA, Guilherme Henrique. Política Industrial e Localização dos Investimentos: o caso do Espírito Santo. Vitória: Edufes, 1999.

ROCHA, Haroldo Corrêa (coord.); COSSETT, Maria da Penha. A economia escravista: concentração na região sul. In: _____. Dinâmica cafeeira e constituição da indústria no Espírito Santo – 1850/1930. p.15-40. Projeto de Pesquisa – NEP (Núcleo de Estudos e Pesquisas) Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo. 1983.

ROCHA, Haroldo Correa, MORANDI, Ângela Maria. Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo-1955/1985. Vitória: FCAA. 1991.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. O Desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940. Vitória: CODESA, 2ed. 1995.

_____. Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950-1980. Vitória: EDUFES. 2001.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. Fapesp/Lincoln Institute/Nobel - São Paulo. 1998.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. O Pólo de Tubarão e a expansão periférica da aglomeração de Vitória - Espírito Santo – Brasil. Nanterre [França]: Université de Paris X, 1998. [Tese de doutorado]. 1998.

Capítulo 2

A Região Metropolitana da Grande Vitória na transição demográfica brasileira

Análise da dinâmica demográfica dos municípios da RMGV a partir das mudanças ocorridas entre 2000 e 2010

Cynthia Lopes Pessoa de Miranda
Aurélia H. Castiglioni
Estefania Ribeiro da Silva
Silvia Buzzone de Souza Varejão

Resumo: A transição demográfica experimentada pela sociedade brasileira e a constituição do fenômeno urbano-metropolitano atual estão diretamente relacionados. Neste sentido, é de suma importância interpretar as tendências da dinâmica demográfica quando se pretende identificar e analisar as mudanças na organização do território metropolitano. Este capítulo, portanto, se propõe a analisar as recentes tendências da dinâmica demográfica dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, a partir das mudanças ocorridas entre 2000 e 2010, buscando contextualizar a RMGV na transição demográfica brasileira.

Palavras-Chave: Transição Demográfica; Dinâmica Demográfica; Tendências Recentes; Região Metropolitana da Grande Vitória.

Abstract: The demographic transition experienced by Brazilian society and the constitution of the present urban-metropolitan phenomenon are directly related. In this sense, it is of paramount importance to interpret the demographic dynamics when seeking to identify and analyze changes in the organization of the mainland. This chapter, therefore, aims to examine recent trends in the population dynamics of the Metropolitan Region of Grande Vitória – RMGV, from the changes between 2000 and 2010, seeking to contextualize RMGV the Brazilian demographic transition.

Keywords*:* Demographic Transition; Demographic Dynamics; Recent Trends; Metropolitan Region of Grande Vitória.

2.1. Introdução

Na primeira metade do século XX iniciou-se no Brasil um processo de intensas transformações demográficas, ainda em curso no início do século XXI. Entre 1940 e 2010 a população se multiplicou por 4,63, passando de 41.165.289 a 190.755.799 habitantes, a esperança de vida ao nascimento teve ganhos de 28,7 anos de duração da vida, evoluindo de 42,7 a 73,9 anos, enquanto que as famílias se reduziram, o número de filhos por mulher declinou de 6,2 para 1,87 (IBGE, 1988; 2013).

As mudanças registradas nos padrões demográficos do Brasil decorrem da Transição Demográfica que integra um processo mais amplo caracterizado por avanços tecnológicos e científicos, pela modernização da sociedade e melhoria do padrão de vida das populações. O processo de Transição Demográfica (LANDRY, 1982), consiste no declínio dos elevados níveis de mortalidade e de natalidade, característicos das sociedades tradicionais, para níveis mínimos, observados atualmente nas sociedades de desenvolvimento mais avançado. No período anterior à transição, as taxas elevadas das componentes do crescimento natural, produzem um baixo crescimento e, em consequência, uma lenta evolução do efetivo populacional. Na fase inicial do processo as taxas de mortalidade declinam rapidamente enquanto que as taxas de natalidade permanecem elevadas, provocando a aceleração do crescimento natural e o aumento da população. Em um segundo momento, as taxas de fecundidade também declinam, o crescimento se reduz, e, no final do processo, natalidade e mortalidade tendem a apresentar níveis baixos, próximos, o que resulta em crescimento baixo ou mesmo negativo.

Concomitantemente, o processo produz o alongamento da duração da vida e, ao longo do tempo, registram-se efeitos significativos sobre a estrutura da população, tais como a redução da representação das crianças; o aumento, a princípio, e, ao longo do tempo, a diminuição da população em idade ativa; o envelhecimento e a feminização da população. A transição demográfica está estreitamente relacionada à transição epidemiológica, que consiste na passagem de uma fase caracterizada por mortalidade elevada, causada principalmente por doenças infecciosas para um perfil de mortalidade baixa, no qual as doenças decorrentes do processo degenerativo do organismo e as causas externas passam a predominar na composição da mortalidade

(SCHRAMM *et al.*, 2004). A transição demográfica apresenta também correlação com a transição migratória, que na fase de crescimento acelerado é caracterizada por intenso êxodo rural.

O processo descrito foi construído a partir das experiências vivenciadas pelos países de desenvolvimento mais avançado, iniciadas no final do século XVIII e no século XIX e que atualmente já completaram o processo. O modelo é, grosso modo, observado em todo o mundo, embora apresente particularidades decorrentes dos processos históricos vivenciados e das diferenças socioeconômicas e culturais dos contextos.

No início do processo no Brasil, as taxas das componentes do crescimento natural, natalidade e mortalidade, apresentavam valores superiores a 40 por mil. O processo teve início com a redução da mortalidade na primeira metade do século XX. O declínio da fecundidade só ocorreu na segunda metade do século XX, iniciou-se na década de 1960, intensificou-se nas décadas de 1970 e 1980, continuando nas décadas seguintes a um ritmo menos acelerado. Atualmente as taxas de natalidade apresentam valores próximos a 16 nascimentos por mil habitantes e as taxas de mortalidade a 6 óbitos por mil habitantes, indicando que o Brasil aproxima-se da fase final do processo que se completará nas próximas décadas, quando a mortalidade e a natalidade atingirão valores em torno de 10, atualmente apresentados pelos países que já completaram a transição.

A marcha da transição produz transformações significativas, mas não homogêneas, nos padrões demográficos de todos os estados, em decorrência da diversidade socioeconômica dos diversos contextos que formam o país. O Espírito Santo apresenta particularidades decorrentes de fatores históricos e estruturais que influíram sobre o curso da transição. Nos meados do século XX o Estado ainda apresentava uma sociedade com sólidas bases rurais, com elevada proporção da população ocupada nas atividades agrícolas e com famílias numerosas: o número de filhos por mulher era então superior a sete, valor mais elevado que a média do país (IBGE, 1988). Neste contexto, tanto a urbanização como a queda da fecundidade ocorreram tardiamente com relação ao comportamento médio apresentado pelo país. As fortes mudanças estruturais ocorridas a partir da década de 1970 produziram efeitos em toda a sociedade e a transição ocorreu em um ritmo mais acelerado. A esperança de vida é de 75,9 anos em 2010 e o número de filhos por mulher declinou para 1,75 (IBGE, 2013), indicando que o

processo de transição encontra-se atualmente em fase mais avançada que a média do país.

A segunda metade do século XX foi também marcada por intensa redistribuição populacional das zonas rurais para as urbanas, com forte concentração na RMGV. A partir da década de 1980 a migração do interior para a região da capital apresenta redução em seu ritmo e começam a se intensificar os movimentos interurbanos, sobretudo entre os municípios que formam a maior aglomeração urbana do estado, assim como fluxos dirigidos para outros destinos dinâmicos do Estado. No cenário nacional, o Espírito Santo passa da condição de estado expulsor de população a estado atrativo, apresentando-se como o destino dos fluxos vindos principalmente dos estados próximos, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

Este capítulo apresenta a análise da evolução da transição demográfica na RMGV, a mais avançada do Estado, e nos municípios que a compõem durante a primeira década deste século. O estudo da dinâmica demográfica e de seus componentes é feito a partir da classificação dos municípios segundo seus níveis de integração no processo de metropolização. Para a caracterização dos vários padrões demográficos que os municípios da RMGV apresentam são construídos, analisados e comparados indicadores que mostram a evolução, níveis e características do crescimento e da distribuição da população, da estrutura etária e por sexo, e das componentes do crescimento natural e migratório.

2.2. Dinâmica Demográfica Recente da RMGV – 2000/2010

2.2.1. Distribuição e Crescimento da População

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é formada pela capital do Espírito Santo, Vitória, e por mais seis municípios – Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha. O espaço metropolitano compreende 1.687.704 pessoas (Tabela 2.1), o que representa 48% da população do Estado em 2010, de 3.514.952 habitantes.

Para uma análise mais precisa do território metropolitano, faz-se necessário compreender como os municípios interagem entre si. Para tanto, o Observatório das Metrópoles desenvolveu uma metodologia[1]

[1] Para mais informações ver: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - INCT/CNPq/CAPES/FAPERJ. *Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à*

que classifica os municípios de acordo com os seus níveis de integração à dinâmica da metropolização.

Como informações representativas da dinâmica da metropolização brasileira, foram utilizados dados sobre o grau de concentração e distribuição da população, produto, rendimento e fluxos da população em movimentos pendulares entre os municípios das aglomerações, assim como realização de funções específicas e fundamentais às atividades econômicas e suporte aos fluxos interaglomerações, como presença de portos e aeroportos (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

Como resultado, os municípios da RMGV foram classificados em quatro diferentes níveis de integração: muito alto (Cariacica, Serra e Vila Velha), alto (Viana), médio (Guarapari) e baixo (Fundão). Destaca-se que esses níveis de integração se relacionam com a dinâmica da metropolização brasileira, que na RMGV salienta dentre os municípios de nível de integração muito alto, o município Polo[2], ou seja, Vitória.

Os municípios da RMGV se diferenciam bastante entre si no que se refere ao tamanho da população. Enquanto os maiores possuem mais de 400 mil habitantes, como é o caso de Serra e Vila Velha (ambos com nível de integração muito alto), no menor deles, Fundão (nível de integração baixo), a população não chega a 20 mil residentes. Vitória, capital do Estado, conta com 327.801 habitantes, população próxima a de Cariacica (nível de integração muito alto), 348.738 indivíduos, caracterizando-se como o 4º e 3º municípios mais populosos da RMGV.

Os três municípios do nível de integração muito alto superam o Polo em população. Isso pode ser entendido pela configuração geográfica do município de Vitória, que apresenta a menor área (93 km^2) da RMGV e um território com limitadores de uso e ocupação (maciço central, morros, baía, ilhas e áreas de preservação, como manguezais). Destaca-se que a Capital é o município com a maior densidade demográfica do estado, mais de 3 mil habitantes por km^2.

Desta forma, quase 70% da população da RMGV se concentra nos

Dinâmica da Metropolização. Rio de Janeiro. 2012. 108 p.

[2] De acordo com o Observatório das Metrópoles, o município Polo é aquele que dá o nome à aglomeração metropolitana. Quando isto não ocorre, ou seja, quando a região metropolitana não tem o nome de nenhum dos municípios, os critérios para definição do município Polo foram: maior nível de centralidade no REGIC 2007 e maior população em 2010.

municípios com nível de integração denominado muito alto. Em conjunto, esta população cresceu a uma Taxa Geométrica de Crescimento – TGC de 1,69% ao ano, no período de 2000 a 2010, pouco superior à média da metrópole, 1,61%.

Merece destaque o município de Serra. Com uma Taxa Geométrica de Crescimento - TGC de 2,45% ao ano, superior à média, teve sua população acrescida em aproximadamente 88 mil pessoas na última década, totalizando 409.267 moradores em 2010 – o segundo maior contingente populacional da RMGV. Isso se deve, entre outros fatores, à expansão imobiliária percebida nos últimos anos no município, que vem se destacando pela atração de projetos de construção de edificações multifamiliares, condomínios fechados, nos moldes "*Alphaville*", instituições de ensino, grandes hospitais, centros comerciais, entre outros empreendimentos. Além disso, Serra (553 km²) registra a segunda maior área da RMGV, com diversas zonas com potencial de uso e ocupação.

Fundão apresentou a maior TGC, 2,73%, entretanto, como a população do município é pequena, seus ganhos de participação no total de habitantes da RMGV foi de apenas 0,01% no período. As menores taxas anuais de crescimento do período foram verificadas em Cariacica, 0,73%, e em Vitória, 1,15% - municípios que perderam participação no total da população da metrópole em 2010, quando comparados a 2000.

Tabela 2.1- Nível de integração, população, distribuição populacional e taxa de crescimento dos municípios da RMGV – 2000/2010

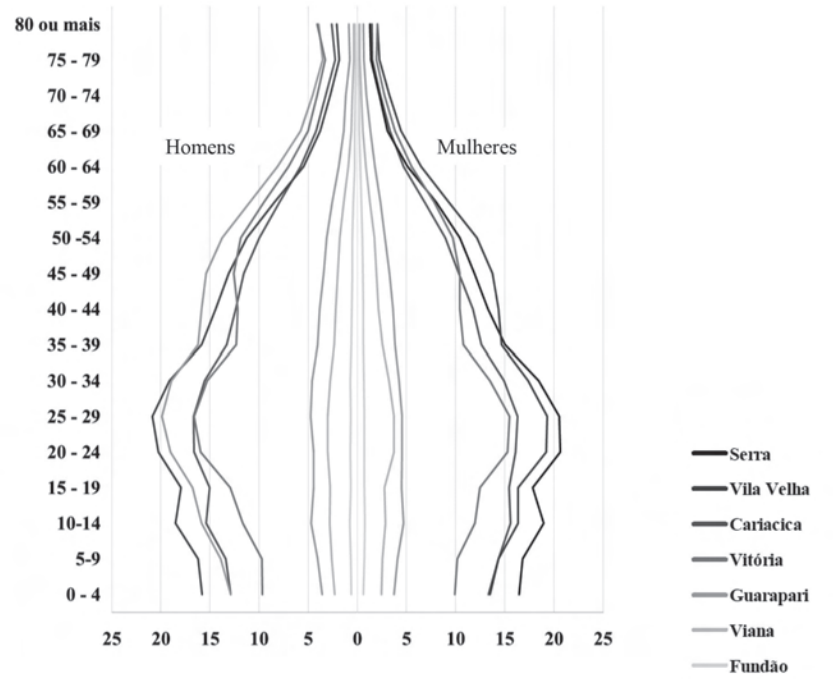
Municípios	Nível de Integração	População		Distribuição (%)		Tx. Cresc.
		2000	2010	2000	2010	2000/2010
Polo						
Vitória	Polo	292.304	327.801	20,3	19,4	1,15
Muito alto						
Cariacica	Muito Alto	324.285	348.738	22,5	20,7	0,73
Serra	Muito Alto	321.181	409.267	22,3	24,2	2,45
Vila Velha	Muito Alto	345.965	414.586	24	24,6	1,83
Alto						
Viana	Alto	53.452	65.001	3,7	3,9	1,98
Médio						
Guarapari	Médio	88.400	105.286	6,1	6,2	1,76
Baixo						
Fundão	Baixo	13.009	17.025	0,9	1,0	2,73
RMGV	-	1.438.596	1.687.704	100	100	1,61
Estado	-	3.097.323	3.514.952	-	-	1,27

Fonte: Observatório das Metrópoles, 2012; Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

2.2.2. Estrutura da população por idade e sexo

Ao longo da última década a estrutura etária dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV refletiu o processo de transição demográfica que ocasionou a redução da base da pirâmide e consequente alteração na sua forma. Esse processo fica claro quando se analisa as estruturas etárias de 2010, em que o estreitamento da base e o alargamento do centro indicam a evolução das pirâmides para a aparência de colmeia, característica das estruturas do final da transição demográfica (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1 – Estrutura Etária dos municípios da RMGV 2010 – em mil pessoas



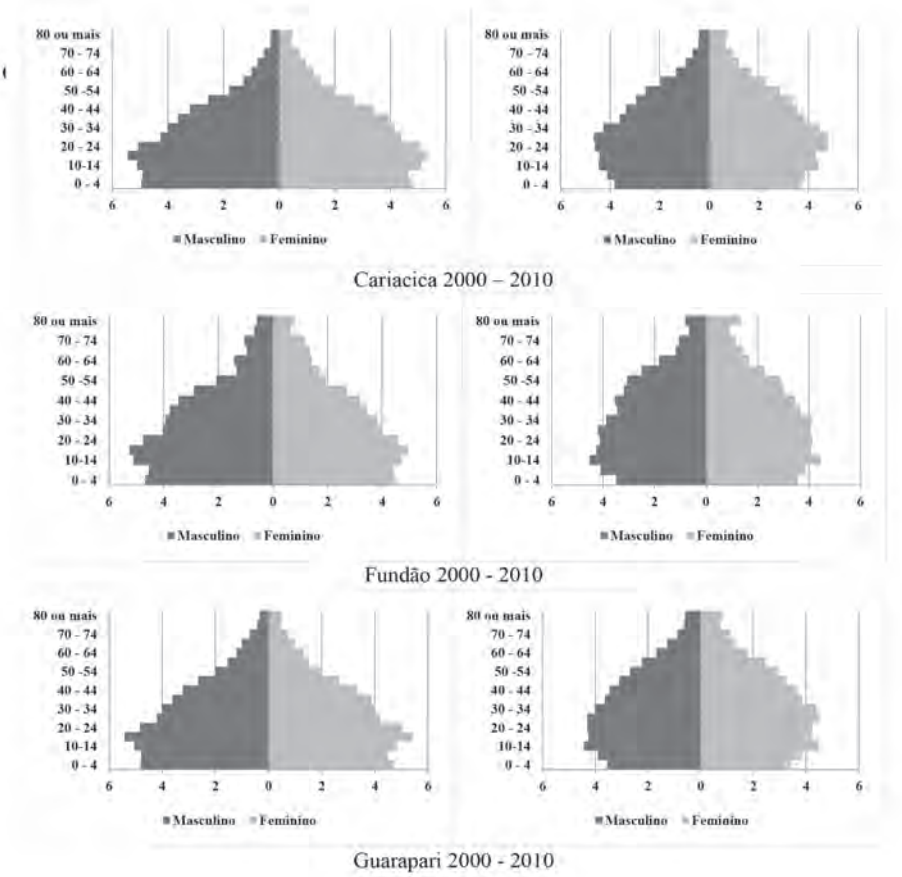
Fonte: Censo demográfico, IBGE, (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Duas razões principais explicam essa mudança. Em primeiro lugar, o estreitamento da base deve-se a queda da taxa de fecundidade verificada em todos os municípios da RMGV. Em segundo lugar, o alargamento do centro reflete o deslocamento do contingente populacional de faixa etária na última década, somado à população imigrante que se concentra nestas faixas etárias, dada a seletividade da componente migratória. Acrescente-se a estas razões o aumento da

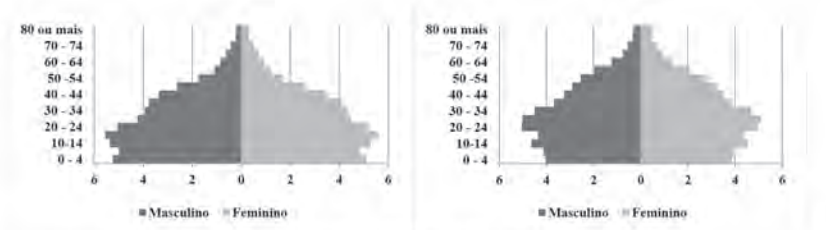
expectativa de vida, responsável por ampliar a importância do topo da estrutura etária.

A forma e a evolução da pirâmide etária da RMGV no período de 2000 a 2010, apresentadas na Figura 2.1, traduzem os efeitos conjuntos da transição demográfica, responsável pela redução da base e pelo engrossamento do topo, e da migração, que ocasiona o aumento dos grupos etários que representam os jovens adultos.

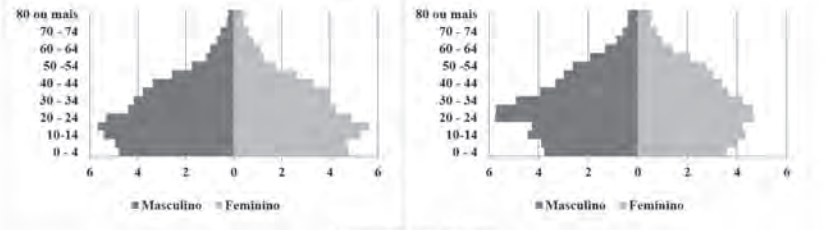
Figura 2.1 – Estrutura Etária dos municípios e da RMGV (%) em 2000 – 2010



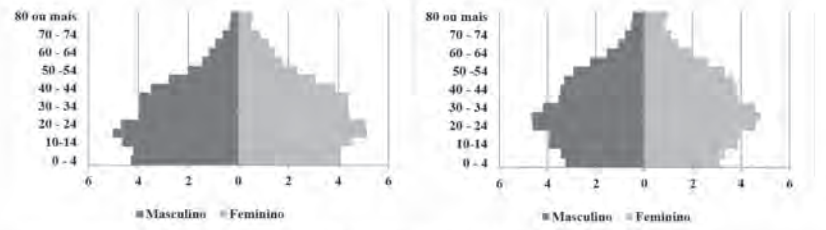
Cont.



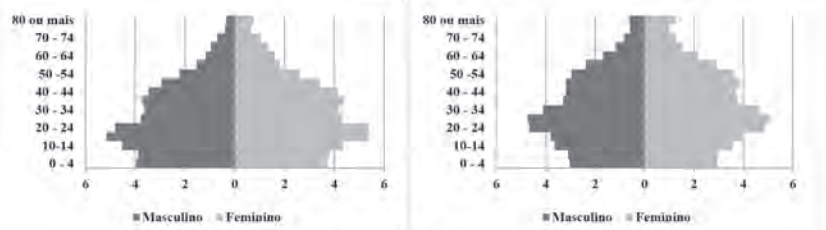
Serra 2000 - 2010



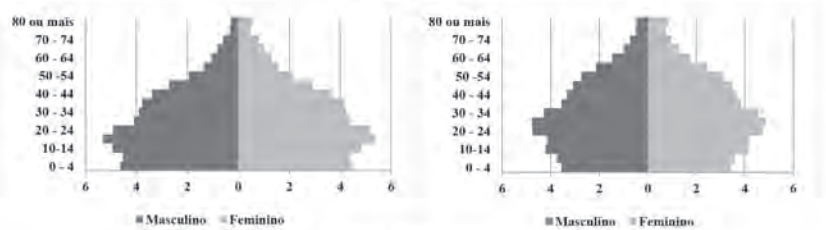
Viana 2000 - 2010



Vila Velha 2000 – 2010



Vitória 2000 – 2010



RMGV 2000 – 2010

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

As modificações causadas pela transição demográfica são, em grande parte, percebidas quando se compara as estruturas etárias dos dois períodos, sendo mais visíveis nos municípios de Cariacica, Guarapari, Serra, Viana e Fundão (Figura 2.1). As estruturas de Vila Velha e Vitória, município Polo, traduzem um processo de transição demográfica em fase mais avançada que nos demais municípios da RMGV. O efeito da migração é mais visível nas pirâmides da Serra, de Vila Velha e Vitória.

Pirâmides de base larga e topo estreito indicam alta natalidade e, em termos comparativos, baixa expectativa de vida, com predominância da população jovem – característica de localidades pouco desenvolvidas. As pirâmides com a zona central também larga, como a base, retratam uma população adulta com fecundidade em declínio – características de locais em desenvolvimento. Aquelas que possuem base estreita e topo largo têm baixa taxa de natalidade e alta expectativa de vida – verificam-se em países desenvolvidos.

Comparando a estrutura etária dos municípios da RMGV em 2000 (Figura 2.1) é possível traçar algumas análises. Com exceção de Vitória e Vila Velha, em todos os outros municípios mais de 19% da população se situava na faixa etária de 0 a 9 anos, o que demonstrou o peso relativo da base da pirâmide para o ano em análise. Serra foi a cidade com a maior proporção de pessoas com 0 a 9 anos de idade, 20,2%, enquanto Vitória apresentou a menor, 15,4%. Considerando a RMGV como um todo, 18% dos seus habitantes eram crianças de menos de 10 anos de idade. Deve-se destacar que a base alargada da pirâmide da Serra reflete o efeito indireto da migração, ocasionado pela fecundidade dos imigrantes. Estes são, em geral, jovens adultos, oriundos em grande parte de locais com modelos de fecundidade mais elevados, que constituem família e prole nas regiões de destino.

No outro extremo da pirâmide etária, Fundão foi o município com o maior peso relativo de pessoas com 70 ou mais anos de idade, 4,9% - percentual acima do registrado por Vitória, 3,9%. Nos outros municípios, a proporção de habitantes com 70 ou mais anos de idade variou entre 2% (Serra) e 3,3% (Vila Velha). Na RMGV, 3,0% da população se situava nesta faixa etária.

Destaca-se que mais de 45% da população dos municípios da RMGV tinham entre 10 a 34 anos de idade. A faixa etária de 15 a 19 anos foi a que individualmente concentrou o maior percentual de pessoas para os municípios analisados, representando de 10,2% (Fundão, Serra e Vila Velha) a 11,3% (Viana) dos habitantes.

Com relação à estrutura por sexo, a RMGV em 2000 apresenta predominância feminina. Registra-se uma maioria de homens nas idades que concentraram os primeiros anos de vida, uma vez que os nascimentos masculinos superam os femininos. Nas outras faixas etárias, verificou-se o predomínio da população feminina, que aumenta na medida em que a idade avança.

Em dois municípios o número de mulheres foi consideravelmente superior. Em Vitória tinha-se 5,6% a mais de mulheres e em Vila Velha, 4,1%. Como consequência, foram essas duas localidades que apresentaram as menores Razões de Sexo (RS) em 2000. Tal indicador é a razão entre o número de homens e o número de mulheres de uma população, multiplicado por 100. Se o número for 100 significa que há a mesma quantidade de pessoas de ambos o sexo, se for menor que 100, predomina a população feminina e se for maior, a masculina.

Desta forma, de acordo com a Tabela 2.2, a Razão de Sexo do município Polo foi 89,4 – isto significa que para cada 100 mulheres havia 89 homens. Fundão, por outro lado, apresentou uma RS de 102,3 – ou seja, para cada 100 mulheres foram contabilizados 102 homens.

Tabela 2.2 – Indicadores de idade e de sexo dos municípios e da RMGV do ano de 2000

Região e Municípios	Proporção dos grupos de idade (em %)			RS	RD	IE
	Jovem (0-14 anos)	Adulta (15-59 anos)	Idosa (60 ou mais)			
Polo						
Vitória	24,25	66,81	8,94	89,36	49,69	36,88
Muito alto						
Cariacica	29,52	63,72	6,76	96,71	56,93	22,91
Serra	30,85	64,03	5,12	97,38	56,17	16,59
Vila Velha	25,96	65,98	8,06	92,21	51,57	31,06
Alto						
Viana	29,95	63,92	6,14	100,71	56,46	20,50
Médio						
Guarapari	28,76	63,55	7,69	99,56	57,36	26,75
Baixo						
Fundão	27,99	61,91	10,10	102,35	61,52	36,09
RMGV	**27,84**	**64,94**	**7,22**	**94,59**	**53,99**	**25,91**
Estado	**28,70**	**63,20**	**8,10**	**98,20**	**58,23**	**28,20**

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

O estudo da estrutura etária de uma população permite examinar outras estatísticas implícitas, como a Razão de Dependência - RD e o Índice de Envelhecimento - IE. A RD mede a participação relativa da população teoricamente inativa (0-14 anos e 60 anos ou mais) que deve ser sustentada pela população potencialmente ativa (15 a 59 anos). Altos valores indicam que a população em idade produtiva deve suportar uma boa parte de dependentes.

Em 2000, a maior RD, de 61,5, foi registrada em Fundão, impactada em grande parte pela alta proporção de idosos na população total (10,1% - a mais elevada entre os municípios analisados) e por apresentar a menor proporção de adultos dentre os municípios da RMGV. Como consequência, a cada 100 pessoas em idade ativa, existiam 61 em idade inativa no município. Por outro lado, Vitória contabilizou a menor RD entre os municípios da RMGV, de 49,7 influenciada pela menor participação de jovens sobre a sua população total (24,3%) e pela maior representação de adultos do conjunto (66,81%). Considerando a RMGV como uma localidade única, a cada 100 pessoas em idade produtiva existiam 54 dependentes.

Em 2000, o Índice de Envelhecimento, que mede o número de idosos para cada 100 jovens, foi de 25,9 na RMGV, ou seja, existiam quase 26 pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 de 0-14 anos. Viana apresentou o menor IE, de 20,5, enquanto Vitória, o maior, de 36,9.

O exame da estrutura etária do ano de 2000 dos municípios que compõem a RMGV, bem como dos indicadores implícitos, mostrou que Vitória e Vila Velha se distanciaram um pouco dos outros municípios, principalmente quando se trata da Razão de Dependência e da proporção de jovens na população total. Merece atenção também o fato de Fundão, já em 2000, apresentar um Índice de Envelhecimento próximo ao de Vitória, indicando um movimento migratório de saída de jovens adultos (adultos nas faixas iniciais) do município. Este fato é corroborado pela representação da população de jovens, a mais baixa dentre os municípios da RMGV.

Em 2010, a estrutura etária dos municípios da RMGV apresenta modificações em sua forma decorrentes da continuidade do processo de transição. Isto se deveu, principalmente, à redução da importância da base da pirâmide, quando comparada a 2000: se em 2000, 19% da população se situava na faixa etária de 0 a 9 anos, em 2010 este percentual foi de 14,3%. Serra continuou como o município com a maior

proporção de pessoas com 0 a 9 anos de idade, 16% e, portanto, com a maior base relativa.

Cabe ressaltar que o número de crianças até 9 anos de idade sobre a população total dos municípios da RMGV, em 2010, foi próximo daquele registrado por Vitória em 2000 (15,4%), sendo que o município Polo reduziu ainda mais a base da pirâmide em 2010, para 12%.

Por outro lado, o topo da estrutura etária passou a ser mais significativo. Em 2010, 4,2% da população total da RMGV têm 70 ou mais anos de idade, em comparação com os 3% de 2000. Em números absolutos, significou o incremento de quase 28 mil pessoas a mais nesta faixa etária. Fundão manteve-se como o município com a maior proporção de habitantes com 70 ou mais anos de idade, 5,9%, seguido por Vitória, 5,5%. Serra, por sua vez, registrou o menor percentual, 2,8%.

A população com 10 a 34 anos manteve-se representando em torno de 45% da população total da RMGV em 2010, sendo que a faixa etária de 25 a 29 anos foi a que, individualmente, concentrou o maior percentual dos habitantes, 9,7% - fato explicado pelo deslocamento de faixa etária dos indivíduos que, em 2000, tinham de 15 a 19 anos e correspondiam a 10,2% da população, e pela migração.

No que se refere à análise por sexo, há o predomínio da população feminina sobre a masculina em 2010, sendo que, na média, existem 94 homens para cada 100 mulheres na RMGV, resultado similar ao de 2000. Viana foi o único município a registrar uma preponderância da população masculina, 104 homens para cada 100 mulheres em 2010 (Tabela 2.3), explicada, provavelmente, pelo tamanho da população carcerária no município que, no referido ano, se aproximou de 2,5 mil presos.

Um importante recorte para análise da estrutura etária diz respeito a divisão da população em jovem (0 a 14 anos), adulta (15 a 59 anos) e idosa (60 ou mais anos) (Tabela 2.3). Conforme já era esperado, tendo em vista a queda da taxa de fecundidade, da taxa de mortalidade e do aumento da expectativa de vida, o número relativo de jovens em 2010 caiu significativamente quando comparado ao de 2000, em média 5 pontos percentuais. Merece destaque o município de Viana, que no início da década contava com quase 29,9% de população jovem e, em 2010, o número registrado foi de 23,9% - uma queda de 6 pontos percentuais.

A capital, que em 2000 possuía o menor percentual de jovens, diminuiu ainda mais, em termos relativos, a população de 0 a 14 anos, contando com apenas 19,2% em 2010. Destaca-se que Serra é o município com a maior proporção de jovens, 25,2%.

Tabela 2.3 – Indicadores de idade e de sexo dos municípios e da RMGV do ano de 2010

Região e Municípios	Proporção dos grupos de idade (em %)			RS	RD	IE
	Jovem (0-14 anos)	Adulta (15-59 anos)	Idosa (60 ou mais)			
Polo						
Vitória	19,24	68,70	12,05	88,55	45,55	62,62
Muito alto						
Cariacica	24,34	66,62	9,04	95,07	50,11	37,15
Serra	25,20	67,81	6,99	96,90	47,48	27,74
Vila Velha	20,89	68,31	10,79	92,44	46,38	51,66
Alto						
Viana	23,91	68,15	7,95	104,34	46,75	33,24
Médio						
Guarapari	23,63	65,54	10,83	95,73	52,57	45,84
Baixo						
Fundão	23,73	63,99	12,27	99,45	56,26	51,72
RMGV	**22,65**	**67,69**	**9,66**	**93,97**	**47,73**	**42,66**
Estado	**23,10**	**66,50**	**10,40**	**97,10**	**43,30**	**45,00**

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Enquanto a população jovem perdeu participação na população total, as populações adulta e idosa, por sua vez, aumentaram. Em 2010, 9,7% dos moradores da RMGV tinham 60 ou mais anos de idade, sendo ainda mais representativo o percentual encontrado em Fundão (12,3%) e em Vitória (12,1%). Guarapari, que em 2000 tinha 7,7% de idosos, em 2010 subiu significativamente esse número, contabilizando 10,8% – mesmo percentual registrado por Vila Velha. Este aumento significativo, o maior do conjunto, reflete também a imigração de pessoas que após a aposentadoria fixam residência no balneário.

A consequência imediata deste aumento da população idosa e da redução da população jovem foi a elevação do Índice de Envelhecimento - IE. Se, em 2000, o IE encontrado na RMGV era de 25,9, em 2010 esse índice se elevou para 42,7 – isto significa que para cada 100 jovens existem 42,7 idosos. Em alguns casos, como Vitória, Vila Velha e Fundão, o número é ainda maior, 62,6 para o primeiro e 51,7 para os dois últimos. O menor IE foi contabilizado por Serra, 27,7 – município com a menor proporção de idosos e a maior representação de jovens.

A proporção da população adulta também cresceu no período de análise, passou de 64,9%, em 2000, para 67,7%, em 2010. Viana e Serra foram os municípios com os maiores aumentos relativos, acréscimo de 4,2 e 3,8 pontos percentuais, respectivamente.

A redução relativa da população jovem e os acréscimos nas populações adultas tiveram como resultado a queda da Razão de Dependência - RD para o ano de 2010. Em 2000, a RD da RMGV foi de 54 e, em 2010, de 47,7 – para cada 100 pessoas em idade ativa, existiam 47,7 dependentes. Viana e Serra foram os municípios que mais reduziram a RD neste período de 10 anos. O primeiro passou de uma razão de 56,5 para 46,7 e o segundo, de 56,2 para 47,5. A menor RD foi registrada por Vitória (45,6) e a maior por Fundão (56,3).

É importante destacar que a redução da Razão de Dependência é o reflexo da transição demográfica que o Espírito Santo e o Brasil estão passando, decorrência da queda da taxa de natalidade e de mortalidade e o consequente aumento do peso da população adulta. Assim, os municípios da RMGV se encontram no momento conhecido por bônus demográfico - quando a população em idade ativa deve sustentar uma menor parcela de indivíduos em idade inativa.

Segundo Alves (2004) durante as primeiras décadas do século XXI, a carga econômica da dependência demográfica será significativamente menor do que em qualquer outro momento da história brasileira, quando, em consequência do aumento da população idosa, ela aumentará progressivamente. Ainda segundo o autor, a "menor carga de dependência tem um efeito macroeconômico, pois significa maior capacidade de poupança, condição indispensável para a elevação dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico" (ALVES, 2004. p.3).

Assim, com a análise dos dados da primeira década do século XXI, verifica-se que a RMGV está passando pelo processo da transição demográfica, tanto no que se refere à mudança da forma das estruturas etárias, quanto na evolução dos indicadores demográficos, como a Razão de Dependência e o Índice de Envelhecimento.

2.2.3. Componente Natural

Fecundidade

A Taxa de Fecundidade Total é um indicador de grande importância na compreensão da dinâmica demográfica. Ela mede o número médio de filhos que uma mulher teria ao final do seu período reprodutivo e dessa forma, registra a condição reprodutiva presente em uma determinada população. Essa condição reprodutiva se reflete em mudanças no padrão etário e no crescimento da população. Níveis elevados de taxas de fecundidade estão associados a estruturas etárias

jovens, baixa proporção de pessoas idosas e taxas de crescimento relevantes (IBGE, 2009).

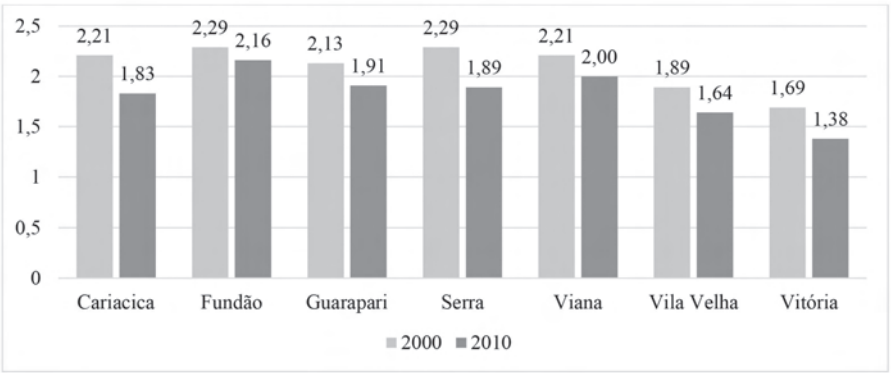
A fecundidade no Brasil vem apresentando tendência de queda nas últimas décadas. Essa tendência está sendo acompanhada por todas as regiões do país, inclusive pelo Espírito Santo que, na última década, viu a taxa de fecundidade cair de 2,1 para 1,8 filhos por mulher (BRASIL *et al.*, 2013). Na RMGV não foi diferente, entre 2000 e 2010 o número médio de filhos por mulher se reduziu em todos os municípios, chegando, em 2010, a níveis abaixo ao de reposição[3] em quase todos eles. Vários fatores contribuem para a queda da fecundidade, dentre esses estão a urbanização, o planejamento familiar, o custo dos filhos, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho e a utilização de métodos contraceptivos (SILVA, 2011).

A fecundidade de Vitória e Vila Velha, que já estava em patamares baixos em 2000, inclusive abaixo do nível de reposição de 2,1 filhos por mulher, continuou apresentando a tendência de declínio, atingindo, em 2010, o valor de 1,38 e 1,64, respectivamente. Esse padrão explica a transição demográfica de Vitória como a mais avançada da RMGV, com o progressivo envelhecimento da população, sendo um dos responsáveis pela baixa taxa de crescimento dessa população no período.

Fundão, que é o município com nível de integração mais baixo em relação à dinâmica de metropolização brasileira, registrou a maior taxa de fecundidade, tanto em 2000 quanto em 2010, de 2,29 e 2,16 filhos por mulher, respectivamente. Foi o único município da RMGV que em 2010 não alcançou taxa inferior a de reposição e o que apresentou o maior crescimento da sua população de 2000 a 2010 (Gráfico 2.2).

[3] O nível de reposição populacional, de 2,1 filhos por mulher, expressa a taxa de fecundidade que assegura a reposição populacional, isto é, aquela que produz crescimento nulo da população a longo prazo.

Gráfico 2.2 – Taxa de Fecundidade Total dos municípios da RMGV – 2000/2010 – número de filhos por mulher



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Em Cariacica, Guarapari, Serra e Viana destaca-se a redução das taxas de fecundidade, que ainda estavam acima do nível de reposição em 2000 e alcançaram, em 2010, taxas inferiores à de reposição, de 1,83, 1,91, 1,89 e 2,00, respectivamente.

O maior declínio da fecundidade na região ocorreu no município da Serra, que viu sua taxa reduzir de 2,29 para 1,89 filhos por mulher, seguido por Cariacica, com redução de 2,21 para 1,83 filhos por mulher.

A tendência de declínio da fecundidade observada na RMGV é um dos fatores responsáveis pelas transformações verificadas na estrutura etária dos municípios e pela redução das taxas de crescimento demográfico. Em consequência, essas populações cresceram de forma cada vez menos acelerada e ficaram cada vez mais envelhecidas nesse período, com a redução do percentual de jovens e o acréscimo do peso da população adulta e idosa.

Mortalidade

A mortalidade reflete, de maneira geral, as condições de saúde e de vida de uma determinada população. Fatores como acesso a serviços de saúde, saneamento, moradia, renda, educação, nível de informação e proteção social têm forte influência sobre os níveis de mortalidade, principalmente no que diz respeito à mortalidade infantil (OLIVEIRA; MENDES, 1995).

Dentre os componentes demográficos, a mortalidade é indicada

como tendo um papel secundário nas transformações etárias e no processo de envelhecimento pelo qual passa o país e a RMGV, sendo a fecundidade a grande definidora da estrutura etária. De acordo com Carvalho (2004), inclusive quando a taxa de mortalidade declina, leva, normalmente, a um pequeno rejuvenescimento da população, pois, em sua trajetória de queda, são, geralmente, as taxas de mortalidade na infância aquelas que experimentam decremento proporcional maior.

O declínio da mortalidade tem como contrapartida a elevação da expectativa de vida ao nascer. Esse indicador, ao expressar o número médio de anos que um indivíduo viverá a partir do seu nascimento, reflete o nível e a estrutura de mortalidade por idade observados em determinada população, sendo, portanto, um indicador derivado da mortalidade que indica a longevidade da população.

Na RMGV, observa-se em todos os municípios uma queda significativa das taxas de mortalidade e um aumento expressivo na longevidade da população (Gráficos 2.3, 2.4 e 2.5). Nesse contexto, deve-se levar em conta que, em geral, os espaços metropolitanos oferecem melhores condições de acesso a saúde, saneamento, dentre outros, ainda que de forma desigual internamente. No que diz respeito especificamente às taxas de mortalidade infantil, vale ressaltar que as mudanças refletem políticas nacionais de vacinação, de atenção primária à saúde da mãe e filhos, e melhorias nas condições de nutrição e de saneamento básico (CUNHA, 2000).

Observa-se que, tanto em 2000 quanto em 2010, o município de Viana registrou as mais altas taxas da RMGV, de 31,8 e 15,6 mortos por mil nascidos vivos, respectivamente, com um decréscimo na taxa de 16,2 óbitos na década (Gráfico 2.3).

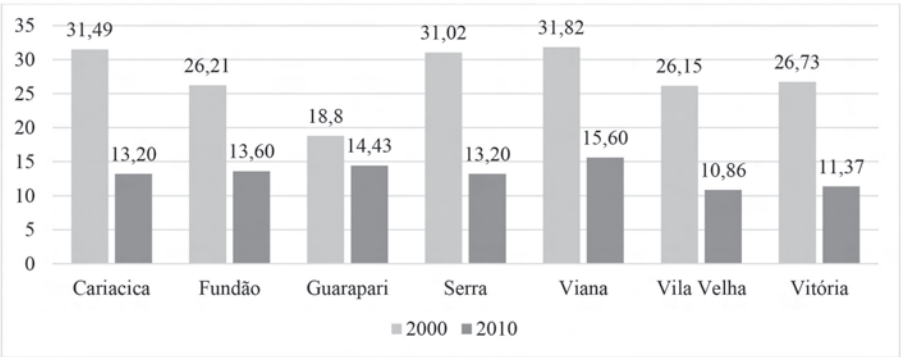
Vila Velha e Vitória, por outro lado, apresentaram as menores taxas de mortalidade infantil em 2010. Vila Velha, que em 2000 registrava taxa de 26,15 mortos a cada mil nascidos vivos, viu esse indicador cair, em 2010, para 10,86, o mais baixo da região.

Cariacica exibiu a maior redução da taxa de mortalidade infantil da região na última década, com redução de 31,49 mortos a cada mil nascidos vivos, em 2000, para 13,2, em 2010. Guarapari, ao contrário, apresentou a menor redução no período, perdendo a posição de mais baixa mortalidade da RMGV em 2000 para Vila Velha em 2010.

Em relação à taxa de mortalidade até cinco anos de idade, observa-se um padrão similar ao verificado nas taxas de mortalidade

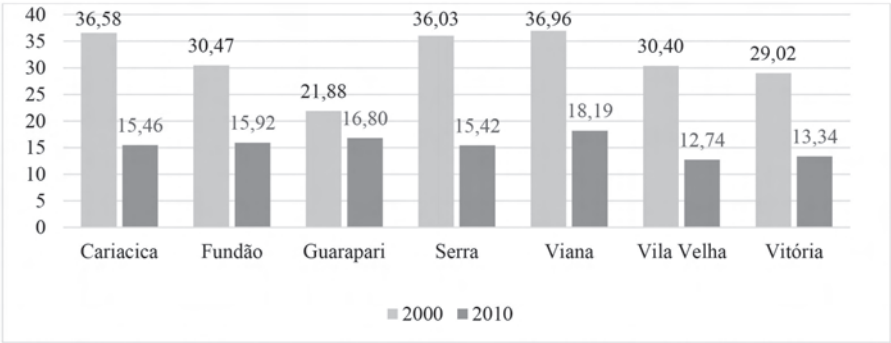
infantil, com Viana apresentando as mais altas taxas da RMGV, tanto em 2000 quanto em 2010, e Vila Velha e Vitória com as taxas mais baixas em 2010, de 12,74 e 13,34 mortos a cada mil nascidos vivos, respectivamente, lugar ocupado no início da década por Guarapari e Vitória (Gráfico 2.4). Da mesma forma, Cariacica foi o município com maior queda nas taxas de mortalidade até cinco anos, com decréscimo de 21,12 mortes, enquanto Guarapari apresentou a menor redução, passando de 21,88, em 2000, para 16,80 mortes a cada mil nascidos vivos em 2010.

Gráfico 2.3 – Taxa de Mortalidade infantil dos municípios da RMGV, 2000/2010 – por mil nascidos vivos



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 2.4 – Taxa de Mortalidade até cinco anos dos municípios da RMGV, 2000/2010 – por mil nascidos vivos



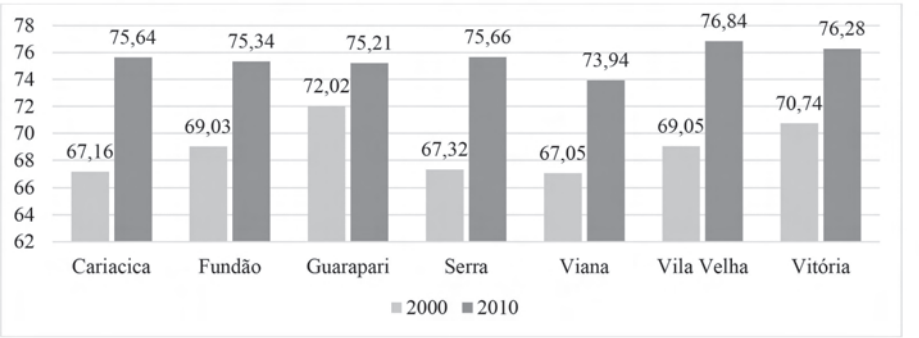
Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

No que diz respeito à longevidade, em 2000, Guarapari apresenta-

va a mais elevada esperança de vida ao nascer, de 72,02 anos, enquanto Viana registrava a mais baixa, de 67,05 anos (Gráfico 2.5). Em 2010, por sua vez, a esperança de vida ao nascer é maior no município de Vila Velha, com 76,84 anos, seguido de perto por Vitória, com 76,28. A menor é verificada em Viana, com 73,94 anos. Esses resultados condizem com o declínio das taxas de mortalidade observadas em todos municípios da região na última década.

Cariacica e Serra são os municípios da RMGV que tiveram o aumento mais expressivo da longevidade no período, crescendo 8,48 e 8,34 anos, respectivamente. A menor variação ocorreu em Guarapari, que teve sua esperança de vida ao nascer acrescida em apenas 3,19 anos ao longo da década.

Gráfico 2.5 – Esperança de vida ao nascer dos municípios da RMGV – 2000/2010



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Cabe destacar ainda que, além do Polo, os municípios muito altamente integrados (Vila Velha, Serra e Cariacica) são os que possuem as menores taxas de mortalidade infantil e de menores de 5 anos e os mais elevados níveis de esperança de vida da região. Esse fato pode ser explicado por esses municípios oferecerem um melhor acesso a serviços de saúde e demais fatores, tal como destacado anteriormente, por estarem mais integrados.

2.2.4. Componente Migratória

A migração é um importante fenômeno que ajuda a compreender a dinâmica demográfica de uma localidade. Variações populacionais devem ser explicadas tanto pelo comportamento vegetativo (fecundi-

dade e mortalidade) da população quanto pela entrada e saída de pessoas de uma determinada região.

Tendo em vista a atual configuração da RMGV e as quedas generalizadas das taxas de fecundidade e de mortalidade na região, inclusive com a fecundidade alcançando níveis abaixo da taxa de reposição, o processo migratório torna-se cada vez mais relevante para explicar as transformações demográficas.

Um aspecto importante que deve ser considerado na análise das áreas metropolitanas refere-se à tendência ao deslocamento das atividades econômicas dos núcleos regionais para os outros municípios, como decorrência das pressões do capital imobiliário pelo uso dos espaços mais nobres, bem como pela ação do Estado para a regionalização econômica (BRITO; SOUZA, 2005).

A Tabela 2.4 e os Gráficos 2.6 e 2.7 apresentam o número de imigrantes e emigrantes, bem como o saldo migratório dos municípios da RMGV. É importante destacar que os dados apresentados referem-se ao fluxo migratório medido nos Censos de 2000 e de 2010 para os períodos de 1995 a 2000 e de 2005 a 2010, respectivamente.

Tabela 2.4 - Nível de integração, nº de imigrantes, nº de emigrantes e saldo migratório dos municípios da RMGV – 1995-2000 e 2005-2010

Municípios	1995-2000			2005-2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
Polo						
Vitória	26.969	50.981	-24.013	29.733	46.442	-16.709
Muito alto						
Cariacica	27.994	22.235	5.759	22.292	15.494	6.798
Serra	46.512	19.807	26.705	45.317	15.486	29.831
Vila Velha	47.626	23.274	24.353	39.764	19.854	19.910
Alto						
Viana	7.690	4.203	3.487	7.254	3.055	4.199
Médio						
Guarapari	14.074	7.210	6.864	12.132	6.516	5.616
Baixo						
Fundão	2.024	1.013	1.011	2.792	1.142	1.651
RMGV	**172.889**	**128.723**	**44.166**	**159.286**	**107.989**	**51.297**

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

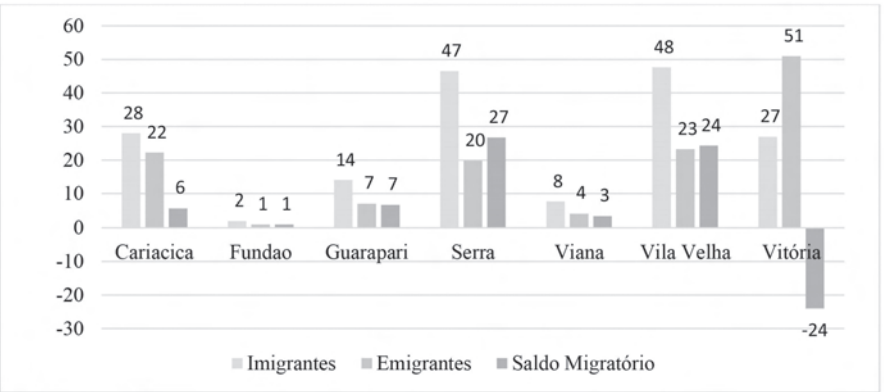
Vitória destaca-se por ser o único município da RMGV a registrar saldo migratório negativo, tanto em 2000 quanto em 2010. Esse resultado ajuda a explicar o baixo crescimento populacional do município,

o segundo menor da RMGV, bem como a redução da sua participação relativa na população da região no período 2000 - 2010.

Os maiores saldos migratórios, nos dois períodos analisados, encontram-se em Serra e em Vila Velha, ambos com nível de integração muito alto. Em 2000, Serra e Vila Velha contabilizaram saldos migratórios de 26.705 e 24.353 pessoas, respectivamente, e em 2010, 29.831 e 19.910, na devida ordem, números bem mais expressivos que os dos outros municípios que compõem a RMGV.

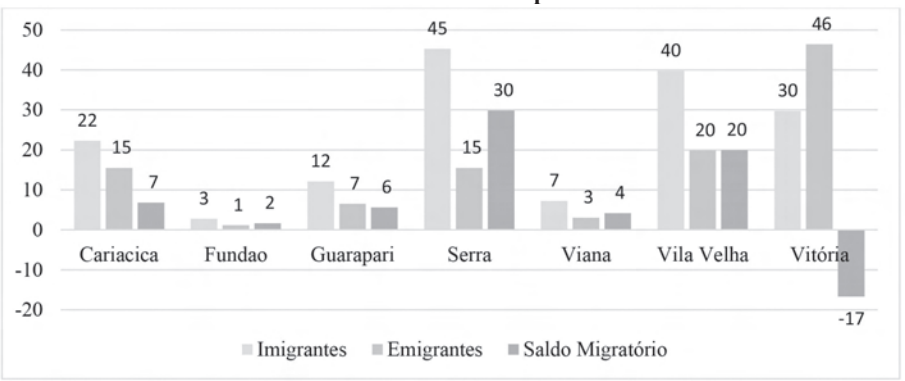
Fundão, que possui baixa integração, foi o município que apresentou o menor saldo migratório positivo da RMGV nos dois períodos estudados.

Gráfico 2.6 – Imigrantes, emigrantes e saldo migratório, 1995 - 2000 – em mil pessoas.



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 2.7 – Imigrantes, emigrantes e saldo migratório, 2005 – 2010 – em mil pessoas



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Como desdobramento da análise acima, a Tabela 2.5 traz o percentual de imigrantes e emigrantes sobre a população de cinco anos ou mais[4] registrada nos censos. Apenas no município Polo, Vitória, a participação de emigrantes foi superior ao de imigrantes nos dois períodos analisados.

Na transição de 2000 para 2010, com exceção de Fundão que registrou um tênue aumento na participação do número de imigrantes sobre a população de cinco ou mais anos, em todos os outros municípios houve a redução deste percentual, como também a redução da representação de emigrantes.

Tabela 2.5 – Percentual de imigrantes e emigrantes sobre a população de cinco anos ou mais dos municípios da RMGV – 2000/2010

Municípios	2000		2010	
	Imigrantes	Emigrantes	Imigrantes	Emigrantes
Polo				
Vitória	9,99	18,89	9,65	15,07
Muito alto				
Cariacica	9,56	7,60	6,91	4,80
Serra	16,15	6,88	12,03	4,11
Vila Velha	15,03	7,34	10,24	5,11
Alto				
Viana	15,91	8,69	12,03	5,07
Médio				
Guarapari	17,60	9,02	12,39	6,65
Baixo				
Fundão	17,14	8,58	17,60	7,20

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

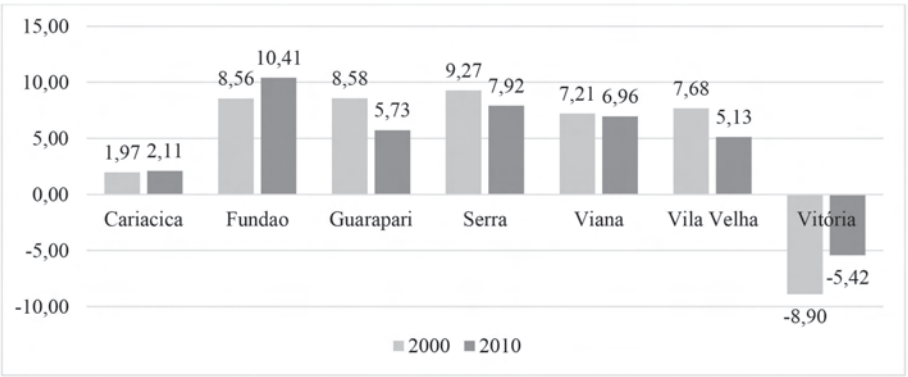
Os dados apresentados - imigrantes, emigrantes, e as respectivas participações - podem ser sintetizados na taxa migratória, que relaciona o saldo migratório com a população de cinco anos ou mais. Nos dois períodos analisados, a cidade de Vitória, por ter apresentado déficits no saldo migratório, foi a única com taxa migratória negativa. Com relação aos outros municípios da RMGV, apenas Cariacica e Fundão tiveram um aumento da taxa migratória na última década.

Em 2000, Serra era a que tinha a maior taxa migratória (9,27). Em sequência, apareciam os municípios de Guarapari (8,58) e Fundão (8,56). A menor taxa migratória positiva, pertencia ao município de

[4] Como os dados apresentados referem-se ao fluxo migratório nos períodos de 1995 a 2000 e 2005 a 2010, utiliza-se para o cálculo do percentual de migrantes a população de cinco anos ou mais.

Cariacica, de 1,97, bastante inferior às demais. Em 2010, Fundão apresentou a maior taxa migratória (10,41), enquanto que o menor valor positivo foi observado, novamente, no município de Cariacica (2,11) (Gráfico 2.8).

Gráfico 2.8 – Taxa migratória – 2000/2010 - em %



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Os resultados apresentados indicam uma desconcentração populacional da capital da RMGV e um ganho populacional, por meio da migração, das periferias metropolitanas. Esse processo, denominado por alguns autores como "inversão demográfica", acompanham de certa forma uma tendência verificada em várias regiões metropolitanas do Brasil.

De acordo com Oliveira *et al.* (2011), os deslocamentos populacionais nas décadas de 60 a 80 foram marcados pelos grandes volumes de migrantes que se deslocaram do campo para a cidade, apresentando um processo de intensificação da urbanização e caracterizando áreas de expulsão ou emigração. Esses deslocamentos, típicos da primeira fase da transição demográfica, conforme apontado por Brito (2009), começaram a perder importância no país a partir da década de 80 (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

> Os movimentos que tinham, de um modo geral, como características básicas migração para os grandes centros, e de longa distância, passaram a ter como destino as cidades médias e serem cada vez mais de curta duração. Por outro lado, os deslocamentos pendulares ganham importância ainda maior (OLIVEIRA *et al*, 2011, p.11).

Brito (2009), ressalta ainda que na fase atual da transição demográfica, com a fecundidade alcançando o nível de reposição, não há mais possibilidade de se gerar os mesmos excedentes populacionais e as grandes transferências interestaduais do passado, com a redução dos grandes aglomerados metropolitanos, principalmente dos seus núcleos.

> Dentro dos aglomerados metropolitanos, tem havido uma notável tendência a um maior crescimento dos municípios periféricos, em relação às capitais, evidenciando um processo de inversão espacial do comando do crescimento demográfico metropolitano, acelerado pelos saldos negativos dos fluxos migratórios entre capitais e os outros municípios metropolitanos (BRITO, 2009, p.17).

Diante desse contexto, cabe aqui investigar de que forma a população que migrou na última década foi distribuída na RMGV por tipo de fluxo - intrametropolitano, intraestadual e interestadual - em cada um dos municípios da região. Busca-se, dessa forma, observar quais movimentos migratórios tem sido relevantes nos municípios da RMGV, bem como fornecer subsídios para uma análise abrangente do processo de redistribuição populacional da RMGV ocorrido na última década. Com relação à imigração intrametropolitana, considera-se se foi realizada do núcleo para a periferia, da periferia para a periferia, ou ainda, no caso do município de Vitória, da periferia para o núcleo.

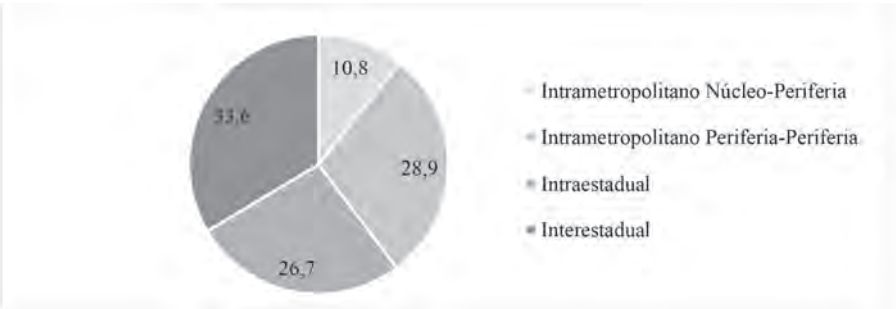
Os dados apresentados a seguir dizem respeito aos fluxos migratórios constituídos por pessoas de 5 anos ou mais de idade que não residiam no município da RMGV considerado em 1995 (ou 2005) segundo o local de residência em 2000 (ou 2010).

I - Cariacica

No município de Cariacica, os tipos de fluxos migratórios não sofreram grandes alterações nos períodos de 1995-2000 para 2005-2010. Nos dois períodos analisados, é predominante o fluxo de migrantes intrametropolitanos, com 39,7% dos migrantes em 2000 e de 40,3% em 2010 (Gráficos 2.9 e 2.10). Nesse fluxo, destaca-se a maior participação dos migrantes que saíram de outros municípios periféricos, que representam 29,5% do total de migrantes de Cariacica, valor esse bem superior ao fluxo núcleo-periferia, que foi responsável por 10,80% dos migrantes do município.

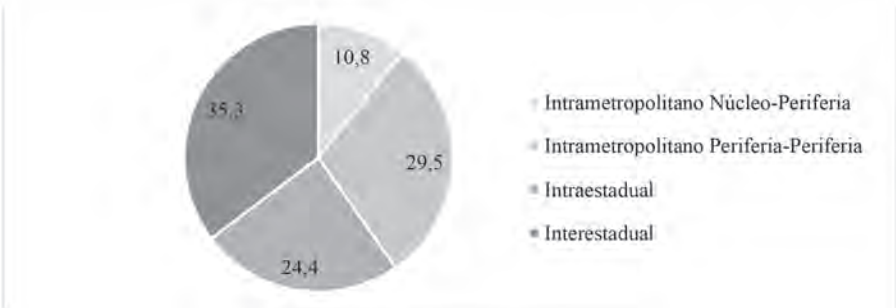
O fluxo intraestadual, isto é, imigrantes originários de outros municípios do estado que não os da RMGV, registrou um acréscimo na sua participação de 2000 para 2010, passando de 33,60% para 35,3%, respectivamente. O fluxo interestadual, ao contrário, perdeu 2,3 p.p. de participação no período, alcançando em 2010, 24,4% dos migrantes.

Gráfico 2.9 – Distribuição da população migrante por tipo em Cariacica – 1995-2000



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 2.10 – Distribuição da população migrante por tipo em Cariacica – 2005-2010



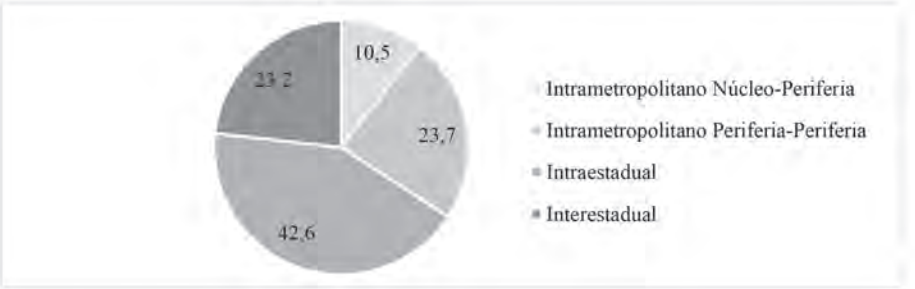
Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

II - Fundão

A maior parte da população que migrou para o município de Fundão no período de 1995-2000 era de origem intraestadual (42,6%). Essa participação diminuiu para 35,0% em 2005-2010, perdendo espaço para o fluxo intrametropolitano, que passou a ser o mais expressivo dentre os migrantes, cujo percentual chegou a 41,9% (Gráficos 2.11 e 2.12).

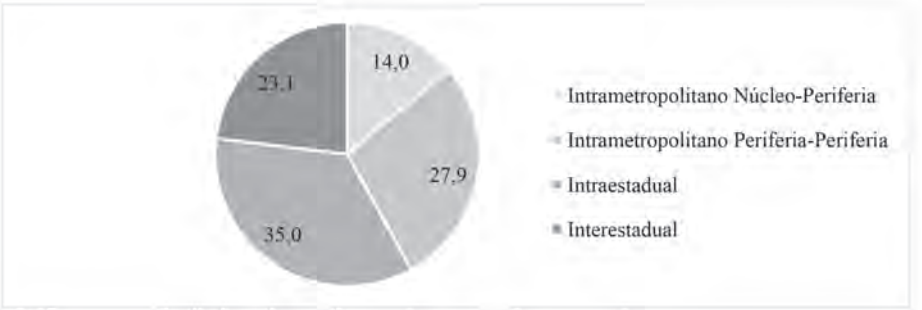
Quando analisados os fluxos intrametropolitanos, verifica-se que o fluxo periferia-periferia foi o de maior relevância, tanto em 1995-2000 quanto em 2005-2010, com 23,7% e 27,9% do total, respectivamente. O fluxo de imigrantes vindos de Vitória também apresentou acréscimo na sua participação dentre os imigrantes, aumentando em 3,5 p.p. Os imigrantes de outras unidades da federação mantiveram sua participação praticamente estável, registrando pouco mais de 23% dos migrantes nos dois períodos.

Gráfico 2.11 – Distribuição da população migrante por tipo em Fundão – 1995-2000



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 2.12 – Distribuição da população migrante por tipo em Fundão – 2005-2010



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

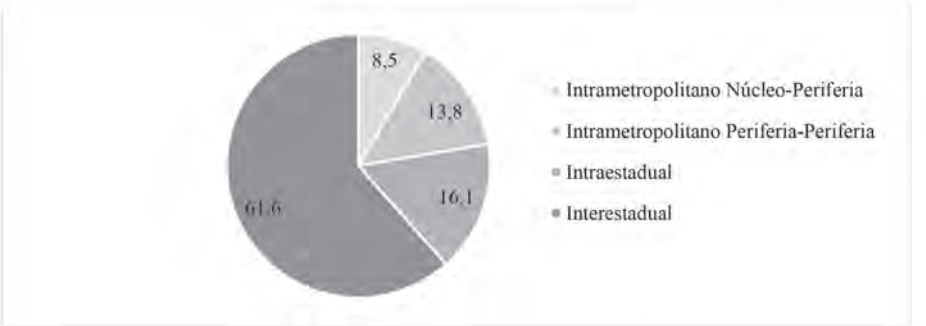
III - Guarapari

Em Guarapari, o peso dos movimentos intrametropolitanos na população imigrante é bem menor se comparado aos outros municípios da RMGV. Chama a atenção a participação da população imigrante de origem interestadual, que nos dois períodos analisados, é supe-

rior a 61% (Gráficos 2.13 e 2.14). O menor percentual é de imigrantes de origem intraestadual, que passou de 16,1%, no início da década para 17,5%, no final.

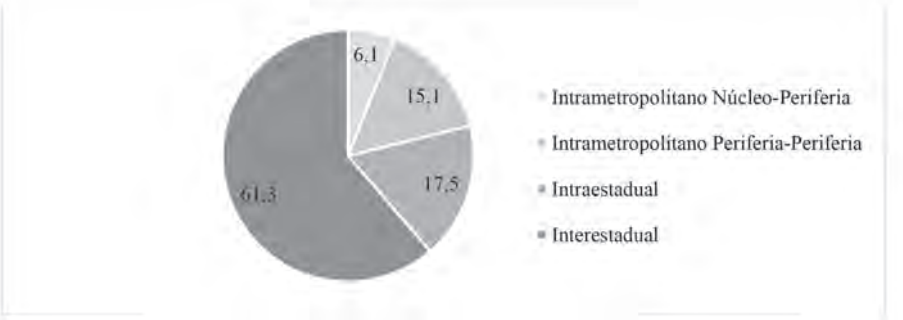
No que diz respeito à migração intrametropolitana, cabe destacar a redução na participação dos imigrantes oriundos de Vitória, o núcleo, e o aumento dos imigrantes vindos de outros municípios da RMGV. A proporção dos que saíram da periferia metropolitana passou de 13,8%, em 1995-2000, para 15,1%, em 2005-2010. Já a participação dos que saíram do núcleo Vitória para o município sofreu uma redução no período, passando de 8,5% para 6,1%.

Gráfico 2.13 – Distribuição da população migrante por tipo em Guarapari - 1995-2000



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 2.14 – Distribuição da população migrante por tipo em Guarapari – 2005-2010

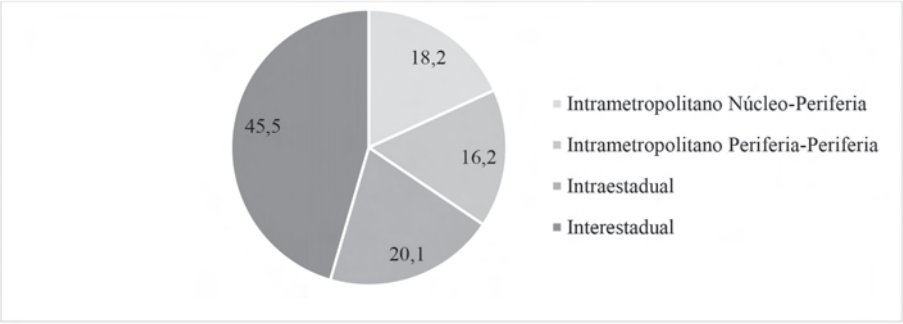


Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

IV - Serra

No município da Serra, tal como em Guarapari, a participação dos imigrantes interestaduais nos períodos considerados é predominante na população imigrante total. Essa predominância se tornou ainda mais significativa de 1995-2000 para 2005-2010, visto que o percentual interestadual aumentou de 45,5% para 53,1% (Gráficos 2.15 e 2.16).

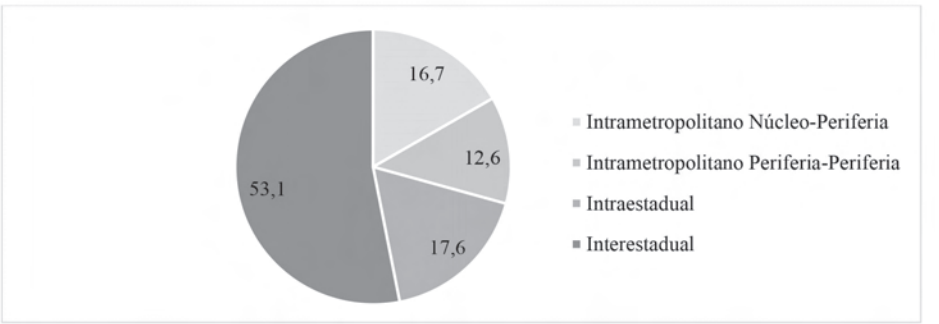
Gráfico 2.15 – Distribuição da população migrante por tipo na Serra – 1995-2000



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

O fluxo intrametropolitano teve sua participação reduzida de 34,4% para 29,3% entre os dois períodos. O percentual dos que vieram do núcleo passou de 18,2% para 16,7% e a dos que se originaram de outros municípios passou de 16,2% para 12,6%. Observa-se que no município da Serra, nos dois períodos analisados, a participação dos que tiveram como procedência o núcleo é superior à dos que se deslocaram da periferia, sendo um caso único entre os municípios da RMGV. A fração dos imigrantes intraestaduais, a menor no município, diminuiu de 20,1% para 17,6 % no período.

Gráfico 2.16 – Distribuição da população migrante por tipo na Serra – 2005-2010

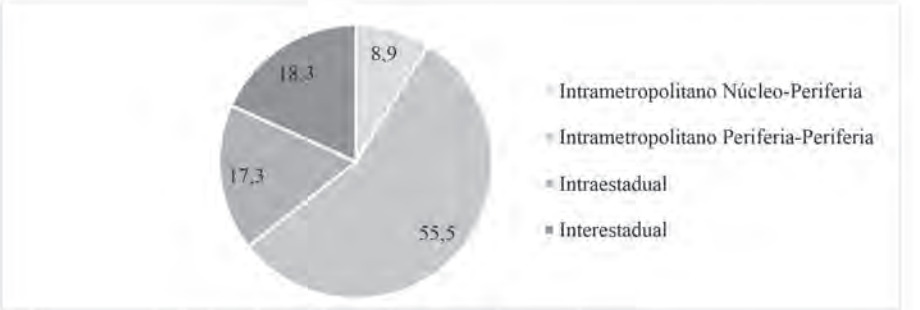


Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

V - Viana

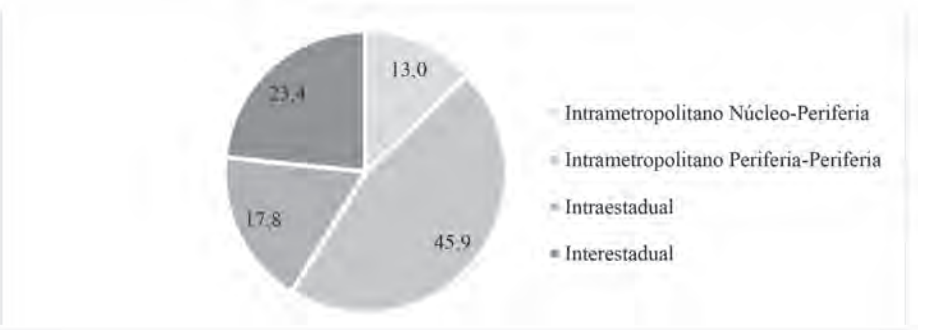
Viana se destaca na RMGV como o único caso em que a maior fatia das entradas refere-se aos fluxos intrametropolitanos com origem em municípios da própria periferia metropolitana. Contudo, de 1995-2000 para 2005-2010 essa participação sofreu uma redução de 55,5% para 45,9%, enquanto que os demais grupos aumentaram sua proporção (Gráficos 2.17 e 2.18). A imigração intrametropolitana núcleo-periferia nos fluxos analisados teve um aumento considerável na última década, passando de 8,9% para 13,0%. A participação interestadual foi a que sofreu o maior acréscimo, passando de 18,3% para 23,4%, entre 1995-2000 e 2005-2010.

Gráfico 2.17 – Distribuição da população migrante por tipo em Viana – 1995-2000



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 2.18 – Distribuição da população migrante por tipo em Viana – 2005-2010



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

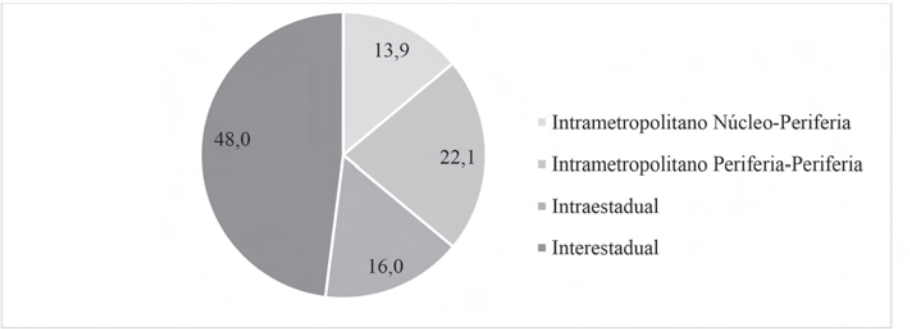
VI - Vila Velha

No município de Vila Velha, a fatia mais representativa na composição das entradas dos períodos 1995-2000 e 2005-2010 refere-se aos fluxos interestaduais, que registrou aumentou de 48% para 55,9% na última década (Gráficos 2.19 e 2.20).

A segunda maior representatividade refere-se a imigrantes intrametropolitanos. Contudo, essa participação sofreu uma redução considerável entre 1995-2000 e 2005-2010, passando de 36,0% para 27,7%.

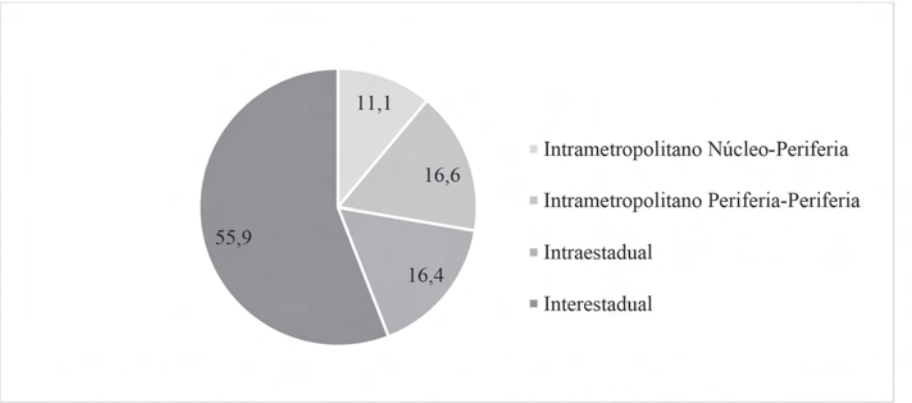
O menor percentual de entradas em Vila Velha refere-se às pessoas originárias de municípios capixabas externos à RMGV, cujo percentual apresentou um tênue aumento, alcançando o valor de 16,4% no período de 2005-2010.

Gráfico 2.19 – Distribuição da população migrante por tipo em Vila Velha – 1995-2000



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 2.20 – Distribuição da população migrante por tipo em Vila Velha – 2005-2010



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

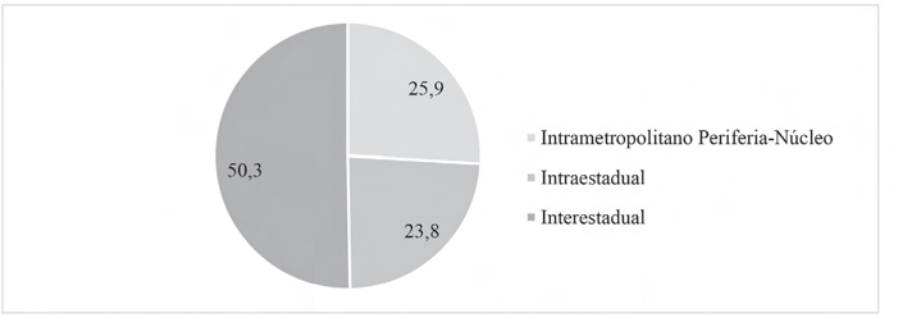
VII – Vitória

A imigração interestadual apresenta-se como a mais expressiva do município de Vitória, o núcleo metropolitano da RMGV, mesmo com a redução observada nos períodos de 1995-2000 a 2005-2010, quando sua participação declinou de 50,3% para 45,9% (Gráficos 2.21 e 2.22).

Em 1995-2000, a segunda maior participação foi a de imigrantes intrametropolitanos e a menor, a de imigrantes intraestaduais. Em 2005-2010, essas posições se invertem e a fatia da migração intraestadual ultrapassa a da imigração intrametropolitana. Entretanto, nos dois períodos, observa-se que não há desequilíbrio entre estes grupos.

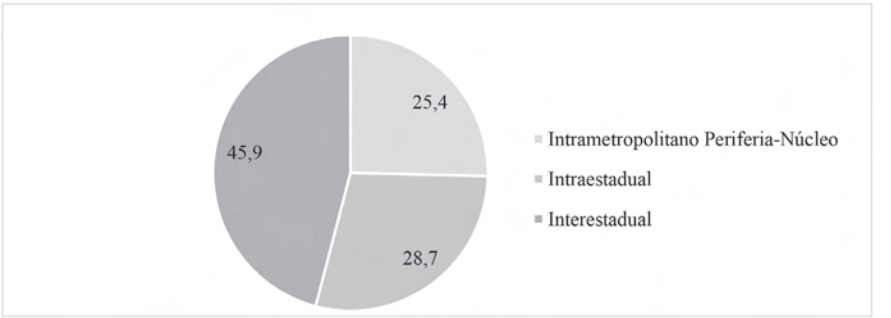
A participação da imigração intrametropolitana teve uma ligeira variação entre 1995-2000 e 2005-2010, reduzindo de 25,9% para 25,4%. Já a parcela da população imigrante intraestadual aumentou de 23,8% para 28,7% no mesmo período. Dessa forma, é possível afirmar que tanto a imigração interestadual quanto a intrametropolitana perderam participação para a intraestadual.

Gráfico 2.21 – Distribuição da população migrante por tipo em Vitória – 1995-2000



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 2.22 – Distribuição da população migrante por tipo em Vitória – 2005-2010



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

2.3. Considerações Finais

A RMGV e os municípios que a compõem apresentam características demográficas que revelam as mudanças decorrentes da evolução conjunta dos processos de transição demográfica e epidemiológica e de redistribuição da população, que provocaram modificações importantes no perfil e na dinâmica de suas populações. Estas mudanças foram intensas na segunda metade do século XX e continuam, mas em ritmo menos acelerado, na primeira década do século XXI. A marcha da transição demográfica, que conduz a RMGV para a fase final do processo, produz progressivamente a diminuição da mortalidade, em especial a infantil, a elevação da esperança de vida, a alteração da representação dos grupos etários, com redução do número de jovens e

envelhecimento progressivo da população. Na fase atual a redução da base da pirâmide etária produz a situação favorável e transitória de bônus demográfico, que ocasiona a diminuição da relação de dependência da população inativa sobre a ativa. A representação da população em idade ativa na região é também favorecida pela migração de jovens adultos. Ao longo das próximas décadas, ocorrerá a transferência gradativa dos integrantes deste segmento para o grupo dos idosos, intensificando o processo de envelhecimento em curso. Deve-se ressaltar que a estrutura por sexo tende à feminização da população à medida que a duração de vida se alonga, em consequência da incidência de riscos de mortalidade, mais elevados para o sexo masculino.

O trabalho coloca em evidência que existe uma variabilidade importante no interior de RMGV. A heterogeneidade socioeconômica dos sete municípios que formam a região, resultante das diferenças espaciais de desenvolvimento, é traduzida pelas variações dos indicadores demográficos focalizados neste trabalho, que indicam níveis e modelos distintos de evolução dos processos analisados e das características gerais acima descritas.

Vitória, o Polo da RMGV é o município mais diferenciado. Apresenta elevadas densidades demográficas em um espaço largamente ocupado. Seu crescimento, o mais baixo do conjunto, provocou a diminuição da representação de sua população no total da RMGV e a queda para a quarta posição no ranking dos municípios. Observa-se na região a tendência à desconcentração populacional do Polo em favor das regiões periféricas. A capital encontra-se mais avançada no processo da transição demográfica, traduzido pela menor proporção do segmento de 0 a 14 anos e pelas representações elevadas de ativos e de idosos. É o único que apresenta saldo negativo nas trocas migratórias.

Os municípios mais altamente integrados, Vila Velha, Cariacica e Serra, os mais populosos, apresentam diferenças em seus padrões demográficos. Vila Velha é o que mais se assemelha a Vitória quanto ao curso da transição demográfica e destaca-se por ser um dos mais atrativos do conjunto. Cariacica, juntamente com o Polo, perde população em favor dos demais municípios. Serra apresenta particularidades: migração importante, crescimento elevado, a estrutura mais jovem. Viana, classificada na categoria de nível de integração alto, apresenta valores médios para os indicadores demográficos, salvo para a duração de vida, a menor do conjunto. Guarapari, de integração média assemelha-se à Vitória, Vila Velha e Fundão com relação

aos indicadores que mostram a longevidade da população e apresenta, como Vitória, Vila Velha e Serra, predominância dos deslocamentos interestaduais. Fundão, município de baixa integração, com a menor população do conjunto, apresenta várias especificidades: por um lado, a fecundidade mais elevada da região, acima do índice de reposição, maior crescimento demográfico e maior taxa de migração, por outro lado, comportamento similar ao apresentado por Vitória e Vila Velha com relação à representação elevada de idosos e aos níveis da esperança de vida.

As transformações demográficas observadas na RMGV, assim como a diversidade intra-regional existente, mostram a situação atual e indicam as possíveis tendências, fornecendo informações para os poderes públicos sobre as necessidades e demandas criadas pelas transformações sociais e econômicas que estão ocorrendo e pelos desafios que se anunciam para o futuro, em consequência da evolução dos processos demográficos em curso.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil. 2004. Publicado em www.ie.ufrj.br/aparte.

BRITO, F. As migrações internas no brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. 2009. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>. Acesso em: outubro, 2011.

BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

BRASIL, G. et al. Projeções populacionais para o Espírito Santo: 2015-2030. Relatório ES, 2030. 2013.

CARVALHO, J. A. M. Crescimento populacional e Estrutura demográfica no Brasil. Texto para discussão n°227. UFMG/Cedeplar. 2004.

CUNHA, José Marcus Pinto da. Dinâmica demográfica e seus impactos na trajetória da população em idade escolar. In: CUNHA, José Marcos Pinto da et al., DEMOGRAFIA E EDUCAÇÃO: INCURSÕES PRELIMINARES. Campinas: NEPO/ Unicamp, outubro de 2000 (Textos NEPO, v. 38).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1987-1988. RJ:IBGE. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censos demográficos**.** Disponível em http://www.ibge.gov.br

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Projeções da População. Brasil e Unidades da Federação, Série Relatórios Metodológicos, Volume 40, RJ. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil. 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/com_din.pdf.

LANDRY, Adolphe. 1982 La révolution démographique -Études et essais sur les problèmes de la population. Paris: INED – Presses Universitaires de France, 1982 [1934].

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - INCT/CNPq/CAPES/FAPERJ. Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à Dinâmica da Metropolização. Rio de Janeiro. 108 p. 2012.

OLIVEIRA, L.A.P e MENDES, M.M.S. Mortalidade infantil no Brasil: uma avaliação de tendências recentes. In: Leite, A. J. M. e Silva, A. C. MORTALIDADE INFANTIL: indicador das condições de vida das populações. 1995. Disponível em: <http://www.geocities.ws/criancanordeste/documentos/morteinfantil.pdf>

OLIVEIRA, A. T.R. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. IN: OLIVEIRA, L.A.P e OLIVEIRA, A. T. R. REFLEXÕES SOBRE OS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS NO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE. (Série Estudos & Análises: informação demográfica e socioeconômica, n. 1). 2011.

OLIVEIRA, A.T.R., ERVATTI, L. R. e O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADS e Censos Demográficos. IN: OLIVEIRA, L.A.P e OLIVEIRA, A. T. R. REFLEXÕES SOBRE OS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS NO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE. (Série Estudos & Análises: informação demográfica e socioeconômica, n. 1). 2011.

SCHRAMM, Joyce M. de Andrade et al. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, out./dez. vol.9, no. 4, 897-908. 2004.

Capítulo 3

A Região Metropolitana da Grande Vitória na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho

Victor Nunes Toscano
Débora Gervásio
Edna Morais Tresinari
José Antônio Heredia
Thamirys Figueredo Evangelista

Resumo: O capítulo tem como objetivo apresentar as características da estrutura econômica e do mercado de trabalho da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV. Para isso, buscou-se contextualizar a RMGV em relação às demais regiões do Espírito Santo, constatando um padrão de concentração econômica e populacional respondendo por mais de 60% do PIB do Estado e 48% da população em 2010. Além disso, verificou-se uma forte centralização da atividade econômica no município de Vitória, que responde por quase metade do PIB da região em 2010 e recebe boa parte dos trabalhadores de outros municípios da RMGV. Nesta última década, o crescimento da renda foi ensejado pela inserção de pessoas no mercado de trabalho e, em menor magnitude, pelo aumento da produtividade.

Palavras chave: Crescimento Regional, Concentração Econômica, Trabalho e Renda

Abstract: This chapter aims to show the characteristics of the economic structure and labor market Metropolitan Region of Grande Vitória - RMGV. To do so, we attempted to contextualize the RMGV compared with other regions of the Espírito Santo, finding a pattern of economic and population concentration accounting for over 60% of its GDP and 48% of the population in 2010. In addition, there was a strong centralization of economic activity in Vitória, which accounts for almost half of the region's GDP in 2010 and receives much of workers from other municipalities. In the last decade, income growth was occasioned by the inclusion of people in the labor market and, to a lesser extent, by increased productivity.

Keywords: Regional Growth, Economic Concentration, Labor and Income

3.1. Introdução

O estado do Espírito Santo passou por mudanças estruturais profundas em sua história econômica ao longo das últimas cinco décadas. Da década de 1960 até os anos 2000, o estado passou de uma estrutura majoritariamente agrícola para uma economia ancorada na indústria de base e seus serviços relacionados (BONELLI e LEVY, 2010). O papel da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV durante esse período é considerável, uma vez que, durante a transição econômica passou a concentrar maior parte da produção de riqueza e da população do estado. Este movimento também foi um reflexo do que acontecia com a economia brasileira, conforme demonstra Ribeiro e Ribeiro (2011):

> Os países da América Latina, e em especial o Brasil, experimentaram um processo de industrialização que ficou denominado de modelo de substituição de importação, exatamente porque esse processo consistia em produzir internamente o que antes era importado, principalmente dos países de economia central. De uma sociedade caracterizada pela economia agrário-exportadora, o Brasil passou a ser caracterizado por uma economia urbano-industrial [...] (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, p.7).

As décadas de 1960 e 1970 marcaram essa transformação, sendo a primeira caracterizada pela política nacional de erradicação dos cafezais e a segunda marcada pelo período denominado "milagre econômico" que, no âmbito estadual, foi caracterizado pela instalação das grandes indústrias, como a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST e Aracruz Celulose. Durante a década de 1980 o estado aprofundou a relação econômica com estas empresas, voltadas para o exterior, ensejando diversas políticas e incentivos para utilização da capacidade logística, ainda ociosa na época (ROCHA e MORANDI, 2012).

O incentivo financeiro implementado pelo Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP[1], não obteve seu resultado esperado até a abertura comercial do país ocorrida na década de 1990,

[1] O FUNDAP foi um incentivo financeiro idealizado e implementado na década de 1970 no Governo de Cristiano Dias Lopes, com o objetivo de aquecer a atividade portuária, atraindo empresas para operar em solo espírito-santense.

uma vez que os fluxos de comércio exterior sofriam forte intervenção da União. A partir da abertura comercial, as importações vindas do exterior passaram a desempenhar importância cada vez maior nas relações internacionais do país, e consequentemente do estado, tendo seus efeitos concentrados principalmente sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ligado aos produtos importados, elevando a capacidade fiscal do Estado, a partir daquele momento. Esse modelo se intensificou ao longo da década, especializando o estado em serviços logísticos e atraindo investimentos nesse sentido. Isso contribuiu para a caracterização do Espírito Santo em uma das Unidades Federativas mais abertas ao comércio exterior (ROCHA e MORANDI, 2012; MACEDO e MAGALHÃES, 2011).

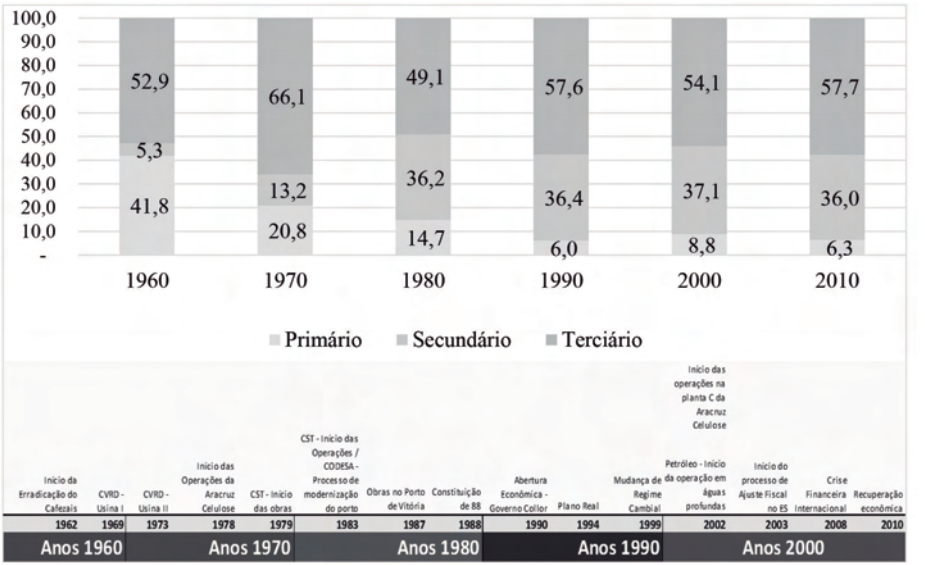
Nos anos 2000, após a flexibilização do câmbio ocorrida em 1999, as exportações ganharam um destaque ainda maior na economia do Estado, ultrapassando os valores importados, devido ao crescimento da renda internacional e o aumento dos preços internacionais dos principais produtos vendidos pelas empresas do Espírito Santo, como foi o caso das *commodities* minerais e dos produtos siderúrgicos. Ainda nesta década, diversos investimentos de peso entraram em operação, em grande parte ligada às grandes empresas instaladas, como foi o caso da terceira Usina de pelotização de minério de ferro da Samarco, do início da operação da planta produtiva C da Aracruz Celulose (2002) e ao início da exploração de petróleo na costa estadual (2002), o que contribuiu para um aumento considerável na capacidade produtiva destes setores[2]. A cronologia contida no Gráfico 3.1 auxilia a localização das mudanças econômicas ocorridas no Estado. Nesse contexto, a região Metropolitana liderou os movimentos econômicos ocorridos no estado, uma vez que, concentrou a sede operacional das principais empresas estaduais e o porto público do estado (Gráfico 3.1).

Com esse pano de fundo, o objetivo do capítulo é analisar quais são as características que ainda permanecem em evidência na estrutura produtiva da região metropolitana e quais são as principais mudanças ocorridas na última década. Sendo assim, o capítulo é divido em mais três seções além dessa introdução e das considerações finais. As seções seguintes apresentam brevemente a metodologia de análise e os resultados da região metropolitana com relação às outras regiões do

[2] IGLESIAS, R. 2010, p. 168.

Espírito Santo, e a seção 3.4 apresenta as características econômicas da região com ênfase no dinamismo econômico e o crescimento da renda na região.

Gráfico 3.1 - Estrutura Econômica do Espírito Santo – 1960 – 2010



Fonte: IJSN (2000, 2010); IPEA (1990); OLIVEIRA (2008); ROCHA, MORANDI (2012). Elaboração: IJSN, 2013.

3.2. Aspectos metodológicos

A metodologia consiste em apresentar os dados disponíveis para a região e seus municípios componentes analisando os principais indicadores relacionados à estrutura produtiva e mercado de trabalho.

Os dados utilizados são provenientes, basicamente, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE através dos dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010. Também foram utilizadas as informações sobre o Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios, produzido em parceria com o IBGE e os institutos de pesquisa das Unidades da Federação. Dados de exportação e importação dos municípios foram coletados pelo sistema Alice, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

A presente sessão tem como objetivo apresentar e analisar os dados da estrutura produtiva da região. Em primeiro lugar, será anali-

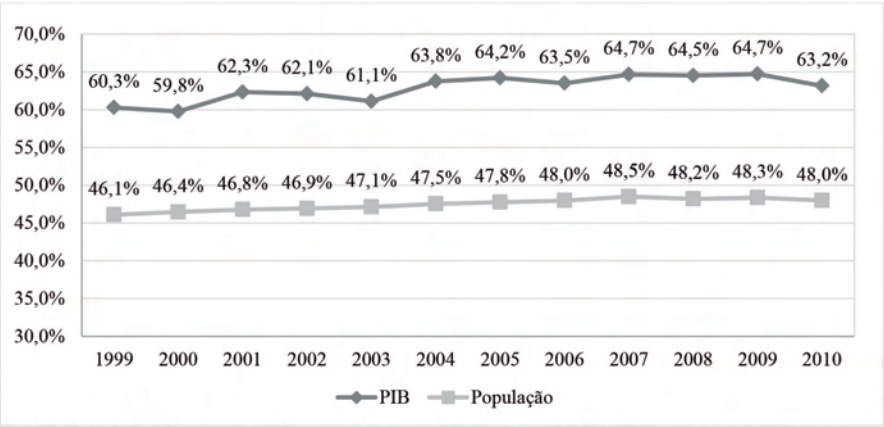
sada a importância relativa da RMGV em comparação com as demais regiões do estado. Na seção seguinte, será apresentada em maior profundidade os municípios que compõe a região, expondo suas características produtivas.

3.3. A importância da região metropolitana

A Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV ocupa uma posição de destaque econômico no Espírito Santo. Em 2010, 48% da população residia nesta região, que respondia por mais de 63% do Produto Interno Bruto - PIB do Estado.

O Gráfico 3.2 mostra a participação da RMGV no PIB e da População do Espírito Santo entre 1999 e 2010.

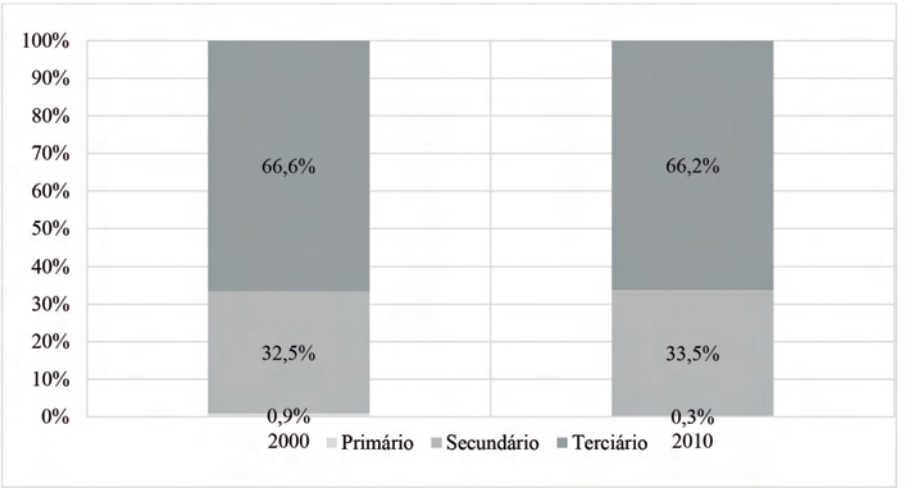
Gráfico 3.2 - Participação da RMGV no PIB e na População do Espírito Santo – 1999 a 2010



Fonte: IBGE, 2010; Elaboração: IJSN, 2013.

O gráfico 3.2 demonstra que, desde 1999 a estrutura espacial da produção e da população pouco se alterou. Durante esse período a RMGV ganhou 3 pontos percentuais (p.p.) de participação do PIB em relação as demais regiões, enquanto na população este ganho foi de 2 pontos percentuais.

Gráfico 3.3 – Estrutura Produtiva da RMGV – 2000 e 2010



Fonte: IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN, 2013.

Além de ser a região que concentra a maior parte da atividade econômica do estado, a RMGV pode ser classificada como um polo de serviços com forte relação com a indústria, uma vez que 66% do PIB regional foi, em 2010, proveniente do setor terciário, estrutura que pouco se alterou ao longo da década (queda de 0,4 p.p.). O setor secundário, por sua vez, aumentou em 1 p.p. de participação na estrutura produtiva regional (Gráfico 3.3)[3].

Tabela 3.1 – Abertura econômica RMGV[4] – 2000 e 2010

Variáveis	Bilhões R$ a preços de 2010	
	2000	2010
PIB da região - (A)	31,8	51,9
Corrente de comércio - (B)	25,0	35,3
Coeficiente de abertura % - (B)/(A)	79,0%	68,0%

Fonte: IBGE, IJSN, MDIC, IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN; 2013.

[3] Para maiores detalhes acerca do padrão de concentração econômica dos municípios do Espírito Santo, consultar: MAGALHÃES, M.A.; TOSCANO, V.N. 2010 (b) e MORANDI, A.; PELA, A.C.; TRINDADE, L.Z.; BISSOLI, C. 2012.

[4] O Espírito Santo é conhecido como uma das Unidades da Federação mais abertas ao comércio Exterior, em grande medida, impulsionado pelas operações realizadas na RMGV. A metodologia de cálculo deste indicador para a região seguiu os mesmos passos empregados em MAGALHÃES, M.A.; TOSCANO, V.N. 2010 (a), calculando o coeficiente de abertura através da seguinte fórmula: [(Exportações + Importações) / PIB]x100.

A região é voltada ao Comércio Internacional e, em média, concentra cerca de 60% das movimentações relacionadas a exportações de produtos no Espírito Santo e 97% das importações efetuadas pelas empresas do estado. De acordo com a Tabela 3.1, a importância do comércio exterior pode ser observada pela razão entre a corrente de comércio (exportações mais importações) e PIB da região. Esse indicador apontou para uma participação de 79,0% em 2000 e de 68,0% em 2010, já descontados o efeito inflacionário e do câmbio sobre os valores. Dessa forma, a cada R$ 1,00 em 2000 de PIB gerado na região, 79 centavos tem alguma relação com o exterior, enquanto em 2010, a cada R$ 1,00 de PIB, 68 centavos são comercializados com o exterior (Tabela 3.1).

A característica produtiva da RMGV reflete no mercado de trabalho regional, que possui uma remuneração média superior as demais regiões do Estado. A Tabela 3.2 apresenta os dados de emprego e rendimento nos anos de 2000 e 2010, coletados a partir dos Censos demográficos destes anos específicos.

Tabela 3.2 – Principais variáveis do mercado de trabalho, RMGV e demais regiões – 2000 e 2010

Variáveis	2000		2010	
	Demais Regiões	Metropolitana	Demais Regiões	Metropolitana
Pessoas Ocupadas	731.128	578.160	894.889	799.495
Part. % das pessoas ocupadas	55,80%	44,20%	52,80%	47,20%
Massa salarial a preços de 2010 (R$ milhões)	560,80	764,42	825,39	1.268,05
Part. % da massa salarial	42,30%	57,70%	39,40%	60,60%
Rendimento Médio	767,03	1322,15	922,34	1.586,06

Fonte: IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN, 2013.

De acordo com a Tabela 3.2, em 2010, 799 mil pessoas estavam ocupadas na RMGV, respondendo por 47,2% do total de pessoas ocupadas no estado. Apesar disso, a massa salarial da RMGV é superior à da soma das demais regiões do estado nos dois anos considerados, absorvendo cerca de 60% da massa salarial gerada no território capixaba em 2010, contra 57,7% em 2000. Isso pode refletir as diferenças do nível de rendimento das pessoas ocupadas no interior e na região metropolitana: em 2000, o rendimento médio de um trabalhador da RMGV era 42% maior que o trabalhador de outras regiões do estado, diferença que persistiu ao longo da década, respondendo por 42% no ano de 2010. Especificamente, a diferença salarial entre a

região metropolitana e as demais foi de R$ 663,72 em 2010 e de R$ 555,12 em 2000.

A análise deste fenômeno não é trivial, no entanto, alguns elementos podem ser levantados para explicar esta diferença: i) a estrutura produtiva mais sofisticada demanda profissionais com um nível maior de qualificação e, consequentemente, com salários mais elevados; ii) de forma simultânea, a maior remuneração atrai pessoas de outras regiões do estado e do Brasil para a RMGV.

As Tabelas 3.3 e 3.4 apresentam o emprego da região de acordo com o tipo de atividade econômica em 2000 e 2010. Na primeira coluna apresentamos as atividades econômicas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE[5], a coluna seguinte com o número de pessoas nesta condição de trabalho, seguido pelo valor da participação das categorias no total da região.

Tabela 3.3 - Estrutura do mercado de trabalho por atividade econômica, RMGV - 2000

Atividades CNAE 1.0	Pessoas Ocupadas (A)	Part. % (A)	Massa salarial (B)	Part. % (B)	Rendimento Médio
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	120.733	20,9%	152,88	20,0%	1.266,23
Indústrias de transformação	71.185	12,3%	88,06	11,5%	1.237,04
Construção	55.168	9,5%	50,37	6,6%	913,11
Serviços domésticos	52.224	9,0%	17,67	2,3%	338,39
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	47.553	8,2%	81,57	10,8%	1.715,44
Transporte, armazenagem e comunicações	37.491	6,5%	67,01	8,8%	1.787,39
Alojamento e alimentação	35.590	6,2%	33,79	4,4%	949,49
Administração pública, defesa e seguridade social	35.084	6,1%	80,42	10,5%	2.292,23
Educação	34.019	5,9%	50,48	6,6%	1.483,85
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	27.204	4,7%	29,61	3,9%	1.088,59
Saúde e serviços sociais	25.011	4,3%	55,98	7,3%	2.238,37
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	13.497	2,3%	10,38	1,4%	769,05
Intermediação financeira	8.751	1,5%	21,63	2,8%	2.471,58
Indústrias extrativas	4.735	0,8%	10,48	1,4%	2.213,36
Atividades mal especificadas	4.730	0,8%	5,19	0,7%	1.097,72
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	2.864	0,5%	7,08	0,9%	2.472,89
Pesca	2.310	0,4%	1,78	0,2%	771,70
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	11	0,0%	0,02	0,0%	1.518,65
Total Geral	**578.160**	**100,0%**	**764,42**	**100,0%**	**1.322,16**

Fonte: IBGE, 2000; Elaboração: IJSN, 2013.

[5] Em 2000 a classificação utilizada no Censo era a CNAE 1.0, inviabilizando a comparação direta dos dados, uma vez que a classificação adotada em 2010 foi a CNAE 2.0.

Tabela 3.4 - Estrutura do mercado de trabalho por atividade econômica, RMGV - 2010

Atividades CNAE 2.0	População Ocupada	Part. % (A)	Massa Salarial	Part. % (B)	Renda Média
Comércio, reparação de veículos	153.736	19,2%	202,56	16,0%	1.317,58
Indústrias de transformação	77.908	9,7%	119,70	9,4%	1.536,38
Construção	76.667	9,6%	91,37	7,2%	1.191,72
Atividades mal definidas	56.214	7,0%	80,22	6,3%	1.427,09
Serviços domésticos	55.070	6,9%	30,66	2,4%	556,80
Administração pública, defesa e seguridade social	48.573	6,1%	148,46	11,7%	3.056,56
Educação	45.583	5,7%	88,60	7,0%	1.943,66
Transporte, armazenagem e correio	45.313	5,7%	73,52	5,8%	1.622,45
Atividades administrativas e serviços	39.968	5,0%	40,85	3,2%	1.022,19
Saúde humana e serviços sociais	37.026	4,6%	96,52	7,6%	2.606,88
Alojamento e alimentação	35.654	4,5%	38,11	3,0%	1.068,96
Atividades profissionais, científicas e técnicas	31.790	4,0%	88,00	6,9%	2.768,16
Outras atividades de serviços	24.172	3,0%	26,96	2,1%	1.115,27
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	13.446	1,7%	11,55	0,9%	858,70
Atividades financeiras, de seguros e serviços rel.	12.958	1,6%	32,11	2,5%	2.478,33
Indústrias extrativas	12.458	1,6%	38,50	3,0%	3.090,63
Informação e comunicação	11.818	1,5%	24,90	2,0%	2.107,34
Artes, cultura, esporte e recreação	6.946	0,9%	10,24	0,8%	1.473,69
Água, esgoto, atividades correl.	6.851	0,7%	8,07	0,6%	1.178,69
Atividades imobiliárias	5.471	0,7%	12,58	1,0%	2.300,24
Eletricidade e gás	1.857	0,2%	4,50	0,4%	2.424,73
Organismos internacionais e outras	16	0,0%	0,05	0,0%	2.844,90
Total Geral	799.495	100,0%	1.268,05	100,0%	1.586,06

Fonte: IBGE, 2010; Elaboração: IJSN, 2013.

A atividade que mais empregou pessoas em 2010 foi Comércio e reparação de veículos (153.736 pessoas ocupadas), número que representa quase 20% das pessoas ocupadas na RMGV. Em segundo lugar encontra-se a Indústria de transformação com 77.908 pessoas ocupadas e 9,7% de participação, evidenciando a importância da indústria na economia na região. Em terceiro lugar, a atividade de Construção emprega aproximadamente 76 mil pessoas, o que equivale a 9,6% do total. O mesmo padrão é observado em 2000, cujas principais atividades na captação de empregos foram a de "Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos", "Indústria de Transformação" e "Construção" que, apesar de não serem diretamente comparáveis, apresentam a mesma natureza em ambos os períodos analisados (Tabelas 3.3 e 3.4).

Ao analisar a estrutura de remunerações entre as atividades em 2010, nota-se que as atividades com as maiores médias de rendimento são Indústrias extrativas (R$ 3.090,63), Administração pública, de-

fesa e seguridade social (R$ 3.056,56), Organismos internacionais e outras (R$ 2.844,90), Atividades profissionais, científicas e técnicas (R$ 2.768,16) e Saúde humana e serviços sociais (R$ 2.606,88) (Tabela 3.4). Esses dados, além de evidenciar características relacionadas as atribuições e complexidades exigidas dos profissionais dos setores, podem servir como *proxy* da atratividade de pessoas para estes segmentos, guiadas por remunerações acima da média da região.

Já os setores com menor remuneração média mensal são Serviços domésticos (R$ 556,80), Atividades agropecuárias, pesca e produção florestal (R$ 858,70), Atividades administrativas e serviços (R$ 1.022,19) e Alojamento e alimentação (R$ 1.068,96). Essas atividades, muitas vezes, demandam baixa qualificação, as quais refletem a remuneração média da atividade. Este tipo de estrutura cria um incentivo ao deslocamento de pessoas para outros setores que remuneram mais, reduzindo oferta de trabalho nestas atividades (Tabela 3.4).

Tabela 3.5 - Estrutura do mercado de trabalho por tipo de ocupação, RMGV – 2000 e 2010

Tipo de Ocupação	2000	2010	Var. %
Empregado com carteira de trabalho assinada	259.414	458.221	76,6%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	131.128	114.728	-12,5%
Militares e estatutários	35.023	44.419	26,8%
Empregador	22.164	20.906	-5,7%
Conta própria	121.560	151.774	24,9%
Não remunerado	7.811	6.961	-10,9%
Consumo próprio	1.059	2.486	134,6%
Total Geral	**578.160**	**799.495**	**38,3%**

Fonte: IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN, 2013.

Por fim, como em todo o Brasil, houve um processo de formalização do trabalho nesta década. O segmento "empregado com carteira de trabalho assinada" apresentava 259 mil pessoas nesta condição em 2000, passou a registrar 458 mil pessoas em 2010, o equivalente a um crescimento de 76,6% neste período. Destaca-se também o aumento de pessoas ocupadas por "conta própria" que cresceram 24,9% na mesma base de comparação, sinalizando um aumento de atividades empreendedoras na região metropolitana. Simultaneamente, houve um decréscimo -12,5% na categoria "empregado sem carteira de trabalho assinada" (Tabela 3.5)[6].

[6] Corseuil e Foguel (2011).

3.4. Características dos Municípios

Conforme exposto, há uma concentração espacial da atividade econômica do Espírito Santo na Região Metropolitana. Este padrão também se repete quando se analisa a estrutura municipal das mesmas variáveis abordadas anteriormente.

A Tabela 3.6 mostra os valores do PIB dos municípios nos anos 2000 e 2010, já corrigidos pela inflação observada pelo Deflator implícito[7] do PIB do Espírito Santo. O Gráfico 3.4 apresenta as participações do PIB dos municípios no PIB total da RMGV nos anos estudados.

Tabela 3.6 – PIB[8] dos municípios da RMGV. Preços constantes – 2000 e 2010

Municípios	2000		2010		Var. %	Var. % média
	R$ mil	Part. %	R$ mil	Part. %		
Cariacica	2.778,2	8,9%	4.904,1	9,5%	76,52%	5,9%
Fundão	133,6	0,4%	274,7	0,5%	105,60%	7,5%
Guarapari	825,1	2,7%	1.059,8	2,0%	28,45%	2,5%
Serra	6.550,6	21,1%	12.703,0	24,5%	93,92%	6,9%
Viana	650,6	2,1%	977,7	1,9%	50,28%	4,2%
Vila Velha	5.143,6	16,6%	6.978,7	13,5%	35,68%	3,1%
Vitória	14.962,0	48,2%	24.969,3	48,1%	66,88%	5,3%
TOTAL	**31.043,6**	**100,0%**	**51.867,3**	**100,0%**	**67,08%**	**5,3%**

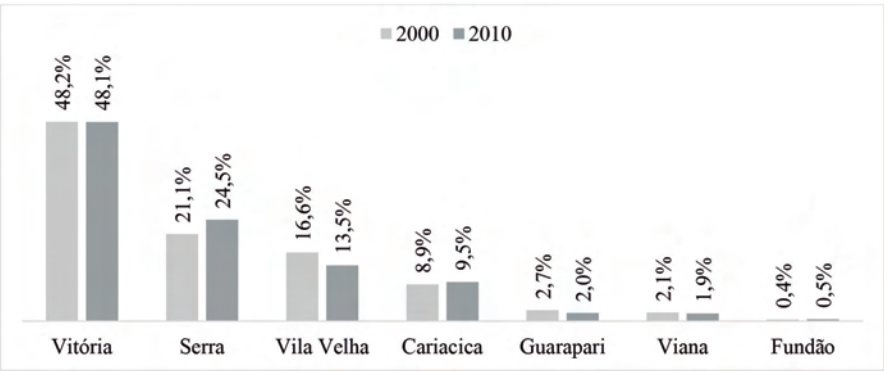
Fonte: IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN, 2013.

Assim como no estado, há uma forte concentração na geração de riqueza entre os municípios da região, com uma média 48% do PIB gerado da RMGV originam de estabelecimentos instalados (registrados) no município de Vitória em ambos os anos estudados (R$ 14,9 bilhões e R$ 24,9 bilhões, respectivamente). Em seguida, aparece o município de Serra, que ganhou participação com aumento de 3,4 p.p. durante esse período, passando de 21,1% em 2000 para 24,5% em 2010. Entretanto, o município de Vila Velha, terceiro colocado no *ranking*, perdeu 3,1 p.p. de participação no PIB da região, passando de 16,6% em 2000 para 13,5% em 2010 (Tabela 3.6 e Gráfico 3.4).

[7] O deflator implícito do PIB é o índice de preços da economia como um todo. Ele é calculado através da divisão do PIB nominal e o PIB em termos reais. Ele fornece informação sobre o comportamento dos preços dos bens e serviços produzidos no Espírito Santo. A escolha do deflator do PIB como indexador neste trabalho, pode ser justificada pela alta participação da região metropolitana no PIB do Estado.

[8] Em 2002 as Contas Nacionais do Brasil passaram por uma reformulação metodológica, na qual se alterou a base de cálculo do indicador. Portanto, alguns resultados podem apresentar vieses.

Gráfico 3.4 – PIB dos municípios da RMGV. Participação % – 2000 e 2010

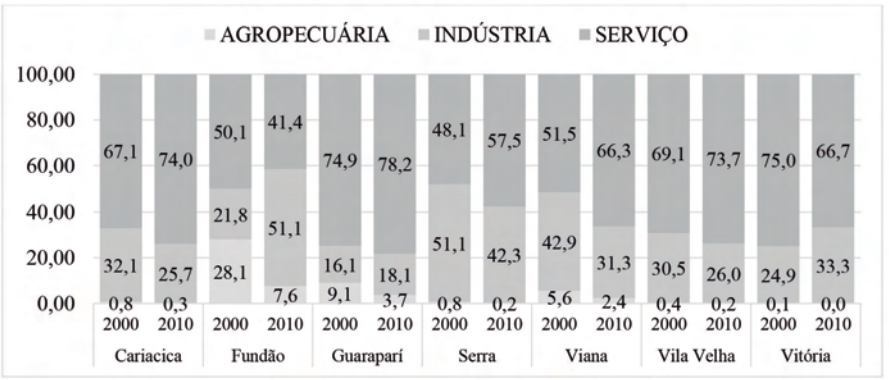


Fonte: IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN, 2013.

Em relação à dinâmica econômica neste período, a taxa média de crescimento real da região foi de 5,3% a.a., apresentando uma taxa superior a do Espírito Santo (taxa de 4,2% a.a.). Os principais destaques foram o crescimento de Fundão (7,5% a.a.) e Serra (6,9% a.a.) (Tabela 3.6). No primeiro caso, o município de Fundão apresentou uma mudança estrutural considerável nesta década com um aumento da participação do setor secundário no total do PIB, o qual representava 21,2% em 2000 passou a representar 51,1% em 2010. Isto por conta, principalmente, do início da exploração de petróleo no campo de Golfinho localizado na costa norte do Espírito Santo. De acordo com a metodologia do cálculo do PIB municipal, a distribuição da produção de petróleo em mar é repartido com base nos *royalties* pagos a cada município. Como o município de Fundão detêm uma parte da costa, ele arrecada parte dos *royalties* e consequentemente da produção. Outro ponto importante, é que a produção de petróleo tem um impacto muito maior na estrutura de uma economia pequena[9], como é o caso de Fundão, do que em economias mais diversificadas e como é o caso dos municípios de Serra, Vitória, Vila Velha e Cariacica. Outros destaques nesse período foram o desempenho do setor terciário do município de Serra, que ganhou maior participação nesta última década, passando de 48,1% em 2000 para 57,5% em 2010, seguido de Cariacica que passou de 67,1% para 74,0%, na mesma base de comparação (Gráfico 3.5).

[9] Para uma análise da indústria do petróleo em âmbito estadual consultar PIRES (2010).

Gráfico 3.5 – Mudanças na estrutura do PIB por município da RMGV - Participação % - 2000 – 2010



Fonte: IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN, 2013.

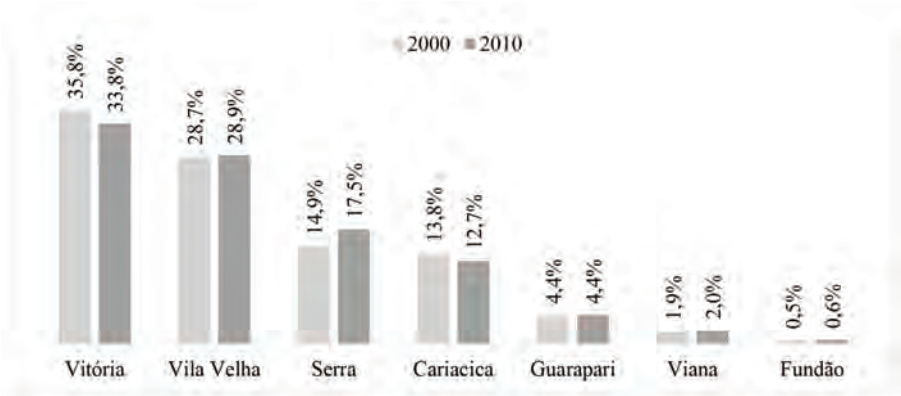
O crescimento do PIB impacta diretamente sobre o ganho de renda da região. A Tabela 3.7 apresenta a massa salarial (renda do trabalho) anualizada a preços constantes em 2000 e 2010. Os dados foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O Gráfico 3.6 apresenta as participações da massa salarial dos municípios no total da RMGV nos anos estudados.

Tabela 3.7 – Massa salarial anualizada dos Municípios da RMGV - Preços constantes – 2000 e 2010

Municípios	2000		2010		Var. %	Var. % média
	R$ milhões	Part. %	R$ milhões	Part. %		
Cariacica	1.265,76	13,8%	1.937,04	12,7%	53,0%	4,4%
Fundão	49,68	0,5%	98,40	0,6%	98,3%	7,1%
Guarapari	407,16	4,4%	670,44	4,4%	64,6%	5,1%
Serra	1.368,00	14,9%	2.665,20	17,5%	94,8%	6,9%
Viana	169,68	1,9%	298,68	2,0%	76,0%	5,8%
Vila Velha	2.632,68	28,7%	4.396,56	28,9%	67,0%	5,3%
Vitória	3.279,96	35,8%	5.150,28	33,8%	57,0%	4,6%
TOTAL	**9.173,04**	**100,0%**	**15.216,60**	**100,0%**	**65,9%**	**5,2%**

Fonte: IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 3.6 – Massa salarial dos municípios RMGV - Participação % – 2000 e 2010



Fonte: IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN, 2013.

Nos anos de 2000 e 2010, a massa salarial gerada foi de R$ 9,1 bilhões e R$ 15,2 bilhões, respectivamente, cifra que comparada com o PIB da RMGV, representou cerca de 30% do total da riqueza gerada. Em relação à distribuição municipal desta renda, é possível notar que a massa salarial é menos concentrada se compararmos à distribuição do PIB: em 2010, Vitória representou 33,8% da massa salarial gerada, enquanto Vila Velha ficou com 28,9%, seguida de Serra (17,5%) e Cariacica (12,7%) (Tabela 3.7 e Gráfico 3.6). Isso ocorre por conta de diferenças de cálculo de ambos os indicadores: o PIB considera o total de riqueza gerada pelas empresas do município, enquanto a massa salarial leva em consideração o município de residência do trabalhador. Isso tem impacto nos níveis de geração de riqueza atribuídos a cada município, pois há um intercâmbio considerável de trabalhadores entre os municípios mais próximos, como será apresentado mais adiante.

De acordo com as informações contidas na Tabela 3.7, a massa salarial real da região cresceu em média 5,2% a.a. durante esse período, uma taxa praticamente da mesma magnitude do crescimento do PIB da região (5,3% a.a. verificar a Tabela 3.6). As taxas de crescimento da massa salarial entre os municípios variaram entre 4% e 8%, com o maior crescimento registrado no município de Fundão (7,1%) e o menor crescimento em Cariacica (4,4%).

O crescimento da massa salarial se dá por dois fatores: i) pela entrada de trabalhadores na população ocupada; e/ou ii) pelo aumento do rendimento médio dos trabalhadores. A Tabela 3.8 apresenta o

total de pessoas ocupadas na RMGV em cada município nos anos de 2000 e 2010, e o crescimento acumulado e médio no período.

Tabela 3.8 – População ocupada nos municípios da RMGV – 2000 e 2010

Municípios	2000		2010		Var. %	Var. % média
	Nº de pessoas	Part. %	Nº de pessoas	Part. %		
Cariacica	123.301	21,3%	157.381	19,7%	27,6%	2,5%
Fundão	5.462	0,9%	8.017	1,0%	46,8%	3,9%
Guarapari	35.791	6,2%	47.667	6,0%	33,2%	2,9%
Serra	120.885	20,9%	188.800	23,6%	56,2%	4,6%
Viana	20.226	3,5%	27.639	3,5%	36,7%	3,2%
Vila Velha	146.816	25,4%	204.895	25,6%	39,6%	3,4%
Vitória	125.679	21,7%	165.095	20,6%	31,4%	2,8%
TOTAL	**578.160**	**100,0%**	**799.495**	**100,0%**	**38,3%**	**3,3%**

Fonte: IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN, 2013.

Em relação à estrutura de pessoal ocupado no ano de 2000, os quatro principais municípios da região (Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica) concentravam a maior parte da população ocupada (89,3%). No ano de 2010, a participação desses quatro municípios pouco se alterou respondendo por 89,5% do pessoal ocupado. Vale ressaltar algumas mudanças na estrutura do emprego nos municípios. O município de Serra foi o que ganhou maior participação aumentando em 2,7 p.p., passando de 20,9% em 2000 para 23,6% em 2010. Isso se explica em parte pelo aumento da migração para o local, que apresentou uma taxa média de crescimento da população ocupada de 4,6% ao ano, bem acima da média da região (3,3%)[10]. Os municípios que perderam participação foram Cariacica, Vitória e Guarapari, com quedas de 1,6 p.p. e 1,1 p.p. e 0,2 p.p., respectivamente. Isto não quer dizer que os municípios perderam população ocupada, mas que o crescimento nesses locais foi abaixo da média da região (Tabela 3.8).

A Tabela 3.9 apresenta a taxa de ocupação e desocupação dos municípios da região durante os dois anos analisados, indicador que pode ter relação com o aumento do rendimento do trabalhador.

[10] Ver capítulo 2 deste livro. Os dados demonstram que o saldo migratório em 2010 no município de Serra foi de quase 30 mil habitantes.

Tabela 3.9 – Taxa de ocupação e desocupação – Municípios da RMGV
Percentual da População Economicamente Ativa - 2000 e 2010

Municípios	Taxa de ocupação %		Taxa de desocupação %	
	2000	2010	2000	2010
Cariacica	81,1	91,1	18,9	8,9
Fundão	88,1	92,9	11,9	7,1
Guarapari	82,7	90,9	17,3	9,1
Serra	78,6	90,1	21,4	9,9
Viana	81,7	90,5	18,3	9,5
Vila Velha	84,1	92,9	15,9	7,1
Vitória	83,7	92,7	16,3	7,3
TOTAL	**82,0**	**91,7**	**18,0**	**8,3**

Fonte: IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN, 2013.

A taxa de ocupação aumentou consideravelmente na RMGV, passando de 82,0% em 2000 para 91,7% em 2010. Analisando do ponto de vista do desemprego, a região apresentou índice de 8,3% em 2010, contra 18,0% em 2000. Isso significa que, haviam 126 mil pessoas desocupadas na região durante o ano de 2000, passando em 2010 para 72 mil pessoas, o que representa uma queda de quase 42% no total de pessoas desocupadas.

Os municípios que apresentaram maior redução do desemprego neste período foram Serra, Cariacica e Vitória com quedas de 11,6 p.p., 10,0 p.p. e 9,0 p.p. respectivamente. Já em termos de nível de desocupação em 2010, os municípios com os menores índices de desemprego foram Fundão (7,1%), Vila Velha (7,1%) e Vitória (7,3%) (Tabela 3.9).

Dessa forma, o ingresso de pessoas no mercado de trabalho pode explicar boa parte do crescimento da renda na RMGV. O restante esteve relacionado ao rendimento dos trabalhadores, que obtiveram ganhos reais no período estudado (crescimento real de 1,8% a.a.), passando de R$ 1.322,15 em 2000 para R$ 1.586,06 em 2010 na média da região. Evidentemente, o nível salarial é diferente para os municípios que compõe a região metropolitana, em 2010 o menor rendimento médio foi registrado no município de Viana (R$ 900,60) e o maior em Vitória (R$ 2.599,62), uma diferença de quase 200% entre as cidades (Tabela 3.10).

Tabela 3.10 – Rendimento mensal médio nos municípios da RMGV
Preços constantes – 2000 e 2010 – Mil R$ de 2010

Municípios	2000	2010	Var. %	Var. % média
	R$	R$		
Cariacica	855,46	1.025,69	19,9%	1,8%
Fundão	757,19	1.022,56	35,0%	3,0%
Guarapari	948,14	1.172,03	23,6%	2,1%
Serra	943,02	1.176,37	24,7%	2,2%
Viana	699,19	900,60	28,8%	2,7%
Vila Velha	1.494,34	1.788,15	19,7%	1,8%
Vitória	2.174,85	2.599,62	19,5%	1,8%
TOTAL	**1.322,15**	**1.586,06**	**19,7%**	**1,8%**

Fonte: IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN, 2013.

De acordo com evidência empírica[11], o rendimento médio do trabalhador é proporcional à sua produtividade. Desta forma, em termos agregados, o desempenho da região pode ser explicado pelo aumento da produtividade do trabalhador ocorrida durante o intervalo destes 10 anos. A Tabela 3.11 apresenta os dados de PIB por trabalhador para os municípios considerados que, para uma comparação direta com os dados de rendimento, os valores foram transformados em escala mensal[12].

Tabela 3.11– PIB mensal por trabalhador ocupado dos municípios da RMGV -
Preços constantes - R$ de 2010 – 2000 e 2010

Municípios	2000	2010	Var. % Acumulada	Var. % média
Cariacica	1.877,65	2.596,74	38,3%	3,3%
Fundão	2.038,50	2.855,02	40,1%	3,4%
Guarapari	1.921,11	1.852,81	-3,6%	-0,4%
Serra	4.515,71	5.606,90	24,2%	2,2%
Viana	2.680,38	2.947,72	10,0%	1,0%
Vila Velha	2.919,52	2.838,31	-2,8%	-0,3%
Vitória	9.920,77	12.603,49	27,0%	2,4%
TOTAL	**4.474,49**	**5.406,25**	**20,8%**	**1,9%**

Fonte: IBGE (2000; 2010); Elaboração: IJSN, 2013.

A análise desses resultados aponta para um aumento de 1,9% na produtividade média da região, com uma magnitude muito próxima a apresentada pelo rendimento do trabalhador residente na RMGV. Em 2000, cada trabalhador produzia, em média, R$ 4.474,49 por mês,

[11] Exemplo em âmbito nacional é o estudo de Bonelli e Fonseca (1998).

[12] O PIB mede a soma do valor dos bens e serviços finais produzido no ano. Ao calcular a medida de produtividade do trabalhador por município obtida em escala anual dos trabalhadores, dividiu-se o valor por doze, para referirmos à média aritmética mensal da produtividade do município e conseguir uma comparação direta com o rendimento mensal observado nos dados do Censo Demográfico de 2010.

ao passo que, em 2010, esse número passou para R$ 5.406,25, o que equivale a um incremento de 20,8% neste período. De maneira geral, este resultado é favorável à hipótese de que os rendimentos individuais estão diretamente relacionados à produtividade.

No entanto, vale uma ressalva acerca de algumas distorções em relação a esse indicador. Por exemplo, a produtividade do município de Vitória apresentou o maior nível entre os demais municípios da região[13], registrando uma produtividade média do trabalho de R$ 9,9 mil em 2000 e R$ 12,6 mil em 2010. Isto significa que a produção do trabalhador do município de Vitória foi superior a duas vezes o valor médio obtido pela região. Com intuito de reduzir essas distorções provocadas pelas diferenças metodológicas e conceituais das variáveis, foi realizado um procedimento para relacionar a quantidade de pessoas que trabalham no município, independentemente do local onde reside. Este exercício só é possível com base nos dados do Censo demográfico de 2010, pois o questionário inclui uma separação na pergunta sobre os motivos das viagens intermunicipais (estudo ou trabalho). Os resultados podem ser consultados na Tabela 3.12, em que apresentam o total de pessoas que entram e saem do município para trabalhar evidenciando o que se denomina "fluxo pendular".

Tabela 3.12 – Entrada e saída de trabalhadores dos municípios da RMGV - Nº de pessoas - 2010

Municípios	Saída	Entradas	Saldo
Cariacica	69.161	17.151	-52.010
Fundão	2.193	723	-1.470
Guarapari	5.120	2.021	-3.099
Serra	49.642	30.724	-18.918
Viana	13.155	5.790	-7.365
Vila Velha	54.787	32.440	-22.347
Vitória	27.178	122,588	95.410

Fonte: IBGE, 2010; Elaboração: IJSN, 2013.

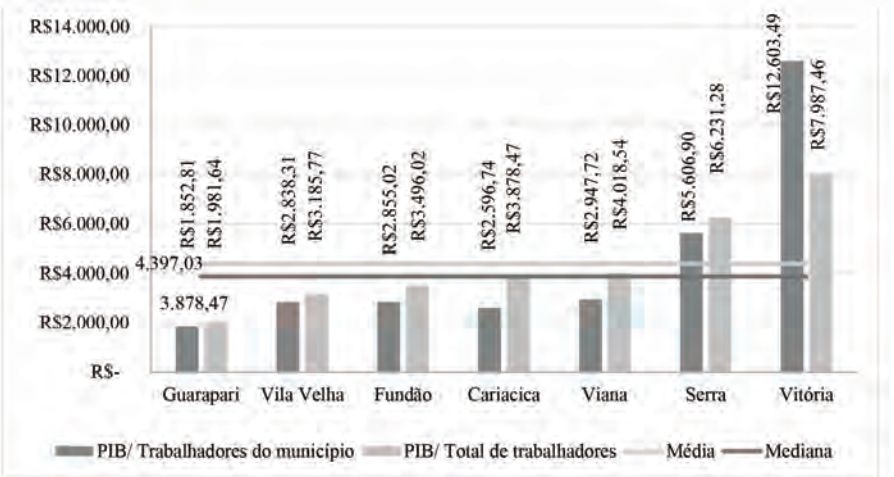
Nota: Os dados de entrada e saída dos municípios consideram todos os locais de origem e destino das pessoas, dentro e fora dos limites da RMGV.

[13] Isso ocorre, conforme já mencionado anteriormente, por conta da diferença das metodologias de cálculo do PIB e da mensuração da população ocupada, em que o primeiro indicador leva em consideração a localização da empresa, e do Censo que considera o domicílio do indivíduo. Dessa forma, não é possível identificar para os dois anos analisados, o volume de trabalhadores que realizam movimento pendulares de um município a outro, não analisaremos em profundidade o níveis de produtividade intermunicipais, focando apenas na análise da média da região.

Conforme demonstram os dados contidos na Tabela 3.12, todos os municípios da região, com exceção de Vitória, apresentaram saldo negativo de trabalhadores, o que significa que saem mais trabalhadores dos municípios do que entram. O município que apresentou maior saída de trabalhadores foi Cariacica, registrando um fluxo de quase 70 mil trabalhadores para outros municípios, principalmente, Vitória. Vila Velha é o segundo município que fornece trabalhadores, com cerca de 54 mil pessoas saindo do município por motivo de trabalho. Por outro lado, Vitória é o que mais recebe pessoas, somando pouco mais de 122 mil pessoas diariamente. Comparando o saldo de entradas e saídas de trabalhadores e a população total dos municípios, há um aumento de 95 mil pessoas na população total da cidade, representando um terço da população do município. Em outras palavras, durante os dias úteis, a população de Vitória é quase 33% maior que nos demais dias da semana, sem contar as pessoas que se locomovem por outros motivos (estudar, fazer compras etc.). Isso, indubitavelmente, impacta na capacidade produtiva do município e, consequentemente, no nível de produtividade do trabalhador.

O Gráfico 3.7 evidencia a magnitude das distorções na medida de produtividade dos municípios em 2010. Os valores foram transformados em escala mensal para facilitar a comparação com os dados de rendimento mensal médio.

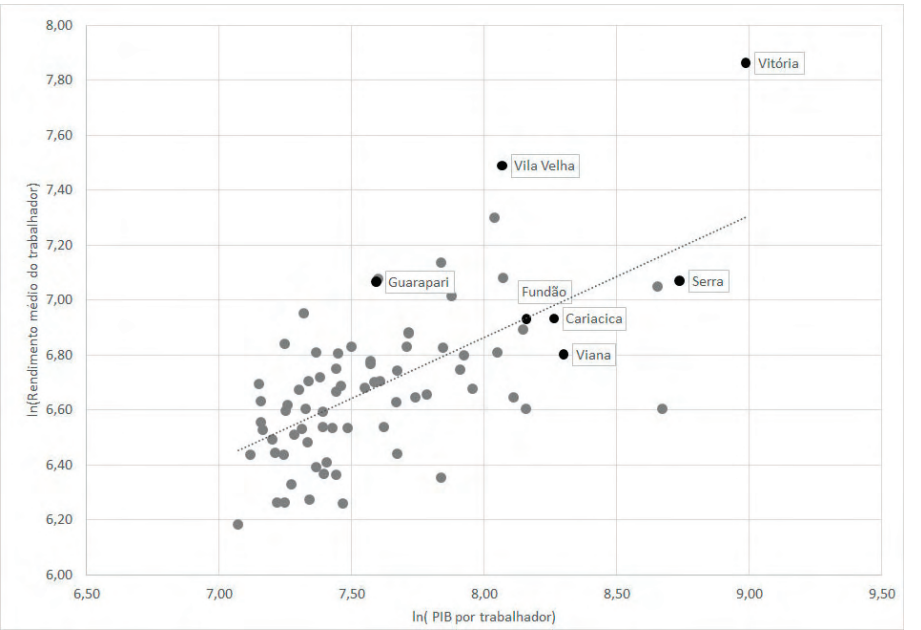
Gráfico 3.7 – Produtividade nos municípios da RMGV
Diferenças de medida - R$ - 2010



Fonte: IBGE, 2010; Elaboração: IJSN, 2013.

De acordo com os dados, Vitória permanece no primeiro lugar, apesar do nível de produtividade menor em comparação com o cálculo realizado anteriormente: aproximadamente R$ 8 mil mensais contra R$ 12,6 mil, respectivamente. A Serra também continua na segunda colocação, com R$ 6,2 mil mensais contra R$ 5,6 mil, com uma diferença de 10% entre as duas medidas. Ressalta-se que apenas estes dois municípios apresentam uma produtividade acima da média da região, de R$ 4,3 mil. Para testar a relação entre a variável PIB por trabalhador e o rendimento médio dos municípios capixabas realizou-se uma estimação de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) (Gráfico 3.8).

Gráfico 3.8 – Diagrama de dispersão entre Ln (Rendimento do trabalho) e Ln (PIB por trabalhador)



Fonte: IBGE, 2010; Elaboração: IJSN, 2013.

A Tabela 3.13 apresenta os resultados da regressão incluindo uma variável *dummy* para isolar os efeitos dos municípios da RMGV. A equação estimada relaciona o logaritmo neperiano do rendimento médio mensal ao logaritmo neperiano do PIB por trabalhador.

Tabela 3.13 – Resultado da regressão
Variável dependende: Ln(Rendimento Médio Mensal)

Variáveis	Coeficientes (p-valor)
Constante	4,03***
	(0,00)
Ln(PIB por trabalhador)	0,35***
	(0,00)
Dummy Região Metropolitana	0,26**
	(0,01)
R^2	0,46
R^2 ajustado	0,45
Estatística F	30,90
Durbin Watson	2,02
N	76

Fonte: IJSN, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.
Obs.: a) Não foram considerados os municípios de Presidente Kennedy e Anchieta, por representarem *outliers* na amostra considerada.
b) Os asteriscos representam os níveis de significância sendo: (*) para um nível de confiança de 10%, (**) para um nível de confiança de 5% e (***) para um nível de confiança de 1%.

A análise dos coeficientes contidos na Tabela 3.13 e do Gráfico 3.8 demonstram que há uma relação positiva e estatisticamente significativa da medida de produtividade e os rendimentos médios registrados nos municípios do Espírito Santo durante o ano de 2010 (coeficiente de 0,35). Em relação a região metropolitana, os resultados foram positivos, mostrando que o fato de municípios pertencerem à RMGV há um diferencial de rendimento (coeficiente de 0,26). Além disso, o coeficiente de determinação demonstra que 45% das diferenças entre os rendimentos dos municípios podem ser explicadas pelas variáveis incluídas na equação. Importante ressaltar que este é um exercício inicial e demanda um refinamento metodológico e técnico para obter robustez nos resultados alcançados para esta amostra específica.

Em suma, no âmbito da RMGV, a maior parte da renda/riqueza foi impulsionada pela absorção de novos trabalhadores pelo mercado de trabalho. A outra parte se deu por melhoria da produtividade, que por limitações da base de dados não se pode separar a parcela relacionada ao rendimento do fator de produção do capital.

3.5. Considerações Finais

O capítulo teve como objetivo analisar as mudanças estruturais na economia da RMGV e dos municípios que a compõe ao longo da última década, entre os anos de 2000 e 2010. Este período foi caracterizado por forte crescimento da economia estadual e metropolitana, o qual refletiu nos resultados aqui reportados. De forma geral, pode-se destacar os seguintes pontos:

- Nesta última década, há uma forte concentração econômica e populacional na Região Metropolitana, com a região respondendo por mais de 60% do PIB e da Renda do Estado e 48% da população.
- A região está fortemente ligada ao Comércio Exterior, registrando um coeficiente de abertura de 68,0% em 2010.
- A região é caracterizada principalmente pela atividade terciária (66,2% em 2010), seguida pela atividade secundária (33,5%).
- Assim como no país, houve um processo de formalização da força de trabalho. O aumento de 76,5%, entre 2000 e 2010, do segmento "empregado com carteira de trabalho assinada" representa uma evidência neste sentido.
- A renda do trabalho, medida pela massa salarial, representou cerca de 1/3 do PIB da região em ambos os anos analisados. A maior parte do crescimento da renda na região foi causado pelo aumento da força de trabalho, enquanto ¼ foi proveniente dos aumentos de produtividade e rendimento do trabalhador, 1,9% e 1,8%, respectivamente.
- Existem distorções na análise da produtividade intermunicipal, por conta da grande interação econômica entre os municípios da região. Estas distorções podem ser corrigidas considerando todas as pessoas que trabalham no município em questão, o que só pode ser feito utilizando os dados do Censo de 2010. Assim, o município de Vitória é o que mais recebe trabalhadores de outros municípios e é o que possui maior nível de produtividade do trabalhador.

Enfim, cabe mencionar que as análises contidas neste capítulo são explanações iniciais sobre os determinantes da estrutura econômica da RMGV, e por definição não esgotam as discussões sobre o tema.

Para tanto, novos trabalhos podem vir a complementar ou refutar os resultados aqui alcançados. Uma sugestão para trabalhos futuros é utilizar microdados disponíveis para a RMGV que possam relacionar individualmente os ganhos dos rendimentos dos trabalhadores e os setores os quais atuam, bem como sua produtividade média.

Em nível mais agregado, uma sugestão é utilizar técnicas econométricas complementares, bem como a inclusão de outras variáveis como qualidade de vida, infraestrutura, educação e segurança que sugiram a existência de externalidades positivas e negativas ao desenvolvimento metropolitano nos moldes de trabalhos como Glaeser, Kallal, Sheinkman e Shleifer (1992) e, mais recentemente, Combes *et al*. (2012).

Referências

BONELLI, Régis; FONSECA, Renato. Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2. 1998.

BONELLI, Régis; FONSECA, Renato; LEVY, Paulo M. Determinantes do crescimento econômico do Espírito Santo: uma análise de longo prazo. In: VESCOVI, A.P.V.; BONELLI, R. (Orgs.). Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória: IJSN, p.67-93. 2010

COMBES, P.P.; DURANTON, G.; GOBILLON, L.; PUGA, D.; ROUX, S. The productivity advantages of large cities: distinguishing agglomeration from firm selection. Econometrica, v.80, n.6, p.2543-2594, Nov. 2012.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; FOGUEL, Miguel N. Expansão econômica e aumento da formalização das relações de trabalho: uma abordagem através das contratações. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão n.1571, p.32. 2011.

IGLESIAS, Roberto. "Análise dos grandes projetos de investimento no Espírito Santo". In: VESCOVI, A.P.V.; BONELLI, R. (Orgs.). Espírito Santo: instituições desenvolvimento e inclusão social. Vitória: IJSN, p.165-218. 2010.

GLAESER, E.L., KALLAL, H.D., SCHEICKMAN, J.A. e SHLEIFER, A. Growth in Cities, Journal of Political Economy, v. 100, p. 1126-1152. 1992.

MACEDO, Francisco C.; MAGALHÃES, Diogo F. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. Revista de História Regional, v.16, n.1, p.61-99. 2011.

MAGALHÃES, Matheus A. Preços de commodities e nível de atividade em uma pequena economia aberta: evidências empíricas para o estado do Espírito Santo. Economia e Sociedade, v.20, n.3 (43), p.533-566, Dez. 2011.

MAGALHÃES, Matheus A.; TOSCANO, Victor N. "Abertura, Concentração e Volatilidade: uma análise do comércio exterior do Espírito Santo ao longo do período 1996-2010". In: MAGALHÃES, M.A.; TOSCANO, V.N. (Orgs.).

A Economia do Espírito Santo: novas visões. Vitória: CORECON-ES, p.1-20. 2012.
_____. Grau de abertura da economia do estado do Espírito Santo no período 1º trim./04 – 2º trim./09. Indicadores Econômicos FEE, v.37, n.4, p.225-240. (a). 2010.
_____. Medindo a concentração de investimentos regionais: o caso do estado do Espírito Santo. Planejamento e Políticas Públicas, v.36, n.1, p.145-170, Jan.-Jun.2011.
_____. Radiografando os processos de crescimento econômico e convergência de renda nos municípios do Espírito Santo. Teoria e Evidência Econômica, v.16, n.35, p.272-305, Jul.-Dez. (b). 2010.
MORANDI, Ângela; PELA, Anna Cláudia; TRINDADE, Lorena Z.; BISSOLI, Celso. "Convergência de renda e dinâmica regional no Espírito Santo". In: OLIVEIRA, C.W.A.; MONASTERIO, L. (Orgs.). Dinâmica regional e convergência de renda. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), p.101-134. 2012.
OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Espírito Santo. Site Oficial do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2008. Acesso em 19 de setembro de 2013.
PEREIRA, Lia Vals; MACIEL, Diego S. "O comércio exterior do estado do Espírito Santo". In: VESCOVI, A.P.V.; BONELLI, R. (Orgs.). Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória: IJSN, p.95-137. 2010
PEREIRA, L.V.; MACIEL, D.S. "O comércio exterior do estado do Espírito Santo". In: VESCOVI, A.P.V.; BONELLI, R. (Orgs.). Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória: IJSN, p.95-137. 2010.
PIRES, Adriano. "A indústria do petróleo e o caso do Espírito Santo". In: VESCOVI, A.P.V.; BONELLI, R. (Orgs.). *Espírito Santo*: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória: IJSN, p.219-242. 2010.
RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Análise social do espaço urbano-metropolitano: fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos. Rio de Janeiro, dezembro. 2011.
ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Ângela Maria. Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória (ES): Espírito Santo em Ação, 173p. 2012.

Parte II
A dimensão socioespacial da exclusão/integração na RMGV

CAPÍTULO 4

Estrutura social e organização social do território
Análise da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV

Pablo Lira
José Edil Benedito
Larissa Magalhães
Marlon Neves Bertolani

Resumo: Para compreender a Estrutura Social e Organização Social do Território, este capítulo propõe interpretar os fatores econômicos e sociais que influenciam a dinâmica socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. Para tanto, as categorias sócio-ocupacionais são analisadas a partir da distribuição espacial da população no espaço social e físico da região metropolitana. Nesse sentido a estrutura e organização social da RMGV é estudada por meio dos tipos socioespaciais, com base nos dados censitários dos anos 2000 e 2010.

Palavras-chave: Estrutura Social; Organização Social do Território; Tipologia Socioespacial.

Abstract: To understand the Social Structure and Social Organization of the Territory, this chapter proposes interpret economic and social factors that influence the dynamics of social-spatial Metropolitan Region of Grande Vitória - RMGV. For both, it analyzes the socio-occupational categories from the spatial distribution of the population in the social and physical space of the metropolitan region. Therefore, this text studies the structure and social organization of RMGV through of social-spatial types, based on census data from 2000 and 2010.

Keywords: Social Structure; Social Organization of the Territory; Socio-spatial Typology.

4.1. Introdução

Ao entender a cidade como um produto histórico, geográfico, social e econômico, construção contínua e essencial ao desenvolvimento

da humanidade, compreende-se que o fenômeno urbano surpreende pela sua dimensão, intensidade e complexidade. A cidade constitui o *lócus* privilegiado de produção do capital, grandes investimentos, interesses financeiros e concentração populacional.

Estudar os processos de produção e circulação de bens, mercadorias e serviços, as relações sociais, as formas de organização da sociedade e seus rebatimentos no território urbano não é tarefa fácil. A estrutura social dominante varia de país para país e de época para época. Existe um amplo número de pesquisas que oferecem várias possibilidades de interpretar as estruturas sociais de classes e seus desdobramentos espaciais. Nenhum desses estudos dá conta de toda a complexidade envolvida esgotando a análise da organização social da cidade.

Este texto busca analisar o fenômeno urbano na perspectiva da estrutura social e da organização social do território da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV[1], por meio da tipologia socioespacial desenvolvida no âmbito da rede de pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT Observatório das Metrópoles.

Além desta introdução, o texto é complementado por mais sete seções. A seção 4.2 enfoca a relação da sociedade e espaço a partir de uma perspectiva dialética. Na seção seguinte, algumas abordagens de classificação da estrutura social são analisadas, a saber, as categorias de classes salariais do IBGE, as classes do "Critério Brasil" da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas - ABEP e a classificação desenvolvida por Neri (2010) que utiliza a renda como variável principal. A seção 4.4 explora a estrutura social de classes e os desdobramentos espaciais à luz dos circuitos econômicos urbanos (SANTOS, 2004), que oferecem elementos importantes para compreender a organização espacial das cidades. A seção subsequente apresenta em linhas gerais as bases teóricas e metodológicas da citada tipologia socioespacial com referência em Ribeiro e Ribeiro (2011)[2]. A seção 4.6 desenvolve um breve resgate sobre o processo de urbanização do Espírito Santo que se destacou centrado e concentrado na atual área da RMGV. Na seção

[1] A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Com exceção de Fundão e Guarapari, os demais municípios da RMGV formam a Aglomeração da Grande Vitória, que se caracteriza como uma típica conurbação.

[2] Esta referência trata do estado da arte da metodologia que vem sendo aplicada e aprimorada no âmbito dos trabalhos do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT Observatório das Metrópoles e que pode ser encontrada em outras referências, como por exemplo, Ribeiro e Lago (2000).

4.7 é apresentada a análise da tipologia socioespacial da RMGV. As considerações finais buscam conjugar algumas ideias centrais, constatações e resultados apresentados nas demais seções.

4.2. Sociedade e espaço: uma relação dialética

A cidade contemporânea revela diferentes usos e ocupações que constituem áreas centrais, periféricas, residenciais, industriais, comerciais, mistas, públicas, entre outras. Por mais que determinadas regiões da cidade possam apresentar, de acordo com a distribuição territorial da sociedade, padrões de organização espacial relativamente homogêneo (bairros nobres, bairros desprivilegiados, áreas comerciais e centros históricos, por exemplo), a heterogeneidade das relações sociais está presente nas instâncias internas dessas áreas, bem como nas interconexões para além delas. Elas são traduzidas, na maioria das vezes, por fluxos de pessoas, veículos, cargas, deslocamentos para trabalho, prestação de serviços, realização de compras e lazer.

É nesse sentido que Corrêa (1995) considera que a sociedade de classes e seus processos constituem a força motriz do espaço urbano. Para ele a organização espacial da cidade é um reflexo da complexa estrutura social. No entanto, podemos invocar o fato que no espaço social, realidade primeira e última, as posições sociais no interior dele e no interior do espaço concreto não se traduzem necessariamente em uma "luta de classes", mas em lutas de classificação com configuração variável. Dessa maneira a posição ocupada por indivíduos e pelos coletivos no espaço social influencia a representação deste espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. Esta assertiva se baseia nos estudos de Bourdieu (1994) que construiu uma teoria do espaço social e da ação relacional e posicional. Para o autor, as classes sociais

> [...] não existem (mesmo se o trabalho político orientado pela teoria de Marx pode contribuir, em certos casos, a fazê-las existir pelo menos por meio de instâncias de mobilização e de mandatário). O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de certa maneira em estado virtual, em pontilhado, não como um dado, mas como alguma coisa que se trata de fazer (BOURDIEU, 1994, p. 28, tradução nossa).

Assim, associando o espaço social das classificações de ordem econômica e social das diferentes categorias sociais no espaço concreto das cidades pode-se definir o quadro socioespacial onde evoluem os sujeitos com suas histórias inscritas em uma geografia: hierárquica, homogênea e fragmentada ao mesmo tempo (LEFEBVRE, 2000). Hierárquica por causa da estrutura de comando das classes dominantes da cidade; homogênea por que nos inscrevemos em uma sociedade onde os bens materiais, as modas, os consumos e os comportamentos tendem a ser com relativa semelhança interna distinguindo alguns grupos de indivíduos de "outros"; fragmentada por que a cidade, por causa das lutas de classificação, das lutas de dominação, é recortada por bairros fechados e condomínios auto-segregados que produzem relações sociais.

No entanto, a fragmentação e as segregações socioespaciais são complexas, os espaços nunca são, como no caso da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, completamente fragmentados. Nessa lógica, os espaços também não são completamente segregados, pois relações entre categorias sociais distintas existem, bem como relações entre bairros relativamente apartados (ZANOTELLI *et al.*, 2011).

Nesse sentido, a compreensão de Santos (2004) permite considerar o espaço urbano como um conjunto de relações sociais, cristalizadas por formas associadas às funções, que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. A estrutura social, material e simbólica, de classes concretas ou virtuais, bem como a divisão social do trabalho, explica, em larga escala, as formas, funções e processos que remontam a historicidade das cidades. Santos (2004, p. 173) indica que o tempo histórico e suas manifestações, morfologias e paisagens representam o espaço construído, o que ele chama de rugosidades. As rugosidades urbanas podem ser entendidas como produto do processo cumulativo de construção da cidade.

Tal processo constitui evidência da relação, fundamentada no princípio da reciprocidade dialética, entre as estruturas sociais e as formas urbanas. Ora o espaço da cidade pode ser encarado como reflexo da estrutura de classes sociais, ora pode ser compreendido como um condicionante da sociedade. A morfologia urbana também influencia a organização social da cidade, compondo um dos fatores de distinção na estrutura de classes sociais. Seguindo tal lógica, Santos (2004, p. 159) aponta que o espaço não é um mero reflexo ou

projeção das relações sociais, mas sim um componente da organização da sociedade.

Nesse sentido, as classes dominantes[3] buscam cada vez mais se diferenciar dos demais estratos da sociedade por meio da auto-segregação, ocupando bairros de residência de ricos ou condomínios fechados, o que pode compor regiões ou bairros com características socioeconômicas relativamente homogêneas. Por outro lado, as classes dominadas buscam ocupar áreas onde o solo urbano não é tão caro ou ainda onde o sistema fundiário não se encontra regularizado, em grande parte, o que influencia substancialmente o valor da terra. De acordo com Santos (2004), identificados os extremos da estrutura social, as classes intermediárias são definidas por eliminação, se caracterizando pela busca constante de distanciamento das áreas ocupadas pelas classes desprivilegiadas e de aproximação espacial das áreas ocupadas pelas classes privilegiadas. Todavia, seu rendimento não é suficiente para garantir a ascensão na estrutura social e acesso ao solo em áreas mais privilegiadas da cidade. Vale ressaltar que adiante no texto esses aspectos são abordados de maneira mais detalhada.

O espaço assume uma dimensão simbólica na hierarquia social das cidades, representando fator de distinção e *status* socioeconômico de acesso, ocupação e uso das áreas urbanas. Para Corrêa (1995), o simbolismo do espaço urbano é variável segundo os grupos sociais e é carregado de valores, crenças, interesses e percepções concebidas no bojo da estrutura de classes sociais e projetadas no território por meio de bairros ditos "nobres", periferias, áreas abastadas, subúrbios, condomínios de luxo, conjuntos habitacionais, *shoppings*, centros comerciais, entre outros.

Dessa forma, o espaço da cidade pode ser entendido pela relação dialética com o espaço social urbano. Ao mesmo tempo em que reflete, pela morfologia urbana, a estrutura social de classes, a organização espacial da cidade também condiciona os processos de uso e ocupação do território, constituindo um importante componente da sociedade.

[3] Utilizamos na referência à classes dominantes e dominadas os conceitos de Pierre Bourdieu, pois eles nos permitem levar em consideração as diferentes configurações simbólicas e materiais que laboram o campo social nas lutas de dominação e classificações socioeconômicas.

4.3. Estrutura social: diferentes abordagens de classificação

Ao lançar o olhar, na perspectiva territorial, sobre a organização social da cidade busca-se identificar os desdobramentos espaciais, que também podem ser compreendidos como a organização espacial. Aqui, o conceito de organização socioespacial é utilizado para se referenciar a relação entre a sociedade e espaço, de acordo com as nuances e a abordagem estabelecidas na seção anterior.

Como visto, Corrêa (1995) explicita a relação da estrutura social de classes com a organização espacial da cidade. Analisar a estrutura social em uma cidade e em um determinado período histórico pode não ser uma tarefa fácil, até mesmo em épocas que a estrutura social apresentava uma organização menos intrincada.

Sobre isso, Souza (2000) toma como referência a obra de Karl Marx e utiliza o exemplo de cidades inglesas, como Londres do século XIX, para apontar que mesmo em uma estrutura social de classes formada basicamente por proprietários de meios de produção e o proletariado existiam variações que complementavam a organização social daquele tempo.

> [...] para Marx a relação de trabalho realmente importante era o assalariamento, no bojo da qual se confrontavam as duas classes essenciais do modo de produção capitalista: os capitalistas, proprietários de meios de produção, e os proletários, que para sobreviverem, tinham de vender sua força de trabalho aos capitalistas (SOUZA, 2000, p. 185).

Ainda analisando o contexto das cidades inglesas da época vitoriana, Souza (2000) complementa a interpretação da estrutura social daquela época com a figura do *lumpenproletariat*. Segundo Souza (2000), Marx e Engels empregaram o referido termo para descrever os "mais pobres dentre os pobres". Lumpemproletariado ou, literalmente, "proletário em farrapos" caracterizava os mendigos, moradores de rua, prostitutas, criminosos, entre outros.

Na cidade do século XXI, enfocando o contexto urbano brasileiro, as variações da estrutura social de classes podem apresentar um vasto número de conjugações e classificações. Tal análise torna-se um grande desafio para pesquisadores, gestores e especialistas responsá-

veis pela elaboração de políticas públicas. Na verdade, a própria sociedade evidencia dificuldade em se identificar nas nomenclaturas classificatórias mais simples utilizadas pelos órgãos de pesquisa, a saber, as categorias de classes salariais divulgadas pelas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE que utilizam o salário mínimo (SM)[4] como componente e se dividem nas faixas A (acima de 20 SMs), B (10 a 20 SMs), C (4 a 10 SMs), D (2 a 4 SMs) e E (até 2 SMs) de acordo com a renda familiar.

Santos (2004, p. 49) salienta que uma das principais dificuldades de estabelecer a divisão da população urbana em classes sociais reside no fato das diversas categorizações não poderem ser aplicadas sem variações em realidades urbanas distintas. De acordo com Marshall (1967), a análise da estrutura social de classes é cercada de complexidade. A mesma é constituída por meio de uma variedade de fatores e dimensões.

Existem diferentes abordagens de classificação. Algumas que são baseadas em componentes como renda, ocupação, tipo de trabalho e categorias sócio-profissionais, posse de bens de consumo (automóvel, televisão, lavadora de roupa etc.), condições de moradia (própria, alugada, número de cômodos e banheiros), acesso a serviços coletivos (rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos e energia elétrica) e/ou acesso a crédito. E outras que se baseiam nos níveis de instrução, características demográficas (faixas etárias, número de filhos por mulher, densidade domiciliar e arranjos familiares) e/ou culturais (frequência e acesso às atividades culturais, como cinema e teatro). Além disso, há abordagens que combinam elementos econômicos e sociais.

Há uma vasta literatura que oferece inúmeras possibilidades de analisar as estruturas sociais de classes na contemporaneidade, a saber, Marshall (1967), McGee (1971), Stavanhangen (1977), Goldthorpe (2009), entre outros. Sem a pretensão de esgotar a temática, apresentam-se nas próximas páginas alguns exemplos de classificações e interpretações da estrutura social na realidade brasileira.

Com uma abordagem semelhante à classificação trabalhada pelo IBGE, a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas - ABEP atualiza regularmente, desde 2008, o "Critério Brasil" para classificar, por

[4] Com base no Decreto Nº 7.872/2012, o salário mínimo de 2013 corresponde à R$ 678,00.

meio de um sistema de pontuação, os estratos sociais de acordo com a posse de bens (televisão em cores, automóvel, lavadora de roupa, micro-ondas, microcomputador etc.), acesso a serviços (empregado doméstico, abastecimento por água encanada e pavimentação das vias no entorno da moradia) e características relacionadas ao grau de instrução dos chefes de família. Com base nesses componentes o "Critério Brasil" apresenta as classes A, B1, B2, C1, C2 e DE e pode ser analisado em seu recorte espacial para nove grandes áreas urbanas: Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal.

Ao utilizar a renda como variável principal, Neri (2010) desenvolveu a classificação e interpretação da estrutura social de classes brasileira enfatizando as características da "nova classe média" que evidenciou um aumento relativo na primeira década do século XXI, chegando a representar mais da metade da população do país, devido, entre outros fatores, à expansão do mercado formal[5].

> A nossa abordagem de mensuração de classes econômicas é olhar para toda a distribuição de renda e organizá-la sob forma de estratos. Preferimos centrar inicialmente nesses indicadores sociais baseados em renda per capita o qual existe vasto instrumental e literatura a respeito. [...] A nossa opção é por usar como ponto de partida um indicador que sabemos bem suas virtudes e limitações para depois estendê-lo a outras dimensões usando a renda por pessoa como fio condutor da análise (NERI, 2010, p. 24).

Nessa lógica, o referido autor busca evitar o uso de recortes por faixas salariais, por entender que o poder de compra do salário mínimo tem se alterado sistematicamente ao longo do tempo, e utiliza a bibliografia especializada para estabelecer os limites das classes segundo a renda domiciliar de todas as fontes.

[5] Com base em pesquisas, como os estudos desenvolvidos por Barros (2007) e Pochmann (2008), constata-se que outros fatores também explicam o crescimento da "classe média", como por exemplo, o aumento real do salário mínimo, ampliação do potencial de consumo, aumento da taxa de ocupação, ascensão social de estratos menos privilegiados e programas sociais, como as ações de transferência de renda, inclusão produtiva e de acesso e estimulo ao financiamento da casa própria.

Tabela 4.1 - Limites das classes econômicas, renda domiciliar total de todas as fontes, Brasil 2008

	Limite Inferior	Limite Superior
Classe E	0	R$ 705,00
Classe D	R$ 705,00	R$ 1.126,00
Classe C	R$ 1.126,00	R$ 4.854,00
Classe B	R$ 4.854,00	R$ 6.329,00
Classe A	R$ 6.329,00	

Fonte: Neri (2010)
* Valores referentes a 2008.

Uma das referências utilizadas por Neri (2010) para estabelecer esses limites são as pesquisas relacionadas à estimação de linhas de pobreza. Atualizando os dados de outra pesquisa de sua autoria de 2004, o *Mapa do Fim da Fome II*, Neri (2010) analisa o ajuste da linha de pobreza de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, que em 2008 seria de R$ 140,00 *per capita*[6]. Além do parâmetro da linha de pobreza, o autor entende que a classe C, situada abaixo da A e B e acima da D e E, como a classe central de sua abordagem. "A faixa C central está compreendida entre os R$ 1.064,00 e os R$ 4.561,00[7] [...]. A nossa classe C está compreendida entre os imediatamente acima dos 50% mais pobres e 10% mais ricos na virada do século" (NERI, 2010, pp. 28-29)[8].

Ele complementa a análise interpretando o potencial de consumo das classes com base no "Critério Brasil". "Uma forma alternativa de definir as classes econômicas usual é pelo potencial de consumo. O Critério Brasil usa o acesso e o número de bens duráveis, banheiros e empregada doméstica" (NERI, 2010, p. 24). A abordagem citada utili-

[6] Rocha (2000) desenvolveu um importante estudo sobre as opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil, considerando, dentre outras variáveis, as necessidades calóricas recomendadas para composição de uma cesta alimentar, seu custo, bem como o acesso e potencial de compra para as populações de mais baixa renda.

[7] Preços referentes à 2008 na grande São Paulo (NERI, 2010).

[8] Em 2012, Alessandra Bortoni, Ricardo Paes de Barros, Diana Grosner e outros pesquisadores produziram, no âmbito da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, um importante diagnóstico sobre o perfil da classe média brasileira, intitulado "Vozes da Classe Média". Este estudo estima que, em 2012, cerca de 104 milhões de brasileiros podem ser identificados na classe média, ou seja, 53% da população do país, enquanto 20% e 27% se enquadram nas classes altas e baixas.

za cálculo similar ao "Critério Brasil" para avaliar o potencial de consumo das pessoas em cada classe. A capacidade de geração de renda e as expectativas de futuro das classes também são consideradas pela abordagem implementada por Neri (2010) para estudar a mobilidade social e o nível de satisfação, bem como aspirações dos diferentes estratos[9].

Como é possível constatar, boa parte dessas abordagens classificatórias levantam alguns questionamentos, como por exemplo, o que é uma classe média? Sabe-se que os recortes podem variar de país para país e de época para época. No Brasil, a maioria das abordagens escamoteia as diferenças socioeconômicas para evitar conflitos. Dessa forma, as distintas classificações existentes somadas ao imaginário de pertencimento e identidade dos indivíduos possibilitam um grande empresário se definir e localizar no espaço social da "classe média", bem como um assalariado que reside na periferia se identificar e se situar no mesmo espaço da "classe média". Vale salientar que o detalhamento de questões como esta demandaria um estudo específico sobre as classificações e as percepções das pessoas em relação ao espaço social, o que não configura o objetivo deste texto.

Na próxima seção são enfocados estudos que analisam a organização social combinada com seus rebatimentos no território, sobretudo, no espaço urbano. Sobre essa abordagem conjugada, que é fundamentada pela relação dialética entre sociedade e espaço, insta salientar a obra de Milton Santos, que oferece um aprofundado estudo sobre os circuitos da economia urbana.

4.4. Estrutura social de classes e os desdobramentos espaciais

Para Milton Santos (2004), os circuitos econômicos urbanos explicariam em parte a organização espacial das cidades. De acordo com ele,

[9] Um contraponto à tese da "nova classe média" é oferecido por vários pesquisadores, dentre os quais se destaca Souza (2010). O referido autor ressalta que as pessoas "emergentes" enquadradas na "nova classe média" na verdade deveriam ser entendidas como a "nova classe trabalhadora". Esses indivíduos ascenderam socioeconomicamente devido, sobretudo, às transformações econômicas que marcaram o país na última década, todavia ainda se distanciam no espaço social da típica classe média nas perspectivas da renda, ocupação, estilo de vida e outras dimensões.

> a existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las (SANTOS, 2004, p. 37).

Na visão do referido autor, tais diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da formação e manutenção dos dois circuitos econômicos urbanos.

O *circuito superior*, composto pelos bancos, comércio e indústria de exportação, estabelecimentos e serviços modernos, atacadistas e transportadores em larga escala, representa o campo econômico de atuação direta das classes abastadas. As classes que compõem o circuito superior exercem forte influência sobre o poder político e decisões públicas da cidade. São essas classes que o direito urbanístico seletivo normalmente favorece.

O *circuito inferior*, constituído essencialmente por formas de fabricação não-capital intensivo, pelos serviços não modernos fornecidos a varejo e pelo comércio tradicional de pequena dimensão, congrega as atividades econômicas das classes média, popular e pobre. Esta última busca a subsistência através dos subempregos e exerce influência quase nula frente aos processos de decisões sobre a organização espacial.

De acordo com Santos (2004, p. 51), a existência das classes média e popular afasta a ideia de ruptura ou de espaços econômicos impermeáveis. Além de apresentar certa dependência em relação ao circuito superior, algumas atividades desempenhadas por essas classes, serviços especializados, comércio, transportes, prestação de serviços domésticos etc., servem como "correia de transmissão", evidenciando a integração entre os circuitos econômicos urbanos.

Este foi um dos motivos que conduziram Santos (2004, p. 56) a recusar a ideia da relação dualista entre os espaços urbanos segregados, em favor da adoção do conceito de bipolarização dos circuitos econômicos. Os circuitos superior e inferior remontam o funcionamento e as práticas de uma só sociedade, da qual os polos são parte integrante. Esses dois polos têm sua origem no curso de um mesmo processo histórico. Não existe dualismo. Os dois circuitos têm a mesma matriz de formação, o mesmo conjunto de causas e são interconectados. Destarte, insta frisar que, apesar da aparente condição de interdependência,

o circuito inferior apresenta significativa dependência em relação ao circuito superior, haja vista a posição socioeconômica privilegiada dos componentes (empresas, mercados, grupos sociais com forte poder político-econômico etc.) deste último.

A noção de acesso de maneira permanente, por parte das classes privilegiadas, e acesso insuficiente, por parte das classes desprivilegiadas, à distribuição de renda, aos bens particulares e ao uso e ocupação do solo urbano, que é trabalhada por Santos (2004) em uma concepção bipolar, remete à ideia de "desfiliação social" trabalhada por Castel (1998). Este último autor considera que o referido termo traduz as situações de dissociação, desqualificação ou invalidação social, nas quais as pessoas e espaços desprivilegiados não se encontram filiados de maneira completa e suficiente à distribuição dos benefícios estruturais e infraestruturais urbanos.

Milton Santos parte de um recorte econômico para definir as classes que compõem o circuito inferior como aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens e serviços considerados o mínimo indispensável numa certa sociedade. Acrescenta-se aqui, com base em Castel (1998), que os referidos grupos de pessoas, também, não se encontram filiados de forma suficiente aos serviços e equipamentos coletivos oferecidos na cidade. Em geral, trata-se dos não-empregados e dos sub-empregados, mas também dos assalariados que recebem muito pouco e ocupam áreas menos privilegiadas da cidade.

Na esteira da perspectiva socioeconômica, Santos (2004, p. 50) aponta que as classes superiores são caracterizadas pela reduzida elite que possui efetivo controle sobre a economia urbana e ampla influência sobre o poder político e as decisões estratégicas que interferem na organização espacial da cidade. Indivíduos que compõem as altas cúpulas dos governos, proprietários e gestores de grandes indústrias e empresas comerciais, burocratas da administração pública, entre outras pessoas político-economicamente influentes, são os principais representantes do circuito superior.

Santos (2004) define as classes intermediárias por eliminação. Elas são formadas pelas classes médias, funcionários públicos, intelectuais, jornalistas e outros profissionais amplamente ligados ao setor capitalista, mas cujos ganhos são insuficientes para ascenderem na estrutura econômica, e pelas classes populares, empregados assalariados e/ou autônomos de todo tipo que se situam acima do nível de subsistência. Ainda que as classes intermediárias sejam beneficiárias com frequên-

cia, da distribuição dos serviços e equipamentos coletivos urbanos e apresentem situação favorável quando comparadas às classes populares, em relação à distribuição de renda e ao acesso aos bens de consumo da contemporaneidade; elas não dispõem do mesmo controle e poder decisório exercido pelas classes abastadas.

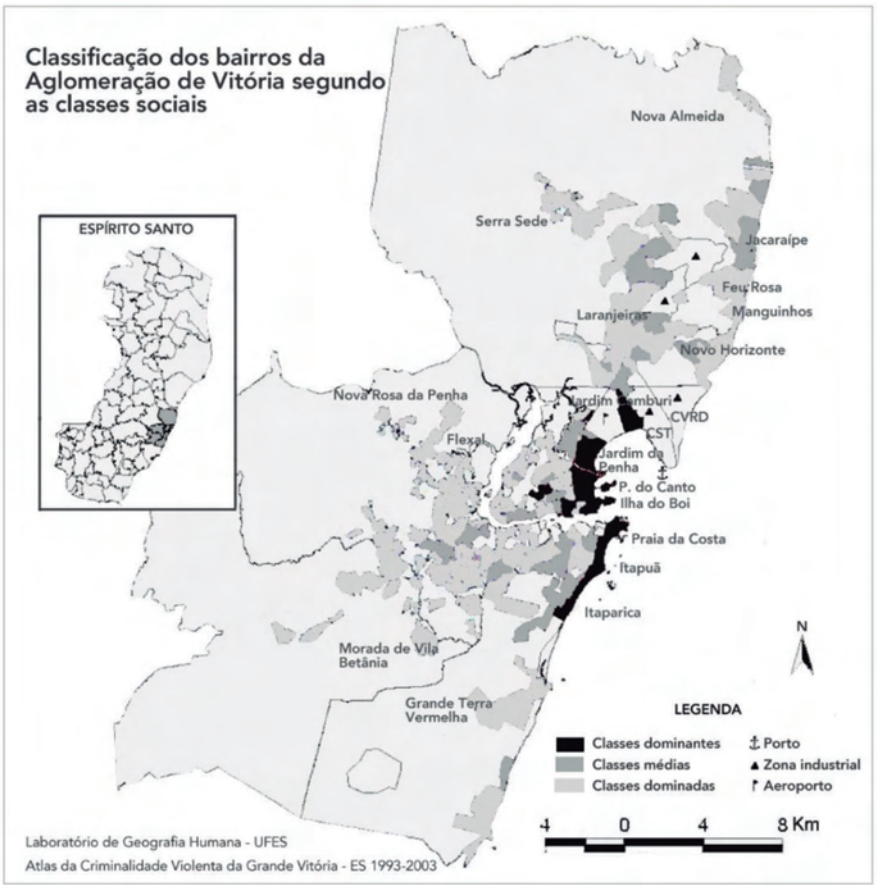
O modelo tripartite de organização e composição do espaço apresentado por Santos (2004), em sua análise socioeconômica dos circuitos superior e inferior, revela ao mesmo tempo o poder político e o *status* social como fatores que distinguem as classes abastadas, intermediárias e pobres na organização socioespacial das cidades.

No contexto dos estudos desenvolvidos na realidade urbana capixaba, com base em Pochmann (2005) e nos dados censitários de 2000 do IBGE, Zanotelli *et al.* (2007) operacionalizaram, para os bairros dos municípios que compõem a aglomeração da Grande Vitória, uma tipologia similar à classificação de Santos (2004). Zanotelli *et al.* (2007) consideraram bairros dominantes ou ricos, aqueles onde mais de 50% dos chefes de família ganhavam mais de 10 salários mínimos, bairros de classe média, onde mais de 50% dos chefes de família ganhavam entre 3 e 10 salários mínimos e os bairros dominados ou pobres, aqueles onde mais de 50% dos chefes de família ganhavam até 3 salários mínimos (Figura 4.1). Vale ressaltar que os conceitos de dominantes e dominados foram utilizados, com referência em Bourdieu (1997), por permitirem evidenciar as configurações simbólicas e materiais que são concebidas no seio das relações de classes socioeconômicas.

Por meio dessa tipologia e da interpretação de outras variáveis, tais como, nível de instrução dos chefes de família e características dos domicílios quanto aos serviços coletivos (abastecimento de água, rede de esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos), os autores corroboraram o conhecimento empírico, consolidado por meio de pesquisas de campo, ao constatar que os bairros dominantes eram dotados de melhor infraestrutura urbana, áreas de lazer qualificadas, prestação de serviços especializados, comércio moderno e apresentavam localização litorânea privilegiada nos municípios de Vitória e Vila Velha. Os bairros de classe média se localizavam no entorno das áreas privilegiadas e também se destacaram em áreas centrais de Vitória (Centro), Vila Velha (Centro), Serra (Parque Residencial Laranjeiras) e Cariacica (Campo Grande). Os bairros dominados se situavam em áreas onde, geralmente, se constatava equipamentos, serviços e infraestruturas deficientes ou menos qualificadas em relação aos bairros

privilegiados. Segundo Zanotelli *et al.* (2007), em 2000, 13,2% dos chefes de família da Grande Vitória poderiam ser classificados como ricos, 22,3% como pessoas de classe média e 64% como constituindo classes dominadas.

Figura 4.1 - Classes Socioeconômicas, Grande Vitória – 2000



Fonte: Zanotelli *et al.* (2007).
*Os autores agradecem ao Professor Dr. Cláudio Luiz Zanotelli pelas reflexões sobre a temática deste capítulo.

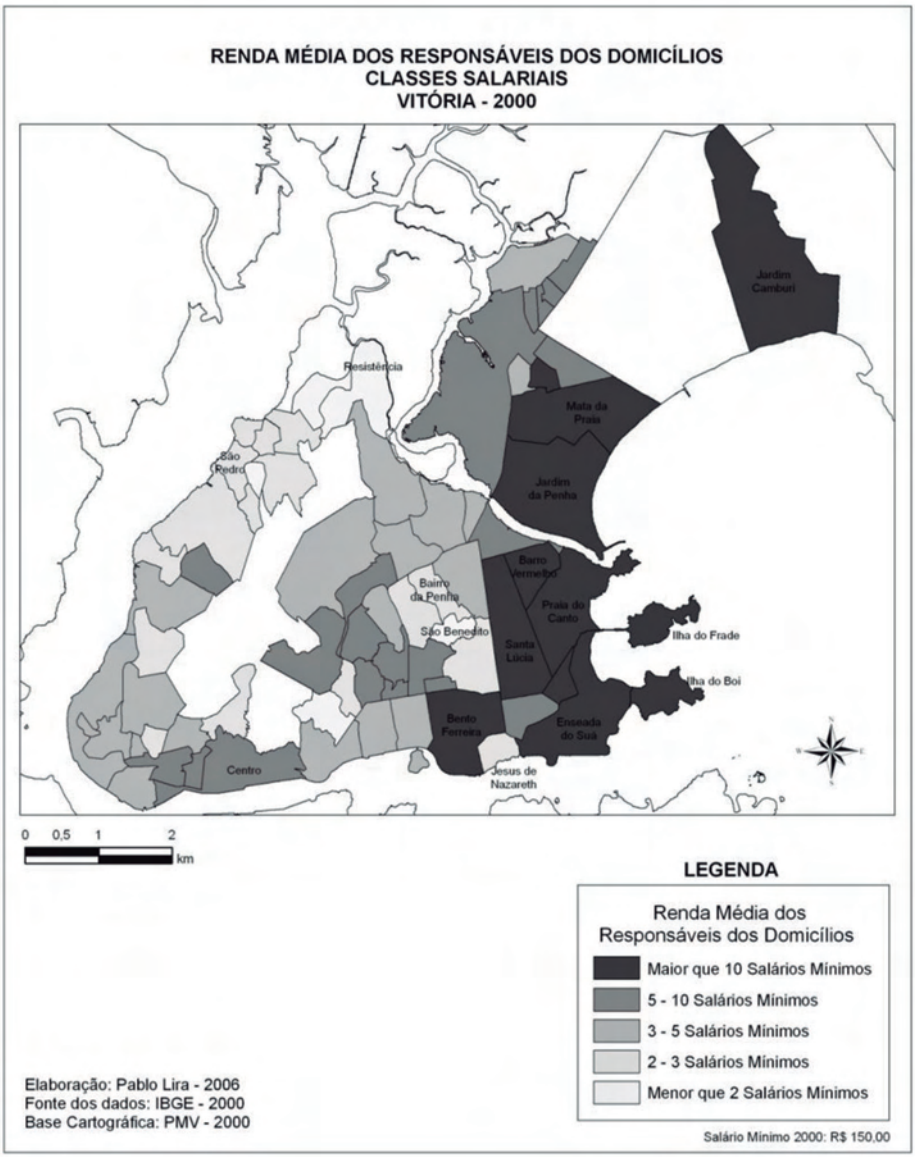
Priorizando a análise dos recortes de salários mínimos - SMs, com referência na variável de renda média dos responsáveis dos domicílios do censo de 2000, Lira (2007) analisou as características socioeconômicas dos bairros de Vitória. Para isso, foram utilizadas 5 classes que variaram da seguinte forma: maior que 10 SMs, entre 5 e 10 SMs, entre 3 e 5 SMs, entre 2 e 3 SMs e menor que 2 SMs. O estudo da organi-

zação socioespacial foi complementado pela correlação cartográfica de outras variáveis sociais e infraestruturais urbanas, como nível de instrução dos responsáveis dos domicílios e percentual de domicílios com água canalizada.

A análise da organização socioespacial desenvolvida por Lira (2007), na escala do município de Vitória, corroborou os resultados evidenciados por Zanotelli *et al.* (2007) na escala da Grande Vitória. Bairros localizados na porção litorânea leste da capital capixaba, como Jardim Camburi, Mata da Praia, Jardim da Penha, Barro Vermelho, Praia do Canto, Enseada do Suá, Ilha do Boi e Ilha do Frade, evidenciaram o predomínio dos domicílios mais abastados em áreas mais bem providas de infraestrutura urbana e de serviços e equipamentos coletivos. Enquanto as áreas menos privilegiadas, grande maioria localizada na porção oeste do município e na região de morros do entorno do Centro e imediações da Avenida Leitão da Silva, congregaram a maior proporção de domicílios com baixo rendimento salarial. As áreas com predomínio de domicílios com classes salariais intermediárias se destacaram em bairros como Centro, Parque Moscoso, Maruípe, Jucutuquara e Goiabeiras (Figura 4.2).

Dessa forma, constata-se que é bem ampla a possibilidade de abordagens sobre a estrutura social de classes e seus desdobramentos no espaço podem ser analisados em diferentes escalas até chegar ao nível do fenômeno urbano. O que se pode ponderar é que nenhuma das metodologias existentes dá conta da complexidade de estudar a organização socioespacial das cidades em sua totalidade. Existem diferentes opções metodológicas que podem favorecer os propósitos estabelecidos por determinadas pesquisas, todavia limitações são inerentes aos diferentes métodos aplicados. Uma vez marcada essa ponderação, na próxima seção é apresentada a abordagem da tipologia socioespacial desenvolvida, no âmbito da rede de pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT Observatório das Metrópoles, para a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV.

Figura 4.2 - Classes Salariais, Vitória – 2000



Fonte: Lira (2007).

4.5. Estrutura social e organização social do território urbano

A tipologia socioespacial aqui citada compartilha da perspectiva esboçada na seção anterior e parte da premissa de que as classes sociais se destacam como um "conceito de difícil precisão" (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, p. 13).

Para os autores mencionados, a análise da estrutura social somente se torna possível quando se considera as relações de classes decorrentes do processo de produção dominante, pois entendem que, a partir da perspectiva marxista, tal processo caracteriza as principais relações sociais.

Ribeiro e Ribeiro (2011) marcam que, sob essa ótica, a dimensão econômica assume papel determinante no modo de produção e na organização social, ao mesmo tempo em que os campos políticos e ideológicos desempenham papel importante. Segundo eles, dentre outros pesquisadores, decorre de Erik Olin Wright, principalmente, o esforço para construir uma abordagem sobre classe apreendido empiricamente a partir da perspectiva teórica marxista, adequada à contemporaneidade.

> Embora reconheça que há diferença entre classe e ocupação e, por conseguinte, diferença entre relações técnicas de produção e relações sociais de produção, utiliza-se de alguns princípios marxistas para operacionalizar a variável ocupação a fim de construir um esquema de classe. [...] A partir desses princípios Wright definiu seu esquema de classe constituída por seis categorias: burguesia, pequenos empregadores, pequena burguesia, gerentes e supervisores, assalariados semi-autônomos e proletários (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, p. 15).

Soma-se a tal perspectiva a contribuição oferecida pela compreensão de estrutura social oferecida por Max Weber, que, segundo os autores citados acima, apresenta uma perspectiva teórica diferente da abordagem marxista, apesar de considerar também a dimensão econômica na sua definição do conceito de classe, ao lançar luz sobre a análise do *status* social. Apoiados na obra de Thomas Humphrey Marshall, intitulada "Cidadania e Classe Social", Ribeiro e Ribeiro (2011) consideram que apenas a dimensão econômica não é suficiente para interpretar a estrutura social na realidade ocidental contemporânea.

O *status* engendrado pela relação e posição que os indivíduos ocupam na hierarquia social proporciona implicações que influenciam a estrutura de classe. Dentre os fatores que favorecem a concepção de *status* social, vale salientar, as próprias variáveis econômicas, como renda, tipo de ocupação, posse de bens e acesso a serviços e ao solo urbano, bem como as variáveis ligadas à influência da família, nível de instrução e qualidade cultural.

Na verdade, como ponderado nas seções anteriores com base em Corrêa (1995), o *status* social pode fundamentar, até mesmo, a relação dialética entre sociedade e espaço ao propiciar condições simbólicas diferenciadas de acesso, uso e ocupação de determinadas áreas dentro da cidade.

Ao interpretar o esquema de classes concebido por John Goldthorpe, que foi construído por meio da perspectiva weberiana, Ribeiro e Ribeiro (2011) evidenciam que as classes sociais organizadas segundo os tipos de trabalho e/ou emprego, usualmente analisados pelas informações ocupacionais, possibilitam a diferenciação dos estratos segundo uma aproximação do *status* social. Dessa maneira, a estrutura social de classes não utiliza, em primeira instância, o sistema de estratificação por níveis de renda ou faixas salariais, passando a priorizar as características de ocupação da sociedade, como os tipos ocupacionais de grandes empregadores, profissionais de nível superior, supervisores, técnicos especializados do setor secundário e trabalhadores domésticos.

Na esteira das contribuições marxista e weberiana, a tipologia socioespacial destacada por Ribeiro e Ribeiro (2011) é complementada pelo conceito de "*habitus*", que foi trabalhado por Pierre Bourdieu no campo da sociologia contemporânea. A citada tipologia, por meio do recorte das características ocupacionais, incorpora a relação entre a posição/função de classe e as práticas dos agentes sociais, sendo que tais práticas decorrem das condições da estrutura social e dos condicionamentos que ela impõe. Essa noção pode ser melhor traduzida pelo conceito de *habitus* que possibilita o entendimento da construção de classes, como um conjunto de indivíduos em condições homogêneas ou relativamente semelhantes que impõem

> [...] condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, proprie-

> dades objetivadas, às vezes, garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes (BOURDIEU *apud* RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, p. 19).

Para compreender melhor o conceito de *habitus* seria necessário revisitar sua problemática e construção teórica[10], todavia este não é o objetivo desta análise. Insta frisar aqui que este conceito compõe o arcabouço da tipologia socioespacial enfocada nesta seção. Ribeiro e Ribeiro (2011) partem do conceito de *habitus* para explicarem a existência de "estilos de vida" comum no interior das classes, em que proporcionam diferenciações entre as classes concomitantemente. Esses estilos de vida são distintos e distintivos, configuram-se como dotados de *status* social decorrente da posição hierárquica na estrutura social.

Dessa maneira, a tipologia socioespacial abordada por Ribeiro e Ribeiro (2011), que foi desenvolvida no âmbito dos estudos e pesquisas do INCT - Observatório das Metrópoles, é constituída partindo do arcabouço teórico que incorpora as relações de produção (perspectiva marxista), lógica de *status* social (ótica weberiana) e noção de *habitus* (abordagem de Bourdieu).

A citada tipologia operacionaliza seu método a partir de agregados de tipos ocupacionais. "Nas experiências contemporâneas de análise social do território o nosso procedimento tipológico se inscreve na tradição francesa iniciada por Tabard (1993) e Tabard e Chenu (1993) em parceria com Edmond Preteceille (1988; 1993; 1994)" (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, p. 27).

Na implementação do referido método foram considerados os seguintes critérios: *relação capital e trabalho*, para diferenciar os indivíduos que são empregadores, trabalham por conta própria e os empregados; *trabalho manual e trabalho não-manual*, uma vez que exercer ocupação manual difere socialmente de ocupação não-manual, em que normalmente a esta última se exige algum nível de escolaridade, seja nível médio ou superior; *trabalho de comando e trabalho subordinado*, existindo diferenças importantes entre as ocupações que exercem atividade de comando, seja de direção, gerência e supervisão, daquelas ocupações subordinadas, que são comandadas por outrem; e *trabalho público e trabalho privado*, distinguindo as ocupações do setor público e privado.

Com base nesses critérios, foram utilizadas as informações ocu-

[10] Para um maior detalhamento sobre as premissas epistemológicas do conceito de *habitus*, que não se restringe a obra de Pierre Bourdieu, consultar Setton (2002).

pacionais dos censos, sob a referência da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO[11], correlacionando-as, ao mesmo tempo, com outras variáveis complementares (renda, nível de instrução, situação do trabalho, setor de atividade econômica e setor institucional), para compor 24 Categorias Sócio-ocupacionais - CATs, que podem ser agrupadas em 8 grandes grupos de agregação ocupacional (dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores, ocupações de nível médio, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do terciário não-especializado e trabalhadores agrícolas)[12], o que possibilita a análise da estrutura social de classes sob a perspectiva das relações de produção, *status* social e estilo de vida dos estratos.

O censo do IBGE é a principal fonte de dados das Categorias Sócio-ocupacionais, base na qual é possível extrair as variáveis relacionadas à ocupação, renda, nível de instrução, setor de atividade econômica, cargos/postos de trabalho públicos e privados. Essas informações são espacializadas na escala das áreas de ponderação, definidas pelo IBGE como agrupamentos de setores censitários[13].

No campo da análise multivariada existem dois métodos que possibilitam a elaboração da tipologia sócio-espacial: a análise fatorial de correspondência e a análise de *clusters*. Esses dois procedimentos constituem a base metodológica dessa abordagem sobre a estrutura social de classes, bem como possibilitam a composição dos tipos socioespaciais (Superior, Superior-médio, Médio, Popular-operário, Popular, Popular-agrícola, Agrícola etc.), que podem variar de acordo com o contexto urbano estudado. Os aplicativos Statlab e SPSS são as principais ferramentas utilizadas nos procedimentos estatísticos e o programa ArcGis é utilizado para geoprocessar as informações e gerar mapas para a análise cartográfica[14].

Uma vez caracterizada a abordagem da estrutura social de classes

[11] As categorias da referida tipologia socioespacial são compostas pelas informações de ocupações definidas. Para um maior detalhamento ver Ribeiro e Ribeiro (2011) e Costa, Ribeiro e Ribeiro (2013).

[12] Esses 8 grande grupos de agregação ocupacional e suas respectivas CATs podem ser analisadas nas próximas páginas na Tabela 4.2 que aborda a realidade urbana da RMGV.

[13] O setor censitário corresponde à menor unidade de registro dos censos do IBGE, que pode compreender cerca de 400 domicílios. A agregação dos setores censitários em áreas de ponderação obedece a critérios de densidade populacional e de contiguidade física (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, p. 31).

[14] Para um maior detalhamento sobre os procedimentos metodológicos consultar Ribeiro e Ribeiro (2011).

por meio da tipologia socioespacial, nas próximas páginas são apresentados os resultados e interpretações relativos à sua aplicação na Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV. Antes disso, na próxima seção é desenvolvido um breve resgate sobre o processo de urbanização do Espírito Santo que se evidenciou centrado e concentrado na atual área da RMGV. Tal resgate torna-se necessário para a compreensão da formação da estrutura socioespacial e dos desdobramentos que resultaram na atual configuração territorial da área de análise.

4.6. A urbanização capixaba

Com uma estrutura demográfica formada por uma população predominantemente rural e uma estrutura econômica fundada nas bases da cafeicultura, o Espírito Santo passou por intensos processos de urbanização na segunda metade do século XX[15]. A partir da década de 1960, as mudanças demográfico-econômicas capixabas aconteceram de forma intensa, tendo seu início com a desestruturação do setor agrário[16] e se desdobrando com a reestruturação da economia, estimulada pela ótica de acumulação do capital que se consolidava no estado, a industrialização.

Essa forma de acumulação ficou caracterizada, principalmente, pela implementação dos *grandes projetos de impacto*[17] que se restringiram, com exceção da implantação da Samarco Mineração e da Aracruz Celulose (indústrias que se localizam em um raio aproximado de 70 km da capital), à atual área da aglomeração da Grande Vitória.

A intensa transformação da estrutura econômica implicou em alterações na estrutura demográfica. A maior polarização dos fluxos migratórios destinados ao centro urbano capixaba, onde se concentraram os grandes projetos de impacto, propiciou um incremento abrupto no número de pessoas que se fixavam na Grande Vitória em busca de novas oportunidades de emprego. Com base nos registros censitários do IBGE, constata-se que a taxa de variação populacional entre 1960 e 1970 no Espírito Santo registrou um *aumento* de 13%. Em Cariacica,

[15] Conforme pode ser visto no Capítulo 1 deste livro.

[16] A crise do café, principal produto econômico do estado naquela época, foi agravada durante a década de 60 (SIQUEIRA, 2001).

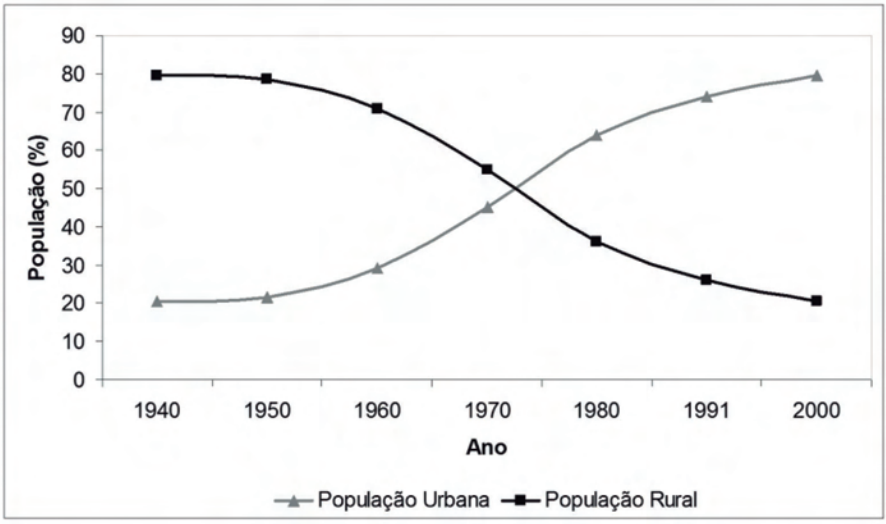
[17] Projetos industriais, articulados a partir da política econômica nacional do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, que eram orientados basicamente para o mercado exterior. Dentre estes, cabe destacar as obras portuárias no canal da baía de Vitória, construção do porto de tubarão, das Usinas de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce e da Usina Siderúrgica de Tubarão.

Serra, Viana, Vila Velha e Vitória o referido *acréscimo* populacional foi de respectivamente 156%, 88%, 60%, 123% e 60%. Do início da década de 60 ao início década de 70 os demais municípios capixabas apresentaram *redução* de 2% na taxa de variação populacional[18].

Os números citados indicam o forte aumento percentual da população dos municípios onde os polos industriais e portuários foram instalados e a redução do saldo populacional dos demais municípios do Espírito Santo. Essa redistribuição da população foi estimulada pelos desequilíbrios regionais produzidos pela concentração dos referidos polos na área da aglomeração da Grande Vitória.

A Grande Vitória, bem como todo o estado, não possuía infraestrutura básica que suportasse tamanho fluxo migratório, composto por pessoas originárias do norte do Rio de Janeiro, leste de Minas Gerais, sul da Bahia e, sobretudo, oriundas do interior do Espírito Santo. A intensa migração observada na segunda metade do século XX implicou em alterações nas estruturas demográfica, social e espacial. Em um curto período de tempo, o percentual da população urbana capixaba passou de 29,2%, em 1960, para 79,5%, no ano 2000.

Figura 4.3 - População Urbana e Rural, Espírito Santo 1940-2000



Fonte: Registros censitários do IBGE (1940-2000)

Após os primeiros anos da expansão industrial capixaba, houve

[18] Para um maior detalhamento consultar o Capítulo 1 deste livro.

uma reconfiguração do tecido urbano, das relações sociais e dos fluxos populacionais. Somado a isso, as mudanças de aspecto socioeconômico da divisão do trabalho e de distribuição de renda favoreceram a evolução da precariedade urbana e empobrecimento da qualidade de vida na Grande Vitória ao longo dos anos 90.

No que tange as transformações socioeconômicas da época, cabe destacar que parte dos operários que foram absorvidos em um primeiro momento, na fase de construção das indústrias, não foi absorvida na fase de operação das empresas em função das limitações quantitativas da força de trabalho necessária, bem como das especializações demandadas. "Na primeira fase, o aproveitamento dessa mão-de-obra foi amplo. Entretanto, a demanda por pessoal na fase de operação foi, pelo menos, 50% inferior às etapas de construção civil" (IJSN *apud* SIQUEIRA, 2001, p. 96). Sem condições econômicas para retornar às suas localidades de origem boa parte da mão-de-obra não aproveitada na fase operacional das grandes indústrias e não inserida no mercado de trabalho passou a ocupar as encostas dos morros, áreas alagadas, manguezais e outros locais desprovidos de infraestrutura urbana.

Com base na análise da problemática capixaba, acredita-se que a ausência de políticas sociais e de um planejamento territorial adequado durante o auge do processo de urbanização foram alguns dos fatores cruciais que propiciaram sérios problemas de ordem socioeconômica, a saber, ocupação irregular do solo urbano, aumento do desemprego, ineficiência dos serviços básicos de saúde e educação, dentre outros.

O processo de industrialização do Espírito Santo, assim como de outros estados, foi mais um exemplo do modo brasileiro de promover crescimento econômico desvinculado do desenvolvimento social. Dessa forma, a industrialização, da década de 70, que ficou potencialmente concentrada na área da atual RMGV e imediações, ao mesmo tempo em que propiciou crescimento econômico, também contribuiu para produzir desequilíbrios socioambientais que se desdobraram em processo cumulativo ao longo das três últimas décadas.

Atualmente, os 7 municípios que compõem a RMGV concentram mais de 48% da população capixaba em um território que corresponde a 5% da área do Espírito Santo, que responde por mais de 60% do PIB estadual[19] e apresenta uma taxa de urbanização de 98%, ou seja, acima da taxa do estado (83%). As características sociais, econômicas e de uso e

[19] O PIB do Espírito Santo em 2010 foi de R$ 82 bilhões (IBGE).

ocupação da RMGV evidenciam um território extremamente dinâmico.

A estrutura social desse território é explorada na perspectiva da tipologia socioespacial na próxima seção, considerando que a historicidade impressa no espaço pelo processo de urbanização capixaba gerou reflexos e implicações que romperam as fronteiras da virada do século e se manifestam na RMGV na atualidade.

4.7. Análise da Tipologia Socioespacial da RMGV

A tipologia socioespacial da RMGV foi desenvolvida com base na metodologia elaborada pela rede de pesquisa do INCT Observatório das Metrópoles. Por meio da interpretação das Categorias Sócio-ocupacionais - CATs foram definidos os tipos socioespaciais de acordo com os dados censitários para os anos 2000 e 2010[20].

A espacialização dessas informações foi realizada partindo das áreas de ponderações do IBGE. Como se sabe, tais áreas variam de um censo para outro, o que dificulta a comparação e análise de tendências espaciais. O censo de 2000 evidenciou 61 áreas de ponderação[21] e o censo 2010 apresentou 79 áreas de ponderação na RMGV. Devido a essa variação das áreas de ponderação, as comparações espaciais devem ser realizadas com ressalvas, uma vez que a malha de áreas de ponderação de 2000 é menos dividida, com grandes áreas que podem agrupar realidades urbanas distintas, do que a malha de 2010. Esta última apresenta uma divisão espacial mais detalhada do que a primeira, mas mesmo assim pode homogeneizar e/ou dissolver, em uma única área de ponderação, regiões com características urbanas diferenciadas que possuem relação topológica de contiguidade. Para facilitar a interpretação cartográfica, quando os mapas das tipologias socioespaciais são analisados, uma aproximação à noção geográfica de bairros ou aglomerado (*cluster*) de bairros é estabelecida com o propósito de favorecer uma melhor identificação com os territórios da RMGV.

---

[20] Vale lembrar que Mattos (2011) implementou o método do INCT Observatório das Metrópoles e analisou as Categorias Sócio-ocupacionais na RMGV, excetuando o município de Fundão, com os dados do censo 2000. Esta seção busca atualizar a interpretação para os anos 2000 e 2010, tendo em vista que a base de informações do INCT Observatório das Metrópoles de 2000 foi ajustada e compatibilizada com a divulgação dos micro-dados do censo 2010.

[21] No censo de 2000, as áreas de ponderação eram tratadas como Áreas de Expansão Domiciliar - AEDs.

Tabela 4.2 – Estrutura sócio-ocupacional, RMGV 2000-2010

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS		2000		2010	
		N	P(%)	N	P(%)
DIRIGENTES		**11.714**	**2,0**	**13.591**	**1,8**
CAT21	Grandes empregadores	7.621	1,3	9.368	1,2
CAT22	Dirigentes do setor público	1.701	0,1	2.625	0,3
CAT23	Dirigentes do setor privado	2.392	0,4	1.597	0,2
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR		**31.419**	**5,5**	**74.462**	**9,9**
CAT41	Profissionais autônomos de nível superior	7.654	1,3	13.125	1,7
CAT42	Profissionais empregados de nível superior	12.113	2,1	31.076	4,2
CAT43	Profissionais estatutários de nível superior	3.539	0,6	7.579	1.0
CAT44	Professores de nível superior	8.113	1,4	22.681	3,0
PEQUENOS EMPREGADORES		**14.543**	**2,5**	**11.538**	**1,5**
CAT31	Pequenos empregadores	14.543	2,5	11.538	1,5
TRABALHADORES DE OCUPAÇÕES MÉDIAS		**150.776**	**26,3**	**195.771**	**26,2**
CAT51	Ocupações de escritório	55.047	9,6	75.962	10,2
CAT52	Ocupações de supervisão	20.060	3,5	35.930	4,8
CAT53	Ocupações técnicas	35.275	6,1	41.338	5,5
CAT54	Ocupações da saúde e educação	23.219	4,0	24.615	3,3
CAT55	Ocupações de segurança, justiça e correios	10.685	1,9	8.802	1,2
CAT32	Ocupações artísticas e similares	6.490	1,1	9.122	1,2
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO		**110.019**	**19,2**	**151.480**	**20,3**
CAT61	Trabalhadores do comércio	50.278	8,8	84.731	11,3
CAT62	Prestadores de serviços especializados	59.742	10,4	66.749	8,9
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO		**133.774**	**23,3**	**172.723**	**23,1**
CAT71	Trabalhadores da indústria moderna	24.537	4,3	37.165	5,0
CAT72	Trabalhadores da indústria tradicional	28.057	4,9	24.143	3,2
CAT73	Trabalhadores dos serviços auxiliares	29.863	5,2	40.829	5,5
CAT74	Operários da construção civil	51.317	8,9	70.585	9,4
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO		**108.153**	**18,8**	**114.513**	**15,3**
CAT63	Prestadores de serviços não-especializados	31.816	5,5	47.404	6,3
CAT81	Empregados domésticos	52.224	9,1	55.070	7,4
CAT82	Ambulantes e biscateiros	24.114	4,2	12.038	1,6
TRABALHADORES AGRÍCOLAS		**13.505**	**2,3**	**12.087**	**1,6**
CAT10	Agricultores	13.505	2,3	12.087	1,6
TOTAL		**573.904**	**100**	**746.169**	**100**

Fonte: IBGE (2000; 2010); INCT - Observatório das Metrópoles - Núcleo Vitória (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

A Tabela 4.2 apresenta a estrutura social da RMGV para os anos 2000 e 2010, segundo as 24 Categorias Sócio-ocupacionais - CATs, que são definidas por meio de agregados ocupacionais e das variáveis complementares de renda, nível de instrução, situação ocupacional e setor de atividade econômica, conforme descrito por Ribeiro e Ribei-

ro (2011)[22]. As informações estão organizadas em números absolutos (frequência simples) "N" e a participação percentual "P(%)" dos agrupamentos e CATs, em relação à população ocupada no mercado de trabalho da RMGV.

Através da Tabela 4.2 constata-se que a população ocupada da RMGV aumentou em 30% entre 2000 e 2010. Essa melhoria dos padrões ocupacionais, provavelmente, está relacionada aos avanços socioeconômicos alcançados na última década no país e particularmente no estado do Espírito Santo, onde a RMGV configura a principal centralidade na hierarquia urbana e concentra 48% da população capixaba, como visto na seção anterior. Dentre esses avanços, cabe ressaltar que, na primeira década do século XXI, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a taxa de desemprego, de pessoas com 15 anos ou mais de idade, reduziu de 8,9% em 2001 para 7,6% em 2011.

Outrossim, as desigualdades reduziram na perspectiva da desconcentração de renda, o coeficiente de Gini[23] do estado reduziu de 0,587 em 2001 para 0,489 em 2011, índice inferior ao nacional, que foi 0,522 neste último ano. O percentual das pessoas extremamente pobres (renda mensal inferior à R$ 88,50) alcançou a marca de 3% no Espírito Santo no ano de 2011, enquanto o Brasil apresentou o valor de 7%. A renda média domiciliar per capita aumentou, saindo de R$ 532,18 em 2001 e chegando a R$ 781,29 em 2011, ou seja, um crescimento de 47%. Nesse mesmo período, ocorreram avanços em outras dimensões sociais básicas, como por exemplo, na educação, a taxa de analfabetismo de capixabas com 15 anos ou mais de idade reduziu de 11,5% em 2001 para 6,4% em 2011. Neste último ano, a taxa de analfabetismo do Brasil foi de 8,6%. A escolaridade média dos capixabas, com 25 anos ou mais de idade, aumentou de 6 anos de estudo em 2001 para

[22] Insta salientar que as definições das CATs podem variar de acordo com mudanças metodológicas das bases de coletas e registros de informações dos censos. Um exemplo disso, é a CAT31 (Pequenos Empregadores). No censo de 2000 era possível agrupar esses indivíduos de acordo com o número corte de até 10 empregados. No censo de 2010, devido às mudanças nos questionários de coleta de dados do censo, esse número corte passou para até 6 empregados, o que implicou em uma alteração no agrupamento de pessoas na CAT 31. As CATs são constituídas pelo agrupamento das categorias ocupacionais definidas pela Classificação Brasileira Ocupacional - CBO.

[23] O coeficiente de Gini mede o grau de concentração de renda da população, quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda, e quanto mais próximo de 0, menor a concentração de renda da unidade geográfica analisada.

7,5 anos de estudo em 2011. A escolaridade média do país foi de 7,3 anos de estudo em 2011[24].

Com base no contexto socioeconômico do estado, a interpretação das tendências da estrutura sócio-ocupacional da RMGV é retomada com a interpretação da Tabela 4.2, que permite identificar a organização dos agregados e CATs. Os agregados de Trabalhadores de Ocupações Médias e Trabalhadores do Secundário são os predominantes nos dois anos analisados, com 26% e 23% de participação na composição da RMGV, nestes últimos prevalecem as atividades na construção civil. Em 10 anos, os Trabalhadores do Terciário Especializado, principalmente do comércio, aumentaram sua participação em 1,2 ponto percentual (p.p.), saindo de 19,1% para 20,3% da representação da RMGV. Os Profissionais de Nível Superior apresentaram tendência semelhante, porém mais expressiva, aumentando sua participação de 5,5% em 2000 para 9,9% em 2010. Os Dirigentes, Pequenos Empregadores e Agricultores praticamente mantiveram suas participações estáveis nos anos analisados, registrando valores abaixo de 2% em 2010. Os Trabalhadores do Terciário Não-especializado, sobretudo, empregados domésticos, reduziram sua participação de 18,8% em 2000 para 15,3% em 2010 na composição da estrutura sócio-ocupacional da RMGV.

Norteados pelos procedimentos metodológicos do INCT Observatório das Metrópoles, citados nas seções anteriores, e a partir da estrutura sócio-ocupacional delineada na Tabela 4.2, os dados foram submetidos à análise fatorial de correspondência e à análise de *clusters* para se obter os resultados da tipologia, que foi construída pelas distribuições estatísticas dos indivíduos nas CATs e suas distribuições espaciais nas áreas de ponderação da RMGV, evidenciando 4 tipos socioespaciais. A concepção e denominação dos tipos socioespaciais decorreram, de forma subjetiva e empírica, da interpretação dessas distribuições na realidade da área estudada. A denominação dos tipos, ainda que interpretativa, segue uma lógica estabelecida conforme os percentuais de participação de cada CAT, que acaba por refletir a hierarquia da estrutura sócio-ocupacional.

[24] Tais avanços são detalhados nos próximos capítulos deste livro.

4.7.1. Tipologia Socioespacial 2000

A Tabela 4.3 proporciona a análise dos 4 tipos socioespaciais da RMGV, em 2000. Como se pode perceber a coluna "total" destaca o mesmo valor "P(%)" apresentado para o ano de 2000 na Tabela 4.2. A Tabela 4.3 acrescenta à análise a distribuição das CATs (agregadas) nos tipos socioespaciais. O perfil do Tipo 1 foi mais representado pelos Trabalhadores de Ocupações Médias (28,1%), Trabalhadores do Secundário (26,0%), Trabalhadores do Terciário Especializado (21,4%) e Trabalhadores do Terciário Não-especializado (17,7%). No Tipo 2 se destacaram os Trabalhadores do Secundário (29,0%), Trabalhadores do Terciário Não-especializado (26,6%), Trabalhadores do Terciário Especializado (20,5%) e Trabalhadores de Ocupações Médias (16,5%). O perfil Tipo 3 foi mais representado pelos Trabalhadores de Ocupações Médias (38,1%), Profissionais de Nível Superior (15,8%) e Trabalhadores do Terciário Especializado (13,0%). No Tipo 4 se sobressaíram os Trabalhadores Agrícolas (24,6%), Trabalhadores do Secundário (23,2%), Trabalhadores do Terciário Não-especializado (21,7%) e Trabalhadores do Terciário Especializado (17,3%).

A denominação dos tipos de 2000 foi realizada por meio da complementação da análise proporcionada pelos dados da Tabela 4.4, que apresenta a distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais. Os Dirigentes (78,2%), Profissionais de Nível Superior (71,1%) e Pequenos Empregadores (55,0%) destacaram maior distribuição no Tipo 3. Os Trabalhadores de Ocupações Médias apresentaram maior distribuição no Tipo 3 (41,0%), Tipo 1 (30,4%) e Tipo 2 (17,8%). Os Trabalhadores do Terciário Especializado, Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores do Terciário Não-especializados evidenciaram distribuição predominante no Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 4. Os Trabalhadores Agrícolas destacaram distribuição preponderante no Tipo 4 (83,1%).

Por meio dessas informações (Tabelas 4.3 e 4.4) e da interpretação da distribuição das CATs nas áreas de ponderação, a denominação dos tipos socioespaciais da RMGV, no ano de 2000, foi definida, hierarquicamente, da seguinte forma:

- **Superior-médio (Tipo 3)**: potencialmente formado pelos Dirigentes, Profissionais de Nível Superior, Pequenos Empregadores e Trabalhadores de Ocupações Médias;

- **Médio (Tipo 2)**: composto, em maior proporção, por Trabalhadores de Ocupações Médias, Trabalhadores do Terciário Especializado, Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores do Terciário Não-especializado;
- **Médio-popular (Tipo 1)**: formado, predominantemente, por Trabalhadores de Ocupações Médias, Trabalhadores do Terciário Especializado, Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores do Terciário Não-especializado; e
- **Popular-agrícola (Tipo 4)**: composto por Trabalhadores do Terciário Não-especializado, Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores Agrícolas.

Os tipos socioespaciais que mais se destacaram na RMGV, representando a maior proporção de pessoas ocupadas, foram o Médio-popular (45,2%), Médio (29,5%), Superior-médio (21,9%) e Popular-agrícola (3,3%), conforme Tabela 4.4.

Tabela 4.3 – Perfil dos tipos socioespaciais segundo as categorias sócio-ocupacionais, RMGV - 2000

Categorias Sócio-ocupacionais (Agregadas)	Tipologia Socioespacial				Total
	Tipo 1 (%)	Tipo 2 (%)	Tipo 3 (%)	Tipo 4 (%)	
Dirigentes	0,9	0,7	6,5	0,3	2,0
Profissionais de nível superior	3,1	1,8	15,8	1,4	5,5
Pequenos empregadores	2,0	1,1	5,7	1,5	2,5
Trabalhadores de Ocupações médias	28,1	16,5	38,1	9,9	26,3
Trabalhadores do terciário especializado	21,4	20,5	13,0	17,3	19,2
Trabalhadores do secundário	26,0	29,0	10,0	23,2	23,3
Trabalhadores do terciário não-especializado	17,7	26,6	10,2	21,7	18,8
Trabalhadores agrícolas	0,7	3,7	0,6	24,6	2,3
Total	100%	100%	100%	100%	100,0

Fonte: IBGE, 2000; INCT - Observatório das Metrópoles - Núcleo Vitória (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Tabela 4.4 – Distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais, RMGV - 2000

Categorias Sócio-ocupacionais (Agregadas)	Tipologia Socioespacial				Total
	Tipo 1(%)	Tipo 2(%)	Tipo 3(%)	Tipo 4 (%)	
Dirigentes	10,5	8,1	78,2	3,1	100%
Profissionais de nível superior	14,1	8,3	71,1	6,5	100%
Pequenos empregadores	19,3	10,8	55,0	14,9	100%
Trabalhadores de Ocupações médias	30,4	17,8	41,0	10,7	100%
Trabalhadores do terciário especializado	29,6	28,3	18,0	24,0	100%
Trabalhadores do secundário	29,5	32,8	11,4	26,3	100%
Trabalhadores do terciário não-especializado	23,2	34,9	13,3	28,5	100%
Trabalhadores agrícolas	2,3	12,6	2,0	83,1	100%
Total	45,2	29,5	21,9	3,3	100%

Fonte: IBGE, 2000; INCT - Observatório das Metrópoles - Núcleo Vitória (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

O mapa da Figura 4.4 apresenta os tipos socioespaciais na RMGV no ano de 2000. Percebe-se que o tipo Superior-médio ficou potencialmente concentrado na porção leste do município de Vitória, composta por aglomerados de bairros (Centro, Bento Ferreira, Enseada do Suá, Praia do Canto, Barro Vermelho, Ilha do Boi, Ilha do Frade, Jardim da Penha, Mata da Praia e Jardim Camburi) e na região litorânea norte do município de Vila Velha (Centro, Praia da Costa, Itapoã e Praia de Itaparica). Esse tipo socioespacial também prevaleceu nos aglomerados de bairros de Parque Residencial Laranjeiras na Serra e no Centro de Guarapari.

O tipo Médio foi observado no entorno das regiões onde o tipo Superior-médio prevaleceu, com destaque em Vitória, *clusters* de Maruípe e Santo Antônio; na porção sul de Serra, Carapina, Jardim Limoeiro, Novo Horizonte, Manguinhos e Carapebus; na parcela norte de Vila Velha, *clusters* de Aribiri, Alvorada, Jardim Marilândia e São Torquato; e na porção leste do município de Cariacica, Campo Grande, Jardim América e Itacibá. Vale lembrar, que este último município não registrou o tipo Superior-médio em seu território, sendo o tipo Médio a representação mais elevada de sua estrutura socioespacial.

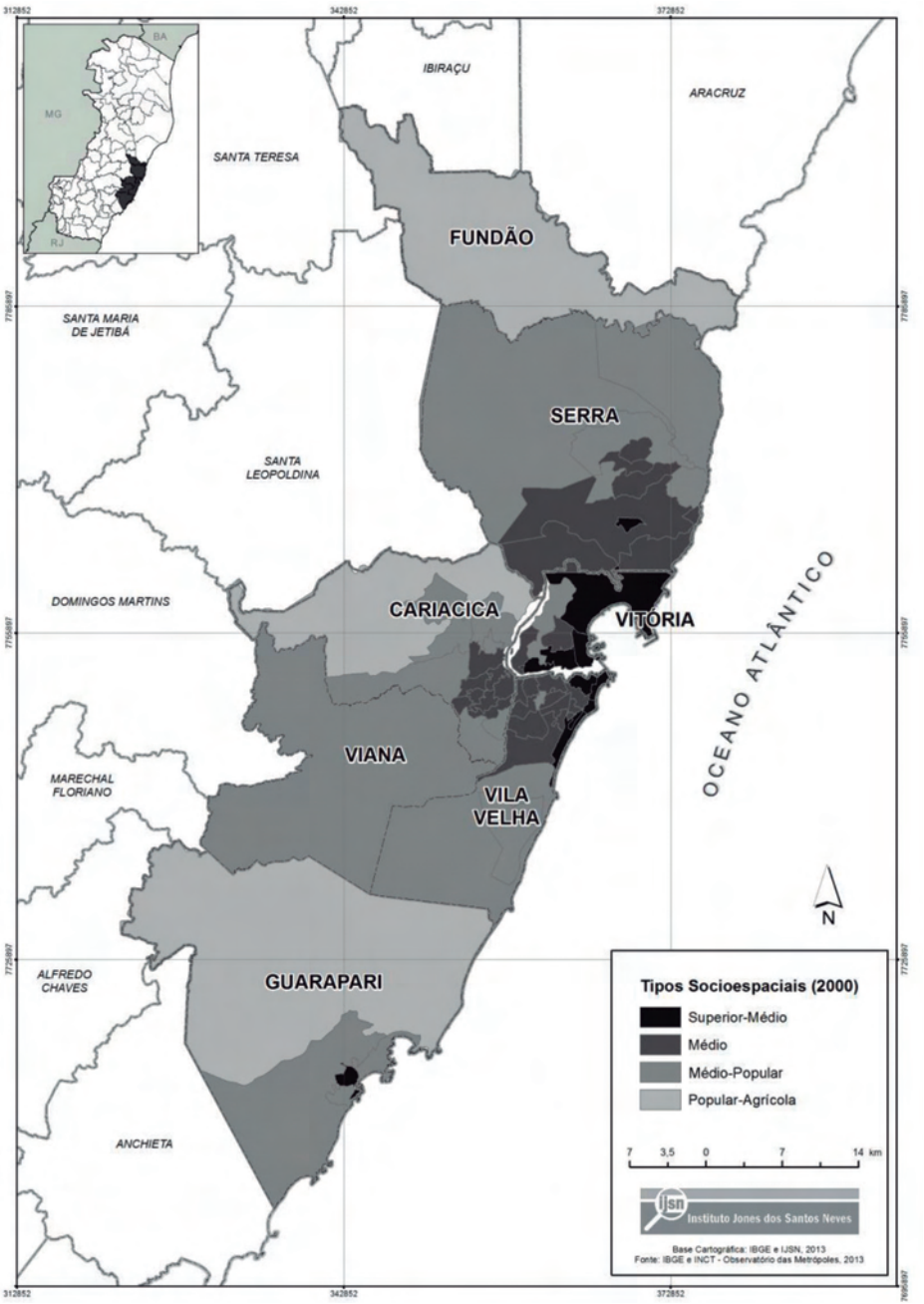
O tipo Superior-médio do município de Guarapari foi circundado pelo tipo Médio-popular, consolidado pelos *clusters* da Praia do Morro, Santa Mônica e Ipiranga. Também evidenciaram o tipo Médio-popular os aglomerados de bairros situados na porção norte de Serra, na porção sul de Vila Velha, nas partes central e sul (limite com Vila Velha) de Cariacica e no município de Viana, em toda sua extensão.

O tipo Popular-agrícola foi predominante em grandes áreas de ponderação situadas, em larga escala, nas áreas rurais de Guarapari e Cariacica, bem como no município de Fundão, em todo seu território.

Para evitar imprecisões, não estão aqui discriminados todos os *clusters* de bairros para os tipos Médio-popular e Popular-agrícola, pois os mesmos apresentaram distribuição espacial em áreas de ponderação muito extensas, o que dificulta, como já visto, a associação destas com os bairros, podendo prejudicar a análise ao homogeneizar e/ou dissolver realidades urbanas distintas.

A tipologia socioespacial da RMGV 2000 corrobora, em certa medida, os resultados alcançados por outros estudos, como as pesquisas de Zanotelli *et al* (2007), Lira (2007) e Mattos (2011), que analisaram a estrutura social e a organização social do território da RMGV com base nos dados do censo 2000, identificando uma maior concentração das classes privilegiadas, no caso em tela, tipo Superior-médio, em determinada parte litorânea de Vitória e Vila Velha. As classes médias evidenciaram predomínio no entorno imediato das áreas ocupadas pelo tipo Superior-médio. Os tipos Médio-popular e Popular-agrícola apresentaram ocupação predominante em maiores extensões territoriais, localizando-se nas regiões que circundam as áreas ocupadas, em maior proporção, pelo tipo Médio e se situando próximo aos limites da RMGV, onde se pode estabelecer a noção de periferia em relação ao polo da região, que é Vitória.

Figura 4.4 – Tipologia socioespacial, RMGV - 2000



Fonte: IBGE, 2000; INCT - Observatório das Metrópoles - Núcleo Vitória (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

4.7.2. Tipologia Socioespacial 2010

Por meio da Tabela 4.5 constata-se a análise da distribuição das CATs (agregadas) nos tipos socioespaciais para a RMGV em 2010. O perfil do Tipo 1 foi composto em maior proporção pelos Trabalhadores do Secundário (29,6%), Trabalhadores do Terciário Especializado (23,3%), Trabalhadores do Terciário Não-especializado (20,5%) e Trabalhadores de Ocupações Médias (20,5%). O Tipo 2 foi mais representado pelos Trabalhadores de Ocupações Médias (32,6%), Trabalhadores do Terciário Especializado (20,5%) e Trabalhadores do Secundário (20,3%). No Tipo 3 se destacaram os Trabalhadores de Ocupações Médias (36,1%), Profissionais de Nível Superior (33,2%), Dirigentes (7,8%) e Pequenos Empregadores (5,0%). O perfil do Tipo 4 foi constituído, em larga medida, por Trabalhadores do Secundário (22,7%), Trabalhadores Agrícolas (21,0%), Trabalhadores do Terciário Não-especializado (17,7%) e Trabalhadores do Terciário Especializado (17,4%).

A interpretação e nomenclatura dos tipos de 2010 foi implementada a partir da complementação proporcionada pelas informações da Tabela 4.6, que dispõe as Categorias Sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais. Os Dirigentes (74,5%), Profissionais de Nível Superior (63,4%) e Pequenos Empregadores (63,2%) apresentaram distribuição predominante no Tipo 3. Os Trabalhadores de Ocupações Médias registraram maior distribuição no Tipo 3 (54,9%) e no Tipo 2 (27,5%). Os Trabalhadores do Terciário Especializado, Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores do Terciário Não-especializados evidenciaram distribuição predominante no Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 4, a exemplo do que foi constatado em 2000, todavia aumentando a participação relativa no Tipo 1. Os Trabalhadores Agrícolas registraram distribuição predominante no Tipo 4 (89,5%).

Por meio dessas informações (Tabelas 4.5 e 4.6) e da interpretação da distribuição das CATs nas áreas de ponderação, a denominação dos tipos socioespaciais da RMGV, no ano de 2010, foi definida, hierarquicamente, da seguinte forma:

- **Superior-médio (Tipo 3)**: formado, em maior proporção, por Dirigentes, Profissionais de Nível Superior, Pequenos Empregadores e Trabalhadores de Ocupações Médias;
- **Médio (Tipo 2)**: composto, principalmente, por Trabalhadores de Ocupações Médias, Trabalhadores do Terciário Especializa-

do, Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores do Terciário Não-especializado;

- **Popular (Tipo 1)**: potencialmente formado pelos Trabalhadores do Terciário Especializado, Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores do Terciário Não-especializado; e
- **Popular-agrícola (Tipo 4)**: composto, em maior proporção, por Trabalhadores do Terciário Não-especializado, Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores Agrícolas.

Tabela 4.5 – Perfil dos tipos socioespaciais segundo as categorias sócio-ocupacionais, RMGV - 2010

Categorias Sócio-ocupacionais (Agregadas)	Tipologia Socioespacial				Total
	Tipo 1 (%)	Tipo 2 (%)	Tipo 3 (%)	Tipo 4 (%)	
Dirigentes	0,5	1,6	7,8	0,6	1,8
Profissionais de nível superior	3,5	11,3	33,2	4,3	9,9
Pequenos empregadores	0,6	1,7	5,0	0,6	1,5
Trabalhados de Ocupações médias	20,5	32,6	36,1	15,6	26,2
Trabalhadores do terciário especializado	23,3	20,5	8,9	17,4	20,3
Trabalhadores do secundário	29,6	20,3	4,8	22,7	23,1
Trabalhadores do terciário não-especializado	20,5	11,5	3,8	17,7	15,3
Trabalhadores agrícolas	1,5	0,6	0,4	21,0	1,6
Total	100%	100%	100%	100%	100,0

Fonte: IBGE, 2010; INCT - Observatório das Metrópoles - Núcleo Vitória (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Tabela 4.6 – Distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos tipos socioespaciais, RMGV - 2010

Categorias Sócio-ocupacionais (Agregadas)	Tipologia Socioespacial				Total
	Tipo 1(%)	Tipo 2(%)	Tipo 3(%)	Tipo 4 (%)	
Dirigentes	4,7	14,9	74,5	6,0	100%
Profissionais de nível superior	6,7	21,6	63,4	8,3	100%
Pequenos empregadores	7,9	20,9	63,2	7,9	100%
Trabalhadores de Ocupações médias	11,2	27,5	54,9	6,3	100%
Trabalhadores do terciário especializado	33,2	29,2	12,6	24,9	100%
Trabalhadores do secundário	38,2	26,2	6,2	29,3	100%
Trabalhadores do terciário não-especializado	38,3	21,5	7,1	33,1	100%
Trabalhadores agrícolas	6,3	2,5	1,6	89,5	100%
Total	52,6	30,9	13,5	2,9	100%

Fonte: IBGE, 2010; INCT - Observatório das Metrópoles - Núcleo Vitória (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Tabela 4.7 – Comparativo dos tipos socioespaciais (%), RMGV - 2000-2010

2000		2010	
Superior-médio	21,9%	**Superior-médio**	13,5%
Médio	29,5%	**Médio**	30,9%
Médio-popular	45,2%	**Popular**	52,6%
Popular-agrícola	3,3%	**Popular-agrícola**	2,9%

Fonte: IBGE (2000-2010); INCT - Observatório das Metrópoles - Núcleo Vitória (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

De acordo com a Tabela 4.6, os tipos socioespaciais que mais se destacaram na RMGV, representando a maior proporção de pessoas ocupadas, foram o Popular (52,6%), Médio (30,9%), Superior-médio (13,5%) e Popular-agrícola (2,9%).

Na comparação dos tipos socioespaciais da RMGV em 2000 e 2010 (Tabela 4.7), ressalva-se que neste último ano a estrutura social representada pelas Categorias Sócio-ocupacionais se evidenciou melhor definida. Parte dos Trabalhadores do Terciário Especializado, Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores do Terciário Não-especializado, que estava presente, em 2000, na composição do tipo Superior-médio (Tabela 4.4), diminuiu consideravelmente sua participação no mesmo tipo e passou a integrar de forma mais significativa o tipo Popular, em 2010 (Tabela 4.6). Ao mesmo tempo, os Dirigentes, Profissionais de Nível Superior, Pequenos Empregadores e Trabalhadores de Nível Médio ampliaram as suas representações no tipo Superior-médio.

A Tabela 4.7, que organiza as distribuições dos tipos socioespaciais em 2000 e 2010, pode passar a impressão de redução do tipo Superior-médio, contudo a ressalva explicitada acima permite uma compreensão mais apurada da comparação dos tipos socioespaciais. A interpretação desses dados deve ser relativizada e realizada de forma composta, conjugando os dados das Tabelas 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6 e mapas das Figuras 4.4 e 4.5.

A mudança do tipo Médio-popular em 2000 para Popular em 2010 também merece ser salientada. Como visto, o tipo Popular perfez uma maior contribuição relativa dos Trabalhadores do Terciário Especializado, Trabalhadores do Secundário e Trabalhadores do Terciário

Não-especializado. Concomitantemente, os Trabalhadores de Ocupações Médias diminuíram a sua participação neste tipo e passaram a ser mais representativos nos tipos Médio e Superior-médio (Tabelas 4.4 e 4.6). Nessa lógica, justificou-se a mudança da nomenclatura de Médio-popular para Popular.

O tipo Popular-agrícola não apresentou alteração em sua denominação. Os Trabalhadores Agrícolas continuaram com a representação mais significativa e os Trabalhadores do Terciário Não-especializado aumentaram sua participação neste tipo em 2010 (Tabelas 4.4 e 4.6).

Essas características permitem considerar que no ano de 2010 a estrutura social representada pelas Categorias Sócio-ocupacionais e os tipos socioespaciais se evidenciou melhor definida. Como salientado no início desta seção, o aumento do número de áreas de ponderação da RMGV, que passou de 61 em 2000 para 79 em 2010, foi, provavelmente, o que permitiu a melhor definição na interpretação da estrutura social, uma vez que a metodologia utilizada não sofreu alteração.

Essa constatação também vale quando se analisa o mapa da Figura 4.5, que apresenta os tipos socioespaciais da RMGV no ano de 2010. Como ressaltado anteriormente, a comparação cartográfica dos tipos socioespaciais de 2000 e 2010 (Figuras 4.4 e 4.5) deve ser relativizada, tendo em vista que ocorreram mudanças nas malhas das áreas de ponderação dos censos do IBGE. O maior número de áreas de ponderação presente na malha de 2010 possibilita um maior detalhamento na análise espacial e identificação dos *clusters* de bairros, todavia ainda assim existem áreas de ponderação com relevante extensão territorial, o que pode prejudicar a leitura cartográfica.

Por meio do mapa da Figura 4.5 identifica-se que o tipo Superior-médio continuou sendo registrado na porção leste do município de Vitória (aglomerados dos bairros Enseada do Suá, Praia do Canto, Barro Vermelho, Ilha do Boi, Ilha do Frade, Jardim da Penha, Mata da Praia e Jardim Camburi) e na região litorânea do município de Vila Velha (Praia da Costa, Itapoã e Praia de Itaparica).

A exemplo do que ocorreu em 2000, o tipo Médio evidenciou distribuição espacial preponderante no entorno das áreas onde prevaleceu o tipo Superior-médio em Vitória (*clusters* dos bairros Centro, Bento Ferreira, Maruípe e Goiabeiras) e em Vila Velha (Centro, Glória e Coqueiral de Itaparica). Mesmo não apresentando o tipo Superior-médio, o município de Cariacica continuou evidenciando o tipo Médio nos aglomerados de bairros de Campo Grande e Jardim América. Os

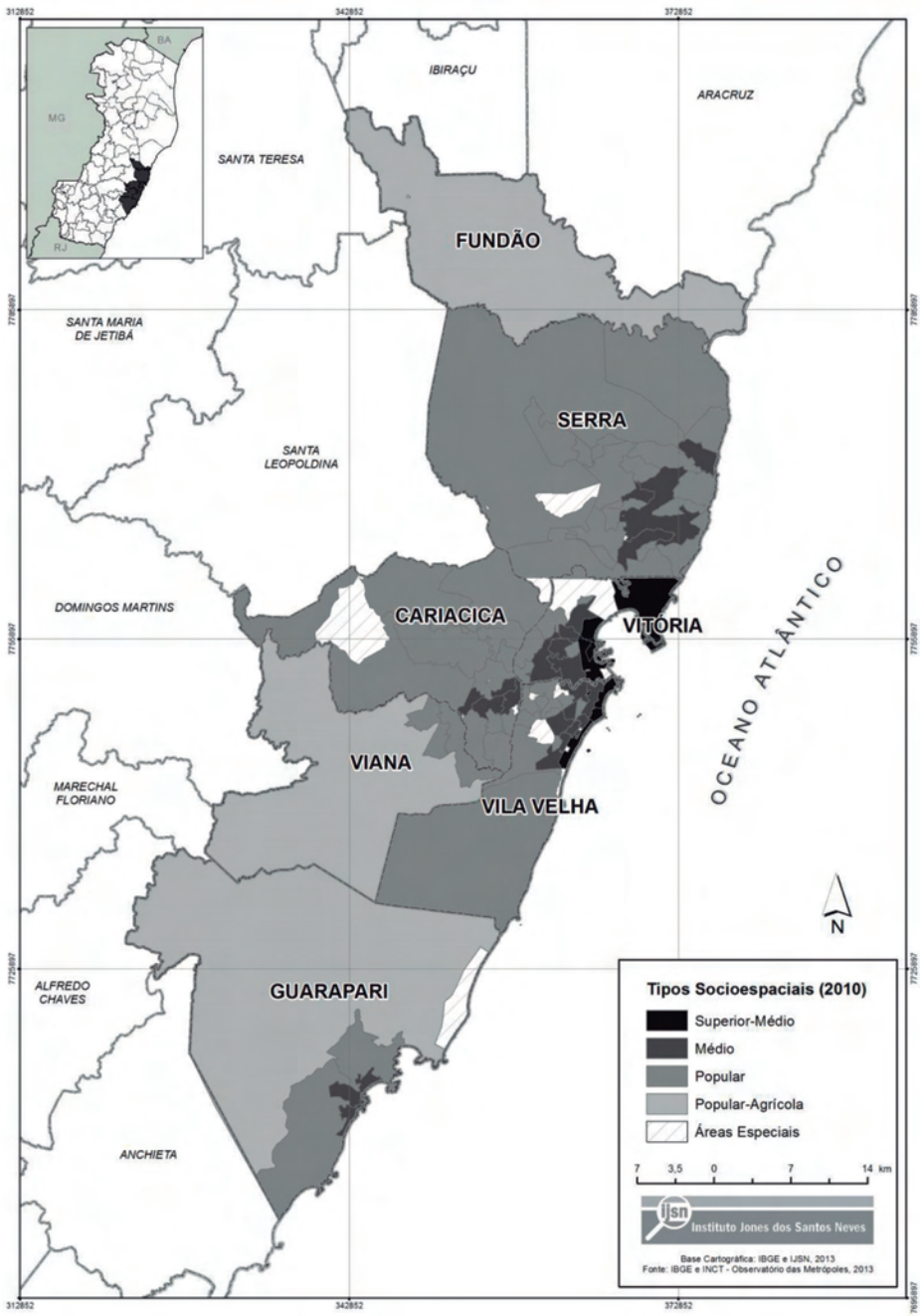
municípios de Serra (Parque Residencial Laranjeiras, Jardim Limoeiro, Novo Horizonte e Jacaraípe) e Guarapari (Centro, Muquiçaba, Praia do Morro e Ipiranga) também destacaram esse padrão espacial com o tipo Médio prevalecendo em *clusters* de bairros em seus territórios. Em 2000, as regiões de Parque Residencial Laranjeiras e do Centro de Guarapari se classificaram no tipo Superior-médio, tendência que foi alterada em 2010 para o tipo Médio. Isso provavelmente é explicado pelas alterações das malhas das áreas de ponderação. A comparação dos mapas das Figuras 4.4 e 4.5 permite constatar que os recortes das áreas de ponderações de 2010 são mais detalhadas e refinadas em relação em 2000.

O tipo Popular ocupou, em 2010, boa parte do território da RMGV, sobretudo, nas áreas que circundam os *clusters* de bairros com predomínio do tipo Médio. Em certa medida, na RMGV, a distribuição espacial do tipo Popular de 2010 é semelhante à espacialização do tipo Médio-popular de 2000, ressalvando casos como o município de Viana. O município de Viana destacou o aglomerado de bairro de Marcílio de Noronha no tipo Popular, diferente de 2000, quando seu território era recortado por apenas uma área de ponderação.

O restante do território de Viana, uma parcela significativa do município de Guarapari e o município de Fundão, em sua totalidade, evidenciaram o predomínio do tipo Popular-agrícola.

A tipologia socioespacial da RMGV 2010 se assemelhou aos resultados alcançados pela tipologia de 2000, ressalvando um maior detalhamento das áreas de ponderação, aqui analisadas por meio de uma aproximação da noção de *clusters* de bairros. A organização social do território da RMGV evidenciou uma maior concentração do tipo Superior-médio em determinada porção litorânea dos municípios de Vitória e Vila Velha, áreas que congregaram famílias com os mais altos níveis de rendimento e que, geralmente, exercem ocupações de empregadores, de emprego de comando e/ou de trabalho não-manual devido, entre outros fatores, ao elevado nível de instrução. Essas características socioeconômicas diferenciaram essas famílias engendrando certo *status* social que é reproduzido no bojo das relações sociais e repercute até mesmo no valor do solo urbano como condicionante de acesso. O tipo Superior-médio perfez, potencialmente, áreas da RMGV onde o acesso à terra ou aos imóveis se caracterizam como fatores restritivos. Essas áreas, em grande parte, são munidas pelas melhores condições dos serviços e equipamentos coletivos, bem como das infraestruturas urbanas de melhor qualidade.

Figura 4.5 – Tipologia socioespacial, RMGV - 2010



Fonte: IBGE, 2010; INCT - Observatório das Metrópoles - Núcleo Vitória (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Por conta dessa lógica de organização social do território, compreende-se, em primeira instância, o porquê do tipo Médio estar predominantemente distribuído espacialmente no entorno das áreas ocupadas pelo tipo Superior-médio e nas áreas dinâmicas dos municípios de Serra, Cariacica e Guarapari. Esses *clusters* são beneficiados pela proximidade das áreas mais privilegiadas da RMGV, principalmente, quando comparados aos aglomerados de bairros menos privilegiados.

Estes últimos, representados pela ocupação predominante dos tipos Popular e Popular-agrícola se mostraram dispostos próximos às áreas periféricas, em relação ao polo Vitória, que em sua maioria constituem os limites da RMGV.

4.8. Considerações Finais

A estrutura social e organização social do território da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV evidenciaram, por meio da tipologia socioespacial, um padrão semelhante nos anos de 2000 e 2010.

Em geral os tipos mais privilegiados são constituídos, predominantemente, por famílias com mais alto nível de rendimento e melhor grau de instrução e que exercem ocupações de empregadores, de emprego de comando e/ou de trabalho não-manual. Tais estratos tendem a ocupar espaços dotados de melhor infraestrutura urbana, áreas de lazer qualificadas, prestação de serviços especializados, comércio moderno e destacam localização litorânea privilegiada.

Os tipos menos privilegiados são constituídos, em maior proporção, por pessoas em situações socioeconômicas menos favoráveis, sobretudo, pelos aspectos e oportunidades de ocupações, renda e níveis de instrução. Esses estratos tendem a se mostrar espacialmente dispostos nas áreas periféricas, em relação ao polo Vitória, que em sua maioria constituem os limites da RMGV, onde é constatada uma série de limitações nos serviços e equipamentos coletivos, bem como nas infraestruturas urbanas.

Entre esses dois tipos socioespaciais encontram-se os estratos intermediários, ou seja, os tipos que se beneficiam com frequência da distribuição dos serviços e equipamentos coletivos urbanos das áreas mais próximas aos bairros ocupados pelos tipos privilegiados e apresentam situação socioeconômica favorável quando comparados aos tipos menos privilegiados.

Por meio da teoria dos circuitos econômicos urbanos de Santos (2004), a ideia de ruptura ou de espaços socioeconômicos impermeáveis pode ser afastada da análise dos tipos socioespaciais da RMGV. As relações desses tipos são permeadas por processos de segregação que apresentam fragmentos múltiplos e justapostos, ou seja, as áreas diferenciadas de forte homogeneidade social estão em intercâmbio permanente. No nosso entendimento, em um nível abstrato de compreensão, a organização espacial da RMGV se assemelha a um mosaico, onde a realidade segregada ou auto-segregada dos fragmentos múltiplos é costurada por fios que representam as relações socioeconômicas de produção e circulação de bens, mercadorias, serviços e pessoas, formando um conjunto, uma rede complexa de interações que recobrem a trama urbana.

Dessa forma, a configuração geográfica dos tipos socioespaciais salientou uma maior concentração dos estratos superiores em uma porção litorânea privilegiada dos municípios de Vitória e Vila Velha. A hierarquia da estrutura social de classes evidenciou seu rebatimento no espaço, sendo que os estratos médios ocuparam as áreas imediatamente circunvizinhas as essas porções litorâneas privilegiadas. E as áreas mais afastadas, geralmente nos limites da RMGV, destacaram prevalência dos estratos menos privilegiados. Essa configuração revelou a organização social do território da RMGV disposta em arcos ou faixas semicirculares, que variaram de acordo com os tipos socioespaciais predominantes que foram identificados, em 2010, como Superior-médio, Médio, Popular e Popular-agrícola.

Referências

BARROS, R. CARVALHO, M. FRANCO, S. "Afinal, as Mudanças nos Benefícios Sociais Ocorridas a partir de 2001 tiveram Influência sobre a Queda na Desigualdade e na Pobreza?" In: CGEE. Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2005: desigualdade e pobreza. Brasília: MTE/CGEE. 2007.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro - RJ: Bertrand Brasil. 2003.

_____. *Méditations Pascaliennes*. Paris: Ed. Minuit. 1997.

_____. *Sur La théorie de l' action*. Paris: Éditions du seuil. 1994.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis - RJ: Vozes. 1998.

_____. As transformações da questão social. In: BÓGUS, L; YAZBEK, M.

C. e BELFIORE-WANDERLEY, M. (org.). DESIGUALDADE E A QUESTÃO SOCIAL. São Paulo - SP: Educ, pp. 235-265. 2004.

CORRÊA, R. O espaço urbano. São Paulo: Ática. 1995.

COSTA, L.; RIBEIRO, M.; RIBEIRO L. Org. Estrutura social das Metrópoles Brasileiras: análise da primeira década do século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2013.

FERRARI, C. Curso de planejamento municipal integrado. São Paulo: Pioneira. 1982.

GOLDTHORPE, J. *Analyzing Social Inequality: a critique of two recent contributions from economics and epidemiology*. European Sociological Review. v. 26, n. 06. 2009.

IJSN. Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo. Vitória: IJSN. 2012.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos. 2000.

LIRA, P. Geografia do Crime: construção e geoprocessamento do Índice de Criminalidade Violenta - IVC no município de Vitória-ES. Pesquisa Acadêmica. Vitória: UFES. 2007.

MARSHALL, T. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1967.

MATTOS, R. Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: EDUFES. 2011.

MCGEE, T. *The urbanization process in the Third world*. London: Bell. 1971.

NERI. M. A nova classe média: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS. 2010.

POCHMANN, M. *et al*. Atlas da exclusão social. v 3; 5.São Paulo: Cortez. 2005.

POCHMANN, M. Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. Comunicado da Presidência - IPEA, n 7, Brasília, Agosto. 2008.

RIBEIRO, L.; RIBEIRO, M. Análise social do espaço urbano-metropolitano: fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos. Rio de Janeiro: INCT- Observatório das Metrópoles. 2011

_____. "Metropolização e as estruturas produtivas: convergências e divergências espaço-temporais". Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 12, p. 331-348. 2010.

RIBEIRO, L.; LAGO, L. "O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte". Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Recife, n. 3, nov., p.111-130. 2000.

ROCHA, S. Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Texto para discussão - IPEA, n 720, Rio de Janeiro, Abril. 2000.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. 5. ed. São Paulo - SP: Edusp. 2005.

_____. Espaço e método. 3. ed. São Paulo - SP: Nobel. 1992.

_____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo - SP: Edusp. 2004.

SETTON, M. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In: Revista Brasileira de Educação, n 20, pp. 60-70. 2002.

SIQUEIRA, M. Industrialização e empobrecimento urbano: caso da grande vitória 1950-1980. Vitória - ES: Edufes. 2001.

SOUZA, J. Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG. 2010.

SOUZA, M. O desafio metropolitano: um estudo sobre planejamento sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. São Paulo - SP: Bertrand. 2000.

STAVENHAGEN, R. Estratificação Social e Estrutura de Classe. *In*: VELHO, G.; PALMEIRA, M.; BERTELLI, A. (Org.). ESTRUTURA DE CLASSE E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1977.

ZANOTELLI, C. *et al*. Atlas da Criminalidade no Espírito Santo. 1. ed. São Paulo: Annablume. 2011.

ZANOTELLI, C. *et al*. Influência do plano ES 2025 e da concentração fundiária na expansão da Região Metropolitana da Grande Vitoria. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. XIII Simpurb - Ciência e ação política: por uma abordagem critica. Rio de Janeiro: Simpurb, p. 1-25. 2013.

ZANOTELLI, C. *et al*. Les délits contre les personnes et pour l appropriation des biens et l espace socioéconomique de l agglomération de Vitoria Brésil. Revue Française de Sociologie, v. 2, pp. 1-35. 2007.

Capítulo 5

Organização social do território: dinâmicas demográficas, mobilidade espacial e arranjos domiciliares

Silvia Buzzone de Souza Varejão
Estefania Ribeiro da Silva
Aurélia H. Castiglioni
Gutemberg Hespanha Brasil

Resumo: O capítulo estuda a dinâmica demográfica, a mobilidade espacial e os arranjos domiciliares da Região Metropolitana da Grande Vitória de acordo com a divisão socioespacial estabelecida. Para tanto, as informações sobre a estrutura de idade e sexo, natalidade, mortalidade, movimento migratório e unidades domésticas foram agrupadas na tipologia socioespacial, segundo metodologia desenvolvida pelo INCT Observatório das Metrópoles: Popular-agrícola, Popular, Médio-popular, Médio e Superior-médio. O estudo permitiu concluir uma melhora nos indicadores demográficos durante o período 2000 a 2010. Sobre os arranjos domiciliares, comprovou-se a diminuição no seu tamanho e o aumento relativo dos arranjos unipessoais e de casais sem filhos. Tendo em vista a hierarquização dos tipos socioespaciais, as áreas Superior-médio apresentaram os melhores indicadores. Contudo, não foi possível verificar essa hierarquização na comparação entre as áreas Médio-popular e Médio em 2000, e Popular-agrícola e Popular em 2010.

Palavras-chaves: dinâmica demográfica; transição demográfica; mobilidade espacial; arranjos domiciliares; tipologia socioespacial.

Abstract: This chapter studies the population dynamics, spatial mobility and households arrangements of Metropolitan Region of Grande Vitoria according to the established socio-spatial division. To accomplish our goal, the information about the structures of age and sex, fertility, mortality, migration and households were grouped in types, according to the methodology developed by INCT. The study found an improvement on demographic indicators during the period 2000-2010. About the families, the study found a decrease in its size and a relative increase in one-person arrangements and childless couples. Given the socio-spatial hierarchy of types, the "Superior-medium" areas presented the best indicators. However, it was not possible to verify this

hierarchy on the comparison between the “Medium-popular” and “Medium” areas in 2000, and “Popular” and “Popular-rural” in 2010.

Keywords: Demographic dynamics; demographic transition; spatial mobility; households arrangements; socio-spatial typology.

5.1. Introdução

O capítulo anterior apresentou a metodologia que permite a espacialização da organização social da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV a partir da hierarquia sócio ocupacional. Neste capítulo objetiva-se estudar algumas informações demográficas da RMGV tendo em vista as tipologias socioespaciais identificadas. Para tanto, dados sobre estrutura etária, arranjos domiciliares e migração serão reagrupados de acordo com as classificações estabelecidas[1]. Tanto em 2000 quanto em 2010 a população da RMGV foi categorizada em quatro tipos socioespaciais.

Em 2000, foram identificados os tipos Médio-popular, Médio, Superior-médio e Popular-agrícola. O Popular-agrícola era composto por trabalhadores agrícolas e, potencialmente, por trabalhadores do terciário especializado e não especializado, e trabalhadores do secundário. O Médio, em maior proporção, por ocupações médias e trabalhadores do terciário. São essas mesmas categorias, acrescidas dos trabalhadores do secundário, que formaram o tipo Médio-popular. O Superior-médio, por sua vez, era constituído, potencialmente, por dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores e por ocupações médias.

Em 2010, foram identificadas as tipologias Popular-agrícola, Popular, Médio e Superior-médio. O tipo Popular-agrícola é composto por trabalhadores agrícolas e, potencialmente, por trabalhadores do terciário e do secundário. O Popular é formado, em maior proporção, por trabalhadores do terciário e do secundário. O Médio, por ocupações médias e trabalhadores do terciário especializado e do secundário. E o Superior-médio, potencialmente, constituído por dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores e por ocupações médias.

Destaca-se que a tipologia socioespacial é definida de acordo com

[1] Para uma descrição completa dos tipos socioespaciais, ver Capítulo 4 - Estrutura Social e Organização Social do Território.

a combinação e arranjo das Categorias Sócio-ocupacionais - CATs de um determinado espaço geográfico. Os tipos socioespaciais representam a predominância dessa combinação e arranjo no espaço e são denominados, de forma subjetiva e empírica, por meio da análise das distribuições estatísticas dos indivíduos nas CATs e suas distribuições espaciais nas áreas de ponderação da RMGV, bem como da interpretação dessas distribuições na realidade da área estudada[2].

Os indicadores demográficos das áreas de ponderação são analisados tomando como pano de fundo a organização social do território expressa pela tipologia socioespacial, para evidenciar as características da expansão da amostra da população residente segundo os tipos socioespaciais predominantes naquelas áreas.

O capítulo está divido em mais duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte será estudada a dinâmica demográfica da RMGV a partir da organização social, com informações sobre a estrutura de idade e sexo, natalidade, mortalidade e movimento migratório. Na segunda parte as características dos arranjos domiciliares serão examinadas de acordo com a tipologia socioespacial.

5.2. Dinâmica demográfica

O Capítulo 2 – A Região Metropolitana da Grande Vitória na Transição Demográfica Brasileira – apresentou a dinâmica demográfica da RMGV e de seus municípios. Neste capítulo, este tema será visto sob uma nova ótica, qual seja, a da segmentação social, originada do modelo metodológico elaborado a partir da hierarquia socioespacial apresentada no Capítulo 4.

5.2.1. Estrutura por idade e sexo

Em 2000, o território da RMGV podia ser descrito por quatro tipos socioespaciais predominantes: Popular-agrícola, Médio-popular, Médio e Superior-médio, em que residiam, respectivamente, 3,6%, 44,5%, 32,6% e 19,3% dos habitantes da região metropolitana (Tabela 5.1).

[2] Ver capítulo 4 deste livro.

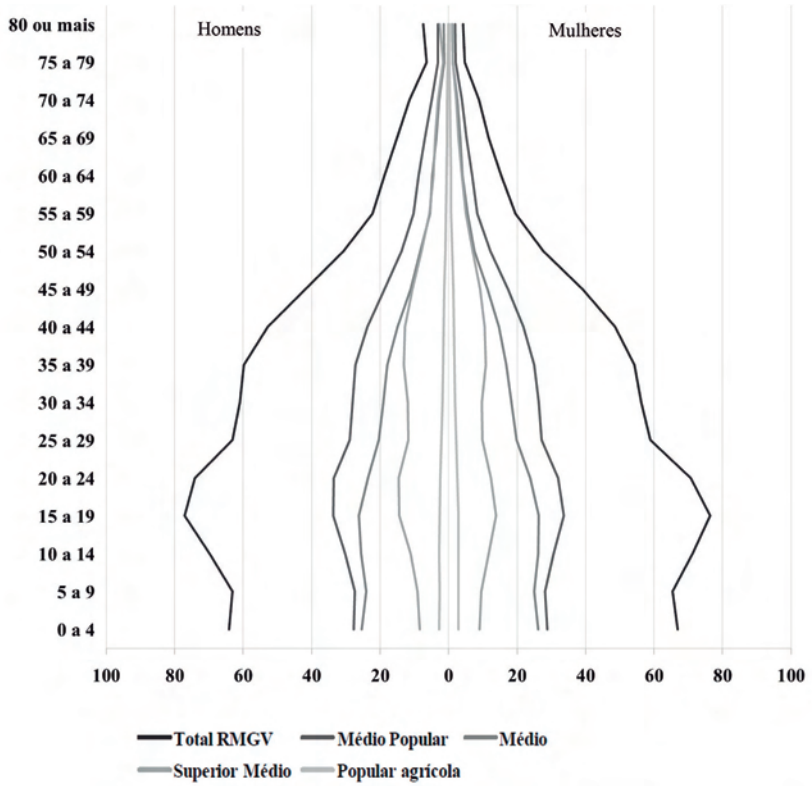
Tabela 5.1 – População da RMGV e por tipo socioespacial, 2000

Região e tipo socioespacial	População	Part. no total (em %)
RMGV	1.438.596	100,00
Popular-agrícola	51.362	3,57
Médio-popular	640.797	44,54
Médio	469.569	32,64
Superior-médio	276.868	19,25

Fonte: IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

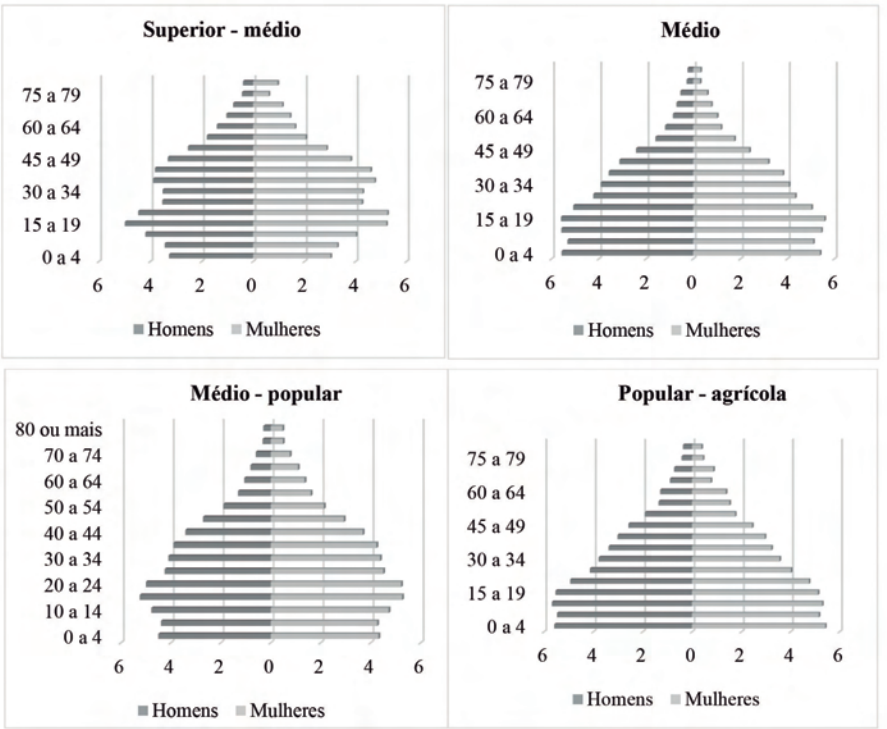
O Gráfico 5.1 retrata a estrutura por idade e por sexo da população da RMGV e dos tipos socioespaciais, em mil pessoas, enquanto a Figura 5.1 traz as mesmas informações em números relativos, o que permite comparar o desenho das estruturas etárias.

Gráfico 5.1 – Estrutura etária por tipo socioespacial, RMGV, 2000 – em mil pessoas



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 5.1 – Estrutura etária por tipo socioespacial, RMGV, 2000 – em %



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

É possível verificar que as áreas dos tipos Popular-agrícola e Médio foram as que mais se aproximaram da forma piramidal tradicional. O tipo Médio-popular começava a se distanciar desta configuração, enquanto o Superior-médio em nada lembrava a aparência de pirâmide.

É importante destacar que, conforme exposto no Capítulo 2, uma pirâmide etária de base larga e topo estreito indica alta natalidade e, em termos comparativos, baixa expectativa de vida, com predominância da população jovem – característica de localidades pouco desenvolvidas. As pirâmides com a zona central também larga, como a base, retratam uma população adulta com uma ligeira queda na taxa de natalidade – características de locais em desenvolvimento. Aquelas que possuem base estreita e topo largo têm baixa taxa de natalidade e alta expectativa de vida – verificam-se em países desenvolvidos.

A tipologia Superior-médio foi a que mais se diferenciou das demais, apresentando, comparativamente, base mais estreita e topo mais largo – características de localidades mais desenvolvidas. Neste tipo,

21,2% do total da população era de jovens (0 a 14 anos), o menor percentual entre os tipos socioespaciais, enquanto que 69% e 9,8% corresponderam à população adulta (15 a 59 anos) e idosa (60 anos ou mais), respectivamente, os maiores percentuais entre os tipos socioespaciais analisados (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 – Indicadores de idade e de sexo por tipo socioespacial, RMGV, 2000

Região e tipo socioespacial	Proporção dos grupos de idade (em %)			RD	IE	RS
	Jovem (0-14 anos)	Adulta (15-59 anos)	Idosa (60 ou mais)			
RMGV	27,80	64,90	7,20	54,00	25,90	94,59
Popular-agrícola	32,58	59,91	7,51	66,91	23,04	103,84
Médio-popular	26,97	65,76	7,27	52,07	26,95	93,98
Médio	32,42	62,01	5,57	61,26	17,2	98,84
Superior-médio	21,23	68,95	9,82	45,04	46,23	87,60

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

Os tipos Popular-agrícola e Médio possuíam as maiores proporções, entre as tipologias, de população jovem, 32,6% e 32,4%, respectivamente, e uma pequena parte de idosos, 7,5% e 5,6%, na devida ordem. Em todos os tipos socioespaciais houve a predominância da população adulta, de 15 a 59 anos, com percentuais que variaram de 59,9% do total da população, no Popular-agrícola, a 68,9%, no Superior-médio.

A alta participação dos adultos na composição do Superior-médio fez com que este tipo socioespacial apresentasse a menor Razão de Dependência - RD, em 2000, entre as populações estudadas, de 45,0. A RD mede a proporção entre a população inativa (jovens e idosos) e a população potencialmente ativa (adultos). Quanto mais alto este valor, maior o indicativo de que a população em idade produtiva deve sustentar uma maior parte de dependentes. Desta forma, considerando a população Superior-médio, a cada 100 pessoas em idade ativa existiam 45 pessoas inativas no início do século XXI.

A maior RD, de 66,9, foi encontrada no Popular-agrícola, consequência do elevado peso do grupo de jovens para esse tipo socioespacial. Pelo mesmo motivo, também se verificou uma alta razão de dependência para o tipo médio, de 61,3. Observa-se que ambas estão acima da média da RMGV (54,0).

O Superior-médio apresentou em sua composição populacional a maior proporção de idosos e, consequentemente, o maior Índice de Envelhecimento - IE, de 46,2. Isto significou que, para cada 100 jovens existiam 46 pessoas com 60 ou mais anos de idade. Em seguida, o Médio-popular registrou um IE de 26,9, o Popular-agrícola, 23,0 e o Médio 17,2. Quanto mais elevado o valor do IE, maior o indicativo de que a transição demográfica está em um estágio mais avançado, com o aumento da expectativa de vida e redução da taxa de fecundidade.

Outro importante indicador é a Razão de Sexo - RS que revela o número de homens a cada 100 mulheres. Na média, a RMGV tinha, aproximadamente, 95 homens para cada 100 mulheres, em 2000. Entre as tipologias, como já era esperado, dada a característica do trabalho no campo que é mais atrativo as pessoas do sexo masculino, o Popular-agrícola apresentou uma RS de 103,8 – quase 4 homens a mais no grupo analisado. Por outro lado, o Superior-médio registrou uma RS de 87,6, ou seja, nesse tipo existiam 12 homens a menos para o grupo de 100 mulheres.

Em 2010, a população da RMGV foi agrupada em quatro tipos socioespaciais: Popular-agrícola, Popular, Médio e Superior-médio, que representam, respectivamente, 3,1%, 55,7%, 29,5% e 11,8% da estrutura em análise (Tabela 5.3).

Tabela 5.3 – População da RMGV e por tipo socioespacial, 2010

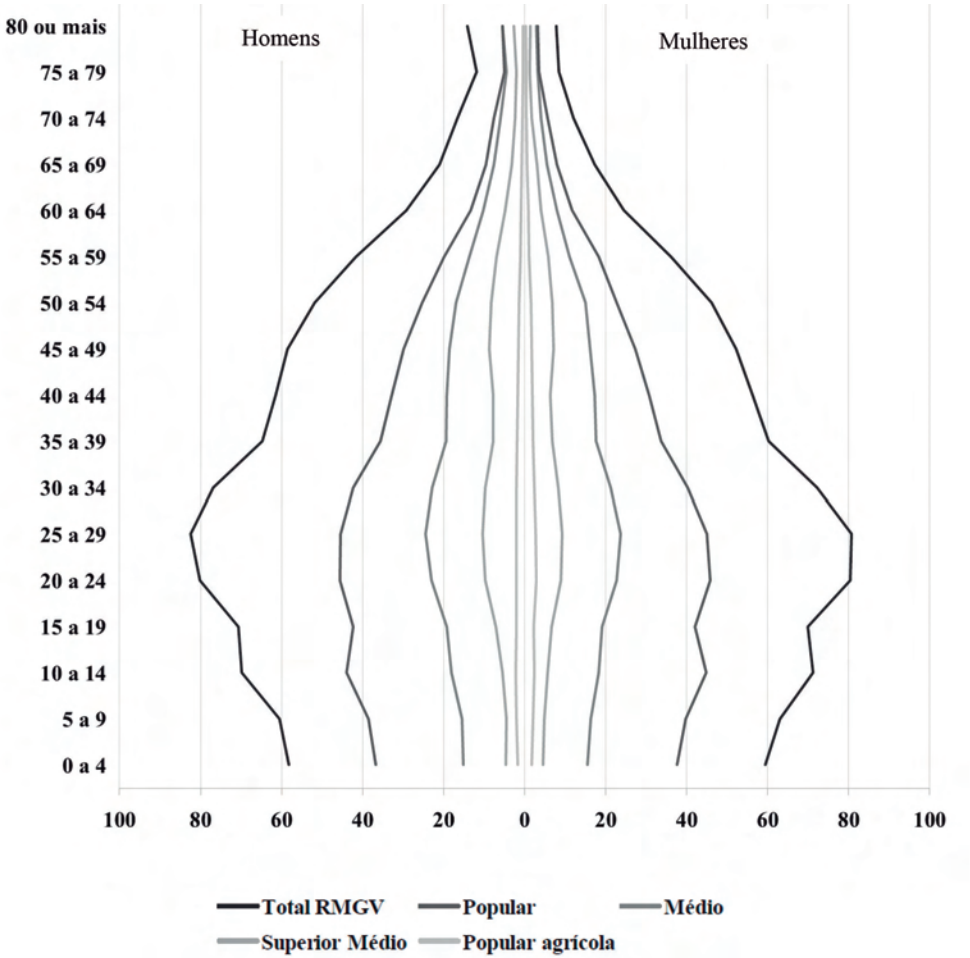
Região e tipo socioespacial	População	Part. Total (em %)
RMGV	1.687.704	100,00
Popular-agrícola	52.225	3,09
Popular	939.376	55,66
Médio	497.379	29,47
Superior-médio	198.724	11,77

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria.

O Gráfico 5.2 e a Figura 5.2 apresentam a estrutura por idade e por sexo por tipo socioespacial da RMGV para o ano de 2010. Nos tipos socioespaciais em que é possível a comparação de 2000 e 2010, pode-se verificar um envelhecimento da população, a partir do momento em que o topo da pirâmide se torna mais representativo. Por outro lado, a base mais estreita sugere redução nas taxas de fecundidade. O Superior-médio é o que apresentou, proporcionalmente, base

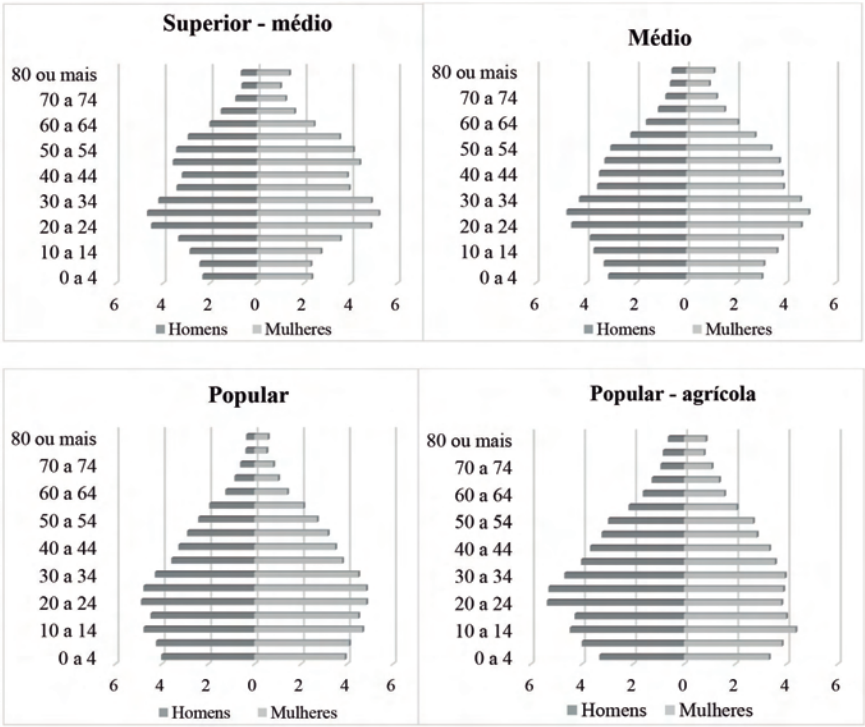
mais estreita e topo mais largo, em contrapartida, o Popular teve a base mais larga e topo mais estreito.

Gráfico 5.2 - Estrutura etária por tipo socioespacial 2010 e da RMGV – em mil pessoas



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 5.2 – Estrutura etária por tipo socioespacial, RMGV, 2010 – em %



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Os tipos Popular e Popular-agrícola, em 2010, possuíram as maiores porcentagens de jovens, de 25,7% e 23,3%, respectivamente, e as menores do grupo idoso (60 anos ou mais), de 7,8% e 10,9%, na devida ordem (Tabela 5.4). Devido ao peso da população jovem para esses tipos socioespaciais, eles registraram as maiores razões de dependência – 51,9 para o Popular-agrícola e 50,4 para o Popular. Por contar com a maior representatividade da população jovem e a menor da população idosa, o tipo Popular apresentou o menor IE, de 30,3.

Tabela 5.4 – Indicadores de idade e de sexo por tipo socioespacial, RMGV, 2010

Região e tipo socioespacial	Proporção dos grupos de idade (em %)			RD	IE	RS
	Jovem (0-14 anos)	Adulta (15-59 anos)	Idosa (60 ou mais)			
RMGV	22,65	67,69	9,66	47,73	42,66	93,97
Popular-agrícola	23,28	65,82	10,90	51,93	46,84	111,35
Popular	25,71	66,50	7,78	50,37	30,27	95,97
Médio	19,86	68,57	11,57	45,83	58,28	91,43
Superior-médio	14,96	71,62	13,43	39,63	89,78	87,15

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

A tipologia Superior-médio exibiu, em 2010, o maior IE, 89,8, resultado do elevado percentual de idosos na composição da população total, 13,4%, e da baixa representatividade da população jovem, aproximadamente, 15%. O Superior-médio registrou a menor RD, de 39,6, consequência dos efeitos conjugados do alto peso dos adultos na população total, 71,6% e da baixa representação da população jovem.

Destaca-se que o Superior-médio, assim como em 2000, apresentou a menor RS (87,15), o que significou 13 homens a menos para cada 100 mulheres nessa área. Por outro lado, e seguindo o observado no início da década, a tipologia Popular-agrícola foi a única a contabilizar a predominância de pessoas do sexo masculino – 111 homens para cada 100 mulheres. Considerando a RMGV, houve um pequeno decréscimo da RS nos últimos 10 anos, que passou de 94,59 em 2000, para 93,97 em 2010.

Embora não seja possível fazer uma correspondência exata entre as áreas dos tipos socioespaciais de 2000 e 2010, tendo em vista as mudanças nas áreas de ponderação utilizadas, ainda assim será factível comparar o desempenho dos tipos socioespaciais que tenham a mesma denominação, uma vez que foram construídos sob o mesmo princípio[3]. Desta forma, confrontar-se-á a evolução dos indicadores etários dos tipos Popular-agrícola, Médio e Superior-médio nos anos de 2000 e 2010.

Para os três grupos citados, no que se refere ao total da composição populacional, por um lado, os jovens (0-14 anos) perderam participação, e por outro, verificou-se o acréscimo relativo dos adultos (15-59 anos) e dos idosos (60 anos ou mais) (Tabelas 5.2 e 5.4). A tipologia

[3] RIBEIRO et al. Compatibilidade de áreas 2000/2010:RMRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2013. Não Publicado.

Médio apresentou as maiores variações: queda de 12,6 pontos percentuais de jovens, compensado pelo incremento de 6,6 p.p na população adulta e 6,0 p.p na idosa.

Como resultado, o grupo Médio registrou a maior elevação no IE no período, passando de 17,2 em 2000 – o menor daquele ano –, para 58,3 em 2010 – o segundo maior do ano. Merece ressaltar também o tipo Superior-médio que, embora já apresentasse um IE elevado no início da década (46,2), praticamente dobrou esse indicador e passou a contar com aproximadamente 90 idosos para cada 100 jovens.

A razão de dependência diminuiu para todas as tipologias analisadas, com destaque para o grupo Popular-agrícola que apresentou a maior queda, de 66,9 em 2000 para 51,93 em 2010. É importante destacar que, apesar do Popular-agrícola ter reduzido significativamente a RD, o seu índice foi o maior entre as tipologias e superior ao da RMGV (47,7), devido à representação da população adulta, a menor do conjunto, enquanto que os dois outros grupos apresentam valores mais elevados que os apresentados pela RMGV.

As análises das pirâmides etárias dos dois períodos evidenciam os dados apresentados anteriormente. Em 2000, tanto o grupo Popular-agrícola quanto o Médio possuíam uma base bem representativa – o que não se verificou mais em 2010. Da mesma forma, o topo da estrutura etária desses dois tipos aumentou significativamente durante esses anos. É importante destacar que para todas as tipologias, em 2010, as estruturas etárias mostraram uma tendência a retangularização da pirâmide.

5.2.2. Componente natural

A dinâmica demográfica e, por consequência, as mudanças nas estruturas etárias, podem ser explicadas pela evolução das componentes do crescimento natural, natalidade e mortalidade e do crescimento migratório, imigração e emigração.

O processo de transição demográfica é marcado por dois momentos distintos. No primeiro, há a redução das taxas de mortalidade, enquanto a fecundidade e a natalidade continuam altas. No segundo momento, as taxas de natalidade também declinam, chegando a valores mínimos que são atingidos no final do processo (BRASIL *et al*, 2013).

O declínio das taxas de natalidade, ao reduzir a base da estrutura etária, aumenta o peso relativo da população idosa, provocando o "envelhecimento pela base". A queda da mortalidade, por sua vez, acarre-

ta o "envelhecimento pelo topo", quando o aumento da expectativa de vida eleva a chance de sobrevivência dos idosos e, por consequência, cresce a participação relativa deste grupo no total da população (BRASIL *et al*, 2013).

Segundo Brasil *et al* (2013),

> Em todos os estados do Brasil, o processo da transição demográfica encontra-se em curso, porém os níveis das duas componentes do crescimento natural apresentam variações correlacionadas às diferenças de desenvolvimento existentes nos diferentes contextos que formam o país. Os níveis de mortalidade apresentaram reduções durante a primeira metade do século XX, enquanto que a natalidade começou seu declínio na década de 1960. No início deste século o país avança para a fase final do processo, na qual as taxas de natalidade e de mortalidade chegam a níveis baixos e similares. (BRASIL, *et al.* 2013, p. 61)

De fato, desde o início do século XXI, o estado do Espírito Santo e a RMGV apresentaram Taxas de Fecundidade Total – TFT em torno do nível de reposição, de 2,1 filhos por mulher. Entretanto, ao dividir o espaço metropolitano nas tipologias socioespaciais, foi possível perceber diferenças significativas entre as áreas.

Em 2000, o tipo Popular- agrícola registrou a maior TFT, de quase 3 filhos por mulher– mesmo número apresentado pelo Espírito Santo no início dos anos 1990. Por outro lado, o Superior-médio registrou apenas 1,43 filhos por mulher. O Médio apresentou a segunda maior taxa, de 2,5, enquanto o Médio-popular contabilizou 1,96 filhos por mulher (Tabela 5.5).

Em 2010, em todas as áreas socioespaciais, bem como no estado e na RMGV, a TFT diminui, chegando a níveis bem abaixo do de reposição da população. Destaque para as tipologias Médio e Superior-médio com taxas de 1,48 e 1,32 filho por mulher. Apenas na tipologia Popular-agrícola a TFT apresentada está acima do nível de reposição, de 2,49 (Tabela 5.5).

Tabela 5.5 – Taxa de Fecundidade Total (TFT) por tipo socioespacial, RMGV, 2000 e 2010[4]

Tipos socioespaciais, RMGV e Estado	2000*	2010**
Popular-agrícola	2,82	2,49
Popular	-	1,95
Médio-popular	1,96	-
Médio	2,50	1,48
Superior-médio	1,43	1,32
RMGV	2,04	1,71
Espírito Santo	2,10	1,80

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, (2000; 2010). Elaboração própria.

Notas: * Em 2000 as tipologias encontradas na RMGV foram: Popular-agrícola, Médio-popular, Médio e Superior-médio.

** Em 2010 as tipologias encontradas na RMGV foram: Popular-agrícola, Popular, Médio e Superior-médio.

No que se refere à mortalidade, a mortalidade na infância oferece algumas informações interessantes (BRASS, 1975; WUNSCH, 1984). Em 2000, a probabilidade de um recém-nascido não chegar aos 5 anos de idade da RMGV foi de 30,33 por 1000 (Tabela 5.6). Após 10 anos, esse indicador se reduziu à metade, passando para 14,52. Esse movimento também foi verificado na tipologia Superior-médio que, em 2000, registrava uma probabilidade de morte de crianças até 5 anos de 14,06 e, em 2010, diminuiu para 7,59 – a mais baixa entre os tipos.

O declínio da mortalidade na infância é observado em todos os tipos socioespaciais. A tipologia Médio apresentou a maior redução no período analisado, de 34,41 para 12,47. Os valores mais elevados desse indicador de mortalidade são apresentados pelo Tipo Popular-agrícola, com níveis que caíram de 38,48 para 20,07[5].

[4] Taxas corrigidas com a aplicação da metodologia proposta por W. Brass (BRASS et al, 1968).

[5]A distribuição da mortalidade do tipo Popular-agrícola, que apresenta pequena população e, consequentemente, variações associadas aos pequenos números, foi ajustada segundo a distribuição apresentada pelo conjunto da RMGV.

Tabela 5.6 – Probabilidade de morte de crianças menores de 5 anos (*1000) estimadas pelo Método de W. Brass por tipo socioespacial, RMGV, 2000 e 2010

Tipo socioespacial e RMGV	2000	2010
Popular-agrícola	38,48	20,07
Médio-popular	31,64	-
Popular	-	15,03
Médio	34,41	12,47
Superior-médio	14,06	7,59
RMGV	30,33	14,52

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, (2000; 2010). Elaboração própria.

A esperança de vida ao nascimento da RMGV passou de 69,36 em 2000 para 75,98 anos em 2010. Os valores deste indicador entre 2000 e 2010 variaram entre 66,55 anos (Popular-agrícola) a 74,96 anos (Superior-médio) (Tabela 5.7).

Na primeira década deste século, a duração da vida continua a se alongar em todos os grupos que formam a RMGV. Os valores extremos são também apresentados, em 2010, pelo Popular-agrícola, de 73,37 anos e pelo Superior-médio, de 79,23 anos (Tabela 5.7). O Popular registrou uma esperança de vida de 75,74 anos em 2010, enquanto o Médio de 76,94 anos. Esses dados corroboram a hierarquia apresentada pela metodologia das tipologias, em que os melhores indicadores são esperados para as áreas mais desenvolvidas, que no caso da RMGV é a Superior-médio.

Tabela 5.7 – Esperança de vida ao nascimento, RMGV, 2000 e 2010

Tipo socioespacial e RMGV	2000	2010
Popular-agrícola	66,55	73,37
Médio-popular	68,90	-
Popular	-	75,74
Médio	67,95	76,94
Superior-médio	74,96	79,23
RMGV	69,36	75,98

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, (2000; 2010). Elaboração própria.

As informações de natalidade e mortalidade ratificam aquelas apresentadas na análise da estrutura etária (Seção 5.2.1), em que foi mostrada a redução das bases e o alargamento do topo das pirâmides etárias das áreas socioespaciais. Além disso, é possível inferir que os tipos socioespaciais da RMGV, encontram-se em estágio avançado de transição demográfica, com valores baixos e declinantes de fecundidade e da mortalidade. Os indicadores apresentados pelo tipo Superior-médio mostram que este grupo encontra-se na fase mais avançada da transição demográfica, enquanto que o Popular-agrícola é o menos avançado no processo, dentre as tipologias que constituem a RMGV.

5.2.3. Mobilidade Espacial

A migração é um componente que ajuda a compreender a dinâmica demográfica de uma localidade. Tendo em vista que a taxa de fecundidade já se encontra em nível mais baixo que o valor de reposição da população (2,1 filhos por mulher), as informações sobre imigrantes e emigrantes se tornam ainda mais relevantes para explicar variações populacionais da região metropolitana.

Diferentemente do capítulo 2, em que as trajetórias migratórias foram estudadas de acordo com os municípios que compõem a RMGV, o movimento migratório será aqui avaliado tendo em vista a divisão socioespacial da população. Entretanto, para essa análise, as informações do Censo de 2010 só permitem observar as variáveis de entrada da migração (Tabela 5.8) e de saída do movimento pendular (Tabela 5.9 e Tabela 5.10).

Em 2010, 159.285 pessoas na RMGV declararam que, em 2005, residiam em um município diferente do domicílio registrado em 2010. Deste total, 48,1%, residiam nas áreas classificadas no Tipo Popular, 29% no tipo Médio, 18,7% no Superior-médio e 4,2% no Popular-agrícola.

Entretanto, é nos tipos Superior-médio e Popular-agrícola, aqueles com as menores representatividades no total da entrada do período de 2005 a 2010, que a quantidade de imigrantes[6] tem uma maior participação do total da população, de 15% e 12,6%, respectivamente. Considerando a população de cinco anos de idade ou mais, tais

[6] Cabe destacar que também está sendo registrado como imigrante aquele indivíduo que migrou dentro da própria RMGV. Por exemplo, se uma pessoa declarou que em 2005 residia no município de Vitória, mas que no período 2005-2010 mudou-se para o município de Vila Velha, esta pessoa está sendo contabilizada como entrada na RMGV.

percentuais são um pouco maiores, passando para 15,7% e 13,5%, na devida ordem.

Tabela 5.8 – Entrada da migração segundo os tipos socioespaciais, 2010

Tipos socioespaciais	Entrada	Part. no total da entrada - em %	Part. nº de imigrantes na pop. de 5 anos ou mais - em%	Part. nº de imigrantes na pop. total - em%
Popular	76.643	48,12	8,9	8,2
Popular-agrícola	6.603	4,15	13,5	12,6
Médio	46.202	29,01	9,9	9,3
Superior- médio	29.838	18,73	15,7	15,0
Total	159.285	100,0	10,1	9,4

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Sobre o movimento pendular, em 2010, 275.060 pessoas na RMGV se deslocaram para trabalhar e/ou estudar, o que representou uma taxa de mobilidade de 16,30%. O motivo trabalho foi aquele que mais influenciou a saída do movimento pendular. Ao todo, 221.392 pessoas trabalham em município diferente do domicílio, o que significa uma taxa de repulsão para o trabalho de 29,5%.

No tipo Superior-médio, 33,2% da população ocupada de deslocou para trabalhar em uma localidade diferente da residência – maior percentual entre todos os tipos socioespaciais analisados. Nas outras classificações, a taxa de repulsão para o trabalho ficou entre, aproximadamente, 25% (Popular-agrícola) e 29,8% (Popular).

O motivo estudo, por sua vez, foi responsável pelo deslocamento de 39.517 indivíduos da RMGV em 2010. A maior taxa de repulsão para o estudo foi registrada no tipo Popular-agrícola, 19,2%, por outro lado, a menor no tipo Popular, 7,7%. Na média, 10,7% da população estudante da RMGV se deslocou para estudar em município diferente do domicílio.

Entre aquelas pessoas que se deslocaram para trabalhar e estudar, 9.199 indivíduos foram para municípios iguais e 4.952 para municípios diferentes.

Tabela 5.9 – Saída do movimento pendular segundo os tipos socioespaciais, 2010

Tipos socioespaciais	Saída				
	Trabalho	Estudo	Trabalho e Estudo em municípios iguais	Trabalho e Estudo em municípios diferentes	Trabalho e/ ou Estudo*
Popular	119.978	16.192	3.671	2.002	141.843
Popular-agrícola	5.114	2.229	221	277	7.841
Médio	62.788	13.556	3.822	1.677	81.843
Superior-médio	33.513	7.540	1.484	995	43.533
Total	221.392	39.517	9.199	4.952	275.060

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.
Nota: * Quem faz os dois movimentos foi contado apenas uma vez.

Tabela 5.10 – Indicadores de saída do movimento pendular segundo os tipos socioespaciais, 2010 – em %

Tipos socioespaciais	Saída - em %		
	Taxa de mobilidade	Taxa de repulsão para o trabalho	Taxa de repulsão para o estudo
Popular	15,10	29,84	7,71
Popular-agrícola	15,01	24,97	19,24
Médio	16,45	27,58	13,39
Superior- médio	21,91	33,23	16,32
Total	16,30	29,46	10,70

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

5.3. Arranjos domiciliares

O termo família, segundo o censo demográfico de 2000, pode ser definido como "o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar". Em 2010, contudo, o IBGE passou a restringir esse termo ao "conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco na unidade doméstica" e introduziu o conceito de unidade doméstica, considerando como tal "a pessoa que morava sozinha ou o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência".

Dessa alteração depreende-se que, em princípio, a definição de família do censo de 2000 seria comparável à definição de unidades domésticas de 2010. No entanto, a base de dados do censo demográfico de 2010 não

inclui as mesmas variáveis de 2000, apresentando apenas variáveis para o conjunto de unidades domésticas com parentesco, isto é, famílias.

De acordo como Ribeiro e Salata (2013),

> Se o que nos interessa nos trabalhos sobre a população e as mudanças nas metrópoles brasileiras são as diferentes formas como as pessoas se organizam para garantir sua sobrevivência e sua reprodução social e como se distribuem em seus territórios, não podemos nos restringir a trabalhar apenas com os arranjos domésticos onde há relação de parentesco entre seus componentes, i.é as famílias do Censo de 2010 (...). As unidades domésticas unipessoais (...) constituem um tipo de arranjo que tende a crescer na medida em que a sociedade atinge um padrão de desenvolvimento econômico e social mais elevado e têm importância significativa no estudo da desigualdade de renda uma vez que tendem a ser aquelas com renda domiciliar per capita mais alta. Assim, precisamos trabalhar com o conjunto das unidades domésticas, e para isso, construímos, outras classificações além daquela proposta pelo IBGE no Censo 2010 (RIBEIRO e SALATA, 2013, p.2).

Assim, para o presente estudo utiliza-se o conceito de unidade doméstica, levando em conta outra classificação além da proposta no censo demográfico de 2010, pelo IBGE, que considera o tipo de composição das unidades domésticas desdobrada em: (i) unipessoal; (ii) com relações de parentesco; (iii) sem relações de parentesco, tal como proposto por Ribeiro e Salata (2013) [7].

Em decorrência das transformações demográficas em curso no Brasil e na RMGV nos últimos anos, bem como das alterações em aspectos sociais, econômicos e comportamentais da população, as unidades domésticas vêm apresentando diversas mudanças em sua composição e arranjo, bem como em seu perfil. Fatores como queda da fecundidade e da mortalidade, aumento da longevidade, envelhecimento da população, queda da nupcialidade, aumento das uniões consensuais, maior participação feminina no mercado de trabalho, rápida urbanização, integração dos mercados regionais, feminização da população, dentre outros, incidem diretamente sobre a formação e a vida das unidades domésticas. Soma-se a isso o importante papel

[7] Para mais informações ver Nota Técnica sobre unidades domésticas e famílias nas pesquisas domiciliares do IBGE - Censos Demográficos e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNADs.

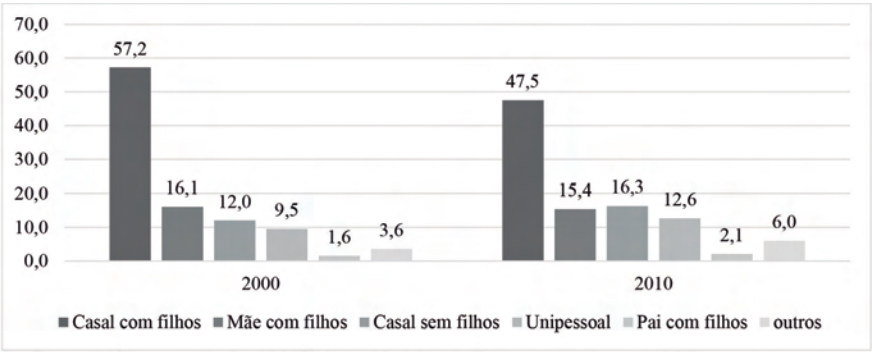
das desigualdades sociais que fazem com que as condições de vida das unidades se diferenciem sobremaneira.

De acordo com Cioffi,

> As perspectivas de transformações sociais, econômicas e demográficas apontam para uma diversificação crescente dos arranjos familiares e para novas opções de vida conjunta das pessoas. O arranjo tradicional – casal com filhos – ainda que dominante, vem apresentando tendências a diminuir seu peso e as famílias monoparentais tendem a adquirir maior significância. Da mesma forma, o viver sozinho ou ficar solteiro por opção, fará parte do cotidiano de maior número de pessoas, seguindo o modelo dos países industrializados (CIOFFI, 1998, p.1042).

Tais transformações nos arranjos das unidades domésticas foram observadas na RMGV na última década. Entre 2000 e 2010, a participação de casais com filhos no total dos arranjos, apesar de predominante, reduziu significativamente, passando de 57,2% em 2000 para 47,5% em 2010. Em contrapartida, aumentou o peso dos casais sem filho[8] e do tipo unipessoal, que alcançaram, em 2010, respectivamente, 16,3% e 12,6% (Gráfico 5.3).

Gráfico 5.3 - Composição da unidade doméstica da RMGV, 2000 e 2010 – em %



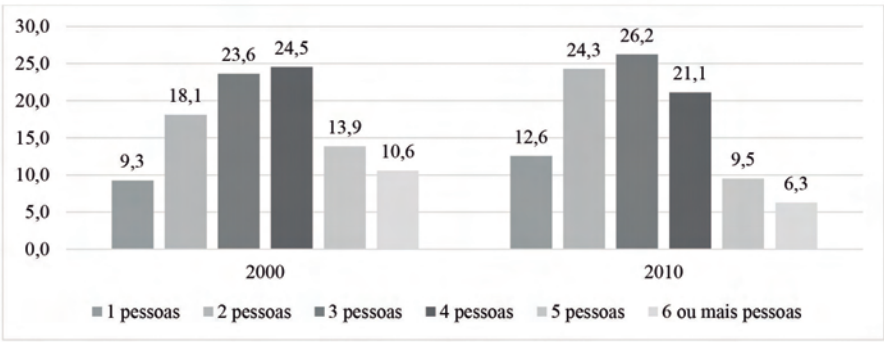
Fonte: Censo Demográfico, IBGE, (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

O tamanho da unidade doméstica também vem apresentando tendência de redução, consequência da queda na taxa de fecundidade,

[8] Na verdade este agrupamento reúne os casais que não tiveram filhos com aqueles em que os filhos já cresceram e saíram de casa (ninho vazio) (ALVES E CAVENAGHI, 2012).

apresentada na seção anterior, bem como da diversificação dos tipos de unidades domésticas. As unidades compostas por 4, 5 e 6 ou mais pessoas perderam participação na última década, passando de 24,5%, 13,9% e 10,6%, na devida ordem, em 2000, para 21,1%, 9,5% e 6,3% em 2010, respectivamente. Por outro lado, a participação das unidades domésticas com 1, 2 e 3 pessoas aumentou substancialmente: em 2000, correspondia a 51% do total e, em 2010, a 63,1% (Gráfico 5.4).

Gráfico 5.4 - Número de pessoas na unidade doméstica da RMGV, 2000 e 2010 - em %



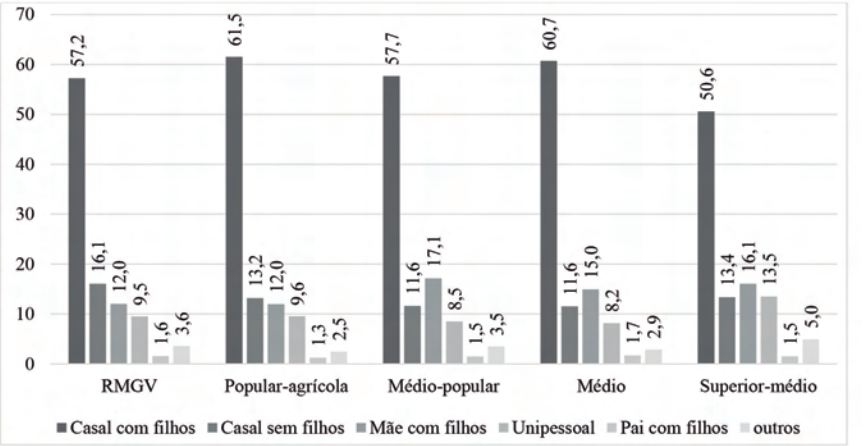
Fonte: Censo Demográfico, IBGE, (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Nesse cenário de transformações e tendo por base os tipos socioespaciais, que conforme apresentado por Silva (2010), podem ser tomados como uma classificação de diferenciação econômica entre as subáreas da região metropolitana, torna-se relevante compreender e avaliar de que forma a composição, o arranjo e o perfil das unidades domésticas se organizam entre os tipos socioespaciais, bem como as tendências de mudanças verificadas na última década.

2000

Em 2000, a composição Casal com filhos foi predominante em todos os tipos socioespaciais, representando mais da metade do total das unidades domésticas. A maior participação deste arranjo foi verificada nas áreas Popular-agrícola, com 61,5%. No que diz respeito às Mães com filhos (sem cônjuge), observa-se que o maior percentual foi no Médio-popular, com 17,1% das unidades domésticas nessa composição. Já a proporção do domicílio Unipessoal e de Casal sem filho foi maior nas áreas do tipo Superior-médio (Gráfico 5.5).

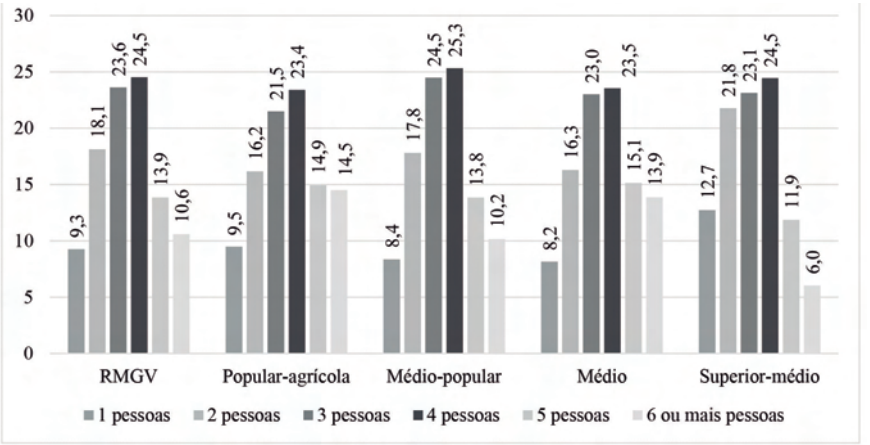
Gráfico 5.5 - Composição da unidade doméstica por tipos socioespaciais, 2000 – em %



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

Em todos os tipos socioespaciais foi relativamente preponderante, em 2000, as unidades domésticas constituídas por 4 pessoas, seguida pelas de 3 pessoas. As unidades nas áreas Superior-médio foram relativamente menores do que nos outros tipos, com mais de 55% sendo compostas por 3 ou menos pessoas. Ao contrário, nas áreas Popular-agrícola e Médio, estas se apresentavam, em sua maioria, formadas por 4 ou mais pessoas, somando 52,8 e 52,5%, respectivamente (Gráfico 5.6).

Gráfico 5.6 - Número de pessoas na unidade doméstica por tipos socioespaciais, 2000 – em %



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

Entre as pessoas residentes nas unidades domésticas e sobre a sua relação com o responsável pelo domicílio, predominou em todos os tipos socioespaciais a relação filial em 2000. As maiores participações relativas foram nas áreas dos tipos Popular-agrícola e Médio, em que mais de 45% dos residentes eram filhos do chefe do domicílio. Nota-se que essa participação foi menor no Superior-médio, isto porque, foi neste tipo que se constatou as maiores proporções relativas de unidades domésticas Unipessoais e de Casais sem filhos. É por essa mesma razão que no Superior-médio se teve o maior peso de Responsáveis pelo domicílio, 30,9% (Tabela 5.11).

Destaca-se, ainda, que quanto mais alto o nível hierárquico do tipo menor é a participação de residentes das unidades domésticas com algum tipo de parentesco com o responsável pelo domicilio. Nesse sentido, observa-se a participação crescente, mesmo que de uma forma sutil, de agregado, pensionista, empregada doméstica e parente de empregada doméstica quanto maior o status socioespacial.

Tabela 5.11 – Pessoas residentes segundo a posição no domicílio por tipos socioespaciais, 2000 – em %

	Popular-agrícola	Médio - popular	Médio	Superior - médio	RMGV
Responsável pelo domicílio	26,6	27,9	26,6	30,9	28,0
Cônjuge	19,8	19,3	19,2	19,8	19,4
Filho	45,2	42,8	45,6	39,4	43,2
Outro	7,9	9,2	8,1	7,8	8,5
Agregado	0,3	0,5	0,4	0,8	0,5
Pensionista	0,0	0,1	0,1	0,4	0,1
Empregada doméstica	0,1	0,1	0,0	0,9	0,2
Parente de empregada doméstica	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0

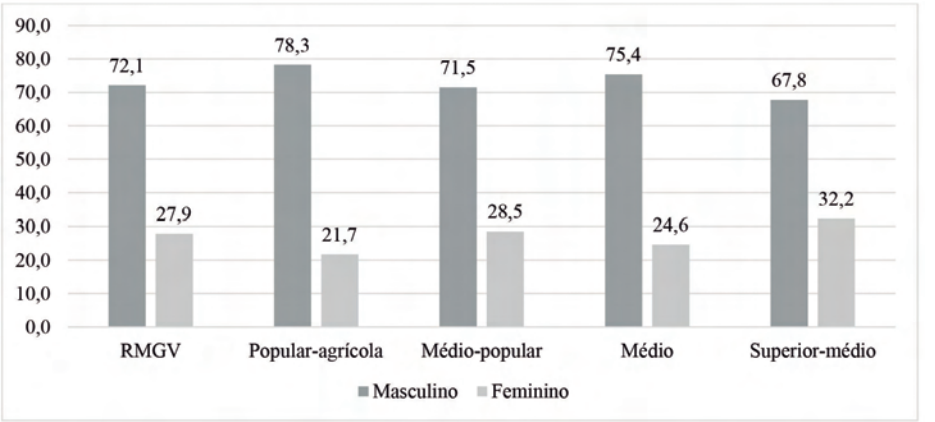
Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

Outra informação relevante a ser verificada no contexto das unidades domésticas e dos tipos socioespaciais diz respeito à característica da pessoa responsável dos domicílios. Como as pessoas que compõem as unidades domésticas são as mesmas que fazem parte dos domicílios, e que o responsável pela unidade doméstica é o responsável pelo domicílio, muitas das variáveis relacionadas ao responsável pelo domicílio são usadas para caracterizar as unidades domésticas (RIBEIRO e SALATA, 2013). Além disso, conforme exposto, as informações dos responsáveis pelo domicílio são importantes indicadores da condição socioeconômica das famílias, uma vez que a pessoa de referência é ge-

ralmente aquela que traz mais recursos para o domicílio (CARDOSO, 2008).

Tendo em vista o exposto, analisam-se a seguir algumas características do responsável pelo domicílio segundo os tipos socioespaciais. O Gráfico 5.7 apresenta o sexo do responsável pelo domicílio. Na RMGV e em todos os tipos socioespaciais observa-se a predominância dos homens como pessoa responsável da unidade doméstica. O tipo Superior-médio é o que possui a maior participação feminina como responsável pelo domicílio, de 32,2%. Em contrapartida, é na área Popular-agrícola que se encontra a maior predominância masculina, de 78,3%.

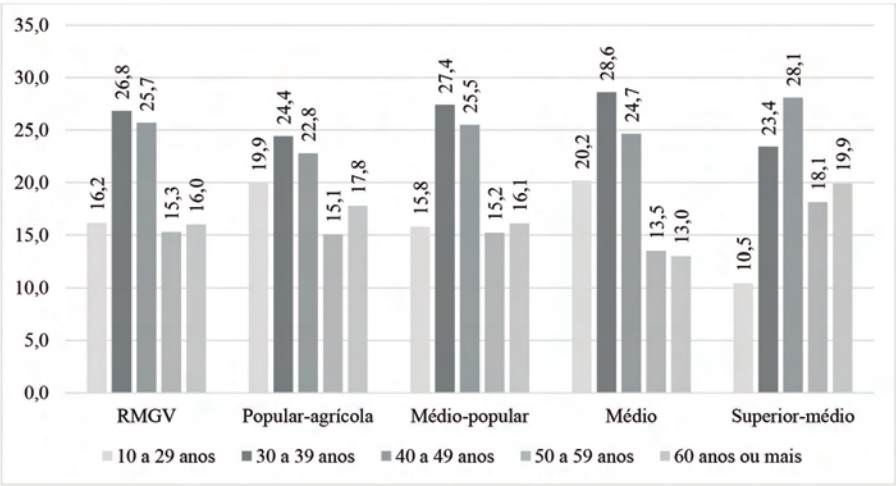
Gráfico 5.7 – Sexo do responsável pelo domicílio por tipos socioespaciais, 2000 – em %



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

No que diz respeito à idade, o Gráfico 5.8 apresenta a faixa etária da pessoa responsável das unidades domésticas em 2000. Na RMGV verifica-se que a faixa etária de 30 a 39 anos obteve a maior participação dentre os responsáveis pelas unidades domésticas, 26,8%, seguida pela faixa de 40 a 49 anos (25,7%). Com exceção das áreas Superior-médio, esse padrão foi observado em todos os tipos socioespaciais – predominância dos responsáveis de 30 a 39 anos, seguidos pelos de 40 a 49 anos. Nas áreas Superior-médio, ao contrário, obtiveram maior participação os responsáveis com idade de 40 a 49 anos, 28,1%. Destaca-se também a mais alta participação dos idosos (60 anos ou mais) nas áreas Superior-médio dentre os tipos socioespaciais, com 19,9% dos chefes de unidades domésticas, e dos jovens (10 a 29 anos), nas áreas do tipo Médio, com 20,2% de responsáveis nessas regiões.

Gráfico 5.8 – Faixa etária do responsável pelo domicílio por tipos socioespaciais, 2000 – em %

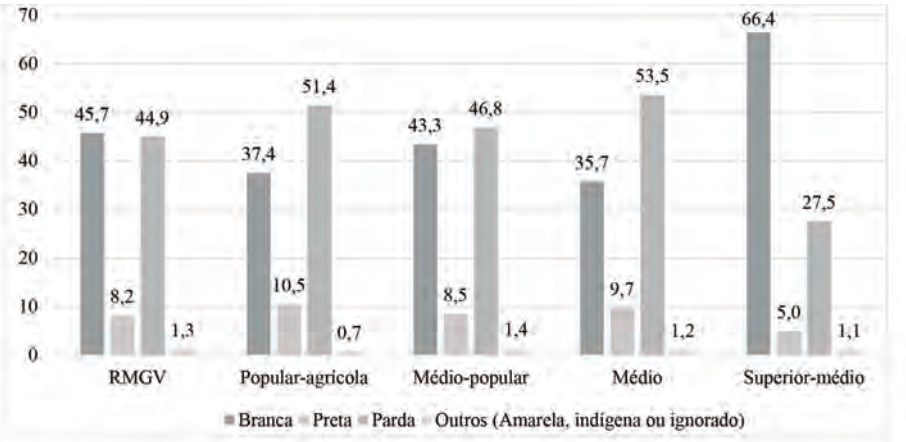


Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

Em relação à cor ou raça, a parda foi a de maior proporção relativa nos tipos Popular-agrícola, Médio-popular e Médio, representando, respectivamente, 51,4%, 46,8% e 53,5%, do total dos chefes de domicílios. Nas áreas Superior-médio, ao contrário, predominaram os responsáveis de cor branca, com 66,4% nesse tipo socioespacial, resultado esse bem maior do que o verificado na RMGV (45,7%). Entre os tipos, o Popular-agrícola apresentou a maior participação de responsáveis de cor preta, 10,5%. Ressalta-se ser possível observar uma tendência de queda no peso dos responsáveis de cor preta conforme aumenta a posição da área na hierarquia socioespacial, chegando a representar apenas 5% no Superior-médio (Gráfico 5.9).

Conforme já era esperado, tendo em vista a metodologia para a construção das tipologias socioespaciais, o tipo Superior-médio foi o único que não apresentou, em 2000, a maior parte dos chefes de domicílio sem instrução e com o ensino fundamental incompleto. Pelo contrário, 64,7% dos responsáveis pelo domicílio neste tipo possuíam pelo menos o ensino médio completo. Desagregando ainda mais a análise, 29,3% dos chefes de domicílio das áreas Superior-médio possuíam o ensino superior.

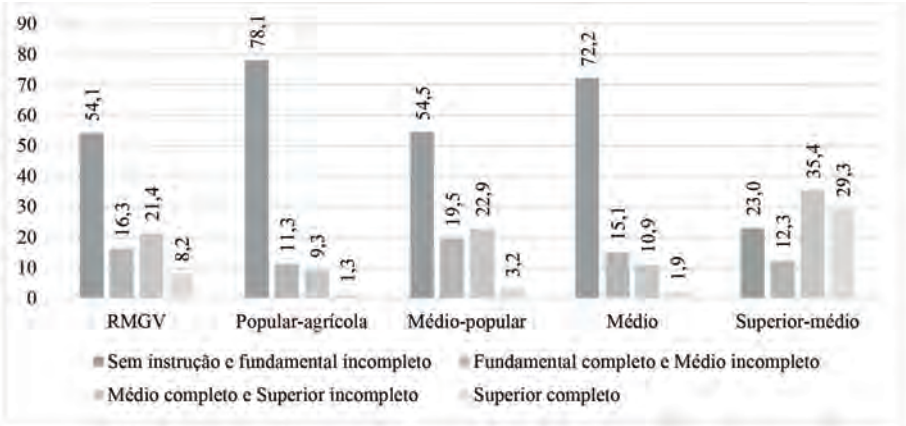
Gráfico 5.9 - Cor ou raça do responsável pelo domicílio por tipos socioespaciais, 2000 – em %



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

Por outro lado, nas áreas Popular-agrícola, Médio-popular e Médio os chefes de domicílio sem instrução e com o fundamental incompleto representaram 78,1%, 54,5% e 72,2%, respectivamente. No outro extremo, a participação nestes tipos daqueles com ensino superior completo foi de apenas 1,3%, 3,2% e 1,9%, na devida ordem (Gráfico 5.10).

Gráfico 5.10 - Nível de instrução do responsável pelo domicílio por tipo socioespacial, 2000 – em %

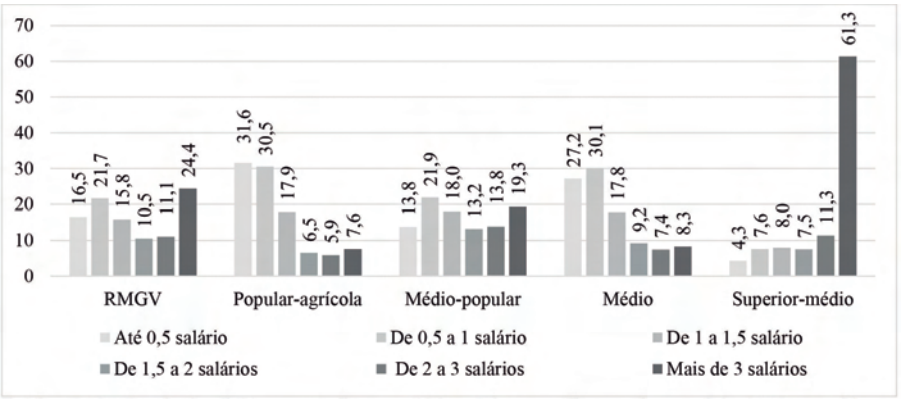


Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

Ainda no contexto das condições socioeconômicas das unidades

domésticas e das condições de vida dessas, o Gráfico 5.11 apresenta a renda domiciliar per capita. As áreas Popular-agrícola possuíam, em 2000, os menores rendimentos da RMGV, com mais de 60% das unidades domésticas recebendo por pessoa até 1 salário mínimo. Ao contrário, o Superior-médio registrou os maiores rendimentos, com 61,3% das unidades domésticas com renda per capita superior a 3 salários mínimos. Constata-se, dessa forma, que quanto mais alto na escala socioespacial, maior a renda domiciliar por pessoa. Nas áreas Médio e Médio-popular notou-se a maior participação relativa das unidades com rendimento per capita de 0,5 a 1 salário mínimo, com 30,1% e 21,9%, respectivamente, seguido, em ambos os casos, pelo rendimento de 1 a 1,5 salários mínimos.

Gráfico 5.11 - Renda domiciliar per capita em salário mínimo por tipos socioespaciais, 2000 – em %



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

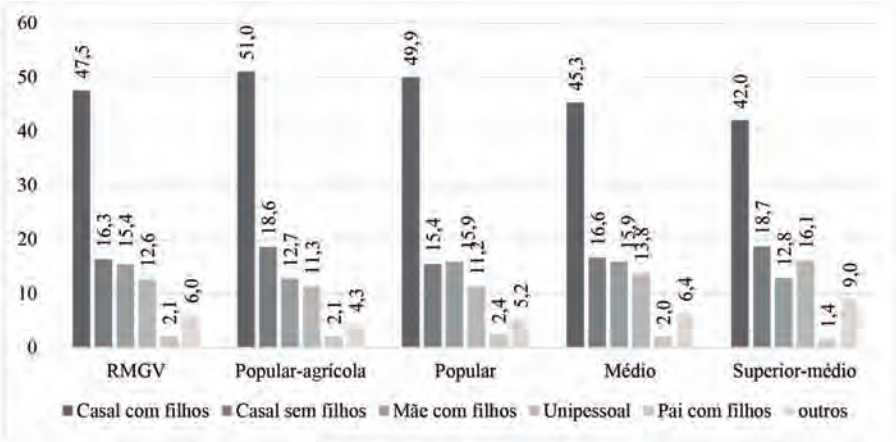
2010

Em 2010, verifica-se a redução na participação relativa dos Casais com filhos no total dos arranjos das unidades domésticas. Apesar de continuar preponderante em todos os tipos analisados, apenas o Popular-agrícola possui mais da metade das unidades compostas por Casais com filho (51,0%) (Gráfico 5.12), resultado diferente do apresentado em 2000, quando todos os tipos socioespaciais apresentavam essa distribuição.

Com exceção das áreas Populares, a segunda maior participação refere-se a arranjos do tipo Casal sem filhos, em torno de 19% nas regiões Superior-médio e Popular-agrícola e de, aproximadamente, 17%

nas do tipo Médio. Nas áreas Populares, por outro lado, a proporção de Mães com filhos é a segunda maior composição, 15,9%. Depreende-se, ainda, que quanto mais alto na hierarquia socioespacial menor é a proporção do arranjo tradicional de Casais com filho e maior é o peso relativo dos domicílios unipessoais. Esse resultado pode estar relacionado, dentre outros fatores, às diferenças entre os tipos socioespaciais no que diz respeito à longevidade e à fecundidade, tal como explicitado anteriormente.

Gráfico 5.12 - Composição da unidade doméstica por tipos socioespaciais, 2010 – em %

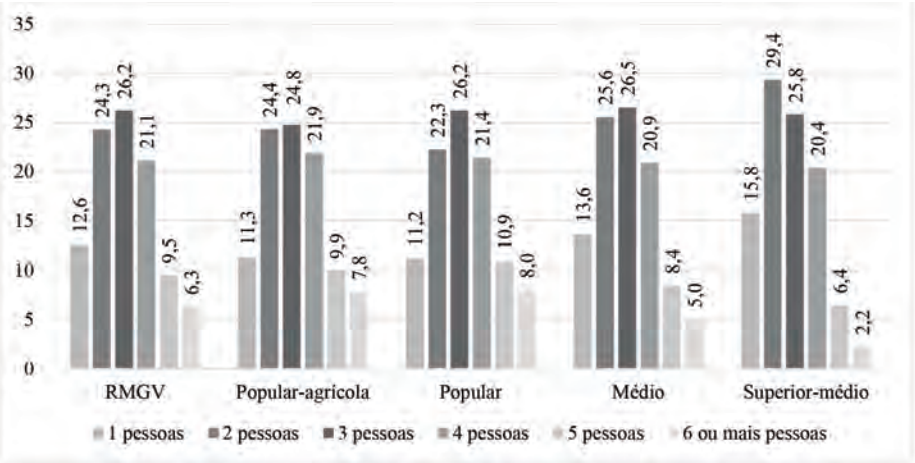


Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Como o arranjo domiciliar, o número de componentes das unidades domésticas também apresentou alterações na última década. Em todos os tipos socioespaciais, as unidades com 4 pessoas deixaram de ser dominantes, como verificado em 2000, dando lugar a maior participação relativa das formadas por 3 pessoas, com exceção das áreas Superior-médio que, já em 2000, era o tipo socioespacial com menor número de componentes e que apresentou o maior peso nas unidades domésticas com 2 pessoas em 2010 (29,4%) (Gráfico 5.13).

Nesse contexto, destaque para o Médio que registrou o maior acréscimo percentual, dentre os tipos, nas unidades compostas por 1 e 2 pessoas, de 5,4 p.p. e 9,3 p.p, respectivamente. Comparando com 2000, em todos os tipos socioespaciais as unidades domésticas estão menores, sendo que aquelas constituídas por 3 ou menos pessoas representam 60% ou mais do total das unidades domésticas.

Gráfico 5.13 - Número de pessoas na unidade doméstica por tipos socioespaciais, 2010 – em %



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

No que diz respeito à relação das pessoas residentes nas unidades domésticas com o responsável pelo domicílio, ainda continuam preponderantes em 2010 em todos os tipos socioespaciais aquelas com algum grau de parentesco como cônjuge e filho. No entanto, de modo comparado com 2000, essa proporção apresenta uma queda, principalmente devido à relação filial que diminuiu em todas as áreas. Em contrapartida, é possível verificar uma maior proporção relativa de responsáveis pelo domicílio em 2010, com destaque para as áreas Superior-médio que elevaram em 4,8 p.p. os componentes nessa posição. Nesse contexto, ressalta-se a maior proporção de componentes ocupando a posição de responsável pelo domicílio quanto maior o nível hierárquico socioespacial. Esses resultados refletem a mudança observada anteriormente nos arranjos das unidades domésticas, com a tendência crescente de unidades do tipo unipessoal e de unidades de casais sem filhos, bem como com a redução do número de filhos (Tabela 5.12).

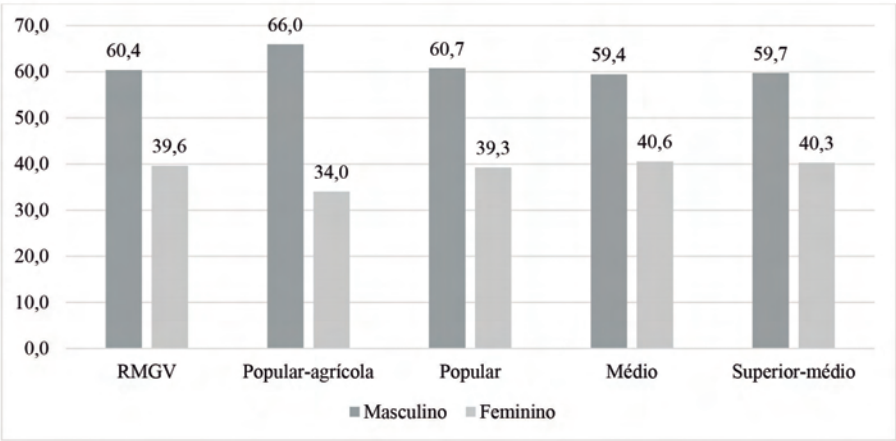
Tabela 5.12 – Pessoas residentes segundo a posição no domicílio por tipos socioespaciais, 2010 – em %

	Popular-agrícola	Médio-popular	Médio	Superior-médio	RMGV
Responsável pelo domicílio	30,1	30,4	32,9	35,7	31,8
Cônjuge	20,7	19,9	20,4	21,7	20,3
Filho	36,3	38,2	35,5	32,1	36,5
Outro	12,1	10,8	10,6	7,9	10,4
Agregado	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Convivente	0,5	0,5	0,7	1,6	0,7
Pensionista	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Empregada doméstica	0,0	0,0	0,1	0,6	0,1
Parente de empregada doméstica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Conforme apontado anteriormente, os atributos dos chefes de domicílios são importantes indicadores para conhecimento das características das unidades domésticas e das suas condições socioeconômicas. Entre esses indicadores, destaca-se o sexo do responsável pelo domicílio. Em 2010, na RMGV, verifica-se um aumento na participação feminina como responsável pelo domicílio, de 27,9% em 2000 para 39,6% em 2010. Dentre os tipos, ressalta-se a maior proporção feminina nas áreas Médias, 40,6%, após o acréscimo de 16 p.p. de 2000 para 2010, e a maior participação masculina nas áreas do tipo Popular-agrícola, 66.0% (Gráfico 5.14).

Gráfico 5.14 – Sexo do responsável pelo domicílio por tipos socioespaciais, 2010 – em %



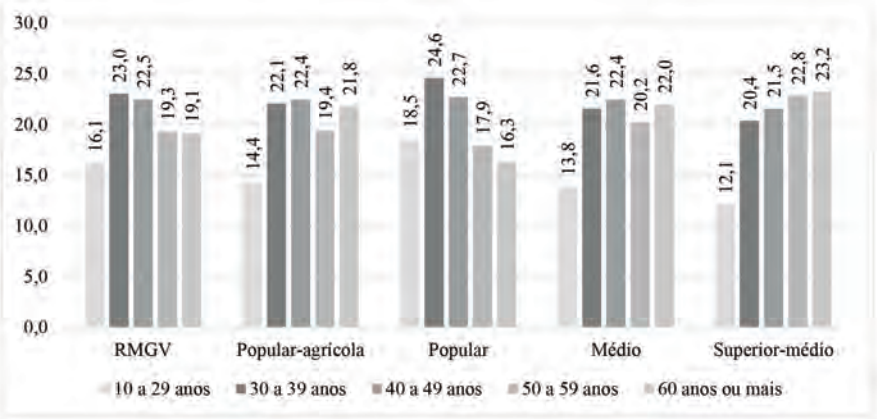
Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

O Gráfico 5.15 apresenta a faixa etária do chefe do domicílio. Em 2010, na RMGV, predominam os responsáveis com idade de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos, representando, cada faixa etária, aproximadamente 23% dos chefes de domicílio. No entanto, comparando com 2000, houve uma queda na proporção de ambas as faixas e um aumento considerável na participação dos idosos (60 anos ou mais) como chefes do domicílio, passando de 16,0% em 2000 para 19,1% em 2010.

Dentre os tipos socioespaciais, destaque para as áreas do tipo Superior-médio que passou a ter o maior percentual de responsáveis idosos, alcançando em 2010, 23,2% do total dos chefes de domicílio. As áreas do tipo Médio e Popular-agrícola, da mesma forma, aumentaram consideravelmente a participação de responsáveis idosos, com esses passando de, respectivamente, 13,0% e 17,8% em 2000, para 22,0% e 21,8% em 2010, na devida ordem. Verifica-se também, nesses tipos, a redução da participação dos mais jovens, com queda de 6,4 p.p. nas áreas Médias e 5,5 p.p. nas áreas Popular-agrícola, na última década. Esses resultados decorrem do envelhecimento da população metropolitana e mostram a participação cada vez maior dos mais velhos como responsáveis pelas unidades domésticas.

O tipo Popular registrou, em 2010, o maior percentual, entre os tipos, de responsáveis nas faixas etárias de 10 a 29 anos (18,5%) e de 30 a 39 anos (24,6%) – distribuição similar a apresentada pela RMGV em 2000.

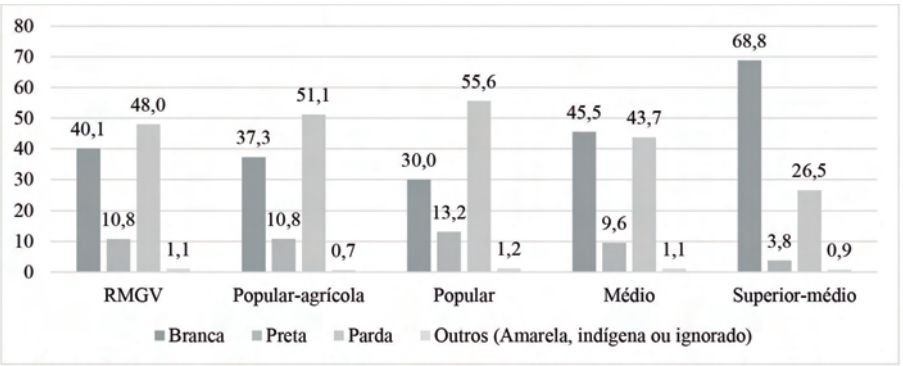
Gráfico 5.15 – Faixa etária do responsável pelo domicílio por tipos socioespaciais, 2010 – em %



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Em relação à cor ou raça, verifica-se que, em 2010, assim como em 2000, no tipo Superior-médio a maior participação refere-se aos responsáveis de cor branca (68,8%), e nos tipos Popular-agrícola e Popular, aos pardos, 51,1% e 55,6%, respectivamente (Gráfico 5.16). Nas áreas Médias, pelo contrário, aumentou a participação dos chefes de domicílio de cor branca de 2000 para 2010, que resultou nesses sendo o de maior peso nesse tipo (45,5%). As áreas Populares totalizaram a maior participação relativa, entre os tipos, de responsáveis da cor preta, com 13,2%.

Gráfico 5.16 - Cor ou raça do responsável pelo domicílio por tipos socioespaciais, 2010 – em %

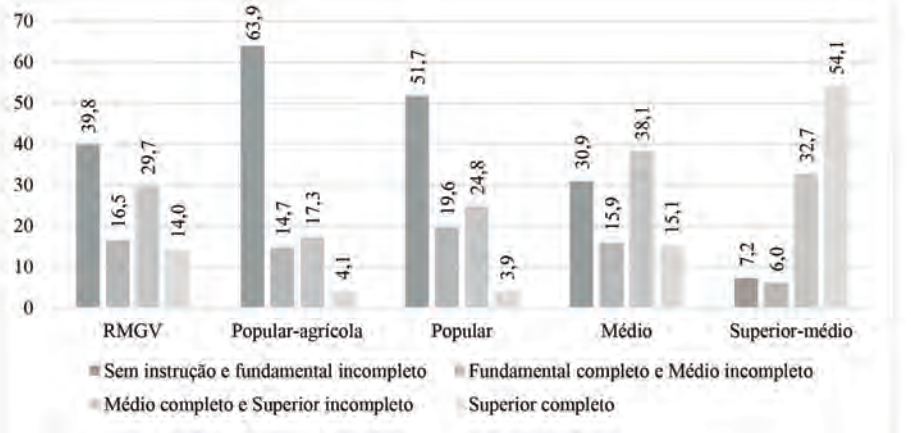


Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

O Gráfico 5.17 apresenta a escolaridade do responsável das unidades domésticas em 2010. Da mesma forma que em 2000, o tipo socioespacial Superior-médio contabiliza, em 2010, as maiores participações de chefes de domicilio com níveis de instrução mais altos. Destaca-se, no entanto, o crescimento do peso dos responsáveis com ensino superior completo, nesse tipo, que aumentou de 29,3%, no início da década, para 54,1%, no final, ficando com a maior participação relativa, diferente de 2000, quando essa assertiva valia para o nível de escolaridade médio completo e superior incompleto.

Ressalta-se o acréscimo da proporção de responsáveis com o ensino médio completo e superior incompleto no tipo Médio, com aumento de 27,6 p.p. de responsáveis nesse nível de instrução. Constata-se, ainda, que houve uma queda na participação dos níveis de escolaridade mais baixos de uma maneira geral, mostrando uma melhora comparativamente a 2000.

Gráfico 5.17 - Nível de instrução do responsável pelo domicílio por tipo socioespacial, 2010 – em %

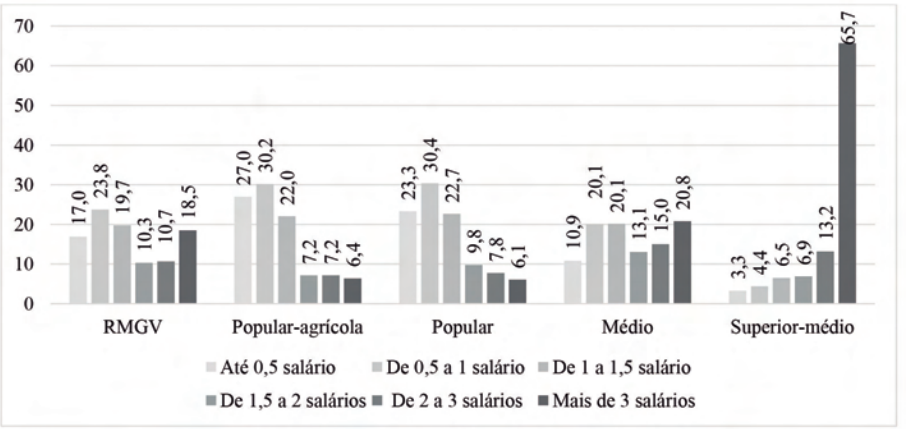


Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Em termos de renda domiciliar, como em 2000, o tipo Popular-agrícola se manteve com a maior participação de domicílios com renda per capita mais baixa e o tipo Superior-médio com o maior peso de unidades domiciliares com rendimentos mais altos. No caso do tipo Popular-agrícola, no entanto, houve uma melhora na condição das unidades domésticas. A proporção de unidades com renda por pessoa de até 1 salário mínimo deste tipo reduziu de 60,3%, em 2000, para 57,2%, em 2010 (Gráfico 5.18).

Em relação ao Superior-médio se nota um perfil de rendimento bem diverso e superior aos demais, tanto em 2000 quanto em 2010. Verifica-se, inclusive, um acréscimo na participação da renda per capita superior a 3 salários mínimos, que passou de 61,3% em 2000 para 65,7% em 2010. Destaca-se, a queda no peso relativo dos domicílios com rendimento de até 1 salário mínimo nas áreas de tipo Médio, que obteve redução de 26,3 p. p. Diante desses resultados, constata-se uma situação melhor, de maneira geral, no rendimento domiciliar por pessoa na RMGV.

Gráfico 5.18 - Renda domiciliar per capita em salário mínimo por tipos socioespaciais, 2010 – em %



Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Tendo em vista o exposto, pode-se verificar que a RMGV passa por um processo de mudanças na composição e perfil das unidades domésticas. Essas estão ficando cada vez menores, diversificando seus arranjos e tendo uma participação cada vez mais crescente de mulheres e idosos como responsáveis. Nesse processo, observa-se um grau mais avançado de transformações nas áreas que compõem os tipos mais elevados na hierarquia socioespacial (Superior-Médio e Médio), com proporção crescente de unidades domésticas em arranjos diferentes do tradicional casal com filhos e maior participação daquelas compostas por 3 pessoas ou menos. Além disso, nota-se uma diferenciação do perfil das unidades domésticas entre os tipos socioespaciais, que sugerem, de maneira geral, uma relação entre a organização social do território e a forma como as unidades domésticas se organizam, tendo em vista suas condições socioeconômicas e de vida. Nesse sentido, é possível verificar que os responsáveis pelo domicílio possuem maior nível de escolaridade quanto maior o nível hierárquico socioespacial, e que a renda domiciliar per capita aumenta com a escala sócio-ocupacional.

5.4. Considerações Finais

Ao categorizar a população metropolitana a partir de suas características sócio-ocupacionais e, a partir daí, reagrupá-las em tipologias que expressem a organização social do território, lançou-se um novo

olhar sobre a estrutura social da RMGV que permitiu hierarquizá-la socioespacialmente e compreender como essa hierarquia influenciou a dinâmica demográfica da região.

Essa forma de representação em tipologias contribuiu para corroborar resultados que intuitivamente são tidos como válidos, mas que se tornam explícitos quando considerados sobre a ótica dos grupos socioespaciais. O capítulo mostrou que a tipologia mais bem classificada na hierarquia, Superior-médio, está em um estágio mais avançado da transição demográfica quando comparada aos outros tipos da RMGV - menor proporção de jovens e a maior de idosos, menor razão de dependência - RD, maior índice de envelhecimento - IE, menor probabilidade de morte de crianças menores de 5 anos e maior esperança de vida e a menor taxa de fecundidade. As características apresentadas pela área Superior-médio, bem como a forma da sua pirâmide etária, a aproximaram das localidades mais desenvolvidas.

Por outro lado, a tipologia Popular-agrícola, em 2000, registrou os indicadores demográficos próximos das regiões menos desenvolvidas – a maior proporção de jovens e a menor de idoso, maior RD, menor IE, maior probabilidade de morte de crianças menores de 5 anos e maior taxa de fecundidade.

Destaca-se que, em 2010, os piores resultados, com exceção da taxa de probabilidade de morte e da taxa de fecundidade, foram verificados na tipologia Popular, embora próximos do contabilizado pelo Popular-agrícola. O que significa dizer que, em 2010, não se constatou a hierarquia esperada entre essas duas tipologias. Em 2000, isso também ocorreu, com a tipologia Médio-popular que apresentou melhores indicadores demográficos que o tipo Médio.

As mudanças demográficas se refletiram em alterações na composição e no perfil das unidades domésticas. Os arranjos domiciliares reduziram de tamanho, sendo que quanto mais alto na hierarquia socioespacial menor a proporção de Casais com filhos e maior o peso dos domicílios Unipessoais. As mulheres e os idosos passaram a ter uma participação crescente como responsáveis pelo domicílio, este último refletindo o envelhecimento populacional. Foi possível identificar diferenciações no perfil das unidades domésticas (cor, sexo, nível de instrução, renda da unidade doméstica, entre outros) entre os tipos socioespaciais, o que sugere uma relação entre a organização social do território e a forma como as unidades domésticas se constituem, tendo em vista suas condições socioeconômicas e de vida.

Assim, a organização social da RMGV em grupos socioespaciais, ao evidenciar as diferenças demográficas, sociais e econômicas entre as tipologias, apresentou-se como uma nova forma de estudar o território metropolitano.

Referências

ALVES, J.E.D; SUZANA, M, C**.** "Transições urbana e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil". Cadernos de Estudos Sociais 27.2, p.91-114. 2013.

BRASIL, G. et al. Projeções populacionais para o Espírito Santo: 2015-2030. Relatório ES 2030. 2013.

BRASS, William et al. The Demography of Tropical Africa, Princeton University Press. 1968.

BRASS W. "Methods of demographic estimation from incomplete data". Chapel Hill: Laboratories for Population Statistics, University of North Carolina at Chapel Hill. 1975.

CIOFF, S. Famílias metropolitanas: Arranjos familiares e condições de vida. XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Anais: 1041-1070. 1998.

RIBEIRO, R e SALATA, A. Nota técnica sobre unidades domésticas e famílias nas pesquisas domiciliares do IBGE - Censos Demográficos e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNADs. 2013. Mimeo.

SILVA, E. Organização socioespacial e dinâmica demográfica na região metropolitana do Rio de Janeiro. Disponível em:www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/relatorio_erica.pdf. Acesso em ago. 2013. 2010.

WUNSCH, G. *Techniques d'analyse des données démographiques déficientes*, Liège:Ordina Editions. 1984.

Capítulo 6

Organização social do território e formas de provisão de moradia

Latussa Laranja Monteiro
Marlon Neves Bertolani
Rodrigo Bettim Bergamaschi

Resumo: O capítulo analisa a Organização social do território da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV e suas interações com diferentes formas de provisão de moradia. Para isso apresenta a produção pública, marcante durante a fase de mais forte adensamento e constituição da aglomeração urbana da RMGV entre meados de 1960 e 1980 e a atuação mais recente da produção de moradias por meio do mercado imobiliário formal. Adicionalmente, são apresentados indicadores relativos a especificidades do estoque domiciliar, utilizando-se dos dados de domicílios dos censos IBGE relacionados às Tipologias Socioespaciais desenvolvidas pelo Observatório das Metrópoles. Os resultados apontam para uma produção de moradias que tende a reproduzir a dicotomia na ocupação entre espaços melhor infraestruturados e/ou litorâneos e aqueles mais do interior e/ou periféricos.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Vitória; habitação; produção habitacional; tipologia socioespacial.

Abstract: The chapter examines the social organization of Vitoria Metropolitan Area and the interactions between different forms of housing provision. For doing so, it presents the public production during the strongest period of densification and constitution of the urban agglomeration, taken place between mid-1960´s and 1980´s and the most recent housing production through the formal real state sector. Additionally, it presents dwelling indicators using data from IBGE census related to socio-spatial typologies developed by Observatório das Metrópoles. The results seems to point that the kind of production tends to maintain the dichotomy between the best served on infrastructure spaces particularly at the coast, and those more interior or peripherals.

Keywords: Metropolitan Region of Vitoria, housing, housing production, socio-spatial tipology

6.1. Introdução

Este capítulo tem por objetivo analisar as particularidades e as interações entre diferentes formas de provisão de moradia na Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, apresentar o estoque domiciliar existente e sua relação com a organização social do território metropolitano expresso por meio da tipologia socioespacial de 2000 e de 2010, criada e aperfeiçoada pelo INCT Observatório das Metrópoles.

O tema da moradia é essencial para se entender as dinâmicas internas de um território. Direito social inscrito na Constituição de 1988, a moradia, em sentido amplo é mais do que o abrigo, abarcando também a própria condição de dignidade de vida necessária ao bem-estar e um dos primordiais fatores de qualidade percebido por uma população. Além disso, os espaços residenciais ocupam a maior parte da malha urbana, e suas localizações relativas são preponderantes para as possibilidades de acesso a postos de trabalho, equipamentos e serviços. Nesse sentido, há uma grande ligação entre esse e outros temas, como transporte e atendimento por redes de saneamento básico ou oportunidades educacionais e segurança, que, quando integrados, podem garantir melhores condições de vida à população mais pobre sem grandes incrementos na política setorial de habitação (AZEVEDO, 2007).

A questão habitacional no Brasil foi fortemente marcada pela escala de atuação do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, por meio do Banco Nacional de Habitação, o BNH, que atuou de 1964 a 1986. O SFH foi responsável por ampliação do número de empresas de construção civil nas principais cidades do país, consolidando na década de 1970 a "incorporação imobiliária como forma empresarial de produção da moradia" (RIBEIRO; LAGO, 1994, p.8), mas a oferta endereçada a camadas de renda média e alta, em detrimento da popular, fez com que nesse mesmo período, a autoconstrução tenha sido o principal meio de acesso à moradia de baixa renda nas cidades.

Levantamento de Azevedo e Andrade[1] junto ao BNH, quantifica os financiamentos habitacionais concedidos por meio do SFH por clientela, onde 35% foram destinados ao Mercado Popular, enquanto

[1] Entende por Mercado Popular aquele atendido pelas COHAB´s e diretamente pelo BNH para população de baixa renda. Mercado Econômico equivale ao atendido por cooperativas habitacionais, Institutos e Hipotecas e como Mercado Médio, aquele financiado por SBPE e Recon.

21,8% ao Mercado Econômico e 43,2% ao Mercado Médio (Tabela 6.1). Somados, aos mercados Econômico e Médio são destinados 65% das unidades financiadas.

Tabela 6.1 - Financiamentos Habitacionais Concedidos Através do SFH até 31 de Dezembro de 1980

Clientela	Unidades Financiadas	%
Mercado Popular	1.004.884	35,0
Mercado Econômico	627.824	21,8
Mercado Médio	1.241.175	43,2
Total	3.873.883	100,0

Fonte: Azevedo e Andrade, 1984. Elaboração: IJSN, 2013.

Segundo Ribeiro e Lago (1994), a década de 1980 foi caracterizada por intensa crise fiscal do Estado, causando perda de capacidade de investimento, o que agrava a crise habitacional, de transportes coletivos e da infraestrutura em geral. Com relação à habitação em São Paulo e no Rio de Janeiro, os autores afirmam que "a década de 1980 expressa o fim do acesso à casa própria para a população pobre", em que esgota-se a autoconstrução periférica e aumenta a população residente em favelas e cortiços.

O período seguinte, conforme análise de Azevedo (2007), demonstra o quanto o tema esteve sem uma orientação federal firme durante a redemocratização, a começar pela incorporação do antigo BNH à Caixa Econômica Federal, passando pela atribuição da política habitacional a diversos ministérios e a elitização da habitação dita popular do Sistema Financeiro de Habitação, embora alguns programas tenham obtido certo êxito[2].

A criação do Ministério das Cidades em 2003, e a posterior instituição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, com a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, em 2005[3] indica o início de um novo ciclo, que incluía a institucionalização de várias demandas do Movimento de Reforma Urbana, com foco no desenvolvimento urbano integral, segundo premissas de função social da propriedade urbana. Com essa orientação, em 2007 é

[2] Para uma listagem detalhada dos principais programas do período e seus resultados, ver: Azevedo (2007).

[3] Lei 11.124/05.

contratado, pelo Ministério das Cidades, o PlanHab - Plano Nacional de Habitação que, concluído em 2010, foi ofuscado pelo lançamento, em março de 2009, do Programa Minha Casa Minha Vida, PMCMV, do mesmo Governo Federal que, segundo aponta Maricato (2011), ignorou o PlanHab em grande medida.

Desde então, o PMCMV mobiliza a maioria dos recursos para a construção de moradia no país. Muitos estudos têm analisado os impactos do programa e não obstante seu louvável caráter anticíclico frente à crise estabelecida em 2008, suas conclusões indicam que parecem se repetir padrões de localização distante da malha urbana e lógicas de produção em série do período do BNH, além da dificuldade de oferta para a faixa de renda entre 0 e 3 salários mínimos.

A meta inicial, de um milhão de novas habitações, dentre estas 40% voltadas a famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos, gerou um grande aquecimento na indústria da construção civil em todo o país, mas evidenciou as assimetrias internas com relação à capacidade de resposta dos mercados locais após o longo hiato de ações, além de exacerbar o papel fundamental do solo urbano infraestruturado, cuja escassez aliada à demanda e à não utilização de instrumentos de controle e gestão da terra urbana previstos no Estatuto da Cidade foi condição primeira para elevação dos preços da terra, e posterior aumento dos valores das unidades, que mais uma vez ampliava a expectativa de ganhos dos proprietários, gerando um ciclo vicioso.

Embora necessariamente atrelado a esse pano de fundo, este capítulo analisa as particularidades dos domicílios a partir de dados censitários, na Região Metropolitana da Grande Vitória, e sua relação com a organização social do território metropolitano, conforme metodologia e resultados expressos no capítulo quarto desta publicação. Importa buscar a descrição necessária para a compreensão do quadro atual na RMGV, que se apresenta como herdeiro tanto do modo de se ofertar moradia de interesse social, anteriormente designada "popular", quanto das práticas do mercado imobiliário formal, para entender como a lógica de produção do espaço da moradia se articula ou não às Tipologias Socioespaciais propostas pelo Observatório das Metrópoles como chave de entendimento para a questão da segregação nos espaços metropolitanos do Brasil.

Em que medida a metodologia de análise pode desnaturalizar localizações ditas "privilegiadas" da moradia no espaço da Região Metropolitana da Grande Vitória, com relação, sobretudo aos diferentes

graus de desenvolvimento urbano de seus municípios e sua proximidade ao município polo, Vitória? Buscar esta resposta é necessário para explicar boa parte das questões ligadas à ideia de qualidade de vida urbana na Região.

6.2. Provisão Pública de Moradia e conformação da RMGV

Na Região Metropolitana da Grande Vitória, a COHAB-ES foi a principal formuladora e executora da política habitacional popular no SFH e mesmo diante das diversas mudanças ocorridas nas diretrizes da Política Habitacional e em seu próprio quadro institucional, produziu aproximadamente 25 mil unidades na RMGV, entre casas, apartamentos e embriões, entre 1965 e 1985 (STORCH, 2005).

Após a extinção do BNH e sucessivas mudanças de vinculação na estrutura do executivo estadual, culminado com a alienação da Carteira de Créditos recebíveis, em 1998, a COHAB-ES teve sua liquidação autorizada pela mesma lei que criou o IDURB (Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado do Espírito Santo), autarquia ligada à SEDURB (Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano) em 2009[4].

Se somada a atuação do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (INOCOOP-ES)[5], desde sua criação em 1968 até 1986 (IJSN, 1987), temos que mais de 90% das unidades produzidas no estado foram localizadas na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Ao se analisar os dados das Tabelas 6.2 e 6.3, é possível observar que tanto a COHAB, principal promotora da habitação popular, quanto o INOCOOP-ES, importante promotor do mercado econômico, concentraram no município de Serra a maioria das unidades, mas apenas a COHAB produziu moradias nos cinco municípios conurbados da Região Metropolitana[6].

---

[4] Lei Complementar nº 488/2009.

[5] Criado para assessorar tecnicamente as cooperativas, sua criação é autorizada em 1966 pelo BNH. Ainda que sua atuação prioritária seja a de mercado econômico, as lógicas de produção se assemelham às da COHAB.

[6] Para maiores detalhes sobre as formas de atuação dos dois agentes, ver IJSN, 1987. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Biblioteca/BibliotecaOnline/?module=Record&id=4684.

Tabela 6.2 - Número e percentual de unidades produzidas COHAB-ES entre 1965 e 1985

Localização	N°Unidades	Percentual
Total Interior do ES	6351	19,40%
Cariacica	4973	15,19%
Serra	12225	37,35%
Viana	2270	6,93%
Vila Velha	3592	10,97%
Vitória	3324	10,15%
Total RMGV	26384	80,60%
Total ES	32735	100,00%

Fonte: Nodari e Guidoni, 2002. Elaboração: IJSN, 2013.

Tabela 6.3 - Número e percentual de unidades produzidas INOCOOP-ES por localização, entre 1968 e 1986.

Localização	N°Unidades	Percentual
Total Interior do ES	1986	6,89%
Serra	13756	47,73%
V. Velha	11305	39,22%
Vitória	1775	6,16%
Total RMGV	26836	93,11%
Total	28822	100,00%

Fonte: IJSN, 1986. Elaboração: IJSN, 2013.

Em estudo que analisa a dinâmica urbana na RMGV na década de 1990, o Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES, 2001)[7] afirma que após a interrupção dos trabalhos com o BNH, a principal atuação da COHAB-ES foi a implantação do conjunto Cidade Continental, em Serra. O mesmo documento cita que o INOCOOP-ES entregou 2.260 unidades que haviam sido contratadas na década de 1980 ainda com recursos do SFH e que posteriormente passou a atuar em sistema de autofinanciamento, ou seja, utilizando recursos dos próprios adquirentes, com o que concluiu mais 2.049 unidades na década de 1990 e contratou outras 2.423 unidades que à época da coleta dos dados, possuíam entrega prevista até 2004. O documento conclui que:

> Do ponto de vista meramente quantitativo, o INOCOOP assessorou a construção de 6.742 unidades no período considerado [década de 1990], o que demonstra a redução de sua produção em relação às décadas anteriores. Todavia, observa-se que para as classes de renda média esta tenha sido provavelmente a alternativa mais viável de acesso à moradia durante a década de 90 (IPES, 2001.p 20).

[7] Atual Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

Os conjuntos implementados nas décadas de 60 a 80, configuraram fortemente a Região Metropolitana, criando novos vetores de ocupação, sobretudo nos municípios periféricos e de certa forma preparando a expansão por meio da ocupação das terras em seus interstícios. Áreas distantes quando de sua implantação, os conjuntos habitacionais estão totalmente integrados à malha urbana atual, que se expandiu grandemente no mesmo período. O forte crescimento populacional observado nos municípios da RMGV entre 1970 e 2010, evidencia a pressão exercida sobre o território metropolitano, com expressivo destaque para os números de Serra que multiplica sua população por quase cinco vezes entre 1970 (17.286 habitantes) e 1980 (82.568) e quase triplica sua população entre 1980 e 1991 (222.158 habitantes), significando taxas de crescimento anuais de 16,93% e de 9,42%, respectivamente. Na verdade, em Serra são observadas as maiores taxas de crescimento populacional dentre as dos municípios metropolitanos em todos os períodos intercensitários exceto no período entre 2000 e 2010, em que sua taxa (2,45%) esteve abaixo de Fundão (2,73%), a mais alta da RMGV[8]. No outro extremo de comportamento está Vitória, cujo crescimento em 1970-1980 foi de 4,56% e a metade disso, 2,02% no período de 1980-1991 (Tabelas 6.4 e 6.5).

Tabela 6.4 - População dos municípios da RMGV, entre 1970 e 2010

Município	1970	1980	1991	2000	2010
Cariacica	101.422	189.099	274.532	324.285	348.738
Serra	17.286	82.568	222.158	321.181	409.267
Vila Velha	123.742	203.401	265.586	345.965	414.586
Vitória	133.019	207.736	258.777	292.304	327.801
Guarapari	24.105	38.500	61.719	88.400	105.286
Fundão	8.170	9.215	10.204	13.009	17.025
Viana	10.529	23.440	43.866	53.452	65.001

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (1970; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.
Notas: 1 - Para o ano de 1970, população presente; para os anos seguintes, 1980, 1991, 2000 e 2010, população residente. 2 - Para o ano de 1970, 1980 e 1991, dados da Amostra. Na divulgação dos resultados da amostra do Censo, os totais de uma mesma característica podem diferir ligeiramente de uma tabela para outra, bem como dos resultados do universo, em função de terem sido obtidos por soma das estimativas básicas correspondentes, após arredondamento. 3 - Para o ano de 2000: dados do Universo. 4 - Para o ano de 2010: dados da Sinopse, definitivos.

[8] Ver Capítulo 1.

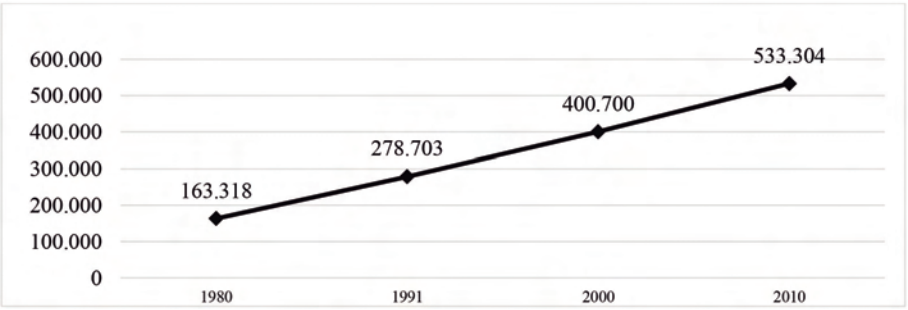
Tabela 6.5 – Taxa de crescimento anual dos municípios da RMGV, por períodos intercensitários de 1970 a 2010

Município	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Cariacica	6,43	3,45	1,87	0,73
Serra	16,93	9,42	4,18	2,45
Vila Velha	5,10	2,45	2,98	1,83
Vitória	4,56	2,02	1,36	1,15
Guarapari	4,79	4,38	4,07	1,76
Fundão	1,21	0,93	2,74	2,73
Viana	8,33	5,86	2,22	1,98

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (1970; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Ao se observar como se comportou a evolução total de domicílios particulares permanentes por municípios na RMGV nos mesmos períodos, constata-se um aumento da ordem de 202,98% entre 1980 e 2000. A maior variação ocorreu entre os censos de 1991 e 2000, com um aumento de 121.997 domicílios particulares permanentes (Gráfico 6.1).

Gráfico 6.1 – Evolução Domicílios Particulares permanentes (1980-2010)



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (1980; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

O número de domicílios particulares permanentes teve um aumento de 369.986 unidades no período de 1980 a 2010, um número consideravelmente superior à produção habitacional observada entre 1964 e 1986, período de atuação do BNH, em que foram produzidas

aproximadamente 60 mil unidades. Ainda que estes números não expressem a totalidade da produção formal, por não incluir a produção de mercado, pesquisas anteriores demonstram que sua "situação de inexpressividade" é superada apenas na década de 1970, quando sua atuação estava restrita à capital, onde "o metro quadrado da construção é o mais caro, onde mais se verticalizou, e mais se construiu de forma empresarial" (CAMPOS JR., 2002), situação que persiste nas décadas seguintes.

A evolução da mancha urbana na RMGV elaborada por meio da análise geoespacial de fotografias aéreas dos períodos demarcados permite estabelecer uma correlação da ocupação do território em diferentes períodos.

A Tabela 6.6 mostra os dados da expansão da mancha urbana dos cinco municípios conurbados[9], entre 1970 e 2013. Conforme análise feita no capítulo 1, as informações mostram que o crescimento nos dois primeiros períodos é próximo a 100%, fato significativo se consideramos a diferença de velocidade entre eles: nos oito anos entre 1970 a 1978 a Região cresceu percentualmente o mesmo que nas duas décadas seguintes. Como os períodos não são simétricos, para melhor observar a dinâmica de expansão na Região ao longo dos anos, note-se que o crescimento médio anual é de 6,0% entre 1970 e 1978, 2,4% entre 1978 e 1998, 2,2% entre 1998 e 2007 e finalmente de 1,5% entre 2007 e 2013.

Tabela 6.6 – Expansão da mancha urbana 1970-2013

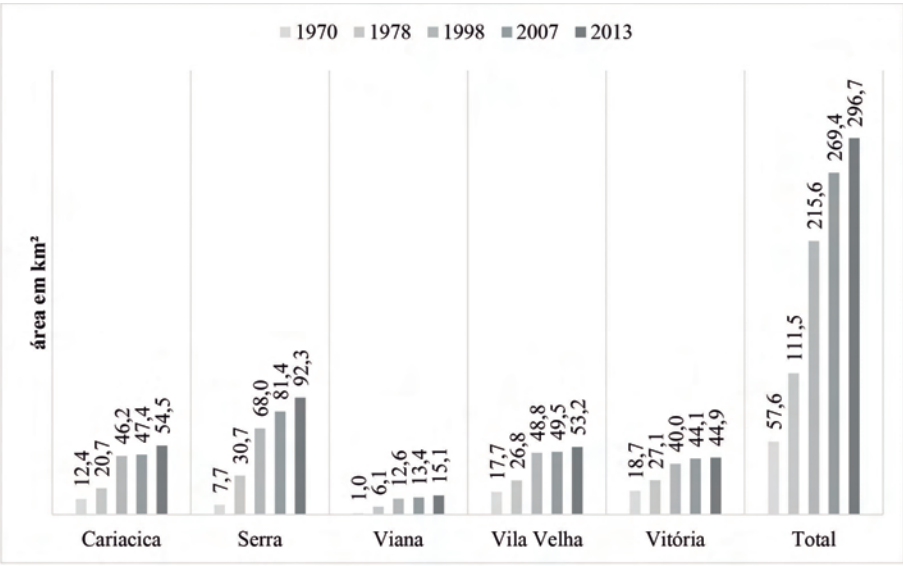
Períodos	Crescimento no Período (km²)	Crescimento no Período (%)	Crescimento Médio Anual (km²)	Crescimento Médio Anual (%)
Entre 1970 e 1978	54,0	93,6	6,7	6,0
Entre 1978 e 1998	104,0	93,4	5,2	2,4
Entre 1998 e 2007	53,9	25,0	6,0	2,2
Entre 2007 e 2013	27,2	10,1	4,5	1,5

Fonte: IJSN, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

[9] Como já apontado anteriormente, não há informações de todos os períodos considerados para os municípios de Guarapari e Fundão, o que impede a análise da evolução da ocupação de seus territórios.

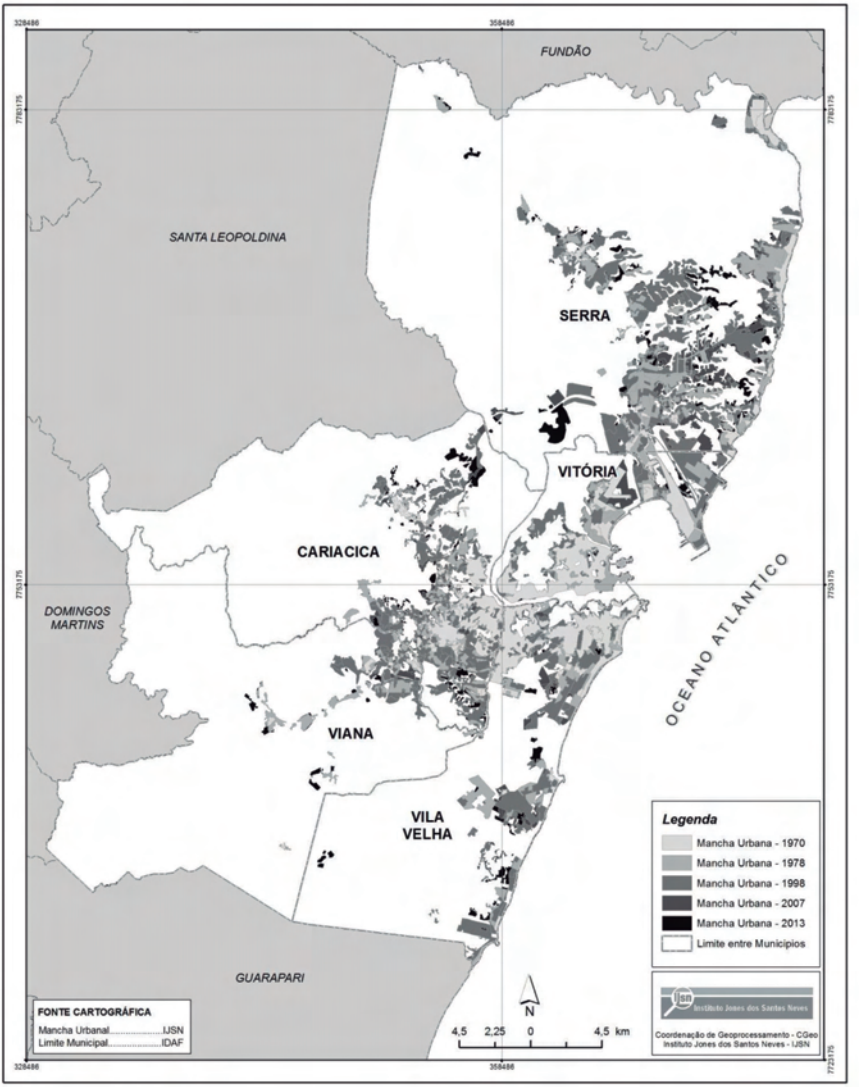
O Gráfico 6.2 a seguir, permite entender a mudança no território de cada um dos municípios conurbados entre os períodos. Já a Figura 6.1 mostra o espraiamento da ocupação desde 1970, a partir do núcleo e dos municípios de ocupação mais antiga, em direção aos espaços periféricos, complementando-se os vazios ao longo das últimas décadas. Não obstante o hiato de representação da década de 1980, percebe-se pela mancha observada em 1998, que a ocupação urbana estava estabelecida, em termos de limites, muito próxima à atual.

Gráfico 6.2 - Evolução da mancha urbana em municípios selecionados



Fonte: IJSN, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 6.1 - Evolução da mancha urbana RMGV 1970-2013, municípios selecionados



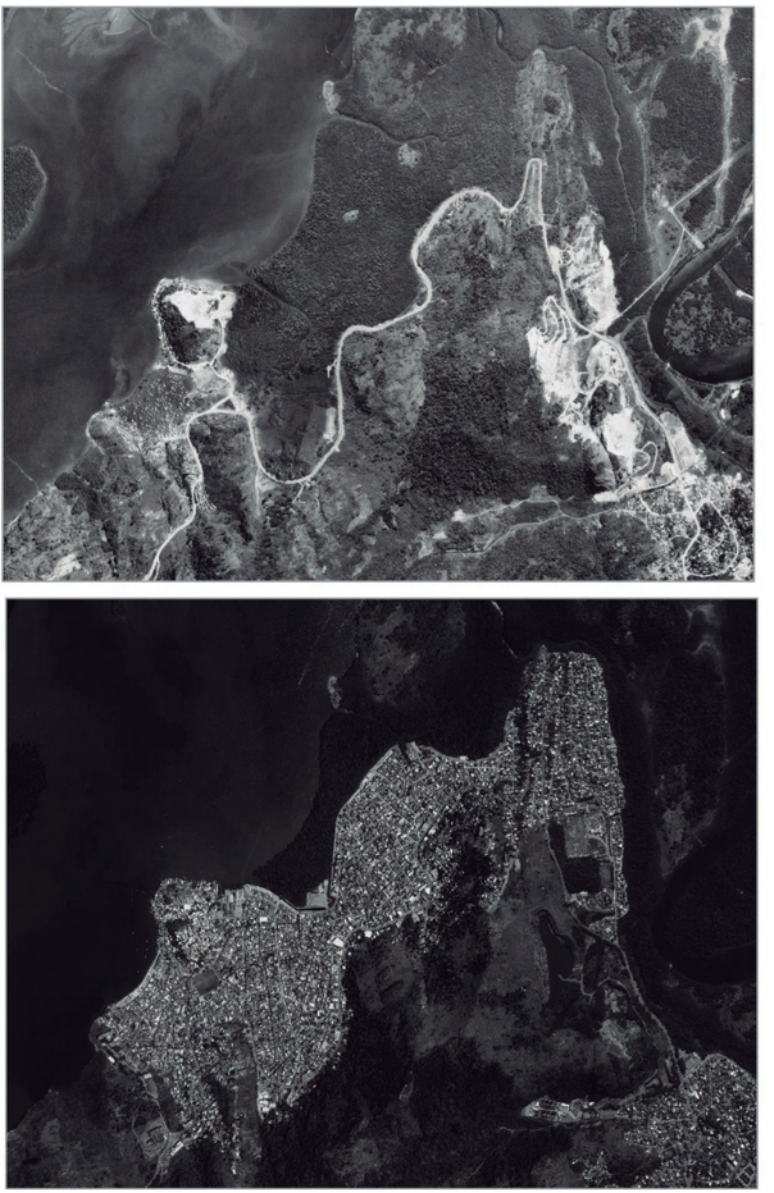
Fonte: IJSN, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

A expansão observada foi muito superior à atuação da política habitacional implementada, ou à produção de mercado, corroborando a hipótese de que a Região Metropolitana experimentou o mesmo tipo de intensa autoconstrução, que incluiu a ocupação de loteamentos populares, em sua maioria com diversos graus de irregularidade, e também a ocupação de áreas impróprias, seja por sua condição ambiental,

como os manguezais, seja por oferecerem riscos, como as áreas de morro, ou ambas, como as margens de córregos e canais.

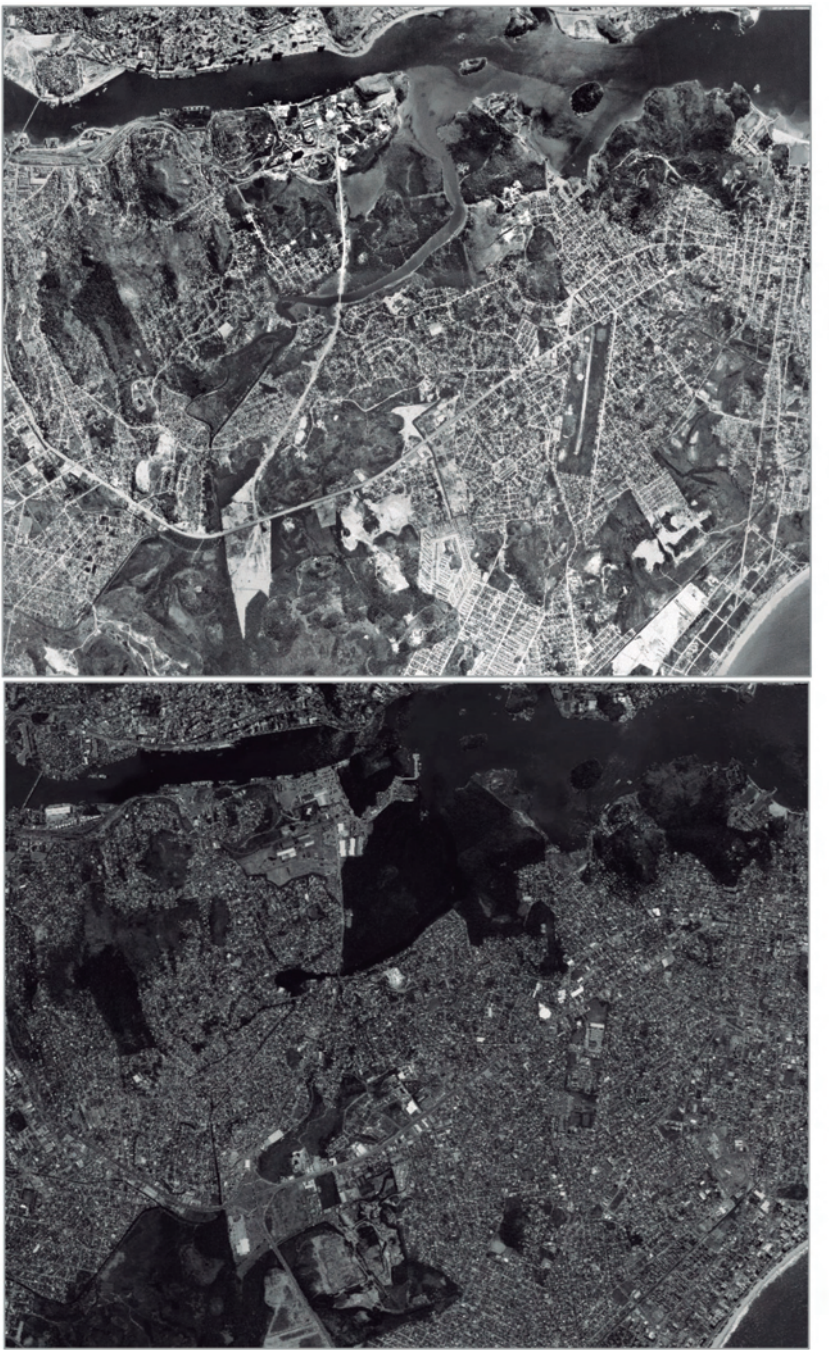
As Figuras 6.2 e 6.3 evidenciam o exposto, dando como exemplos as regiões de São Pedro, em Vitória e da Foz do Rio Aribiri em Vila Velha.

Figura 6.2 – Região de São Pedro 1978/2013



Fonte: IJSN, 1978; IEMA, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 6.3 – Região da Foz do Rio Aribiri 1978/2013



Fonte: IJSN, 1978; IEMA, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

Como apontado anteriormente, também Storch (2005, p.98) ressalta que nenhum novo projeto habitacional foi aprovado ou executado pela COHAB a partir da extinção do BNH, e que a atuação da COHAB para enfrentar o déficit passou a vislumbrar:

> [...] a celebração de parcerias com prefeituras e com os movimentos de moradia organizados na busca de alternativas, seja na constituição de cooperativas que proporcionem o autofinanciamento de unidades, seja para inserção nos programas oficiais do Governo Federal, bem como na identificação de outras fontes de recursos que possibilitem a retomada do processo produtivo e a consequente diminuição do déficit habitacional (STORCH, 2005, p.98).

A escassez de recursos para a habitação tornava impossível atender à demanda do Sistema de Inscrição e Cadastramento Permanente - SICAP, que em 2005 era de 25.000 inscritos para os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória e 82.000 em todo o Espírito Santo.

Na mesma direção, o estudo do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN de 1987, previamente citado, mostra um total de unidades de 15.843 em projetos enviados ao BNH, pendentes de análise ou aprovação.

Interessante notar que a estimativa do déficit habitacional para o ES, calculado pelo IJSN utilizando dados da PNAD 2011 e metodologia da Fundação João Pinheiro, conta uma necessidade total de 82.341 novos domicílios, número próximo ao apontado por Storch há quase uma década, enquanto estimativa publicada pelo IPEA (2013) resulta em 99.731 unidades deficitárias[10] em 2010.

Segundo dados compilados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (2010), de 2003 a 2009 foram construídas, em todo o Estado, 2.946 novas moradias, somadas as ações de três diferentes setoriais de governo[11]. Esses números, comparados aos anteriores evidenciam o hiato da produção habitacional vivenciado na Região, assim como em outras partes do país, após extinção do Banco Nacional da Habitação e a di-

[10] Por uma diferença do questionário, os dados censitários não permitem excluir as famílias conviventes secundárias que não têm intenção de constituir novo domicilio do total de famílias conviventes secundárias, o que é possível na PNAD desde 2007.

[11] Além da COHAB/IDURB, participaram com programas específicos as Secretarias de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG; e Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES.

visão de suas atribuições à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Banco Central.

Os efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana da Grande Vitória parecem apontar para a mesma dificuldade de implantação observada em outras regiões, referentes ao preço da terra e à falta de infraestrutura onde há terra acessível nos parâmetros de composição do programa. Este subtema demanda novas e aprofundadas pesquisas para o futuro.

6.3. O Mercado Imobiliário Formal

Com relação às estratégias de localização dos agentes produtores, esta análise busca relacionar a organização social do território à produção formal de moradias. Para isso utilizam-se dados do setor empresarial oriundos do Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Espírito Santo - SINDUSCON-ES e da Caixa Econômica Federal. Os primeiros são obtidos por meio de pesquisa da atuação das empresas filiadas àquele sindicato, compilados no 22º Censo[12] daquela entidade. Os dados da CEF foram obtidos dos relatórios de Operação de Crédito Contratadas - OCC na RMGV, dos meses de julho e setembro de 2013.

O Censo Imobiliário SINDUSCON-ES consiste em uma pesquisa realizada por meio de questionário respondido pelas diretorias das construtoras, abrangendo os empreendimentos novos e em construção com área acima de 800 m², aglutinados por territórios geográficos denominados "regiões", que por sua vez são formadas por bairros ou conjunto de bairros dos municípios em que atuam as empresas respondentes (ver Quadro 6.1 a seguir). Atualmente a pesquisa abrange Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Guarapari.

[12] O Censo é realizado semestralmente, desde 2002. O 22º Censo foi disponibilizado em Novembro de 2012.

Quadro 6.1 – Regiões censitárias SINDUSCON-ES

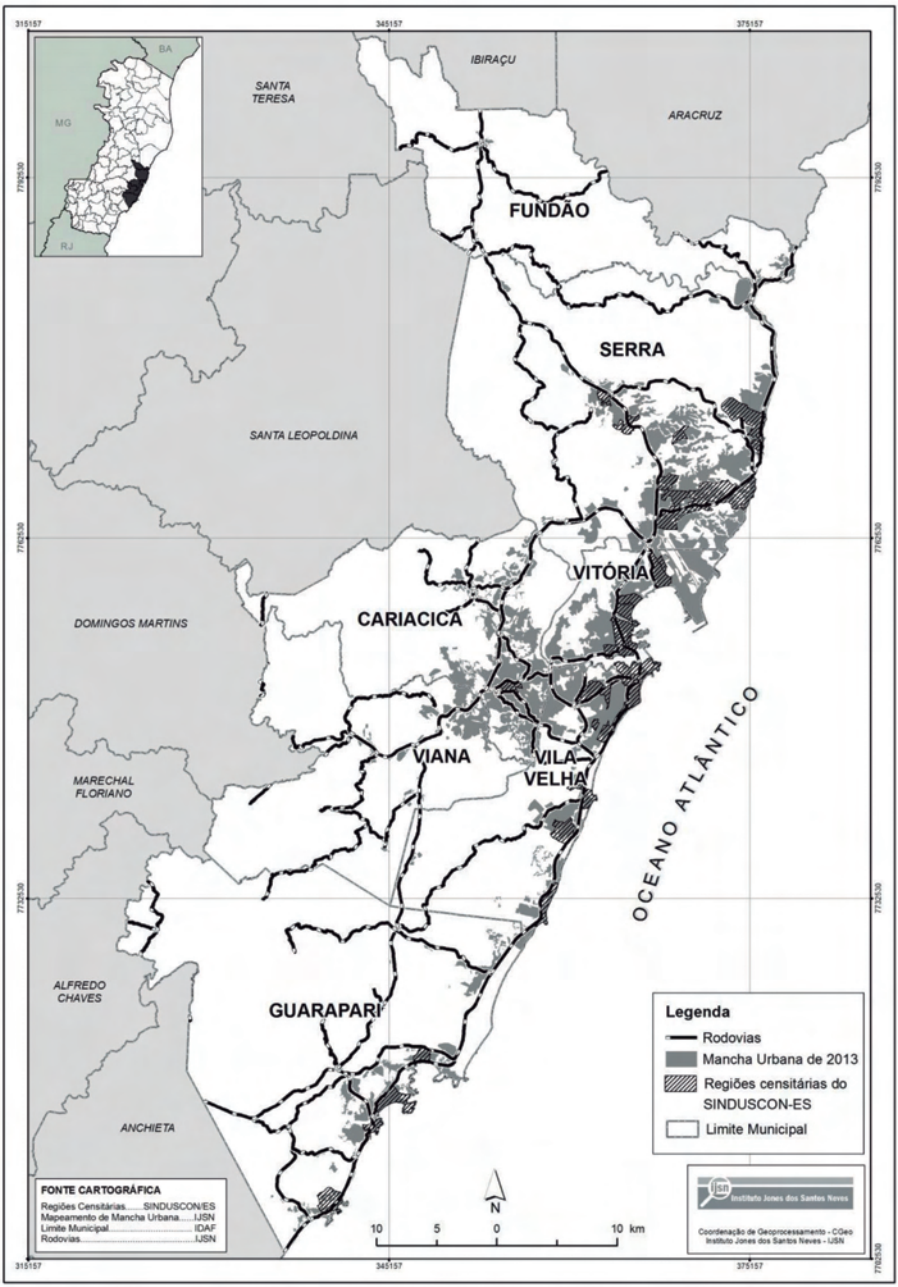
REGIÃO CENSITÁRIA	MUNICÍPIO	BAIRROS
REGIÃO 1	Vitória	Praia do Suá, Santa Lucia, Bento Ferreira.
REGIÃO 2	Vitória	Praia do Canto, Barro Vermelho, Praia de Sta. Helena, Santa Luiza.
REGIÃO 3	Vitória	Enseada do Suá.
REGIÃO 4	Vitória	Jardim da Penha.
REGIÃO 5	Vitória	Jardim Camburi.
REGIÃO 6	Vitória	Mata da Praia.
REGIÃO 7	Vila Velha	Praia da Costa, Itapoã.
REGIÃO 8	Vila Velha	Itaparica, Parque das Gaivotas, Novo México.
REGIÃO 9	Serra	Colina de Laranjeiras, Laranjeiras, Laranjeiras II, Morada de Laranjeiras, Porto Canoa, Valparaíso.
REGIÃO 10	Cariacica	Campo Grande.
REGIÃO 11	Serra	Jardim Limoeiro, B. Fátima, São Diogo.
REGIÃO 12	Serra	Castelândia, Jacaraípe, Manguinhos.
REGIÃO 13	Serra	Serra Sede e Campinho da Serra.
REGIÃO 14	Vila Velha	Aribiri, Centro, Santa Inês, Ataíde.
REGIÃO 15	Vila Velha	Barra do Jucu, Santa Paula, Ulisses Guimarães, Terra Vermelha, Ponta da Fruta.
REGIÃO 16	Guarapari	Guarapari (*)

Fonte: SINDUSCON-ES, 2012. Elaboração: IJSN, 2013.
*mostra subdivisões internas.

A Figura 6.4 ilustra as áreas da Região Metropolitana que contam com a informação.

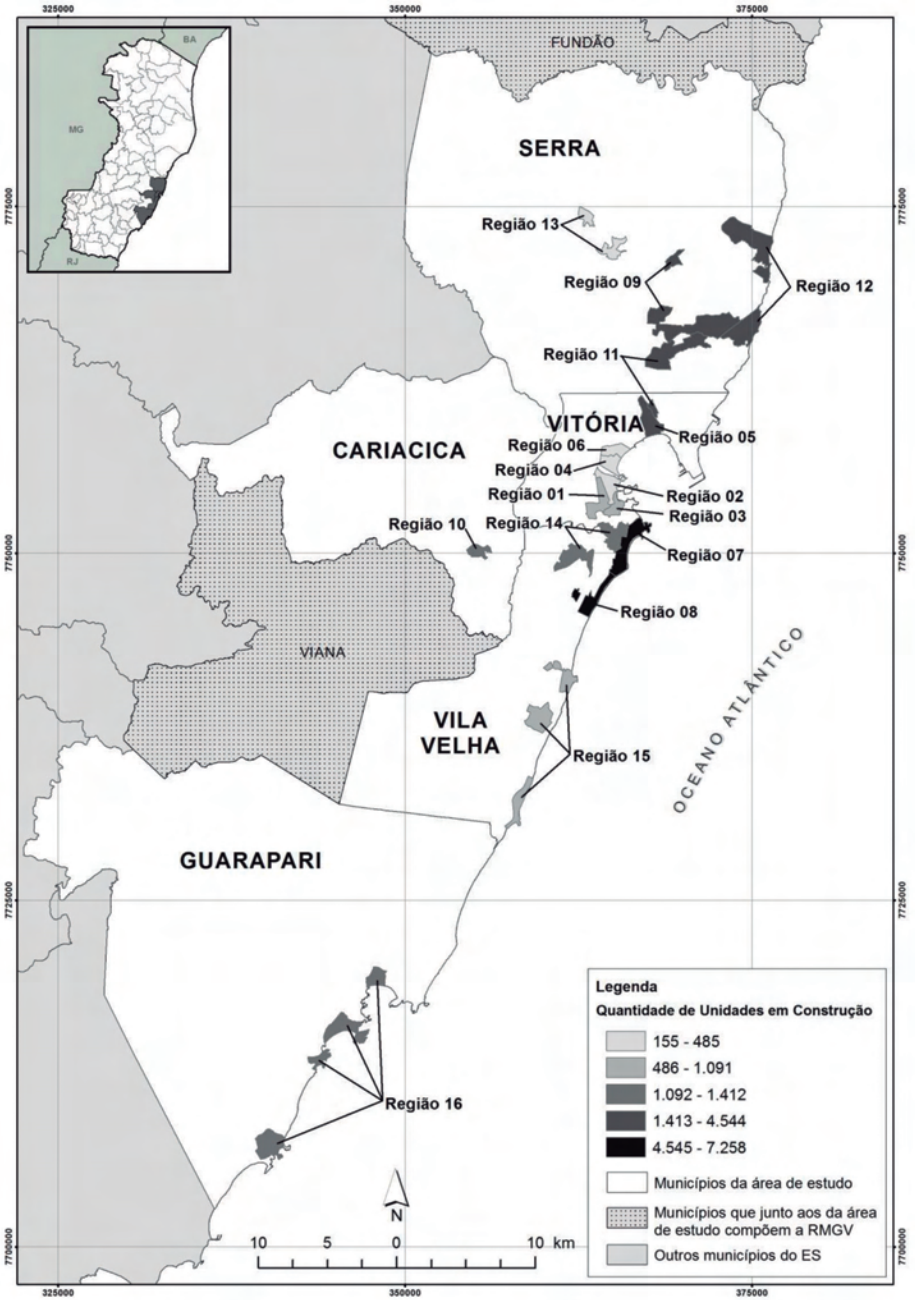
Segundo as informações, em número de unidades, as duas primeiras posições estão nas regiões 07 e 08, ambas localizadas na faixa litorânea de Vila Velha, ao sul, cuja proximidade com o município polo é garantido pela ligação da Ponte Darcy Castello de Mendonça, a 3ª ponte de ligação Vitória-Vila Velha. Observando a Figura 6.5, podemos distinguir que localizações ao norte, das regiões 09, 11 e 12, localizadas em Serra, e a região 05, em Vitória, estão na faixa imediatamente seguinte, também contando com número expressivo de unidades. Após, estão as regiões 14, em Vila Velha, 16 em Guarapari e 10, em Cariacica, município que passou a figurar nas informações a partir do 10°Censo Imobiliário, em 2006. As áreas com menor número de unidades estão localizadas em Vitória (regiões 02, 04 e 06) e em Serra (região 13). Ressalve-se, porém que, conforme visto no Quadro 1, Regiões Censitárias SINDUSCON, acima, as referidas regiões, 03, 04, 05 e 06, correspondem aos Bairros de Enseada do Suá, Jardim da Penha, Jardim Camburi e Mata da Praia, em Vitória, isoladamente e não a conjuntos de bairros.

Figura 6.4 – Regiões Censitárias 22° Censo Imobiliário SINDUSCON-ES



Fonte: SINDUSCON-ES, 2012. Elaboração: CGeo/IJSN, 2013.

Figura 6.5 – Quantidade de Unidades em Construção



Fonte: SINDUSCON-ES, 2012. Elaboração: CGeo/IJSN, 2013.

Embora a atuação venha crescendo em municípios como Vila Velha e Serra, e tenha esta atuação chegado a municípios mais periféricos, como Cariacica, é notória a diferenciação do valor por metro quadrado nas regiões localizadas em Vitória, se comparadas às demais. A Tabela 6.7 abaixo, mostra os valores de metro quadrado conforme disponibilizadas pelo SINDUSCON, ou seja, por tipo de unidade em sete tipos distintos: cinco por quantidade de quartos (1 a 5), casas e comerciais. Note-se a pouca representatividade dos tipos cinco quartos (apenas apresenta valor de m² na região 16) e casa (presente em apenas 4 das 16 regiões), e que o tipo com valor mais elevado é o comercial, presente em todos os municípios.

Tabela 6.7 – Preços por metro quadrado por tipo de unidade

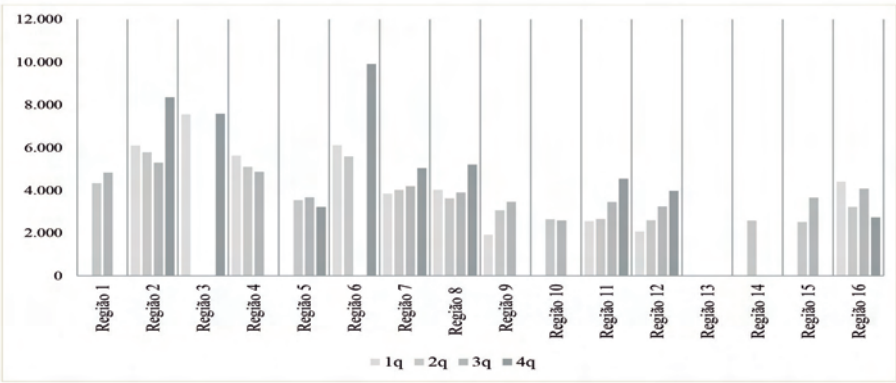
REGIÃO	MUNÍCIPIO	TIPO						
		1q	2q	3q	4q	5q	Comercial	Casa
Região 1	Vitória	0	4.340	4.840	0	0	6.246	0
Região 2	Vitória	6.103	5.789	5.302	8.361	0	0	0
Região 3	Vitória	7.562	0	0	7.590	0	7.738	0
Região 4	Vitória	5.634	5.107	4.874	0	0	0	0
Região 5	Vitória	0	3.532	3.671	3.219	0	5.903	0
Região 6	Vitória	6.117	5.597	0	9.912	0	0	0
Região 7	Vila Velha	3.852	4.024	4.198	5.049	0	0	2.636
Região 8	Vila Velha	4.038	3.622	3.905	5.211	0	5.290	0
Região 9	Serra	1.918	3.058	3.458	0	0	5.301	0
Região 10	Cariacica	0	2.640	2.586	0	0	5.638	0
Região 11	Serra	2.560	2.659	3.452	4.556	0	6.404	0
Região 12	Serra	2.068	2.592	3.242	3.985	0	3.634	0
Região 13	Serra	0	0	0	0	0	0	2.386
Região 14	Vila Velha	0	2.577	0	0	0	0	0
Região 15	Vila Velha	0	2.511	3.653	0	0	0	3.205
Região 16	Guarapari	4.416	3.220	4.085	2.734	7.205	5.000	2.700

Fonte: SINDUSCON-ES, 2012. Elaboração: IJSN, 2013.

Recapitulando, as regiões censitárias de 01 a 06 estão localizadas em Vitória; as regiões 07 e 08 e 14 e 15 em Vila Velha; 09, 11, 12 e13 em Serra; 10 em Cariacica e 16 em Guarapari.

O Gráfico 6.3 abaixo demonstra, para os principais produtos residenciais[13], exceto casa, os valores médios em cada região censitária.

Gráfico 6.3 - Preço médio do m² por região censitária/SINDUSCON-ES



Fonte: SINDUSCON-ES, 2012. Elaboração: IJSN, 2013.

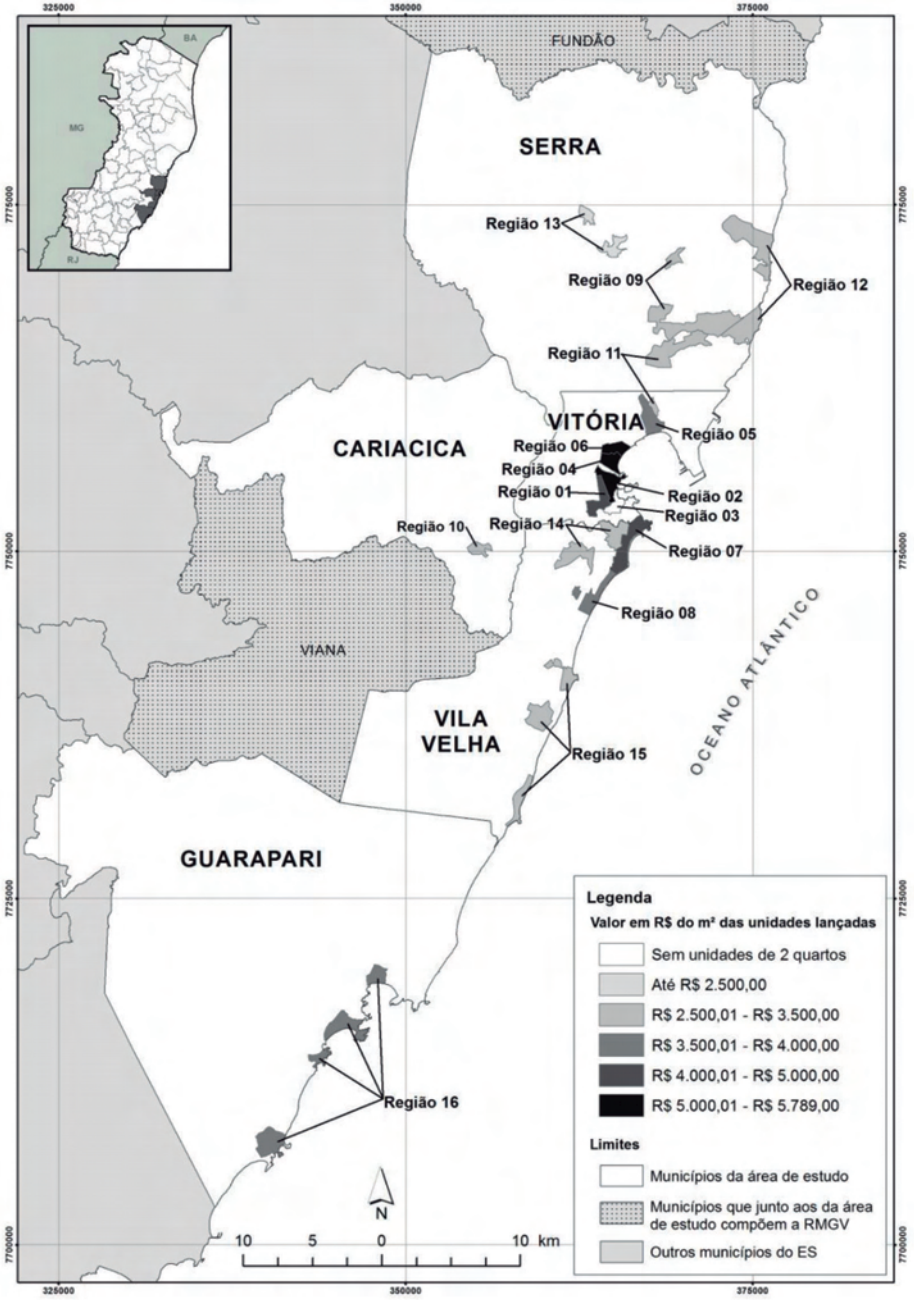
Para melhor visualização do valor por metro quadrado de construção, optou-se por mapear o tipo dois quartos, uma vez que, dentre 34.863 unidades em construção em novembro de 2012, 18.500 eram desse tipo, correspondendo a 53% do total geral.

Como resultado desse esforço, a Figura 6.6 a seguir permite inferir que para as regiões censitárias estudadas, das dez de maior valor do metro quadrado, as 7 primeiras estão localizadas em Vitória, e as 3 seguintes, são aquelas que com este município guardam mais proximidade.

Observe-se igualmente que o preço por metro quadrado segue as localizações litorâneas, mantendo os maiores valores em suas proximidades.

[13] O residencial é o responsável pela grande maioria das unidades produzidas.

Figura 6.6 – Valor do metro quadrado por Regiões Censitárias



Fonte: SINDUSCON-ES. Elaboração: CGeo/IJSN, 2013.3

Estas observações corroboram a literatura que analisa a estratégia de produção de mercado, que busca como valor a apropriação de externalidades existentes, como a infraestruturação e oferta de serviços, ou aquelas ligadas a excepcionalidades geográficas, como as frentes de mar, por exemplo[14]. Estudo de 2005 sobre a verticalização na Região Metropolitana[15], com base em dados das secretarias de finanças dos municípios, descreve que a atuação do setor imobiliário esteve em grande medida concentrada em Vitória, Vila Velha e Guarapari, que juntos respondiam por 97% da produção entre 1990 e 2000, assim distribuídos: 44% em Vitória, 33% em Vila Velha e 20% em Guarapari (IPES, 2005). O estudo conclui que em termos de estruturação urbana:

> Nestes municípios, portanto, o setor imobiliário promoveu a construção de um eixo vertical de extrema visibilidade, agregando maior valorização às faixas litorâneas conformadas pelos bairros Jardim Camburi, Mata da Praia, Praia do Canto e Enseada do Suá, em Vitória; Praia da Costa, Itapoã, Praia de Itaparica e Coqueiral de Itaparica, em Vila Velha, e Praia do Morro, Muquiçaba, Centro e Ipiranga, em Guarapari (IPES, 2005, p.15).

Em recente comunicação pública[16], o representante da Federação Nacional das Indústrias seção Espírito Santo - FINDES, ao discorrer sobre "Tendências do Mercado Imobiliário na Grande Vitória", apontou para o fato da construção de *Shopping Centers* e equipamentos especiais como expoentes de novas localizações de interesse, por criarem um sentido de valorização dos locais a partir da ampliação de comércio e serviço, incluindo o lazer.

A Figura 6.7 ilustra as áreas de inserção de novos *Shopping Centers* na Região Metropolitana, incluindo o primeiro empreendimento desse tipo em Cariacica, o terceiro de Vila Velha e o segundo em Serra.

---

[14] Análises econômicas que buscam medir características de qualidade de vida apontam a proximidade do litoral e áreas costeiras como de elevado QOV (sigla em inglês para *Quality of Life*). Ver os estudos de ALBOUY, 2012.

[15] IPES, 2005. Verticalização e reestruturação urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória 1990-2002.

[16] Seminário do Grupo de Pesquisa QUAPA - SEL, realizado em conjunto entre a coordenação USP e o núcleo UFES em Vitória, 31 de agosto a 02 de setembro de 2013.

Figura 6.7 – Áreas potenciais

Fonte: SINDUSCON-ES, outubro de 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

Tal apontamento mostra que em alguns sentidos, as externalidades buscadas como atrativos da demanda são também derivadas de investimentos privados, embora os públicos continuem presentes, diretamente, nos exemplos citados, como áreas potenciais ou "áreas de mercado aquecido", que são aquelas que atraem o interesse do setor imobiliário por alguma mudança ou sinalização de mudança em sua estrutura urbana, como nos casos de infraestruturação da Avenida Eudes Scherer de Souza, em Serra e a construção de estádio de futebol em Cariacica, por meio do governo do estado, ou indiretamente, como as obras que permitirão a retirada do tráfego da BR 262 na altura de um novo Shopping, no mesmo município.

Há que se destacar também a aparente contradição entre a regulação urbana exercida e os preços praticados por parte do mercado, que

necessita de uma regulamentação urbanística tal que sirva ao mesmo tempo como criadora de valores de exclusão, na medida em que permite, por exemplo, a construção verticalizada em algumas áreas, mas que não seja tão rígida a ponto de impedir o retorno dos investimentos em áreas onde há expectativa de valorização dos proprietários da terra.

Cabe salientar que os setores da construção civil e do mercado imobiliário estão presentes nos Conselhos Municipais de Política Urbana dos principais municípios em que atuam, o que demonstra uma atenção especial a este tipo de participação e certa especialização na temática da regulação urbana.

Vitória, que conta com aparato de regulação desde 1984, razoavelmente aplicado em seu território, mostra preços mais elevados de metro quadrado de construção até mesmo em regiões onde a regulação impõe limites à verticalização, como na Região de Jardim da Penha, que corresponde à Região 4 no Quadro 6.1, exposto anteriormente.

Com relação à produção pública de moradia, percebe-se que esta não consegue escolher sua localização na trama urbana, ocupando os espaços que restam em suas franjas. Desta forma, não se pode dizer que haja uma estratégia de localização: a priori, e se tratamos das execuções do PMCMV, estas ocorrem onde se consegue terra, o grande nó urbano (MARICATO, 2011), muito embora seja possível a utilização efetiva dos instrumentos do Estatuto da Cidade como meio de gestão da terra, este modo de agir encontra pouca reverberação prática nos municípios da Região Metropolitana.

A periferização pode ser constatada na necessidade de complementação da infraestrutura externa que não é paga pelo Programa Federal, por meio do IDURB, ao complementar o valor de cada unidade para viabilizar empreendimentos em áreas dentro dos perímetros urbanos, mas ainda carentes de redes de abastecimento de água e coleta de esgotos, bem como de vias de acesso.

Segundo informações da Caixa Econômica Federal, havia na Região Metropolitana, 13 empreendimentos com Operação de Crédito Contratadas, contabilizando um total de 5.168 unidades, em final de julho de 2013.

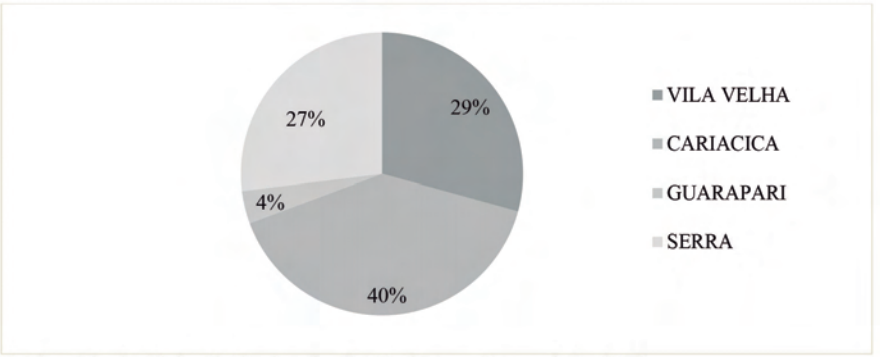
A Tabela 6.8, seguir, mostra a distribuição do total e sua localização nos municípios da Região Metropolitana.

Tabela 6.8 – Operações de Crédito Contratadas e municípios da Região Metropolitana

JULHO DE 2013		
Município	Nº de Unidades	%
VILA VELHA	1512	29%
CARIACICA	2072	40%
GUARAPARI	192	4%
SERRA	1392	27%
Total	5168	100%

Fonte: CEF, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 6.4 – Unidades Habitacionais - Região Metropolitana – julho/2013



Fonte: CEF, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

Como se observa no Gráfico 6.4, 40 % das unidades estão em Cariacica, 29 % em Vila Velha e 27% em Serra, com os 4% restantes localizados em Guarapari.

No entanto, apenas 496 estavam com andamento normal de obras. As demais estavam atrasadas ou não iniciadas naquele momento, com destaque para 1.952 unidades localizadas em Cariacica, e 1.392 em Serra.

A situação em setembro (Tabela 6.9, Gráfico 6.5) mostra um quadro de diminuição de 1156 unidades, que como se pode comprovar, não se deu pela conclusão das obras, pois como visto, estas estavam atrasadas em sua ampla maioria.

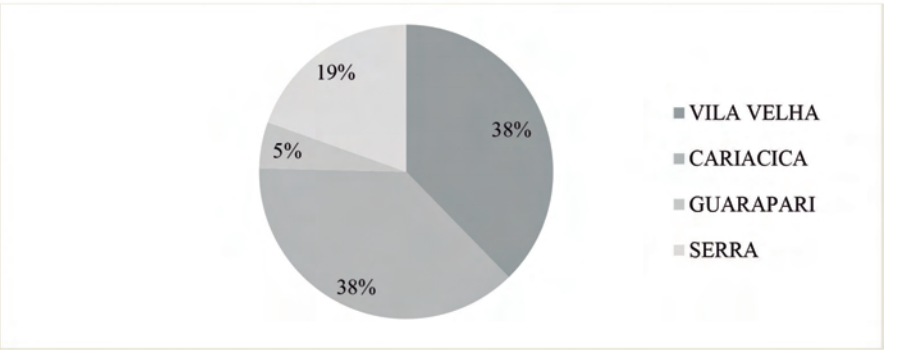
Ao se comparar os dois relatórios, percebe-se a ausência de cinco empreendimentos com operação de crédito contratada em julho, três em Cariacica e dois em Serra, e acréscimo de um empreendimento, localizado em Guarapari, no relatório de setembro. Esta oscilação faz com que o percentual de unidades entre os municípios passe a 38% em Vila Velha e Cariacica, 20% em Serra e 5% em Guarapari, no entanto, os números de setembro comparados aos de julho, representam uma diminuição da ordem de 22,37% (Gráfico 6.6).

Tabela 6.9 – Operações de Crédito Contratadas e municípios da Região Metropolitana

SETEMBRO DE 2013		
Município	**N° de Unidades**	**%**
VILA VELHA	1512	38%
CARIACICA	1512	38%
GUARAPARI	204	5%
SERRA	784	19%
Total	4012	100%

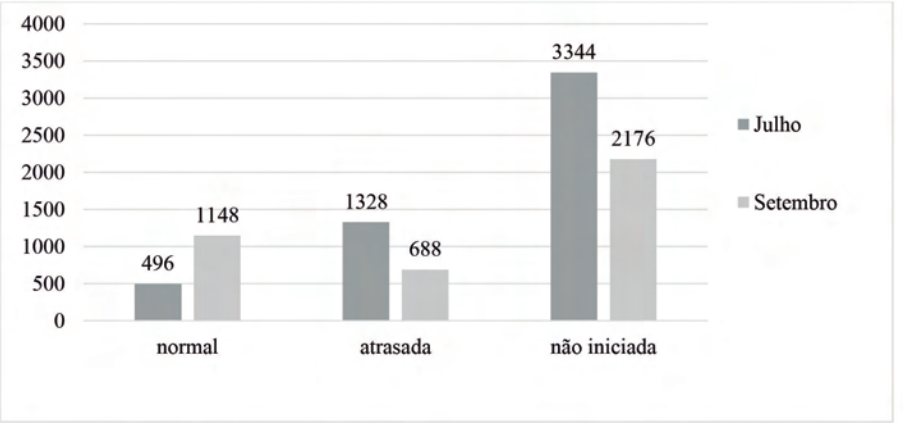
Fonte: CEF, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 6.5 – Unidades Habitacionais – Região Metropolitana Setembro/2013



Fonte: CEF, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 6.6 – Situação das Unidades – Julho e Setembro



Fonte: CEF, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

Novas pesquisas são necessárias para quantificar e analisar a localização das unidades já produzidas na Região Metropolitana desde o início do PMCMV, em 2009.

6.4. Estoque Domiciliar e a Organização Social do Território

Este subitem pretende analisar o estoque domiciliar da Região Metropolitana da Grande Vitória segundo a organização social de seu território. Para tanto, utilizam-se dados dos censos IBGE 2000 e 2010, correlacionados à tipologia socioespacial descrita no Capítulo 4 dessa publicação.

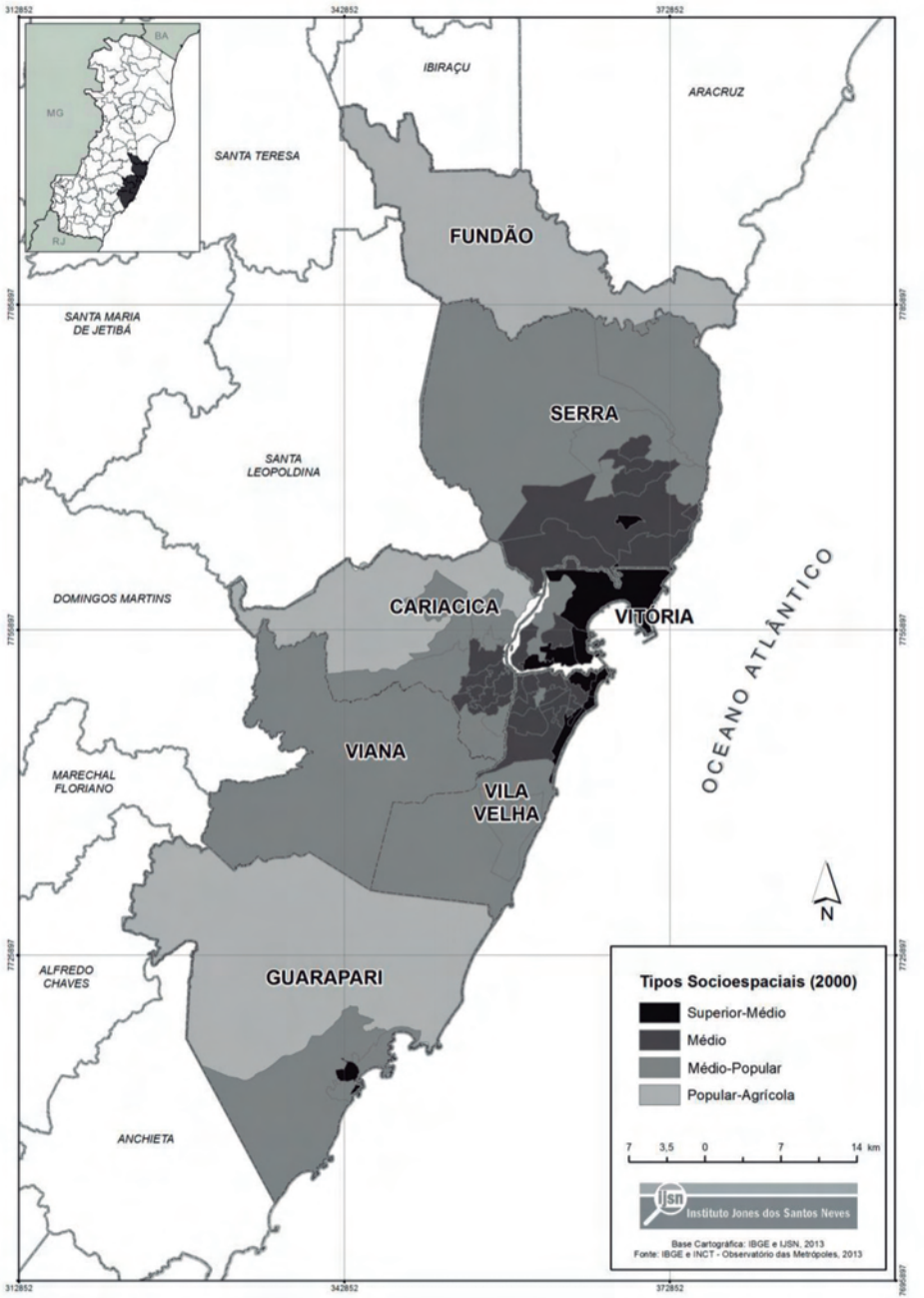
Destaque-se que em alguns casos, por variações nos questionários de pesquisa dos diferentes períodos, alguns indicadores não estão disponíveis para ambos, sendo indicado em texto quando desse tipo de restrição.

Adicionalmente, como em outros capítulos da segunda parte desta publicação, a comparação direta dos indicadores por tipo socioespacial nos diferentes períodos não foi realizada de forma direta, primeiro em virtude do rearranjo dos limites das Áreas de Ponderação pelo IBGE, e segundo lugar, porque esta mudança faz com que a própria Tipologia Socioespacial mostre composições diferentes de tipos[17].

A espacialização da organização social na RMGV, evidenciada nas Figuras 6.8 e 6.9, mostra que a maior parte do território, e, portanto, a maior parte dos domicílios, continuam espaços em que predominam os Tipos de menor *status* social, principalmente o Popular.

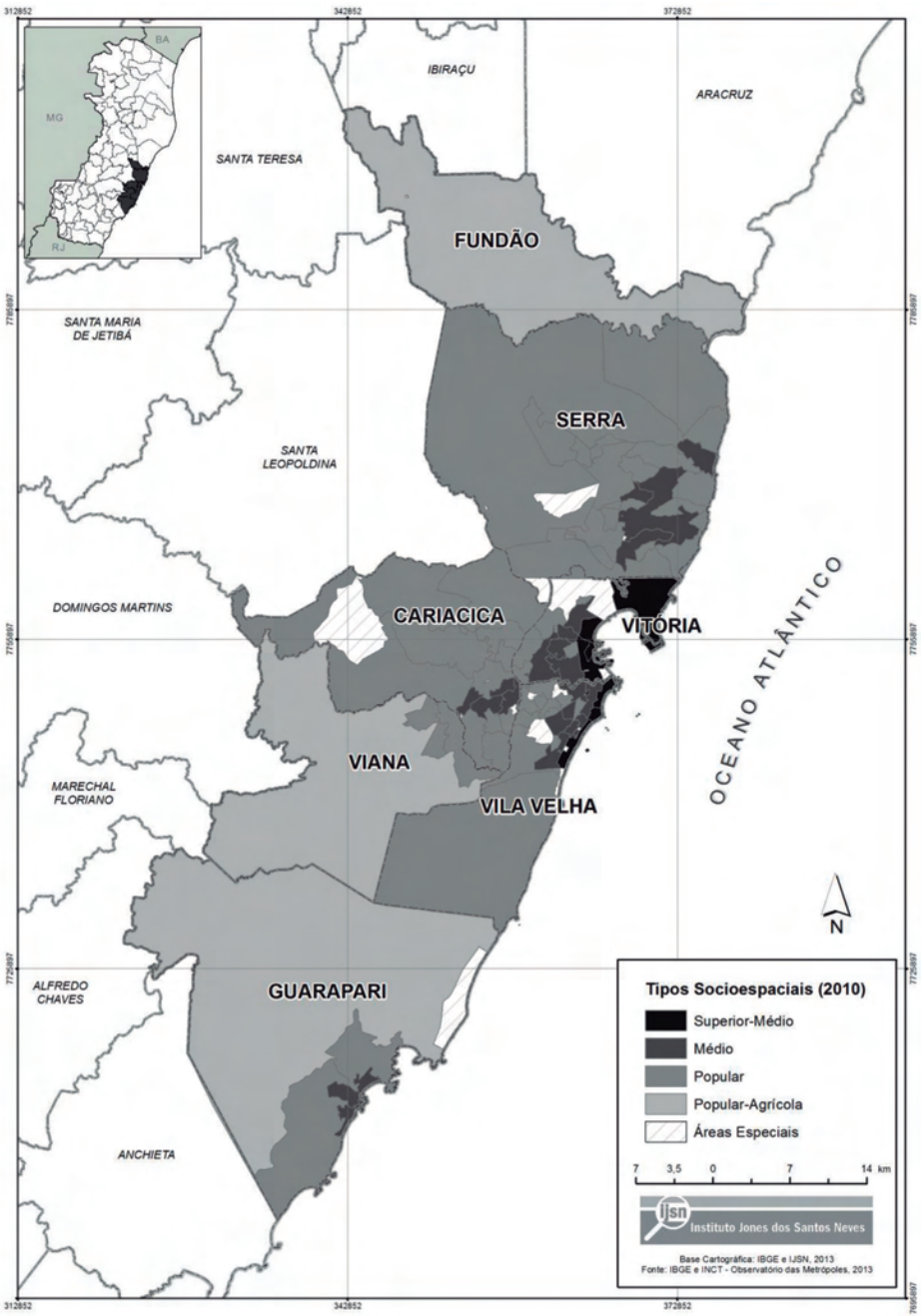
[17] Em 2000 a Tipologia Socioespacial da RMGV é formada pelos tipos Superior-médio, Médio, Médio-popular e Popular-agrícola. Em 2010, a Tipologia é composta por Superior-médio, Médio, Popular, Popular-agrícola. Como se pode observar, o Tipo 3 passa a se denominar Popular, enquanto em 2000 denominava-se por Médio-popular. Para maiores detalhes da composição de cada tipo por categorias sócio-ocupacionais, ver Capítulo 4.

Figura 6.8 – Tipologia Socioespacial, RMGV – 2000



Fonte: IBGE (2000); INCT - Observatório das Metrópoles - Núcleo Vitória (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 6.9 – Tipologia Socioespacial, RMGV – 2010



Fonte: IBGE (2010); INCT - Observatório das Metrópoles - Núcleo Vitória (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

6.4.1. O estoque domiciliar na RMGV

Com relação ao estoque habitacional por espécie de domicílio, a análise mostra uma já esperada predominância dos domicílios particulares permanentes em ambos os períodos, com pequena variação percentual entre os tipos tanto em 2000 quanto em 2010, mostrando percentuais superiores a 98%, exceto para o tipo Popular agrícola, em 2010, que destoa dos demais, apresentando percentual de menos de 94% (Tabela 6.10). Uma possível explicação pode residir no fato de haverem sido inseridos novos complexos de presídios em áreas onde predominam o Tipo Popular-agrícola, fazendo com que o número de domicílios coletivos tenha sofrido aumento relativo. Esta hipótese, também aventada em capítulos anteriores deve ser checada por observação mais acurada em pesquisa.

Ainda que os números relativos sejam pequenos, importa observar que tanto para 2000 quanto para 2010, os maiores percentuais de domicílios improvisados estão localizados nas áreas com predominância do tipo Popular-agrícola. Em 2000 este percentual é de 0,88%. O segundo colocado é o Tipo Superior-médio (0,42%). Em todo o caso, em 2000, a diferença entre os dois percentuais deste indicador é de mais do que o dobro.

Para a Tipologia 2010, os percentuais de domicílios improvisados são ainda mais baixos relativamente ao total, mas permanece maior para o Tipo Popular-agrícola (0,45%), enquanto o Tipo Superior-médio apresenta agora o menor valor entre os tipos, muito próximo de zero.

Esta análise tanto pode evidenciar que a maior parte dos domicílios improvisados, na RMGV se localiza espacialmente nas áreas mais distantes do centro, considerando-se a configuração espacial em arco observada no capítulo quarto deste livro, quanto indicar que, devido ao seu pequeno número absoluto, políticas públicas focalizadas podem resolver ou amenizar este componente do déficit habitacional na Região.

Tabela 6.10 – Total de domicílios por espécie na RMGV, 2000 – 2010

2000						
Tipologia	Particular Permanente	%	Particular Improvisado	%	Coletivo	%
Médio-Popular	178.055,33	99,19%	505,62	0,28%	946,05	0,53%
Médio	124.095,53	98,77%	399,97	0,32%	1.143,51	0,91%
Superior-médio	84.980,00	98,88%	356,87	0,42%	603,13	0,70%
Popular-agrícola	13.526,50	99,12%	120,5	0,88%	0,00	0,00%

2010						
Tipologia	Particular Permanente	%	Particular Improvisado	%	Coletivo	%
Popular	284.438,32	99,13%	382,06	0,13%	2.102,62	0,73%
Médio	162.834,12	98,48%	129,88	0,08%	2.385,00	1,44%
Superior-médio	70.767,20	99,30%	8,8	0,01%	489,00	0,69%
Popular-agrícola	15.264,24	93,99%	72,76	0,45%	903,00	5,56%

Fonte: Censo demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

O estoque domiciliar por tipo de espécie de domicílio trata da descrição em termos de tipologia construtiva da edificação que abriga o domicílio, podendo ser casa, apartamento ou habitação em casa de cômodo[18]. Em consonância com a hipótese da autoconstrução como principal forma de produção da moradia, a "casa" é o tipo de espécie de domicílio predominante na RMGV em ambos os Censos (Tabela 6.11, Gráficos 6.7 e 6.8).

Tabela 6.11 - Total de domicílios na RMGV por tipo

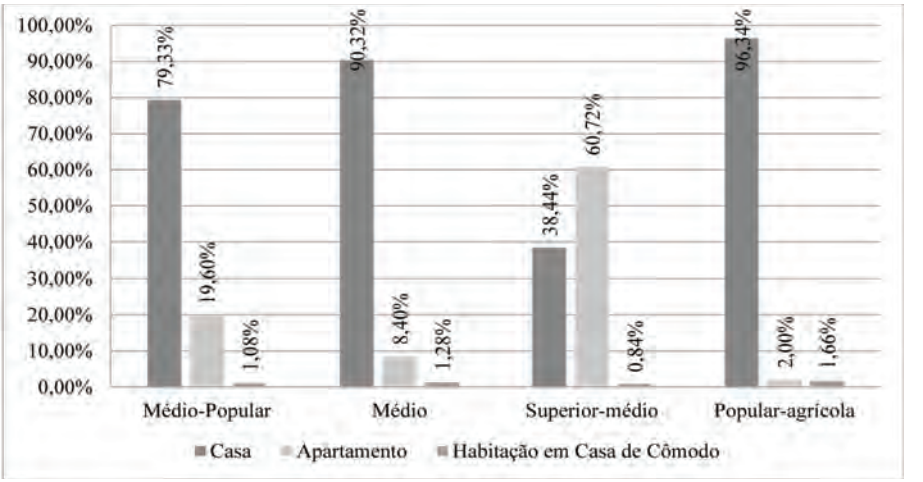
2000			
Tipologia	Casa	Apartamento	Habitação em Casa de Cômodo
Médio-Popular	141.244,12	34.894,33	1.916,88
Médio	112.079,14	10.423,62	1.592,76
Superior-Médio	32.668,52	51.598,18	713,30
Popular-Agrícola	13.031,47	270,07	224,96
2010			
Tipologia	Casa	Apartamento	Habitação em Casa de Cômodo
Popular	269.246,46	11.426,36	2.046,38
Médio	113.681,82	46.775,46	1.119,31
Superior-Médio	10.168,16	60.251,02	74,00
Popular-Agrícola	15.017,40	150,09	66,76

Fonte: Censo demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

[18] As demais variáveis não apresentam valores significativos.

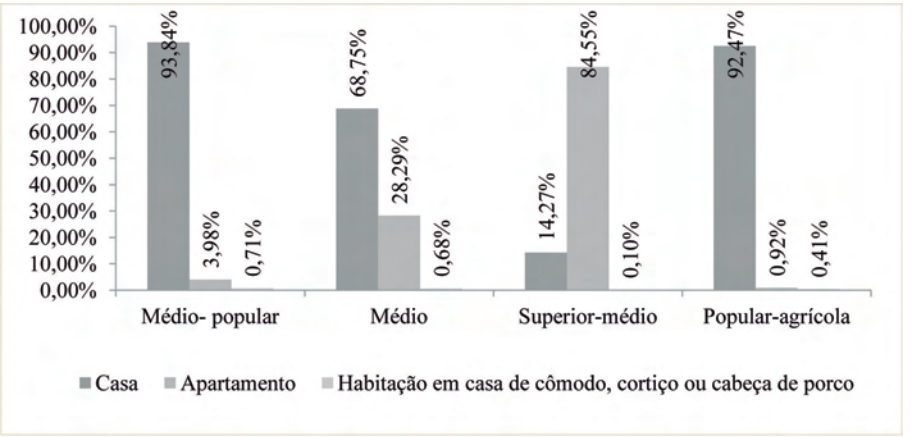
Como demonstram os Gráficos a seguir, apenas o Tipo Superior-médio mostra predominância do "apartamento", tanto em 2000 (60,72%), como em 2010 (84,55%). O Tipo Médio na tipologia de 2010 também mostra percentual significativo de apartamentos, próximo a 30%.

Gráfico 6.7 – Percentual de domicílios por tipo de espécie de ocupação segundo a tipologia socioespacial na RMGV, 2000



Fonte: Censo demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 6.8 – Percentual de domicílios por tipo de espécie de ocupação segundo a tipologia socioespacial na RMGV, 2010



Fonte: Censo demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

A evolução no número de domicílios em "tipo de espécie" apartamento, evidencia o aumento da capacidade de compra das últimas dé-

cadas, em função do crescimento do emprego, aumento real do salário mínimo e acesso a crédito, mas também mostra o aquecimento na atuação do mercado imobiliário formal, cujo principal produto residencial é o apartamento. Há uma forte ligação entre este tipo de oferta e as áreas mais verticalizadas da região, que coincidem com a ocupação do Tipo Superior-médio. Tal fator corrobora a hipótese da utilização dos espaços melhor infraestruturados como aqueles de produção de moradia para as rendas mais altas.

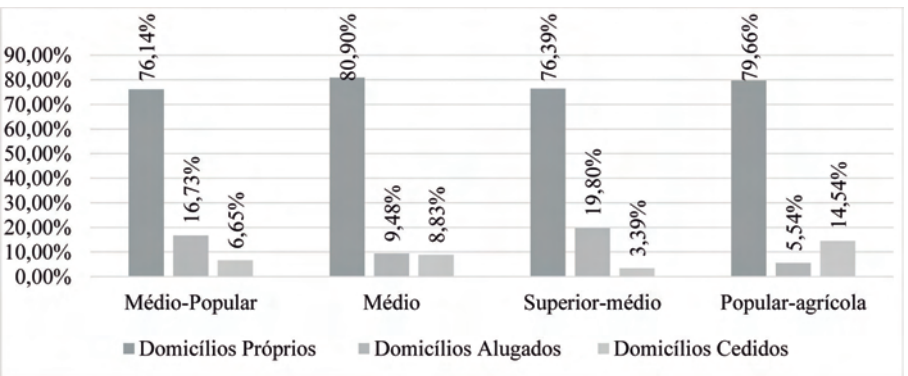
Com o crescimento da oferta de apartamentos em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, é possível que este percentual se eleve também em outras tipologias quando do próximo recenseamento, uma vez que diversos desses condomínios tiveram sua ocupação iniciada após a aplicação dos questionários para o Censo 2010.

Embora a maior parte dos domicílios seja próprio, há que se considerar em condição da ocupação o aumento do número de domicílios alugados, uma vez que este mostrou percentuais mais elevados para todos os Tipos em 2010. Ainda que se ressalve a impossibilidade de comparação "tipo a tipo" nos diferentes anos, o aumento observado foi geral, e, portanto, referente a toda a RMGV.

Os domicílios alugados eram mais presentes entre as tipologias Superior-médio 19,8% e Médio-popular 16,73% nos dados de 2000, enquanto em 2010 o domicílio próprio permaneceu como a condição de ocupação predominante. Entretanto houve aumento no percentual de domicílios alugados em todas as tipologias.

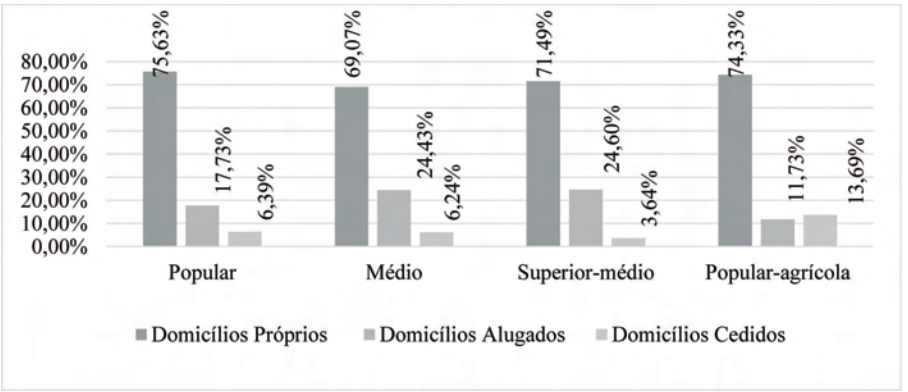
Os Gráficos 6.9 e 6.10 abaixo evidenciam o exposto:

Gráfico 6.9 – Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido segundo a tipologia socioespacial na RMGV, 2000



Fonte: Censo demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 6.10 – Percentual de domicílios cuja condição de ocupação seja próprio, alugado ou cedido segundo a tipologia socioespacial na RMGV, 2010



Fonte: Censo demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Com relação à condição dos domicílios alugados, segundo Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em que se apresenta a estimativa do déficit habitacional brasileiro para o período 2007-2012, o único componente do déficit a apresentar aumento foi o Ônus Excessivo com Aluguel[19], que observou um "*aumento aproximado de 30% em cinco anos*" (IPEA, 2013. p. 4), e levanta como hipótese explicativa:

> Ressalta-se, contudo, que o mercado de locação de imóveis urbanos pode ter sofrido da mesma alta que foi observada no mercado de compra e venda de imóveis, explicando, assim, que uma maior parcela de famílias tenha comprometimento superior a 30% de sua renda familiar (IPEA, 2013, p. 4).

Nessa linha de análise, os domicílios alugados com apenas um cômodo demonstram um maior grau de vulnerabilidade da condição de moradia. Em 2000 o Tipo Médio-popular demonstrava que quase 60% dos domicílios alugados com apenas um cômodo encontravam-se em áreas onde predominava esse tipo. Para 2010, o Tipo Popular mostra o maior percentual dentre os tipos (64,37%), conforme Tabela 6.12. Essas mudanças entre tipologias parecem afirmar a conclusão do Capítulo 4, de que a Tipologia Socioespacial está mais refinada para

[19] A nota utiliza a metodologia da Fundação João Pinheiro, segundo a qual as componentes do Déficit são: [1] Habitações precárias, [2] Coabitação familiar, [3] Adensamento excessivo em domicílios locados e [4] Ônus excessivo com aluguel.

a espacialização contida no Censo 2010, pois o mesmo se dá quando são observados os domicílios com famílias conviventes, em que aproximadamente 50% no Tipo Médio-popular em 2000, passando em 2010 a figurar o tipo Popular como o mais expressivo, com 60% do total (Tabela 6.13).

Tabela 6.12– Indicador de domicílio alugado com 1 cômodo 2000 e 2010

Tipologia	Indicador de domicílio alugado com 1 cômodo	%
	2000	
Médio	177,52	28,92%
Médio-popular	353	57,50%
Popular-agrícola	5,73	0,93%
Superior-médio	77,65	12,65%
Total	613,90	100,00%
	2010	
Popular	232,18	64,37%
Médio	104,568	28,99%
Superior-médio	23,919	6,63%
Popular-agrícola	0,00	0,00%
Total	360,66	100,00%

Fonte: Censo demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Tabela 6.13 – Indicador de domicílios com famílias conviventes 2000 e 2010

Tipologia	Indicador de domicílios com famílias conviventes 2000	%
	2000	
Médio	7,155,42	31,81%
Médio-popular	1.108,4	49,27%
Popular-agrícola	672,06	2,99%
Superior-médio	3.584,08	15,93%
Total	22.495,56	100,00%
	2010	
Popular	18.895,53	60,55%
Médio	9.338,599	29,92%
Superior-médio	2.225,243	7,13%
Popular-agrícola	747,90	2,40%
Total	31.207,27	100,00%

Fonte: Censo demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

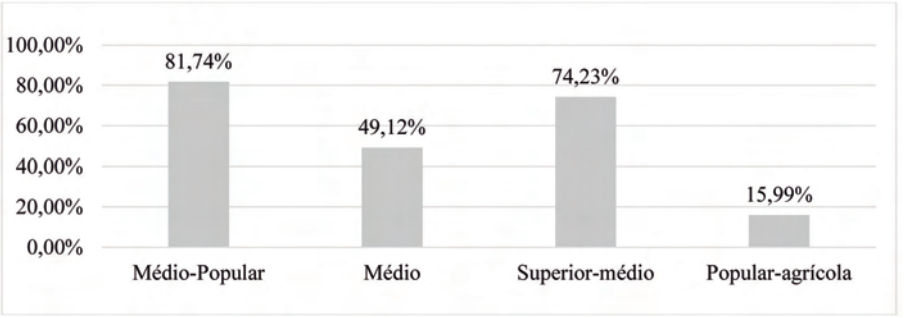
A análise do estoque domiciliar segundo a infraestrutura por Tipologias na RMGV busca avaliar as condições externas à moradia que afetam diretamente a condição de vida de uma população, e trata da infraestrutura de saneamento básico (acesso à rede de esgotamento sanitário, rede de abastecimento de água por rede geral de distribuição e coleta regular de lixo).

Em 2000, os percentuais para os três indicadores mostrava uma

melhor condição de infraestrutura para os Tipos Médio-popular e Superior-médio, evidenciando o Tipo Popular-agrícola como o menos atendido, com destaque para o acesso à rede coletora de esgotos, em que o percentual aferido estava em 15,99% e para coleta de lixo, com 57,69%.

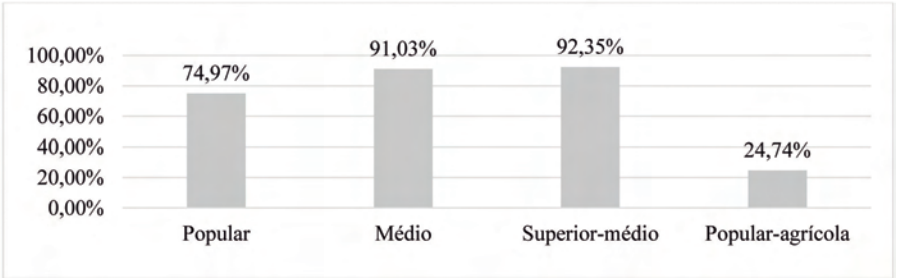
O mesmo quadro analítico para 2010 mostra o acesso a rede de esgotamento por mais de 90% para os tipos Médio e Superior-médio, aproximadamente 75% para o Tipo Popular e finalmente de quase 25% no Popular-agrícola. O abastecimento de água por rede e a coleta de lixo é superior a 90% para três dos quatro Tipos (Popular, Médio e Superior-médio), excetuado o Popular-agrícola, que teve um percentual abaixo de 70%. (Gráficos 6.11 a 6.16).

Gráfico 6.11 - Percentual de domicílios com acesso a rede coletora de esgoto segundo a tipologia socioespacial, na RMGV, 2000



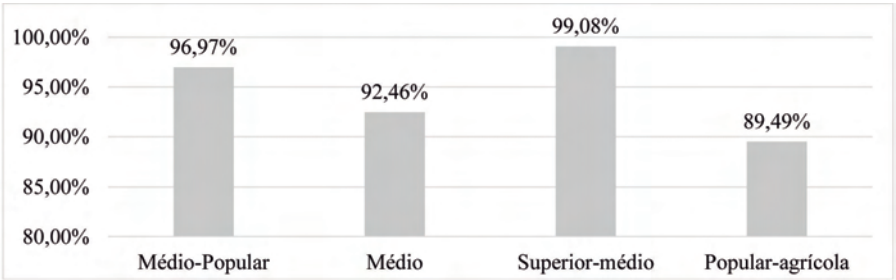
Fonte: Censo demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 6.12 – Percentual de domicílios com acesso a rede coletora de esgoto segundo a tipologia socioespacial, na RMGV, 2010



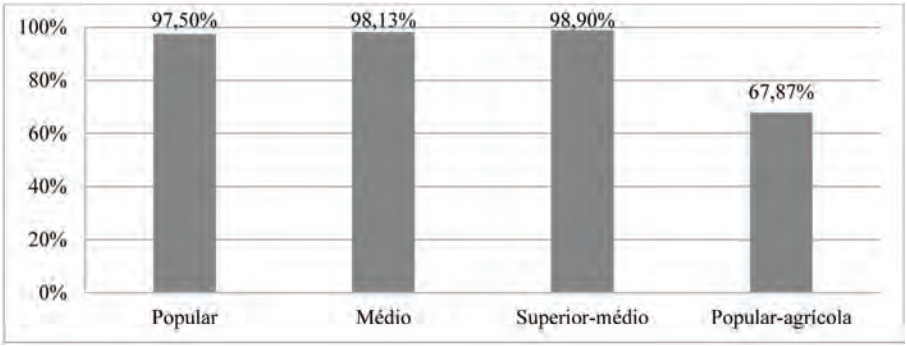
Fonte: Censo demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 6.13 - Percentual de domicílios com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição, segundo a tipologia socioespacial, na RMGV, 2000



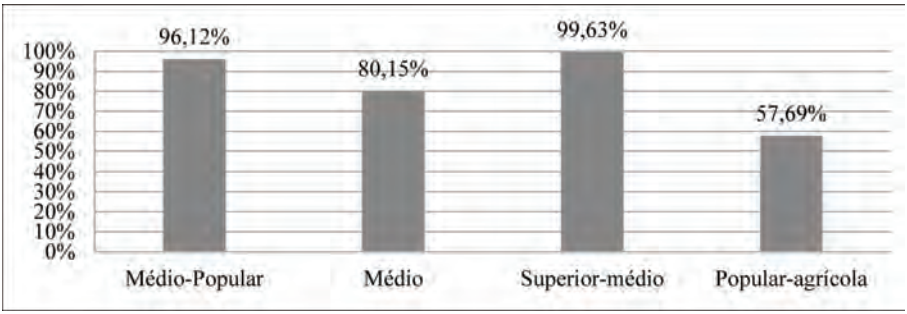
Fonte: Censo demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 6.14 – Percentual de domicílios com abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição, segundo a tipologia socioespacial, na RMGV, 2010



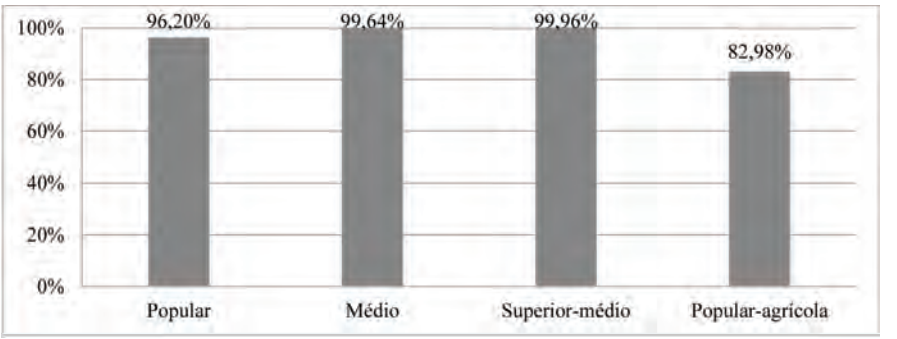
Fonte: Censo demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 6.15 – Percentual de domicílios com coleta de lixo segundo a tipologia socioespacial, na RMGV, 2000



Fonte: Censo demográfico, IBGE (2000). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 6.16 – Percentual de domicílios com coleta de lixo segundo tipologia socioespacial, na RMGV, 2010



Fonte: Censo demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

6.5. Considerações Finais

A configuração socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória mostra correlação entre as diferentes formas de produção da moradia e os diferentes tipos socioespaciais.

Ao longo do período estudado, notadamente entre a década de 1970 e os anos 2000, a Região Metropolitana da Grande Vitória se configurou como o espaço melhor infraestruturado do Espírito Santo. Este foi o lócus da mais intensa oferta pública de moradias populares durante o período de maior aquecimento do setor, suportado pelo SFH, caracterizada pela implantação de conjuntos habitacionais da COHAB-ES e também do INOCOOP-ES, que mostraram atuação forte até a extinção do Banco Nacional da Habitação. No entanto, toda essa intensidade não foi suficiente para atender numericamente ao crescimento populacional observado no mesmo período.

Igualmente, a RMGV, é onde surge e se fortalece o setor da construção civil voltado à produção imobiliária, que inicialmente concentrou sua atuação em Vitória, a seguir em Guarapari e em Vila Velha, e constituiu os espaços ocupados pelo estrato mais elevado da tipologia socioespacial em 2010. Tanto que são quase coincidentes as regiões que o Sindicato da Construção Civil no Espírito Santo aponta como de mais elevados preços por metro quadrado e os espaços ocupados pelo tipo Superior-médio em 2010. A verticalização primeiramente litorânea vem se expandindo aos municípios periféricos. Se comparadas a espacialização do preço do metro quadrado e o mapeamento da tipologia socioespacial para 2010, expressos anteriormente, percebe-se a relação descrita.

Ainda assim, em função das condições de acelerado crescimento populacional e urbano, a RMGV mostra diferenças internas com relação a oportunidades habitacionais específicas: a ampla maioria do território, composta por edificações residenciais geradas por autoconstrução, onde estão os tipos Populares segundo a classificação socioespacial, as áreas ocupadas pelo tipo Médio, onde estão localizados boa parte dos conjuntos habitacionais das décadas de 1970 e 1980, e o Superior-médio, coincidindo fortemente com os locais de maior valor do preço do quadrado e mais verticalizados.

Excetuadas as duas formas de provisão descritas, a estatal/cooperativada e a de mercado, pode-se inferir que a expansão da malha urbana se fez por uma ocupação caracterizada por periferização e autoconstrução das moradias observada em outras regiões e áreas metropolitanas.

Nesse quadro, se pode inferir que, de maneira análoga ao que se observa em outras partes do país, a grande demanda por terra urbana acessível aos empreendedores imobiliários formais possivelmente impacta a oferta de terra para os empreendimentos habitacionais de interesse social.

Igualmente, a expectativa de ganhos fundiários dificulta a disseminação de novos loteamentos irregulares ou clandestinos, paradoxalmente apontados como garantia de acesso dos mais pobres à moradia, via autoconstrução.

A expressiva construção habitacional, sobretudo em Serra, durante as décadas de 1970 a 1980, em forma de extensos conjuntos de residências unifamiliares, ao mesmo tempo em que deu acesso à terra urbana e infraestruturada a camadas mais pobres da população, possibilitando seu adensamento e em muitos casos, modificações de usos, criaram vazios urbanos por sua implantação distante da malha urbana existente. No entanto, ao longo do tempo, essa antiga periferia passa a ser o lugar de interesse, já que o padrão de infraestrutura urbana que acompanhava a implantação dos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH é em muito superior ao das áreas vizinhas.

A nova atuação da provisão de moradia com recursos do Governo Federal, em alguns casos complementados por recursos estaduais, devem mostrar seus resultados com relação às tipologias socioespaciais apenas na próxima década, quando sua ocupação estiver mais estabelecida, mas já permitem observar o novo padrão construtivo para as unidades, agrupadas em condomínios verticalizados, em municípios periféricos.

Referências

ALBOUY, David. *Are Big Cities Bad Places to Live*? Estimating Quality of Life across Metropolitan Areas. University of Michigan and NBER. 2012.

Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - ABECIP. SFI: Um Novo Modelo Habitacional. Brasília: ABECIP. 1995.

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luís Aureliano G. de. Habitação e poder - da fundação da casa popular ao Banco Nacional de Habitação. Zahar Editores. 1982.

AZEVEDO, Sérgio. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências, in: Habitação social nas Metrópoles brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX, Coordenador Adauto Lucio Cardoso, Coleção Habitare ANTAC, Porto Alegre. 2007.

BNH/ IDEG. A Construção Habitacional no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Desenvolvimento da Guanabara. 1971.

CAMPOS JÚNIOR, C. T. A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória. 1ª. ed. Vitória - Espírito Santo: Florecultura, v. 1000. 192p. 2002.

CARDOSO, Adauto Lucio. Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: Antac, (Coleção Habitare). 2007.

COMUNICADOS DO IPEA. O planejamento da habitação de interesse social no Brasil: desafios e perspectivas. IPEA, nº 118 – Brasilia. 2011.

FERNANDES, Edésio. *Law and the Production of Urban Illegality* (Land Lines Article) Land Lines - Volume 13, Number 3 – May. 2001.

FURTADO, Bernardo Alves; NETO, Vicente Correia Lima; KRAUSE, Cleandro. Estimativas do Déficit Habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012). Nota Técnica, IPEA- Brasília, Novembro. 2013.

HEISLER, Gleisi N.; NELSON, Carlos F. S.; UNICEF; Revista de Administração Municipal Nº 174. Rio de Janeiro: IBAM. 1985.

IJSN. Estudos para definição da política habitacional para o estado do Espírito Santo, Estudos Básicos referentes à questão da habitação – intervenção estatal no processo habitacional, Versão Final. 1987.

IJSN. Unidades Habitacionais construídas no Espírito Santo de 2003 a 2009. Instituto Jones dos Santos Neves. 2010.

IPES. REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA DINÂMICA URBANA NA DÉCADA DE 90, Vitória. 2001.

IPES. Verticalização e reestruturação urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória: 1990-2002. Vitória. 2005.

MARICATO, Ermínia. A nova Política Nacional de Habitação. – Artigo publicado no jornal O Valor. 2005.

NABARRO, Sérgio Aparecido; SUZUKI Júlio César. A renda da terra nos autores clássicos. Anais do XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS - Porto Alegre. 2010.

NODARI, Helena Zorzal; GUIDONI, Wellington da Silva. A COHAB-ES e a Política Habitacional: Cenas de uma trajetória. Monografia (Pós Graduação em Gestão Empresarial Avançada II) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE, Departamento de Administração, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória. 2002.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa. Reestruturação nas grandes cidades brasileiras, O modelo centro/periferia em questão 1. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ – Rio de Janeiro. 1994.

STORCH, Paulo Cézar. Implantação de Programas Habitacionais como alternativa de política de Habitação Popular – O Caso da COHAB-ES (1965-2003). Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória. 2005.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. Fapesp/Lincoln Institute/ Nobel - São Paulo. 1998.

Capítulo 7

Organização social do território e desigualdades sociais: oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, renda e educação

Cleverlânio Silva Gomes
Thamirys Figueredo Evangelista

Resumo: Este capítulo propõe-se a analisar o efeito da organização social do território da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV no seu relacionamento com as desigualdades de oportunidades do mercado de trabalho e renda, por um lado, e as oportunidades educativas, por outro. Por isso, procuramos saber se além dos aspectos individuais, a localização territorial coloca-se como um dos determinantes das diferenças de renda entre os indivíduos e de suas chances (ou riscos) de estarem desempregados ou em situação de fragilidade ocupacional. Em relação às oportunidades educativas, temos a preocupação de saber como o espaço social do território metropolitano se relaciona com o atraso escolar e o abandono à escola.

Palavras-chave: Organização social do território; Desigualdade de oportunidades; Região Metropolitana de Vitória; Mercado de trabalho, renda e educação.

Abstract: This chapter sets out to examine the effect of the social organization of the territory of the Metropolitan Region of Grande Vitória - RMGV in their relationship with the inequalities of opportunities in the labor market and income on the one hand, and educational opportunities on the other. So, we examine if beyond individual aspects, territorial location stands as one of the determinants of income differences between individuals and their chances (or risks) to be unemployed or in a situation of occupational fragility. Regarding educational opportunities, we are concerned to know how the social space of the metropolitan territory relates with a student being at an earlier grade than it should or to school dropout.

Keywords: Social organization of the territory; Inequality of opportunity; Metropolitan Region of Vitória; Labor market; income and education.

7.1. Mercado de trabalho e renda

No início da última década, a taxa de desemprego[1] do Espírito Santo, assim como a do Brasil, atingiu patamares elevadíssimos, decorrentes de políticas econômicas restritivas e da reestruturação produtiva ocorrida principalmente na indústria de transformação. De acordo com os dados da pesquisa do Censo Demográfico divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2000 o desemprego no Brasil atingiu 15,28% da População Economicamente Ativa - PEA e no Espírito Santo 13,40%. Já em 2010 o desemprego atingiu apenas 7,65% da PEA no Brasil e no Espírito Santo 7,28%.

Na Região Metropolitana da Grande Vitória, a taxa de desemprego passou de 17,96% em 2000 para 8,35% em 2010. Além disso, essa redução foi acompanhada também por um aumento da qualidade dos empregos gerados, observado principalmente pelo aumento da formalização do trabalho. Segundo os dados do capítulo 3 deste livro, o percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada na RMGV passou de 44,87% em 2000 para 57,31% em 2010[2].

De acordo com a estrutura do mercado de trabalho da RMGV, é importante avaliar não somente a dinâmica dos indicadores do mercado de trabalho, como se faz necessário analisar os mecanismos que de alguma maneira influenciam na trajetória dos indicadores desse setor, tal qual a divisão social do território. Para Ribeiro, Rodrigues e Corrêa (2010) o espaço territorial tem enorme importância na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais e consequentemente exerce forte influência sobre as condições de acesso às oportunidades de emprego, a qualidade desse emprego e as possibilidades de transformar essas oportunidades em recursos oriundos do mercado de trabalho.

---

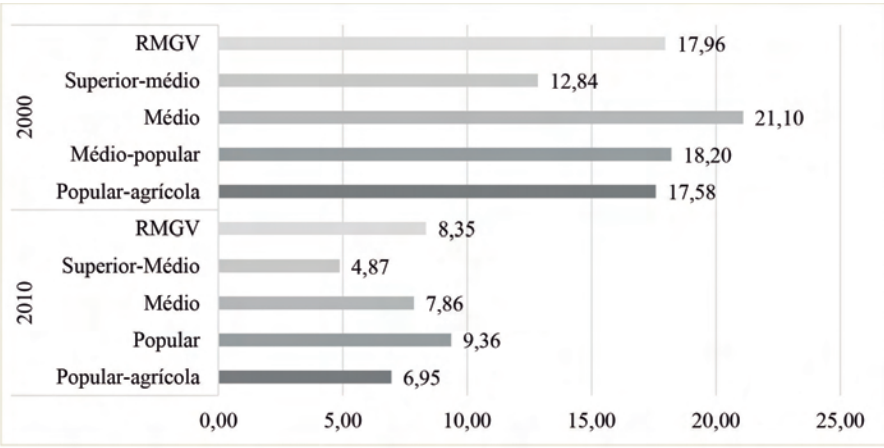
[1] Taxa de desemprego (aberto): percentagem das pessoas desocupadas em relação às Pessoas Economicamente Ativas. A PEA, por sua vez, compreende a população ocupada e a desocupada. População ocupada refere-se às pessoas que, num determinado período de referência, trabalhou ou tinha trabalho. E, população desocupada, refere-se àquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc).

[2] Segundo Rocha (2012), além da contribuição previdenciária a posse de carteira assinada é considerado uma espécie de "divisor de águas" entre os setores formal e informal.

7.2. Efeitos da localização do território sobre o desemprego

Nesta seção são analisadas as taxas de desemprego da RMGV, de acordo com a distribuição dos indivíduos nos territórios que evidenciaram o predomínio dos tipos socioespaciais, conforme apresentados no Gráfico 7.1. Esses territórios apresentam as áreas de ponderação[3] como unidade de registro das informações e de definição da tipologia socioespacial que pode ser analisada espacialmente pela noção de aglomerados (*clusters*) de bairros[4].

Gráfico 7.1 - Taxa de desemprego (%), segundo os tipos socioespaciais, RMGV - 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Observa-se que, em 2000, todos os tipos socioespaciais se encontravam com elevadas taxas de desemprego, sendo que o tipo que apresentou a maior taxa foi o Médio, com 21,10% de desempregados, acima da taxa geral da Região Metropolitana (17,96%). Por outro lado, o tipo Superior-médio registrou uma taxa de 12,84%, a menor taxa de desemprego para o período na RMGV. Em 2010, a situação no mercado de trabalho apresentou melhoras significativas, em todos os tipos

[3] O setor censitário corresponde à menor unidade de registro dos censos do IBGE, que pode compreender em torno de 400 domicílios. A agregação dos setores censitários em áreas de ponderação obedece a critérios de densidade populacional e de contiguidade física (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011, p. 31).

[4] Para um maior detalhamento consultar o Capítulo 4 deste livro.

socioespaciais houve reduções do nível de desemprego. O tipo com a maior taxa verificada foi o Popular, com 9,36% da População Economicamente Ativa – PEA desocupada, enquanto que o Superior-médio exibiu a menor taxa (4,87%).

7.3. Efeitos da localização do território sobre a fragilidade ocupacional

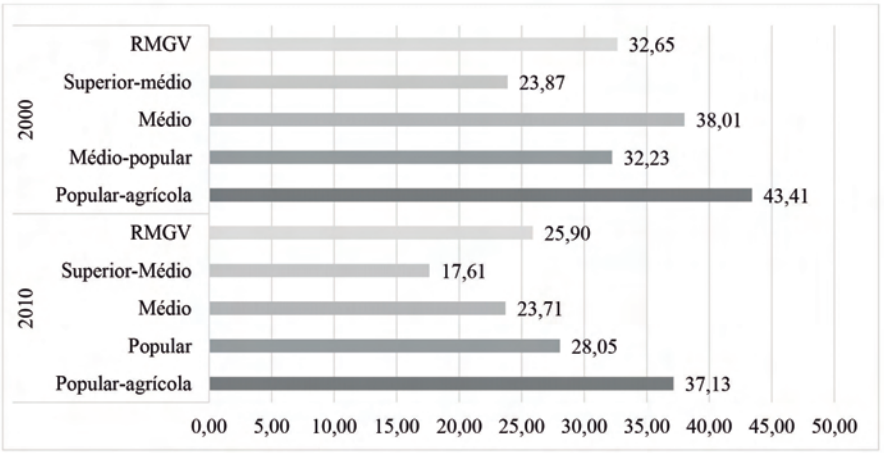
Como indicador de qualidade do emprego será utilizado o índice de fragilidade ocupacional, pois a taxa de desemprego não é suficiente para captar essa dimensão. O índice de fragilidade ocupacional, ao contrário da taxa de desemprego, expressa o percentual de pessoas ocupadas da PEA que se encontram nas condições de: trabalhador doméstico sem carteira assinada, trabalhador doméstico com carteira assinada, trabalhador por conta-própria não contribuinte com a previdência e trabalhador sem carteira não contribuinte com a previdência. A análise desses indicadores para a RMGV revela que, acompanhando a tendência de queda da taxa de desemprego e aumento da formalização do emprego na primeira década do século XXI, a fragilidade ocupacional que em 2000 atingia 32,65% da PEA caiu para 25,90% em 2010.

O Gráfico 7.2 apresenta o indicador para os tipos socioespaciais na RMGV para os anos de 2000 e 2010. Em ambos, o tipo Popular-agrícola, considerado o de mais baixo *status* social na região, apresentou os maiores percentuais de fragilidade ocupacional entre os tipos, de 43,41% em 2000 a 37,13% da PEA em 2010, superando nos dois anos o percentual global da RMGV. Em contrapartida, o tipo Superior-médio, território de mais alto *status* social na RMGV e o menos vulnerável à fragilidade ocupacional, mostrou valores de 23,87% em 2000 e 17,61% em 2010.

No Gráfico 7.3, que desagrega o índice de fragilidade ocupacional do tipo popular agrícola, nota-se que em 2000, o alto nível de fragilidade ocupacional deve-se, principalmente, à elevada presença de trabalhadores sem carteira (17,29%), seguida dos indivíduos que trabalham por conta própria (16,77%), ambos não contribuintes com a previdência. Pode-se notar, ainda, que entre os empregados domésticos predominam os sem carteira (6,29%). Em 2010, a queda do índice deveu-se à redução dos trabalhadores sem

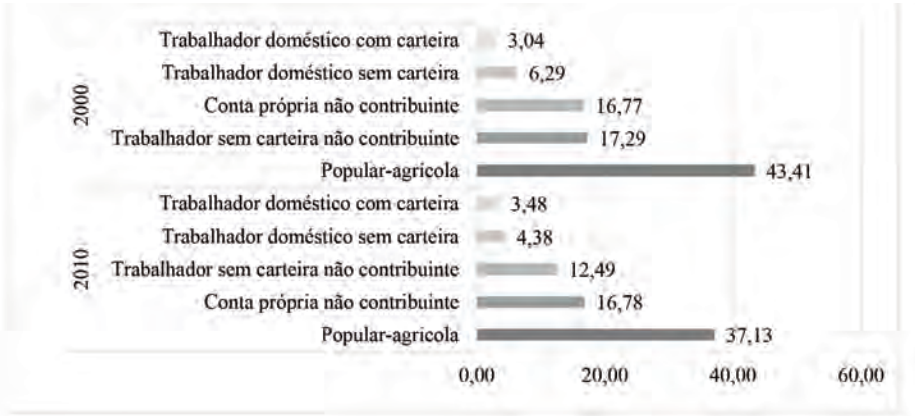
carteira não contribuinte (12,49%) e do trabalhador doméstico sem carteira (4,38%).

Gráfico 7.2 - Índice de Fragilidade Ocupacional (%) na Região Metropolitana da Grande Vitória, segundo os tipos socioespaciais - 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 7.3 - Pessoas em ocupação frágil (%), por posição na ocupação, Tipo Popular-agrícola, RMGV - 2000 e 2010

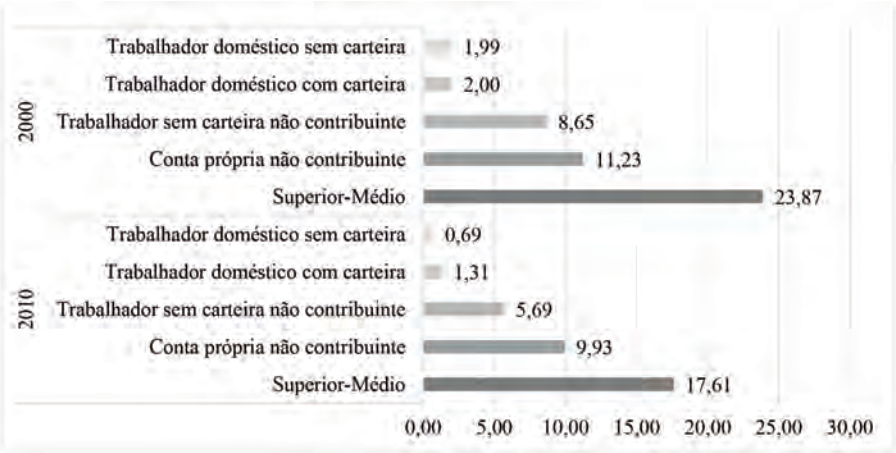


Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

O Gráfico 7.4 mostra o índice de fragilidade ocupacional desagregado para o tipo Superior-médio, neste tipo, em 2000, o trabalhador por conta própria (11,23%) e o trabalhador sem carteira (8,65%),

não contribuintes da previdência social, apresentavam as maiores participações para o índice de fragilidade ocupacional. Em 2010 a queda do índice do tipo Superior-médio foi reflexo das reduções de todas as categorias de trabalhadores que compõem o mesmo, mas os trabalhadores por conta própria (9,93%) e trabalhadores sem carteira (5,69%) continuaram com as maiores participações no índice.

Gráfico 7.4 - Pessoas em ocupação frágil (%), por posição na ocupação, Tipo Superior-Médio, RMGV - 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Em relação a 2000, pode-se afirmar que, apesar do tipo Popular-agrícola não ter obtido a maior taxa de desemprego, o índice de fragilidade ocupacional nessa área superou o das demais, o que significa que os empregos dos indivíduos residentes nos territórios em que predomina esse tipo socioespacial são de baixa qualidade. No outro extremo, como apontado acima, o tipo Superior-médio obteve o menor nível de desemprego, e também registrou o menor índice de fragilidade ocupacional, isto é, os empregos dos habitantes desses territórios são de melhor qualidade. Em 2010, o tipo Popular-agrícola apresentou a terceira maior taxa de desemprego (6,95%), mas a fragilidade ocupacional atingiu o maior percentual da PEA (37,13%). Por outro lado, o tipo Superior-médio registrou a menor taxa de desemprego e também obteve o menor índice de fragilidade ocupacional (23,87%).

7.4. Efeitos da localização do território sobre a renda

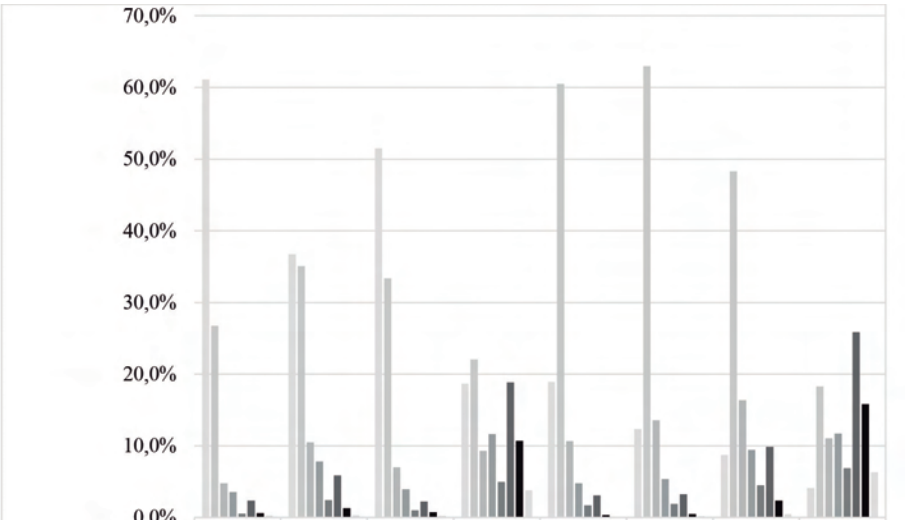
A análise da renda, com vistas a complementar a avaliação do efeito do território sobre as condições de acesso à estrutura de oportunidades do mercado de trabalho e educação na RMGV, engloba as informações acerca dos recursos oriundos do trabalho principal, bem como, os valores da renda domiciliar *per capita* e da desigualdade da distribuição de renda, essa última representada pelo coeficiente de Gini.

7.4.1. Distribuição da Renda do Trabalho Principal em Salários Mínimos na RMGV, 2000 – 2010

Ao analisarmos a distribuição da renda do trabalho principal por faixas de salários mínimos (Gráfico 7.5), os dados indicam que em 2000 havia uma concentração de trabalhadores do tipo Popular-agrícola (61,1%), Médio (51,5%) e Médio-popular (36,7%) que ganhavam menos de um salário mínimo, sinalizando a baixa remuneração do trabalho e até mesmo as péssimas condições de vida enfrentadas pelos trabalhadores. Já entre os trabalhadores residentes nas áreas com predominância do tipo Superior-médio, aproximadamente 40% recebiam rendimentos superiores a quatro salários mínimos, muito embora, 18,7% do total de trabalhadores dessa área ganhassem menos de um salário mínimo.

Em 2010, a distribuição da renda do trabalho principal nas áreas com prevalência do tipo Popular (63%), Popular-agrícola (60,5%) e Médio (48,3%) se concentra na faixa de um a dois salários mínimos. A exceção são os trabalhadores residentes nas áreas potencialmente ocupadas pelo tipo Superior-médio, destes, 25,9% ganham de cinco a dez salários mínimos e, aproximadamente, 55% ganhavam acima de quatro salários mínimos. Esse percentual mais alto de trabalhadores em faixas de salário mais elevadas pode ser reflexo do acesso às melhores oportunidades educacionais e condições de emprego, e consequentemente a níveis salariais mais altos.

Gráfico 7.5 - Distribuição da renda do trabalho principal em salários mínimos, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000 – 2010



	2000				2010			
	Popular-agrícola	Médio-Popular	Médio	Superior-médio	Popular-agrícola	Popular	Médio	Superior-médio
Menos de 1 S.M.	61,1%	36,7%	51,5%	18,7%	18,9%	12,3%	8,7%	4,1%
1 a 2 S.M.	26,7%	35,1%	33,3%	22,0%	60,5%	63,0%	48,3%	18,3%
2 a 3 S.M.	4,8%	10,5%	7,0%	9,3%	10,6%	13,6%	16,4%	11,0%
3 a 4 S.M.	3,5%	7,8%	4,0%	11,6%	4,8%	5,4%	9,4%	11,7%
4 a 5 S.M.	0,6%	2,4%	1,0%	5,0%	1,7%	1,9%	4,5%	6,9%
5 a 10 S.M.	2,4%	5,9%	2,2%	18,8%	3,1%	3,2%	9,9%	25,9%
10 a 20 S.M.	0,6%	1,3%	0,7%	10,7%	0,3%	0,5%	2,4%	15,8%
20 ou mais S.M.	0,3%	0,3%	0,2%	3,8%	0,1%	0,2%	0,5%	6,3%

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

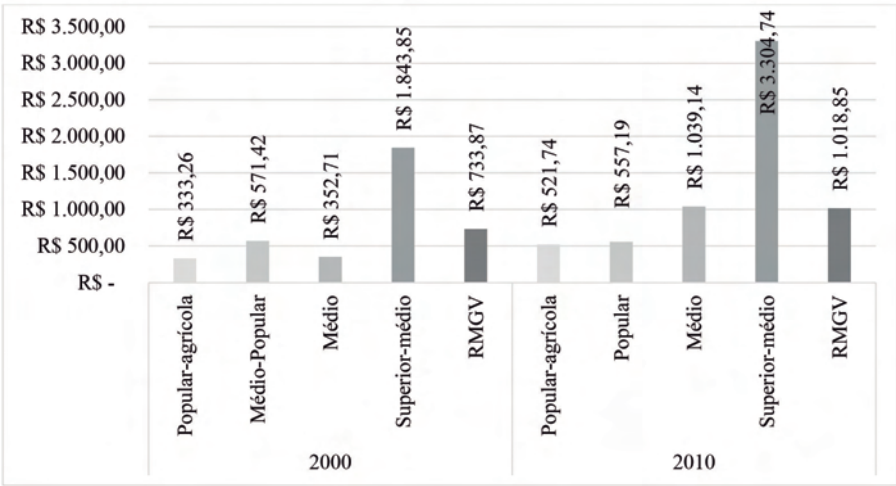
7.4.2. Renda Média Domiciliar *per capita* na RMGV, 2000 – 2010

Nesse tópico vamos tratar da evolução da renda média domiciliar *per capita* na RMGV entre 2000 e 2010, segundo os diferentes tipos socioespaciais.

De acordo com a organização do espaço territorial da RMGV segundo os tipos socioespaciais, em 2000, as áreas com predomínio do tipo Superior-médio obteve o maior nível de renda média domiciliar *per capita* (R$ 1.843,85), seguido dos tipos Médio-popular (R$ 571,42) e Médio (R$ 352,71). O tipo Popular-agrícola, em 2000, apresentou o menor rendimento médio domiciliar *per capita* (R$ 333,26) (Gráfico 7.6). Vale ressaltar que a média da renda domiciliar *per capita* na RMGV em 2000 foi de R$ 733,87, e que, portanto, somente os traba-

lhadores residentes nas áreas do tipo Superior-médio apresentaram rendimento médio acima desse valor.

Gráfico 7.6 - Média da renda domiciliar per capita, segundo os tipos socioespaciais, 2000 - 2010[5]



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

As áreas com prevalência do tipo Superior-médio em 2010 continuaram a ostentando o mais alto rendimento domiciliar *per capita* (R$ 3.304,74), já os territórios com predomínio do tipo Médio elevou sua renda em 2000 de R$ 352,71 para R$ 1.039,14 em 2010, um crescimento percentual de 194,62%. Além disso, o tipo Popular-agrícola aumentou sua renda de R$ 333,26 em 2000 para R$ 521,74 em 2010, ou seja, uma variação percentual de 56,56%. Entretanto, o tipo Popular-agrícola continuou a apresentar o mais baixo nível de renda domiciliar *per capita* entre os diferentes tipos socioespaciais. Em 2010, a renda média *per capita* do tipo Popular foi de R$ 557,19. Se compararmos o rendimento médio da RMGV (R$ 1.018,85) ao dos demais tipos, encontramos que tanto os trabalhadores do tipo Médio quanto os do tipo Superior-médio apresentaram rendimentos acima daqueles encontrados para a RMGV.

Ainda, em relação à média da renda domiciliar *per capita*, pode-se verificar de acordo com a Tabela 7.1 que alguns tipos se destacam pela alta diferença de rendimentos. Se tomarmos como referência o tipo Superior-médio, em 2010, essa diferença chega a ser de 84,2% em re-

[5] Valores da renda domiciliar per capita de 2000 em reais de julho de 2010.

lação ao tipo Popular-agrícola, ou seja, em média os trabalhadores dessas áreas ganham 15,8% do que recebem os trabalhadores das áreas do tipo Superior-médio. Essa diferença de rendimentos mantém-se elevada também com relação aos trabalhadores das áreas do tipo Popular e Médio, sendo que os trabalhadores dessas áreas ganham em média 83,1% e 68,6% a menos que os trabalhadores do tipo Superior-médio.

Tabela 7.1 - Diferenciais de rendimento domiciliar per capita, segundo os tipos socioespaciais, RMGV - 2010

Tipologia	Média da renda domiciliar per capita em R$	Diferenciais de rendimento em relação ao tipo Superior-médio
Popular/Superior-médio	557,19	-83,1%
Médio/Superior-médio	1.039,14	-68,6%
Popular-agrícola/Superior-médio	521,74	-84,2%
Superior-médio	3.304,74	0,0%

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

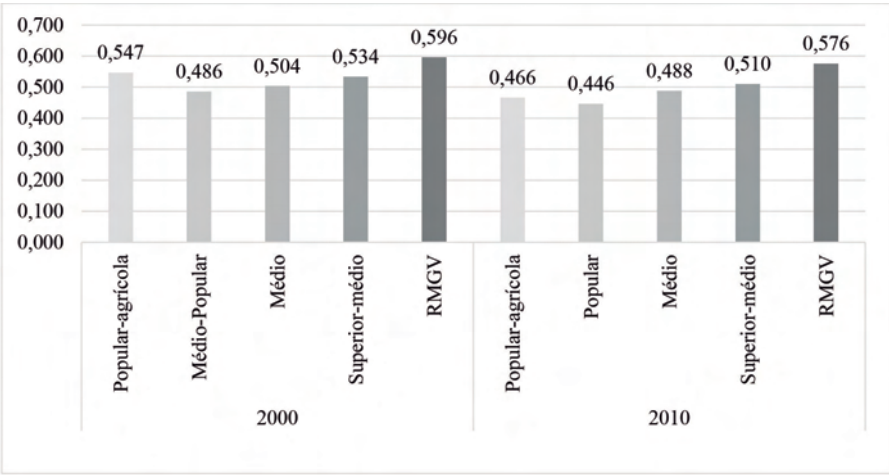
7.4.3. Coeficiente de Gini

Para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, o indicador mais comumente utilizado é o Coeficiente de Gini. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, este coeficiente varia de zero a um, em que zero corresponde à completa igualdade de renda, ou seja, todos têm a mesma renda e, o valor um corresponde à completa desigualdade, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

Na última década, entre 2000 e 2010, o Espírito Santo apresentou uma melhora na distribuição da renda, passando o coeficiente de Gini de 0,597 para 0,559. Seguindo essa mesma tendência a RMGV apresentou uma redução no coeficiente de Gini de 3,49%, passando de 0,596 em 2000 para 0,576 em 2010 (Gráfico 7.7).

Em 2000, entre os trabalhadores residentes nas áreas do tipo Popular-agrícola (0,547) houve uma concentração de renda mais elevada do que entre os trabalhadores residentes nas áreas do tipo Superior-médio (0,534), Médio (0,504) e Médio-popular (0,486). Já em 2010, essa concentração de renda se deu de forma mais acentuada entre os trabalhadores residentes nas áreas do tipo Superior-médio (0,510). Em contrapartida, os trabalhadores da área Popular apresentaram em 2010 o menor nível de concentração de renda (0,446).

Gráfico 7.7 - Coeficiente de Gini segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000 - 2010



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

7.5. Situação Educacional na Região Metropolitana da Grande Vitória

A Região Metropolitana da Grande Vitória apresentou avanços na escolarização de sua população na última década. A Tabela 7.2 apresenta a distribuição da população de 25 anos ou mais entre os níveis educacionais concluídos para os anos de 2000 e 2010 e, para este último são apresentadas em parêntesis as variações percentuais em relação ao ano de 2000. A escolha pelo corte de 25 anos foi feita, pois, com esta idade, teoricamente, uma pessoa tem a possibilidade de concluir até o ensino superior.

Como pode ser visto na Tabela 7.2, enquanto no ano de 2000 mais da metade da população de 25 anos ou mais na RMGV tinha apenas o nível fundamental incompleto, no ano de 2010, 46,1% da população estava com o ensino médio ou superior completo. A cidade que mais reduziu a proporção de pessoas com o nível fundamental incompleto foi Vitória. Nota-se também que Vitória e Vila Velha reduziram a proporção de pessoas com o ensino fundamental completo, sendo que esta redução foi acompanhada de um crescimento proporcional maior tanto do nível médio quanto do nível superior completo.

Tabela 7.2 - Escolaridade das pessoas de 25 anos ou mais de idade, RMGV, 2000 - 2010

Ano	Município	Fundamental incompleto		Fundamental completo		Médio completo		Superior completo	
2000	Cariacica	64,80%		16,40%		16,90%		1,90%	
	Fundão	70,70%		10,00%		16,60%		2,70%	
	Guarapari	63,20%		13,30%		18,50%		5,10%	
	Serra	59,80%		17,10%		20,10%		3,10%	
	Viana	70,40%		15,20%		13,40%		1,00%	
	Vila Velha	43,50%		17,50%		29,50%		9,50%	
	Vitória	35,40%		14,10%		30,00%		20,50%	
	RMGV	**52,10%**		**16,00%**		**23,60%**		**8,30%**	
2010	Cariacica	50,60%	(-21,9%)	17,10%	(+4,6%)	26,10%	(+53,9%)	6,20%	(+232,8%)
	Fundão	58,30%	(-17,6%)	12,10%	(+20,7%)	21,50%	(+29,8%)	8,10%	(+203,9%)
	Guarapari	47,40%	(-25%)	14,70%	(+10,3%)	27,40%	(+48,5%)	10,60%	(+108,1%)
	Serra	42,80%	(-28,4%)	17,30%	(+1,2%)	32,40%	(+61,3%)	7,50%	(+144,2%)
	Viana	59,20%	(-15,9%)	17,50%	(+15,5%)	19,80%	(+48,1%)	3,40%	(+233,7%)
	Vila Velha	31,10%	(-28,6%)	15,40%	(-11,7%)	35,00%	(+18,5%)	18,50%	(+95%)
	Vitória	23,20%	(-34,4%)	12,60%	(-10,6%)	32,30%	(+7,4%)	31,90%	(+55,9%)
	RMGV	**38,40%**	**(-26,4%)**	**15,60%**	**(-2,6%)**	**30,90%**	**(+30,9%)**	**15,20%**	**(+83,4%)**

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

A queda proporcional no nível fundamental incompleto pode ser atribuída à expansão da cobertura escolar que já estava em curso no início do século XXI, sendo que, já no ano de 2000 a Região Metropolitana apresentava uma cobertura alta para as crianças em idade regular para frequentar o ensino fundamental. Entretanto o mesmo não pode ser dito em relação ao ensino médio, já que na última década, a RMGV experimentou uma expansão modesta na cobertura de seu sistema educacional para as crianças e adolescentes em idade regular do ensino médio. De acordo com os dados do Censo Demográfico, a taxa de matrícula para o ensino fundamental e médio (6 a 14 anos e 15 a 17 anos), eram respectivamente 94,14% e 82,41% em 2000, e em 2010 estas taxas alcançaram 96,42% e 82,97%.

Deste modo, podemos dizer que o ensino fundamental se encontra quase universalizado. A situação do ensino médio, entretanto, é diferente e requer uma maior atenção uma vez que, tanto a cobertura deste está aquém do desejado, quanto o atraso escolar neste nível é relativamente alto já que dos estudantes de 15 a 17 anos que frequentavam a escola em 2000, 57,75% frequentavam o ensino médio ou alguma etapa posterior, ou seja, nesta faixa etária 42,25% dos estudantes estavam matriculados no ensino fundamental, representando atraso.

A taxa de matrícula líquida desta faixa etária no ensino médio passou para 63,50% em 2010, logo 36,5% ainda frequentavam o ensino fundamental, isto significa um avanço aproximado de 0,575 pontos percentuais por ano desta última década em relação à etapa adequada. Podemos considerar este um avanço tímido, uma vez que se ele se mantiver nos anos futuros esta distorção somente desaparecerá em 2073.

Em relação à qualidade da educação, notamos pela Tabela 7.3 que, para os anos iniciais do ensino fundamental na RMGV, tanto a taxa de aprovação quanto o desempenho médio da Prova Brasil vêm melhorando consistentemente ao longo dos últimos anos.

Tabela 7.3 - Taxas de aprovação e notas da Prova Brasil padronizada: anos iniciais, RMGV, 2007/2009/2011

Município	Aprovação			Prova Brasil		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Cariacica	87,4	89,4	90,5	4,65	4,97	5,12
Fundão	88,1	82,9	89,2	5,20	5,52	5,53
Guarapari	84,2	85,9	86,1	4,99	5,37	5,63
Serra	86,5	88,0	91,2	4,71	5,16	5,24
Viana	88,8	87,9	90,8	4,74	4,61	5,47
Vila Velha	87,1	89,6	89,6	5,05	5,55	5,52
Vitória	87,2	88,5	91,9	4,85	5,30	5,36
RMGV	86,9	88,5	90,4	4,81	5,20	5,33

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2007; 2009; 2011). Elaboração: IJSN, 2013

Outro importante indicador, representativo da qualidade da educação básica, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, composto pelo produto entre a taxa de aprovação e a nota da Prova Brasil[6]. Observamos pela Tabela 7.4 que o IDEB dos anos iniciais vem aumentando de maneira consistente e, de maneira geral, também atingindo as metas[7] estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, o único município da Região Metropolitana da Grande Vitória que não atingiu a meta estabelecida, na última edição

[6] A nota da Prova Brasil é composta pela média aritmética das notas normalizadas das provas de língua portuguesa e matemática.

[7] As metas foram estabelecidas para cada escola de forma que a média geral de todo o Brasil atinja 6 pontos nos anos de 2021, 2025 e 2028 para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio respectivamente. Um IDEB igual a 6, teoricamente, equivale a média dos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e são considerados desenvolvidos.

do IDEB, para os anos iniciais do ensino fundamental foi Fundão, apesar de sua meta inicial já ter partido de um ponto inicial maior, o que indica que à medida que as escolas vão melhorando o desafio de continuar avançando a qualidade vai se intensificando.

Tabela 7.4 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e metas estabelecidas: ensino fundamental - anos iniciais, RMGV, 2007/2009/2011

Município	IDEB			IDEB - Metas		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Cariacica	4,1	4,5	4,6	3,9	4,2	4,6
Fundão	4,7	4,5	5,0	4,4	4,7	5,1
Guarapari	4,2	4,6	4,9	3,8	4,2	4,6
Serra	4,2	4,6	4,8	3,6	3,9	4,4
Viana	4,2	4,0	5,0	3,7	4,0	4,4
Vila Velha	4,4	5,0	4,9	4,1	4,4	4,8
Vitória	4,2	4,8	4,9	4,1	4,4	4,8
RMGV	4,2	4,7	4,8	3,9	4,2	4,6

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2007; 2009; 2011). Elaboração: IJSN, 2013.

Conforme se observa na Tabela 7.5, a seguir, nos anos finais do ensino fundamental (quinto ao nono ano) a situação é um pouco diferente, as taxas de aprovação estão (lentamente) se reduzindo e a nota da Prova Brasil vem crescendo pouco, o que se traduz numa evolução do IDEB que não foi suficiente para atingir as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Note que na última edição do IDEB para os anos finais do ensino fundamental (Tabela 7.6), dos municípios da Região Metropolitana, apenas Vitória atingiu as metas estabelecidas, e a média geral ficou 0,1 ponto aquém da meta estabelecida. Observe também que nos anos de 2007 (5 municípios), 2009 (4 municípios) e 2011 (1 município), alguns municípios tiveram o desempenho mínimo estabelecido pelo MEC.

Tabela 7.5 - Taxas de aprovação e notas da Prova Brasil padronizada: ensino fundamental - anos finais, RMGV, 2007/2009 /2011

Município	Aprovação			Prova Brasil		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Cariacica	76,8	70,9	72,2	4,17	4,46	4,50
Fundão	84,7	85,6	71,4	4,72	4,87	4,99
Guarapari	76,3	70,1	71,5	4,74	4,97	5,11
Serra	77,4	73,5	78,9	4,35	4,56	4,72
Viana	75,8	73,5	73,7	4,28	4,32	4,64
Vila Velha	79,1	75,5	75,3	4,65	5,01	5,07
Vitória	75,6	76,1	81,1	4,66	4,92	5,04
RMGV	77,3	73,6	76,1	4,45	4,70	4,81

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2007; 2009; 2011). Elaboração: IJSN, 2013.

Tabela 7.6 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e metas estabelecidas: ensino fundamental - anos finais, RMGV, 2007/2009 /2011

Município	IDEB			IDEB - Metas		
	2007	2009	2011	2007	2009	2011
Cariacica	3,2	3,2	3,3	3,3	3,4	3,7
Fundão	4	4,2	3,5	3,4	3,5	3,8
Guarapari	3,6	3,5	3,7	3,4	3,6	3,8
Serra	3,4	3,4	3,7	3,5	3,6	3,9
Viana	3,2	3,2	3,4	3,1	3,2	3,5
Vila Velha	3,7	3,8	3,8	3,6	3,7	4
Vitória	3,5	3,8	4,1	3,4	3,6	3,8
RMGV	3,5	3,5	3,7	3,4	3,6	3,8

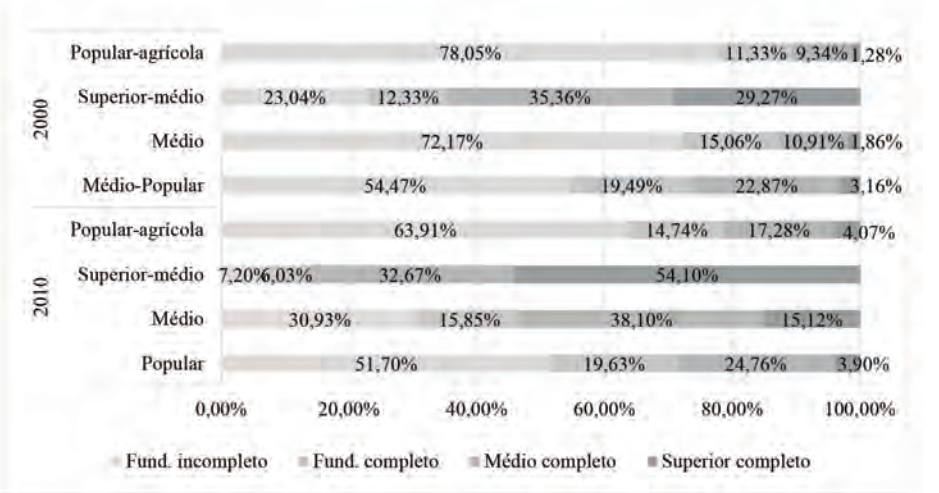
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2007; 2009; 2011). Elaboração: IJSN, 2013.

De forma geral podemos dizer que a qualidade e a cobertura do ensino fundamental vêm melhorando na RMGV, embora esta qualidade não esteja evoluindo (especialmente para os anos finais do ensino fundamental) no ritmo em que os gestores de políticas públicas inicialmente estabeleceram. Salientamos aqui que, embora exista um IDEB para o ensino médio do Estado, sua desagregação para os municípios, ou mesmo a microrregião metropolitana não é possível, uma vez que nesta etapa de ensino as provas são aplicadas apenas para uma amostra de estudantes.

7.6. Estrutura educacional e sua relação com as tipologias socioespaciais na RMGV

A relação da distribuição dos níveis educacionais pelo território da Região Metropolitana da Grande Vitória, segundo as tipologias socioespaciais, pode ser observado no Gráfico 7.8. Nele notamos que há, em geral, uma predominância de escolaridades mais baixas, captadas pela escolaridade da pessoa responsável pelo domicílio, nas áreas do tipo Popular-agrícola (2000 e 2010), Popular (2010), e Médio-popular (2000). Já a escolaridade mais alta está concentrada nas classificadas como tipo Superior-médio e Médio.

Gráfico 7.8 - Distribuição da escolaridade da pessoa responsável, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000-2010



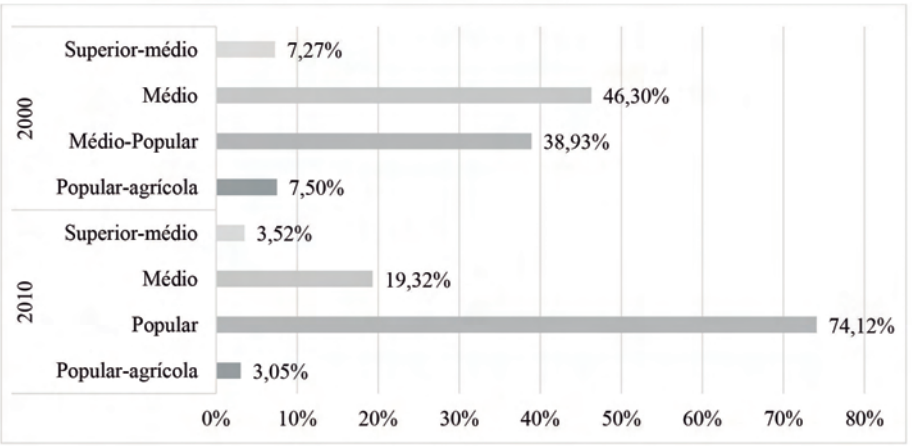
Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

No geral, observa-se uma melhora na distribuição da escolaridade das pessoas responsáveis pelo domicílio entre os anos de 2000 e 2010. A concentração de pessoas com escolaridade mais altas continuou em 2010 nas áreas do tipo Superior-médio, como era esperado. O crescimento de pessoas com ensino superior completo ou ensino médio estava mais bem distribuído entre todos os tipos no ano de 2010, sendo que, também para este ano houve uma redução da proporção de pessoas com o ensino fundamental incompleto em todos os tipos. Esta mudança pode ser atribuída à universalização do ensino fundamental

que ocorreu na última década e de uma maior cobertura das etapas posteriores de ensino.

Outro aspecto importante da escolarização é o abandono escolar, uma vez que abandonando a escola o processo de mobilidade social pode ser severamente comprometido, principalmente quando se percebe que este abandono ocorre, com maior intensidade, nas áreas com predomínio dos tipos socioespaciais Médio e Médio-popular/Popular tanto em 2000 quanto em 2010. O Gráfico 7.9 detalha a distribuição do abandono escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos, que corresponde à faixa etária adequada do ensino médio, segundo os tipos socioespaciais.

Gráfico 7.9 - Distribuição do abandono escolar das pessoas de 15 a 17 anos, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000 – 2010



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

O abandono escolar para os adolescentes nesta idade pode indicar o ingresso no mercado de trabalho de maneira precoce. Esta é a situação que pode ser observada para o ano de 2000. A Tabela 7.7, a seguir, detalha as informações do Gráfico 7.9 em números absolutos e também mostra, dentre os adolescentes que abandonaram a escola, os que faziam parte da população economicamente ativa (que estava trabalhando ou procurando emprego). Note que no ano de 2000 a maioria (aproximadamente 56%) dos adolescentes de 15 a 17 anos que haviam saído da escola estavam ou trabalhando ou procurando emprego. A situação muda no ano de 2010, já que, em média, 63% dos jovens não estudavam, trabalhavam ou procuravam emprego, o que nesta idade os torna particularmente vulneráveis aos problemas sociais que

normalmente afligem os adolescentes. É importante observar também que, em relação ao total de adolescentes, o abandono escolar em termos relativos praticamente não mudou entre os anos de 2000 e 2010. Em 2000 a RMGV contava com um total de 89.870 pessoas nesta faixa etária, das quais 15.090 haviam abandonado a escola, ou seja, 16,79%. Já em 2010 eram 82.169 pessoas com um total de 13.298 em situação de abandono escolar o que representa 16,18% desta população, ou seja, embora a população nesta faixa etária tenha caído, a proporção de pessoas que abandonaram a escola praticamente se estabilizou (em um patamar alto) neste período.

Tabela 7.7 - Abandono escolar das pessoas de 15 a 17 anos e situação de atividade, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000 - 2010

Ano	Tipologia	Total	PEA	PEA/Total
2000	Médio-Popular	5.866	3.167	54,0%
	Médio	7.040	3.767	53,5%
	Superior-médio	1.081	776	71,8%
2010	Popular-agrícola	1.103	731	66,3%
	Popular	9.869	3.581	36,3%
	Médio	2.589	1.148	44,3%
	Superior-médio	365	73	20,0%
	Popular-agrícola	475	185	38,9%

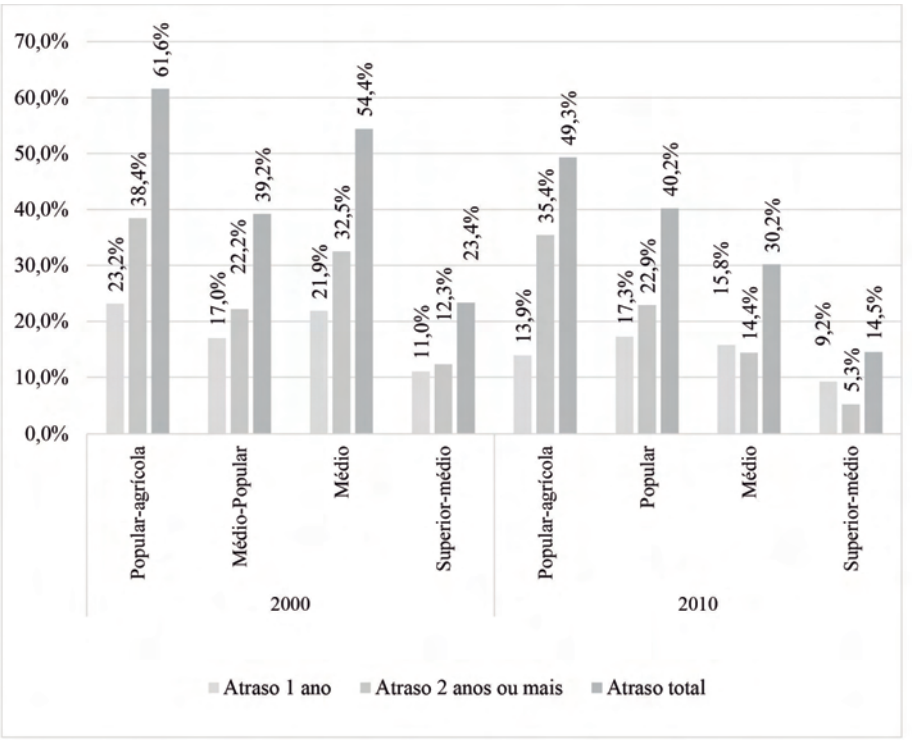
Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Em relação ao atraso escolar foram analisados o atraso de um ano e de dois anos ou mais para os alunos do quinto e nono ano do ensino fundamental, respectivamente quarta e oitava séries. A análise do atraso escolar é importante, principalmente, por determinar problemas relacionados com a alta repetência em determinada série, que é um dos principais problemas no sistema de ensino brasileiro, com graves consequências para os níveis de escolaridade da população, uma vez que cada ano que o aluno repete, sua probabilidade de abandonar a escola aumenta.

Ao tratarmos primeiramente do atraso escolar no quinto ano do ensino fundamental, verificamos em 2000 uma proporção maior de alunos com dois anos ou mais de atraso em relação aos alunos com um ano de atraso em todos os tipos socioespaciais (Gráfico 7.10). Com relação ao total de alunos em situação de atraso escolar no quinto ano, os destaques são os tipos Superior-médio e Popular-agrícola, com respectivamente, o menor (23,4%) e maior (61,6%) percentual de alunos

atrasados em 2000. De 2000 a 2010 há uma queda no número absoluto de pessoas em situação de atraso escolar na RMGV, passando de 14.447 para 11.063 alunos, o que se confirma com a redução do atraso escolar nas áreas dos tipos Médio (30,2%), Superior-médio (14,5%) e Popular-agrícola (49,3%).

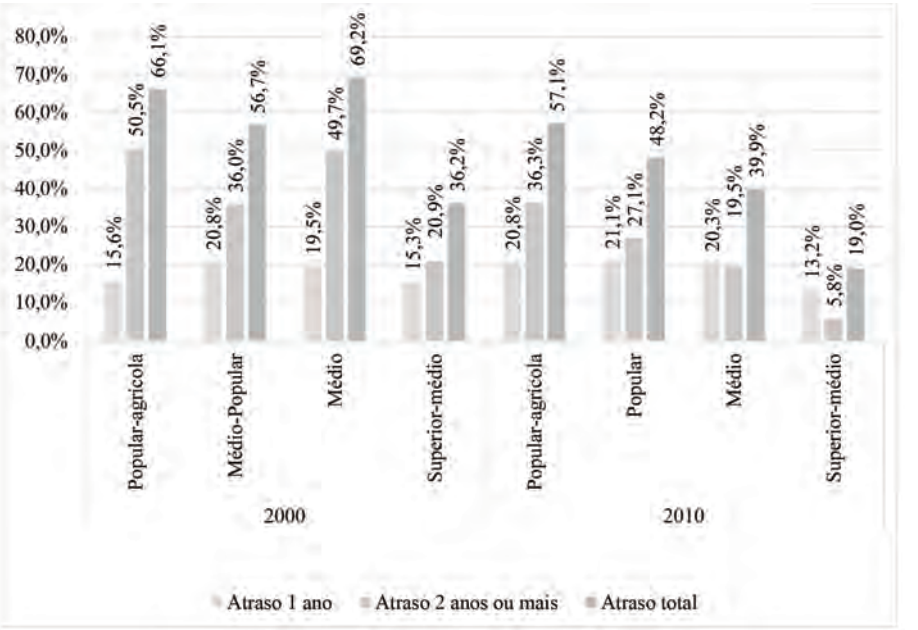
Gráfico 7.10 - Distribuição do atraso escolar no quinto ano do ensino fundamental, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000 – 2010



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

No nono ano do ensino fundamental, em 2000, o problema do atraso escolar também concentra-se nos alunos com dois anos ou mais de atraso. De acordo com os dados do Gráfico 7.11, nas áreas do tipo Médio 69,2% dos alunos estão atrasados em pelo menos um ano, seguido das áreas Popular-agrícola (66,1%), Médio-popular (56,7%) e Superior-médio (36,2%). Em 2010 o atraso escolar é mais acentuado nas áreas do tipo Popular-agrícola (49,3%), Popular (40,2%) e Médio (30,2%). Os alunos das áreas do tipo Superior-médio são os que apresentam os menores percentuais de atraso escolar.

Gráfico 7.11 - Distribuição do atraso escolar no nono ano do ensino fundamental, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000 - 2010



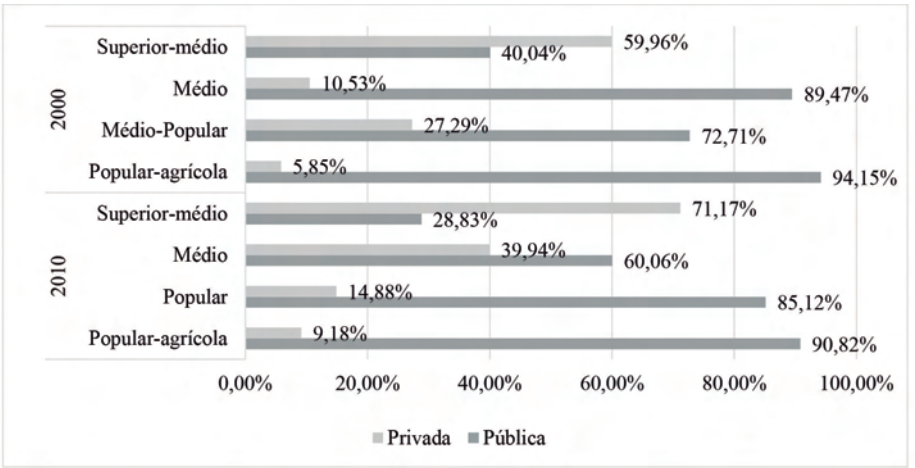
Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

No ano de 2000, 465.486 pessoas frequentavam a escola (em todos os níveis) na RMGV, este número passou para 501.558 no ano de 2010. Este total de pessoas estavam distribuídas entre as redes privada e pública da maneira como é mostrada no Gráfico 7.12.

A proporção de matrículas na rede pública e privada não sofreu modificações significativas nestes anos, já que no ano de 2000, 28,2% dos estudantes estavam matriculados na rede privada e em 2010 este número era de 28,72% na RMGV.

A distribuição entre os tipos se alterou, e esta mudança de configuração indica que assim que uma família tem condições financeiras favoráveis, o que potencialmente ocorre é a migração para o sistema privado de ensino, isto tem a provável causa na baixa qualidade do sistema público de ensino brasileiro, principalmente nas etapas do ensino básico. Este fenômeno pode explicar um ciclo vicioso, em que os jovens provenientes de um tipo de baixa renda (Popular), por não acessarem uma educação com melhor qualidade, tendam a ter filhos que continuarão na mesma situação socioeconômica dos pais, em virtude da qualidade da educação acessada.

Gráfico 7.12 - Distribuição das matrículas entre a rede pública e privada, segundo os tipos socioespaciais, RMGV, 2000-2010



Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000; 2010). Elaboração: IJSN, 2013.

7.7. Conclusões

Neste capítulo buscamos analisar a relação do espaço social do território da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV -, tanto em 2000 quanto em 2010, com as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, renda e educação.

De maneira geral podemos verificar que existem variações significativas nas taxas de desemprego, fragilidade ocupacional, níveis de renda e indicadores educacionais de acordo com os tipos socioespaciais da RMGV, ou seja, os tipos socioespaciais classificados como de melhor status social apresentaram os melhores resultados para todas as variáveis consideradas.

Logo, o tipo socioespacial Superior-médio, considerado o de mais alto status social na RMGV, registrou em 2000 e 2010 os menores níveis de desemprego e mostrou-se menos vulnerável à fragilidade ocupacional, sinalizando que os empregos dos trabalhadores residentes nessas regiões são de melhor qualidade.

No tocante a renda, verificou-se um aumento da renda domiciliar *per capita* de 2000 para 2010 em todos os tipos socioespaciais. Além disso, dado o grau de hierarquia social existente entre os tipos socioespaciais, cujo significado se associa às distâncias sociais entre as diferentes categorias sócio-ocupacionais, verificou-se em relação ao rendi-

mento médio domiciliar *per capita*, um forte distanciamento entre as categorias sócio-ocupacionais em 2010.

Em relação a distribuição dos níveis educacionais pelo território da RMGV, segundo os tipos socioespaciais, constatou-se uma dominância de escolaridades mais baixas, captadas pela escolaridade da pessoa responsável pelo domicílio, nas áreas do tipo Popular-agrícola (2000 e 2010), Popular (2010) e Médio-popular (2000), já as escolaridades mais altas são concentradas nas áreas dos tipos Superior-médio e Médio. Ademais, houve uma melhora na distribuição da escolaridade das pessoas responsáveis pelo domicílio entre os anos de 2000 e 2010.

Outro aspecto importante da escolarização é o abandono escolar, uma vez que abandonando a escola o processo de mobilidade social pode ser severamente comprometido, principalmente quando se percebe que este abandono ocorre, com maior intensidade, nas áreas dos tipos socioespaciais Médio e Médio-popular em 2000, e Popular em 2010.

Foram tratados também os dados relativos ao atraso escolar de um ano e de dois anos ou mais para os alunos do quinto e nono ano do ensino fundamental, respectivamente quarta e oitava séries. A análise do atraso escolar é importante, principalmente, por determinar problemas relacionados com a alta repetência em determinada série, que é um dos principais problemas no sistema de ensino brasileiro, com graves consequências para os níveis de escolaridade da população, uma vez que cada ano que o aluno repete sua probabilidade de abandonar a escola aumenta. Seguindo a mesma tendência do abandono escolar, o atraso escolar tanto no quinto quanto no nono ano do ensino fundamental ocorre em maior proporção nas áreas consideradas de mais baixo status social, ou seja, nas áreas do tipo Popular-agrícola (2000 e 2010).

Por fim, não pretendemos aqui esgotar as possibilidades de investigação desse tema, mas sim abrir caminho para que outros estudos possam se aprofundar ainda mais na análise da influência do espaço social do território sobre as condições de emprego, diferenciais de renda e situação educacional.

Referências

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. A evolução intersetorial do mercado de trabalho capixaba e sua contribuição para a redução da informalidade: censos de 2000 e 2010. 2012.

KOSLINSKI, M.C. ALVES, F. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca. Educação & Sociedade. v. 33, n. 120, p. 805-831. 2012.

RIBEIRO, L.C.Q. RIBEIRO, M.G. Análise social do espaço urbano-metropolitano: fundamentos teóricos-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos. Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro. 2011.

RIBEIRO, L.C.Q. RODRIGUES, J.M. CORRÊA, F.S. Segregação residencial e emprego nos grandes espaços urbanos brasileiros. Cadernos Metrópole: p. 15-41. 2010.

RIBEIRO, M.G. COSTA, L.G. RIBEIRO, L.C.Q. Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI. 1ª edição. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2013.

Capítulo 8

Organização social do território e mobilidade urbana

Adilson Pereira de Oliveira Junior
Latussa Laranja Monteiro
Lívia Maria Albertasse Tulli

Resumo: O capítulo analisa a relação entre a conformação do espaço urbano da Região Metropolitana da Grande Vitória e os problemas de mobilidade enfrentados atualmente por sua população. Deste modo, inicialmente busca-se contextualizar a RMGV no modelo de urbanização brasileiro e compreender a formação de suas centralidades a partir da estruturação de seu sistema viário e do modelo de transporte adotado na região. As razões da crise de mobilidade enfrentada pelos principais centros urbanos do país, em especial na RMGV, são abordadas no intuito de qualificar a análise das condições de deslocamento da população. Tais condições são, por fim, medidas, a partir da análise do tempo de deslocamento da população, utilizando como critério de comparação a metodologia desenvolvida por Ribeiro & Ribeiro (2011) para leitura do espaço urbano.

Palavras-chave: Metropolização; centralidade; mobilidade urbana; movimento pendular.

Abstract: The chapter examines the relationship between the historical urban space conformation of the Metropolitan Region of GrandeVitória and the nowadays mobility problems faced by its population. To do so, initially seeks to contextualize the Metropolitan in Brazilian's urbanization model and to understand the formation of metropolitan centralities starting from its road system structuring process and the transportation model adopted in the region. The reasons for the mobility crisis in the major urban centers of the country, especially in RMGV, are addressed in order to qualify the analysis of the population displacement conditions. Such conditions are, finally, measured from the analysis of population's time displacement, using the methodology developed by Ribeiro & Ribeiro (2011) as a criterion for reading urban space.

Keywords: Metropolitan; centrality; urban mobility; pendulum action.

8.1. Introdução

Falar de mobilidade remete, a princípio, a um dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal mais proclamados pela sociedade em geral, o direito de ir e vir, assegurado pelo art. 5º, inciso XV da Carta Magna. Se todos têm direito a "livre a locomoção no território nacional", as condições para se chegar de um lugar ao outro dentro deste território não são especificadas.

O tema "mobilidade urbana" tem ganhado cada vez maior repercussão devido ao crescimento exponencial do processo de metropolização ou metapolização (ASCHER, 2010) do tecido social nas últimas décadas. De fato, tem-se percebido que além das megacidades espalhadas pelo mundo e das metrópoles já consolidadas, o fenômeno metropolitano tem atingido também as cidades médias, o que, na prática, tem se traduzido em um espraiamento do modo de vida metropolitano, em todos os seus aspectos, econômico, social, espacial e ambiental.

Se entendermos a cidade funcionando como uma rede (SANTOS, 1996), no qual alguns pontos fixos (base técnica) são interconectados e alimentados a partir de fluxos (de pessoas, de bens, de mercadorias, de informação), percebemos o quão necessária se faz essa discussão acerca dos elementos que facilitam e dificultam sua permeabilidade e, por conseguinte, seu funcionamento.

De fato, para entender de que maneira os problemas ligados à mobilidade, ou à falta de mobilidade, das cidades brasileiras afeta o cotidiano da sua população é necessário antes compreender o modelo de crescimento que foi se desenvolvendo nessas cidades ao longo das últimas décadas, ou seja, de que maneira os diferentes segmentos sociais e as diferentes atividades foram se distribuindo pelo território para conformação do cenário atual e em que medida esse território foi infraestruturado para responder à função de circulação.

8.2. Concentração e Dispersão

Muitos autores explicam que o crescimento das principais metrópoles brasileiras até a década de 1980 se baseou no modelo centro-periferia (KOWARICK, 1980; RIBEIRO & LAGO, 1994; OJIMA, 2005; RIBEIRO & HOLANDA, 2006; LAGO, 2007), no qual os equipamentos e serviços urbanos, assim como a moradia das classes média e alta se localizavam nas áreas centrais, em detrimento das classes baixas, que

foram habitando espaços cada vez mais periféricos desprovidos de infraestrutura urbana adequada. Seria esta uma expressão territorial do processo de espoliação das "classes dominadas" (KOWARICK,1980), que teriam que arcar com os custos de morar longe do local de trabalho e dos equipamentos e serviços urbanos. A figura do pequeno especulador que, em conjunto com agentes do poder local, loteava áreas distantes da aglomeração no intuito de retirar renda da terra, foi fundamental nesse processo. Com o advento do Sistema Financeiro de Habitação - SFH principalmente em sua atuação ao longo dos anos 70, há um fortalecimento do padrão periférico da urbanização brasileira, pois ao priorizar contratos com empreiteiras e incrementar a figura do incorporador imobiliário, estes passaram a priorizar investimentos para as classes média e alta nas áreas centrais, contribuindo para a expulsão dos mais pobres para as periferias (RIBEIRO & LAGO, 1994). Aliada a uma baixa capacidade de investimento em transportes coletivos urbanos, essa realidade se reproduziu pelas diversas estruturas metropolitanas em formação, inclusive a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, causando inúmeros passivos urbanos presentes ainda hoje na dinâmica socioespacial.

Tal modelo horizontal de crescimento urbano baseado em uma expansão permanente de baixa densidade (MCIDADES, 2004), no qual a população mais pobre vai sendo sistematicamente expulsa para áreas mais longínquas, é muito diferente das cidades polinucleadas. Ao contrário, enquanto nestas o policentrismo permite a geração de emprego e renda em diversos pontos da mancha urbana e a consequente diminuição dos custos de transporte e qualidade de vida, nas cidades dispersas a população fica mais longe do centro, em função do alto custo de moradia em seu entorno, havendo um aumento dos custos de transporte, assim como uma diminuição da renda média da população à medida que se afasta do centro (KOWARICK, 1980; RIBEIRO & HOLANDA, 2006).

Este modelo, no entanto, apresenta várias nuanças. Por um lado, há uma distinção entre os bairros operários, atrelados à indústria, e os bairros populares, com concentração em prestação de serviços de baixa qualificação. Por outro, há o modelo de espraiamento de que o melhor exemplo são os subúrbios norte-americanos, bairros de classes alta e média em regiões mais distantes do centro e que se apresentam como extensas áreas monofuncionais com pequenos sub-núcleos de comércio e serviço na vizinhança, mesmo que relativo a certos seto-

res e atividades. Independente das questões culturais a ele atreladas, como o maior custo[1], no Brasil este último fenômeno ganha novos contornos nos anos 90, com a tendência das classes superiores em se auto-segregar em condomínios fechados, a despeito do que regula a Lei de Parcelamento do Solo, nº 6.766/1979. No caso brasileiro, apesar de muitas vezes haver uma diminuição da distância física entre pobres e ricos, o isolamento social não somente se manteve como se complexificou, uma vez que a criação de "ilhas" ou "enclaves fortificados" (CALDEIRA, 2000) em bairros populares criou novos padrões de segregação.

Deste modo, apesar de complexificado, veremos a partir do exemplo da RMGV, que o modelo centro-periferia segue inserido na realidade brasileira de modo a ser um dos principais agentes causadores dos problemas relativos à mobilidade urbana.

Da mesma forma, a falta de investimentos em transportes ao longo do tempo garantindo modais adequados ao atendimento da demanda, intermodalidade e o enfrentamento da questão dos sistemas de transporte sobre trilhos como solução para o transporte de massa, são faces do problema da mobilidade urbana que estão fundadas inclusive sobre o modelo de industrialização nacional, que teve na indústria automobilística um de seus pilares. As condições favoráveis do mercado, como acesso ampliado ao crédito, o crescimento do emprego e os incentivos à indústria, também fizeram com que o modo individual e motorizado de transporte crescesse acentuadamente na última década, sem que fosse possível modificar a malha viária existente nas cidades.

8.3. Rede de Transporte e Modo de Ocupação do Solo na RMGV

A falta de articulação entre a rede de transportes e o modo de ocupação do solo, uma das consequências do modelo centro-periferia, é apontada pelo próprio Ministério das Cidades (2004) como um dos

[1] Estudos recentes problematizam os custos deste modelo, baseado na dependência do automóvel, das longas distâncias percorridas e o contraponto das baixas densidades como barreiras à implantação de sistemas de transporte público economicamente viável. Ver Campoly, Julie. *Made for walking: dansity and neighborhood form*, Lincoln Institute Press, 2012.

principais problemas da grande parte das médias e grandes cidades brasileiras. O desordenamento provocado pela retenção de terras em áreas centrais e a ocupação de áreas cada vez mais distantes eleva o tempo de percurso casa-trabalho. Com isso, onera-se o poder público, na complementação da infraestrutura, e a população por um efeito causado por ações de alguns indivíduos em diferentes níveis de irregularidades e/ou clandestinidade.

Duas são as principais raízes da reprodução dessa tendência nas cidades brasileiras. Por um lado, desde a década de 1980, a classe média é alvo de políticas públicas para produção de imóveis novos, a partir da disponibilidade de crédito a juros subsidiados (MCIDADES, 2004), o que provocou, a partir da formação de novas centralidades, o esvaziamento dos centros tradicionais. Por outro lado, os setores populares, por conta do preço da terra mais baixo nas margens externas da cidade, acabaram por ocupar loteamentos ou conjunto habitacionais periféricos (idem) ou áreas ambientalmente frágeis e fora das possibilidades de uso pelo mercado formal, dadas as restrições normativas, no interior dos núcleos urbanos. Com isso, houve um aumento gradativo do custo de transporte por conta do atendimento a pontos cada vez mais distantes do território, com vazios em seus interstícios.

Este é apontado pelo próprio Ministério das Cidades como um dos principais motivos da crise do transporte público nas grandes cidades brasileiras. As grandes áreas vazias somadas àquelas de menor adensamento entre o centro e a periferia urbana revelam a "dissociação entre o planejamento do transporte, a ocupação do solo e a especulação imobiliária não controlada" (MCIDADES, 2004, p. 21).

A Grande Vitória é mais um exemplo típico de reprodução desse modelo. Se até a década de 1960 a população dos cinco municípios atualmente conurbados (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana) não chegava a 200 mil habitantes, em 1980 ultrapassou 700 mil, chegando a mais de 1,5 milhão de habitantes em 2010.

Do núcleo inicial no centro histórico de Vitória, a ocupação foi se irradiando em diversas direções, seguindo o modelo em "arco" com as classes privilegiadas migrando para o leste da capital e, principalmente após a inauguração da 3ª Ponte em 1989, para o nordeste de Vila Velha, e as demais classes se distribuindo nas regiões periféricas da conurbação. De fato, a situação atualmente materializada na tipologia sócio-espacial, conforme metodologia apresentada no Capítulo 4, deve ser compreendida a partir de elementos que envolvem o processo

histórico (incluindo aspectos políticos, sociais e econômicos) e as condições físico-geográficas do território, influenciando a conformação do sistema viário estruturante e as condições de mobilidade de cada município e da aglomeração em seu conjunto.

Assim, Vitória apresenta em sua parte insular um maciço central que funciona como uma barreira à ocupação, condicionando o sistema viário a uma funcionalidade que restringe a comunicação das regiões leste, ocupada pelo estrato "Superior-médio" da tipologia socioespacial e oeste, ocupada pelo estrato "Popular".

A qualidade do espaço urbano na capital se destaca na aglomeração, principalmente na região leste, muito por conta de a área de expansão ter sido planejada desde o final do século XIX através do Novo Arrabalde[2], quando a cidade se resumia ao atual centro histórico da capital. Por outro lado, em sua porção oeste, o manguezal às bordas do primeiro contorno viário da aglomeração, foi maciçamente ocupado nas décadas de 1970 e 1980 por uma população de baixa renda, resultando em uma ocupação densa ao redor de uma única via arterial, estreita, sinuosa e com grandes dificuldades de intervenção.

Outro problema é que, apesar de Vitória atrair boa parte da mão de obra e se constituir município eixo de articulação da aglomeração, as poucas opções de acesso ao norte (Serra) e sul (Vila Velha e Cariacica) criam alguns gargalos que têm gerado transtornos à mobilidade nos horários de pico. Isso é agravado pelo expressivo aumento no número de automóveis da última década (RODRIGUES, 2012; OLIVEIRA JUNIOR, 2013), que buscaremos compreender mais à frente.

O processo de ocupação de Vila Velha, primeiro núcleo de colonização portuguesa do estado, se iniciou em sua região nordeste, mas a comunicação rodoviária com a capital se originou na porção noroeste da cidade com a inauguração da primeira ponte nas primeiras décadas do século XX. O eixo rodoviário que liga essas duas porções do território vilavelhense, inaugurado na década de 1950, buscando criar uma espinha dorsal para o município, estimulou a ocupação ao norte

[2] Elaborado sob encomenda do então Presidente de Estado do Espírito Santo, Muniz Freire (1892-1896), o Novo Arrabalde foi um dos primeiros grandes projetos urbanístico do engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Britto. A ideia era projetar a expansão do núcleo urbano de Vitória e, apesar de a escassez de recursos não ter permitido executar os serviços à época, seu desenho, em linhas gerais, delineou a atual conformação urbanística da capital do Espírito Santo. Na ocasião, a área planejada superava em cinco ou seis vezes a área então ocupada (CAMPOS JUNIOR, 1996).

cidade (OLIVEIRA, 2007). Na década de 1970, é inaugurada a ES-060 (Rodovia do Sol), eixo de ligação entre Vila Velha e o sul do estado, que estimulou a ocupação do sul vilavelhense. Finalmente, com a inauguração da 3ª ponte, na saída da Baía de Vitória, no final da década de 1980 estimulou-se a ocupação ao nordeste do município, aumentando o valor do solo na região, única porção do território metropolitano fora da capital ocupada pelo estrato "Superior-médio" da tipologia socioespacial.

O sítio físico de Vila Velha apresenta a peculiaridade de estar em boa parte próximo ao nível do mar. Sua ocupação não respeitou as áreas de alagamento natural de importantes rios e "braços de mar" e, em épocas de chuva intensa, quando estas coincidem com a maré alta, o município sofre com alagamentos, ocasionando problemas de todo tipo, inclusive na mobilidade urbana.

Serra, por outro lado, está localizada em uma região onde há predominância de tabuleiros costeiros (GONÇALVES, 2007), principalmente onde a ocupação é mais densa. Com isso, essa ocupação se deu de maneira mais fragmentada pelo território, gerando descontinuidades nas áreas de vale. Isso foi reforçado com os inúmeros loteamentos (muitos deles irregulares) e conjuntos habitacionais construídos nas décadas de 70 e 80, cuja localização ajudou a criar grandes vazios urbanos, estimulando a ocupação do território. A BR 101 e a ES-010 são os principais eixos de ocupação do território, a primeira no interior, onde se encontra o distrito-sede do município, a segunda no litoral. A inauguração do Centro Industrial de Vitória - CIVIT I e II na década de 1970, e a consequente abertura de vias de escoamento da produção, além de criar uma zona industrial no município, facilitou a formação da atual centralidade comercial de Laranjeiras, região classificada como tipo "Médio", melhor classificação encontrada na Serra em 2010[3].

Se as características topográficas do sítio e o modelo de ocupação gerado pelos loteamentos esparsos ajudaram a fragmentar o território serrano, também facilitaram o planejamento e a abertura de vias mais largas. Nesse sentido, o tráfego interno do município flui bem, mas as duas únicas entradas a Vitória, uma delas próxima ao único acesso a Cariacica a partir do Norte (a BR 101), já se apresentam com constantes congestionamentos nos horários de pico. Com certeza o tráfego

[3] Ver Capítulo 4 deste livro.

de caminhões contribui para isso, já existindo estudos e projetos governamentais de construção de novo desvio da BR, para o norte do município. Mas, é bom ressaltar que o exponencial aumento da frota de automóveis na última década, na RMGV, assim como em todo o país (RODRIGUES, 2012; OLIVEIRA JUNIOR, 2013) é a principal causa desse problema. Por outro lado, a morfologia de tabuleiros faz com que bairros próximos muitas vezes apresentem dificuldades de comunicação devido às descontinuidades provocadas pelas formações de vale.

O crescimento de Cariacica e Viana foi, de certa maneira, induzido pelas BRs 101 e 262, construídas entre as décadas de 1950 e 1960, época, como visto no capítulo 1, que Cariacica recebeu a maior parte dos investimentos industriais da região (ZANOTELLI, 1998), localizados justamente, a grande maioria, às margens dessas rodovias. Nesse sentido, essas vias firmaram-se como espinha dorsal do crescimento urbano de Cariacica, ligando o município ao polo metropolitano, com os bairros situados em suas proximidades se constituindo como aqueles que têm predominância do estrato "Médio" da tipologia socioespacial, a mais alta do município. A falta de planejamento urbano e as ocupações irregulares ocorridas nas décadas passadas transformaram o território cariaciquense em um emaranhado de bairros conectados por vias estreitas, algumas inclusive de trânsito intenso, como a ES-080, que liga a BR 262 ao distrito sede do município e à microrregião Central Serrana do Espírito Santo, um dos principais eixos de escoamento da produção agrícola para a RMGV, especificamente para as Centrais de Abastecimento do Espírito Santo - CEASA/ES. Conjuga-se a isso tráfego intenso de caminhões que cruzam o país no eixo norte-sul pela BR 101, e os que advêm do interior do país pela BR 262. A região do Contorno de Vitória (também parte da BR 101), ligando Cariacica ao município de Serra, é a área que tem apresentado maior crescimento da mancha urbana recente (Figura 8.1).

Como já apontado, outro problema que afeta diretamente a mobilidade urbana é a falta de opções e/ou a falta de integração entre as diversas modalidades de transporte. Tal questão difere bastante entre as distintas realidades urbanas, seja por conta de seu porte ou do contexto histórico e geográfico em que está inserida. No entanto, a realidade dos principais centros urbanos apresenta algumas similitudes que merecem destaque.

Primeiramente, a consolidação do modelo "rodoviarista" (MARI-

CATO, 2011), implantado no país desde a década de 1950 e que trouxe como principal consequência o ciclo vicioso "aumento da frota/expansão malha rodoviária/aumento da frota" que parece não ter encontrado seu limite. O estímulo à produção automobilística minou outras modalidades de transporte, seja de caráter inter como intraurbano. É certo que não foi uma mudança repentina, mas um processo que durou várias décadas e se reflete de maneiras diferentes nas diversas realidades urbanas. Se nas primeiras décadas as principais pressões eram das grandes montadoras de veículos e da indústria do petróleo, a este foi se juntando ao longo das décadas seguintes o *lobby* das empresas de ônibus, cada vez maiores e mais monopolistas. Em muitos casos, como veremos no caso da RMGV, outras opções de transporte foram desarticuladas de modo a permitir a consolidação de um modelo único baseado em uma só modalidade de transporte de maneira que, na relação custo/benefício, os custos ficassem para a sociedade (seja no que se refere ao custo propriamente dito, ou seja, monetário, seja com relação à restrição do tempo livre e à qualidade de vida) e os benefícios em poder de uma minoria do ramo rodoviário, cada vez mais empoderados. Como consequência desse modelo, houve uma explosão de crescimento no número de automóveis na última década, assim como em todo o país, o que tem agravado essa tendência. Entre 2001 e 2011, houve um crescimento de 7,88% a.a. na RMGV, o que resultou um acréscimo de cerca de 250 mil automóveis nas ruas, mais que dobrando a frota metropolitana em uma década (OLIVEIRA JUNIOR, 2013).

Vez ou outra se afirma que nossas cidades, principalmente no que se refere às questões metropolitanas, sofrem pela fragmentação e pela falta ou ineficiência de planejamento e descontinuidade das políticas públicas, o que não é uma inverdade, mas quando se trata do transporte público, pelo menos na RMGV, o que se percebe é que, pelo menos ao longo das duas últimas décadas, há uma consolidação de um modelo único de transporte, materializado no Sistema Transcol.

O Sistema Transcol foi implantado em meados da década de 80, a partir de estudos técnicos do Instituto Jones do Santos Neves (1984) e da criação da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória, em 1986, com a função de organizar o transporte coletivo rodoviário da região metropolitana de maneira integrada. A ideia era formar um sistema tronco-alimentador, com alguns terminais rodoviários distribuídos em bairros estrategicamente escolhidos em função

de uma centralidade relativa a zonas de expansão na malha urbana, de modo que houvesse uma integração entre eles sem custo adicional aos passageiros. Cumpre lembrar que a polinucleação estava presente nas diretrizes de desenvolvimento da então Grande Vitória[4] apontadas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, elaborado com financiamento do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU e contratado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano S.A - COMDUSA ao consórcio formado pelo escritório de arquitetura e planejamento de Maurício Roberto e Planorte.

É possível afirmar que o Sistema Transcol seja o projeto de integração metropolitana de maior êxito na RMGV. Inicialmente foram sete os terminais criados: Terminais de Carapina e Laranjeiras, na Serra, Terminais de Vila Velha e Ibes, em Vila Velha, Terminais de Itacibá e Campo Grande, em Cariacica e Terminal de Dom Bosco, em Vitória. Conforme pode ser percebido pela Figura 8.1, a criação dos Terminais Urbanos foi um fator de indução e consolidação do crescimento urbano. Como pode ser notado no trecho do documento abaixo, extraído dos estudos para implantação do Sistema Transcol, a ideia de substituir o sistema radiocêntrico anterior pelo tronco alimentador, vinha da necessidade de diminuir o foco da área central de Vitória, estimulando a ocupação dos "centros de animação" dos municípios vizinhos e periféricos à capital.

> A rede integrada de transporte coletivo proposta pelo TRANSCOL para a Grande Vitória pode ser decomposta em três troncos correspondentes as ligações entre 06 Centros de Animação dos municípios periféricos da Aglomeração Urbana e o Centro Metropolitano, no município de Vitória, através dos corredores que definem o sistema viário estrutural básico da conurbação.
>
> A implantação progressiva dessa rede deve dar-se num horizonte em que possam ser atingidos dois dos objetivos colimados pelo TRANSCOL/GV:
>
> 1. Aumento da eficácia do sistema de transporte coletivo, combinado com um aumento da eficiência no setor, proporcionando melhor atendimento aos atuais habitantes da Grande Vitória, com utilização racional dos equipamentos disponíveis (veículos e sistema viário).
> 2. Consolidação da reestruturação do espaço urbano, baseada em

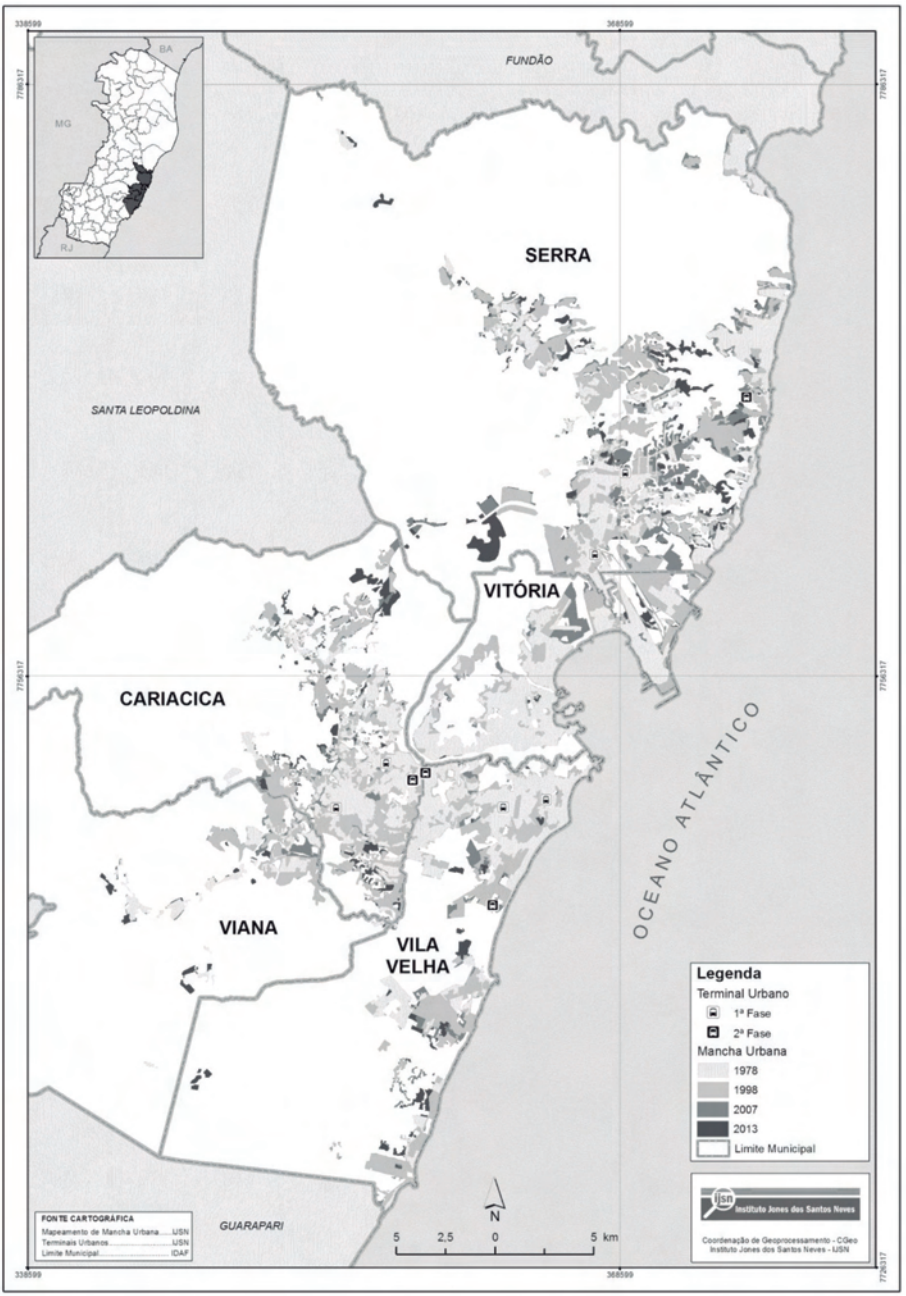
[4] Composta pelos municípios da Microrregião de Vitória, contendo além deste, os municípios conurbados de Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha.

> políticas de desconcentração/descentralização de atividades terciárias, combinada com a adoção de tecnologia para o sistema de transporte coletivo que permita a redução/supressão gradativa da utilização de insumos energéticos de fontes não-renováveis (IJSN, 1984, p.59).

Nesse sentido, apesar dos "centros de animação" já existirem e sua própria identificação ter sido elemento definidor dos locais onde seriam construídos os terminais rodoviários, a implantação destes fez com que aumentasse o adensamento em suas proximidades, direcionando o sentido da urbanização e ajudando o espraiamento e a desconcentração da ocupação (Figura 8.1). Mas desconcentrar não implica, necessariamente, em descentralizar. A descentralização deve levar não somente a ampliação da ocupação urbana, mas também sua polinucleação. Assim, é possível desconcentrar apenas os espaços de moradia, sem que polos geradores de emprego, essencialmente no setor terciário, se multipliquem em diversos centros da aglomeração. Na maioria das vezes, poderíamos dizer, há uma descentralização relativa, na qual cria-se, a partir da ampliação do processo de urbanização, novas pequenas centralidades, sem que o centro principal perca sua influência ou sua força de atração. De qualquer das duas formas, o transporte é o serviço capaz de homogeneizar o espaço urbano em termos das assimetrias presentes em diferentes níveis de oferta de empregos, comércio e serviços.

Não obstante o problema ter se complexificado atualmente com a situação de crise na mobilidade urbana vivida na maioria das cidades médias e grandes no país, inclusive a RMGV, o caos urbano observado no centro de Vitória na década de 1980 ainda é bastante lembrado pelos capixabas que viveram essa época. A cidade ganhou escala e a população passou a ocupar zonas distintas da aglomeração, assim como na maioria do Brasil, os mais ricos nas áreas privilegiadas e os mais pobres nas margens periféricas e áreas de risco. Na segunda fase de implantação de terminais do Transcol, já na década de 2000, mantém-se a estratégia de usá-los como mote de ocupação de áreas em expansão, como no litoral sul de Vila Velha e norte de Serra (Figura 8.1).

Figura 8.1 – Mancha Urbana dos cinco municípios da RMGV contemplados pelo Sistema Transcol em 1978, 1998, 2007 e 2013 e localização de seus Terminais Urbanos



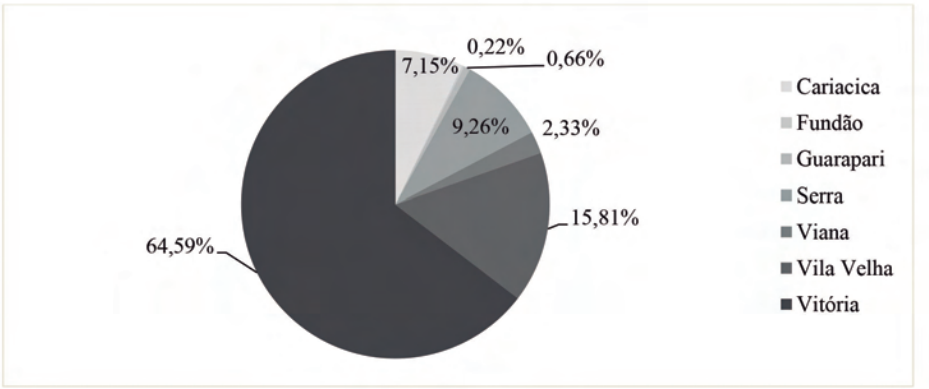
Elaboração: IJSN, 2013.

Por outro lado, o advento do Sistema Transcol aliado à construção da Terceira Ponte, contribuiu para o esvaziamento do Sistema Aquaviário, que funcionou entre 1979 e 2001 e chegou a ter mais de 460 mil usuário/mês. O Sistema funcionava dentro da Baía de Vitória, com terminais de embarque em Vitória (3), Vila Velha (2) e Cariacica (1). Sem uma articulação intermodal, a demanda de transporte hídrico foi migrando progressivamente, até sua extinção em 2001, quando registrou 33 mil usuários/mês.

Devido à própria constituição físico-geográfica de Vitória (tamanho, condição de grande parte de seu território em ilha, presença de um maciço montanhoso central), a cidade, que à época ainda guardava seu primeiro núcleo urbano como centro de serviços e comércio da aglomeração, não suportou o crescimento advindo após a década de 1970 com os "grandes projetos industriais". Como consequência, as cidades vizinhas cresceram em um ritmo superior e atualmente a capital espírito-santense é a quarta cidade em tamanho populacional na região metropolitana, fato não somente incomum, mas único no Brasil. No entanto, Vitória não perdeu sua centralidade, ou melhor, não a vem perdendo nesse mesmo ritmo.

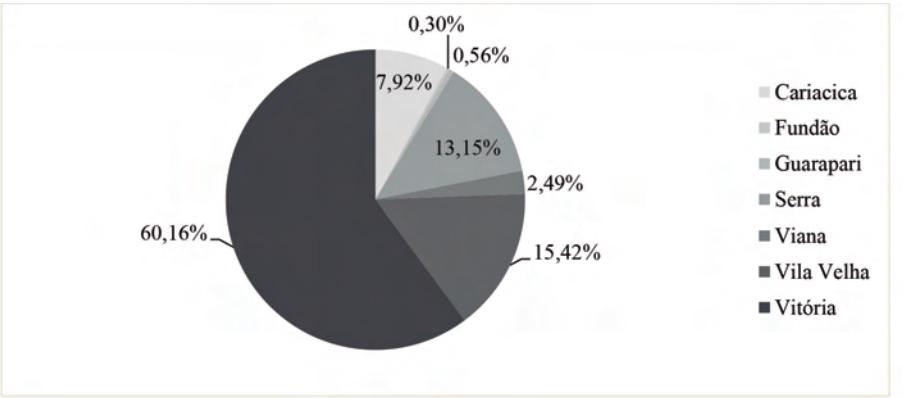
A pesquisa de Origem-Destino da RMGV de 2007 demonstra que a cidade de Vitória se apresenta, de maneira absoluta, como principal foco de atração de viagens. Como demonstrado no Capítulo 1 deste livro, isso é corroborado pelos dados dos Censos de 2000 e 2010, que apontam a capital como principal destino nos deslocamentos para trabalho e estudo da população da RMGV (Gráficos 8.1 e 8.2), apesar de ter diminuído consideravelmente no período (quase 4,5 pontos percentuais) a despeito, principalmente, do crescimento dos deslocamentos para o município de Serra (quase 4 p.p.).

Gráfico 8.1 - Destino dos Deslocamentos Intermunicipais para Estudo e Trabalho na RMGV - 2000



Fonte: IBGE, 2000. Elaboração: IJSN, 2013.

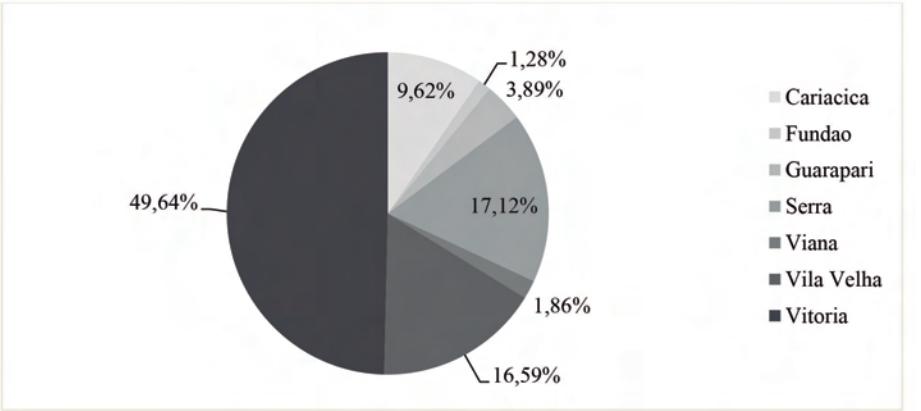
Gráfico 8.2 - Destino dos Deslocamentos Intermunicipais para Estudo e Trabalho na RMGV - 2010



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

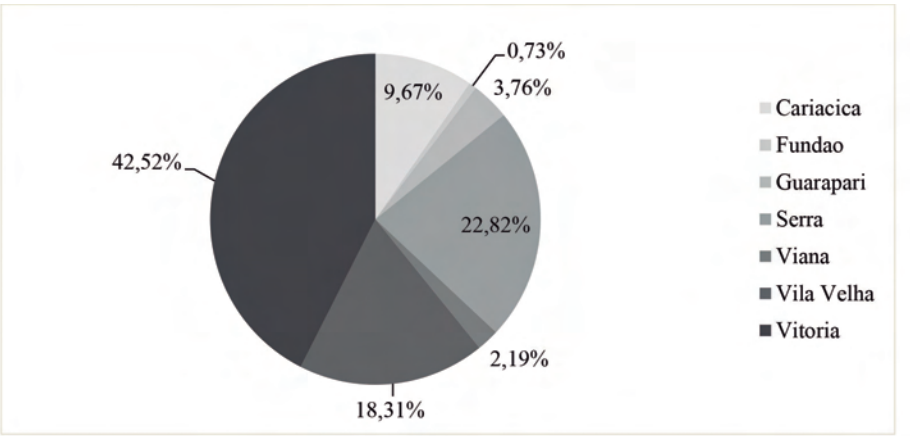
Essa concentração ocorre não somente devido ao posicionamento físico central de Vitória na aglomeração, mas também por concentrar a maior parte dos empregos entre os municípios. Como é possível observar nos Gráficos 8.3 e 8.4, a capital concentra grande parte do estoque de empregos na RMGV, mas, assim como nos deslocamentos, vem perdendo espaço, principalmente para Serra.

Gráfico 8.3 - Distribuição do Estoque de Empregos Formais na RMGV - 2002



Fonte: MTE/RAIS. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 8.4 - Distribuição do Estoque de Empregos Formais na RMGV - 2011



Fonte: MTE/RAIS. Elaboração: IJSN, 2013.

Essa diminuição da centralidade de Vitória deve ser vista como algo positivo, pois a concentração de empregos gera maiores deslocamentos, principalmente para os que vivem nas regiões periféricas da aglomeração. No entanto, pode-se questionar se este fenômeno reflete apenas um período de avanço da centralidade de Serra no contexto regional ou se representa uma mudança estrutural que possa se traduzir em melhorias nos deslocamento das pessoas.

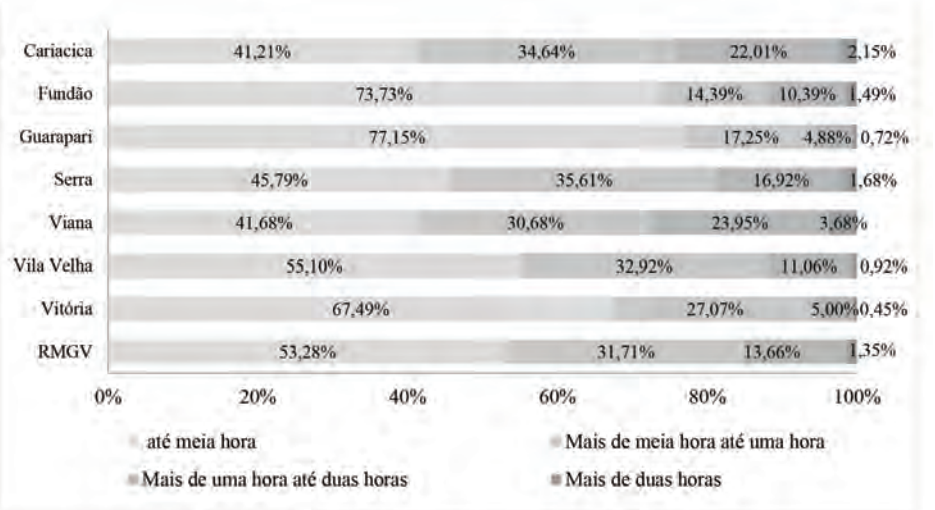
8.4. Tempo de Deslocamento dos Trabalhadores da RMGV

O Censo de 2010 trouxe um avanço significativo em seu questionário amostral ao inserir uma pergunta quanto ao tempo de deslocamento casa-trabalho realizado pela população. Até então, somente as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio - PNADs, que além da escala estadual considera apenas as nove principais regiões metropolitanas[5] do país, trabalhava com essa pergunta no questionário. Nesse sentido, infelizmente não é possível comparar esse indicador com o Censo 2000, o que enriqueceria a análise da mobilidade urbana. Entretanto, a atual situação dos deslocamentos pode ser analisada a partir da comparação entre os municípios e as diversas dimensões exploradas pelo Censo de 2010, assim como entre as Categorias Sócio-ocupacionais - CATs.

O Gráfico 8.5 mostra as diferenças existentes no padrão de deslocamento dos municípios que compõem a RMGV. A primeira observação que se faz é a predominância nos deslocamentos até 30 minutos, principalmente nos municípios de Guarapari, Fundão e Vitória, mas também em Vila Velha. Nos demais, apesar de isoladamente serem predominantes os deslocamentos até 30 minutos, abarcam menos da metade da população. De fato, muitos autores tratam o tempo de deslocamento até 30 minutos como ideal para a qualidade de vida no meio urbano (ANGEL, 2012). Por outro lado, o Índice de Bem Estar Urbano - IBEU, medido pelo Observatório das Metrópoles considera inadequado o deslocamento acima de uma hora para o trajeto diário casa-trabalho (RIBEIRO & RIBEIRO, 2013). Nesse sentido, em geral, trabalharemos a análise considerando quatro recortes de tempo: deslocamento ideal, até 30 minutos; deslocamento aceitável, entre 30 minutos e uma hora; deslocamento inadequado, entre uma e duas horas; e deslocamento crítico, acima de duas horas. Devido a sua pequena expressividade no contexto da RMGV, os deslocamentos críticos em alguns momentos serão analisados em conjunto com os deslocamentos inadequados, enquanto deslocamentos acima de uma hora. O IBGE traz outro recorte, deslocamentos até cinco minutos, que indica pessoas que residem muito próximas ao trabalho, e será utilizado em casos que mostrar relevância na análise, como na análise das Categorias Sócio-ocupacionais.

[5] Regiões Metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Gráfico 8.5 – Tempo de Deslocamento por Município na RMGV em 2010



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

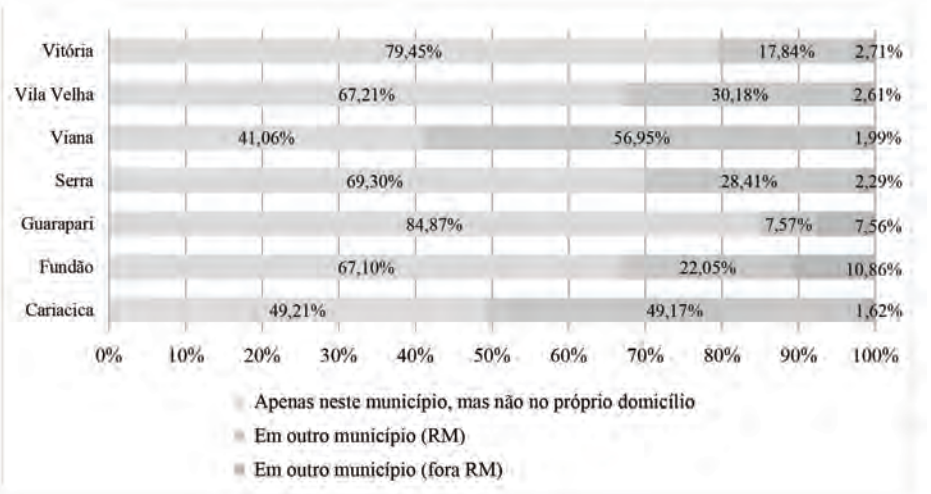
Para Guarapari e Fundão, municípios situados nos extremos sul e norte da RM, é possível afirmar que os dados confirmam a pouca integração desses com a área conurbada. Ambos têm aproximadamente 3/4 de sua população realizando deslocamento de menos de 30 minutos, portanto ideais. Para Guarapari, pode-se explicar pelo fato de que aproximadamente 85% das pessoas que se deslocam para trabalhar, realizam a viagem dentro do próprio município (Gráfico 8.6). Além disso, o município que mais recebe trabalhadores diariamente de Guarapari, com aproximadamente 40% de seus deslocamentos externos para trabalho, é Anchieta, que fica fora da RMGV. Anchieta abriga o polo industrial da Samarco Mineração no estado e desde meados da última década o governo estadual tem buscado atrair investimentos na área de siderurgia para o município. Por ser um município pequeno (cerca de 23 mil habitantes), muitos funcionários da empresa preferem residir em Guarapari, o que explica o grande volume diário de deslocamentos. Guarapari tem ainda apenas 5% de seus trabalhadores realizando deslocamentos acima de uma hora.

Fundão, por outro lado, tem 2/3 das pessoas que realizam deslocamento para o trabalho, realizando dentro do próprio município (Gráfico 8.6). Apesar dessa taxa ser semelhante à de Serra e Vila Velha e inferior a de Vitória, cerca de 22% das viagens externas para o traba-

lho originadas em Fundão, têm como destino Aracruz (13,33%) e Ibiraçu (8,5%), municípios externos à RMGV. Esses altos percentuais de viagens externas à RMGV são exclusivos de Guarapari e Fundão, o que corrobora com os estudos que indicam sua pouca integração à região metropolitana (RIBEIRO et al., 2012, DELGADO E MOURA, 2013).

Vitória tem mais de 2/3 de sua população realizando seus deslocamentos para o trabalho em tempo ideal e apenas 5%, aproximadamente, os realizando em tempo inadequado. Isso ocorre porque cerca de 80% dos deslocamentos (Gráfico 8.6) originados na capital para o motivo trabalho, são feitos internamente, em uma cidade de menos de 100 km² (área total do município), sendo 52 km² efetivamente ocupados (BERGAMASCHI, 2013). Os deslocamentos de 30 minutos a uma hora, que apesar de não serem os ideais estão dentro da faixa considerada adequada pelo IBEU, são originários principalmente da região oeste da ilha, onde reside a população de menor renda na capital (Figura 8.3) classificadas como "Popular" na Tipologia socioespacial da RMGV de 2010.

Gráfico 8.6 – Distribuição das pessoas que realizam deslocamento ao trabalho, segundo tipo de destino, exceto para país estrangeiro, na RMGV, em 2010



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Apesar de os deslocamentos na capital serem os mais rápidos na área conurbada da aglomeração, o fato de Vitória ser o principal destino dos deslocamentos dos demais municípios da RM, sua condição

insular ao sul, em que se conecta com os municípios de Vila Velha e Cariacica e, a partir deste, com Viana, por meio de apenas três pontes sobre o Canal de Vitória e ser ponto de passagem para a maioria dos deslocamentos entre os municípios situados ao norte e ao sul da região[6], tem agravado a situação dos congestionamentos, cada vez mais constantes.

Vila Velha também tem um percentual significativo de deslocamentos ideais, cerca de 55%, e um percentual relativamente baixo de deslocamentos acima de uma hora, 12%. Enquanto os primeiros estão concentrados na porção central e nordeste da cidade (Figura 8.2), predominantemente habitados por população de maior renda classificada como Superior-médio e Médio na tipologia socioespacial da RMGV de 2010, os maiores deslocamentos são concentrados na região sul da cidade (Figuras 8.4 e 8.5), com população de menor poder aquisitivo, classificada como Popular na mesma tipologia. Já os deslocamentos entre 30 minutos e uma hora (Figura 8.3), considerados aceitáveis, igualmente se concentram na parte sul da cidade, mas também na região noroeste, onde faz limite com Cariacica e Vitória e também é habitada predominantemente pelo estrato do tipo Popular.

Serra não tem os deslocamentos até 30 minutos tão predominantes como os demais municípios já analisados, sendo o município com maior percentual de deslocamentos entre 30 minutos e uma hora. Os deslocamentos ideais se concentram na região do planalto de Carapina, ao sul do município (Figura 8.2), onde está localizado Laranjeiras, predominantemente habitado por trabalhadores classificados no estrato Médio da tipologia socioespacial da RMGV de 2010. Os deslocamentos aceitáveis, apesar de também se concentrarem no sul, principalmente no litoral, estão bem distribuídos por todo o município, inclusive na região rural (Figura 8.3). Por outro lado, as viagens acima de uma hora, inadequadas segundo o IBEU, estão concentradas no litoral e no norte serrano (Figura 8.4), regiões classificadas como Popular na tipologia socioespacial da RMGV de 2010, com os maiores valores de deslocamento acima de duas horas, críticos portanto, sendo

[6] A Rodovia do Contorno (BR-101) que liga Cariacica a Serra, além de possuir poucas linhas de ônibus circulando, é alternativa para alguns trajetos específicos e, por conta de constantes obras, tem apresentado problemas de congestionamento nos horários de pico, além de ser considerada uma das mais perigosas, com alta incidência de acidentes de trânsito.

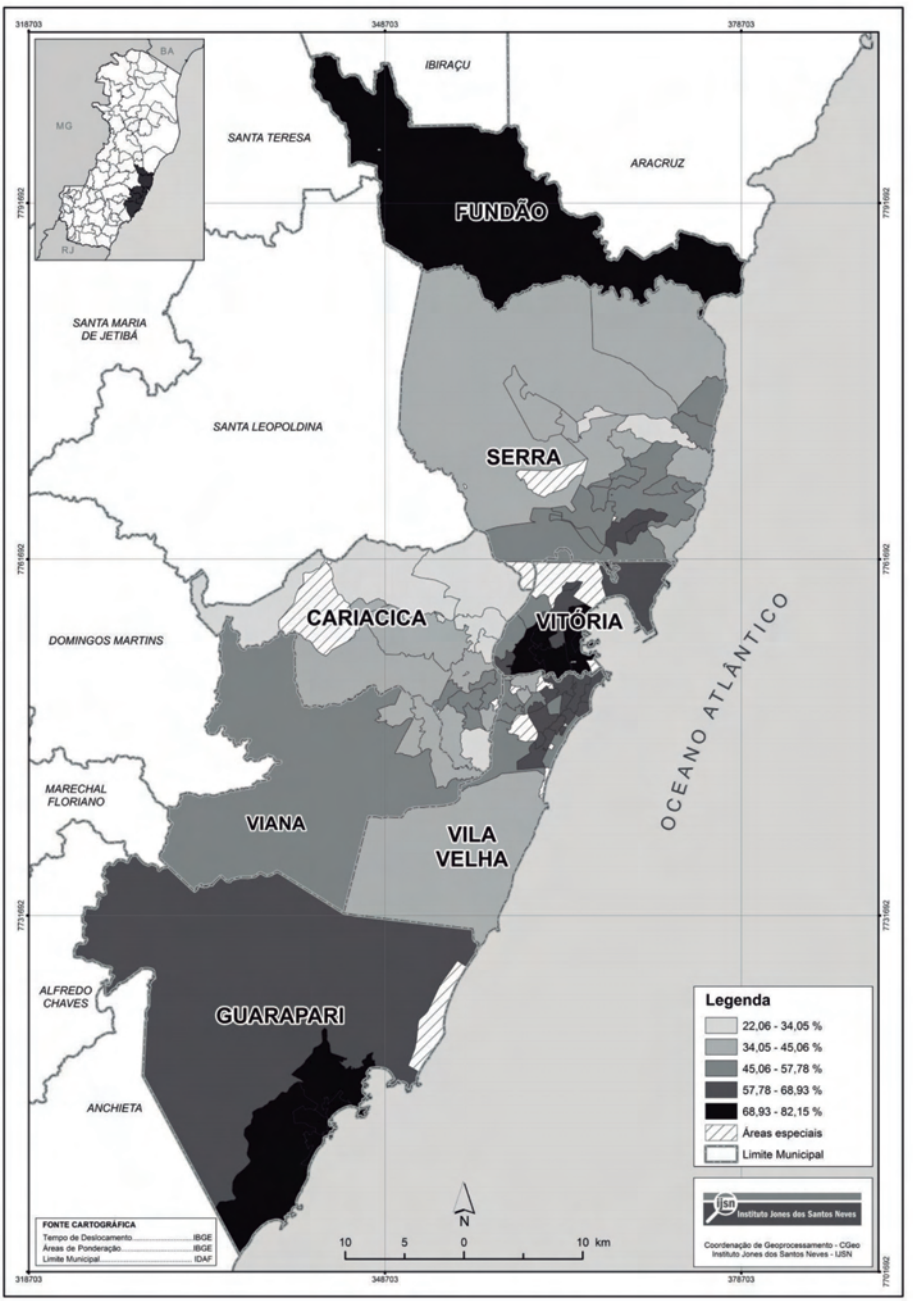
encontrados no nordeste do município (Figura 8.5), principalmente próximo a Fundão.

Cariacica e Viana apresentam uma distribuição das viagens muito semelhante. São os municípios com menor percentual de viagens até meia hora, pouco mais de 40%, mas enquanto Cariacica concentra mais viagens entre 30 minutos e uma hora, Viana é o município da RMGV com maior concentração de viagens acima de uma hora (quase 28%) e acima de duas horas. São também os municípios com maior percentual de viagens externas, sobretudo Viana, que tem quase 57% de suas viagens a trabalho sendo realizadas para os demais municípios metropolitanos. Para Cariacica o percentual de viagens intermunicipais e intrametropolitanas e quase o mesmo (Gráfico 8.6).

Em Cariacica, os deslocamentos ideais se concentram próximos à BR 101 (Figura 8.2), região habitada por população do estrato "Médio" na tipologia socioespacial da RMGV de 2010, revelando vantagens quanto à acessibilidade e à renda nessa região. Já as viagens aceitáveis se concentram nas proximidades com os municípios de Serra, ao norte, e Vila Velha e Vitória, a leste (Figura 8.3), habitados pelo estrato "Popular" da mesma tipologia, revelando a relevância dos deslocamentos externos em Cariacica para a população de menor renda. Os deslocamentos considerados inadequados, segundo o IBEU, estão mais localizados na área rural de Cariacica (Figura 8.4) que, apesar de classificada como "Popular" apresenta muitos espaços que poderiam ser classificados como de transição entre o rural e o urbano, com maiores dificuldades de transporte e ocupação menos densa.

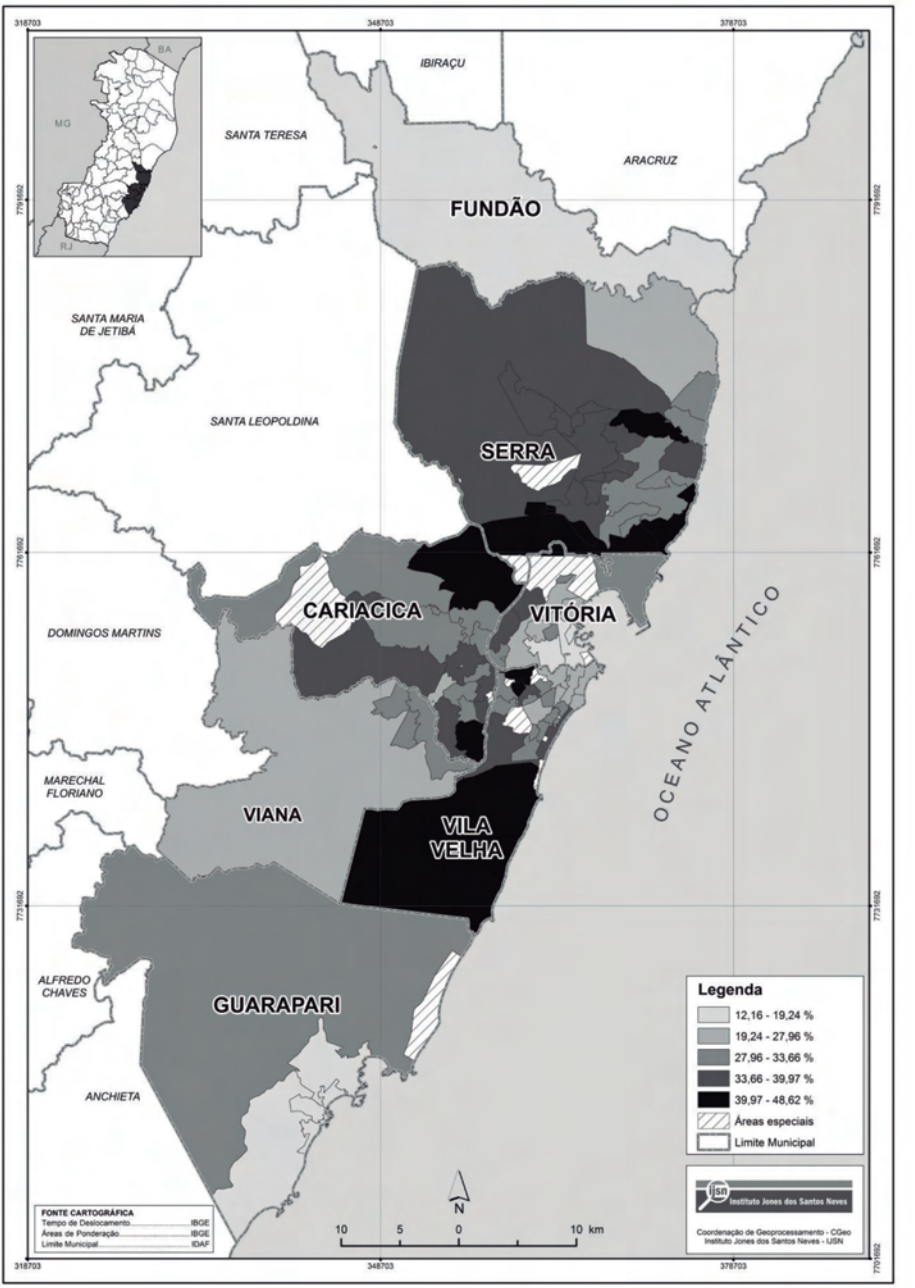
Viana tem a maior concentração de deslocamentos até meia hora na região que concentra sua área rural e o distrito-sede do município (Figura 8.2), classificada como "Popular-agrícola" na tipologia socioespacial da RMGV 2010, enquanto as viagens entre 30 minutos e meia hora e, principalmente acima de uma hora estão mais concentrados ao norte do município (Figuras 8.3 e 8.4), próximo a Cariacica, classificado como "Popular". Isso pode demonstrar uma menor integração do distrito sede com o restante da RM ou um maior poder aquisitivo de sua população, o que possibilitaria acesso por automóvel, além do fato de os trabalhadores agrícolas realizarem relativamente deslocamentos mais curtos, em geral.

Figura 8.2 – Concentração do Tempo de Deslocamento até Trinta Minutos na RMGV em 2010, por Área de Ponderação



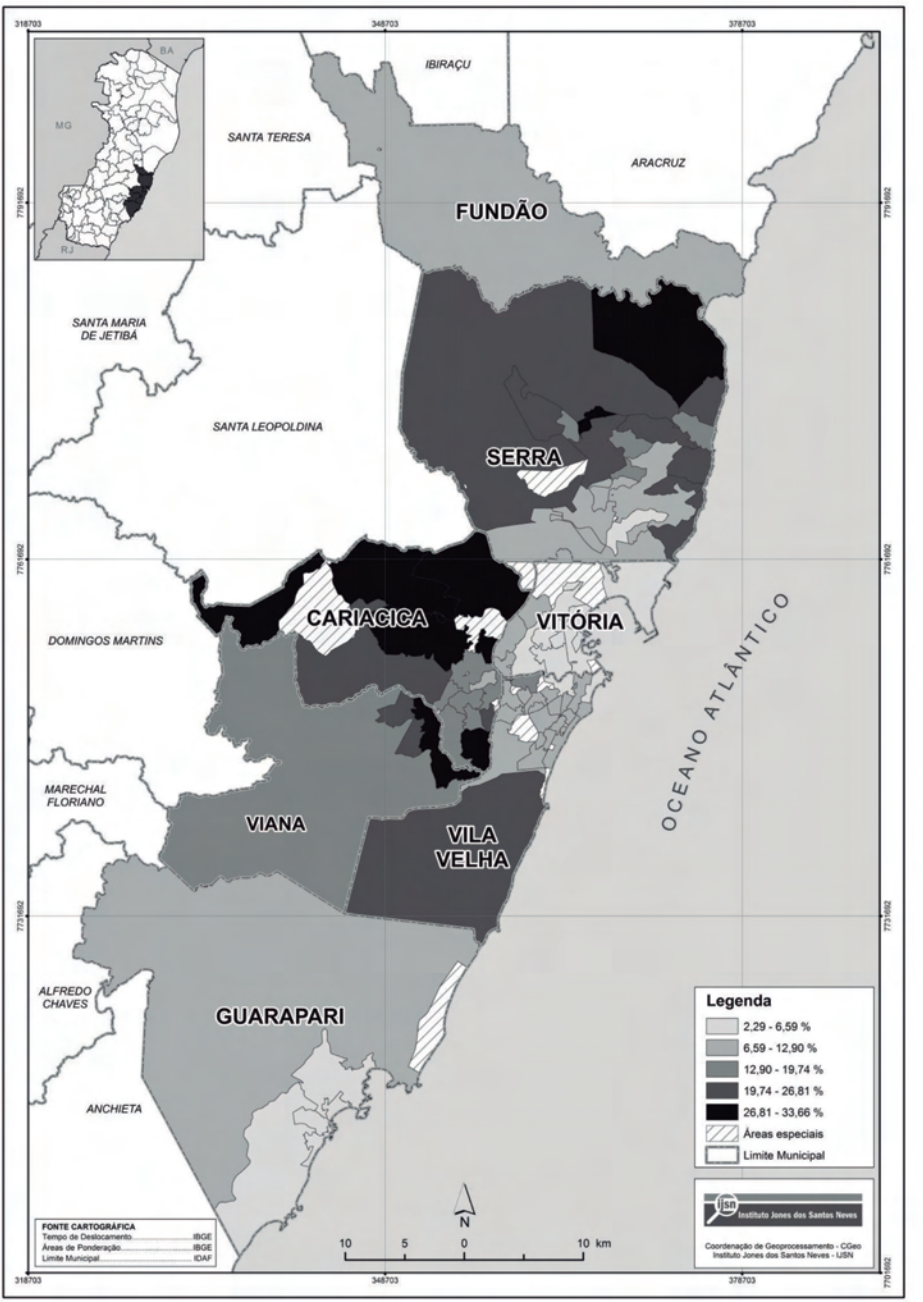
Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 8.3 – Concentração do Tempo de Deslocamento entre Trinta Minutos e Uma Hora na RMGV em 2010, por Área de Ponderação



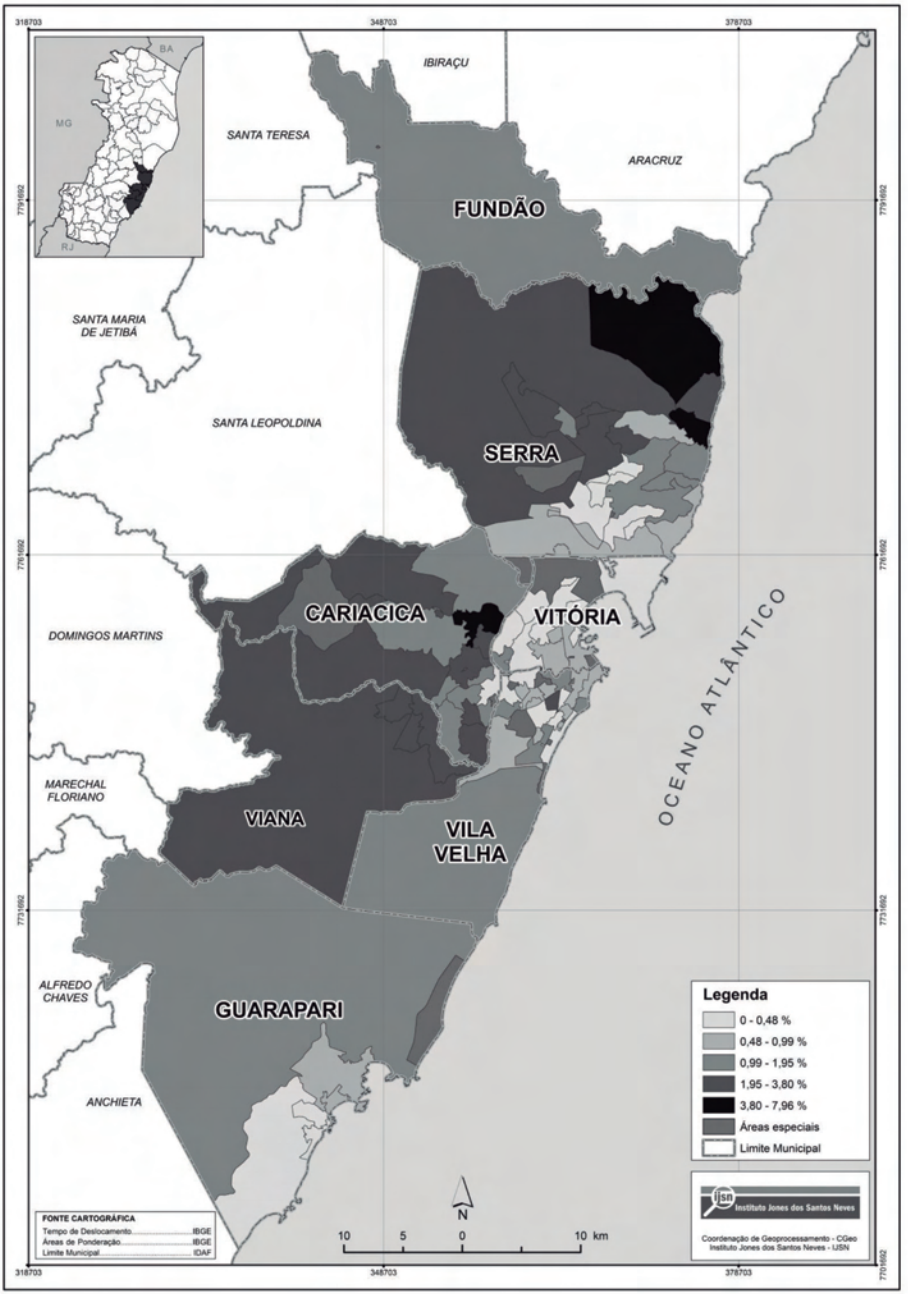
Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 8.4 – Concentração do Tempo de Deslocamento entre Uma e Duas Horas na RMGV em 2010, por Área de Ponderação



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 8.5 – Concentração do Tempo de Deslocamento acima de Duas Horas na RMGV em 2010, por Área de Ponderação



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

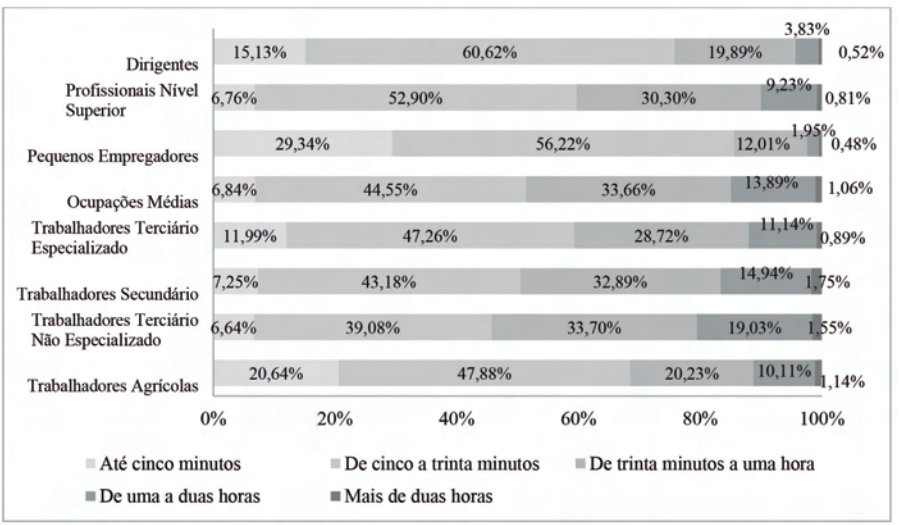
8.4.1. Análise por Categoria Sócio-ocupacional e Tipologia Socioespacial

A partir da metodologia exposta no capítulo 4 deste livro, aprofundaremos a análise quanto à distribuição dos tempos de viagem segundo as Categorias Sócio-ocupacionais - CATs e a tipologia socioespacial da RMGV de 2010.

Com relação às CATs, podemos perceber através do Gráfico 8.7, que os pequenos empregadores, os dirigentes e os trabalhadores agrícolas são as categorias que se deslocam com mais facilidade pelo território da RMGV, com aproximadamente 85,5%, 75,7% e 68,5% de suas viagens ao trabalho ocorrendo em até trinta minutos, condição ideal de deslocamento (ANGEL, 2012).

Quanto aos pequenos empregadores, que tem pouco mais de 2% de deslocamentos acima de uma hora e quase 30% até cinco minutos, além do fator renda, pode-se argumentar a proximidade entre a residência e o local de trabalho como fator fundamental para ter o melhor desempenho entre as categorias. A presença de pequenos empregadores foi mapeada como significativa apenas nas regiões da RMGV classificadas como do tipo "Superior-médio" (ver Capítulo 4), onde a proporção de deslocamentos até cinco minutos cai para cerca de 20% do total (Gráfico 8.8), o que acaba sendo compensado por mais deslocamentos entre cinco e trinta minutos.

Gráfico 8.7 – Tempo de Deslocamento das Categorias Sócio-ocupacionais na RMGV em 2010



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

O bom desempenho da categoria dirigentes se deve, certamente, por agruparem os profissionais que se situam no topo da pirâmide social e, por isso, terem as melhores condições de deslocamento, bem como de acesso às áreas mais nobres e melhor localizadas da cidade, geralmente situadas próximas aos respectivos locais de trabalho. Assim como no caso dos pequenos empregadores, há um percentual menor de dirigentes realizando deslocamentos até cinco minutos nas áreas de ponderação classificadas como "Superior-médio", mas a proporção de deslocamentos até trinta minutos sobe para quase 80% (Gráfico 8.8). Nessas áreas os deslocamentos acima de uma hora, são pouco mais de 2% do total, enquanto para a média da RMGV, esse percentual dobra para os dirigentes.

No caso dos trabalhadores agrícolas, o surpreendente desempenho, acima de categorias melhor posicionadas na pirâmide social, se deve ao fato de os deslocamentos no meio rural serem, em geral, mais curtos, tanto por muitas vezes os locais de residência serem mais próximo aos de trabalho, como pelas áreas rurais não conviverem com problemas de trânsito comuns na área urbana. Como constatado pelo comunicado do IPEA:

> A distribuição do tempo para pessoas que vivem em áreas rurais é um pouco diferente da observada na área urbana, com uma maior concentração de trabalhadores realizando deslocamentos de até 30 minutos de duração (76,2%), reflexo da menor intensidade de trânsito nas áreas rurais e também das menores distâncias, pode-se inferir (IPEA, 2013, p.9).

Isso pode ser constatado observando o aumento ocorrido no percentual de deslocamentos até cinco minutos para 1/3 do total e dos deslocamentos até trinta minutos para mais de 90% do total nas áreas de ponderação classificadas como "Popular-agrícola" (Gráfico 8.11), as únicas com presença marcante dessa Categoria Sócio-ocupacional. Corroborando esta análise está o fato de que quanto menor a renda, menor a quantidade de viagens efetuadas por uma população.

Por outro lado, os piores desempenhos no que se refere ao tempo de deslocamento ao trabalho é observado para os trabalhadores do terciário não especializado, os trabalhadores do secundário e para as ocupações médias, que apresentam respectivamente 20,6%, 16,7% e 15% de suas viagens diárias ao trabalho ocorrendo em mais de uma

hora, condição considerada inadequada para o deslocamento (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013).

Os trabalhadores do terciário não especializado ocupam a base da pirâmide social urbana, incluindo trabalhadores informais e domésticos e prestadores de serviço não especializado e realizam 45,7% dos seus deslocamentos em tempo ideal (Gráfico 8.7). Essa categoria é majoritariamente encontrada nas áreas de ponderação classificadas como "Popular" e "Popular-agrícola", segundo a tipologia socioespacial da RMGV de 2010. No primeiro tipo (Gráfico 8.10), as viagens ao trabalho até trinta minutos diminuem para cerca de 38%, ao passo que os deslocamentos acima de uma hora aumentam para quase 25%, caracterizando uma piora no padrão de deslocamentos. No tipo "Popular-agrícola" (Gráfico 8.11) ocorre o oposto, com aumento significativo da proporção de deslocamentos até trinta minutos para 63,6% e uma diminuição do percentual de deslocamentos acima de uma hora para cerca de 18%.

Os trabalhadores do secundário realizam cerca de 50% dos deslocamentos em até 30 minutos (Gráfico 8.7) e têm presença considerável nos tipos socioespaciais "Médio", "Popular" e "Popular-agrícola" da RMGV em 2010. Nos tipos "Médio" e "Popular-agrícola" esse percentual sobe para cerca de 60% (Gráficos 8.9 e 8.11), ao passo que no "Popular" cai para 45% dos deslocamentos (Gráfico 8.10). Por outro lado, os deslocamentos acima de uma hora caem para 10% do total no tipo socioespacial "Médio", mantém-se próximo dos 16,5% no tipo "Popular-agrícola" e aumentam para quase 20% nas áreas de ponderação localizadas no tipo "Popular".

As ocupações médias realizam, em geral, 51,4% dos deslocamentos em tempo ideal(Gráfico 8.7), apresentando um melhor desempenho no tempo de deslocamentos nos dois tipos socioespacial onde sua presença é relevante, o tipo "Superior-médio" e o tipo "Médio". No primeiro caso, tais deslocamentos sobem para 64,8% do total (Gráfico 8.8), enquanto no segundo sobem para 56,8% (Gráfico 8.9). No mesmo sentido, o percentual de deslocamentos acima de uma hora, inadequados e críticos somados, cai para pouco mais de 6% nas regiões classificadas como "Superior-médio" e 11,3% nas regiões classificadas como "Médio".

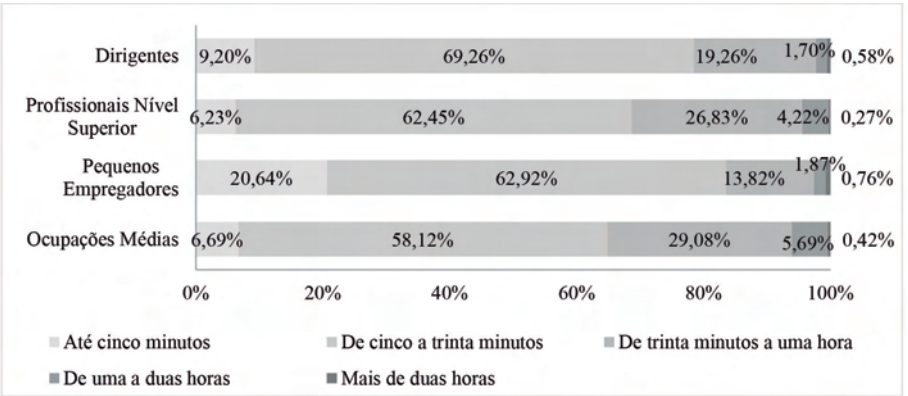
Em um nível intermediário no padrão de deslocamento, podemos enquadrar as categorias profissional nível superior e trabalhadores do terciário especializado, ambos apresentando quase 60% dos desloca-

mentos em até 30 minutos, ideais, e entre 10 e 12% de deslocamentos acima de uma hora, inadequados e críticos (Gráfico 8.7).

Os profissionais de nível superior melhoram seu desempenho nas áreas de ponderação classificadas no tipo "Superior-médio", onde têm presença marcante, aumentando para 68,7% o percentual de deslocamentos até trinta minutos e diminuindo para cerca de 4,5% o percentual de deslocamentos acima de uma hora (Gráfico 8.8).

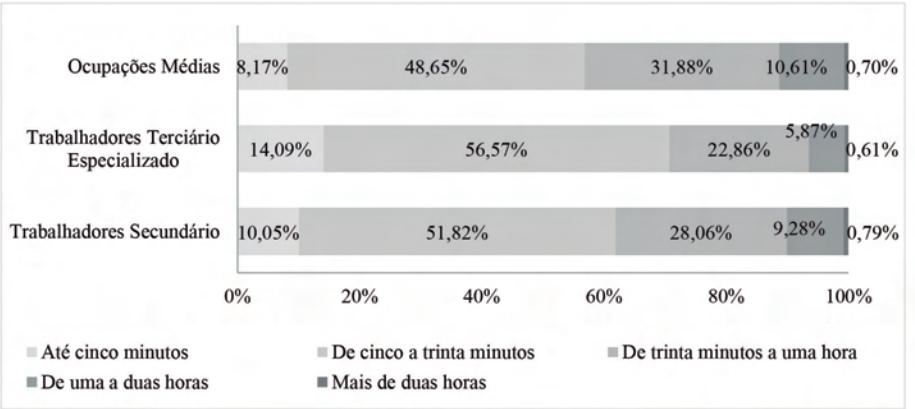
Finalmente, assim como os trabalhadores do secundário, os trabalhadores do terciário especializado são encontrados significativamente nas regiões da RMGV classificadas como "Médio", "Popular" e "Popular-agrícola". No primeiro caso, há um aumento significativo no percentual de viagens ao trabalho em até trinta minutos, que ultrapassa os 70% (Gráfico 8.9), enquanto o percentual de deslocamento acima de uma hora cai para cerca de 6,5%. O oposto ocorre nas áreas dentro do tipo "Popular", com 51,7% das viagens ocorrendo em tempo ideal e 15,6% em tempo inadequado ou em tempo crítico (Gráfico 8.10). Nas regiões classificadas como "Popular-agrícola" também se percebe um aumento da proporção de viagens que ocorrem em até trinta minutos, que sobe para 66,3% (Gráfico 8.11), ao passo que os deslocamentos acima de uma hora se mantém estável em comparação com o que ocorre na média da RMGV.

Gráfico 8.8 – Tempo de Deslocamento das Principais Categorias Sócio-ocupacionais presentes nas áreas classificadas com Superior-médio na Tipologia Socioespacial da RMGV em 2010



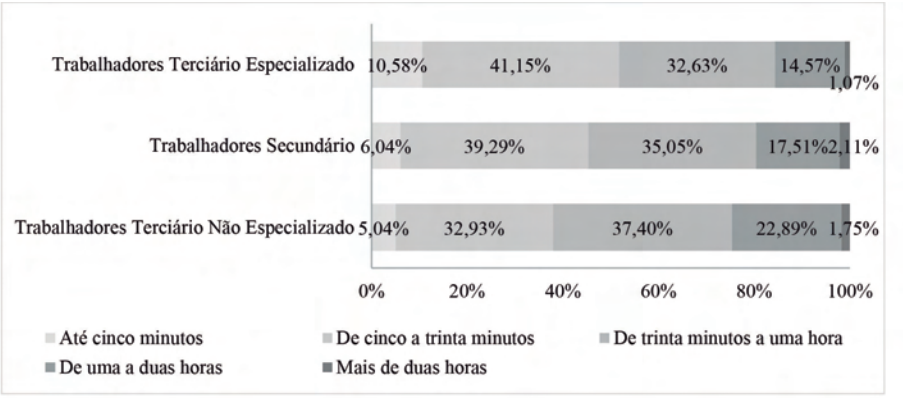
Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 8.9 – Tempo de Deslocamento das Principais Categorias Sócio-ocupacionais presentes nas áreas classificadas com Médio na Tipologia Socioespacial da RMGV em 2010



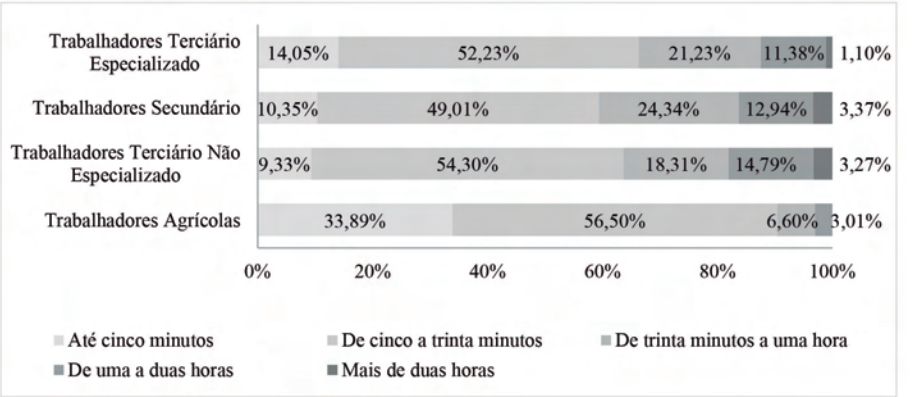
Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 8.10 – Tempo de Deslocamento das Principais Categorias Sócio-ocupacionais presentes nas áreas classificadas com Popular na Tipologia Socioespacial da RMGV em 2010



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 8.11 – Tempo de Deslocamento das Principais Categorias Sócio-ocupacionais presentes nas áreas classificadas com Popular-agrícola na Tipologia Socioespacial da RMGV em 2010



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Em um nível geral, percebe-se que as Categorias Socio-ocupacionais apresentam melhor desempenho nos deslocamentos quando habitam o tipo socioespacial onde tem presença mais significativa, a exceção do tipo "Popular". Isso ocorre de maneira mais significativa nas áreas de ponderação classificadas no tipo "Superior-médio" e numa proporção menor nas áreas classificadas como "Médio". Nas áreas classificadas como "Popular-agrícola" ocorre de maneira incisiva para os trabalhadores agrícolas, e para as demais categorias nos deslocamentos de curta duração (até meia hora). Nas áreas classificadas como "Popular", o desempenho do padrão de deslocamento piora para todas as categorias que neste espaço têm presença relevante.

Isso expõe, de certa maneira, não somente que as maiores dificuldades de deslocamentos se encontram nas áreas caracterizadas como tipo "Popular", mas também que o padrão segregativo espacial acentua desigualdades sociais, uma vez que se torna desvantajoso para as categorias sócio-ocupacionais habitar espaços onde são predominantes.

8.5. Considerações Finais

Compreender a constituição do espaço urbano metropolitano a partir das centralidades formadas ao longo das últimas décadas e correlacionar com as condições de mobilidade da população foi o obje-

tivo principal deste capítulo. Buscou-se explorar as principais causas dessas condições de mobilidade e as consequências geradas no padrão de segregação urbana, expresso neste estudo a partir da tipologia socioespacial da RMGV, elaborada a partir da metodologia formulada por Ribeiro & Ribeiro (2011).

Percebe-se, em geral, que as condições de mobilidade melhoram na medida em que o local de residência se aproxima do polo da aglomeração e pioram na medida em que se afasta, seguindo o mesmo padrão em arco expresso pela tipologia socioespacial analisada no Capítulo 4. Nesse sentido, Vitória concentra os deslocamentos mais curtos, assim como os bairros dos municípios vizinhos mais próximos a capital.

Por outro lado, há uma tendência de aumento geral dos deslocamentos para o município de Serra, o que pode indicar um processo de reorganização do território que, apesar de ainda incipiente, demonstre uma desconcentração dos postos de trabalho e, consequentemente, dos destinos de deslocamento.

Finalmente, com relação às Categorias Sócio-ocupacionais é nítido que as condições de deslocamento são melhores para as categorias melhor posicionadas na pirâmide social, a exceção ocorrendo para os trabalhadores agrícolas, que têm especificidades discorridas ao longo do texto.

Referências

ANGEL, Schlomo. *Planet of Cities*. Lincoln Institute Press, Cambridge, MA. 2012.

ASCHER, François. Novos Princípios do Urbanismo Seguido de novos compromissos urbanos. Um léxico. Lisboa: Livros Horizonte. 2010.

AVENIDA CARLOS LINDENBERG: 2ª ETAPA DAS OBRAS SÃO AUTORIZADAS NESTA TERÇA. Disponível em: <http://gov-es.jusbrasil.com.br/politica/4464370/avenida-carlos-lindenberg-2-etapa-das-obras-sao-autorizadas-nesta-terca-12>. Acesso em 30 de outubro de 2013.

BERGAMASCHI, Rodrigo; MAGALHÃES, Matheus, TOSCANO, Vitor. "Área, Densidade e População: o caso das áreas urbans e urbanizadas dos municípios do Espírito Santo". In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Planejamento e Políticas Públicas, n. 40, jan-jun. 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 3. 2000.

CAMPOLY, Julie. *Made for walking*: Density and neighborhood form. Lincoln Institute Press, Cambridge, MA. 2012.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. O Novo Arrabalde. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. 1996.

DELGADO, Paulo, MOURA, Rosa. Tipologia dos Deslocamentos Pendulares para Trabalho e/ou Estudo – Brasil 2010. Curitiba: IPARDES. 2013.

GONÇALVES, Thalismar M. A Dinâmica do Espaço Urbano: um Estudo sobre o Bairro Parque Residencial Laranjeiras, Serra-ES. Vitória: UFES. Monografia de Curso. 2007. Disponível em: <http://www.geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/m_thalismar.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2013.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Plano de transporte coletivo da Grande Vitória - TRANSCOL/GV apresentação em Brasília. Vitória, ES, 1984. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Biblioteca/BibliotecaOnline/?module=Record&id=4904>. Acesso em 23 de julho de 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Indicadores de Mobilidade Urbana da PNAD 2012. Comunicado IPEA, nº 161, Brasília: IPEA. 24 de outubro de 2013.

LAGO, Luciana Corrêa do. Trabalho, moradia e (i)mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. IN: Cadenos Metrópole, nº18. 2007.

MACHADO, Laura. Índice de Mobilidade Sustentável para avaliar a Qualidade de Vida Urbana: Estudo de Caso: Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado. 2010.

MARICATO, Ermínia. Questão urbana foi rifada pelo governo Lula, pelo PT e aparentemente pelo governo Dilma. In: Correio da Cidadania. Sábado, 05 de Março de 2011. Entrevista concedida a Valéria Nader e Gabriel Brito. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5574:manchete060311&catid=25:politica&Itemid=47>. Acesso em 23 de agosto de 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável. Cadernos MCidades, nº6, Brasília. 2004.

MOURA, Rosa. Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. In: Cadernos Metrópole, nº23. 2010.

M. ROBERTO Arquitetos, PLANORTE. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Micro-Região de Vitória. Volume II – Plano e Programação. Rio de Janeiro. 1976.

OJIMA, Ricardo. A dicotomia centro-periferia em discussão: consequências inesperadas e desafios para a gestão nas aglomerações urbanas metropolitanas. Campinas-SP: UNICAMP. Dissertação de Mestrado. 2005.

OLIVEIRA, Jeremias Vicente. As transformações espaciais ocorridas na enseada do Suá - Vitória, a partir de 1990. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado. 2007. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/tde_arquivos/33/TDE-2007-08-01T134343Z-143/Publico/Dissertacao.pdf> Acesso em 30 de outubro de 2013.

OLIVEIRA JUNIOR, Adilson P. Mobilidade Urbana em Crise: Explosão da Frota de Automóveis Frente à Realidade Urbana da RMGV 2013. IN: ANAIS DO XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. ST1.6. 2013. Disponível em: <http://www.xvenanpur.com.br/anais.php>. Acesso em 30 de setembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA. Agenda Cariacica: Planejamento Sustentávelda Cidade, 2010-2030. Mobilidade, Sistema Viário, Trânsito e Transporte. 2012. Disponível em: <http://www.cariacica.es.gov.br/download/Agenda_Mobilidade.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2013.

RIBEIRO, Rômulo J. C., HOLANDA Frederico R. B.de. Proposta para análise do Índice de Dispersão Urbana. IN: Cadenos Metrópole, nº15. 2006.

RIBEIRO, Luiz C. Q.; LAGO, Luciana C. Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 1994.

RIBEIRO, Luiz C.; RIBEIRO, Marcelo G. Índice de Bem-estar Urbano IBEU. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles. Letra Capital. 2013.

RIBEIRO et al. Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à Dinâmica da Metropolização. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles. 2012.

RODRIGUES, Juciano M. Crescimento da frota de automóveis e motocicletas nas metrópoles brasileiras 2001/2011. Série Metrópoles em Números. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles. 2012.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC. 1996.

STELZER, Patrícia. Territórios da Mobilidade Urbana na Metrópole Portuária da Grande Vitória (ES): Escalas, Velocidades e Conflitos. Vitória: UFES. Dissertação de Mestrado. 2010. Disponível em: <http://arquiteturaeurbanismo.webs.com/PATRICIA_STELZER%20final.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2013.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. O Pólo de Tubarão e a expansão periférica da aglomeração de Vitória - Espírito Santo – Brasil. Nanterre [França]: Université de Paris X. Tese de doutorado. 1998.

Capítulo 9

Organização social do território e criminalidade violenta
Análise espacial dos crimes e da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV

Pablo Lira
Ana Paula Lyra
Thiago de Carvalho Guadalupe

Resumo: O capítulo analisa a segurança pública, segundo a organização e estrutura social, a partir da criminalidade violenta. No Estado, a atuação integrada, recomposição, investimento e qualificação do efetivo policial, e implementação de mecanismos e sistemas de inteligência possibilitaram a operacionalização de um projeto articulado, para a segurança pública e defesa social. A distribuição espacial dos crimes na RMGV não ocorre de maneira homogênea pela trama urbana, desdobrando-se a partir das desigualdades sociais, econômicas e de infraestrutura. A análise da tipologia socioespacial e da criminalidade violenta, mostra que os *clusters* de bairro do tipo Popular concentraram crimes letais, já as áreas Superior-médio concentraram crimes violentos contra o patrimônio. Nas áreas do tipo Médio prevaleceram tanto homicídios quanto roubos. E as áreas Popular-agrícola não têm concentração significativa dos crimes aqui considerados.
Palavras-chave: Segurança pública, violência urbana, tipologia socioespacial.

Abstract: The chapter analyzes according to the social organization and structure, from criminal violence. The state, integrated operations, and restoration, investment and qualification of police personnel, and implementing mechanisms and intelligence systems enabled the implementation of an articulated project, public safety and social defense. The spatial distribution of crimes in RMGV not occur homogeneously by urban plot, unfolding from the social, economic and infrastructural inequalities. The analysis of socio-spatial typology and violent crime, shows that clusters of type Popular concentrated of lethal crime, already the Superior-medium areas concentrated violent crimes against property. In areas of the Medium type murders prevalent as

robberies. The Popular-agricultural areas have no significant concentration of crimes considered.

Keywords: public safety, urban violence, socio-spatial typology.

9.1. Introdução

De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 1980 foram registrados no Brasil e Espírito Santo, respectivamente, 11,7 e 15,1 homicídios por 100 mil habitantes. Passados 30 anos, em 2010, essas mesmas taxas mais que dobraram para o caso brasileiro (27,4 homicídios por 100 mil habitantes) e mais que triplicaram para o caso capixaba (51,0 homicídios por 100 mil habitantes), evidenciando a necessidade da priorização da segurança pública no planejamento, nas políticas, nas ações e na mobilização da sociedade, com a finalidade de redução dos índices de violência criminal.

Crime, delitos, infrações, desvios ou qualquer tipo de comportamento humano que possa ser caracterizado como transgressão são eventos que de alguma forma, com maior ou menor intensidade, violam normas sociais ou regras legais - instituídas por leis. Em suma, são eventos que além de motivar e demandar explicações sobre porque acontecem, requerem ou mesmo exigem intervenções coercitivas e punitivas por parte do Estado, mas também políticas públicas e ações da sociedade voltadas para a prevenção primária (avanços no campo da educação, saúde, assistência social, habitação e outras áreas), prevenção secundária (intervenções no desenho arquitetônico e urbanístico, ordenamento territorial, implantação de sistema de vídeo-monitoramento nas ruas e imóveis, policiamento ostensivo, entre outros) e prevenção terciária (programas de diminuição de reincidência criminal e ressocialização de internos do sistema prisional).

De causalidades e motivações múltiplas, o comportamento caracterizado como desviante da normalidade, nas suas variadas formas de expressão, desde o pequeno delito ao crime de morte, não deve ser, portanto, visto e interpretado na perspectiva apenas do indivíduo enquanto indivíduo, mas sim enquanto resultado de complexas relações deste em grupos sociais e ambientes específicos.

O controle do comportamento desviante, portanto, deve combinar um conjunto amplo de ações preventivas e repressivas. E se o objetivo de qualquer sociedade é reduzir o número de eventos indesejáveis, a exemplo dos homicídios, que comprometem a segurança de pesso-

as e da sociedade, torna-se fundamental promover, principalmente, iniciativas no campo da proteção social, segurança pública e justiça criminal.

Na última década, foram identificados uma série de avanços no campo socioeconômico no Espírito Santo. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, as desigualdades reduziram na perspectiva da desconcentração de renda, o coeficiente de Gini[1] do estado reduziu de 0,587 em 2001 para 0,489 em 2011, índice inferior ao nacional, que foi 0,522 neste último ano. O percentual das pessoas extremamente pobres (renda mensal inferior à R$ 88,50) alcançou a marca de 3% no Espírito Santo no ano de 2011, enquanto o Brasil apresentou o valor de 7%. A renda média domiciliar per capita aumentou, saindo de R$ 532,18 em 2001 e chegando a R$ 781,29 em 2011, ou seja, um crescimento de 47%.

Em confluência com os dados de distribuição de renda, que evoluíram, em certa medida, tanto pelas políticas de transferência, quanto pela inclusão produtiva, o mercado de trabalho capixaba apresentou indicadores positivos na última década. A taxa de desemprego, de pessoas com 15 anos ou mais de idade, reduziu de 8,9% em 2001 para 7,6% em 2011.

Nesse mesmo período, ocorreram avanços em outras dimensões sociais básicas, como por exemplo, na educação, a taxa de analfabetismo de capixabas com 15 anos ou mais de idade reduziu de 11,5% em 2001 para 6,4% em 2011. Neste último ano, a taxa de analfabetismo do Brasil foi de 8,6%. A escolaridade média dos capixabas, com 25 anos ou mais de idade, aumentou de 6 anos de estudo em 2001 para 7,5 anos de estudo em 2011. A escolaridade média do país foi de 7,3 anos de estudo em 2011.

Na perspectiva da segurança pública e justiça criminal, alguns avanços também se fizeram perceptíveis na última década e se intensificaram nos últimos anos, a saber, atuação integrada das agências de segurança pública, recomposição do efetivo policial, investimento na formação e qualificação contínua dos profissionais de segurança pública, ampliação do número de delegacias, incremento e modernização do sistema prisional, expansão do Centro Integrado Operacional de

[1] O coeficiente de Gini mede o grau de concentração de renda da população, quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda, e quanto mais próximo de 0, menor a concentração de renda da unidade geográfica analisada.

Defesa Social - CIODES, implementação de mecanismos e sistemas de inteligência e vídeo-monitoramento, construção e aquisição de equipamentos de laboratórios técnico-científicos de investigação e sistematização do mapeamento criminal por meio de geotecnologias, entre outros.

Essas e outras ações, associadas aos resultados dos indicadores acima descritos, possibilitaram um ambiente favorável para a concepção e implementação de um projeto articulado de ações de estado na área de segurança pública e defesa social. Este projeto ganhou forma com o Programa Estado Presente, que é coordenado pela Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas - SEAE. Lançado no início de 2011, o programa contribuiu com boa parte dos avanços relatados no parágrafo precedente. Favoreceu a integração estratégica de secretarias estaduais e municipais no planejamento e implementação de políticas públicas que conjugam ações de prevenção primária, secundária e terciária, bem como ações de repressão qualificada.

Cidades como Nova York e Bogotá, por exemplo, alcançaram eficiência e eficácia no planejamento no campo da segurança pública e áreas afins, no século XX, por meio de programas bem estruturados que apresentaram a integração como característica essencial. A integração é a principal característica do Programa Estado Presente, que é fundamentado pelos pilares de proteção social, proteção policial (gestão compartilhada das agências policiais) e investimentos em infraestrutura e tecnologia no campo da segurança pública e justiça criminal.

Em sua concepção e operação, o referido programa prioriza as suas ações em territórios, com maior registro de crimes, especialmente aqueles de maior gravidade que são os homicídios dolosos. A priorização dessas áreas deve seguir, metodologicamente, critérios de relevância, ou seja, os territórios que registram historicamente os maiores números de homicídios dolosos devem ser alvos das ações integradas de prevenções e repressão.

O processo de organização, física e social, do território é um fator importante para compreensão da criminalidade violenta. Diversos autores (como os teóricos da Escola de Chicago, da Desorganização Social, da Ecologia do Crime, Bursick e Grasmick, 1993; Park e Burguess, 1924; Hawley, 1944, entre outros) assinalam que alguns elementos ligados ao processo de urbanização podem influenciar a criminalidade. Segundo Felson (1994, p. 49), “um novo padrão de criminalidade surge com o crescimento das cidades”.

Com base nos dados georreferenciados do mapa do crime da Gerência de Estatística e Análise Criminal - GEAC da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, este texto busca analisar possíveis correlações espaciais entre as estatísticas criminais e a organização social do território, sintetizada por meio dos produtos cartográficos da tipologia socioespacial, que é explanada no Capítulo 4 deste livro.

Além dessa introdução, o texto é composto por mais 5 seções que desenvolvem uma contextualização da segurança pública contemporânea, um breve diagnóstico dos dados de segurança pública no estado do Espírito Santo e em especial na Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV[2] e uma análise espacial dos crimes e da tipologia socioespacial.

9.2. Contextualização da Segurança Pública Contemporânea

No artigo 144 da Constituição de 1988, a segurança pública se insere como "*dever do Estado*, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio" (grifo nosso). Por mais de 20 anos, de maneira geral, o entendimento sobre o referido artigo, se reduziu, unicamente, à compreensão de estado, como unidade da federação, e sua suposta exclusividade na responsabilidade sobre a segurança pública. Concomitantemente, o conteúdo essencial que constrói o artigo 144 foi praticamente negligenciado, como se existisse um grande bloqueio impedindo conceber a segurança pública como direito e responsabilidade de todos.

Essa interpretação contribuiu para a construção social reducionista de que a "segurança pública é um problema de polícia". Tal lógica se perpetuou ao longo da década de 90, virada do século e até hoje mantém seus resquícios no entendimento popular brasileiro.

A segurança pública é uma das temáticas mais complexas da contemporaneidade, instiga e desafia pesquisadores, profissionais do campo e áreas afins, gestores públicos e privados, governantes, políticos,

[2] A Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV é composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Com exceção de Fundão e Guarapari, os demais municípios da RMGV formam a Aglomeração da Grande Vitória, que se caracteriza como uma típica conurbação.

lideranças comunitárias e grupos sociais. Como se sabe, não existe uma causa única que explique o fenômeno multifacetado da violência (MISSE, 2006). O desenvolvimento de estratégias para alcançar a efetiva redução dos índices criminais perpassa uma maior - integração - desses atores e da sociedade nas instâncias institucionais, religiosas e familiares. Não é em vão que o artigo 144 da Constituição Federal remete ao "direito e responsabilidade de todos".

A análise da série histórica dos homicídios, o indicador exponencial da violência, ao longo da década de 90 e breve início do século XXI, permite identificar que o modelo de segurança pública posto em prática, centrado na ideia de "problema de polícia", se demonstrou pouco eficaz. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 1988 a taxa de homicídio brasileira era de 16,8 mortes por 100 mil habitantes. Em 2011, essa mesma taxa foi de 27,1 assassinatos por 100 mil, sendo que em 2003 ela atingiu o pico de 28,9 homicídios por 100 mil habitantes.

Justamente no período posterior ao processo de democratização, que culminou na assembleia constituinte de 1987 e na promulgação da Constituição de 1988, a sociedade brasileira observou o contraditório aumento de crimes violentos, como os homicídios, que passaram a destacar negativamente o país em nível internacional (PERALVA, 2000; CALDEIRA, 2002). Em um levantamento do Banco Mundial, com dados de 2006 das taxas de homicídios dos países da América Latina, o Brasil apresentou a 7ª maior taxa, 26 homicídios por 100 mil habitantes, sendo superado apenas por El Salvador (58), Venezuela (49), Jamaica (49), Guatemala (45), Honduras (43) e Colômbia (37). Por outro lado, Panamá (11), México (11), Costa Rica (8), Peru (6), Bolívia (5), Argentina (5), Uruguai (4) e Chile (2) registraram as menores taxas. Vale ressaltar que a Organização Mundial da Saúde considera em condições toleráveis de segurança unidades geográficas que apresentam taxas inferiores a 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Mesmo salientando eventuais problemas de subnotificação de informação entre os países, a taxa de homicídios ressalta o Brasil nas estatísticas internacionais. Há uma grande dificuldade no Brasil quando se tenta comparar taxas de crimes entre as unidades da federação. Não existe um sistema padronizado de registro criminal no país. O Ministério da Justiça - MJ, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, busca padronizar esses registros com a implementação do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e

Justiça Criminal - SINESPJC. Todavia, até 2012 o referido sistema não foi plenamente implementado.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP vem favorecendo a consolidação de uma metodologia sistematizada de registros criminais. O anuário do FBSP propicia a comparação entre os estados considerando diferentes níveis de qualidade da informação. O referido documento distingue as unidades da federação em 4 grupos de qualidade dos registros criminais, segundo método estabelecido a partir do cruzamento das fontes do Ministério da Saúde (atestado de óbito) e Ministério da Justiça (boletim de ocorrência, com o número de vítimas quando possível). O Espírito Santo é classificado no grupo 1, como estado com boa qualidade de informações e registros.

De acordo com o anuário do FBSP, em 2011, na classificação dos 15 estados com melhor qualidade de registros de crimes, Alagoas (74,5), Espírito Santo (44,8), Paraíba (43,1), Pernambuco (36,7), Sergipe (32,1) apresentaram as maiores taxas de homicídio doloso[3] por 100 mil habitantes.

Nas últimas décadas, o Espírito Santo se destacou na contabilidade dos crimes letais. Apesar do problema da falta de padronização dos registros criminais no Brasil, que prejudica a comparação entre as 27 unidades da federação, os homicídios se caracterizam como um dos principais desafios sociais seja pelo histórico aumento gradativo das taxas de homicídio, desencadeado na década de 80, seja pelas perdas acumuladas pelas mortes violentas que impactam negativamente a imagem do Espírito Santo, como um estado violento. Do ponto de vista das percepções, essas estatísticas influenciam a sensação de (in) segurança tanto de um turista que esteja visitando o estado a negócio ou lazer, quanto um morador que reside em uma região com baixos registros criminais, mas mesmo assim tem medo de se tornar vítima da violência.

Na década de 2000, foi alcançada certa estabilização nas taxas de homicídio do estado. Todavia, essas se estabilizaram em patamares elevados, ou seja, ainda não influenciando a percepção de segurança da sociedade, que se formou ao longo de décadas anteriores. Nos últimos anos, as taxas de homicídio no estado demonstraram uma importante tendência de redução.

---

[3] De acordo com o Código Penal Brasileiro, são os homicídios praticados voluntária ou intencionalmente.

9.3. Um breve diagnóstico

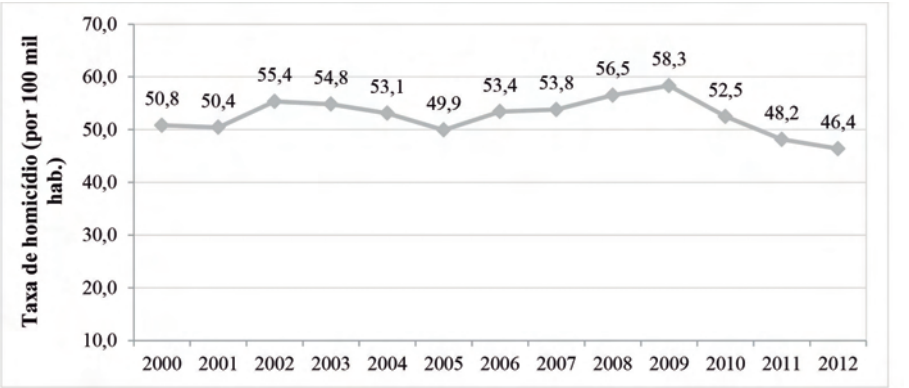
No ano 2000, foram registrados 50,8 homicídios por 100 mil habitantes no estado. Em 2009, este indicador alcançou o patamar de 58,3 homicídios por 100 mil habitantes. De 2000 a 2009, a taxa de homicídio evidenciou um aumento médio de 1,6% ao ano.

Desde 2009, os índices de homicídios dolosos do estado destacam uma tendência de redução. De 2010 (52,5 homicídios por 100 mil habitantes) para 2011 (48,2 homicídios por 100 mil habitantes) foi computada uma redução de 8,1% na taxa de homicídios dolosos. Em 2012, esta tendência de redução foi mantida com o registro de 46,4 homicídios por 100 mil habitantes. De 2009 até 2012, o estado destacou uma redução de 20,4% na taxa de homicídios, o que representou uma diminuição de 374 vítimas de homicídios dolosos, sendo que em 2009 foram computadas 2.034 vítimas e em 2012 foram registradas 1.660 vítimas.

Apesar da taxa de 46,4 homicídios por 100 mil habitantes ser a menor dos últimos 15 anos, este ainda não é um indicador favorável de segurança pública. A taxa nacional de homicídios é praticamente duas vezes menor do que a taxa capixaba.

Nesse sentido, os esforços no campo do enfrentamento e prevenção da violência merecem ser cada vez mais integrados e potencializados, sobretudo, nas áreas de maior vulnerabilidade social e que registram historicamente os maiores índices de criminalidade. A tendência de redução da taxa de homicídio é, em larga medida, resultado das ações de enfrentamento qualificado e prevenção da criminalidade, executadas tanto pelos órgãos policiais quanto pelas demais instâncias governamentais. Como visto, esta estratégia se demonstrou eficiente e eficaz em casos de destaque internacional, contudo a efetiva redução dos índices de violência não ocorre de maneira súbita e imediata. As experiências de Nova Iorque e Bogotá demonstram que resultados positivos no campo da segurança pública devem ser galgados com persistência e inteligência, integrando esforços no campo da proteção social e investimentos em infraestrutura, tecnologia e inteligência policial.

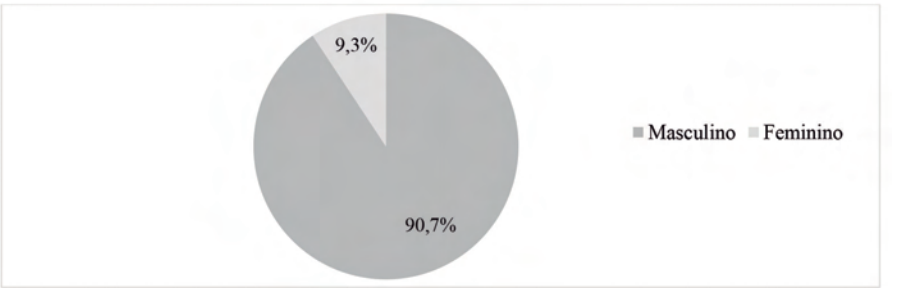
Gráfico 9.1 - Taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes - Espírito Santo 2000-2012



Fonte: SESP; SEAE, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

As taxas nacional e capixaba possuem em comum o mesmo perfil de vítima de homicídio, ou seja, jovens do sexo masculino, com idade entre 15 a 29 anos, e geralmente assassinados por arma de fogo. No Espírito em 2012, 90,7% das vítimas, dos 1.660 homicídios dolosos registrados, eram do sexo masculino. A taxa masculina de homicídios foi de 85,5 por 100 mil homens, enquanto a feminina foi de 8,5 por 100 mil mulheres[4].

Gráfico 9.2 - Participação percentual de homicídio doloso, por gênero - Espírito Santo 2012



Fonte: SESP; SEAE, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

[4] Utilizando dados do Ministério da Saúde de 2011 (últimos registros disponíveis até a presente data) constata-se que o percentual de homicídios masculinos e femininos no Brasil foi de, respectivamente, 91% e 9%. A taxa brasileira de homicídios masculina foi de 50,5 por 100 mil homens, enquanto a taxa de homicídios feminina foi de 4,6 por 100 mil mulheres.

Ainda tomando como base o Espírito Santo no ano de 2012, identifica-se que o grupo etário de 15 a 29 anos responde por mais de 60% dos homicídios dolosos registrados[5]. Os recortes de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos evidenciam as maiores taxas de homicídios por faixas etárias no Espírito Santo, de acordo com o gráfico abaixo.

Gráfico 9.3 - Taxa de homicídio doloso por 100 mil habitantes, por faixas etárias - Espírito Santo 2012

Fonte: SESP; SEAE, 2013. Elaboração: IJSN, 2013

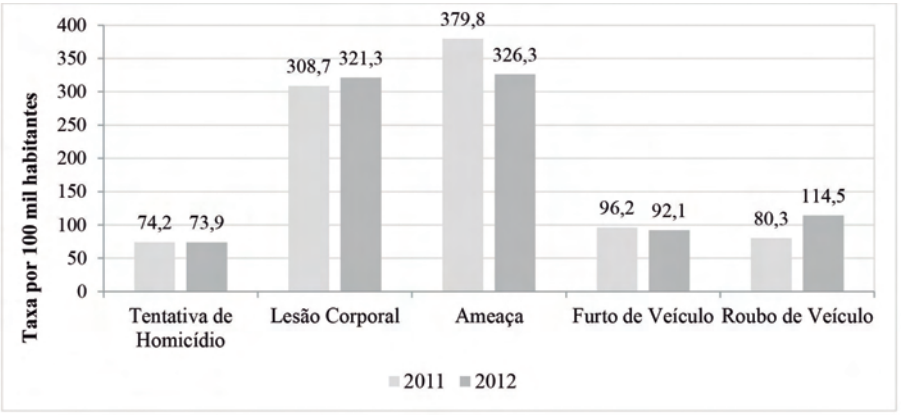
Outros indicadores permitem ampliar o diagnóstico da segurança pública capixaba. De acordo com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SESP, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio por 100 mil habitantes, por exemplo, reduziu de 74,2 em 2011 para 73,9 em 2012. No entanto, a taxa de lesão corporal aumentou de 308,7 em 2011 para 321,3 casos por 100 mil habitantes em 2012. Já a taxa de ocorrências de ameaças reduziu de 379,8 em 2011 para 326,3 casos por 100 mil habitantes em 2012. O mesmo aconteceu com a taxa de furto de veículo que caiu de 96,1 em 2011 para 92,1 casos por 100 mil habitantes em 2012.

O crime de roubo de veículos apresentou aumento entre 2011 e 2012, cujo índice passou de 80,3 para 114,5 por 100 mil habitantes. Todavia, o número de veículos recuperados aumentou consideravelmente nos últimos anos. No ano de 2010, 2.485 veículos furtados e

[5] Em 2011, os jovens no grupo etário de 15 a 29 anos responderam por mais de 52% dos 52.200 homicídios registrados no Brasil (Ministério da Saúde).

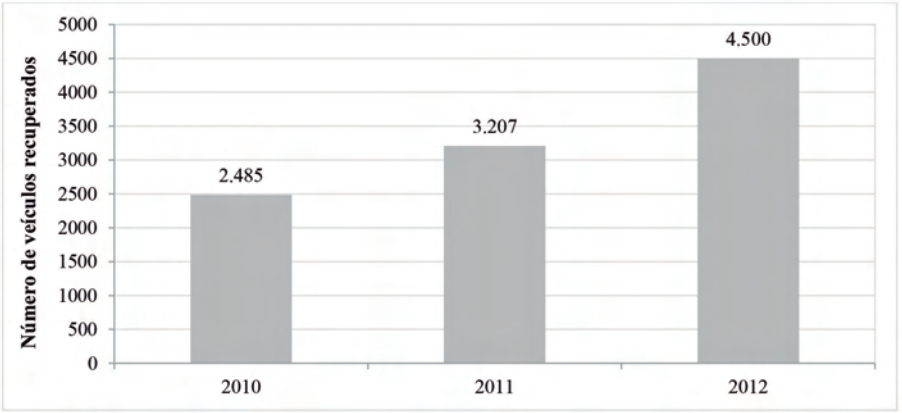
roubados no estado foram recuperados pelo trabalho conjunto das polícias. Em 2012, este número subiu para 4.500 veículos recuperados, o que representou um aumento de 81% na comparação com 2010. Dos 7.394 veículos furtados e roubados no Espírito Santo em 2012, 60% foram recuperados. São números que indicam que tem aumentado a eficiência e eficácia da ação investigativa e policial.

Gráfico 9.4 - Taxa de crimes por 100 mil habitantes - Espírito Santo 2012



Fonte: SESP, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 9.5 - Número de veículos recuperados - Espírito Santo 2012

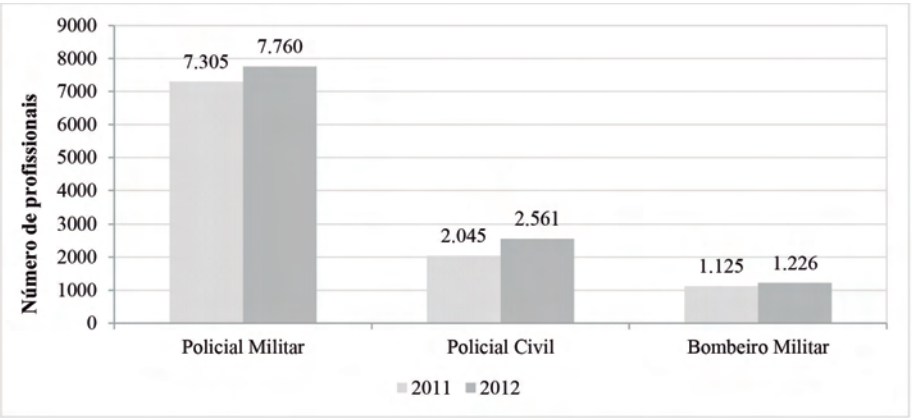


Fonte: SESP, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

Apesar do fenômeno da violência estar associado a fatores socioeconômicos, e que por isso requerem estratégias preventivas, o trabalho integrado das polícias, no campo da repressão qualificada, é de

fundamental importância para a redução dos índices criminais. Nesse sentido, nos últimos anos o quadro das agências de segurança pública vem sendo ampliado. Em 2011, o estado contava com 7.305 policiais militares, 2.045 policiais civis e 1.125 bombeiros militares. Em 2012, esses números aumentaram para 7.760 policiais militares, 2.561 policiais civis e 1.226 bombeiros militares. O número de profissionais nessas três agências de segurança pública aumentou de 10.475 em 2011 para 11.547 profissionais em 2012, representando um aumento de 10,2%.

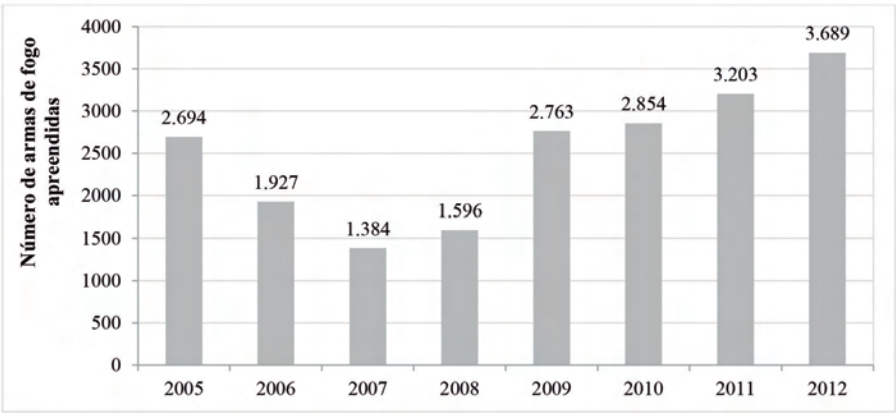
Gráfico 9.6 - Número de profissionais por agência de segurança pública - Espírito Santo 2012



Fonte: SESP, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

A ampliação das ações policiais de repressão qualificada dos crimes aqui destacados e outros delitos podem ser apurados também, sobretudo, pelo aumento dos registros de apreensão de arma de fogo no estado. De acordo com os dados da SESP, 82% dos homicídios dolosos registrados em 2012 foram cometidos por meio de armas de fogo. No ano de 2005, 2.694 armas de fogo foram apreendidas, ao passo que em 2012 este indicador aumentou para 3.689 apreensões, ou seja, um acréscimo de 37% no período e um quantitativo acumulado em oito anos de 20.110 armas apreendidas.

Gráfico 9.7 - Número de armas de fogo apreendidas - Espírito Santo 2012



Fonte: SESP, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

A repressão qualificada ao tráfico de drogas ilícitas também é uma estratégia importante do combate à violência. Análises da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP indicam que 63% dos homicídios dolosos computados, em 2012, na Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV tiveram como motivação o envolvimento com o tráfico de drogas ilícitas. Este envolvimento, na maioria das vezes, se traduz na eliminação de devedores do sistema do tráfico, execução de delatores, confrontos armados e disputas por territórios.

Visando a preservação da vida, as ações policiais, apoiadas em serviços de inteligência e tecnologia, estão focadas no enfrentamento qualificado das práticas do tráfico de drogas ilícitas. Em 2012 no estado, foram apreendidos 15.265 kg de maconha, 240 kg de cocaína e 149 kg de crack.

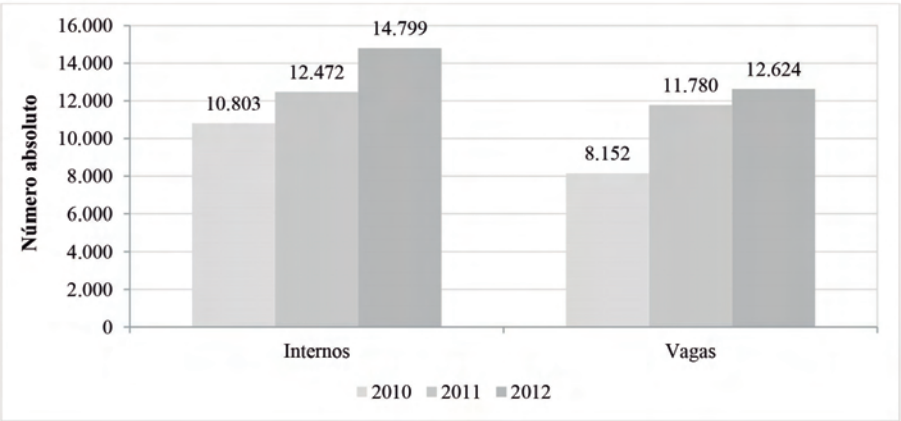
Além disso, nos últimos anos a ação policial intensificou a repressão aos criminosos foragidos, muitos desse com passagens pela polícia por envolvimento com o tráfico de drogas e o cometimento de homicídios. Segundo a DHPP, em 2011, foram cumpridos 226 mandados de prisão desses criminosos. Em 2012, este número quase que dobrou para 534 mandados de prisão cumpridos.

No que tange o sistema prisional do estado, o número de internos no ano de 2010 era de 10.803 pessoas. Em 2012, este número subiu para 14.799 internos, ou seja, um aumento de 37% da população carcerária entre os anos de 2010 e 2012.

O aumento relativo no número de vagas foi ainda maior. Em 2010

existiam 8.152 vagas no sistema prisional. Em 2012 o número de vagas subiu para 12.624, ou seja, um aumento de 54,9% na comparação com 2010.

Gráfico 9.8 - Número de internos e vagas - Espírito Santo 2010-2012



Fonte: MJ/DEPEN; SEJUS, 2013. Elaboração: IJSN, 2013.

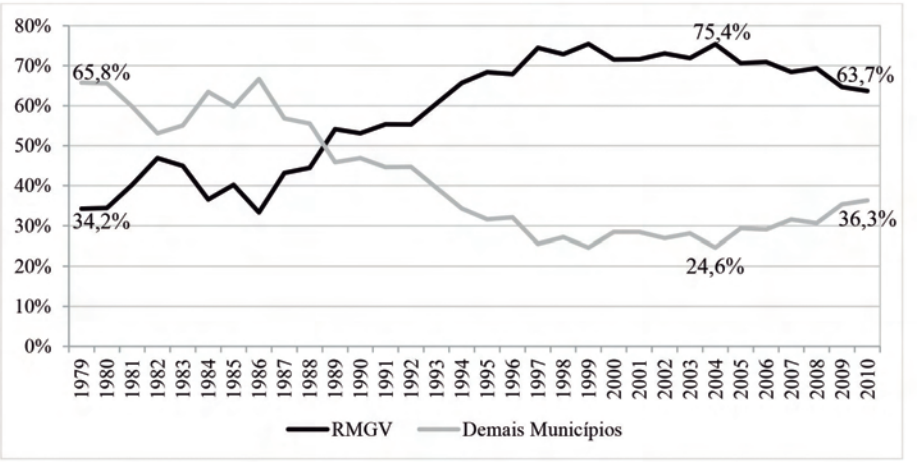
Outro indicador importante do sistema prisional é a razão de internos por vagas. Em 2005, para cada vaga do sistema prisional capixaba existiam 1,9 internos. Em 2012, esta razão reduziu para 1,17 internos/vagas, um número inferior à média nacional que é de 1,68 internos/vagas. Este resultado é um desdobramento de políticas no campo da justiça criminal que se apoiam, sobretudo, em ações de prevenção terciária conjugando ações de ressocialização e diminuindo substancialmente as possibilidades de reincidência.

9.4. Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV

De acordo com Lira e Sampaio (2011), a participação relativa da RMGV e dos demais municípios no total de homicídios registrados no estado ao longo das últimas três décadas revela fases distintas. Durante a década de 80, os Demais Municípios evidenciavam uma maior participação percentual nos homicídios. Os municípios que compõem hoje a RMGV passaram a apresentar uma maior representatividade no total de homicídios registrados a partir da década de 90. Nas duas últimas décadas, os homicídios capixabas mostraram-se concentrados na RMGV. Entre 1999 e 2005 os municípios que hoje compõem a RMGV

chegaram a concentrar 75,4% dos homicídios do Espírito Santo. Desde 2005, essa participação relativa vem reduzindo, até alcançar o percentual de 63,7% em 2010.

Gráfico 9.9 - Participação relativa dos homicídios, segundo região - Espírito Santo 1979-2010



Fonte: MS; SESP, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Esse padrão de concentração dos homicídios deriva, sobretudo, do processo de urbanização do Espírito Santo que se evidenciou centrado e concentrado na atual área da RMGV, que congrega aproximadamente 48% da população estadual. A organização social do território observada hoje nessa região é, em grande parte, reflexo da acumulação histórica dos processos desencadeados a partir da década de 70, cujos quais promoveram significativas alterações nas estruturas sociais, econômicas, demográficas, dentre outras[6]. Diversos fatores estruturais, a saber, inchaço populacional, ineficiência de planejamento urbano e políticas sociais adequadas, degradação urbana, acirramento das desigualdades socioeconômicas e segregação socioespacial se correlacionaram nas décadas posteriores à urbanização da década de 70 e passaram a influenciar o aumento dos índices criminais na RMGV.

Para analisar esses índices foram confeccionados dois mapas de concentração criminal, por meio do método de densidade de kernel, que favorecem a identificação dos *hotspots* ou pontos quentes de cri-

[6] Para um maior detalhamento consultar os Capítulos 1 e 4 deste livro.

mes (SILVERMAN, 1986). O primeiro apresenta a concentração dos crimes de homicídios dolosos e o outro dos crimes de roubos a pessoa em via pública, de residência/condomínio e de veículo. Assim o geoprocessamento, implementado por ferramentas do Sistema de Informação Geográfica - SIG, dos crimes violentos contra a pessoa e contra o patrimônio é analisado e correlacionado com a tipologia socioespacial de 2010. Nesse sentido, os registros criminais foram trabalhados tendo como recorte temporal este mesmo ano.

Pesquisando os conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte - MG através de aplicativos SIGs, Beato (1998) ressaltou a importância da variável espacial nos estudos sobre violência. O autor especificou a importância da "geografia do crime" (BRANTINGHAN *apud* BEATO, 1998), ou seja, o quanto a variável espacial é importante para as estratégias de policiamento e o combate à criminalidade.

9.5. Análise espacial dos crimes e da tipologia socioespacial

Em 2010, a RMGV registrou 1.175 homicídios dolosos. O mapa dos homicídios dolosos demonstra que aglomerados (*clusters*) de bairros de Serra (grandes Planalto Serrano e Carapina, Feu Rosa e Vila Nova de Colares), Vitória (grande São Pedro e conjunto de bairros da Ilha do Príncipe e seu entorno), Vila Velha (conjuntos de bairros de São Torquato, Primeiro de Maio, Divino Espírito Santo, Terra Vermelha e seus entornos) e Cariacica (conjuntos de bairros de Flexal, Bela Aurora e seus entornos) evidenciaram alta concentração de crimes letais.

No ano de 2010, a RMGV computou 8.271 roubos a pessoa em via pública, de residência/condomínio e de veículo. O mapa dos roubos apresenta os *clusters* de Vitória (Enseada do Suá, Praia do Canto, Barro Vermelho, Jardim da Penha, Centro e Parque Moscoso), Vila Velha (Praia da Costa, Centro, Praia de Itaparica, Coqueiral de Itaparica e Cobilândia) e Cariacica (conjunto de bairros de Campo Grande e seu entorno) com alta concentração de crimes violentos contra o patrimônio.

Insta ressaltar que a causalidade da criminalidade violenta, devido à sua complexidade, nunca se deve a um único fator, mas sempre a um conjunto de fatores. Outra observação importante diz respeito às

correlações espaciais. A identificação de uma correlação geo-estatística entre duas variáveis, não implica, necessariamente, que uma delas tenha como consequência a outra. Uma correlação geo-estatística aponta para a existência de uma relação espacial entre dois fatores. O nexo causal entre estes pode ser estabelecido por meio do desenvolvimento de análises com outras variáveis, exploração da literatura especializada e de estudos de casos em outras unidades geográficas que corroboram ou não as correlações identificadas.

A análise cartográfica conjugada dos mapas de homicídios dolosos (Figura 9.1) e de roubos (Figura 9.2) permite identificar certa correlação espacial negativa dos *hotspots* criminais, ou seja, a criminalidade violenta destaca comportamento diferencial para os delitos analisados. Os *clusters* de bairros que apresentaram altos níveis de concentração de homicídios dolosos, na maioria dos casos, não computaram altos níveis de concentração de roubos.

Esse padrão de distribuição espacial dos crimes pode ser influenciado por uma série de fatores ligados à dinâmica criminal, estrutura socioeconômica e características do meio e infraestruturas urbanas (problemas de iluminação dos espaços públicos, espaços residenciais desprovidos de elementos de segurança, terrenos abandonados que propiciam locais de esconderijo para infratores etc.).

Ao analisar o comportamento espacial dos crimes de homicídios e roubos, tendo a tipologia socioespacial da RMGV (Figura 9.3) como pano de fundo e *proxy*, constata-se que a estrutura social e a organização social do território evidenciam indícios que favorecem o entendimento de determinados padrões da violência.

A interpretação cartográfica, por meio do método *overlay*, dos mapas de homicídios, roubos e da tipologia socioespacial da RMGV revela que as áreas com concentração de crimes letais, geralmente, apresentam predomínio do tipo Popular, ao passo que as áreas com concentração de crimes violentos contra o patrimônio, na maioria dos casos, evidenciam predominância do tipo Superior-médio. As áreas com prevalência do tipo Médio, em alguns exemplos, demonstraram concentração tanto de homicídios (*clusters* de bairros de Divino Espírito Santo/Centro em Vila Velha e Carapina/Jardim Limoeiro no município de Serra), quanto de roubos (Cobilândia em Vila Velha). As regiões com predomínio do tipo Popular-agrícola não registraram concentração significativa dos crimes aqui estudados.

A leitura conjugada dos três mapas citados permite identificar

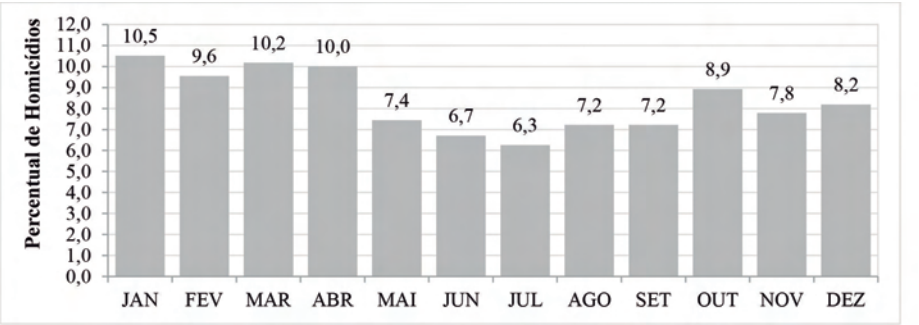
que as áreas com predomínio do tipo Popular são mais vulneráveis aos crimes letais e as áreas com prevalência do tipo Superior-médio estão mais suscetíveis aos crimes violentos contra o patrimônio. Essa constatação pode parecer óbvia, pois, de acordo com a literatura especializada (LIRA, 2007; MATTOS, 2011; ZANOTELLI *et al*., 2011), as regiões mais privilegiadas das cidades, constituídas por famílias com alta renda e que ostentam bens móveis e imóveis sofisticados, tem uma maior propensão a registrar com maior frequência crimes com finalidade patrimonial e financeira. Todavia, precisar os padrões de distribuição espacial dos crimes, por meio do geoprocessamento, é fundamental para compreender a criminalidade violenta e para a elaboração de ações preventivas e repressivas no campo da segurança pública.

A análise espacial dos crimes de homicídios dolosos e roubos reforçam as hipóteses trabalhadas na criminologia da desordem e desorganização social para o primeiro tipo de crime, e por outro lado, de alvo atrativo, oportunidade e baixo controle para o segundo tipo. Ou seja, crimes violentos, como homicídios, tendem a ocorrer em espaços desorganizados física e socialmente, enquanto que, os roubos costumam ocorrer em regiões economicamente atrativas, e em momentos de pouca vigilância policial e comunitária. Consequentemente, a tipologia socioespacial reafirma a presente análise, pois como visto, apontam ligação das regiões de tipo Popular com os crimes de homicídios (geralmente mais desorganizadas), e as regiões Superior-médio com os roubos (geralmente mais atrativas economicamente).

Além do padrão espacial, os dados dos mapas de homicídios dolosos e roubos possibilitam identificar o padrão temporal da criminalidade da RMGV, por meio da geo-estatística. Dos 1.175 homicídios dolosos registrados na RMGV em 2010, a maioria ocorreu nos meses de janeiro à abril, com predomínio nos sábados e domingos, bem como evidenciaram predomínio noturno, entre às 18 horas e 23 horas (Gráficos 9.10, 9.11 e 9.12). Dos 8.271 roubos a pessoa em via pública, de residência/condomínio e de veículo computados no mesmo ano, a maioria ocorreu entre os meses de março e setembro, com suave predomínio de registros entre as quartas-feiras e sextas-feiras, e concentração de ocorrência entre às 12 horas e 23 horas, destacando um pico entre às 19 horas e 22 horas. (Gráficos 9.13, 9.14 e 9.15).

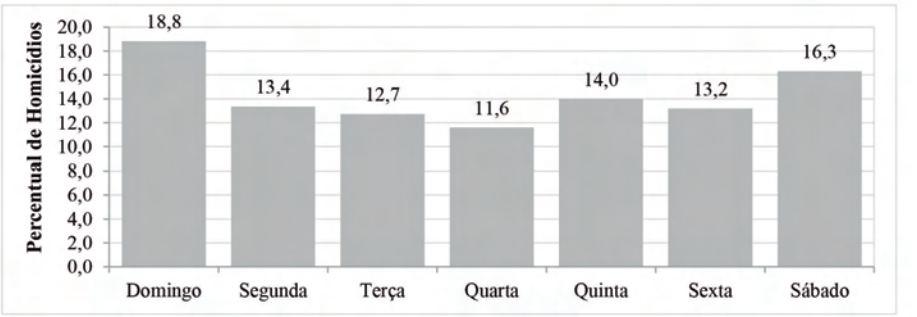
Dessa forma, constata-se os padrões de distribuição espaço-temporal dos crimes na RMGV. A análise correlata da estrutura social e organização social do território, por meio da tipologia socioespacial, oferece indícios que podem ser melhor aprofundados em desdobramentos da análise aqui estabelecida, além de fornecer subsídios para a elaboração de ações preventivas e repressivas no campo da segurança pública.

Gráfico 9.10 - Participação relativa dos homicídios dolosos, segundo meses do ano - RMGV 2010



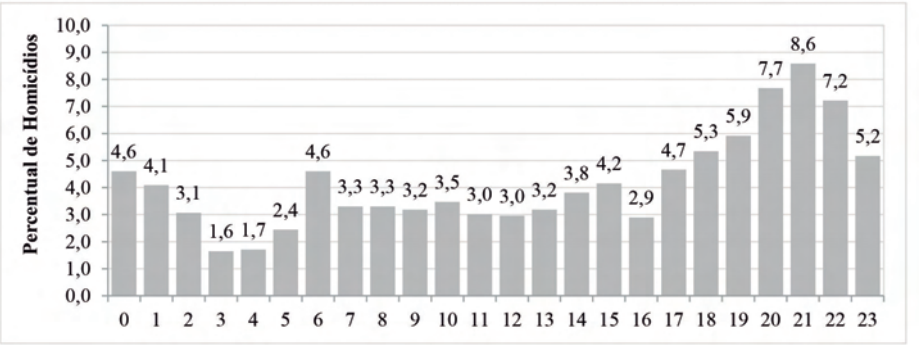
Fonte: SESP, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 9.11 - Participação relativa dos homicídios dolosos, segundo dias da semana - RMGV 2010



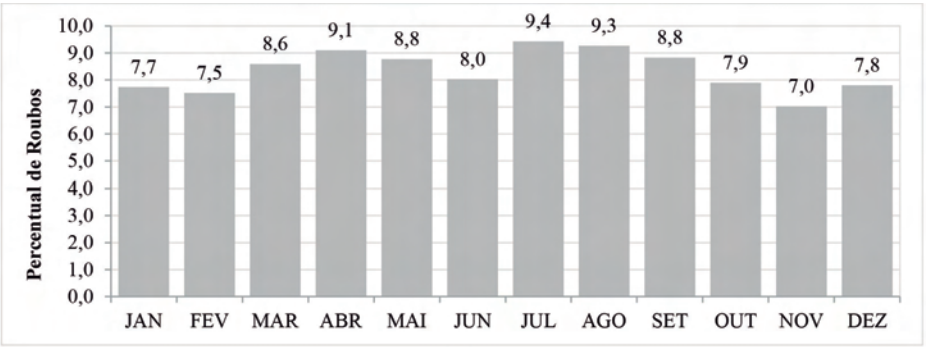
Fonte: SESP, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 9.12 - Participação relativa dos homicídios dolosos, segundo horas do dia - RMGV 2010



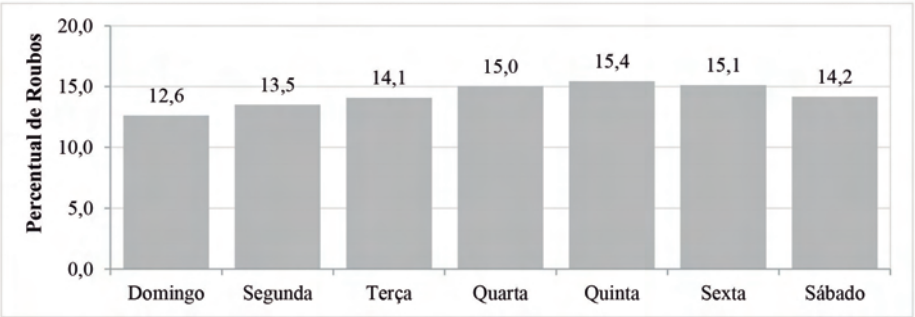
Fonte: SESP, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 9.13 - Participação relativa dos roubos, segundo meses do ano - RMGV 2010



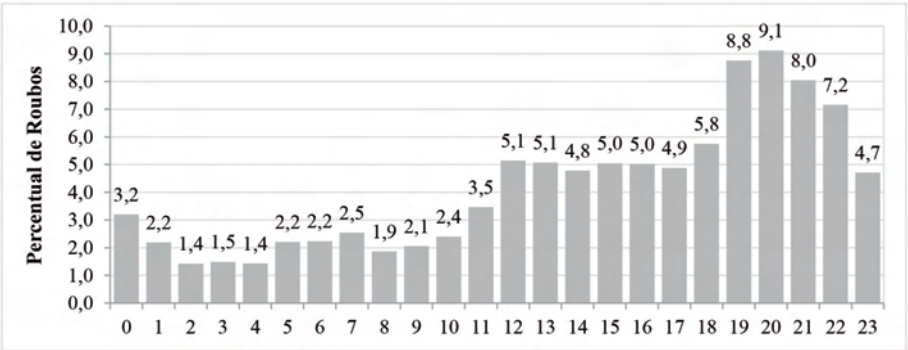
Fonte: SESP, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 9.14 - Participação relativa dos roubos, segundo dias da semana - RMGV 2010



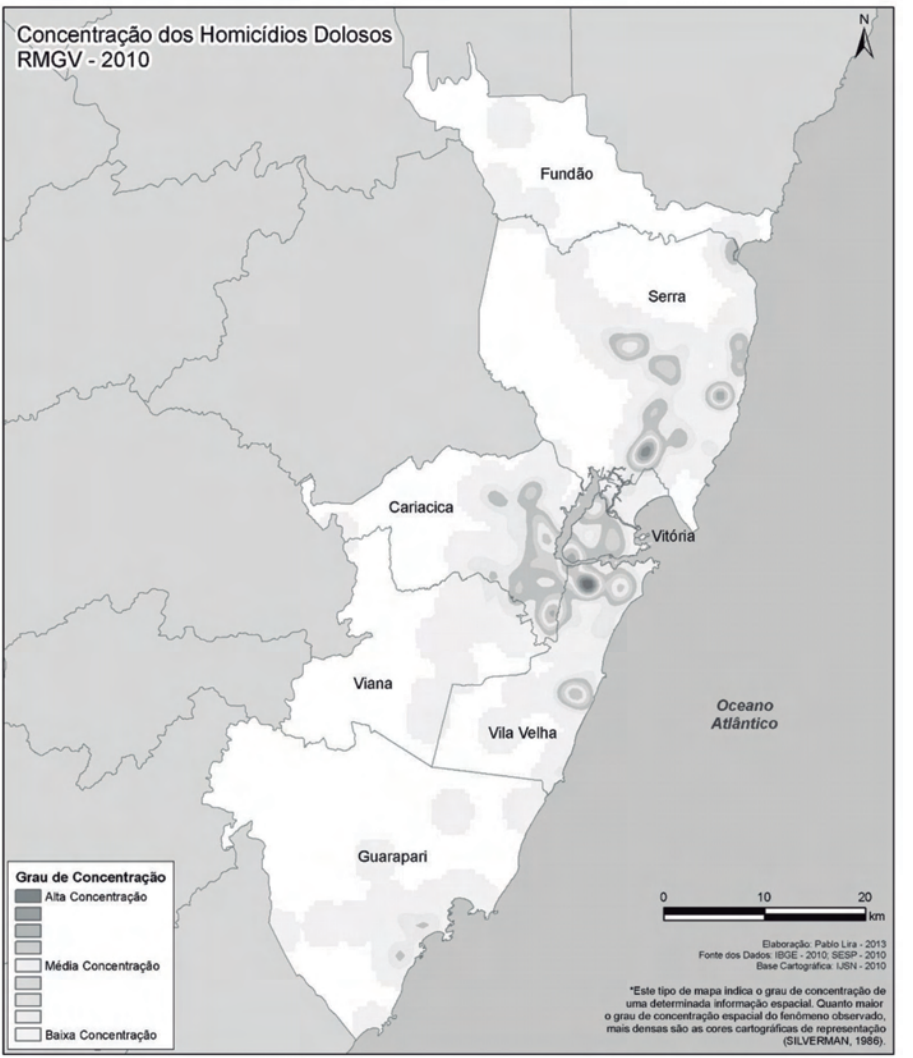
Fonte: SESP, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Gráfico 9.15 - Participação relativa dos roubos, segundo horas do dia - RMGV 2010



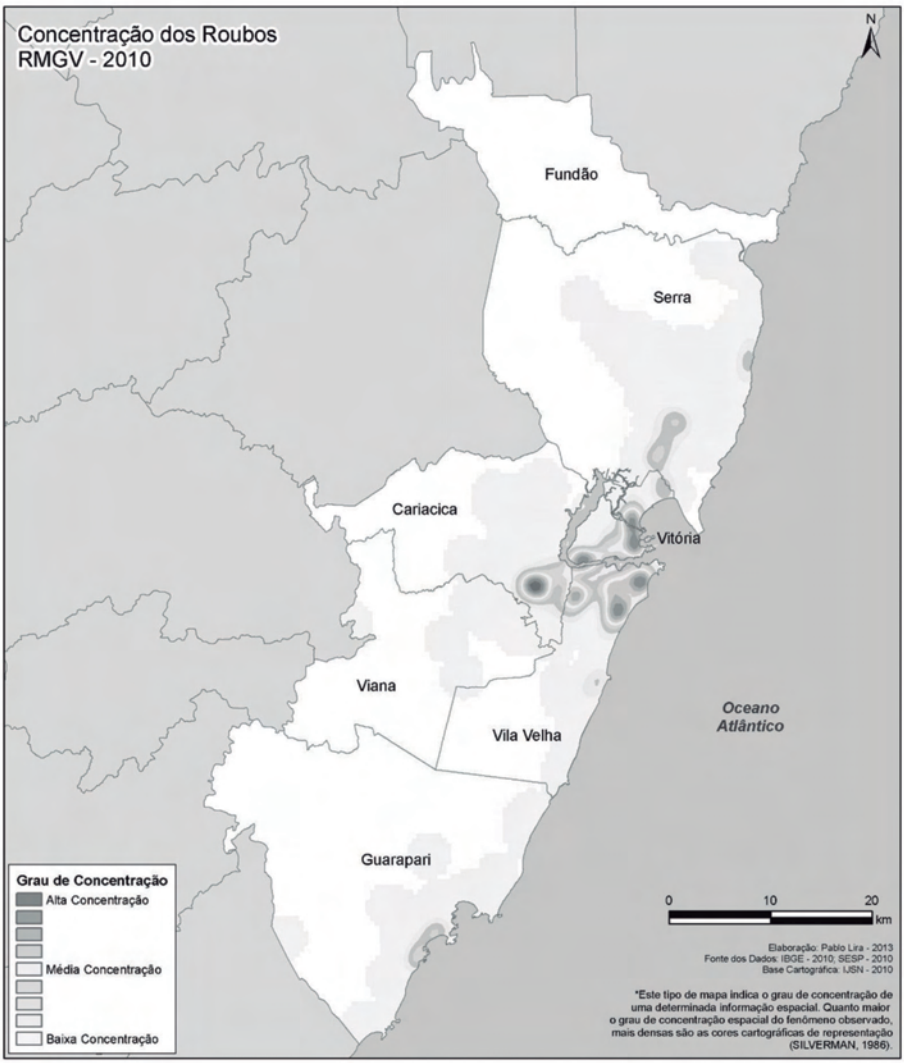
Fonte: SESP, 2010. Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 9.1 - Mapa de concentração dos homicídios dolosos, RMGV 2010



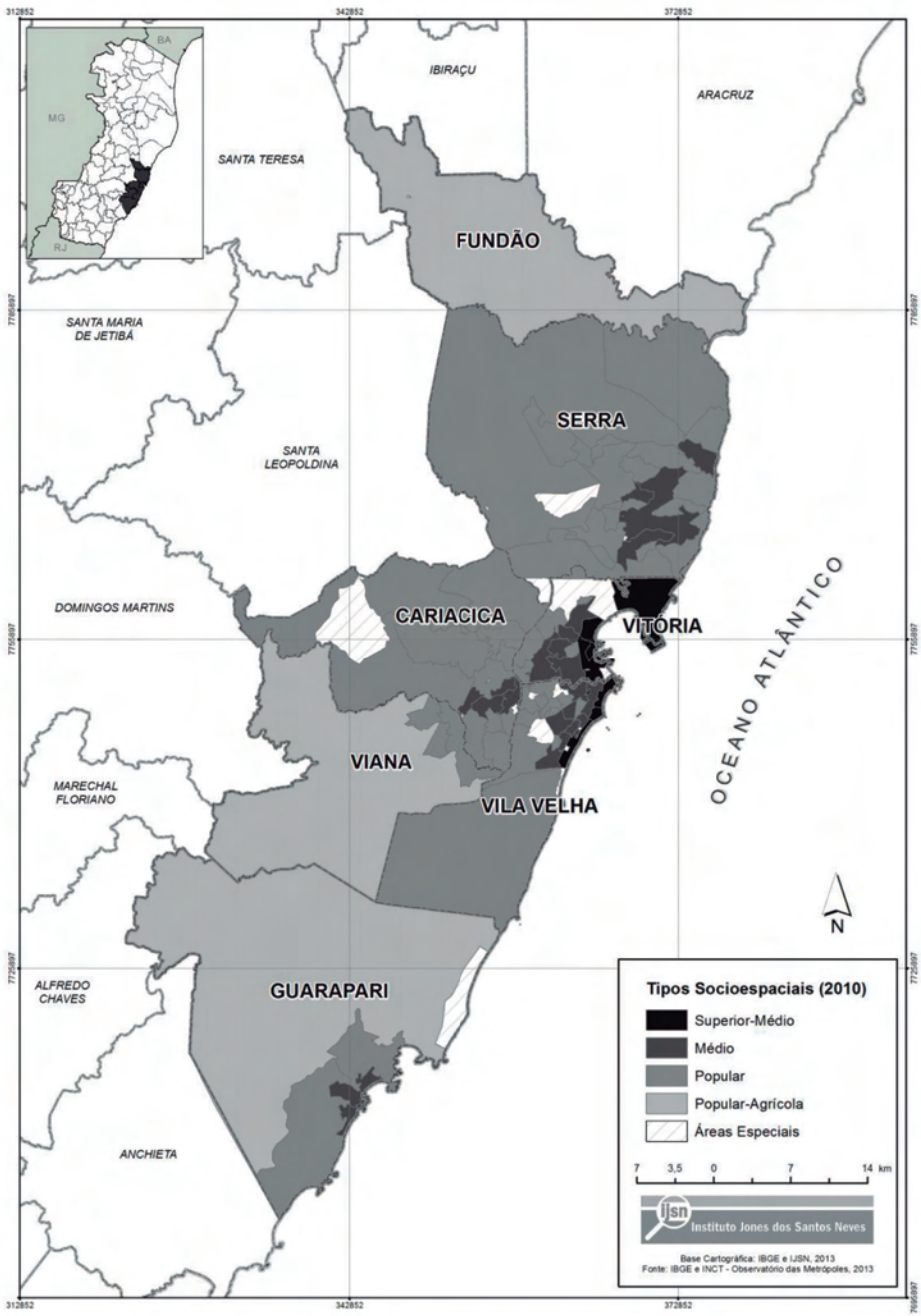
Fonte: SESP (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 9.2 - Mapa de concentração dos roubos, RMGV 2010



Fonte: SESP (2010). Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 9.3 - Tipologia socioespacial, RMGV 2010



Fonte: IBGE (2000-2010); INCT - Observatório das Metrópoles - Núcleo Vitória (2013).
Elaboração: IJSN, 2013.

9.6. Considerações Finais

O estudo da organização social do território lança luz sobre aspectos sociais, econômicos e espaciais que podem influenciar o comportamento criminoso. Comportamento este que pode ser potencializado por meio de "oportunidades" geradas por determinadas rotinas e estilos de vida das vítimas e por certas características dos ambientes urbanos (CLARKE; FELSON, 1998).

Como visto, a distribuição espacial dos crimes não ocorre de maneira homogênea pela trama urbana, desdobrando-se a partir de nuanças ligadas às especificidades geográficas das diferentes zonas da região metropolitana estudada.

Dessa forma, o comportamento diferencial da violência urbana, evidenciado pelos mapas de homicídios dolosos e roubos, provavelmente está em larga escala influenciado pelas desigualdades sociais, econômicas e de infraestrutura. Tais desigualdades evidenciam, em termo de processos, a segregação urbana, cuja tendência de isolamento social é largamente criticada por Bauman (2009) e Jacobs (2007). Esta última autora, em especial, salienta a importância dos desenhos arquitetônicos e urbanísticos privilegiarem os componentes da vigilância natural e da convivência cidadã em prol de bairros e cidades mais seguras.

O aprofundamento da análise da tipologia socioespacial vinculada às hipóteses já consagradas por estudos criminais, como desorganização social, oportunidade e vitimização, pode contribuir com o desenvolvimento de pesquisas de grande relevância para a compreensão do complexo fenômeno da criminalidade.

Referências

BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. 2009.

BEATO, C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo - SP, v. 13, n. 37. 1998. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269091998000200004&script=sci_arttext>. Acesso em 3 mar. 2013.

CLARKE, R.; FELSON, M. Opportunity Makes the Thief. Practical theory for crime prevention. Policing and Reducing Crime Unit. Research, Development and Statistics Directorate. London: Barry Webb Editor. 1998. Disponível em: <http://www.skywallnet.com/data_server/CA/OMT_PP_CP.pdf>. Acesso em 30 dez. 2013.

CLARKE, R. Situational crime prevention. Albany. NY, Harrow and Heston, Publishers. 1997.

CALDEIRA, T. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34 / Edusp. 2000.

_____. Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais. *In*: Ciência e Cultura. V. 54, n. 1, p. 44-46. 2002. Disponível em: <http://www.cienciaecultura.bvs.br>. Acesso em 20 dez. 2008.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP. 2012.

FELSON, M. Crime and Everyday Life. Thousand Oaks. California: Pine Forge Press. pp. 223 - 1994.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

LIRA, P. Geografia do Crime: construção e geoprocessamento do Índice de Criminalidade Violenta - IVC no município de Vitória-ES. Pesquisa Acadêmica. Vitória: UFES. 2007.

LIRA, P.; SAMPAIO, A. P. S. Balanço preliminar dos homicídios - 2010. Texto para discussão, Instituto Jones dos Santos Neves, Vitória, Janeiro. 2011.

MATTOS, R. Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: EDUFES, 2011.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. Contemporaneidade e educação. Rio de Janeiro - RJ, v. 2, n. 1, 1997.

_____. Crime e violência no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro - RJ: Lúmen Júris. 2006.

NEWMAN, O. Defensible space, crime prevention through urban design. 1 ed. New York: Macmillan Publishing Co. 1973.

PERALVA, A. Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. Cidades para um pequeno planeta. Barcelona: Gustavo Gili. 2012.

SHAW, C.; MCKAY, H. Juvenile delinquency and urban areas: A study of rates of delinquents in relation to differential characteristics of local communities in american cities. Chicago: University of Chicago Press, 1942, 2.ed. 394p. 1969.

WORLD, Bank. Crime and violence in Central America: a development Challenge. Washington DC: World Bank LAC. 2011.

ZANOTELLI, C. *et al*. Atlas da Criminalidade no Espírito Santo. 1. ed. São Paulo: Annablume. 2011

Parte III
Governança, gestão e bem-estar urbano na RMGV

Capítulo 10

Governança urbana, política pública e gestão metropolitana: padrões, efeitos e desafios

Adauto Beato Venerano

Resumo: Este capítulo apresenta o modelo jurídico-institucional da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, a partir da organização da gestão regional, preconizada na Constituição Federal de 1988, que delegou aos Estados adequarem suas Constituições para atender à nova competência disposta na Carta Federal, incluindo em suas disposições os critérios e elementos norteadores da instituição de Regiões Metropolitanas, sinalizando um novo cenário de cooperação intergovernamental. O objetivo é apresentar as formas de gestão e o processo de governança da RMGV, através de sua estrutura formal, para integrar a organização e o planejamento das funções públicas de interesse comum e os fatores que contribuíram para o sucesso e para os entraves das questões comuns aos sete municípios que compõem a RMGV.

Palavras-chave: Gestão, Governança, Interesse Comum, Funções Públicas, Metropolitano.

Abstract: This chapter presents the legal and institutional framework of the Metropolitan Region of Vitoria RMGV, from the organization of regional management advocated in the Federal Constitution of 1988, which delegated to the States suit their Constitutions to meet new competence brought by Federal Charter, including in its provisions the criteria and guiding elements of the metropolitan areas establishment, signaling a new scenario for intergovernmental cooperation. The objective is to present the management forms and the governance process of RMGV through its institutional structure, in order to integrate the organization and planning of public functions of common interest and the factors that contributed to the success and obstacles of the issues common to the seven municipalities that make up the Grande Vitoria.

Keywords: Management, Governance, Common Interest, Public Functions, Metropolitan.

10.1. Introdução

O Brasil nas últimas décadas tem se esforçado em busca de progresso e modernização, envolvendo cada vez mais as administrações públicas em todas as suas instâncias, de forma a desenvolverem ações conjuntas para o desenvolvimento integrado dos municípios.

As principais cidades brasileiras cresceram sem a realização de um efetivo planejamento, surgiram problemas de grande significado, como altas taxas de crescimento populacional, ocupação desordenada do solo, mobilidade urbana insatisfatória, violência, dentre outros problemas comuns.

A Constituição Federal de 1937 permitiu o agrupamento de municípios para prestação de serviços comuns. Esses agrupamentos assumiram a denominação de Regiões Metropolitanas na Emenda Constitucional nº 848, que foi incorporada à Constituição Federal de 1967.

A Lei Complementar nº. 14, de 08 de junho de 1973, inicia as discussões sobre as Regiões Metropolitanas. A partir dessa legislação foram criadas as primeiras oito Regiões Metropolitanas brasileiras: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Posteriormente, a Lei Complementar Federal n° 20, de 1° de julho de 1974, criou a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, os estados federados assumiram a competência para instituir regiões metropolitanas em seus territórios.

Em 23 de fevereiro de 1995, foi publicada a Lei Complementar nº 58, instituindo a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, formada pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, objetivando a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano. Em 08 de julho de 1999 a Lei Complementar nº 159 incluiu o município de Guarapari na RMGV. Já em 21 de junho de 2001, através da Lei Complementar nº 204, por iniciativa da Assembleia Legislativa, o município de Fundão foi incluído na RMGV.

Com a delegação de competência aos Estados de criar suas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, coube a eles também elaborar diretrizes da política urbana. O Estatuto da Cidade - Lei 10.257/2001, dispõe como instrumento de interferência urbanística de competência do Estado-membro, o planejamento das Regiões Metropolitanas. O Plano Regional Metropolitano condiciona,

assim, a política urbana a ser implementada pelos municípios que lhe compõem.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 182 estabelece que a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade. E o Estatuto da Cidade, define em seu Art. 4º como instrumentos de execução da política urbana, o planejamento metropolitano, junto do planejamento nacional de ordenação do território e do planejamento municipal.

No Art. 43 do Estatuto da Cidade, a gestão democrática da cidade é garantida mediante a criação de órgãos colegiados de política urbana, nos três níveis de governo, além de conferências, debates, audiências e consultas públicas, diretrizes a serem cumpridas pelos Estados Federados.

O planejamento e a gestão urbana, tão importante no processo de gestão democrática da cidade, são incluídos no Art. 45 do Estatuto da Cidade, que indica a necessidade de:

> Art. 45 - Os organismos gestores das Regiões Metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e pleno exercício da cidadania.

A questão da gestão regional, contemplada no Estatuto da Cidade, determina aos administradores públicos a obrigação de ajustar as estruturas das entidades metropolitanas na forma do Art. 43 do referido Estatuto, para garantir a mais ampla participação da sociedade. Desta forma, dentro das diretrizes do Estatuto da Cidade, as gestões das Regiões Metropolitanas devem contemplar um sistema que garanta a participação dos municípios e comunidades nos órgãos gestores, como obrigação decorrente da lei, sob pena de ilegalidade e ilegitimidade das decisões tomadas.

O Estatuto da Cidade define os instrumentos da política urbana, bem como o planejamento municipal e o plano diretor, e, em seu Art. 41 dispõe que o Plano Diretor é obrigatório para cidades integrantes das regiões metropolitanas.

Desse modo, afirma Guimarães (s.p., 2004):

> [...] em uma Região Metropolitana as questões de caráter comum

> devem ser discutidas e reduzidas a planos coerentes com o perfil de cada município que lhe compõe. Nesse caso, para garantir os interesses de desenvolvimento de cada membro componente, o Plano Diretor cumpre o papel de estabelecer as funções e objetivos particulares de cada estrutura municipal, garantindo organização urbanística equilibrada (GUIMARÃES, s.p., 2004).

O principal desafio metropolitano é promover a unidade na construção de uma política social e um ordenamento jurídico-institucional, que dê a adequada ordem urbano-territorial, socioeconômica e socioambiental nas regiões metropolitanas.

10.2. Construção político-social e institucional da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV: contextualização histórica

Em 31 de janeiro de 1968, (regulamentada em março de 1969), foi criada pelo Convênio aprovado nas Câmaras Municipais dos cinco municípios que integravam a Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana e Serra), a Comissão de Planejamento Integrado da Grande Vitória – COPI, que tinha como objetivo:

> [...] a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região Homogênea nº 75.1, também denominada Grande Vitória, dadas as suas características semelhantes às regiões metropolitanas. Objetiva ainda a orientação das municipalidades abrangidas pelo Plano, durante sua implantação; a divulgação de técnicas de planejamento local integrado e a formação de pessoal especializado (REVISTA DO IJSN, 1979, p. 6).

Segundo Mendonça (1991) a COPI pode ser considerada o primeiro elemento do processo de planejamento urbano da Grande Vitória, sob os seguintes aspectos:

> - o surgimento da COPI ocorreu a partir da decisão do poder público local dos cinco municípios da Grande Vitória, envolvendo o desenvolvimento social de uma determinada região do Estado e interesses comuns àqueles municípios;
> - sua linha de atuação foi pautada no planejamento integrado difundido pela política nacional;

> - o desdobramento de ações, a partir dela desencadeadas, caracterizando a continuidade do processo de planejamento (MENDONÇA, 1991, p. 5).

A Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973, que estabeleceu as Regiões Metropolitanas no Brasil, segundo os critérios adotados não incluiu Vitória.

A definição institucional da Grande Vitória como unidade territorial de ação regional resultou de um processo histórico desencadeado a partir de 1976 com a conclusão do Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória[1], que objetivava criar um modelo de organização espacial, que registrava problemas vinculados a grandes fluxos migratórios na Grande Vitória, nas décadas de 50, 60 e 70, e preparar um novo polo industrial com vistas a estimular os investimentos da Política Federal de Descentralização Industrial.

Em 1975 foram criadas a Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN e a Fundação Jones dos Santos Neves - FJSN. Em 1977 foi criado o Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória - CODIVIT, que estabeleceu a Região de Desenvolvimento Prioritário do Espírito Santo e o Fundo de Desenvolvimento da Grande Vitória. Com toda essa estrutura, André T. Abe aponta que:

> Esse conjunto de instrumentos não foi suficiente, contudo, para decolar o processo de gestão metropolitana da Grande Vitória. Não obstante, o planejamento obteve considerável avanço através da Fundação Jones dos Santos Neves, depois transformada em Instituto, que desenvolveu diversos estudos, tendo como parâmetro básico o enfoque metropolitano das questões (ABE, 1999, p. 471).

Além desses órgãos a Companhia Espírito-Santense de Saneamento - CESAN, a Espírito Santo Centrais Elétricas - ESCELSA e a Companhia Telefônica do Espírito Santo - TELEST passaram gradativamente a dar tratamento metropolitano às suas abordagens, ações e programas, necessários à caracterização efetiva da aglomeração como área metropolitana.

Com a delegação de competência dada aos Estados através do Art. 25 da Constituição Federal de 1988, para a institucionalização das regiões metropolitanas mediante leis complementares, possibilidade

[1] Para um maior detalhamento ver o Capítulo 1 deste livro.

esta reiterada na Constituição do Estado do Espírito Santo, promulgada em 1989 (Art. 216), as discussões relativas à institucionalização da Região Metropolitana de Vitória ganharam impulso.

Em abril de 1990 foi assinado o Protocolo de Intenções subscrito por representantes dos Executivos e dos Legislativos estadual e municipais e a Coordenação Estadual de Planejamento, com o objetivo de definir o encaminhamento do planejamento e a gestão metropolitana.

Para tratar da instância política foi formado o Fórum de Desenvolvimento Metropolitano - FDM, do qual participariam os prefeitos, o Governador e representantes da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais.

Para a instância técnico-administrativa foi criado o Grupo de Acompanhamento do Planejamento Metropolitano - GAPM, formado pelos Secretários municipais e o estadual de planejamento, que dariam apoio ao Grupo de Elaboração Técnica - GET, composto por técnicos das prefeituras e o Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

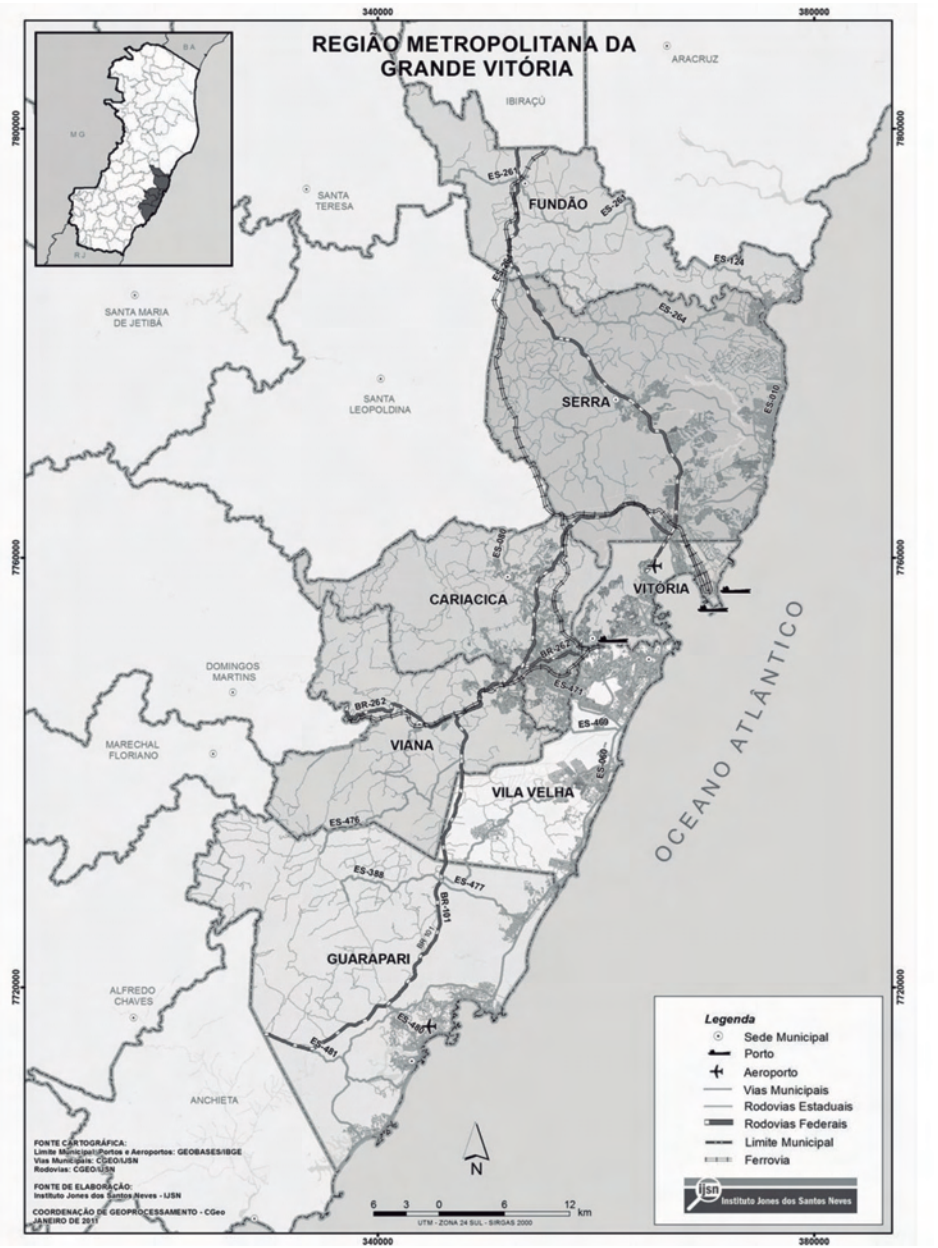
Mesmo com essa estrutura montada os resultados positivos foram poucos, devido às dificuldades no plano operacional, onde as agendas de técnicos e secretários comprometidos com as atividades do cotidiano administrativo impediram o andamento do GAPM e do GET.

No plano político, o FDM realizou apenas uma reunião com a participação de um único prefeito e a presença de representantes das entidades das organizações populares. Segundo André T. Abe "havia um descompromisso geral dos atores, na realidade, receosos em levar adiante tarefa de tão grande envolvimento político, cujos resultados não lhes pareciam de todo palpáveis" (ABE,1999, p. 471).

O Art. 216, §1º, da Constituição do Estado do Espírito Santo, de 05 de outubro de 1989, dispõe:

> Art. 216 – O território estadual poderá ser dividido mediante lei complementar, total ou parcialmente, em unidades regionais, tais como regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesses comuns, nos termos do Art. 25, §3º, da Constituição Federal.
> §1º - A criação de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

Figura 10.1 - Mapa da Região Metropolitana da Grande Vitória



Fonte: IJSN, 2011.

Em 1994, com a veiculação no jornal A Gazeta de uma série sequenciada de artigos sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória, o tema foi retomado, e todos os segmentos decisórios entrevistados -

Executivo, Legislativo, Judiciário e a sociedade civil, representados por políticos e entidades, manifestaram-se favoráveis à criação da Região Metropolitana. Foram promovidos encontros com as autoridades, surgindo posteriormente um Grupo de Trabalho objetivando elaborar o anteprojeto de lei complementar a ser apresentado aos prefeitos. Após diversas reuniões desse Grupo, por solicitação dos movimentos populares o assunto foi discutido publicamente, através de vários seminários abertos nos diversos municípios.

E assim, em 23 de fevereiro de 1995, a Lei Complementar nº 58, instituiu Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, formada pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, e as Leis Complementares nº 159 e 204 de 08 de julho de 1999 e 21 de junho de 2001 respectivamente, incluíram os municípios de Guarapari e Fundão na RMGV (Figura 10.1).

10.3. Arranjo Institucional

10.3.1. Gestão Metropolitana da Grande Vitória

Através da Lei Complementar nº 58 de 21/02/1995 foi instituído o Conselho Metropolitano da Grande Vitória - CMGV como gestor da RMGV, formado pelo Governador e pelos Prefeitos dos municípios componentes, de caráter deliberativo, incumbido de gerir a prestação de serviços comuns de interesse metropolitano. Instituiu também o Comitê de Planejamento Metropolitano da Grande Vitória - CPMGV e deixou aberta a perspectiva deste constituir Câmaras Técnicas Metropolitanas - CTM, compostas por representantes do Estado, dos Municípios e da Sociedade Civil.

A Lei Complementar nº 58 contempla também a natureza das fontes de custeio para as ações de interesse comum no âmbito metropolitano e a obrigação orçamentária de previsão das formas de aplicação, relacionando as competências do Estado, sem, contudo explicitar as atribuições dos municípios.

A Lei Complementar nº 204 de 22 de junho de 2001, de iniciativa da Assembleia Legislativa Estadual e sancionada pelo Governo do Estado, modificou o modelo de gestão existente. O novo Sistema Gestor aprovado por esta Lei Complementar, excluiu a Secretaria Executiva do CMGV e o Comitê de Planejamento Metropolitano da Grande Vitória, revogou disposições em contrário especificadas nas Leis Complementares nº 58/95 e nº 159/99.

Manteve-se a competência da gestão metropolitana ao CMGV, mas alterou a sua composição, passando a ser composto por 17 (dezessete) membros, submetidos à aprovação da Assembleia Legislativa e nomeados pelo Governador do Estado. Esta nova composição do Conselho trouxe dificuldades de ordem operacional e política, ampliando a complexidade dos procedimentos de gestão compartilhada, quando da definição e execução de ações integradas de interesse comum, objetivo principal da gestão metropolitana.

No final de 2002, surge um movimento liderado pela Associação de Vereadores da Região Metropolitana de Vitória - AVEREM, com o objetivo de encaminhar uma proposta de reestruturação do Sistema Gestor da RMGV, a qual previa a criação de uma Agência Gestora. Esse movimento ganhou espaço junto aos órgãos estaduais e municipais interessados na questão metropolitana e atraiu para o debate a sociedade civil organizada.

Entretanto, em 2004 foi enviado à Assembleia Legislativa, um projeto de lei complementar do Executivo Estadual que reestruturava o Sistema Gestor da RMGV, o qual foi concebido após entendimentos com os diversos segmentos afetos à questão metropolitana e com as municipalidades integrantes da RMGV (VENERANO, 2007).

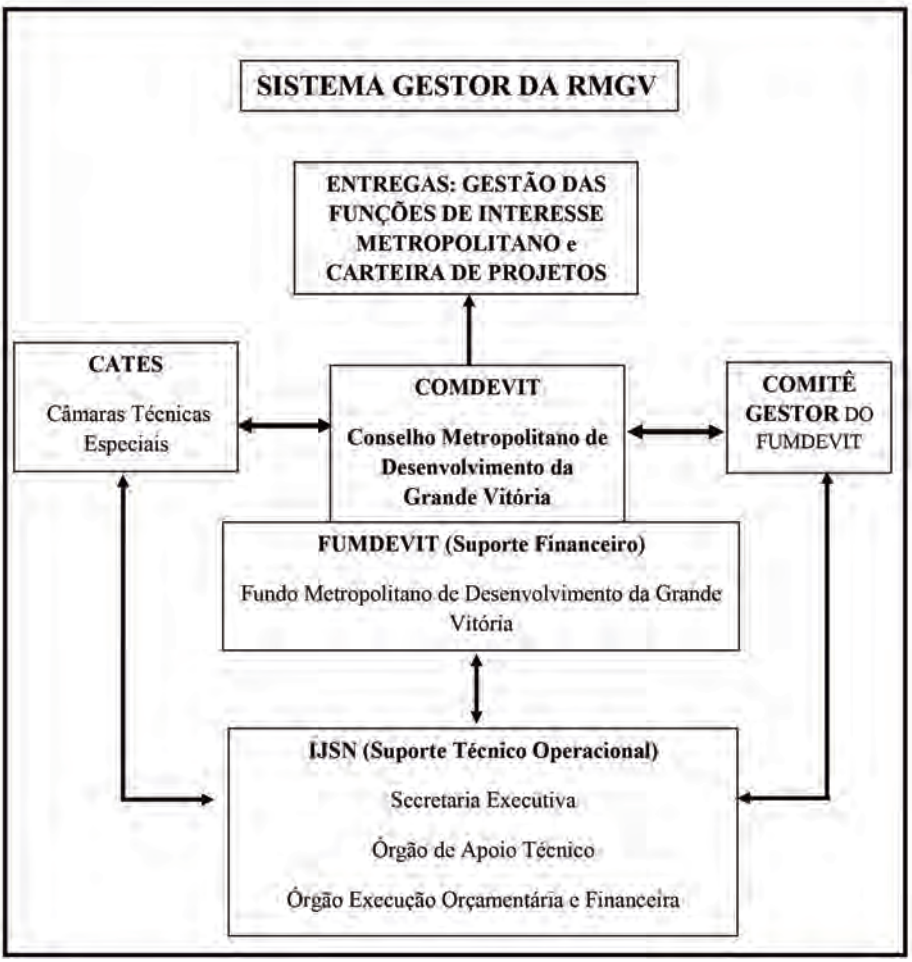
E, em 17 de janeiro de 2005, a Assembleia Legislativa aprova a Lei Complementar nº 318 que reestrutura a RMGV, composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, cria o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - COMDEVIT e autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - FUMDEVIT.

Em função da reforma administrativa ocorrida no âmbito do Poder Executivo Estadual, onde o órgão de apoio técnico (Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves - IPES) [2] e secretaria executiva do COMDEVIT passou a vincular-se à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP, sendo necessário proceder a algumas alterações na legislação vigente, o que originou a Lei Complementar nº 325, aprovada em 16 de junho de 2005, que dá nova redação a dispositivos da LC – nº 318 de 17/01/2005, além de revogar a LC – nº 204 de 22/06/2001. Em 15 de Julho de 2005, foi publicado o Decreto nº 1511-R de 14/07/2005, com o objetivo de viabilizar a operacionalização do Sistema Gestor da RMGV (Quadro

[2] Atual Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

10.1), e adequar o Instituto Jones dos Santos Neves, para o exercício de suas funções de Secretaria Executiva do COMDEVIT e de execução orçamentária e financeira do FUMDEVIT.

Quadro 10.1 – Estrutura do sistema gestor da RMGV



Fonte: IJSN, 2013.

10.3.1.1 Instâncias de Gestão Metropolitana

As formas de gestão metropolitana necessitam de um processo muito mais amplo de estruturação político institucional, com participação efetiva de outros agentes para a concretização e continuidade de ações preconizadas, o que depende invariavelmente, de conscientização coletiva e responsabilidade social.

A gestão metropolitana está sob o amparo da Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2005, que reestruturou a Região Metropolitana da Grande Vitória, que compreende os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Criou o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - COMDEVIT e o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - FUMDEVIT, atribui ao Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN o encargo de Secretaria Executiva do COMDEVIT e a Lei Complementar 325, de16 de junho de 2005, que dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar 318 de 17/01/05 e outras providências. Torna o IJSN o órgão de execução orçamentária-financeira do FUMDEVIT.

Mesmo com este arcabouço institucional a gestão da RMGV apresenta algumas insuficiências que tornam lenta a operacionalidade do Sistema Gestor, o que evidencia a necessidade de uma nova articulação na Região.

O sistema gestor da Região Metropolitana da Grande Vitória é composto pelos órgãos a seguir especificados, e sua estrutura pode ser visualizada no Quadro 10.1.

- **Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória – COMDEVIT**

O COMDEVIT é um Conselho Deliberativo, responsável pelo processo de planejamento, pela gestão, organização e execução, das Funções Públicas de Interesse Comum à Região Metropolitana da Grande Vitória.

Foi criado pela Lei Complementar nº 318 de 17 de janeiro de 2005 e regulamentado pelo Decreto nº 1511-R de 14 de julho de 2005.

O decreto nº 2797-R de 30 de junho de 2011, altera o inciso I do Art. 2º do Regulamento do COMDEVIT e do FUMDEVIT, anexo I do Decreto nº 1511-R de 14/07/11, com as alterações introduzidas pelo Art. 3º do Decreto nº 2664-R, de 21/01/11.

O COMDEVIT é composto por 07 (sete) representantes do Estado, 01 (um) representante de cada Município que integra a RMGV e 03 (três) representantes da sociedade civil. (Art.2º)

Sua finalidade/missão é "[...]... apoiar o desenvolvimento, a integração e a compatibilização das ações, estudos e projetos de interesse comum da RMGV[...]" (Art.1º).

É formado por 17 conselheiros (Art. 2º do decreto 1511/05), sendo:

I - 07 (sete) representantes do Estado e respectivos suplentes, que serão designados pelo Governador do Estado, representando as seguintes instituições:

a) Secretaria de Estado de Economia e Planejamento – SEP;
b) Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SESP;
c) Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas - SETOP;
d) Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB;
e) Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos – SEASTDH;
f) Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEAMA;
g) Secretaria de Estado Extraordinária de Projetos Especiais e Articulação Metropolitana – SEPAM (Presidente do COMDEVIT);

II - 01 (um) representante e respectivo suplente de cada um dos sete Municípios que integram a RMGV, cujo titular será preferencialmente o Prefeito e, excepcionalmente, o representante por ele indicado (sendo um desses representantes o Vice-Presidente do Conselho, por eleição).

III - 03 (três) representantes e respectivos suplentes da sociedade civil, indicados pela Federação das Associações de Moradores e dos Movimentos Populares do Estado do Espírito Santo - FAMOPES, eleitos em Assembleia de seu Conselho Federativo Estadual, na forma de seus estatutos.

Obs.: O mandato é de cada membro e de 24 meses, permitida uma recondução.

De acordo com o Art. 4º, o COMDEVIT tem por atribuições e competências legais:

I - aprovar proposta de instituição e promoção dos instrumentos de planejamento do interesse metropolitano, entre eles o Plano de Desenvolvimento, os Planos Diretores e o Sistema de Informações Metropolitanas;

II - propor a especificação dos serviços públicos de interesse comum do Estado e dos Municípios na RMGV, compreendidos nos campos funcionais referidos no § 1º do artigo 4º desta Lei Complementar, bem como, quando for o caso, as correspondentes etapas ou fases e seus respectivos responsáveis;

III - aprovar objetivos, metas e prioridades de interesse metropo-

litano, compatibilizando-os com os objetivos do Estado e dos Municípios que o integram;

IV - aprovar os termos de referência e o subsequente plano elaborado para a RMGV;

V - aprovar o plano de aplicação do Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - FUMDEVIT;

VI - apreciar planos, programas e projetos, públicos ou privados, relativos à realização de obras, empreendimentos e atividades que tenham impacto regional;

VII - sugerir à União, ao Estado e aos Municípios situados na RMGV a adoção de providências necessárias à normatização das deliberações relativas às funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano;

VIII - aprovar e encaminhar, em tempo hábil, propostas relativas aos planos plurianuais, às leis de diretrizes orçamentárias e às leis orçamentárias anuais;

IX - propor ao Estado e aos Municípios integrantes da RMGV alterações tributárias com finalidades extra fiscais necessárias ao desenvolvimento regional;

X - comunicar aos órgãos ou entidades federais que atuem na RMGV as deliberações acerca de planos relacionados com os serviços por eles realizados;

XI – elaborar e aprovar o seu regimento;

XII – deliberar sobre proposta de cronograma de repasse de recursos do Estado e dos Municípios destinados ao FUMDEVIT;

XIII - deliberar sobre quaisquer matérias de impacto metropolitano relacionadas com a RMGV.

- **Câmaras Temáticas Especiais – CATES:**

As CATES, criadas pelo COMDEVIT (por deliberação de 2/3 de seus membros – Parágrafo 2º do Art. 4º do Anexo I, integrante do Decreto 1511-R de 14/07/05), são de caráter consultivo, de acordo com temas prioritários de interesse comum da RMGV, relacionados com os campos funcionais previstos no § 1º do artigo 4º da Lei Complementar nº 318, tendo por objetivo apresentar e debater propostas e projetos relacionados com matérias específicas da competência para a qual foram criadas, sempre como instâncias prévias às deliberações do COMDEVIT.

As CATES são compostas de, no mínimo, 03 (três) representantes

efetivos e 03 (três) suplentes de cada órgão, entidade ou segmento organizado, sendo:

I - representantes dos órgãos públicos componente do Conselho;

II - representantes do Poder Legislativo Estadual e das Câmaras Municipais dos Municípios que compõem a RMGV;

III - representantes da sociedade civil organizada;

IV - Outros técnicos de comprovado conhecimento nos respectivos campos temáticos.

Integrarão, também, as CATES técnicos de comprovado conhecimento nos respectivos campos temáticos, com direito à voz, porém sem direito ao voto.

As Câmaras Temáticas Especiais serão instituídas pelo Presidente do COMDEVIT, por proposição aprovada em plenário, com objetivo específico e prazo determinado.

As conclusões das Câmaras Temáticas terão caráter consultivo e serão encaminhadas ao COMDEVIT, a quem caberá a decisão final.

- **Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória – FUMDEVIT**

O Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória – FUMDEVIT, criado pelo Art. 11 da Lei Complementar Nº 318, de 17/01/2005, alterado pelo Art. 1º da Lei Complementar nº 325 de 16 de junho de 2005, é vinculado à SEP, tendo como finalidade dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas de interesse comum entre o Estado e os Municípios que integram a RMGV

- **Comitê Gestor do FUMDEVIT**

A aplicação dos recursos do FUMDEVIT será gerida por um comitê gestor, composto por 05 (cinco) membros eleitos pelo COMDEVIT, dentre seus membros, a saber:

I - 02 (dois) do Estado;

II - 02 (dois) dos Municípios integrantes da RMGV; e

III - 01 (um) da sociedade civil.

A supervisão dos recursos do FUMDEVIT será exercida pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública.

Compete ao Comitê Gestor do FUMDEVIT:

I - supervisionar a execução do Plano de Aplicação dos recursos do FUMDEVIT aprovado pelo COMDEVIT e previsto no Orçamento Geral do Estado;

II - subsidiar o COMDEVIT e o IPES na elaboração da Proposta Orçamentária anual do FUMDEVIT;

III - acompanhar e manter o controle dos contratos, convênios e instrumentos congêneres celebrados, envolvendo recursos do FUMDEVIT aprovados pelo COMDEVIT, zelando, também, pela observância das disposições do Decreto Nº 1.242-R, de 21/11/2003, regulamentado pela Portaria AGE/SEFAZ Nº 01-R, de 23/01/2004.

- **Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN (Suporte Técnico-Operacional do COMEVIT):**

O apoio técnico ao COMDEVIT será exercido pelo Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves" – IPES (atual IJSN), cabendo-lhe o desempenho das seguintes atribuições:

I - assistir e assessorar tecnicamente os Municípios integrantes da RMGV;

II - estabelecer intercâmbio de informações com organizações públicas ou privadas, nacionais e internacionais, em sua área de atuação;

III - promover e propor serviços técnicos relativos à consolidação de sistema de informações, unificação de bases cadastrais e cartográficas e à manutenção de sistema de dados socioeconômicos, territoriais, ambientais e institucionais da RMGV;

IV - proceder ao diagnóstico da realidade local e de âmbito metropolitano, com vistas a subsidiar o planejamento metropolitano;

V - propor políticas gerais sobre a execução de serviços comuns de interesse metropolitano.

A Secretaria Executiva do COMDEVIT será exercida pelo IPES, atual IJSN, por intermédio da Coordenação de Apoio à Gestão Metropolitana - CAGEM, criada e incluída na estrutura organizacional básica do IPES, em nível de execução programática, conforme o artigo 2º da Lei Complementar nº 325 de 16 de junho de 2005, competindo-lhe:

a) prestar assessoria administrativa ao COMDEVIT;
b) aplicar os recursos orçamentários destinados à Secretaria Executiva do Conselho;
c) exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo COMDEVIT.

O Secretário Executivo do COMDEVIT será o Diretor Presidente do IJSN, que, nos seus impedimentos e ausências, será substituído pelo Diretor Técnico do referido Instituto. § 2º - Além dos servidores

pertencentes ao seu Quadro de Pessoal, o IJSN poderá contar, para o desenvolvimento das atividades da Secretaria Executiva do COMDEVIT, com servidores remanejados ou cedidos por outros órgãos das administrações públicas federal, estadual e municipais.

10.3.1.2 Funções Públicas de Interesse Comum - FPIC

As funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana da Grande Vitória, conforme lei complementar Nº 318/2005, dizem respeito às atividades que atendam a mais de um município, assim como aquelas que, mesmo restritas ao território de um deles, sejam de algum modo, dependentes ou concorrentes de funções públicas e serviços supra municipais, ou seja:

I - planejamento do uso e da ocupação do solo;

II - transporte e sistema viário regional;

III - desenvolvimento urbano e política habitacional;

IV - saneamento ambiental;

V - preservação e proteção do meio ambiente e dos recursos hídricos e controle de qualidade ambiental;

VI - desenvolvimento econômico, emprego e renda;

VII - atendimento social;

VIII - serviços de atenção à saúde e à educação;

IX - turismo, cultura, esporte e lazer;

X - segurança pública;

XI - alterações tributárias; e

XII - campanhas institucionais de interesse comum.

Além das atividades acima especificadas, de acordo com a legislação, O COMDEVIT poderá incluir outras atividades de interesse comum relacionadas aos campos funcionais não especificados na lei.

10.3.1.3 Orçamento e Financiamento

A Carteira de Projetos aprovados pelo COMDEVIT tem seus valores orçados, para que o FUMDEVIT possa dar o suporte financeiro às ações de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da Região Metropolitana da Grande Vitória, com base no Plano de Aplicação de Recursos do FUMDEVIT, em consonância com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Apresentamos abaixo a Carteira de Projetos por biênios:

BIÊNIO 2006-2007

Quadro 10.2 – Carteira de projetos – Biênio 2006 – 2007

Item	Projetos aprovados	Recursos do FUMDEVIT		Valor do total do projeto
		Estado (100%)	Petrobras Distribuidora	
1	Atualização, Ampliação e Reorganização da Base Georreferenciada de Informações da RMGV/Geobases.	1.390.000,00	200.000,00	1.590.000,00
Total		1.390.000,00	200.000,00	1.590.000,00

Fonte: Revista COMDEVIT, 2008, p. 50. Elaboração: IJSN, 2013.

BIÊNIO 2007-2008

Quadro 10.3 – Carteira de projetos – Biênio 2007– 2008

Item	Projetos aprovados	Recursos do FUMDEVIT		Recursos do orçamento do IJSN	Valor do total do projeto
		Estado (60%)	Municípios RMGV (40%)		
1	Estudo Integrado de Uso e Ocupação do Solo e Circulação Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória	240.000,00	160.000,00		400.000,00
2	Estudos para Desassoreamento e Regularização dos Leitos e Margens dos Rios Jucu, Formate e Marinho na Região Metropolitana da Grande Vitória	360.000,00	240.000,00		600.000,00
3	Plano Diretor Metropolitano de Resíduos Sólidos	222.000,00	148.000,00		370.000,00
4	Plano Integrado de Uso Público das Áreas Naturais Protegidas da Grande Vitória	104.400,00	69.600,00		174.000,00
5	Elaboração de Instrumentos Jurídicos para repasse das Habitações e para Regularização Fundiária			8.000,00	8.000,00
6	Sistema de Indicadores Sociais da RMGV - SIAS Metropolitano			508.000,00	508.000,00
Total		926.400,00	617.600,00	516.000,00	2.060.000,00

Fonte: Revista COMDEVIT, 2008, p. 50. Elaboração: IJSN, 2013.

Quadro 10.4 – Carteira de projetos – Biênio 2008 – 2009

Item	Projetos aprovados	Recursos do FUMDEVIT		Valor do total do projeto
		Estado (60%)	Municípios RMGV (40%)	
1	Plano de Segurança para a RMGV	630.000,00	420.000,00	1.050.000,00
2	Estudos e Projetos para implantação do Centro de Economia Solidária da RMGV	36.000,00	24.000,00	60.000,00
3	Elaboração de Projetos Executivos e Técnicos de Esgotamento Sanitário para os Bairros da RMGV	600.000,00	400.000,00	1.000.000,00
4	Elaboração de Projetos Executivos de Macrodrenagem para as Bacias Maria Preta, Itanguá e América no Município de Cariacica e para o Trecho do Rio Formate na Região de Areinha em Viana	119.040,00	79.360,00	198.400,00
5	Estudo de Macrodrenagem em Guarapari	72.000,00	48.000,00	120.000,00
Total		1.457.040,00	971.360,00	2.428.400,00

Fonte: Revista COMDEVIT, 2008, p. 51. Elaboração: IJSN, 2013.

BIÊNIO 2009-2010

Quadro 10.5 – Carteira de projetos – Biênio 2009 – 2010

Item	Projetos aprovados	Recursos do FUMDEVIT		Valor do total do projeto
		Estado (60%)	Municípios RMGV (40%)	
1	Elaboração de Planejamento Estratégico das Ações Integradas de Educação da RMGV	189.000,00	126.000,00	315.000,00
2	Estudo de Soluções para Resíduos Sólidos de Saneamento gerados nas ETAS na RMGV	96.000,00	64.000,00	160.000,00
3	Programa Metropolitano de Educação Ambiental Continuada com foco na conservação dos Recursos Hídricos e na Promoção do Turismo Sustentável na RMGV	174.000,00	116.000,00	290.000,00
4	Plano de Marketing para o Desenvolvimento do Turismo na RMGV	168.000,00	112.000,00	280.000,00
5	Plano de Sinalização Interpretativa de Pontos Turísticos de Valor Histórico, Cultural ou Natural	84.000,00	56.000,00	140.000,00
Total		711.000,00	474.000,00	118.500.000,00

Fonte: Revista COMDEVIT, 2008, p. 51. Elaboração: IJSN, 2013.

BIÊNIO 2011 - 2012

Quadro 10.6 – Carteira de projetos – Biênio 2011 – 2012

Item	Projetos aprovados	Valor do total do projeto
1	Projeto Metro - GV	24.659.300,00
2	Plano Diretor Metropolitano de Drenagem da RMGV	3.000.000,00
3	Articulação metropolitana e elaboração de modelagem institucional para implantação e operacionalização do BRT da RMGV	Sem custos ou definição de estudos técnicos futuros
4	Projeto Geométrico do Sistema Viário Estruturador	2.000.000,00
5	Implementação das intervenções recomendadas pelos Estudos para Desassoreamento e Regularização dos Leitos e Margens dos Rios Formate e Marinho	109.000,00
6	Articulação Institucional Metropolitana para implementação do Plano Diretor de Saneamento da RMGV	Sem custos ou definição de estudos técnicos futuros

Fonte: Resolução nº 15 do COMDEVIT, 2011. Elaboração: IJSN, 2013.

No processo de concretização do modelo de gestão metropolitana, a motivação dos atores envolvidos, foi de fundamental importância, na busca de solução de problemas nos diversos setores públicos. Com o desafio de transformar ideias em projetos de interesse comum, a partir das oficinas técnicas que elaboraram diagnósticos temáticos e identificaram projetos prioritários de interesse metropolitano, assim foi possível, num curto espaço de tempo consolidar uma carteira prioritária de projetos.

Em relação a Carteira de Projetos apresentados nos biênios acima citados, os projetos abaixo relacionados, foram executados pelo COMDEVIT com financiamento do FUMDEVIT no período de 2005 a 2010.

1. Atualização da Base Cartográfica da RMGV;
2. Estudos integrados de Uso e Ocupação do Solo e Circulação Urbana da RMGV;
3. Estudos para Desassoreamento e Regularização dos Leitos e Margens dos Rios Jucu, Formate e Marinho na RMGV;
4. Plano Diretor Metropolitano de Resíduos Sólidos da RMGV – PDRS;
5. Plano integrado de Uso Público das Áreas Naturais Protegidas da Grande Vitória – PIUSP-GV;

6. Elaboração de Instrumentos Jurídicos para Regularização Fundiária na RMGV;
7. Elaboração e Implementação de Sistemas de Indicadores Sociais da RMGV – SIAS METROPOLITANO.

10.4. Metropolização e Governança

Na análise dos padrões de governança, além das características da gestão municipal, a ideia de gestão metropolitana nos remete a necessidade de produção de um marco político-institucional para a Governança das metrópoles.

A dinâmica da tomada de decisões dos governos locais, institui novos padrões de governança urbana. O conceito de governança é polêmico e amplamente discutido na literatura acerca da gestão democrática (SANTOS, 1997). Entende-se por governança "novos padrões de interação entre o Governo e a sociedade, baseada em arranjos institucionais que coordenam e regulam a relação entre o Governo e os atores sociais em um sistema político democrático" (SANTOS JÚNIOR, 2001, p.13).

A concentração em grande quantidade de pessoas, serviços e rendas num determinado espaço, ou seja, a metropolização é resultado do acelerado processo de urbanização desenvolvido em todos os continentes, demandando amplos e complexos estudos na construção do sistema metropolitano de gestão. Conforme constatamos no apontamento de Fernandes Junior

> O processo de metropolização tem lógica própria a medida que desrespeita tradicionais limites administrativos constitucionalmente assegurados e reconhecidos dos Municípios para formar a grande área urbana , faz com que esses mesmos Municípios sejam atropelados por um processo que tem lógica própria e que os une de maneira indissociável, criando problemas comuns que só podem ser resolvidos de maneira coletiva, de tal sorte que os problemas metropolitanos não podem ser solucionados somente pela atuação isolada de cada Município, tampouco pelo somatório dessas ações locais, devendo-se pensar a questão de maneira integrada, colegiada e orgânica (FERNANDES JUNIOR, 2004, p.71).

A metropolização enquanto fenômeno social, político e econômico é um dado concreto na RMGV, o aspecto organizacional ou institu-

cional da região metropolitana necessita de ajustes, que fortaleçam a articulação e a integração de políticas públicas metropolitanas, subsidiadas por estudos científicos e por debates que envolvam os diferentes atores da sociedade civil, fundamentais para os problemas vividos pelos cidadãos.

De certo modo, tem havido uma preocupação com os problemas comuns das cidades que a integram, mas a gestão e os recursos necessários (orçamentos), são incapazes de complementar os esforços dos municípios que dela fazem parte.

Como parte de um processo de consolidação jurídico institucional, balizado na co-responsabilidade dos governos e da sociedade, e preservando a autonomia municipal, com a intenção de se viabilizar uma governança metropolitana, foi criado na Região Metropolitana da Grande Vitória um sistema gestor, composto pelo Conselho Metropolitano (COMDEVIT) e Fundo Metropolitano (FUMDEVIT).

Ao COMDEVIT cabe o papel importante de fazer convergir os esforços necessários para um planejamento cada vez mais integrado do desenvolvimento da Região Metropolitana com qualidade de vida e inclusão social.

10.4.1. Governança Metropolitana na RMGV

A RMGV caracteriza-se como um espaço complexo, resultado da forma histórica de estruturação das relações de poder e do aprofundamento das desigualdades socioespaciais, consequência dos efeitos restritivos da reestruturação econômica sobre a qualidade e a quantidade de postos de trabalho e das condições monetárias de reprodução da população, particularmente da residente na periferia, a partir da década de 1980, período da industrialização estadual (MATTOS, 2011).

Essas constatações são cruciais para a análise da dinâmica e das possibilidades de governança democrática na RMGV, principalmente com a descoberta de petróleo na camada de pré-sal no Espírito Santo, que tem sido apontada como um novo ciclo de desenvolvimento estadual, mas que se for tratada apenas em uma perspectiva econômica, poderá reproduzir os efeitos indesejados do processo de industrialização. Estas questões tornam-se mais relevantes quando se agrega o conceito de governança: "centrada sobre a noção de poder social que permeia as relações entre o governo e a sociedade, como espaço do exercício responsável e solidário, mas também conflitivo, na criação de soluções alternativas para o tratamento dos problemas vinculados

à pobreza e as desigualdades, sustentada por atores participativos" (IVO, 2002, p. 13).

Assim, o desafio é analisar a governança da RMGV, considerando as tensões inerentes à esta, principalmente no que se refere ao paradoxo na forma como se distribui efetivamente os direitos e deveres sociais, no plano da responsabilidade social e pública entre Estado e cidadãos; às complexas mudanças da sociedade; e à forma específica como se efetiva a transição e estes ajustes no plano da política (IVO, 2002).

Na RMGV, essas tensões são evidentes e podem ser constatadas a partir das entrevistas realizadas com os atores sociais no âmbito do Projeto Governança Metropolitana no Brasil[3]. De modo geral, os entrevistados desconhecem a existência de políticas públicas voltadas para a governança metropolitana e dos arranjos institucionais de gestão ou questionam a sua estruturação e composição, tendo como principais os argumentos que se seguem.

1) Desarticulação entre os gestores municipais e estaduais com as comunidades, o que os distância dos reais problemas e, consequentemente, de ações que possam vir a minimizá-los e/ou solucioná-los.

2) Desconhecimento das especificidades locais por parte dos gestores, como resultado da falta de informação do processo de construção da RMGV.

3) Pouco ou nenhum engajamento e participação da comunidade civil no processo de governança metropolitana.

Portanto, apesar do arranjo institucional da RMGV, do ponto de vista de seu desenho institucional, ser considerado adequado à governança metropolitana, às políticas públicas adotadas na RMGV, em confronto com a realidade local, nas áreas de saúde, educação, transporte urbano e, principalmente, segurança pública e saneamento, demonstram que apenas um *bom* desenho institucional não garante a qualidade e efetividade destas.

Nesse contexto, algumas questões precisam ser levantadas e discutidas para se buscar alternativas viáveis que concretizem o processo de governança metropolitana. O cenário contemporâneo destaca a im-

[3] Projeto Governança Metropolitana no Brasil, realizado no âmbito do Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisas (PROREDES) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2011-2012. Trata-se de um esforço de articulação institucional relevante para o Brasil contemporâneo, que se reflete numa pesquisa que deverá, de forma balanceada, permitir a construção de quadros comparativos sobre aspectos importantes da gestão e da governança metropolitana, ao tempo em que contempla a caracterização das especificidades presentes na gestão desses espaços.

portância da construção de um modelo de governança metropolitana que minimize as tensões e seus efeitos sobre os significados das políticas públicas, de forma a viabilizar o sistema de representações políticas e sociais na construção do processo de cooperação e governança democrática.

10.5. Considerações Finais

Em síntese, avalia-se que a RMGV passa ainda por diversos processos que tendem intensificar expressivamente sua realidade institucional e urbana, estando submetida a diferentes relações de ordem política, econômica e social.

Ao assemelhar-se em complexidade aos grandes aglomerados urbanos nacionais, a RMGV certamente estará sujeita a progressivas manifestações de degradação territorial e ambiental, com consequente queda da qualidade de suas funções urbanas e serviços disponíveis.

Desta forma, evidencia-se a necessidade de priorizar o desenvolvimento sustentado da região através da adoção de procedimentos que promovam políticas coordenadas de planejamento, gestão e controle do uso do solo metropolitano, bem como ações integradas que atenuem disparidades sociais acentuadas por futuros ciclos de crescimento.

O futuro da gestão metropolitana, portanto, estará condicionada a intervenções de ordem político-institucional que promovam, dentre outros importantes aspectos, a prevenção de impactos decorrentes de fortes incrementos populacionais e de ações dos setores público e privado; a capacitação da região frente à rede urbana nacional, e a articulação política de cada município na gestão e execução das funções urbanas de interesse comum à Região Metropolitana da Grande Vitória.

Entende-se que a Gestão da Região Metropolitana da Grande Vitória insere-se neste contexto nacional, ressaltando o papel dos entes federativos, cujas competências devem ser implementadas, de forma integrada e planejada, possibilitando a sua continuidade.

No nosso entendimento, algumas sugestões que poderão contribuir para a evolução do processo de gestão da RMGV: reforçar as atividades do órgão de apoio técnico da RMGV no tocante ao planejamento regional, dando ênfase ao planejamento metropolitano; elaborar o plano de desenvolvimento metropolitano; elaborar o plano diretor metropolitano; elaborar as diretrizes regionais; monitorar dados estatísticos; rediscutir a legislação sobre a organização regional do Estado.

Nesse sentido há que se apararem as diferenças, principalmente política, e assim intensificar o processo de discussão integrado da RMGV.

Esses fatos sinalizam que a construção da governança metropolitana passa pelo conhecimento das demandas locais, resultantes de sua configuração espacial, econômica, política e social.

Referências

ABE, André Tomoyuki. Grande Vitória, E.S.: crescimento e metropolização.1999. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. 1999.

ABRÚCIO, Fernando Luiz; SOARES, Márcia Miranda. Redes Federativas no Brasil: Cooperação Intermunicipal no Grande ABC. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 236p. 2001.

AGHÓN, Gabriel. Financiamento Municipal na América Latina: considerações gerais e principais desafios in Revista de Administração Municipal, Vol. 43, nº218, IBAM, Rio de Janeiro, Jan/Mar. 1996.

ALVA, Eduardo Neira. Implantação de sistemas de administração metropolitana. In: BRASIL, Minter, SERFHAU. 1997.

ALVES, Alaor Caffé. Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões: Novas Dimensões Constitucionais da Organização do Estado Brasileiro. Revista da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo. São Paulo. Setembro. 1998. Disponível em www.pge.sp.gov.br.

AZEVEDO, Sergio de & MARES GUIA, Virginia Rennó. Reforma do Estado e Federalismo: os desafios da governança metropolitana. SEMINÁRIO INTERNACIONAL O FUTURO DAS METRÓPOLES: IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO. Promoção IPPUR/UFRJ & FASE, Teresópolis, RJ – 18 a 21 de maio. 1999.

BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Orgs.). Desigualdade e a questão social. 2. ed. São Paulo: EDUC, p. 51-161. 2004.

CAPOBIANCO, Antonio M. Relações Intergovernamentais na Metrópole: Adequação Institucional para a Ação. Texto apresentado no IEA em 31 de maio. 2004. Disponível em www.iea.usp.br/artigos.

CARNEIRO, José M. Brasiliense. Consórcios, Kreise e relações intergovernamentais. In: Consórcio: uma forma de cooperação intermunicipal. S. Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima/CEPAM. 2001.

CASTELLS, Manuel. La Cuestion Urbana. Ed. Siglo XXI. Madri, Espanha. 1979.

CORTES, Soraya M. Vargas. Como fazer análise qualitativa de dados. In:

BÊRNI, Duílio de Ávila. Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva. 2002.

ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar no 58, de 21 de fevereiro de 1995. Institui a Região Metropolitana da Grande Vitória e da outras providências. Espírito Santo: Assembleia Legislativa Estadual. 1995.

FERNANDES JUNIOR, Edésio. Gestão metropolitana, Caderno Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 7, no 12, p. 65-69, jan/jun. 2004.

FERRARI, E. A. Um balanço de Resultados. REVISTA DO COMDEVIT, Vitória, ano I, edição 01, dezembro/2008. pp. 44-51. 2008.

GUIMARÃES, Nathália Arruda. Regiões metropolitanas: aspectos jurídicos. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 273, 6 abr. 2004. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/5050>. Acesso em: 13 dez. 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico do Estado de Espírito Santo 1970. 1970.

IVO, Anete. Governabilidade e governança na América Latina: teses e paradoxos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLACO SOBRE LA REFOEMA DEL ESTADO Y DE LA ADINISTRACIÓN PÚBLICA, 7. Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

MATTOS, Rossana. Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: Edufes. 2001.

MENDONÇA, Eneida Maria. A Grande Vitória está sendo planejada? Uma análise do processo de planejamento da Grande Vitória. Vitória, UFES/CAR/DAU-CNPq. 1991.

SANTOS, M. H. C. Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo–legislativo no Brasil pós constituinte. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 40, n.3, p. 335-376, set./dez. 1997.

SANTOS JUNIOR, O. A. Democracia, desigualdades e governança local: dilemas da reforma municipal no Brasil. [S.l.: s.n.]. Texto apresentado no XXV ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, Caxambu. 2001.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória 1950-1980. Vitória: Edufes. 2001.

VENERANO, Adauto Beato. Gestão metropolitana no Brasil. Estudo de caso: Região Metropolitana da Grande Vitória. Dissertação (Mestrado), UCAM/RJ. 2007.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. "A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho". *In*: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita, BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Org.). Desigualdade e a questão social. 2 ed. São Paulo: EDUC, p. 51-161. 2004.

Capítulo 11

Condições urbanas de vida na RMGV e índice de bem-estar urbano

Sandra Mara Pereira
Larissa Magalhães

Resumo: Este capítulo apresenta o Índice de Bem-Estar Urbano - IBEU, um índice sintético que mensura e compara múltiplas dimensões da vida urbana. A partir de uma conceituação inicial, que nos remete à concepção de bem-estar e de espaço social, aborda-se o IBEU da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV em comparação a outras regiões metropolitanas analisadas pelo Observatório das Metrópoles, assim como, a análise intrametropolitana do IBEU na RMGV. Buscou-se associar também estes resultados com a tipologia socioespacial desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles. Vimos como o espaço social se inscreve no espaço físico, exprimindo hierarquias e distâncias sociais. A centralidade de Vitória em relação aos demais municípios da RMGV, assim como as hierarquias vividas internamente em cada município ganharam visibilidade significativa.

Palavras-chaves: Índice de Bem-Estar Urbano, espaço social, hierarquias, Grande Vitória, Observatório das Metrópoles.

Abstract: This chapter presents the Index of Well-Being Urban (IBEU), a synthetic index that measures and compares multiple dimensions of urban life. From an initial concept, which brings us to the concept of welfare and social space, it approaches the IBEU the Metropolitan Region of Vitória - RMGV- compared to other metropolitan regions by the Metropolis Observatory, as well as the intra-metropolitan analysis IBEU in RMGV. An attempt was also associate these results with the sociospatial typology developed by Metropolis Observatory. We have seen how the social space is inscribed in the physical space, expressing social hierarchies and distances. The centrality of Victoria in relation to other municipalities of RMGV as well as hierarchies experienced internally in each municipality gained significant visibility.

Keywords: Index Wellness Urban, social space, hierarchies, Grande Vitória, Metropolis Observatory.

11.1. Índice de Bem-Estar Urbano - IBEU

Com o objetivo de avaliar as condições urbanas das regiões metropolitanas brasileiras, o Observatório das Metrópoles construiu o Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU, que mensura e compara múltiplas dimensões da vida urbana que impactam sobre a qualidade de vida de seus habitantes. Trata-se de um índice sintético que amplia as possibilidades de análise acerca da realidade social ao viabilizar a interpretação das especificidades dos fenômenos de estrutura e organização social no âmbito urbano e metropolitano, de seus equipamentos sócio-comunitários e serviços disponíveis.

A noção de bem-estar ou qualidade de vida é carregada de aspectos subjetivos, mas quase sempre nos remete para a ideia de satisfação de necessidades individuais, no plano privado, dependendo basicamente da ação dos indivíduos que por meio do consumo procuram aumentar sua satisfação pessoal, mas em se tratando de cidade, as necessidades se dão também no coletivo, portanto, a apreensão é dada na relação indivíduo/sociedade. Assim, a concepção que sustenta o IBEU tem como referência as dimensões coletiva e urbana que contribuem para a construção do bem-estar dos indivíduos.

> O IBEU procura avaliar a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros promovido pelo mercado, via o consumo mercantil, e pelos serviços sociais prestados pelo Estado. Tal dimensão está relacionada com as condições coletivas de vida promovidas pelo ambiente construído da cidade, nas escalas da habitação e da sua vizinhança próxima, e pelos equipamentos e serviços urbanos [...] (RIBEIRO, RIBEIRO, 2013, p.3).

Apesar de o bem-estar ser experimentado individualmente, a dimensão coletiva é determinante para sua constituição. Um dos fundamentos do IBEU é a compreensão do bem-estar como aquilo que "a cidade deve propiciar às pessoas em termos de condições materiais de vida, a serem providas e utilizadas de forma coletiva [...]" (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 6).

Segundo o Observatório das Metrópoles, a característica principal dos indicadores que são utilizados para análise do bem-estar urbano, é que são recursos que não dependem apenas da ação isolada das pessoas para que sejam adquiridos, são recursos que são adquiridos de forma coletiva e que contribuem para melhoria das condições de

vida na cidade. Mesmo se considerarmos os recursos ou serviços que são oferecidos pelo mercado e que, portanto, dependem diretamente do ato de consumo, podemos situá-los em um contexto social, onde as relações sociais e de poder implicam maior ou menor poder de aquisição ou acesso dos mesmos.

> [...] o que queremos ressaltar é que na concepção de bem-estar urbano que estamos considerando, o que importa são as condições de reprodução social que se constituem e se realizam coletivamente, mesmo em práticas ou experiências individuais (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p.7).

Nesse sentido, outro pressuposto presente na construção do IBEU é que a avaliação do bem estar urbano deve ser relacional, isto porque existe uma distribuição desigual dos recursos urbanos na cidade, decorrente dos processos sociais e espaciais que implicam possessão e des-possessão dos indivíduos ou grupos sociais no território.

A noção de espaço social presente na construção sociológica de Pierre Bourdieu é útil para a compreensão do IBEU, pois o espaço social também se inscreve no espaço físico, e este último tende a exprimir as hierarquias e as distâncias sociais estabelecidas em sociedade.

Para Bourdieu o espaço social é multidimensional e construído a partir de princípios de diferenciação. A imagem construída é a de um campo de forças; com uma intensa estratificação do poder; diferenças e disputas constantes. Nas palavras de Bourdieu, o espaço social refere-se ao "conjunto de posições distintas e coexistentes, definidas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e *entre* (BOURDIEU apud RIBEIRO; RIBEIRO; 2011, p. 21)".

Entende-se que os indivíduos e grupos ocupam posições sociais relacionadas umas às outras, assim como se encontram distribuídos e localizados em regiões do espaço físico. "Os agentes sociais e as coisas apropriadas pelos agentes se encontram situados num lugar do espaço social que se caracteriza por sua posição em relação a outros lugares e pela distância física que o separa deles (LIMA: s/d, p. 11-12)".

Deste modo, a análise do espaço urbano deve ter como pano de fundo essa noção de espaço social, no sentido de que não se está falando de dimensões que se constituem ao acaso, pelo contrário, tais dimensões refletem e expressam as hierarquias, as desigualdades e/

ou homologias de posição presentes no espaço social. Dentro do espaço urbano há desigualdades de condições de bem-estar, decorrentes, entre outros aspectos, da luta que os grupos sociais realizam pela apropriação do espaço. Por outro lado, as condições urbanas ampliam ou restringem o poder de barganha dos indivíduos nessa luta social que se expressa territorialmente na cidade.

A construção do IBEU visa contribuir para a compreensão do espaço urbano a partir da noção de bem-estar dos indivíduos, entendendo que estes posicionam-se de modo diferenciado dentro da estrutura social. A mensuração e comparação de múltiplas dimensões do espaço urbano que impactam sobre a vida dos indivíduos, situadas em termos geográficos, permite um mapeamento tanto do espaço urbano, a partir de um determinado foco, quanto do espaço social, uma vez que o espaço físico tende a exprimir também as hierarquias e as distâncias sociais.

Por conseguinte o IBEU possibilita ao gestor, técnico e/ou pesquisador, bem como à sociedade, mensurar, comparar e avaliar as múltiplas dimensões da vida urbana, viabilizando a análise dos equipamentos sócio-comunitários e serviços disponíveis no âmbito das cidades.

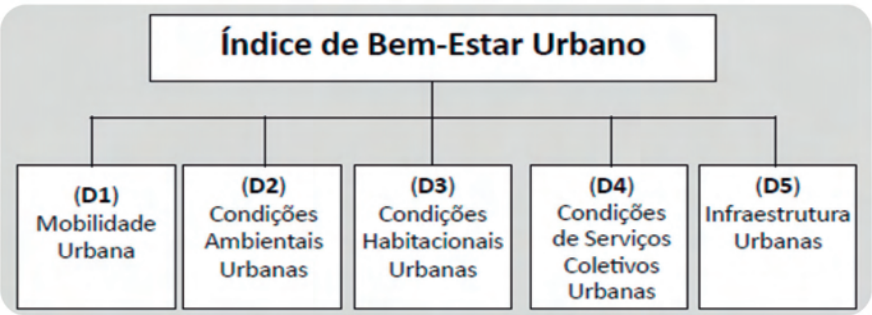
11.2. Sobre o Índice de Bem Estar Urbano - IBEU

Os aspectos do bem-estar urbano mensurados pelo IBEU são agrupados em dimensões. A primeira versão do IBEU foi elaborada com base na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD (de 2001 a 2009), e possuía três dimensões: mobilidade urbana, condições habitacionais e atendimento de serviços coletivos.

A metodologia do IBEU foi reformulada, tomando como base os dados do Censo IBGE 2010, possibilitando a construção do índice com base em cinco dimensões, além das três presentes na primeira formulação. As dimensões que compõem o IBEU são: (1) mobilidade urbana, (2) condições ambientais urbanas, (3) condições habitacionais urbanas, (4) condições de serviços coletivos urbanos e (5) infraestrutura urbana.[1]

[1] Sobre as informações, os procedimentos metodológicos e a composição das cinco dimensões tomadas como base para construção do índice, ver Ribeiro; Ribeiro (2013).

Figura 11.1 – Dimensões do IBEU



Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013).

A mudança metodológica na formulação do IBEU deve-se ao fato de no censo demográfico existirem mais variáveis que se relacionam diretamente com o bem-estar urbano que aquelas disponíveis na PNAD; além de a utilização do censo demográfico oferecer a possibilidade de ampliação do número de regiões metropolitanas analisadas, uma vez que há restrição na PNAD de apenas nove regiões metropolitanas mais o Distrito Federal. Ademais o censo possibilita construir o IBEU para o espaço intra-urbano.

O IBEU varia de 0 (zero) a 1 (um) e quanto mais próximo de 1, melhor é considerado o bem-estar urbano. O Observatório das Metrópoles padronizou em seus estudos 5 intervalos (1,000-0,901; 0,900-0,801; 0,800-0,701; 0,700-0,501 e 0,500-0,001) que compõem uma escala de comparação. Para facilitar nossa interpretação do IBEU na RMGV, atribuímos um conceito (excelente, muito bom, bom, regular ou ruim) para cada um dos cinco intervalos de valor considerados na escala de comparação do IBEU, conforme pode ser observado na Tabela 11.1.

Tabela 11.1 – Faixas de IBEU e conceitos

Níveis do IBEU	Conceito
1,000 - 0,901	Excelente
0,900 - 0,801	Muito bom
0,800 - 0,701	Bom
0,700 - 0,501	Regular
0,500 - 0,001	Ruim

Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013).

Tomando como base o espaço social territorialmente construído, o IBEU pode ser concebido de duas formas: *IBEU Global* e *IBEU Local*.

O *IBEU Global* é calculado entre quinze[2] regiões metropolitanas do país que integram a rede do INCT Observatório das Metrópoles, permitindo comparar as condições de vida urbana na escala: entre as metrópoles e os municípios componentes, no conjunto da região metropolitana.

O *IBEU Local* propicia a comparação intraurbana no âmbito de cada metrópole, ou seja, a relação direta entre as áreas de ponderação[3], permitindo a avaliação interna das condições urbanas de vida, de forma específica, independente das demais regiões metropolitanas. Como este cálculo pode ser feito reiterando a espacialidade relacional da aglomeração urbana, o nível de detalhamento é maior. Vale destacar que o resultado do IBEU será sempre relacional, uma vez que para definir o indicador no intervalo entre zero e um, seu cálculo[4] utiliza valores relativos à frequência observada em cada conjunto. Ou seja, a definição do IBEU pressupõe um cálculo relativo aos valores máximos e mínimos observados em escalas diferentes de análise, a saber: entre as 15 regiões metropolitanas ou entre os 289 municípios pertencentes às principais regiões metropolitanas ou entre as 2.363 áreas de ponderação de todas as principais regiões metropolitanas, no caso do *IBEU Global*, ou ainda, entre as áreas de ponderação internas de cada região metropolitana, independente de outras regiões metropolitanas, no caso do *IBEU Local* (análise intrametropolitana).

---

[2] Em estudo sobre a rede urbana brasileira, o Observatório identificou 15 aglomerados com função metropolitana, baseando-se em sua capacidade de polarização econômica e populacional no território. Portanto, além das metrópoles identificadas pelo estudo de Regiões de Influência das Cidades – REGIC-, foram identificados mais três espaços. Os aglomerados urbanos considerados na elaboração do *IBEU Global* são: Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Grande Vitória, Manaus, Porto Alegre, Recife, RIDE-DF, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo (Ribeiro; Ribeiro, p. 15-16, 2013).

[3] A área de ponderação é constituída por um conjunto de setores censitários, apresentando "relativa homogeneidade demográfica e social; sempre que possível continuidade espacial; e, contiguidade municipal [...]. Por este motivo, a utilização da área de ponderação como correspondente à ideia de bairro se aproxima da concepção sociológica que o bairro representa como espaço social" (RIBEIRO; RIBEIRO, p.7, 2013).

[4] Para maior detalhamento acerca dos cálculos realizados para a definição do IBEU, ver RIBEIRO; RIBEIRO: 2013.

11.2.1. Dimensões do IBEU

Como apontado anteriormente, a formulação do IBEU 2010 envolve cinco dimensões e cada uma delas está relacionada a indicadores específicos, disponíveis a partir do Censo Demográfico. Os indicadores selecionados não esgotam cada uma das dimensões, mas refletem em grande medida a dimensão à qual se refere.

- A **dimensão mobilidade urbana** (D1) tem como indicador a proporção de pessoas ocupadas que gastavam até 1 hora de deslocamento casa-trabalho, sendo este o tempo considerado adequado.
- A **dimensão condições ambientais urbanas** (D2) envolve três indicadores: arborização do entorno dos domicílios, esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acumulado no entorno dos domicílios.
- A **dimensão condições habitacionais urbanas** (D3) foi construída a partir de cinco indicadores relacionados às condições e características do domicílio, são eles: a proporção de pessoas que viviam em aglomerados subnormais; a densidade domiciliar (razão entre o número de pessoas no domicílio e número de dormitórios; considerou-se como densidade domiciliar adequada quando havia até 2 pessoas por dormitório); a densidade morador/banheiros (considerou-se como adequado o domicílio que possui até 4 pessoas por banheiro); o material das paredes dos domicílios (considerou-se como adequado o domicílio cujas paredes externas são do tipo de alvenaria com revestimento ou madeira apropriada para construção) e espécie de domicílio (considerou-se como adequado os domicílios do tipo casa, casa de vila ou condomínio ou apartamento e como inadequado habitação em casa de cômodo, cortiço, tenda ou barraca, dentro de estabelecimento, vagão, trailer, gruta, etc.).
- A **dimensão atendimento de serviços coletivos urbanos** (D4) considera quatro indicadores que expressam os serviços públicos essenciais para garantia de bem-estar urbano, são eles: o atendimento adequado de água, o atendimento adequado de esgoto, atendimento adequado de energia e a coleta adequada de lixo.
- A **dimensão infraestrutura urbana** (D5) compreende sete in-

dicadores relacionados com a acessibilidade, saúde e outros aspectos do bem-estar urbano: Iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros.

Observa-se que todos os indicadores considerados nas cinco dimensões contidas no IBEU contribuem para melhoria das condições de vida na cidade. Vale destacar que, pelo fato de utilizar exclusivamente dados censitários, o IBEU não capta todas as dimensões do bem-estar, em especial as imateriais, o que não implica negar sua existência e impacto na conformação do nível de bem-estar proporcionado pela metrópole.

Conforme salienta Ribeiro e Ribeiro (2013):

> Por utilizarmos exclusivamente dados censitários, esta concepção deixa de lado a dimensão imaterial do bem-estar urbano, tais como as associadas às vivências de desconforto, tensão, insegurança, medo e mesmo de felicidade, realização, entre outras, que também têm importância decisiva na conformação do nível de bem-estar proporcionado pela metrópole[5] (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p.9).

Embora o IBEU não sintetize todos os aspectos possíveis do urbano que impactam na qualidade de vida de sua população, ele reflete, por meio de sua composição, o nível de bem-estar desta população, fornecendo um parâmetro significativo para o entendimento das condições de bem-estar nas metrópoles brasileiras.

11.3. IBEU Global e a RMGV

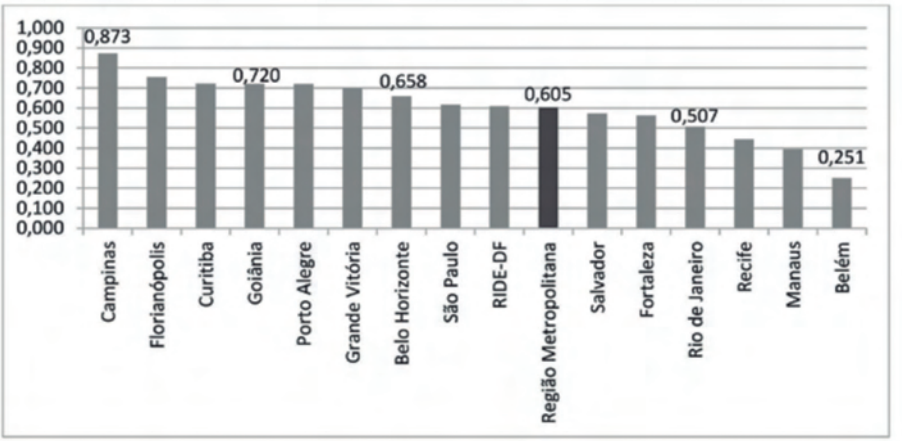
Uma primeira análise possível é a comparação entre as 15 regiões metropolitanas, consideradas no cálculo do *IBEU Global*. Considerando o conjunto das regiões metropolitanas, o valor da média obtido é 0,605. Esta média está dentro da faixa considerada regular (entre 0,700 e 0,501). O IBEU da RMGV (0,699) posicionou-se na mesma fai-

[5] A dimensão imaterial de bem-estar urbano e a influenciada pelos processos de segregação residencial e segmentação territorial presentes nas metrópoles são evidenciadas em pesquisas anteriores do Observatório das Metrópoles. Ver: Ribeiro, L.C.Q. e Katzman, R. (2008); Ribeiro, L.C.Q. et al. (2010); RIBEIRO, L. C. Q.; SOUZA, F. C.; RODRIGUES, J. M. (2010).

xa, porém acima da média do conjunto, conforme pode ser observado na Figura 11.2.

Observa-se que do conjunto das regiões metropolitanas nenhuma alcançou o nível excelente de IBEU (entre 1,000 e 0,901). Apenas Campinas (0,873) registrou o nível muito bom de bem-estar urbano (entre 0,900 e 0,801). Florianópolis (0,754), Curitiba (0,721), Goiânia (0,720), Porto Alegre (0,719) registraram um nível considerado bom (entre 0,800 e 0,701). Grande Vitória (0,699), Belo Horizonte (0,658), São Paulo (0,615), RIDE-DF (0,610), Salvador (0,573), Fortaleza (0,564) e Rio de Janeiro (0,507) apresentaram índices com um nível regular de bem-estar urbano (entre 0,700 e 0,501). Recife (0,443), Manaus (0,395) e Belém (0,251) apresentaram valores que correspondem a um bem-estar urbano de nível ruim (entre 0,500 e 0,001).

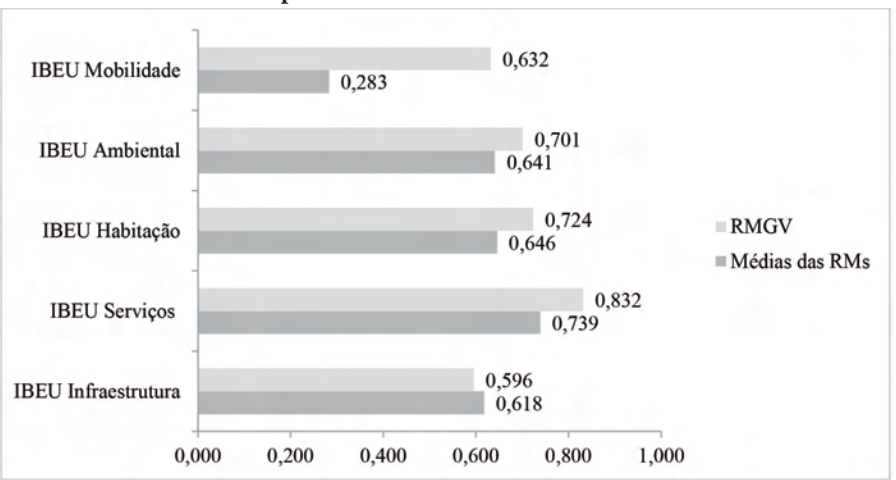
Figura 11.2 - IBEU, segundo Regiões Metropolitanas, 2010



Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013).

O Gráfico 11.1 apresenta o IBEU por dimensões, para a RMGV e o conjunto das regiões metropolitanas do Brasil. Os índices referentes ao conjunto das regiões metropolitanas foram: IBEU Infraestrutura (0,618), IBEU Serviços (0,739), IBEU Habitação (0,646), IBEU Ambiental (0,641) e IBEU Mobilidade (0,383). Na RMGV os índices foram: IBEU Mobilidade (0,632), IBEU Condições Habitacionais (0,724) e IBEU Condições Ambientais Urbanas (0,701), IBEU Serviços (0,832), todos acima da média das regiões metropolitanas e o IBEU Infraestrutura Urbana (0,596) abaixo da média comparativa entre as regiões metropolitanas.

Gráfico 11.1 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), por dimensões, regiões metropolitanas do Brasil e RMGV – 2010



Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Adicionalmente, apresenta-se a seguir uma descrição dos indicadores que compõem as dimensões Condições Ambientais Urbanas e Condições de Serviços Coletivos.[6]

Como afirmado anteriormente, na dimensão Condições Ambientais Urbanas, a RMGV (0,701) obteve um índice acima da média das regiões metropolitanas (0,641). Importante destacar que a dimensão de condições ambientais é composta por três indicadores – arborização, esgoto a céu aberto e lixo acumulado – sendo que para cada um também é calculado um valor. Assim, no comparativo entre as regiões metropolitanas, a RMGV está na 9° posição para arborização (0,460), em 4° para esgoto a céu aberto (0,903) e, também em 4° para o indicador de lixo acumulado (0,768).

No conjunto das regiões metropolitanas, as Condições de Serviços Coletivos para a RMGV (0,832) é superior à média. Os indicadores que compõem esta dimensão são: atendimento adequado de água,

[6] Ribeiro; Ribeiro (2013) disponibilizam apenas a descrição dos indicadores que compõem as dimensões Condições Ambientais Urbanas e Condições de Serviços Coletivos. Infelizmente os autores não fizeram o mesmo exercício analítico em relação às dimensões Infraestrutura, condições Habitacionais e Mobilidade.

atendimento de esgoto, coleta adequada de lixo e atendimento adequado de energia. Para os serviços de água, a RMGV (0,983) está na segunda posição, para esgotamento sanitário (0,903) está na quarta posição, já para o serviços relacionados à coleta do lixo (0,559), por está na nona posição, e em décimo lugar no comparativo das RMs, está o serviço de energia elétrica (0,810).

Ainda, no que tange a escala de valores das dimensões do IBEU, a Tabela 11.2 expressa a colocação da RMGV, diante das demais regiões metropolitanas do país.

Tabela 11.2 – A colocação da RMGV em comparação com as demais regiões metropolitanas

Dimensões IBEU	Colocação da RMGV
Mobilidade Urbana (D1)	8°
Condições Ambientais Urbanas (D2)	6°
Condições Habitacionais Urbanas (D3)	5°
Condições de Serviços Coletivos Urbanos (D4)	5°
Infraestrutura Urbana (D5)	9°

Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Observa-se na comparação do *IBEU Global* a presença de disparidades cuja compreensão demandaria uma análise mais detalhada, envolvendo as políticas, a estrutura e a dinâmica urbana de cada região.[7] No entanto, privilegiaremos aqui a análise do IBEU Local, ou seja, a escala de análise intrametropolitana da RMGV. O resultado definido para Região Metropolitana da Grande Vitória decorre da relação desta com as demais regiões. Assim, de um modo geral, a RMGV faz parte do conjunto das metrópoles que estão acima da média (0,605), localizadas na regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Portanto, considerando que no interior das regiões metropolita-

[7] Conforme salienta Ribeiro; Ribeiro (2013, p.13), para compreender as disparidades é também necessário "(...) avançar nas análises das políticas públicas, nas análises da estrutura urbana de cada região metropolitana ou mesmo na análise de sua morfologia social, mas essas análises vão além do objetivo deste trabalho". "Ainda que o bem-estar urbano seja mensurado a partir da relação entre as cinco dimensões urbanas, a análise com base nestes indicadores não contempla completamente as indagações sobre as disparidades que conformam uma região metropolitana (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p.33).

nas existe uma diversidade entre as condições urbanas, é pertinente a análise na escala intrametropolitana de modo a refletir sobre as disparidades que a agregação de territórios pode esconder.

11.4. IBEU Local

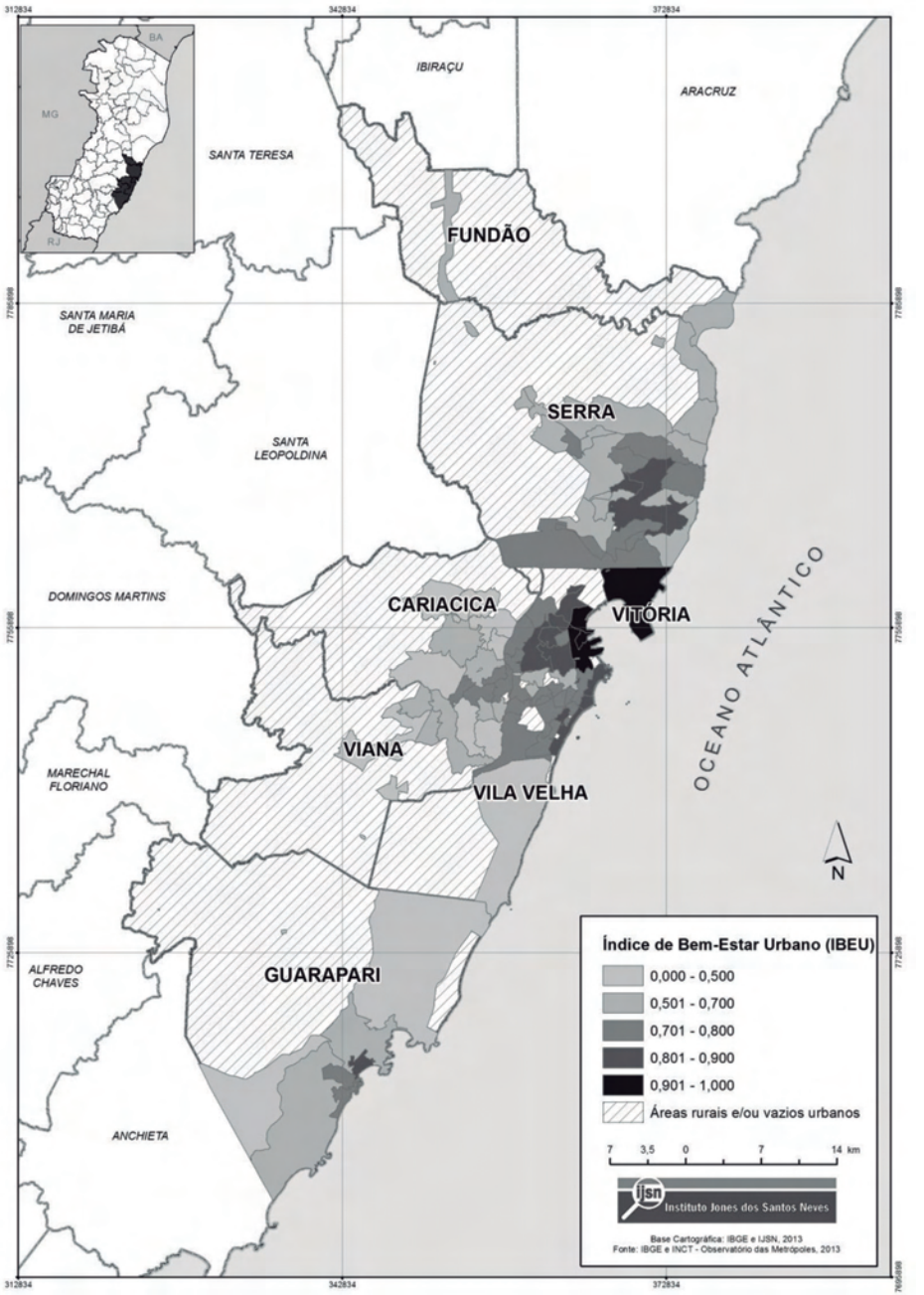
A análise do IBEU para a RMGV e suas respectivas áreas de ponderação pode ser ilustrada pela Figura 11.3 que traz o mapa do *IBEU Local* para o ano de 2010.

Destaca-se no mapa do IBEU da RMGV (Figura 11.3) a existência de grandes áreas denominadas como espaços rurais e/ou vazios urbanos, cuja classificação do IBEU não se aplica por tratar-se de um indicador referente apenas ao espaço urbano e para onde há informação disponível no Censo IBGE. Os espaços rurais de cada município são definidos em suas respectivas leis de perímetro urbano. Os vazios urbanos são parcelas não ocupadas dentro da área urbana municipal, como por exemplo, áreas de preservação ambiental ou áreas de uso restrito, não ocupadas, como o Aeroporto Eurico Salles na capital.

Vitória e Vila Velha são os municípios com o quantitativo menor de áreas rurais e/ou vazios urbanos, mas todos os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV possuem espaços com esta classificação.

Na comparação intrametropolitana, observa-se que apenas o município de Vitória apresenta áreas de ponderação com valores excelentes de IBEU (entre 1 e 0,901). No outro extremo, apenas os municípios de Cariacica, de Viana, de Vila Velha e de Guarapari apresentam áreas de ponderação com IBEU ruim (entre 0,500 e 0,001), embora áreas de Vila Velha e Guarapari mostrem também valores na faixa 0,900 e 0,801. Analisaremos adiante a configuração do IBEU de cada município da RMGV.

Figura 11.3 – Índice de Bem-Estar Urbano Local da RMGV - 2010



Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013).

Vitória

A Tabela 11.3 complementa as informações contidas no mapa da Figura 11.3 apresentando a distribuição do quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no ano de 2010 no município de Vitória. Segundo a classificação do IBGE, Vitória possui 14 áreas de ponderação. Deste total, 4 áreas foram classificadas com o nível de IBEU excelente (entre 1,00 e 0,901) e aglutinavam em seu território 124.085 pessoas, ou seja, 37,85% da população do município; 6 áreas, com um total de 107.882 pessoas (32,91%) apresentaram IBEU muito bom (entre 0,900 e 0,801) e outras 4 áreas, com população 95.834 pessoas (29,23%), com IBEU bom (entre 0,800 e 0,701). De um modo geral a capital do Estado do Espírito Santo se configura com os melhores níveis de bem-estar urbano quando comparada aos outros municípios da RMGV.

Tabela 11.3 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Vitória, 2010

Município	Quantitativo áreas de ponderação	População		Faixas de classificação do IBEU	Conceito
		Nº Absoluto	% relativo ao Município		
Vitória	4	124.085	37,85%	1,000 - 0,901	Excelente
	6	107.882	32,91%	0,900 - 0,801	Muito bom
	4	95.834	29,23%	0,800 - 0,701	Bom
	-	-	-	0,700 - 0,501	Regular
	-	-	-	0,500 - 0,001	Ruim
Total	14	327.801	100%	-	

Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Serra

O município de Serra é composto por 21 áreas de ponderação: 11 áreas, que abarcam uma população de 216.929 pessoas (53,00%) foram classificadas com nível regular de IBEU (entre 0,700 e 0,501), 8 áreas, com um total de 150.352 pessoas (36,74%), apresentaram um nível bom de IBEU (entre 0,800 e 0,701) e 2 áreas, 41.966 pessoas (10,25%) apresentaram um nível muito bom (entre 0,900 e 0,801). Conforme pode ser visto na Figura 11.3 e na Tabela 11.4 predominam neste município áreas com IBEU regular, onde a maioria da população reside.

Tabela 11.4 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Serra, 2010

Município	Quantitativo áreas de ponderação	População		Faixas de classificação do IBEU	Conceito
		Nº Absoluto	% relativo ao Município		
				1,000 - 0,901	Excelente
	2	41.966	10,25%	0,900 - 0,801	Muito bom
Serra	8	150.372	36,74%	0,800 - 0,701	Bom
	11	216.929	53,00%	0,700 - 0,501	Regular
				0,500 - 0,001	Ruim
Total	21	409.267			

Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Vila Velha

Conforme pode ser observado na Tabela 11.5, no município de Vila Velha identifica-se, na região litorânea nordeste, um nível de bem-estar urbano muito bom (entre 0,900 e 0,801). No entorno dessa região sede deste município visualiza-se um nível de bem estar bom (entre 0,800 e 0,701). Já na região sul do município o nível de bem-estar urbano é ruim (entre 0,500 e 0, 001).

Tabela 11.5 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Vila Velha, 2010

Município	Quantitativo áreas de ponderação	População		Faixas de classificação do IBEU	Conceito
		Nº Absoluto	% relativo ao Município		
				1,000 - 0,901	Excelente
	4	89.904	21,68%	0,900 - 0,801	Muito bom
Vila Velha	11	210.887	50,86%	0,800 - 0,701	Bom
	3	51.049	12,31%	0,700 - 0,501	Regular
	1	62.746	15,13%	0,500 - 0,001	Ruim
Total	19	414.586			

Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Cariacica

No município de Cariacica é possível observar, conforme Tabela 11.6, que 4 áreas de ponderação, cuja a soma da população é 85.173 pessoas (24,42%) foram avaliadas com nível bom de IBEU (entre 0,800 e 0,701) e outras 4 áreas, com população de 94.092 pessoas (26,98%) obtiveram classificação regular (entre 0,700 e 0,501). No entanto, 7 áreas de ponderação com população total de 169.473 pessoas (48,59%) foram classificadas com IBEU ruim (entre 0,500 e 0, 001). Destaque-se que o município de Cariacica foi o que teve na RMGV o maior contingente populacional em áreas avaliadas com IBEU ruim, tanto em números absolutos (169.473 pessoas), quanto em termos proporcionais (48,49% da população do município).

Tabela 11.6 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Cariacica, 2010

Município	Quantitativo áreas de ponderação	População		Faixas de classificação do IBEU	Conceito
		N° Absoluto	% relativo ao Município		
				1,000 - 0,901	Excelente
				0,900 - 0,801	Muito bom
Cariacica	4	85.173	24,42%	0,800 - 0,701	Bom
	4	94.092	26,98%	0,700 - 0,501	Regular
	7	169.473	48,59%	0,500 - 0,001	Ruim
Total	15	348.738			

Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Viana

Em Viana, prevalecem as áreas com IBEU regular (entre 0,700 e 0,501), totalizando 2 áreas de ponderação com uma população de 47.702 pessoas (73,38%). Apenas 1 área de ponderação, com 17.299 pessoas (26,61%) foi avaliada com nível ruim de bem-estar (entre 0,500 e 0, 001), conforme pode ser observado na Tabela 11.7.

Tabela 11.7 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Viana, 2010

Município	Quantitativo áreas de ponderação	População		Faixas de classificação do IBEU	Conceito
		Nº Absoluto	% relativo ao Município		
				1,000 - 0,901	Excelente
				0,900 - 0,801	Muito bom
Viana				0,800 - 0,701	Bom
	2	47.702	73,38%	0,700 - 0,501	Regular
	1	17.299	26,61%	0,500 - 0,001	Ruim
Total	3	65.001			

Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Guarapari

O município de Guarapari possui 6 áreas de ponderação em seu território, como pode ser visto na Tabela 11.8. Destas, apenas 1 área que corresponde à sede deste município, com população 15.689 pessoas (14,91%), foi avaliada com índice muito bom de bem-estar urbano (entre 0,900 e 0,801); 2 áreas, com população de 27.142 pessoas (25,77%) obtiveram classificação de IBEU bom (entre 0,800 e 0,701); 2 áreas que aglutinam 44.554 pessoas (42,31%) da população foram classificadas com IBEU regular (entre 0,700 e 0,501) e 1 área, com 17.901 habitantes (17,00%), foi avaliada com IBEU ruim (entre 0,500 e 0, 001).

Saliente-se que Vila Velha e Guarapari foram os dois municípios da RMGV que apresentaram maior variação interna de IBEU, ou seja, ambos apresentaram áreas com faixas de IBEU muito bom, bom, regular e ruim. Em Guarapari predominou a faixa regular de IBEU (entre 0,700 e 0,501), com 42,31% da população do município nessa faixa, e em Vila Velha destacou-se a faixa bom (entre 0,800 e 0,701), com 50,86% da população do município residindo nessas áreas.

Tabela 11.8 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Guarapari, 2010

Município	Quantitativo áreas de ponderação	População		Faixas de classificação do IBEU	Conceito
		N° Absoluto	% relativo ao Município		
				1,000 - 0,901	Excelente
	1	15.689	14,91%	0,900 - 0,801	Muito bom
Guarapari	2	27.142	25,77%	0,800 - 0,701	Bom
	2	44.554	42,31%	0,700 - 0,501	Regular
	1	17.901	17,00%	0,500 - 0,001	Ruim
Total	6	105.286			

Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Fundão

O município de Fundão, onde se identifica uma única área de ponderação com população total de 17.025 pessoas, foi avaliado com nível de IBEU regular (entre 0,700 e 0,501), conforme Tabela 11.9.

Tabela 11.9 – Quantitativo de áreas de ponderação e população por faixas de IBEU no município de Fundão, 2010

Município	Quantitativo áreas de ponderação	População		Faixas de classificação do IBEU	Conceito
		N° Absoluto	% relativo ao Município		
				1,000 - 0,901	Excelente
				0,900 - 0,801	Muito bom
Fundão				0,800 - 0,701	Bom
	1	17.025	100,00%	0,700 - 0,501	Regular
				0,500 - 0,001	Ruim
Total	1	17.025			

Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

A Tabela 11.10 demonstra a distribuição da população, áreas de ponderação e municípios, por níveis de IBEU na RMGV, complementando as informações anteriores por outro ângulo.

Tabela 11.10 – Distribuição da população, das áreas de ponderação e municípios, por níveis de IBEU na RMGV, 2010

Níveis de IBEU	Municípios		Áreas de Ponderação, por faixas de IBEU		População	
	Identificação	Áreas de ponderação por município	N° Abs.	Percentual em relação à RMGV	N° Abs.	Percentual em relação à RMGV
Excelente (1,00-0,901)	**Vitória**	**4**	**4**	**5,06**	**124.085**	**7,35**
Muito bom (0,900 - 0,801	**Vitória**	6	13	16,46	255.441	**15,14**
	Vila Velha	4				
	Serra	2				
	Guarapari	1				
Bom (0,800 - 0,701	**Vila Velha**	11	29	36,71	569.408	**33,74**
	Serra	8				
	Vitória	4				
	Cariacica	4				
	Guarapari	2				
Regular (0,700 - 0,501	**Serra**	11	23	29,11	471.351	**27,93**
	Cariacica	4				
	Vila Velha	3				
	Viana	2				
	Guarapari	2				
	Fundão	1				
Ruim (0,500 - 0,001)	**Cariacica**	7	10	12,66	267.419	**15,85**
	Vila Velha	1				
	Viana	1				
	Guarapari	1				
			79	**100,00**	**1.687.704**	**100,00**

Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

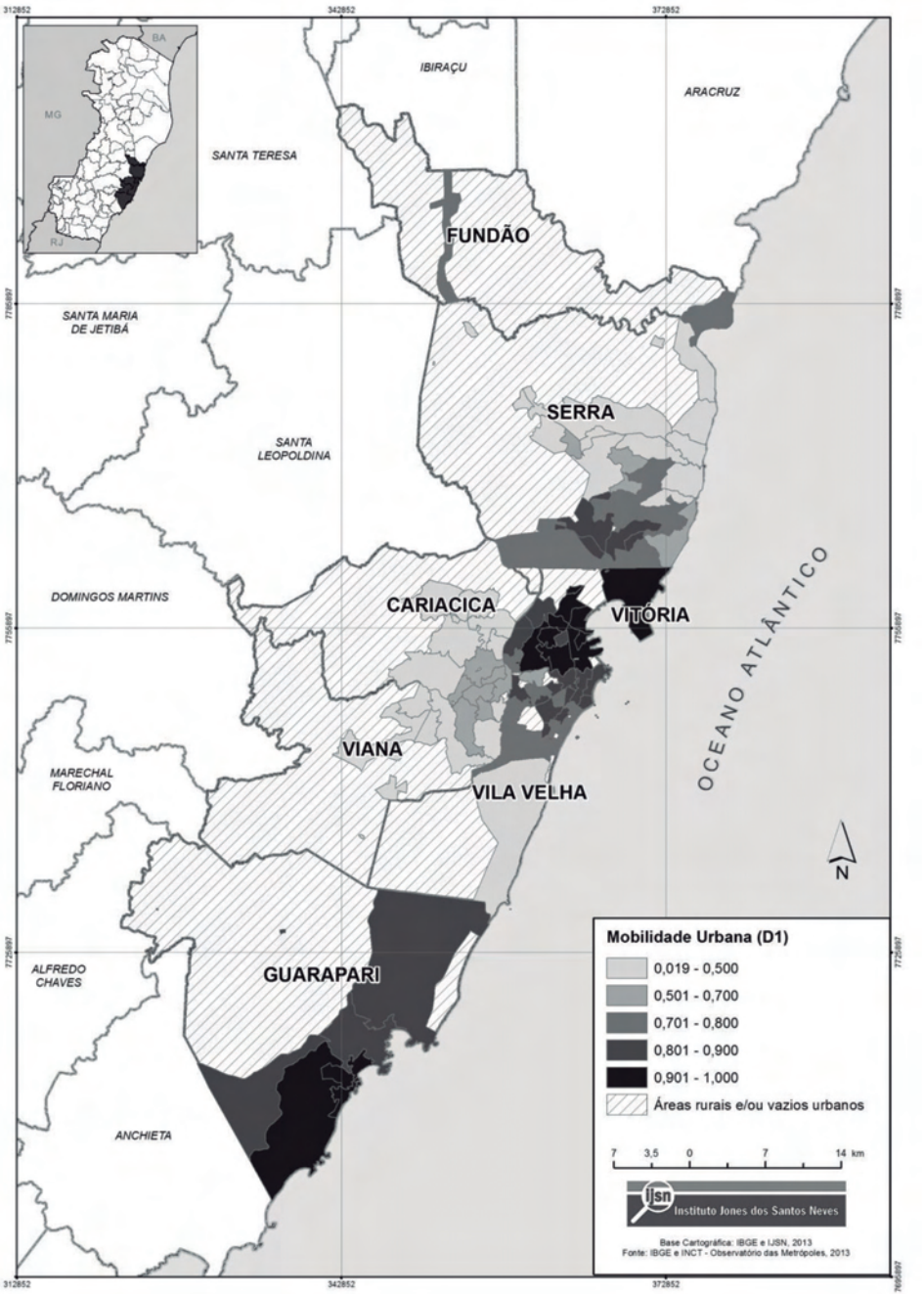
Considerando o conjunto da RMGV, vemos que 33,74% (569.708 pessoas) de sua população vivencia um nível de bem-estar urbano bom (entre 0,800 e 0,701); 27,93% (471.351 pessoas) foi classificada com um nível regular de bem-estar urbano (entre 0,700 e 0,501); 15,85% (267.419 pessoas) foi identificada com um nível ruim (entre 0,500 e 0, 001); 15,14% (255.441 pessoas) foi classificada com um nível muito bom (entre 0,900 e 0,801) e 7,35% (124.185 pessoas) com um nível excelente (entre 1,000 e 0,901).

Destaque-se que a maioria da população urbana (56,23%) da RMGV vivencia um bem-estar urbano considerado excelente, muito bom e bom (entre 1,00 e 0,701). Se somada a parcela com IBEU regular, esse percentual sobe para 84,16%, embora uma parcela de 15,85% ainda vivencie um nível ruim (entre 0,500 e 0,001). Outro ponto reiterado na tabela 11.10 é que apenas o município de Vitória apresenta áreas de ponderação com o nível de bem-estar urbano excelente.

11.5. A RMGV e as dimensões do IBEU

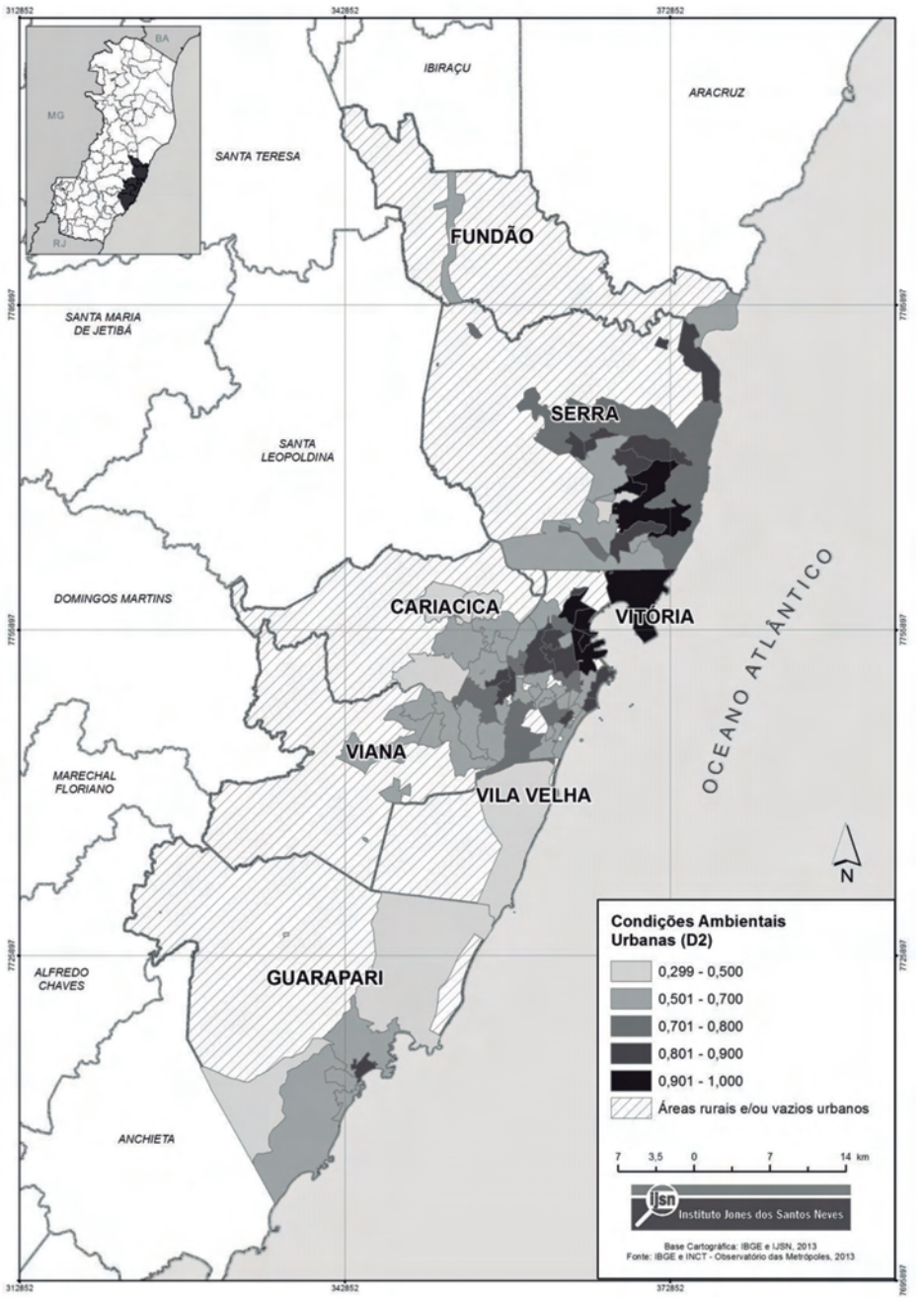
A análise da RMGV a partir de cada uma das dimensões que compõem o IBEU, ilustradas nas Figuras 11.4, 11.5, 11.6, 11.7 e 11.8 com os mapas referentes às dimensões mobilidade urbana (D1), condições ambientais urbanas (D2), condições habitacionais urbanas (D3), atendimento a serviços coletivos urbanos (D4) e infraestrutura urbana (D5), nos indica que em todas as cinco dimensões observadas no IBEU, os níveis mais elevados de bem-estar urbano registrados se concentram no município de Vitória, com ocorrências em outras áreas de níveis elevados em uma ou outra dimensão isoladamente.

Figura 11.4 – Mobilidade Urbana da RMGV (D1 Local) - 2010



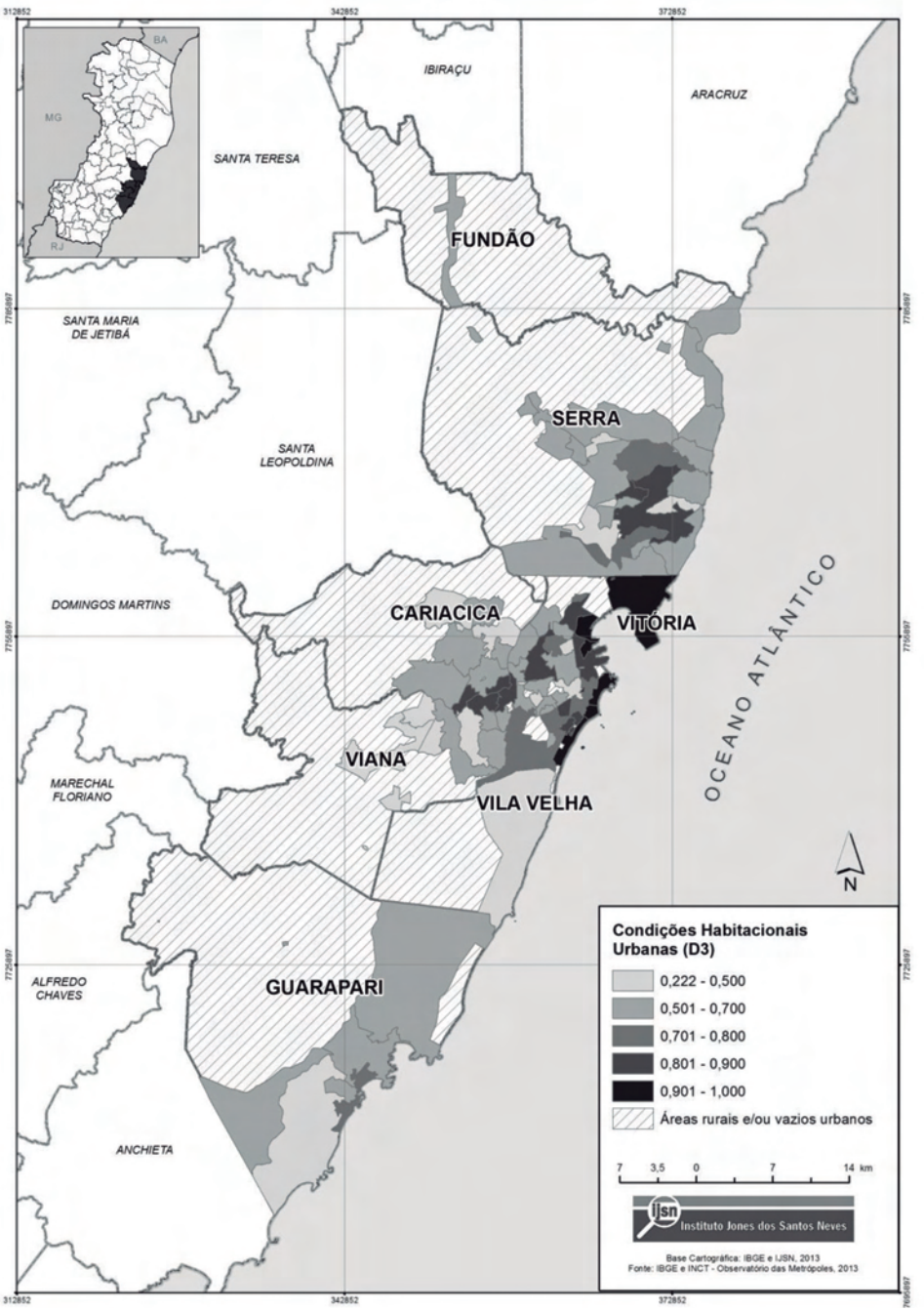
Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 11.5 – Condições Ambientais Urbanas da RMGV (D2 Local) - 2010



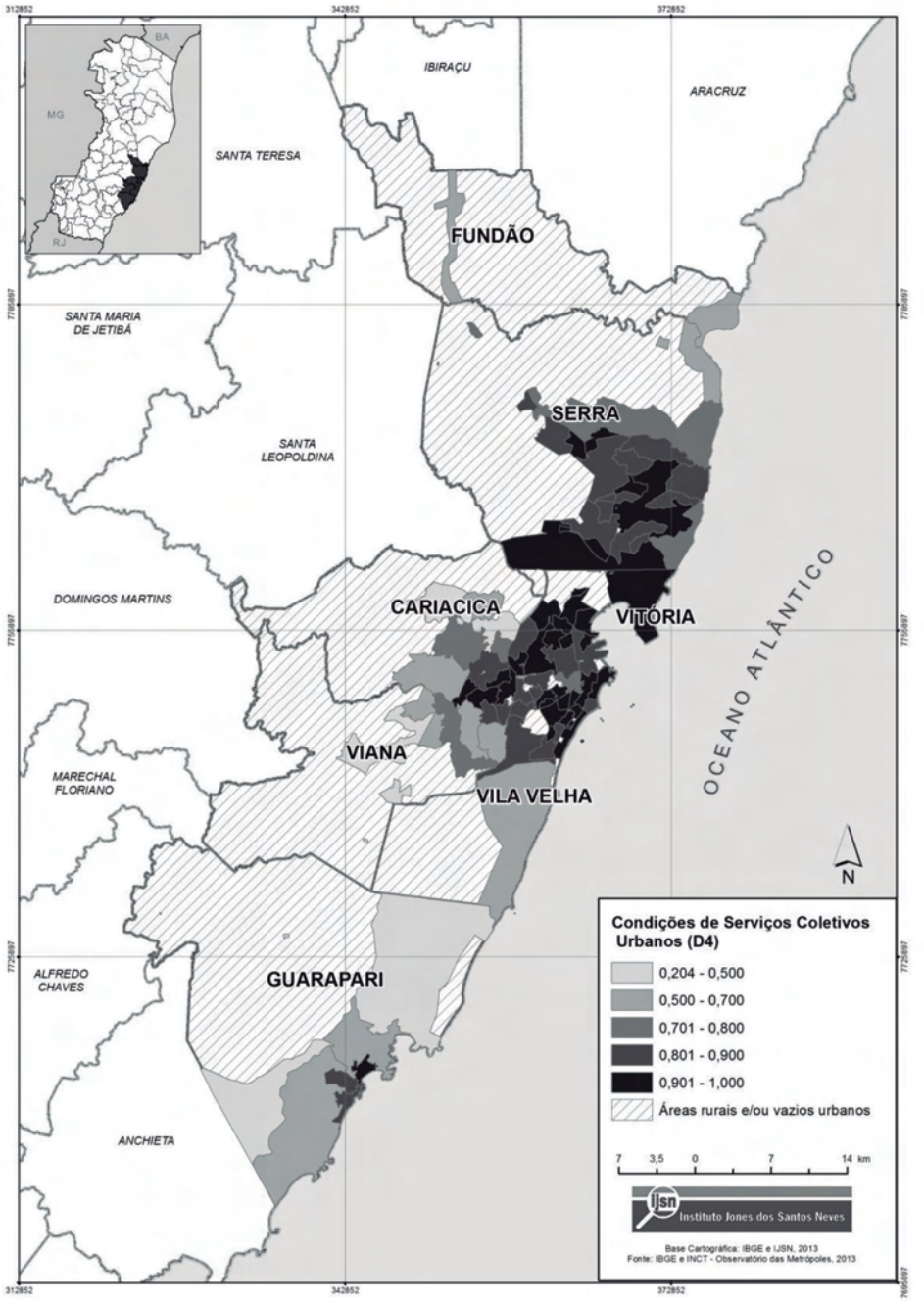
Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 11.6 – Condições Habitacionais Urbanas da RMGV (D3 Local) - 2010



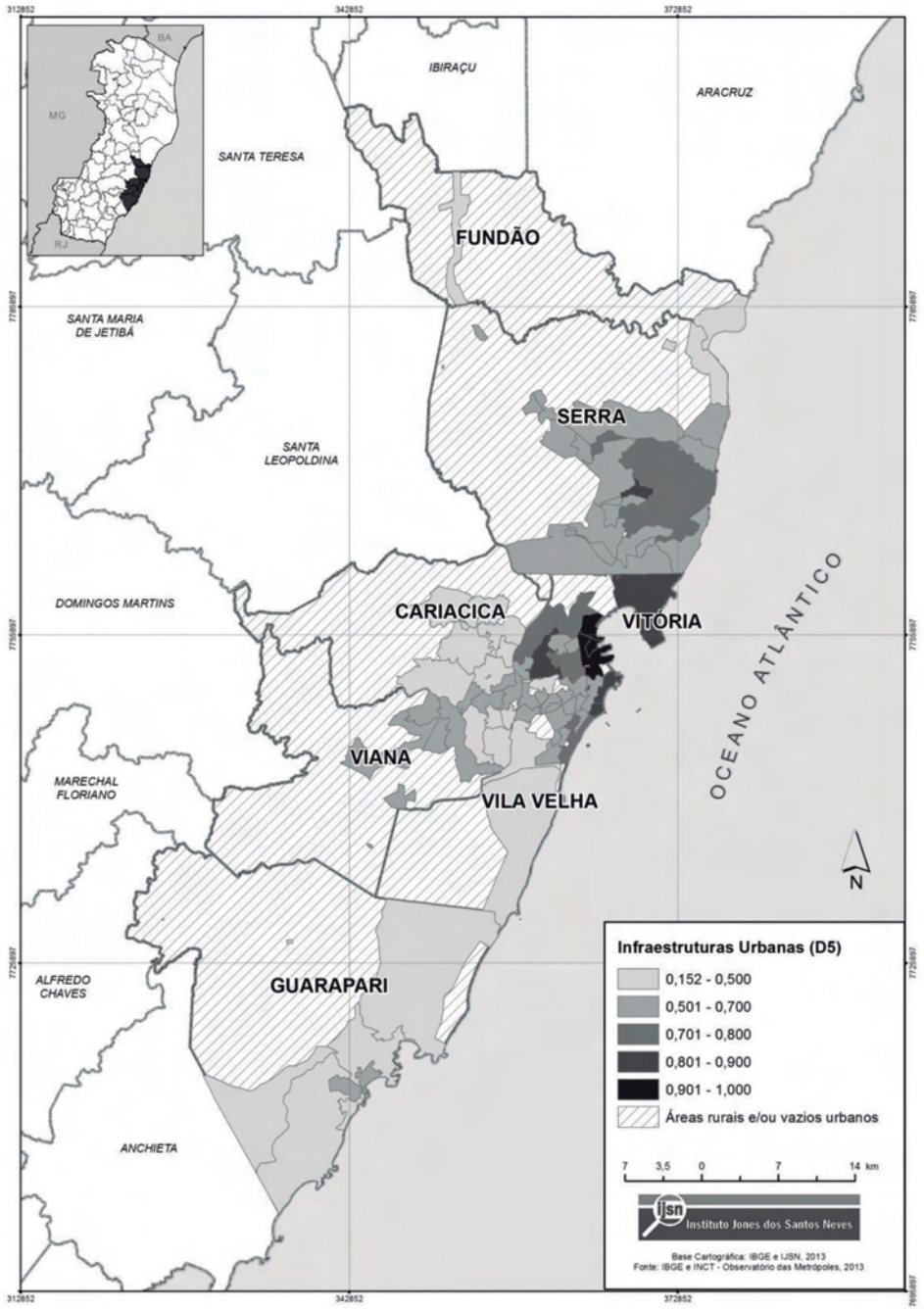
Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 11.7 – Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos da RMGV (D4 Local) - 2010



Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 11.8 – Infraestrutura Urbana da RMGV (D5 Local) - 2010



Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Quando consideramos a dimensão mobilidade urbana, por exemplo, vemos que grande parte das áreas que compõem o município de Vitória foram identificadas com um nível excelente de bem-estar (entre 1,0 e 0,901). As demais áreas urbanas deste município foram identificadas com o nível muito bom (entre 0,900 e 0,801). Áreas próximas a Vitória, porém pertencentes aos municípios de Serra e de Vila Velha, também apresentaram um nível bom de bem estar em relação à mobilidade urbana, o que se deve ao fato de Vitória ser o maior polo de empregos e o maior destino das viagens internas da RMGV, ou seja, à medida que o local de residência vai se distanciando do polo Vitória, o tempo de deslocamento da população também aumenta.

Na dimensão mobilidade urbana, além de Vitória, o município de Guarapari também apresenta áreas de ponderação identificadas com as duas maiores faixas de classificação de bem-estar, a saber, excelente (entre 1,0 e 0,901) e muito bom (entre 0,900 e 0,801). Conforme explicitado no Capítulo 8 deste livro, provavelmente este fato ocorre por ser o município pouco integrado à área conurbada, cuja população predominantemente trabalha no próprio município ou no município de Anchieta, que não faz parte da RMGV. Por este motivo, na dimensão mobilidade urbana Guarapari se sobressaiu com níveis elevados, destoando um pouco de sua classificação em termos do IBEU considerado no conjunto das cinco dimensões.

Feita esta descrição inicial da configuração do IBEU na RMGV, resta-nos tentar interpretar como a análise do bem-estar urbano se relaciona com outras dimensões sociais. Como afirma Bourdieu: "Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais (...)" (BOURDIEU, 1999, p. 160). Que espaço social é este que se traduz nos diferentes níveis de bem estar urbano identificados na RMGV?

Podemos destacar a partir da leitura dos mapas que ilustram estas dimensões, que o município de Vitória se sobressai concentrando em seu território os maiores índices de bem-estar em relação aos demais municípios que compõem a RMGV.

O fato de Vitória ser a capital do estado do Espírito Santo e, portanto sede do poder político conduziu a dinâmica da história e da economia do Estado apontando para uma polarização deste município como o núcleo da vida econômica e social da sociedade capixaba[8], o

[8] Ver discussão presente no capítulo 1 deste livro.

que com certeza contribuiu para posicioná-la como o município que concentra maiores investimentos em serviços coletivos, infraestrutura, etc., o que explica em parte a aferição de níveis elevados de bem-estar urbano nesta cidade. Ao concentrar oportunidades de mercado de trabalho e renda, acaba por concentrar também as possibilidades coletivas de aumento de qualidade de vida urbana[9].

Quando contrapomos Vitória aos demais municípios da RMGV, a partir do bem-estar urbano, observa-se uma discrepância nítida. De um modo geral, a população de Vitória vivencia um nível maior de bem-estar do que aquela que mora nos municípios vizinhos.

A superfície relativamente pequena de Vitória também pode ser vista como um fator positivo por facilitar a integração interna, evitando grandes escalas de segregação social e espacial. A dimensão mobilidade urbana, que refere-se ao deslocamento casa-trabalho da população ocupada, parece expressar bem isto, pois praticamente todas as áreas de ponderação referentes a Vitória foram avaliadas com as duas faixas maiores de classificação do IBEU, entre 1,0 e 0,901 e entre 0,900 e 0,801. O mesmo ocorre com a dimensão atendimento a serviços coletivos urbanos, que engloba atendimento adequado de água, esgoto, energia e coleta de lixo.

Entretanto, não podemos falar de Vitória como um espaço homogêneo. As áreas com valor de IBEU mais elevado correspondem também às regiões tradicionalmente consideradas mais nobres no município de Vitória, a saber, os aglomerados de bairros Santa Helena, Praia do Canto, Jardim da Penha, Mata da Praia e Jardim de Camburi, localizadas a leste do município, assim como os valores de IBEU mais baixos são encontrados nas regiões tradicionalmente ocupadas por população com menor poder aquisitivo, na região próxima aos bairros de São Pedro e Santo Antônio, a oeste e sudoeste do município.

Especificamente em relação às dimensões condições ambientais, condições habitacionais e infraestrutura urbana, observa-se uma grande variação em termos de classificação do bem-estar urbano vivenciado pela população, mantendo um padrão onde as citadas áreas nobres da cidade assumem valores mais elevados e as demais, valores intermediários e baixos. Destaque-se que somente na dimensão "condições habitacionais" foi identificado o nível mais baixo de classificação do

[9] Para aprofundar a discussão sobre os níveis de integração dos municípios da RMGV, ver CINTRA: 2012.

bem-estar urbano em áreas de ponderação do município de Vitória, ou seja, valores entre 0,500 e 0,001, referente aos bairros próximos ao agrupamento do bairro de São Benedito[10], de ocupação de mais baixa renda.

11.6. Associação entre IBEU e tipologia sócio-espacial

As Figuras 11.9 e 11.10 reproduzem novamente o mapa do IBEU e o mapa da tipologia socioespacial[11] na RMGV, para que possamos estabelecer uma comparação entre estas duas formas de leitura desse território.

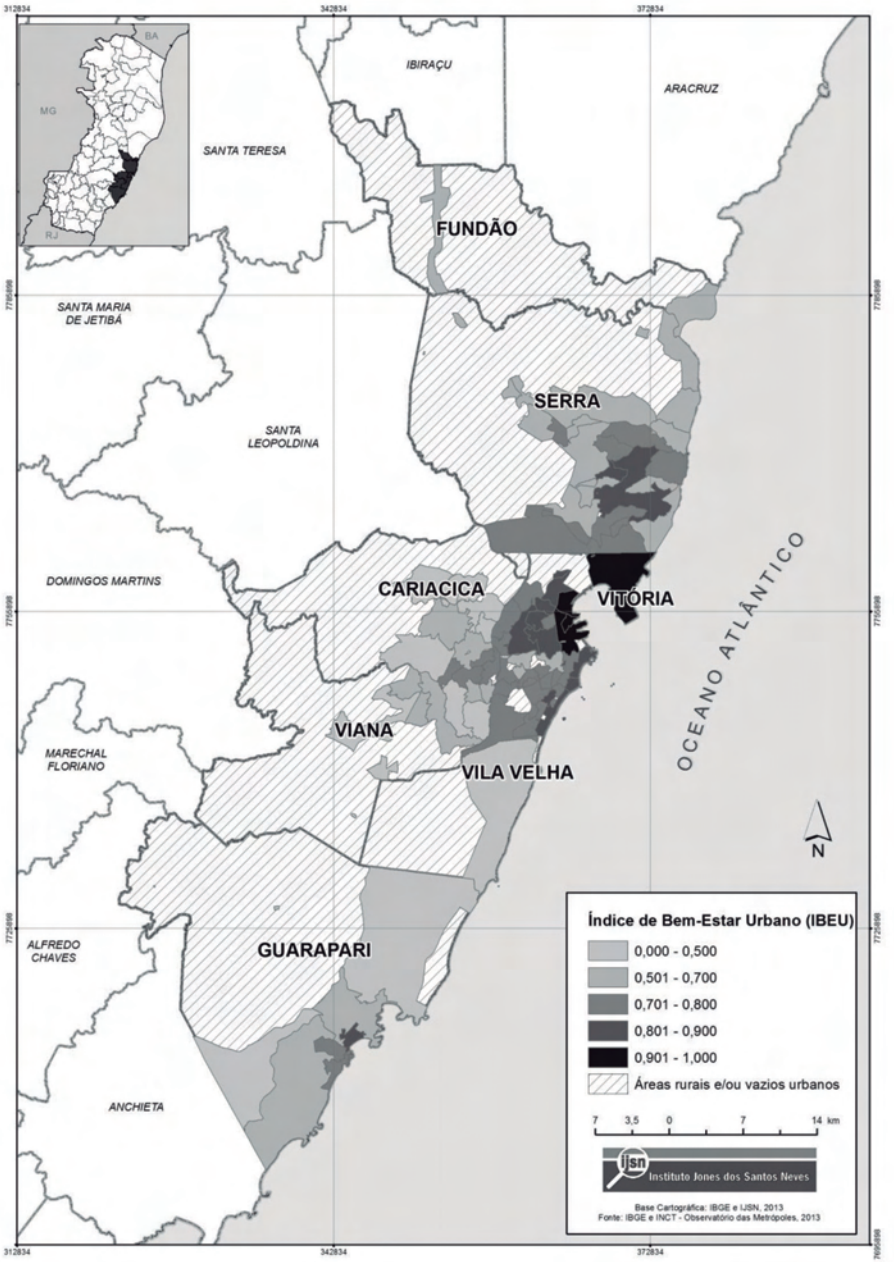
A tipologia, como procedimento metodológico, remete não apenas à ocupação, mas ao status e à vivência dos indivíduos no espaço social. Ao estabelecer uma classificação e hierarquização do território *a partir da* (mas não apenas) ocupação dos sujeitos, salienta-se que o indivíduo que se situa numa posição inferior dentro dessa tipologia, além de possuir uma ocupação inferior (exemplo terciário não especializado), também se apropria do espaço social (equipamentos sócio-comunitários e serviços) de forma menos privilegiada do que aqueles situados em áreas superiores. Nesse sentido a posição ocupada dentro da tipologia remete também a um determinado nível de bem-estar urbano.

Embora não haja uma correspondência direta entre o IBEU e a tipologia socioespacial, ambos identificam hierarquias estabelecidas no espaço social e geográfico, por este motivo é possível identificar certas similitudes. Porém, não há uniformidade na associação do IBEU com a organização social do território sintetizada pela tipologia considerando-se o conjunto dos municípios da RMGV. Ou seja, nem sempre as áreas identificadas com o IBEU considerado bom, entre 0,800 e 0,701, por exemplo, estarão associadas ao tipo popular, como observado no caso das áreas do município de Vitória.

[10] Área de atuação do Programa Municipal Terra Mais Igual, de regularização de favelas.

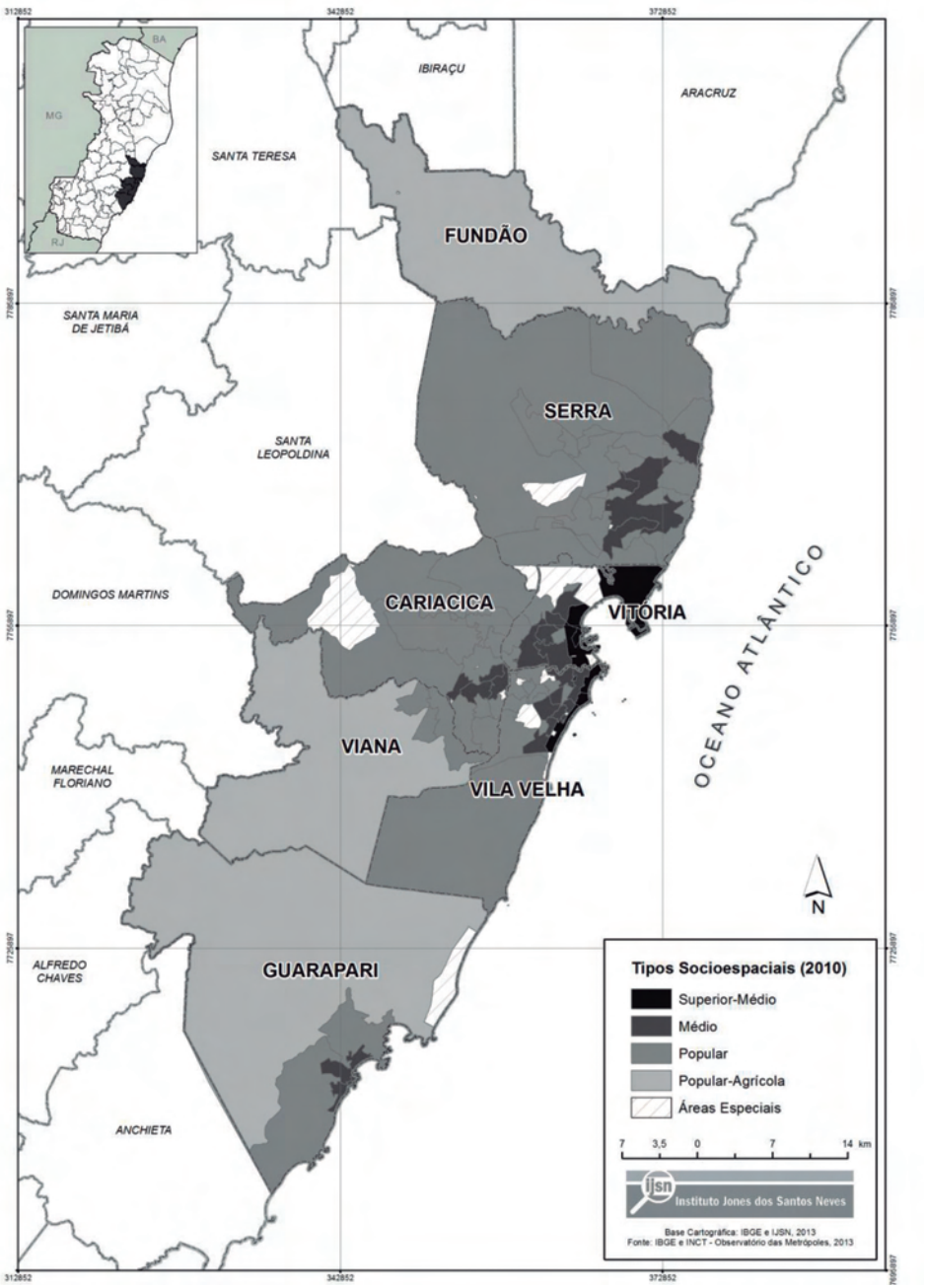
[11] Para maior detalhamento sobre a tipologia socioespacial desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles ver capítulo 4 desta publicação.

Figura 11.9 – Mapa do IBEU Local na RMGV - 2010



Fonte: Fonte: Ribeiro; Ribeiro (2013). Elaboração: IJSN, 2013.

Figura 11.10 – Mapa da tipologia socioespacial da RMGV – 2010



Fonte: IBGE (2000-2010); INCT - Observatório das Metrópoles - Núcleo Vitória (2013).
Elaboração: IJSN, 2013.

Entretanto, quando observados as áreas correspondentes a cada município da RMGV, vemos que há uma relação hierárquica entre os níveis de IBEU e os tipos identificados. Ou seja, os níveis mais baixos de IBEU tendem a vincularem-se aos tipos socioespaciais mais baixos, assim como o contrário.

A associação entre os níveis de IBEU e os tipos socioespaciais não são fixos, mas as distâncias sociais tendem a se reproduzir em ambos, daí a coincidência dos padrões hierárquicos observados.

Ao observarmos as áreas de ponderação correspondentes ao município de Vitória, por exemplo, vemos que as áreas com IBEU excelente (entre 1,00 e 0,901), o mais elevado, são as mesmas onde foram identificados no tipo Superior-médio. Assim, como as áreas identificadas com IBEU muito bom (entre 0,900 e 0,801) coincidem com o tipo Médio e as áreas de ponderação com valores de IBEU bom (entre 0,800 e 0,701) coincidem, em grande medida, com o tipo popular.

Como já descrito anteriormente, as áreas de ponderação associadas ao município de Serra apresentam três níveis diferentes de IBEU. Já a tipologia socioespacial para estas áreas indica a divisão em dois tipos. A área com IBEU muito bom (entre 0,900 e 0,801), o mais elevado dentro do município, praticamente coincide com área associada ao tipo Médio na tipologia, a mais elevada identificada para a Serra. As demais áreas do município assumem os níveis bom (entre 0,800 e 0,701) e regular (entre 0,700 e 0,501) e foram identificadas em seu conjunto com o tipo Popular, o que confirma o padrão hierárquico de tipos superiores associados a um nível de bem-estar mais elevado e tipos intermediários ou inferiores associados a índices de bem-estar menores.

No município de Cariacica encontramos um padrão semelhante: o índice de bem-estar mais elevado nas áreas do município, que foi o nível bom (entre 0,800 e 0,701) corresponde exatamente à área associada ao tipo Médio. As demais áreas associadas ao tipo Popular foram classificadas com os dois níveis mais baixos de IBEU, regular (entre 0,700 e 0,501) e ruim (até 0,500).

Essas observações relativas aos municípios de Vitória, de Serra e de Cariacica indicam que em áreas de ponderação associadas a uma mesma tipologia (no caso, "Popular"), podem corresponder diferentes níveis de IBEU, sinalizando diferenciações nas condições de vida internas a um mesmo tipo socioespacial.

Nos municípios de Vila Velha, de Viana e de Guarapari a asso-

ciação entre os índices de bem-estar alcançados por suas diferentes áreas de ponderação e as tipos socioespacial seguem o mesmo padrão descrito anteriormente, onde os tipos superiores tendem a gozar de níveis elevados de bem-estar urbano e vice e versa, conforme pode ser observado na comparação entre os mapas das Figuras 11.9 e 11.10.

Destoa desse padrão de hierarquia interna o município de Fundão, pois segundo metodologia do IBGE para estabelecimento de áreas de ponderação todo o município é considerado uma única área, o que dificulta a apreensão de diferenciações internas ao município. Neste sentido, em Fundão o IBEU assumiu apenas um nível, considerado regular (entre 0,700 e 0,501), assim como todo o município foi identificado como Popular-agrícola. A análise de Fundão é possivelmente enviesada pelos espaços do entorno da BR101 Norte, onde se posiciona a sede do município, e da área de Praia Grande, no litoral, em que o município é conurbado ao município de Serra, na região de Nova Almeida, enquanto o restante do território é basicamente não urbano, apresentando espaços agrícolas de baixas densidades.

Dito isto, podemos falar na RMGV de uma concentração de níveis maiores de bem-estar nas áreas de ponderação do município de Vitória e em algumas áreas adjacentes a este município. Ou seja, Vitória tende a aglutinar em seu território e em seu entorno melhores condições de bem-estar.

Por outro lado, podemos falar também a partir do IBEU, com exceção do município de Fundão pelos motivos já expostos, de uma distribuição desigual dos níveis de bem-estar dentro de cada município, que tende a reproduzir outras desigualdades já existentes. Daí as similitudes com a tipologia socioespacial, uma vez que esta também tenta captar padrões que expressam a dinâmica socioespacial.

11.7. Considerações Finais

A compreensão da dinâmica social e espacial da RMGV certamente envolve múltiplas dimensões, assim como a análise de qualquer espaço social. Vimos, no entanto, que a classificação a partir do Índice de Bem-estar Social – IBEU – para esta região nos fornece uma imagem significativa deste espaço, em micro e macroescala.

Embora a noção de bem-estar seja vivenciada individualmente e carregada de aspectos subjetivos, vimos que o IBEU está relacionado

com as condições coletivas de vida promovidas pelo ambiente construído da cidade e pelos equipamentos e serviços urbanos. Acreditamos que o IBEU, como um indicador sintético que busca captar e mensurar o bem-estar urbano, consegue expressar de modo significativo este aspecto da realidade social.

Afirma-se aqui, conforme já mencionado, o pressuposto teórico de que o espaço social se inscreve no espaço físico, tendendo a exprimir as hierarquias e as distâncias sociais. Por este motivo a configuração das desigualdades no IBEU tende a refletir e expressar hierarquias e desigualdades observadas em outras dimensões sociais, como as identificadas na tipologia socioespacial.

A análise do IBEU expressou a polarização existente entre Vitória e os demais municípios. De um modo geral, a população de Vitória vivencia um nível maior de bem-estar do que os que moram nos municípios vizinhos. Entretanto, não podemos falar de Vitória como um espaço homogêneo. As áreas de ponderação com valor de IBEU mais elevado correspondem também às regiões tradicionalmente consideradas mais nobres no município de Vitória. Importante destacar, que, considerando o IBEU Local identifica-se uma concentração de boas condições urbanas, também, em áreas do município de Serra - (Parque Residencial Laranjeiras e Jardim Limoeiro), Vila Velha (Centro, Praia da Costa, Praia de Itaparica e Itapoã), Cariacica (Campo Grande, Itacibá e Jardim América) e Guarapari (Centro, Praia do Morro e Muquiçaba).

Ao observarmos a configuração do IBEU local a partir de cada município também ficou nítido como as hierarquias vividas no interior dos municípios se expressam na configuração do IBEU nas áreas de ponderação destes municípios, confirmando a citação de Bourdieu feita anteriormente ao longo deste texto: “Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais (...)” (BOURDIEU, 1999, p. 160). Cabe-nos, portanto, compreender essas estruturas, com vistas a qualificar melhor o planejamento urbano e possíveis intervenções.

Referências

BOURDIEU, Pierre “Efeitos de lugar” in BOURDIEU et al. A Miséria do Mundo. Petrópolis (RJ), Editora Vozes. 3° ed. pp. 159-166. 1999.

CINTRA, Anael et al. Níveis de integração dos municípios brasileiros em

RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização (Relatório Preliminar). Observatório das Metrópoles. 2012.

IBGE. Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro, IBGE. 2008.

LIMA, Mario Hélio Trindade de (s/d). Notas sobre o tema da exclusão social. Disponível em http://www.revistahumanas.org/mario_artigo1.pdf Acesso em 19 de agosto de 2013.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (org.). IBEU: índice de bem-estar urbano. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2013. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/ibeu_livro.pdf Acesso em 29 de a de 2013.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Análise social do espaço urbano-metropolitano: fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles. 2011. Disponível em: http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/texto_metodologico_observatorio.pdf Acesso em 05/07/2013.

Considerações Finais

Latussa Laranja Monteiro
Adilson Pereira Oliveira Junior
Pablo Lira

Analisar as transformações da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV na década entre 2000 e 2010, especialmente enfocando sua estrutura social expressa sinteticamente por meio das tipologias socioespaciais. Esse se caracteriza como o principal objetivo deste livro.

A busca por um entendimento da dinâmica interna de um espaço metropolitano deve superar a análise dicotômica, ou seja, da oposição crua entre os extremos dados pela parcela dos mais ricos e dos mais pobres do estrato social que o compõe, pois dificilmente esta dualidade poderia "expressar de modo abrangente a complexidade da realidade social urbana" (CASTELLS; MOLLENKOPF, 1992, p. 405). No entanto como explicam os mesmos autores, uma análise baseada em uma estratificação social, tal como aplicada à RMGV, é útil pois, essa perspectiva:

> [...] nos permite entender que o espaço, particularmente o espaço das grandes metrópoles, é socialmente diferenciado em termos de residência e infraestruturas/serviços, seguindo uma hierarquia de renda, educação e ocupação, simbolicamente traduzida em prestígio social (CASTELLS; MOLLENKOPF, 1992. p 405, tradução nossa).

Dessa forma, embora a descrição dual siga o pressuposto de que há, dentro de cada cidade, uma cidade habitada pelos ricos e outra habitada pelos pobres, a análise do que há entre esses dois extremos, expresso por meio das tipologias socioespaciais e como se relacionam os espaços ocupados por cada tipo socioespacial que compõe as tipologias analisadas é o que permite uma visão abrangente do espaço urbano da RMGV, que funciona na realidade como uma única cidade a despeito dos limites administrativos, principalmente entre os municípios com maior proximidade territorial com a capital. A análise de Milton Santos (2004) a partir do que ele denomina como os "dois cir-

cuitos da economia urbana", mesmo mantendo a ideia de hierarquia e polarização, demonstra que essa relação guarda uma integração, uma interdependência e uma complementaridade de papeis que, não negando o conflito inerente, são fundamentais na compreensão do espaço urbano.

Assim, a análise intramunicipal de temas como demografia, economia e o papel de cada município na conformação da Região Metropolitana e sua função na rede de cidades, ao mesmo tempo em que descrevem as relações entre os sete municípios que a compõe, constituem o pano de fundo para a análise dos níveis de desigualdade e, algumas vezes, de segregação entre os diferentes estratos do espaço metropolitano como um todo, por meio da análise dos indicadores no quadro dos tipos socioespaciais.

A supremacia do município polo é patente em todos os temas, indicando uma concentração das estruturas de produção e, portanto, das condições de infraestrutura: da mesma forma que a RMGV concentra riqueza e população no Espírito Santo, Vitória[1] as concentra em relação à RMGV. Ambas constatações podem ser explicadas a partir da análise do processo histórico capixaba, pois como se observa em outras obras a respeito da RMGV, não é possível fazê-la objeto de análise sem descrever pontos chave da conformação de seu território e sua preponderância relativa ao estado do Espírito Santo.

De modo resumido, logo em suas origens, a Grande Vitória foi marcada principalmente por duas decisões exógenas que, para o Espírito Santo, tiveram papel complementar: a política de erradicação dos cafezais e o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. A erradicação dos cafezais, política nacional para fazer frente à baixa dos preços do café, produziu no Espírito Santo efeitos mais profundos do que aqueles sentidos por outros estados produtores, dada a estrutura local de produção, e liberou do meio rural enorme contingente populacional em meados dos anos 1960. Igualmente, as decisões relacionadas ao segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, que tinha por meta diversificar a estrutura produtiva e descentralizar o parque industrial nacional, fez com que fossem instaladas importantes plantas industriais, concentradamente na RMGV.

[1] Embora Vitória seja a quarta cidade em população da RMGV, fato particular no contexto brasileiro, mantém-se com folga como município mais povoado da região, com uma densidade demográfica de aproximadamente 3,5 mil hab/km², bem acima do segundo lugar, Vila Velha, com aproximadamente 2 mil hab/km².

Em certa medida, as decisões nacionais no território, ainda que articuladas às elites políticas locais, estavam muito de acordo com o que propõe Ribeiro (2013), com base em José Luis Fiori, de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil teve como fundamento o fato de que a urbanização brasileira resulta do modo como o país se insere na economia-mundo:

> Com efeito, as características da nossa urbanização tanto nos seus aspectos ecológico-demográficos e ecológico-econômicos (o que na linguagem do nosso campo chamamos rede de cidades), quanto no que diz respeito aos traços gerais da nossa sociedade urbana decorrem nas várias etapas da nossa inserção nesta economia-mundo capitalista: como colônia, como país agroexportador e como economia parcialmente industrializada. Implica também em considerar o processo de urbanização como resultado de uma economia política constituída simultaneamente por articulações e conflitos simultaneamente internos e externos à sociedade brasileira (RIBEIRO, 2013, p.28).

O forte movimento migratório de meados de 1960 certamente influenciou a reconfiguração espacial da RMGV, e foi a expressão local da "mercantilização da força de trabalho" (RIBEIRO, 2013) que permitiu tanto a implantação dos grandes projetos industriais quanto a formação de um grande exército industrial de reserva, sem possibilidades, uma vez que supérfluo, de exigir melhores condições de sua reprodução como força de trabalho. Segundo Ribeiro (2013), para Paul Singer, analisando o caso do Brasil:

> [...] em 1970 os fluxos migratórios atingiram 30 milhões de pessoas, em uma população que era de 93 milhões. Portanto, a urbanização acelerada foi o mecanismo central da constituição do exército industrial de reserva do qual se originam os traços fundamentais no capitalismo industrial brasileiro (SINGER *apud* RIBEIRO, 2013, p. 32).

Na RMGV, como vimos ao longo dos capítulos deste livro, acompanhando o crescimento demográfico que fez a população quase dobrar entre 1970 e 1980, a mancha urbana se expande quase 100% entre 1970 e 1978, passando de aproximadamente 60 a 112 km² no mesmo período, o que representa uma média de 6,75 km² ao ano.

Mesmo com a diminuição do ritmo ao longo das décadas seguintes, entre 2007 e 2013 a RMGV se expandiu 4,5 km² por ano em média. Este crescimento da população urbana na RMGV, como no restante do país, "não foi acompanhado de políticas de provisão estatal de moradia acompanhadas de políticas de regulação do uso e ocupação do solo urbano, como ocorreu nos países europeus" (RIBEIRO, 2013, p. 33) e marcou notadamente a qualidade das infraestruturas urbanas da região: melhor distribuídas no município polo e nas áreas mais centrais de Vila Velha e de Serra.

Se as origens do processo de institucionalização da Grande Vitória se iniciam ainda no final da década de 1960 com Comissão de Planejamento Integrado da Grande Vitória - COPI, é somente em meados da década de 1990 que a Região Metropolitana da Grande Vitória é realmente institucionalizada, para em meados da década de 2000 passar a ser amparada por um conselho e um fundo metropolitano de desenvolvimento.

As decisões locacionais dos grandes projetos industriais são apontadas como a causa pela qual a Região Metropolitana é hoje concentradora de aproximadamente metade da população estadual e de mais de 60% de seu Produto Interno Bruto. Além disso, em 2010, na RMGV estão 47,2% do total de pessoas ocupadas no estado, mas em termos de massa salarial, esta corresponde à aproximadamente 60% do total estadual em 2010. Ambos indicadores evidenciaram aumento com relação a 2000, mas residir na Região Metropolitana significa um maior rendimento com relação aos trabalhadores do interior do estado, em torno de 70%, o que em média significou um ganho de R$ 633,72, mais que um salário mínimo (SM) em 2010 (R$ 510,00) e quase um salário considerando o valor do SM de 2013 (R$ 678,00).

Vitória, município polo, concentra 48% do PIB da RMGV e aproximadamente 35% da renda aglomerando não apenas o emprego, mas o emprego melhor remunerado, o que explica a diferença de quase 200% entre o rendimento médio dos trabalhadores da capital comparados ao de Viana, município classificado no nível de integração alto em relação à dinâmica da metropolização brasileira.

Mas a polarização da capital tem efeitos positivos sobre os municípios de mais alto índice de integração em que residem aproximadamente 70% da população da RMGV. Serra, Vila Velha e Cariacica, têm crescido em participação no PIB da RMGV, com destaque para Serra, que passou de 21,1% em 2000 a 24,5% em 2010. Como constatado no

capítulo 1 desta publicação, os municípios de mais alta integração à dinâmica da metropolização brasileira, também mostram maior razão de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas.

Essa centralidade desequilibrada se reflete em problemas de mobilidade, posto que Vitória é o único município metropolitano que soma mais viagens de entrada que de saída, sendo o principal destino dentre os municípios, seguido de Serra. Por outro lado, Cariacica é o município de onde mais saem residentes rumo ao trabalho nos outros municípios.

De fato, Serra tem apresentado maior evolução nos indicadores demográficos e econômicos, o que pode indicar um maior dinamismo em relação aos demais municípios. Além da maior taxa de crescimento populacional desde 1970, percebemos ao longo dos capítulos deste livro como Serra foi o município que teve maior crescimento da mancha urbana (atualmente quase 1/3 da RMGV) no período, consolidou-se como segundo maior PIB estadual e vem evoluindo em sua renda média em um ritmo superior aos demais municípios, apesar de ainda estar bem aquém da renda média de Vitória e Vila Velha e menor mesmo que a média estadual. Na última década, Serra também teve o maior crescimento nas entradas pendulares e maior saldo migratório da região. Os efeitos da migração, conforme visto no capítulo 2, também legaram à Serra a base piramidal mais larga e o topo mais estreito, com 16% de sua população situadas entre 0 e 9 anos e menos de 3% acima de 70 anos, em 2010, além da maior proporção de jovens e o menor índice de envelhecimento, apesar de o município ter também apresentado o maior declínio na taxa de fecundidade na última década. Tudo isso tende a fortalecer o município no contexto metropolitano, redefinindo centralidades a médio-longo prazo.

Quanto às tipologias socioespaciais, algumas análises feitas ao longo dos capítulos são retomadas nas próximas linhas. Os tipos hierarquicamente superiores têm apresentado uma mudança mais rápida nos arranjos domiciliares, para o qual o grau de escolaridade tem uma grande influência. Como decorrência, a pirâmide etária desses tipos também tem apresentado mudanças mais significativas. Os tipos socioespaciais superiores tendem a residir mais próximo ao local de trabalho, o que diminui seu tempo de deslocamento e, em conjunto com o fato dessas áreas, em geral, apresentarem melhor nível de infraestrutura e serviços, contribui para ter um Índice de Bem Estar Urbano (IBEU) melhor que as demais áreas.

Os indicadores de emprego apresentaram melhoras entre 2000 e 2010. Se para o conjunto das tipologias houve uma diminuição significativa da taxa de desemprego, as diferenças se mantém, com o tipo Superior-médio apresentando a metade da taxa verificada no tipo Popular. Por outro lado, o tipo Popular-agrícola foi o que apresentou maior percentual de fragilidade ocupacional.

Quanto aos deslocamentos casa-trabalho, além da já esperada conclusão de que os tipos socioespaciais hierarquicamente superiores realizam deslocamentos mais rápidos, cabe frisar que, exceto nos espaços classificados pelo tipo popular, as categorias sócio-ocupacionais, tendem a ter deslocamentos mais curtos quando habitam espaços onde são predominantes.

Segundo Marcuse e Van Kempen (2000), ao investigar se há de fato uma nova ordem espacial nas cidades em função da economia globalizada (que aqueles autores situam iniciada em algum ponto de 1970), por meio de estudos de caso de cidades ao redor do mundo, propõe como hipótese inicial que "mesmo que as cidades sempre tenham sido divididas em termos de cultura, função e *status*, o padrão atual é uma nova, e em muitos sentidos aprofundada, combinação dessas subdivisões" (MARCUSE; VAN KEMPEN, 2000, p. 3, tradução nossa). Não obstante as diferenças entre as cidades, há características comuns que incluem uma maior demarcação dos territórios do que os autores chamam "uma nova pobreza urbana por um lado e de atividades de negócios altamente especializada e internacionalmente conectada, por outro, com crescentes divisões espaciais não apenas entre cada uma delas mas também entre segmentos da 'classe-média' entre elas" (MARCUSE; VAN KEMPEN, 2000, p. 3, tradução nossa). Em outras palavras, é nas aglomerações urbanas que se pode encontrar o que há de melhor, mas também é nas cidades que a ausência do básico pode ser mais contundente, devido aos contrastes socioespaciais.

Embora a RMGV tenha um papel de influência preponderante ao território estadual, como visto no capítulo 1, na busca da leitura dessas subdivisões internas ao espaço urbano, expressas por meio das tipologias, percebe-se um modelo em arco, conforme demonstrado no capítulo 4, em que as localizações dos tipos superiores segundo a classificação socioespacial concentram-se nas porções litorâneas com forte centralidade de Vitória e os demais tipos desenham arcos sucessivos, à medida em que se afastam desta centralidade em direção aos limites da Região Metropolitana, onde a noção de periferia pode ser

estabelecida. Essa divisão territorial, apesar de não ser absoluta por uma série de nuances que expõem a complexidade do espaço urbano, pode ser vislumbrada também na análise dos deslocamentos pendulares, do Índice de Bem Estar Urbano e até mesmo na dinâmica criminal constatada em cada espaço.

Por outro lado, ao se relacionar o nível de abertura da economia do Espírito Santo ao percentual relativo à RMGV, pode-se inferir que o território, em termos de localização de postos de trabalho melhor remunerados e estrutura de produção marcada pelo setor de serviços, continua muito dependente de decisões tomadas além de suas fronteiras. Isso pode ser observado ao se analisar a razão entre a corrente de comércio (exportações mais importações) e PIB da região, conforme demonstrado no capítulo 3 desta publicação. Se em 2000, a cada real produzido no estado, 79 centavos tinham alguma relação com o comércio exterior, em 2010 esse valor cai para 68 centavos, o que apesar de indicar uma queda, ainda demonstra uma forte influência dos condicionantes externos.

O fortalecimento do setor de petróleo no estado tende a manter essa relação de dependência, inclusive causando mudanças significativas em municípios de menor porte, como Fundão que, em uma década viu seu setor secundário saltar de 21% para 51% de participação no PIB.

Se no passado as decisões nacionais moldaram a RMGV, criando até mesmo sua hegemonia no contexto estadual, cumpre notar que hoje, as decisões relativas às maiores plantas industriais e ao principal porto da região, grande responsável pelo escoamento do minério de ferro do Brasil, cabem as empresas privadas, cujo papel no cenário macroeconômico está atrelado às flutuações da demanda internacional por *commodities*. Ou seja, muito embora o território metropolitano seja o lugar da estrutura produtiva mais sofisticada e diversificada e de melhor remuneração é também extremamente vulnerável a decisões e demandas do sistema econômico mundial, refletindo de modo acentuado a posição relativa do Brasil e do Espírito Santo no capitalismo global.

Referências

MARCUSE, P.; VAN KEMPEN, R. (editors) Globalizing Cities: a new spatial order. Malden: Blackwell. 2000.

MOLLENKOPF, J.; CASTELLS, M. (editors) Dual city: restructuring New York: The Russel Foundation. 1992.

RIBEIRO, L.. Transformações da Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Documento de trabalho, Observatório das Metrópoles. 2013.

SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo - SP: Edusp. 2004.

Sobre os Autores

Adauto Beato Venerano - Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Espírito-Santense de Administração -FAESA, e Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, pela Universidade Cândido Mendes - UCAM. Técnico de Planejamento/Gerente de Estudos Regionais na Coordenação de Estudos Territoriais do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Adilson Pereira de Oliveira Junior - Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Atualmente Especialista em Pesquisas e Estudos Governamentais no Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, principalmente nos temas: representações espaciais, territorialidade, etnogeografia, estudos urbanos e regionais, rede urbana e metropolização.

Adriano do Carmo Santos - Graduado em Ciências Econômicas e Mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Atualmente é Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Finanças Públicas Internas.

Ana Paula Lyra - Doutora em Cidade, Segurança e Saúde com ênfase na linha de pesquisa em Planejamento Territorial e Urbano pela Universidade Católica de Milão. Professora e Coordenadora da Graduação de Arquitetura e Urbanismo e Professora do Programa de Pós-graduação - Mestrado Profissional em Segurança Pública da Universidade de Vila Velha - UVV. Tem experiência em pesquisa no campo do planejamento urbano, segurança pública e na abordagem da prevenção do crime através da arquitetura ambiental.

Aurélia H. Castiglioni - Mestre e Doutora em Demografia pela Universidade Católica de Louvain. Professora do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Trabalha com temas do campo da Demografia, em particular a migração, a imigração italiana, os processos de transição e o envelhecimento populacional.

Caroline Jabour de França - Doutora em Planejamento Urbano Territorial e Ambiental no Politécnico de Milão. Atualmente é bolsista de Pós-doutorado na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Tem experiência em políticas públicas e gestão governamental.

Cynthia Lopes Pessoa de Miranda - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGAU/UFES. Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, atuando junto à Coordenação de Estudos Territoriais.

Cleverlânio Silva Gomes - Mestre em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo - USP. Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais na Coordenação de Estudos Sociais do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Débora Gervásio - Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Atualmente, é estagiária no Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, atuando na Coordenação de Estudos Econômicos - CEE.

Edna Morais Tresinari - Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e graduada em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Newton Paiva. Atualmente, trabalha como Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN. Pesquisa nas áreas de Crescimento Econômico e Economia Regional.

Estefania Ribeiro da Silva - Mestre em Economia Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ. Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Gutemberg Hespanha Brasil - Doutor em Estatística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Mestre em Engenharia de Produção e Graduação em Engenharia Civil pela UFES. Professor associado da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, docente no Mestrado em Economia e no Departamento de Estatística. Tem experiência na área de Engenharia de Produção e Estatística, com ênfase em Séries Temporais, atuando em modelos de séries temporais, qualidade em serviços, modelos dinâmicos bayesianos, modelos econométricos e controle estatístico da qualidade. Atua também com inventários de emissões de gases de efeito estufa.

José Antonio Heredia - Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e pós-graduado em Especialização em Perícia e Auditoria Ambiental pelo Centro Universitário Uninter. Atualmente trabalha como Técnico em Geoprocessamento do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

José Edil Benedito - Graduado em Agronomia pela Universidade de Brasília - UnB, Especialista em Política Cientifica e Tecnológica pelo IPEA/ Cendec, Especialista em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA/ NAEA e Mestre em Agronegócios pela Universidade de Brasília – UnB. É Analista de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Atualmente é Diretor Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN. Tem experiência na área de Agronomia, Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas de Ciência Tecnologia e Informação e de Recursos Hídricos.

Larissa Magalhães - Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Graduada em Ciências Sociais pela UFES. Bolsista CNPq no projeto Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática, em parceira com o Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN e Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT. Trabalhou como pesquisadora e supervisora na Fundação João Pinheiro/ Governo do Estado de Minas Gerais. Possui experiência em pesquisas e produções relacionadas ao Orçamento Participativo, Governo Eletrônico, Cibercultura, Teoria Política Contemporânea e Pós-Colonial.

Latussa Laranja Monteiro - Doutoranda em Planejamento Urbano pela Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Experiência com Gestão Urbana Municipal, Planos Diretores Participativos, Planos de Desenvolvimento Local Integrado de áreas subnormais e Estudos de Impacto de Vizinhança. Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais e Gerente de Estudos Urbanos no Instituto Jones dos Santos Neves, com ênfase em Gestão Metropolitana, Habitação de Interesse Social e Planejamento Regional e Urbano.

Lívia Maria Albertasse Tulli - Graduada em Ciências - Habilitação Biologia (Licenciatura Plena) pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre e Mestre em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais no Instituto Jones dos Santos Neves, tem atuado principalmente nos seguintes temas: sistema de informação geográfica, sensoriamento remoto, geoprocessamento e meio ambiente.

Marlon Neves Bertolani - Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é Gerente de Estudos sobre Educação e Desigualdades do Instituto Jones dos Santos Neves.

Rodrigo Bettim Bergamaschi - Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Especialista em Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento Urbano e Rural pela Universidade Cruzeiro do Sul – SP e Mestrando em Geografia pela UFES. Atua como Gerente de Informações Cartográficas do Instituto Jones dos Santos Neves.

Pablo Lira - Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, possui Aperfeiçoamento em Planejamento Urbano pela Université de Cergy-Pontoise, Especialização em Conservação e Manejo da Diversidade Vegetal e Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFES. Atualmente é Diretor de Estudos e Pesquisas do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, Coordenador do Núcleo Vitória do INCT Observatório das Metrópoles. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento Urbano, Violência Urbana, Segregação Sócio-espacial e Arquitetura do Medo.

Sandra Mara Pereira - Cientista Social pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, atuando como pesquisadora junto à Coordenação de Estudos Sociais, na Gerência de Educação e Desigualdade Social.

Silvia Buzzone de Souza Varejão - Graduada em Ciências Econômicas e Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Espírito Santo. Trabalha atualmente no Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN na Coordenação de Estudo Econômicos. Possui experiência na área de finanças públicas e planejamento governamental.

Victor Nunes Toscano - Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e Graduado em Ciências Econômicas pela UFES. Atualmente, trabalha como Coordenador de Estudos Econômicos do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN. Pesquisa nas áreas de Comércio Exterior, Economia Regional e Urbana e Economia do Espírito Santo.

Thamirys Figueredo Evangelista - Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Trabalha atualmente no Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN na Coordenação de Estudo Econômicos, atuando na área de Mercado de Trabalho.

Thiago de Carvalho Guadalupe - Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia, com ênfase em violência e criminalidade, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Atualmente é Consultor Político credenciado pela Associação Brasileira de Consultores Políticos - ABCOP; Professor de graduação nas disciplinas de Ciências Sociais e Metodologia de Pesquisa; Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais e Gerente de Segurança Pública da Coordenação de Estudos Sociais do Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN.

Esta obra foi impressa em processo digital,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel Pólen Soft 80g/m²
e a fonte ITC-NewBaskerville corpo 11 com entrelinha 14.
Rio de Janeiro, dezembro de 2014.